



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA NO BRASIL 1995 - 1998

APRESENTAÇÃO

O texto das *DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA NO BRASIL*, que ora entregamos a todos os católicos – leigos e leigas, religiosos e religiosas, diáconos e presbíteros – foi aprovado por unanimidade pela 33^a Assembléia Geral da CNBB, de 10 a 19 de maio de 1995. As Diretrizes dos quadriênios anteriores foram estudadas pela Assembléia Geral e por ela remetidas ao Conselho Permanente para a redação final e promulgação.

Deve-se logo observar a novidade no enunciado: Diretrizes Gerais da Ação EVANGELIZADORA. Conforme a 'Redemptoris Missio', a ação evangelizadora refere-se aos grupos de batizados que perderam o sentido vivo da fé, conduzindo a vida distante de Cristo e do seu Evangelho. A ação pastoral é a que se destina às comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são fermento de fé e de vida, com testemunho do Evangelho e compromisso com a missão universal.

Este documento das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil é fruto de uma ampla e longa sondagem da realidade feita pela Secretaria Geral da CNBB, assessorada pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) junto às Dioceses, Regionais, Organismos Nacionais do povo de Deus, Congregações Religiosas e outras Instituições eclesiais para avaliar as Diretrizes Gerais do período de 1991-1994.

As respostas diziam que as Diretrizes de 1991-1994 continuam *plenamente válidas* para o próximo quadriênio (23%) e continuam *válidas com reformulação* (72%). Menos de 3%, apenas, pediam uma redefinição das Diretrizes.

Um novo empenho da Igreja na Evangelização se justifica pela insistência do Magistério pontifício e episcopal para poder enfrentar três desafios principais na vida dos católicos de hoje: *o secularismo, o devastador e humilhante flagelo da situação de pobreza em que vivem milhões de brasileiros, o pluralismo religioso*, que exige o diálogo e o anúncio missionário.

O *objetivo geral* é o mesmo, precedido, porém, de uma breve introdução que o situa no horizonte do terceiro *milênio cristão* e da celebração do grande *Jubileu do ano 2000*. Sua explicitação constitui a primeira parte – Horizontes da Evangelização.

A segunda parte – Os Caminhos da Evangelização – está organizada da seguinte maneira:

O *capítulo I* é uma *síntese histórica* para ajudar a entender como se chegou às atuais Diretrizes. Começa situando o início da renovação que deu origem, no Brasil, mesmo antes do Concílio Vaticano II, ao planejamento pastoral. Os dados históricos mostram como se chegou à elaboração, a cada quadriênio, das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil. Isto torna mais clara a interação entre o contexto histórico, a caminhada da Igreja como povo de Deus e a formulação das Diretrizes pastorais por parte do episcopado. O *capítulo II* contém uma *teologia da Evangelização*, à luz do Magistério eclesiástico recente, particularmente as Conclusões de Santo Domingo, não disponíveis quando da elaboração das Diretrizes para 1991-1994. O *capítulo III*, como o mesmo capítulo de 1991-1994, apresenta uma *análise da sociedade brasileira*. O *capítulo*

IV organiza as *orientações práticas* a partir de um esquema teológico que quer ser uma expressão da própria natureza da evangelização e de suas exigências. Ele tem cinco itens: o primeiro, a *inculturação*, é um critério geral, uma orientação válida para todos os *aspectos* da evangelização. Os outros quatro itens são aspectos da evangelização. São chamadas *exigências intrínsecas* da evangelização, sem as quais não há evangelização em sentido pleno: *serviço, diálogo, anúncio, testemunho de comunhão*. A escolha destas quatro exigências foi feita a partir da terminologia do Novo Testamento. O *capítulo V* procura explicitar as conseqüências das novas Diretrizes para os *agentes da evangelização* e da pastoral. Quer ajudar aos sujeitos da ação evangelizadora – leigos(as), religiosos(as), ministros ordenados – a fazer frutificar a formação recebida, a tornar as comunidades eclesiais dinâmicas e acolhedoras, a rever as prioridades do próprio trabalho em função dos desafios da hora presente.

Fazemos votos para que estas novas Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil dêem às nossas Igrejas particulares renovado impulso à evangelização, à vida comunitária e à ação transformadora na sociedade, em preparação do grande Jubileu do ano 2000, a caminho do Reino Definitivo. O Espírito Santo PROTAGONISTA DA EVANGELIZAÇÃO, nos dê a necessária docilidade para perceber e responder aos desafios pastorais e missionários de hoje. Maria, primeira redimida e primeira crente, a mais perfeita discípula e evangelizadora, nos ajude a fazer tudo o que ele, seu Filho nos diz para a realização da Missão que nos confiou.

Brasília-DF, 22 de maio de 1995

Dom Raymundo Damasceno Assis
Secretário-Geral da CNBB

I PARTE: HORIZONTES DA EVANGELIZAÇÃO

1. O Papa João Paulo II, com sua Carta Apostólica "Sobre o Terceiro Milênio que se aproxima",¹ convida todos os católicos e todas as pessoas de boa vontade a voltar seu olhar para a pessoa de Jesus Cristo, em preparação ao ano 2000.

"Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e sempre".² É o Senhor do tempo. Portanto, cada ano, cada dia e cada momento devem ser santificados e reconhecidos como tendo um infinito valor de graça.

Mas o ano 2000 desde o nascimento de Cristo não será como qualquer outro ano. Será diverso e maior. Será um GRANDE JUBILEU.

2. Jubileu é um ANO DE GRAÇA. Um ano da manifestação mais plena da bondade de Deus para conosco. Um ano, por conseguinte, de júbilo, alegria, louvor, ação de graças. Um ano também para reconduzir nossa vida pessoal e social mais perto de Deus. Segundo a antiga tradição bíblica, o ano do jubileu é tempo de perdão: das dívidas para com Deus, nossos pecados; das dívidas dos irmãos, a fim de que volte a se restabelecer a igualdade e a fraternidade na família humana.

3. Para ser dignamente celebrado o Jubileu do ano 2000 exige dos cristãos:

- uma nova tomada de consciência da missão que Cristo confiou à Igreja: a *evangelização*;
- uma nova experiência de *conversão* e penitência, pedindo perdão pelos pecados dos cristãos na sua história e nas injustiças do presente;
- uma nova busca de *santidade*, através da identificação com Cristo, a comunhão mais profunda com a Trindade, a prática das virtudes evangélicas.

4. Entre nós, a celebração dos 2000 anos do nascimento do Senhor Jesus coincide com outra data histórica significativa: os *500 anos da chegada dos primeiros evangelizadores à nossa terra*.

Na fé em Jesus Cristo, olhamos para o nosso passado e para o nosso futuro.

O nosso passado está carregado de pecados: para com as culturas indígenas que a colonização destruiu; para com os africanos, que a escravidão arrancou violentamente de sua pátria e trouxe para um regime de exploração e de injustiça, cuja herança perdura até hoje. A eles e a Deus, pedimos perdão.

O nosso passado está carregado muito mais de graça. A pessoa do Senhor Bom Jesus, trazido ao povo pelos braços de sua Mãe, Maria Santíssima, alimentou a esperança e suscitou o amor misericordioso nos sofredores e humilhados. Tornou-se também e continua sendo, em nosso presente, o Juiz da história, que reprova a humilhação de seus irmãos e irmãs e a todos convoca para edificar uma sociedade fraterna, prelúdio do Reino que ele promete como coroação da história.

Olhando para o futuro – o século XXI, o início do Terceiro Milênio Cristão – para todos ressoa esse apelo a fazer do Brasil uma sociedade nova, justa e solidária, que supera a triste condição de desigualdade e exclusão para garantir a brasileiros e brasileiras condições de vida digna na justiça e na paz.

5. Se o desafio é grande, maior é a graça de Deus com que contamos. *A mensagem do Evangelho* é a “força da salvação de todo o que crê”³. A Igreja no Brasil vai preparar o Jubileu segundo as orientações do Papa e através do esforço evangelizador que juntos estamos empreendendo com estas novas “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil”. Elas hão de nos levar não apenas a proclamar e celebrar, mas também a testemunhar e a viver sempre melhor o Evangelho do amor de Deus pela humanidade, Evangelho da vida para todos, Evangelho da dignidade da pessoa humana.

6. JESUS CRISTO ONTEM, HOJE E SEMPRE:

*Em preparação ao seu Jubileu do ano 2000,
na força do Espírito que o Pai nos enviou,
sob a proteção da Mãe de Deus e nossa,
queremos:
EVANGELIZAR
com renovado ardor missionário,
testemunhando Jesus Cristo,
em comunhão fraterna,
à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres,
para formar o povo de Deus
e participar da construção de uma
sociedade justa e solidária,
a serviço da vida e da esperança
nas diferentes culturas,
a caminho do Reino Definitivo.*

7. EVANGELIZAR – Palavra-chave que resume toda a ação de Jesus⁴. Evangelizar é fazer chegar a Boa Nova a todos. E a Boa Nova, que Jesus anuncia, é o Reino de Deus e a salvação para toda a humanidade. Cristo realiza, em sua pessoa e em sua vida, o que os profetas preanunciaram: Cumpriu-se o tempo. “O Reino de Deus está no meio de vós”⁵.

8. “Evangelho” não é apenas anúncio da salvação: é toda a existência de Jesus, desde seu nascimento até sua morte e ressurreição gloriosa. Viver como Jesus há de ser também o projeto de todo cristão evangelizador.

9. Só evangeliza quem aceita e segue o caminho de Jesus: “Vem e segue-me” é o convite fundamental que o Senhor continua fazendo a todos os que querem participar da aventura do Reino⁶. Para ser verdadeiro evangelizador, é necessário, antes de tudo, deixar-se evangelizar, sendo ouvinte atento ao que Deus fala, a exemplo da Virgem

Maria. É necessário acolher a Palavra “com a alegria do Espírito Santo”⁷ e aceitá-la “não como palavra humana, mas como verdadeiramente é: “Palavra de Deus que está produzindo efeito entre vós”⁸.

10. Só uma Igreja missionária e evangelizadora experimenta a fecundidade e a alegria de quem realmente realiza sua vocação. Assumir permanentemente a missão evangelizadora é, para todas as comunidades e para cada cristão, a condição fundamental para preservar e reviver o clima pascal de “alegria no Espírito” que animou a Igreja em seu nascimento e a sustentou em todos os grandes momentos de sua história. Por isso, o Apóstolo Paulo podia afirmar com todo o vigor: “Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim. É, antes, uma necessidade que se me impõe. Ai de mim se não evangelizar!”⁹.

11. Evangelizar COM RENOVADO ARDOR MISSIONÁRIO – O evangelizador deve comunicar o Evangelho com vibração, entusiasmo e alegria, na certeza de ser instrumento de Deus e sabendo que está cumprindo a missão recebida no Batismo. O mundo precisa de uma nova evangelização com a descoberta de novas formas e de novas possibilidades, para que a Palavra de Deus se torne fonte de inspiração para a vida das pessoas e para a construção da sociedade.

12. O renovado ardor missionário exige que a pregação do Evangelho responda aos novos anseios do povo, no contexto de uma sociedade marcada por rápidas e profundas mudanças. Evangelizar é colocar a Boa Nova como fonte de esperança no meio de tantos conflitos que surgem no coração do homem e na sociedade desigual, impedindo a realização do projeto de Deus. Evangelizar é suscitar a esperança de um novo milênio de justiça e de paz.

13. O renovado ardor missionário exige ainda dos evangelizadores uma nova disposição que leve a romper com as acomodações e a rotina na ação missionária. Superando a mera atitude de espera, é preciso ir, com coragem evangélica, às pessoas, grupos e ambientes onde o nome de Jesus não foi ainda proclamado ou onde sua ressonância perdeu o vigor. Na força do Espírito Santo, sobre nós derramado, somos chamados a superar todo medo e timidez no testemunho explícito da fé no coração das realidades terrenas.

14. Evangelizar TESTEMUNHANDO JESUS CRISTO – Não basta falar de Deus. É necessário testemunhá-lo por uma vida de santidade encarnada em nossos dias. O testemunho de vida é a primeira e insubstituível forma de missão¹⁰. O homem contemporâneo escuta muito mais as testemunhas que os mestres. E se escuta os mestres, é porque são testemunhas.¹¹ Em nosso tempo, muitas são as testemunhas coerentes e perseverantes na fé e no amor a Cristo até mesmo com o sacrifício da própria vida.¹²

15. Evangelizar EM COMUNHÃO FRATERNA – Cristo mandou que todos se amassem como ele amou.¹³ A fraternidade parte de um Deus-Comunhão e de um Deus que se faz irmão, para que todos sejam um¹⁴. O testemunho cristão é essencialmente comunitário. Jesus envia seus discípulos “dois a dois”¹⁵ e ele mesmo vive em comunhão com seus Apóstolos. A comunhão fraterna era o ideal das primeiras comunidades cristãs, que queriam ser “um só coração e uma só alma”. Fraternidade que não se expressava apenas nos bens materiais, mas também nos bens espirituais¹⁶. Caridade fraterna que se deve manifestar entre os próprios evangelizadores, e entre todos os que crêem no Cristo.

16. A comunhão fraterna é fruto necessário da própria ação evangelizadora. A resposta ao anúncio só se completa com a adesão ao Reino, “nova maneira de ser, de viver, de estar junto com os outros, que o Evangelho inaugura. Essa adesão não pode permanecer abstrata e desencarnada, mas se manifesta concretamente pela entrada visível numa comunidade de fiéis”¹⁷. A nova evangelização “tem por fim formar comunidades eclesiais maduras”¹⁸.

17. A Igreja no Brasil procura concretizar essa fraternidade no espírito da experiência comunitária, reconstruindo na sua base aquele tecido de pequenas comunidades eclesiais, ligadas com profundos vínculos de fraternidade, sempre abertas, no meio social em que vivem, à solidariedade com o povo.

Viver a comunhão fraterna é também sentir solidariedade com toda a criação, que vem de um Deus-comunhão, que deseja a promoção da vida e a busca da harmonia entre todos os seres criados.

18. "A EVANGÉLICA OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES" é uma atitude de Jesus, que deve ser assumida pela Igreja. Cristo veio evangelizar a todos, e, por isso, teve como preferência específica: "evangelizar os pobres" ¹⁹. "Os primeiros destinatários da missão são os pobres, sendo a sua evangelização sinal e prova, por excelência, da missão de Jesus" ²⁰.

19. A opção pelos pobres pode e deve impulsionar a Igreja a descobrir, sempre de novo, a exigência radical do Evangelho, libertando-a da acomodação e do conformismo aos "esquemas deste mundo" ²¹.

Jesus, ao aproximar-se dos marginalizados pela sociedade e das vítimas da exclusão e do desprezo, faz que sintam e vivam uma experiência de libertação, e uma partilha junto à mesma mesa ²².

Entre o anúncio evangélico e a promoção do homem, entre a caridade cristã e a promoção humana, há uma estreita e profunda conexão, como mostra o ensino social da Igreja.

20. EVANGELIZAR PARA FORMAR O POVO DE DEUS E PARTICIPAR DA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA.

FORMAR O POVO DE DEUS – Desde o Antigo Testamento, Deus quis formar um povo, que lhe fosse fiel e que preparasse a chegada do Messias. Com ele estabeleceu uma aliança e lhe deu meios e mensageiros: "Para que sejam o meu povo e eu seja o seu Deus" ²³. O povo de Deus continua e se aperfeiçoa na comunidade de salvação que é a Igreja, novo povo de Deus, comunidade congregada daqueles que crêem em Cristo ²⁴. Formar o povo de Deus é também construir a comunidade para viver em comunhão e participação. A grande comunidade eclesial expressa sua vida em comunidades concretas através da comunhão na fé, vivida, celebrada e testemunhada. A nova evangelização busca criar novas comunidades e exige profunda revisão nas estruturas comunitárias.

21. PARTICIPAR DA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA é realizar o projeto de Deus na solidariedade e na busca do bem comum. A justiça exige que se dêem condições de viver com dignidade e com oportunidades iguais; e a solidariedade descobre as necessidades e os problemas dos outros, particularmente dos mais empobrecidos.

22. A sociedade concreta em que vivemos, em nosso País e em grande parte do mundo, está marcada pelas desigualdades, egoísmo e injustiças. Por isso, "a evangelização comporta uma mensagem sobremaneira vigorosa em nossos dias, sobre a Libertação" ²⁵. Para a Igreja, o amor ao ser humano se concretiza na promoção da justiça. "A solidariedade ajuda-nos a ver o outro – pessoa, povo ou nação – não como um instrumento qualquer de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, para o abandonar, quando já não serve; mas, sim, como um nosso semelhante" ²⁶.

23. A SERVIÇO DA VIDA E DA ESPERANÇA NAS DIFERENTES CULTURAS – A edificação de uma sociedade justa e solidária depende de uma nova "cultura", de novos valores que inspirem a vida humana. Infelizmente, a cultura contemporânea, sob certos aspectos, pode ser denominada uma "cultura de morte" pelas múltiplas formas de sacrifício da vida

humana aos ídolos da riqueza, do poder e do prazer. A vida hoje vem sendo desprezada e até eliminada, desde a concepção até seu fim natural pelas mais variadas formas de destruição. O Deus da vida exige o respeito e a promoção da vida em todas as suas formas e estágios.

24. Diante de tantos sinais de morte, o evangelizador não pode perder a esperança. Esperança que não é apenas uma virtude humana, mas dom do Deus da vida. Num mundo dominado pelo temor e desespero, deve-se proclamar a esperança pascal. Cristo ressuscitado, vencedor da morte, é a certeza de vitória e de total libertação. “Sem esmorecer continuemos a afirmar a nossa esperança, porque é fiel quem fez a promessa”²⁷. A esperança em Cristo é também compromisso para mudar as situações de pecado, existentes no mundo e na sociedade.

25. O anseio por uma sociedade mais justa, o ressurgimento das culturas oprimidas, a valorização dos direitos fundamentais da pessoa humana, a solidariedade entre os povos, o clamor contra as mais variadas formas de injustiça, a sensibilidade pelas situações de miséria e de fome, o interesse pela ecologia: são aspirações do homem de hoje e alguns sinais dos tempos em que vivemos e que representam sementes de esperança.

26. A Igreja tem consciência de que sua missão exige respeito pelas diferentes culturas. A cultura deve ser considerada como “o bem comum de cada povo ou grupo étnico, a expressão de sua dignidade, liberdade e criatividade, o testemunho do seu percurso histórico”²⁸. Evangelizar as culturas não é deformá-las ou destruí-las, mas propiciar seu pleno desabrochar à luz do Evangelho. A Igreja sente necessidade de redobrar seus esforços na defesa dos direitos dos povos indígenas, dos negros, das minorias étnicas e no respeito pelas variadas tradições culturais.

27. A evangelização exige a inculturação da fé e o respeito pelos valores próprios de cada grupo humano. Nesse sentido, a religiosidade popular é um caminho privilegiado de evangelização e nela os pobres manifestam seu potencial evangelizador²⁹.

28. A CAMINHO DO REINO DEFINITIVO, os cristãos são reconfortados pela certeza da esperança na difícil luta pela libertação integral da pessoa humana e pela construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna. O cristão tem consciência de seu compromisso na edificação da cidade terrena, mas sempre com seus olhos voltados para a Jerusalém celeste, para o triunfo final de Deus, quando todas as coisas lhe serão submetidas e quando Deus será “tudo em todos”³⁰. É o desfecho glorioso da história da salvação, com a vitória absoluta e definitiva de Deus.

II PARTE: OS CAMINHOS DA EVANGELIZAÇÃO

Capítulo I: O PLANEJAMENTO PASTORAL NA IGREJA DO BRASIL

Sumário

- O Concílio Vaticano II: uma nova autoconsciência da Igreja
- A renovação conciliar no Brasil: precedida por Movimentos renovadores, como Ação Católica, Movimentos Sociais, MMM, CNBB, CRB, Plano de Emergência; concretizada pelo PPC (Plano de Pastoral de Conjunto, 1966-70); estimulada pelo intercâmbio com as Igrejas da América Latina (Rio de Janeiro, 1955; Medellín, 1968; Puebla, 1979; Santo Domingo, 1992) e os Sinodos dos Bispos; prolongada nas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral, no compromisso com a defesa dos direitos humanos, nas novas pastorais específicas, no apoio aos Movimentos populares; retomada nas Diretrizes Pastorais de 1979-82, na atuação da Igreja na década de 80 e no processo constituinte, enquanto novas mudanças sociais e culturais abrem a década de 90 e levam a uma nova proposta evangelizadora (DGAP 1991-1994), que enfrenta a questão da modernidade.
- A história do planejamento pastoral no Brasil ressalta a continuidade da pedagogia pastoral e as metas da vivência comunitária, da inculturação e da transformação social.

29. O Concílio Vaticano II significou um tempo novo para a vida da Igreja, um sopro do Espírito que se difundiu para além dos quadros intra-eclesiais e dos ambientes religiosos. Ao repensar a missão da Igreja e a sua relação com o mundo, gerou uma nova autoconsciência da Igreja e uma eclesiologia de amplas perspectivas para o trabalho pastoral. Lembramos aqui suas principais características:

- a) a superação da concepção de Igreja "sociedade perfeita", repartindo o espaço com a sociedade civil, em direção a uma concepção de Igreja comunidade, inserida no mundo, a serviço do Reino;
- b) a superação da oposição entre Igrejas da cristandade e Igrejas das missões, pelo reencontro da consciência de uma Igreja toda e sempre missionária;
- c) a consciência mais clara de que a Igreja não é só a hierarquia, mas todo o povo de Deus, ressaltando o papel dos leigos e a co-responsabilidade de todos, pastores e fiéis, na ação pastoral e na missão evangelizadora, sem deixar de reconhecer e valorizar a vocação específica missionária "adgentes";
- d) a redescoberta da Igreja Particular ou Local, como realização viva e característica da Igreja Universal, em comunhão com as demais e com a sede primacial de Pedro;
- e) a mudança para uma pastoral mais atenta à necessidade de uma nova linguagem catequético-litúrgica e para uma evangelização das massas afastadas da vida eclesial;
- f) a valorização do mundo e das realidades terrestres e o reconhecimento de sua justa autonomia;
- g) a abertura ao ecumenismo e ao diálogo com as religiões e as culturas. Essas novas atitudes reconhecem a possibilidade de aprender algo do mundo moderno³¹, mesmo dos adversários. Por isso, levam a admitir que os membros da Igreja nem sempre foram isentos de culpas ou de erros³².

30. A caminhada da Igreja Católica no Brasil, nas últimas décadas, segue muito de perto as pegadas da *renovação conciliar*. Na verdade, as novas perspectivas pastorais abertas pelo Concílio encontraram entre nós uma Igreja que já vivia um surto renovador claramente perceptível. Herdeira de uma rica tradição de mais de quatro séculos de evangelização, cristalizada antes de tudo na fé simples do povo, a Igreja no Brasil foi fortemente enriquecida por *Movimentos renovadores* nas décadas que precederam o Concílio. Eles não só facilitaram a recepção do Concílio como possibilitaram as contribuições de bispos brasileiros para a reflexão conciliar. Entre eles é preciso ressaltar os Movimentos Litúrgico e Bíblico, a Ação Católica e os Movimentos Familiares, a abertura para as questões sociais e as iniciativas de renovação da Vida Religiosa e do Ministério Presbiteral.

31. A *Ação Católica*, principalmente em sua fase especializada, caracterizada por forte espírito missionário, foi uma valiosa experiência de presença organizada do testemunho cristão nos vários campos da sociedade, sobretudo no mundo operário, estudantil e agrário. A sua metodologia característica do "ver-julgar-agir" perpassa a pastoral até os dias atuais. Igualmente o seu pioneirismo na formação de lideranças deu frutos que ainda hoje são identificáveis em diversos campos da vida nacional.

32. *No campo social*, os anos 50 assistiram a uma *mudança qualitativa* da presença da Igreja. No mundo rural e operário, a Igreja evoluiu de uma atuação marcadamente assistencial, para uma presença conscientizadora e fortalecedora das reivindicações sociais. A sociedade brasileira começava a viver as grandes transformações sócioeconômicas que provocaram maior consciência da real situação do povo, especialmente do mundo rural. São dessa época o Movimento de Educação de Base, os Círculos Operários, as Semanas Ruralistas e a expansão do sindicalismo rural. Muitas lideranças de projeção nacional foram formadas neste período.

33. De menor duração e atuando mais dentro das estruturas eclesiais, o *Movimento por um Mundo Melhor* empolgou sobretudo aos bispos, presbíteros, religiosos e religiosas, na busca de novos caminhos para uma Igreja que, vivendo o mistério do Corpo Místico de Cristo, testemunhasse a fraternidade evangélica e novo zelo missionário.

Devem, também, ser lembrados os numerosos movimentos apostólicos de leigos que desde o ano de 1945, vieram se difundindo amplamente como novas expressões da vitalidade da Igreja no Brasil.

34. Dois grandes organismos eclesiais nasceram antes do Concílio e contribuíram amplamente para a sua aplicação. O surgimento da *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, desde 1952, inaugurou uma nova e promissora fase de vida na Igreja do Brasil. A CNBB nasceu no contexto de uma Igreja despertada por novos movimentos e, sobretudo, pelas organizações nacionais dos leigos da Ação Católica, que postulavam uma articulação dos pastores. Não por acaso, o Assistente Nacional da Ação Católica foi o organizador da Conferência Episcopal. Outro organismo, estimulado pelo primeiro, foi a *Conferência dos Religiosos do Brasil*, cuja criação, em 1954, fortaleceu a formação e a atualização dos religiosos e religiosas e a sua inserção na vida e missão da Igreja.

35. A Conferência Nacional dos Bispos encontrou no *planejamento pastoral* o instrumento para animar e articular a ação pastoral em nível nacional e regional a partir das Igrejas locais, garantindo, ao mesmo tempo, a presença da Igreja numa sociedade em profundo processo de transformação. A experiência do planejamento pastoral teve início com o *Plano de Emergência* (1962), urgido pelo Papa João XXIII. Bastante simples em sua organização, ele se propunha quatro metas ambiciosas: a renovação da paróquia, do ministério presbiteral, da escola católica, e a promoção da ação da Igreja no campo sócio-econômico. O Plano de Emergência, às vésperas do Concílio, teve o significado pedagógico de reconhecimento oficial do “novo” e de treinamento para a co-responsabilidade que as propostas do Concílio iriam exigir.

36. Entretanto, foi o *Plano de Pastoral de Conjunto* (PPC) para 1966-1970 que possibilitou a aplicação articulada de toda a riqueza do Concílio, por parte da Igreja no Brasil. O seu objetivo, aliás, era expressamente: “criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste, o mais rápida e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II”. Para isso, ele definiu orientações expressas, principalmente em um Objetivo Geral e seis Objetivos Específicos que geravam, dinamicamente, seis Linhas de Trabalho.

37. O *Objetivo Geral* era: “Levar todos os homens à comunhão de vida com o Pai e entre si, por Cristo, no dom do Espírito Santo, pela mediação visível da Igreja”. As seis *Linhas de Trabalho* eram promover:

- a) uma sempre maior unidade visível no seio da Igreja Católica;
- b) a ação missionária;
- c) a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica;
- d) a ação litúrgica;
- e) a ação ecumênica;
- f) a melhor inserção do povo de Deus como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus.

38. O Objetivo Geral deixa perceber, claramente, a concepção conciliar da *Igreja como mistério de comunhão trinitária*. As Linhas de Trabalho explicitam os *grandes documentos do Concílio*: “Lumen Gentium” (L.1), “Ad Gentes” (L.2), “Dei Verbum” (L.3), “Sacrosanctum Concilium” (L.4), “Unitatis Redintegratio” e “Nostra Aetate” (L.5), “Gaudium et Spes” (L.6).

39. A dinâmica da renovação conciliar levou a Igreja Católica do Brasil a alargar a sua *abertura para as outras Igrejas particulares na América Latina*. Avivaram-se a consciência dos laços culturais e dos problemas sociais comuns, bem como a necessidade da busca de caminhos pastorais para uma evangelização encarnada. Os grandes acontecimentos eclesiais em nível continental (Rio de Janeiro e fundação do CELAM, 1955; Medellín, 1968; Puebla, 1979; e Santo Domingo, 1992), revelam urgências desafiantes para a prática pastoral e vão criando uma mística evangelizadora latino-americana.

40. Estes acontecimentos latino-americanos e os sucessivos Sínodos dos Bispos e documentos pontifícios vão levando a missão da Igreja a ser entendida mais claramente como *evangelização*, serviço do Evangelho, tendo como centro Jesus Cristo e seu Reino. Neste sentido, destacam-se o Sínodo de 1974 e a subsequente Exortação Apostólica de Paulo VI sobre a "Evangelização do mundo de hoje"³³ e, mais recentemente, a encíclica de João Paulo II, "A Missão do Redentor",³⁴ sobre a atividade missionária da Igreja.

41. A prática eclesial, animada pelos acontecimentos e documentos acima lembrados, despertou para a consciência das várias *dimensões constitutivas* da evangelização e dos seus desafios. Eles, por sua vez, vão encontrando resposta na prática evangelizadora e nos vários níveis da ação pastoral.

42. As orientações do PPC, prorrogadas em 1970 e atualizadas no final de 1975, iluminaram, por quinze anos, o amplo projeto de renovação da Igreja em busca de uma Pastoral Orgânica ou de Conjunto. A partir de 1970, adotou-se uma sistemática de *planejamento mais flexível*. Buscou-se a unidade em nível nacional através das *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil* (1975), deixando-se a definição de planos para os Regionais e as Dioceses, apoiados por planos bienais dos organismos nacionais. Sob o impulso recente do Concílio, a Igreja viveu esse período em clima de grande alegria e esperança. A Assembléia de Medellín (1968), partindo da análise estrutural da realidade latino-americana, abriu caminhos para uma aplicação mais concreta das exigências conciliares na situação de injustiça vivida pelos povos do continente. Ao mesmo tempo, o Sínodo de 1971 sobre "A Justiça no Mundo", enfatizava o empenho pela justiça e pela libertação integral da pessoa humana como dimensão constitutiva da evangelização.

43. Vivendo os tempos difíceis e sofridos da ditadura militar, a Igreja assumiu um *compromisso sempre mais claro e conseqüente com a defesa dos direitos humanos*, sobretudo dos mais pobres e oprimidos: camponeses, operários e estudantes. O testemunho de solidariedade com os oprimidos foi selado pela perseguição e o sangue de agentes de pastoral e estimulou os pronunciamentos de algumas Igrejas locais ou regionais, em documentos tais como "Testemunho de Paz" (Sul 1, S. Paulo, 1972), "Eu ouvi os clamores do povo" (Nordeste, 1973), "Marginalização de um povo – Grito das Igrejas" (Centro-Oeste, 1973). A Assembléia Geral, reunida em Brasília em 1970, apesar das pressões oficiais, denunciou a prática da tortura e, em 1977, publicou o documento "Exigências Cristãs da Ordem Política", de singular importância histórica para a sociedade brasileira.

44. Data também desse período a consolidação de novas iniciativas pastorais. Surgem *pastorais específicas* em áreas particularmente desafiantes e conflituosas, como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário, 1972) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra, 1975), cuja atuação persiste e se atualiza até hoje. As *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs) vinham crescendo desde os inícios da década de 60. A eclesiologia que as impulsionava valorizava elementos significativos do Concílio Vaticano II: a comunidade, a diversificação dos ministérios, a consciência missionária, a sensibilidade para com os apelos da realidade. Elas se revelam agora como uma grande "esperança da Igreja"³⁵. Promovem o 1º Encontro Intereclesial em Vitória do Espírito Santo (1975), seguido de tantos outros. *Comunidades Religiosas* descobrem novos apelos missionários e se inserem nos meios populares.

45. A ação da Igreja era claramente favorável às reivindicações de liberdade associativa e melhoria de vida dos *Movimentos populares e sindicais*. Não obstante as constantes tensões intra-eclesiais, a Igreja no Brasil conheceu um período de raro *reconhecimento por parte da sociedade civil*, sobretudo de certos setores (universidades, imprensa, profissionais liberais) tradicionalmente menos propensos a olhá-la com simpatia.

46. Na segunda metade dos anos 70, a Igreja no Brasil recebeu notável impulso do *Sinodo sobre a Evangelização* do mundo contemporâneo,³⁶ e da preparação e realização da *Conferência de Puebla* (1979), para a qual, aliás, colaborou de maneira significativa.

47. Com a preocupação de reintegrar o laicato e organizá-lo com expressão e representatividade nacional, a CNBB incentivou a criação do Conselho Nacional de Leigos.

48. No início dos anos 70, consegue-se também reverter a crise que atingiu a muitos presbíteros e reduzir o número das vocações ao ministério presbiteral. Por volta de 1982, o número dos seminaristas maiores já supera o dos anos mais favoráveis do período pré-conciliar. Logo após, o número de ordenações cresce, expressivamente, permitindo que o número de presbíteros por habitante volte a aumentar após 1990. Por outro lado, os padres, sobrecarregados de trabalhos pastorais, partilham as suas tarefas com ministros leigos e redobram as formas de intercâmbio e colaboração, promovendo também os Encontros Nacionais de Presbíteros.

49. As *Diretrizes do período 1979/82* expressam bem esse momento histórico. Conservadas para o quadriênio de 1983/1986 e, novamente, para o de 1987/1990, elas foram recebendo esclarecimentos e matizes a cada novo período, mas mantiveram a sua fisionomia original. Durante mais de um decênio, iluminaram o trabalho pastoral da Igreja no Brasil, organizado ao redor de um amplo projeto de "Evangelização Libertadora". Em sua última formulação, enunciavam assim o seu *objetivo geral*:

- "Evangelizar
- o povo brasileiro em processo de transformação social, econômica, política e cultural,
- a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem,
- à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres,
- pela libertação integral do homem,
- numa crescente participação e comunhão,
- visando formar o Povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e fraterna,
- sinal do Reino definitivo".

50. Do PPC, as Diretrizes conservaram as seis linhas, concebidas sempre mais como *dimensões constitutivas* da evangelização. A opção pelos pobres foi amadurecendo em seu sentido evangélico e em suas conseqüências. A luta pela justiça marcou, fortemente, a ação pastoral, como é visível nos sucessivos temas das Campanhas da Fraternidade. O empenho pela inculturação do Evangelho e a busca de uma mais profunda ligação entre "fé e vida" encontraram fecunda expressão na Assembléia Geral de 1983 com a publicação do documento "Catequese Renovada", que recebeu a maior divulgação entre os documentos da CNBB.

51. A Igreja participou, ativamente, do processo de redemocratização do País, valorizando a participação e apoiando as emendas populares à nova Constituição. Dois documentos importantes marcaram a presença da Igreja no ciclo do *processo constituinte*: "Por uma nova Ordem constitucional" (1986) e "Exigências éticas da Ordem democrática" (1989). No período pós-Puebla, as *pastorais sociais* tiveram grande incremento em todos os campos. As *tensões intra-ecclesiais* igualmente cresceram, seja devido à própria proposta de evangelização libertadora numa sociedade profundamente marcada pelas injustiças, seja por uma compreensão deformada dessa proposta. As instruções romanas sobre a Teologia da Libertação (1984 e 1986), a "Carta aos agentes de pastoral e às comunidades" da Assembléia Geral de 1985 e a Carta pessoal do Papa à CNBB, de 1986, balizaram os rumos da ação pastoral. Mas novos horizontes e desafios começavam a surgir para a Igreja no Brasil.

52. No final da década de 80, cresce na Igreja a consciência de que a *situação da sociedade é profundamente diversa* daquela da época pós-conciliar. A missão evangelizadora se dá numa sociedade pluralista, secularizada, estruturada sobre os valores da modernidade. O crescente *pluralismo religioso* se torna objeto de estudos,

com a colaboração de outras Instituições reunidas no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC). A Igreja Católica, que por seu compromisso com os pobres se abriu aos valores das culturas oprimidas, se defronta cada vez mais com os desafios da evangelização da cultura moderna. O pluralismo cultural, vivido dentro mesmo da Igreja, exige respostas pastorais diversificadas. A consciência disso levou a Assembléia Geral de 1988 a publicar o documento "Igreja, Comunhão e Missão". O documento, aprofundando o mistério da comunhão eclesial, reforça a identidade das comunidades católicas e as estimula a uma nova e mais vigorosa atuação missionária.

53. Um dos sinais dessa consciência foi o novo impulso dado à organização do laicato, com a preparação e realização do Sínodo sobre os Leigos (1987) e a conseqüente recepção da Exortação "Christifideles Laici" (1989). A valorização dos "sujeitos da evangelização", suscitados e formados dentro dos vários grupos culturais e situações sociais características, reforça a responsabilidade missionária da comunidade eclesial, abrindo-se para a missão "além-fronteiras", junto de outros povos e países.

54. As Diretrizes Pastorais dos anos 90, cuja primeira formulação foi feita para o período 1991/1994, acolheram esses aspectos novos e os reelaboraram de maneira orgânica, dentro de uma *nova proposta evangelizadora*, conforme bem expressa o seu Objetivo Geral:

- "Evangelizar,
- com renovado ardor missionário,
- testemunhando Jesus Cristo,
- em comunhão fraterna,
- à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres,
- para formar o povo de Deus e
- participar da construção de uma sociedade justa e solidária,
- a serviço da vida e da esperança
- nas diferentes culturas,
- a caminho do Reino definitivo".

55. O *quadro histórico da definição das Diretrizes em 1991* foi marcado por acontecimentos que contribuíram para enriquecê-las. A criação da "Assembléia Nacional dos Organismos do Povo de Deus" (1991) possibilitou uma participação mais efetiva de representantes de todos os segmentos da comunidade eclesial na elaboração das novas Diretrizes. A encíclica missionária sobre a Missão do Redentor (1990) e a sua insistência na "Nova evangelização" e, a seguir, a preparação de Santo Domingo (1992) com a temática da evangelização e cultura, por ocasião dos 500 anos de evangelização do continente americano, ofereceram novos conteúdos e acentuações. O apelo a uma nova evangelização foi acolhido pela Igreja no Brasil, sobretudo como *oportunidade para uma retomada do ardor missionário*, com ênfase na centralidade de Jesus Cristo e um desafio a se posicionar frente à modernidade. Na sociedade brasileira ela é sentida, dramaticamente, nas formas de vida urbana transferidas, também, às populações rurais pelos meios de comunicação de massa. A rapidez e o radicalismo das mudanças culturais permitem que formas avançadas e modernas de vida convivam com outras tradicionais.

56. As Diretrizes de 1991/1994 abordaram a *questão da modernidade* a partir de três aspectos principais: o individualismo; o pluralismo cultural e religioso; as contradições sociais e suas causas estruturais. Novos acentos pastorais correspondentes são propostos: valorização da pessoa e da experiência subjetiva; vivência comunitária e diversificação das formas de expressão eclesial; presença mais significativa da Igreja na sociedade. Essa mesma sociedade, no penoso caminho da democratização, defronta-se com uma *crise ética* de proporções sempre mais vastas. A Igreja procurou iluminar os caminhos de solução com os documentos sobre Educação (1992) e "Ética, pessoa e sociedade" (1993), bem como com as Semanas Sociais Nacionais, realizadas dentro de nova e envolvente metodologia. O quadriênio assistiu, também, a um aprofundamento e redefinição da Igreja frente aos Meios de Comunicação Social, na esteira da Campanha da Fraternidade sobre o tema (1989). O ano de 1994, proclamado *Ano Missionário*,

recebeu da Assembléia Geral um valioso subsídio sobre “Desafios e Protagonistas da Missão”, num esforço de concretização do sentido eminentemente missionário das Diretrizes.

57. No final de 1994, um levantamento, realizado pela CNBB junto às Dioceses, províncias religiosas e institutos eclesiais, confirmou uma *notável influência das Diretrizes Gerais* de 1991-1994 sobre os planos pastorais e o desejo de que as *Diretrizes* encontrassem *continuidade* no período 1995-1998. A ênfase dos planos diocesanos, no período passado, recaiu especialmente sobre as dimensões comunitário-participativa e bíblico-catequética e sobre a exigência da formação, o que pode ser interpretado como sinal da necessidade de uma preparação mais adequada para os novos desafios da evangelização.

58. No momento histórico atual, somos convocados pelo Papa João Paulo II, a preparar, cuidadosamente, e a celebrar, pastoralmente, o grande Jubileu do ano 2000. Valiosas reflexões e sugestões estão contidas na Carta Apostólica “Tertio Millennio Adveniente”, as quais, certamente, irão marcar os trabalhos pastorais do próximo quadriênio. Ao mesmo tempo, cabe-nos lembrar o que significa o ano 2000 na história do Brasil: o quinto centenário da chamada “descoberta” e do início da evangelização.

A missão continua. Como os hebreus chegando à Terra Prometida após 40 anos de travessia, descobriram novos obstáculos e se espantaram face ao que lhes pareceu um desafio gigantesco,³⁷ assim, nós estamos diante de um mundo em mudança sempre mais rápida, que parece questionar ainda mais radicalmente a comunidade cristã e todas as formas de solidariedade da sociedade. Os novos questionamentos nos impõem duas atitudes diversas, mas necessárias e complementares:

- *reavivar a memória da missão evangelizadora* que nos foi confiada, recordar e assumir com novo ardor a vocação própria da Igreja: a evangelização;
- *considerar com realismo as mudanças* que estão ocorrendo, para nelas discernir os “sinais dos tempos” e os apelos de Deus, que nos chama a criar *novas expressões* e a buscar *novos caminhos* na missão de encarnar o Evangelho nas novas realidades culturais e sociais.

É o que vamos fazer nos capítulos II (A evangelização) e III (As mudanças da sociedade brasileira), para discernir com maior clareza as diretrizes da nossa ação (capítulo IV) e as nossas responsabilidades próprias e intransferíveis como evangelizadores (capítulo V).

59. A história do planejamento pastoral aqui lembrada, ajudar-nos-á a compreender melhor a situação atual e a reconhecer preciosas indicações para a nossa ação futura. A primeira delas diz respeito à *importância do planejamento pastoral* seja em nível nacional, através das Diretrizes e dos Planos Bienais (onze) que seguiram ao PPC, seja em nível regional e diocesano, com inúmeros planos e iniciativas. A experiência do planejamento pastoral ensina que ele deve ser assumido mais como *pedagogia* do que como *técnica*. Mais rico do que os simples planos é o *processo de planejamento*, que possibilita o envolvimento das pessoas e a sua sustentação numa dinâmica de compromisso. A visão global, garantida pelas Diretrizes, supera o risco da redução da pastoral a aspectos parciais ou meramente conjunturais. A articulação ao redor de metas objetivas garante a integração contra a fragmentação pastoral. O planejamento tem-se revelado, enfim, como um eficaz instrumento de *participação* de grupos e comunidades no serviço do Reino de Deus. O êxito mais pleno é alcançado quando o planejamento se traduz numa mística de serviço ao Evangelho e de identificação com a missão da Igreja como continuação da missão de Jesus Cristo.

60. A segunda indicação a ressaltar é a presença, na caminhada pastoral, de *algumas constantes* que marcaram o período pós-conciliar e que serão referências relevantes também para os próximos anos. Entre elas destaca-se uma metodologia pastoral que, na forma do “Ver-Julgar-Agir” ou de outra maneira, sempre procura *ligar fé e vida*, reflexão teológica e análise da realidade, ideal evangélico e consideração realista das condições

humanas. Esta perspectiva metodológica foi e continuará se enriquecendo, na medida em que perceber melhor as diferenças entre as culturas, apreciando os valores de cada uma e aprofundando a *inculturação* do Evangelho. Esta perspectiva conduziu, ainda antes, à procura da solidariedade dos evangelizadores com o povo e à opção preferencial pelos pobres, numa atitude dinâmica de busca da transformação da sociedade desigual e injusta. Nesta busca construtiva de uma sociedade mais justa e fraterna, a serviço da vida e da esperança, o povo de Deus é o *sujeito da evangelização* e da sua própria libertação. Assim a Igreja continua a missão de Cristo, enviado para “evangelizar os pobres”, abrir os olhos e os ouvidos, libertar os oprimidos³⁸.

Capítulo II: EVANGELIZAÇÃO HOJE

Sumário

– *Necessidade de aprofundar a teologia da evangelização.*

1. Que é evangelizar?

– *A evangelização deve ser repensada em cada nova época*

– *A evangelização é continuar a missão de Jesus, o que exige que a Igreja seja discípula, viva o Evangelho, imitando o próprio agir de Jesus, e esteja atenta aos apelos do mundo, indo ao encontro das situações humanas.*

2. A ação salvífica de Deus no mundo

– *Deus quer a salvação de todos*

– *Deus age pelo Espírito, dentro e fora das fronteiras visíveis da Igreja, em sintonia com a ação do Filho, o Verbo Encarnado, pois o Espírito de Deus é o Espírito presente na vida e na ação de Jesus.*

3. Caminhos da evangelização

– *O evangelizador procura os caminhos da evangelização na docilidade ao Espírito, tendo por critério a inserção no ambiente humano ou “contextualização”, num aprendizado constante, que exige:*

a) *Inculturação: processo global e complexo, que tem analogia com a Encarnação e comunica a fé;*

b) *Exigências intrínsecas da evangelização: podem ser reconduzidas a quatro aspectos fundamentais: serviço, diálogo, anúncio e vivência comunitária da fé;*

c) *Por uma nova evangelização: um novo contexto, de pluralismo e secularismo, exige uma nova evangelização mesmo em países já evangelizados, há séculos.*

4. Sujeitos da evangelização

– *A missão deve ser assumida por todos, não apenas por alguns*

– *A responsabilidade de animar a missão cabe principalmente à Igreja Particular*

– *Novo papel de protagonistas da missão cabe aos leigos*

– *A missão exige também renovação das estruturas e unidade na diversidade.*

5. Espiritualidade

– *A missão exige superação de uma espiritualidade de “anulação de si” por uma espiritualidade de testemunho de vida*

– *A espiritualidade missionária hoje une docilidade ao Espírito, uso dos instrumentos disponíveis e valorização dos carismas pessoais e comunitários.*

61. A Igreja no Brasil, nos últimos decênios, deu grandes passos na renovação de suas estruturas e no planejamento pastoral, mas *não pode contentar-se com os resultados alcançados*. Novos contextos a desafiam a ser fiel ao mandato de Cristo. Impelida pela Palavra de Deus e pelos acontecimentos, *ela deve buscar respostas novas às novas exigências da evangelização* no atual processo de transformação da sociedade brasileira.

62. Para ser fiel à vontade de Cristo, é fundamental que ela *atualize a compreensão de si mesma*, e de sua consciência missionária, reconhecendo que ela não existe para si mesma, mas para a missão como “graça e vocação própria, a sua mais profunda

identidade" ³⁹. E *sua missão é evangelizar*, como "dever que lhe incumbe, por mandato do Senhor Jesus, a fim de que os homens possam acreditar e ser salvos" ⁴⁰.

63. As exigências da evangelização hoje a impulsionam a:

- a) aprofundar o sentido da evangelização como anúncio atual e libertador do Reino;
- b) alargar a compreensão da salvação para além de seus próprios limites visíveis, como salvação para todos; ⁴¹
- c) discernir os caminhos da missão da Igreja em continuidade com a missão evangelizadora de Jesus;
- d) envolver nessa missão não apenas grupos especializados de cristãos, mas todos os batizados, organizados em suas Igrejas locais, para que com novo ardor se coloquem a serviço do Reino;
- e) buscar uma autêntica espiritualidade cristã.

1. Que é evangelizar?

64. Em cada tempo e lugar, provocada pelo Evangelho, a comunidade cristã colocou-se frente a esta pergunta: *que é para nós evangelizar?* A resposta a essa questão foi sempre vivida como sinal de sua fidelidade a Cristo. De fato, a Igreja só se realiza como comunidade viva no seguimento do seu Mestre, pela realização da missão evangelizadora. Como o Apóstolo, ela exclama: "Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim; é, antes, uma necessidade que se me impõe. Ai de mim se eu não anunciar o Evangelho!" ⁴². Ela mesma se edifica como Igreja de Deus quando coloca no centro de suas preocupações não a si mesma, mas o Reino que ela anuncia como libertação de todos e cada um dos seres humanos para que vivam a plena comunhão com Deus e entre si ⁴³.

65. A urgência da evangelização hoje, por um lado, vem ao encontro desse mandato claro e evidente para a consciência dos discípulos de Jesus. Por outro, depara-se, mais que em outras épocas, com a complexidade dos novos contextos em que a Palavra viva deve ressoar. Esses novos desafios nos ajudam a superar visões parciais da evangelização e a compreendê-la em sua "realidade rica, complexa e dinâmica", integrando todos os seus elementos essenciais ⁴⁴ de modo que ela implique não apenas o anúncio do Evangelho por palavras, mas também a vida e ação da Igreja; que envolva não apenas gestos sacramentais, dentro da comunidade viva que celebra o mistério do amor de Deus em Cristo, mas também a promoção da justiça e da libertação; que se apresente não apenas como caminho que vai da comunidade cristã para o mundo, mas também como acontecimento do mundo, dentro do qual Deus continua sua obra salvífica, para a vida da Igreja.

66. No espírito dos Jubileus bíblicos – e o Papa o acentua fortemente – cabe-nos pedir perdão pelas falhas da história passada e presente, para assim dispor-nos para uma evangelização sempre mais autêntica ⁴⁵.

67. Evangelizar consiste essencialmente no *anúncio de Jesus Cristo*, morto e ressuscitado, como "Boa-Nova" do Reino e sinal do amor salvífico e libertador de Deus para com o mundo, presença vitoriosa de sua graça sobre o pecado e a morte. O Reino de Deus chega à sua plena realização no acontecimento único e irrepetível de Jesus de Nazaré, professado como Cristo, Filho de Deus vivo ⁴⁶. Assim sempre o entendeu a comunidade cristã. Ou seja: o Reino chega em sua vida e ação; em sua morte e ressurreição. "Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o Reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados" ⁴⁷.

68. Pela evangelização a Igreja realiza hoje a *missão de Jesus*. A vocação própria da Igreja consiste em percorrer o mesmo caminho de Jesus, com humildade e confiança, a fim de comunicar aos homens a salvação, plenamente manifestada no Filho, morto e ressuscitado. Neste sentido, evangelizar para a Igreja nada mais é do que fazer o que

Jesus fez: por palavras e ações expressar o amor misericordioso e compassivo para com todos, em especial os pequenos, os pobres, os mais necessitados e esquecidos de nossa sociedade injusta e excludente. Nessa atitude fundamental de seguir a Jesus, a comunidade eclesial, no entanto, deve prestar atenção à sua condição de *peregrina* na história. À diferença de Cristo, que não conheceu pecado, ela, “reunindo em seu próprio seio os pecadores, ao mesmo tempo santa e sempre necessitada de purificar-se, busca sem cessar a penitência e a renovação”⁴⁸.

69. O anúncio da Palavra de Deus visa a conversão cristã, isto é a adesão plena e sincera a Cristo e ao seu Evangelho, mediante a fé. A conversão é dom de Deus, que exige uma aceitação total e radical, sem limites. Ao mesmo tempo, porém, determina um processo dinâmico e permanente que se prolonga por toda a existência, uma passagem contínua da “vida segundo a carne” à “vida segundo o Espírito”⁴⁹.

70. Em vista disso, a mais fundamental atitude da comunidade cristã é a de *tornar-se discípula*, aprendendo a ser fiel e deixando-se constantemente evangelizar, por um lado, pela Palavra da vida que ela acolhe com fé e reparte aos seus filhos com amor de mãe; por outro, pelos próprios acontecimentos da história humana, nos quais Deus continua a dar-se a conhecer como salvação para todos. *Só uma comunidade evangelizada é capaz de tornar-se evangelizadora*⁵⁰.

71. A ação evangelizadora da Igreja se inspira no Bom Pastor, o primeiro e mais fiel evangelizador. Ele é, na verdade, o Evangelho vivo do Pai, porque nele a própria palavra se faz Evangelho em ação. Nele não há distância e muito menos separação entre palavra e ação. O agir libertador de Jesus vem constantemente confirmado e explicitado pela sua pregação. E sua palavra adquire vigor profético nos seus gestos que mostram a presença do Reino de Deus.⁵¹ Por isso mesmo, *o modo mais completo e perfeito de evangelizar é o testemunho da fé na vida*. Em outras palavras, os discípulos de Jesus, em qualquer tempo e lugar, devem reescrever o Evangelho com sua própria vida, de tal forma que neles se reconheça que Deus continua sua obra de salvação no mundo. A presença da Igreja no mundo, expressa em sinais e gestos proféticos, indica a vitória do Reino de Deus sobre as potências do mal, como se realizou em Jesus de Nazaré, morto e ressuscitado.

72. No mesmo sentido, seguindo a Jesus, *a Igreja não pode dissociar a dimensão humana, histórica e social de sua ação no mundo, da dimensão divina*, que lhe vem de sua origem, no mistério da Trindade. A obra de Deus, inaugurada em Jesus de Nazaré, não é diferente daquela que se realiza na Igreja, pois nela age e se faz presente hoje, na força do Espírito, o mesmo Senhor Ressuscitado. O que, pois, se realizou no tempo de Jesus, como sinal do amor de Deus, promoção da justiça e da libertação,⁵² a Igreja é chamada a realizar. É o mesmo Cristo que opera, com pleno vigor, na Igreja hoje. Por isso *a Igreja não pode*, sob pena de trair a missão de Jesus, *separar a salvação da promoção da justiça e da libertação*. Essa dimensão é, pois, constitutiva de sua missão evangelizadora.

73. A Igreja realiza sua missão evangelizadora *no vasto campo do mundo*. O grande desafio missionário da Igreja no mundo de hoje está em abrir-se ao vasto campo da missão para além de suas fronteiras. Fiel ao Espírito, ela descobre que, apesar do pecado, o mundo continua sendo criatura boa de Deus e amada por ele. Nele Deus continua sua obra criadora e salvadora, antes mesmo de ser por nós reconhecido como Senhor e Salvador. Abrindo-se à história humana, a Igreja aprende “a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito”⁵³.

74. Ser fiel ao plano de Deus significa para a Igreja ir ao encontro do ser humano em sua situação, procurando encarnar o Evangelho nas culturas, a partir de sua identidade evangélica. Esse dinamismo da encarnação faz a Igreja ser evangelizadora no seu ser e agir, no que ela diz e faz, continuando a missão de Jesus até o fim dos tempos.

2. A ação salvífica de Deus no mundo

75. “Deus quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade” ⁵⁴. E se o quer, deve ser de maneira adequada à situação de cada ser humano. Por isso mesmo, a ação salvífica de Deus precede a Igreja e sua missão. Desde a criação do mundo e do homem, Deus, em sua infinita sabedoria, percorre os caminhos de sua criatura e lhe promete sua salvação. *Mais: para que pudéssemos conhecê-lo e amá-lo, ele se deu a conhecer a si mesmo e a seu plano salvífico, em “acontecimentos e palavras”*. Estes revelam o sentido profundo do mistério de comunhão que Deus quer viver com todos em Cristo ⁵⁵. Cabe, pois, à comunidade eclesial, estar atenta ao agir de Deus no mundo e aos “sinais dos tempos”.

76. Deus age no mundo *pelo Espírito*. Cremos que “o Espírito manifesta-se particularmente na Igreja e em seus membros, mas sua presença e ação são universais, sem limites de espaço ou de tempo”⁵⁶. É ele que faz germinar as “sementes do Verbo” não apenas nos indivíduos, mas também nas sociedades e na história dos povos, em suas culturas e religiões, fazendo-as maturar em Cristo⁵⁷. *É esse mesmo Espírito Santo que predispõe os acontecimentos e prepara os corações dos homens em direção a Cristo*⁵⁸.

77. Esse é o mesmo Espírito “que agiu na encarnação, vida, morte e ressurreição de Jesus e atua na Igreja”. Ele não pode, pois, ser dissociado da presença e da *ação do Filho* de Deus, como se fosse uma alternativa. Na verdade, “tudo o que o Espírito opera no coração dos homens e na história dos povos, nas culturas e religiões, assume um papel de preparação evangélica”. Por isso, essa “ação universal do Espírito não pode ser separada da obra peculiar que ele desenvolve no Corpo de Cristo, que é a Igreja”⁵⁹.

78. O Espírito preparou a história humana para o Evangelho. Na plenitude dos tempos, a encarnação do *Filho de Deus iniciou a manifestação definitiva do Reino*. O Jubileu do ano 2000 nos oferece uma oportunidade única de apreciar o sentido plenificador, cósmico, da encarnação e do nascimento de Jesus Cristo, bem como da centralidade da sua presença na história⁶⁰. Jesus Cristo assume nossa história no seio de um povo e de uma cultura. Vive conscientemente a experiência do agir salvífico de Deus no mundo e o expressa em sua pessoa, em seu ministério pelo Reino e, de forma radical e suprema, na sua entrega na cruz. No poder desse mesmo Espírito é que a obra evangelizadora da Igreja continua a missão de Jesus. Presente na inauguração dos tempos messiânicos, ele manifesta a Igreja aos povos em Pentecostes, para que da dispersão se forme um só povo sobre o fundamento que é Cristo.

79. Edificada sobre esse fundamento, que é Cristo, e sobre os Apóstolos, testemunhas da Ressurreição, *a Igreja se estrutura nos diferentes contextos históricos*, na variedade multiforme dos tempos e dos povos, como “sacramento”, ou seja, “sinal e instrumento” de comunhão profunda dos homens com Deus e entre si. Ele deseja, desta forma, iluminar “com a claridade de Cristo que resplandece em sua face” ⁶¹ o caminho dos povos e das culturas.

3. Caminhos da evangelização

80. A evangelização, como obra da Igreja no mundo, só se compreende *no horizonte do mistério da comunhão trinitária*. Ela se explica pela *missão do Filho e do Espírito como sinal do amor de Deus Pai para conosco*. Ela tem como protagonista o próprio Espírito, enviado pelo Pai e pelo Filho como expressão do supremo interesse de Deus por nós. O evangelizador humano, pois, é sujeito de um agir divino no mundo, colocando a serviço do plano de Deus suas potencialidades humanas, seus talentos. Ele não é o centro da ação evangelizadora, mas simples operário de Cristo e administrador dos mistérios de Deus⁶². Ele é chamado a realizar essa missão sublime em perfeita obediência e docilidade ao Espírito.

81. Enquanto Jesus de Nazaré atuou dentro de um povo concreto, num tempo próprio, na singularidade de sua pessoa e de seu ministério, o Espírito do Senhor Ressuscitado se

faz presente e operante em todo tempo e lugar, na diversidade de contextos e situações humanas. Deste modo, ele vai moldando os tempos e a história para o Reino em Cristo. Sendo assim, o critério fundamental da evangelização é a aproximação às situações concretas, aos contextos de todos e de cada um dos seres humanos, ou seja: a contextualização da evangelização.

82. Esse processo exige um *aprendizado constante* a fim de se descobrir em cada situação a pessoa humana “como primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento de sua missão”⁶³. Para isso não são suficientes as técnicas de aproximação ao destinatário do Evangelho. É preciso, acima de tudo, uma atitude de espírito, evangelicamente respaldada pela experiência de fé pessoal, no seguimento de Jesus Cristo, e uma abertura aos outros, pela qual o evangelizador se coloca como servidor de Deus, servindo aos outros, em especial, os mais necessitados.

a) Inculturação⁶⁴

83. Esse processo de penetração do Evangelho no cotidiano de um povo, de tal forma que ele possa expressar sua experiência de fé em sua própria cultura, é chamado de *inculturação*. Ela não é uma etapa prévia da evangelização, mas uma dimensão que a acompanha permanentemente, pois o Evangelho transcende toda cultura e a questiona. “Jesus Cristo é, com efeito, a medida de toda a cultura e de toda obra humana”⁶⁵.

84. A inculturação é, na verdade, *um processo globalizante e complexo*, que “integra tanto a mensagem cristã como a reflexão e a práxis da Igreja”⁶⁶, conduzido pelo Espírito, como um imperativo do seguimento de Jesus.⁶⁷ Por ele, “a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e, simultaneamente, introduz os povos, com suas culturas, na sua própria comunidade, transmitindo-lhes seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro”⁶⁸.

Por esse processo as comunidades eclesiais, em formação, “poderão exprimir, progressivamente, a própria experiência cristã, em modos e formas originais, em consonância com as próprias tradições culturais”⁶⁹.

85. A inculturação, na verdade, deve ser compreendida em analogia com a encarnação.⁷⁰ Na encarnação, o Filho de Deus vem desde o Pai e se insere na história humana, partilhando de sua fragilidade, marcada pelo sofrimento, pelo pecado e pela morte, assumindo-a para redimi-la. Na inculturação, o evangelizador parte do Evangelho assimilado em sua própria cultura. A comunicação do Evangelho se dá no interior de um diálogo intercultural entre o evangelizador e o sujeito histórico da cultura. Acolhendo a fé, ele se torna também sujeito da evangelização inculturada. Esse diálogo enriquece tanto o evangelizador quanto o evangelizado, num intercâmbio e numa interação enriquecedora. Por outro lado, a cultura que acolhe o Evangelho é redimida e purificada, num processo pascal de morte para seus aspectos negativos, provenientes do pecado. Desse processo surge uma cultura renovada pelo sopro de Pentecostes para uma nova e mais plena forma de realização humana.⁷¹

No intercâmbio, o que se transmite fundamentalmente é a *fé*. Não é uma idéia abstrata, mas a certeza de que Deus está presente e atua em cada cultura.

b) Exigências intrínsecas da evangelização⁷²

86. Impulsionada pelo Concílio Vaticano II e pela experiência dos anos que se lhe seguiram, a Igreja se defronta mais lucidamente com novas situações e novos desafios para a evangelização. Ela toma consciência, de um lado, das exigências intrínsecas da evangelização; de outro, da unidade profunda que deve presidir a todo o processo de evangelização inculturada.

87. A primeira exigência da evangelização é, pois, o *serviço*, como testemunho do amor gratuito de Deus para com cada pessoa humana. Por ele se reconhece a dignidade

fundamental do ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus. Pelo serviço ao mundo, ela se solidariza com as aspirações e esperanças da humanidade, levada pela “fome e sede de justiça”, a colocar-se a serviço da causa dos direitos e da promoção da pessoa humana, especialmente dos mais pobres, em vista de uma sociedade justa e solidária.

88. A segunda exigência consiste em abrir-se ao *diálogo*, não como mera tática de conquista ou como jogo de interesses, mas como reconhecimento do real valor do outro como pessoa humana, querida e amada por Deus⁷³. O diálogo supõe reconhecer o outro como diferente de nós mesmos, como interlocutor, sujeito de valores que pertencem desde já ao Reino. O diálogo é exigido “pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito operou em cada homem”⁷⁴. Assim, o reconhecimento da presença operante do Espírito de Deus nos fiéis de outras religiões constitui o fundamento teológico do diálogo inter-religioso.

89. O diálogo supõe maturidade na fé, pela qual, abrindo-se ao diferente a partir da própria identidade, o fiel possa oferecer ao interlocutor o testemunho de uma vida coerente com o Evangelho. Neste contexto, diálogo e missão não se excluem. Antes, exigem-se mutuamente, de tal forma que o diálogo deve ser considerado como constitutivo da própria missão. De fato, o evangelizador se encontra com pessoas humanas, ricas de experiência cultural e religiosa.

90. A terceira exigência é o *anúncio* explícito de Jesus Cristo e de seu Evangelho. “A Igreja não pode esquivar-se ao mandato explícito de Cristo, não pode privar os homens da ‘Boa-Nova’ de que Deus os ama e salva”⁷⁵. O centro e o ápice do dinamismo evangelizador da comunidade eclesial há de ser sempre “uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus”⁷⁶. Deve-se notar que o anúncio é um acontecimento salvífico em que ouvintes já despertados para a esperança do Reino, são chamados a participar na comunhão visível com a Igreja.

91. A quarta exigência está na *vivência comunitária* da fé eclesial, de tal modo que as comunidades cristãs sejam “sinal da presença divina no mundo”⁷⁷. A comunidade cultiva sua ligação profunda com o mistério de Deus em Cristo, pela fé vivida no cotidiano de suas tarefas humanas; alimenta essa fé na celebração da Palavra e dos sacramentos; e se fortalece, desta forma, para o serviço ao mundo, articulando dons, carismas e ministérios para a plena realização de sua missão evangelizadora.

92. A comunidade cristã promove a educação pessoal e comunitária, progressiva e contínua, orgânica e sistemática do cristão na fé, na esperança e na caridade, pela constante interação entre Palavra de Deus, as formulações da fé cristã e as situações da vida. Ela interliga, desta forma, a experiência da fé com o crescimento da vivência eclesial, nos níveis pessoal, comunitário e social.

93. Como comunidade sacerdotal, organicamente estruturada pelos sacramentos, celebra os mistérios da fé. Colocando no seu centro a memória do Mistério pascal de Cristo e dos cristãos, que revela o amor do Pai para conosco e nos comunica o seu Espírito, a liturgia é fonte de comunhão com a Trindade e nos envia para a missão para proclamar o mistério de Cristo até que ele volte⁷⁸.

94. Por fim, a Igreja alimenta constantemente a consciência de que a unidade com Deus em Cristo, fundamento e alicerce da vida eclesial, há de ser vivida como comunhão entre irmãos na fé, entre comunidades vivas e apostólicas, entre Igrejas particulares que buscam alimentar constantemente a co-responsabilidade de todos os batizados no anúncio do Evangelho. Essa comunhão profunda se expressa nos diversos níveis de articulação eclesial, desde a colegialidade episcopal afetiva e efetiva para os bispos, à partilha de co-responsabilidade colegial no presbitério por parte dos presbíteros, aos diáconos em comunhão com as Igrejas locais e às mais diferenciadas comunidades

eclesiais, grupos apostólicos ou movimentos eclesiais inseridos em seus variados contextos.

95. Essa unidade vivida na Igreja Católica não dispensa o esforço de buscar, com perseverança e confiança na graça de Deus, a comunhão com outras Igrejas e comunidades eclesiais⁷⁹. Inspirada pelo documento conciliar “Unitatis Redintegratio”, a Igreja sabe que “esta unidade consiste na profissão de uma só fé, na celebração comum do culto divino, na concórdia fraterna da família de Deus”.

E mais, que essa unidade “exige uma plena comunhão visível de todos os cristãos, sem sacrificar a rica diversidade de espiritualidade, de disciplina, de ritos litúrgicos e de elaboração da verdade revelada que se desenvolveram entre os cristãos, na medida em que essa diversidade se mantenha fiel à tradição apostólica”⁸⁰.

96. A evangelização, como bem ressaltou a “Evangelii Nuntiandi”, é uma realidade “rica, complexa e dinâmica”, da qual nenhuma definição parcial chega a dar razão⁸¹. A descrição que aqui fizemos da evangelização poderia ser completada a partir de outros pontos de vista. Vamos concluir citando mais uma exigência da evangelização, que textos do Magistério apontam como a primeira,⁸² mas que podemos considerar como um aspecto que se expressa através de todos os que já mencionamos: *serviço, diálogo, anúncio, vivência comunitária*. Queremos falar do *testemunho* de vida. Ele é insubstituível,⁸³ pois não poderia convencer aos outros quem não vive a própria fé. Ele é eficaz, como já lembrava São Pedro, “para que, se alguns não obedecem à Palavra, venham a ser conquistados, sem palavras, pelo comportamento”⁸⁴.

c) Uma nova evangelização

97. No limiar do Terceiro Milênio do cristianismo, o papa João Paulo II lançou o projeto de uma “Nova Evangelização”. Ele observa que, além dos destinatários estritos da missão “ad gentes” e daqueles fiéis e comunidades que realmente “são fermento de fé e de vida, irradiando o testemunho do Evangelho no seu ambiente”,⁸⁵ “especialmente nos países de antiga tradição cristã, mas também nas Igrejas mais jovens, (há) grupos inteiros de batizados que perderam o sentido vivo da fé, não se reconhecendo já como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e de seu Evangelho”.⁸⁶ Já o Concílio Vaticano II acenava a situações que requerem de novo a “ação missionária” da Igreja.⁸⁷

98. Na verdade, estamos diante de tempos novos que “apresentam problemas e dificuldades mais graves em relação àqueles descritos pelo Concílio na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*”,⁸⁸ tais como o indiferentismo religioso, o ateísmo, o secularismo,⁸⁹ o consumismo,⁹⁰ o fenômeno de novos movimentos religiosos que se espalham como resposta a aspirações e necessidades religiosas que não podem facilmente extinguir-se.⁹¹ Tudo isso revela uma profunda crise de fé no mundo atual.

99. Estamos diante de novos contextos, num mundo plural tanto do ponto de vista cultural quanto religioso. Esse mundo de fenômenos sociais e áreas culturais novos ou modernos areópagos é que desafia hoje o impulso missionário da Igreja e lhe apresenta novas prioridades para a evangelização. A comunidade eclesial, provocada pelo Espírito, não deve temer essas novas dificuldades, mas reconhecer nelas novas chances para a obra evangelizadora, renovando o seu ardor, seus métodos e suas expressões, e empenhando com força particular a ação dos fiéis leigos.

100. No contexto da sociedade brasileira, à luz dos nossos 500 anos, uma nova evangelização exige superar os limites históricos do nosso cristianismo, por um empenho mais profundo na articulação entre fé e vida; pela superação do “mais devastador e humilhante flagelo” da miséria extrema⁹² a que são submetidos milhões de brasileiros, atingidos por diversas formas de exclusão social, étnica e cultural, através da promoção da justiça e da libertação integral; pela renovação da experiência viva da fé através de uma evangelização inculturada,⁹³ visando refazer o tecido cristão das comunidades eclesiais.

101. A evangelização nesses novos contextos exige, além da renovação das atuais estruturas pastorais e a criação de novas estruturas que correspondam às exigências de uma nova evangelização, novo ardor, novos métodos, novas expressões e, sobretudo, uma espiritualidade que torne a Igreja cada vez mais missionária.

4. Sujeitos da Evangelização

102. A tarefa da evangelização hoje pede uma nova resposta à pergunta sobre os portadores da missão evangelizadora da Igreja. *Quem deve assumir na Igreja a tarefa da evangelização?* Tradicionalmente tal tarefa foi levada adiante, em grande parte, por pessoas e grupos que cultivavam e viviam sua vocação missionária em situações de fronteira. Assim, a primeira evangelização do continente latino-americano teve generosos protagonistas membros de Ordens religiosas ou do clero⁹⁴. Hoje, a renovação da consciência eclesial e da responsabilidade missionária do povo de Deus, que se expressa exemplarmente nas orientações do Concílio Vaticano II, amplia os sujeitos eclesiais da missão, *passando da missão de alguns para a missão de todos*. O desafio para a Igreja hoje está justamente em despertar cada batizado e cada comunidade eclesial para essa responsabilidade primeira e intransferível.

103. *A principal responsabilidade da renovação missionária de toda a Igreja está na Igreja particular* (que geralmente é uma Diocese). Ela é o principal sujeito histórico da missão evangelizadora, como Igreja encarnada num espaço humano concreto, atenta às "sementes do Verbo" presentes na realidade humana, nas culturas e na busca religiosa do povo no qual ela se insere como fermento evangélico. Por essa proximidade à realidade humana, a ela cabe a tarefa da inculturação da fé.⁹⁵

104. Essa consciência missionária da Igreja particular se aprofunda por uma *nova compreensão da missão* como comunhão entre Igrejas, em substituição a uma visão de submissão e dependência entre Igrejas que "enviam missionários" e Igrejas em formação, que "acolhem missionários". Tanto umas como outras, num caminho de dupla direção, se enriquecem e se edificam como Igreja de Cristo no dar e no receber⁹⁶.

105. Na Igreja particular *todos são constituídos sujeitos da missão pela graça do Batismo e da Crisma*. Tornar cada batizado sujeito ativo da missão constitui realmente a meta da ação pastoral e tarefa indispensável para fazer frente aos novos contextos da missão evangelizadora. No entanto, na Igreja sempre há quem é chamado à evangelização "ad gentes", enviado aos povos que ainda não receberam a pregação do Evangelho ou às Igrejas ainda carentes de ajuda.

106. A primeira evangelização se deu num momento cultural diverso do de hoje. Então, a religiosidade e a religião estavam no centro da sociedade e das culturas. Havia uma certa conaturalidade entre Evangelho e as culturas, impregnadas pela busca religiosa dos povos. O drama da nossa época, na Palavra de Paulo VI, revela uma "ruptura entre o Evangelho e a cultura"⁹⁷. Para fazer frente a essa nova situação, *o projeto da nova evangelização convoca os fiéis leigos para assumirem o papel de protagonistas*, impregnando com o fermento novo do Evangelho as realidades terrestres em que estão inseridos no trato cotidiano com a economia, a política e a cultura.

Com ele devem modificar "os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação".⁹⁸

107. Situar o mundo, como horizonte concreto da missão, e dos cristãos leigos, como atores da missão evangelizadora, *exige levar adiante o projeto de renovação da Igreja*, fazendo com que suas estruturas respondam às exigências do mundo de hoje. A Igreja não pode, pois, ficar voltada sobre si mesma ou sobre alguns de seus membros, mas deve, com olhar firme na meta, o Reino, voltar-se para o mundo, em atitude de serviço, envolvendo todos os seus membros, conforme seus dons e capacidades.

5. Espiritualidade

108. A missão evangelizadora exige não só estruturas adequadas, mas também que *os sujeitos sejam alimentados por uma espiritualidade missionária* conforme a própria vocação, os dons, carismas e ministérios recebidos do Espírito para a realização do Reino. Técnicas e instrumentos são importantes, mas não substituem a “ação discreta” do Espírito Santo que faz arder o coração do seguidor de Jesus e o coloca no caminho dos irmãos para expressar sua experiência⁹⁹. Fazem parte da própria missão evangelizadora a alimentação interior que sustenta a eficácia de seu agir, a fidelidade ao Evangelho e a autenticidade do testemunho.

109. A ação evangelizadora e pastoral, como serviço da missão e obediência ao Espírito, exige do evangelizador cuidar da própria competência, para que, por negligência, não venha a perder o Evangelho. Exige sábia aplicação dos instrumentos modernos, com critérios evangélicos. Mas nada substitui a experiência do Deus vivo, alimentada constantemente pela escuta da Palavra de Deus tanto no livro da Escritura quanto no livro da vida; pela participação na Eucaristia e demais celebrações; pela oração generosa e aberta a Deus e à sua presença na realidade humana; pelo abandono ao Espírito que precede a ação do evangelizador, o assiste, cotidianamente, confortando-o nas dificuldades e mesmo no fracasso; enfim, pela doação de si mesmo no serviço aos demais.

110. Seguir a Cristo no mundo de hoje, complexo e fragmentado, comporta superar certo tipo de espiritualidade, marcada pela “negação de si” ou pela “anulação” da própria personalidade. Uma espiritualidade para os nossos dias exige estimular aqueles dinamismos pessoais e sociais pelos quais sejamos capazes, por graça divina, de superar o individualismo e a fragmentação: a abertura aos outros, reconhecidos em sua dignidade inalienável, sujeitos de valores; a atitude de diálogo, entrando numa dinâmica de interação ou intercâmbio na busca dos sinais de Deus nos caminhos de mulheres e homens hoje; a solidariedade pela qual se renova o tecido da sociedade humana, desde a família e as diversas comunidades humanas, pela vivência do amor e da fraternidade.

111. Num mundo saturado pela propaganda e por informações de toda espécie, percorrido por discursos e apelos religiosos variados e, no mais das vezes, contraditórios; num mundo cansado de tantos mestres, o evangelizador hoje deve ser, antes de mais nada, testemunha mais do que mestre. Será “pelo testemunho vivido com fidelidade ao Senhor Jesus, testemunho de pobreza, de desapego e de liberdade frente aos poderes deste mundo”, que ele há de evangelizá-lo¹⁰⁰.

Capítulo III: NOVOS DESAFIOS DA REALIDADE

Sumário

– *Diante das mudanças profundas e rápidas que caracterizam a sociedade de hoje, o evangelizador não deve cair na incerteza ou no imediatismo, mas se esforçar para compreender os novos desafios.*

1. Mudanças socioeconômicas recentes

– *Mudanças demográficas: redução da taxa de natalidade; migrações; urbanização; crescimento das cidades médias*

– *Mudanças econômicas: crise dos anos 80; concentração da renda; aumento do trabalho feminino e de menores; expansão do setor terciário; aumento da pobreza.*

2. Causas das mudanças e perspectivas

– *Novo contexto internacional (globalização da economia); políticas liberais; enfraquecimento do Estado e dos partidos; limites da participação; aumento da violência; fenômeno da exclusão*

– *Por uma retomada do primado da política sobre a economia.*

3. Mudanças culturais

- Características do processo de modernização; crise atual da modernidade ou pós-modernidade; pluralismo cultural; individualismo
- Resistências culturais e avanço da modernidade nas grandes cidades e entre os jovens.

4. Crise ética

- Crise da ética pública e subjetivismo ético na vida privada
- As conseqüências negativas do relativismo ético e a necessidade de conciliar liberdade e verdade.

5. Pluralismo religioso

- A religiosidade continua fortemente presente na cultura brasileira, mas se acentua o pluralismo das crenças e se reduz o número dos que se dizem católicos
- O pluralismo é maior nas grandes metrópoles e varia segundo as regiões
- Por baixo das religiões institucionalizadas, duas tendências: a religião “invisível” (sem práticas externas), intimista e individualista, e a religião sectária, fundamentalista e rigidamente enquadrada
- Origem destas tendências no impacto da modernidade sobre o catolicismo tradicional
- Um quadro complexo – sócio-cultural e religioso – desafia a evangelização.

112. É nosso objetivo, neste capítulo, salientar os traços e as tendências da nossa sociedade que mais diretamente questionam a nossa responsabilidade pastoral. Temos consciência de que se trata de uma situação complexa no presente e incerta quanto ao futuro.

113. Diante disso, há cristãos e agentes de pastoral que assumem atitudes passivas e resignadas, olhando com ceticismo para uma realidade que não conseguem compreender. Outros refugiam-se numa atitude imediatista, lutando por valores em que acreditam, mas a partir de uma visão simplificada da sociedade, sem cuidar de compreender sua diversidade e de se abrir ao diálogo com outros grupos. Há também cristãos que, movidos pela fé, buscam a transformação da sociedade, guiados pelos princípios da Doutrina Social da Igreja. Para isso, envolvem-se na luta pela justiça social para que se realize um novo modelo de sociedade fraterna e solidária, segundo o projeto de Deus.

114. A posição correta do cristão é aquela que une o esforço de compreensão racional dos acontecimentos com a firme esperança no Senhor da história e na presença já atuante do Reino de Deus. É, portanto, uma atitude de vigilância constante, de atenção à emergência do que é novo, sem confiar excessivamente em esquemas de interpretação da realidade social que freqüentemente falham quando pretendem prever o curso da história. A atitude cristã é, necessariamente, *empenho perseverante* pela transformação da sociedade rumo à realização dos autênticos valores humanos e *invocação constante* – como na oração de Jesus – da vinda do Reino.

1. Mudanças sócioeconômicas recentes

115. Os resultados do Censo de 1991, só recentemente divulgados, e de outras pesquisas permitem descrever e quantificar as mais recentes mudanças sociais do País e suas tendências.

116. Do ponto de vista *demográfico*, os principais fenômenos são:

- *aumento da população* no período 1980/1991 de 119 para cerca de 147 milhões de habitantes (+ 23,5%); mas a *taxa anual de crescimento é nitidamente inferior* à dos períodos anteriores (1950/1960: 3% ao ano; 1960/1970: 2,9%; 1970/1980: 2,5%; 1980/1991: 1,9%) e o fenômeno é bastante diversificado por Regiões¹⁰¹;

117. – a taxa de crescimento da população nas Regiões é influenciada não apenas pela *natalidade*, mas também pelas *migrações*, que no período 1980/1991 se dirigem especialmente para as Regiões Norte e Centro-Oeste;

118. – a diminuição da natalidade está ligada a uma queda notável da taxa de fecundidade, que passou da média de 4,4 filhos por mulher em 1980 para 2,7 filhos em 1991 (pesquisas recentes entre os jovens indicam que os novos casais querem apenas dois filhos); a queda da fecundidade está relacionada com a *situação econômica* (diminuição da renda por pessoa) e com o uso de *anticoncepcionais*¹⁰²;

119. – o processo de *urbanização* continuou; a população urbana passou de 67,6% (1980) para 75,5% (1991), enquanto a população rural diminuiu, seja relativamente (de 32,4 para 24,5%), seja absolutamente (de cerca de 38,5 milhões para 36 milhões);

120. – o aumento maior da população se deu nos municípios entre 100.000 e 500.000 habitantes (+ 30,4% entre 1980 e 1991), enquanto cresceu menos a população dos municípios com menos de 100.000 habitantes (+ 22,3%) e, principalmente, nos municípios com mais de 500.000 habitantes (+ 18%)¹⁰³.

121. Do ponto de vista *econômico*, as principais mudanças são:

– à diferença dos anos 70 e mesmo do período 1945-70, a economia brasileira pára de crescer rapidamente, entrando numa *fase de estagnação e crise*; o resultado é que os brasileiros, em 1991, são – em média – mais pobres que em 1980; a renda per capita é cerca de 5% inferior à de dez anos antes; a situação não é pior por diversos motivos, como a queda da natalidade (que já observamos), o aumento do número das pessoas que trabalham, a expansão da “economia informal” etc.;

122. – na realidade, se o nível médio dos rendimentos caiu um pouco, a situação *melhorou para os ricos e piorou para os pobres*, contribuindo para tornar a distribuição de renda no Brasil uma das mais perversas no mundo; o IBGE calcula que 1% dos brasileiros mais ricos em 1990 detinha 13,9% da renda nacional (contra 12,1% em 1981), enquanto os 50% mais pobres só dispunham de 12,1% (contra 14,5% em 1981); isto significa que a renda média brasileira por pessoa era de 2.885 dólares em 1990, mas o 1% mais rico tinha uma renda anual de 40.100 dólares e os 50% mais pobres, uma renda anual inferior a 700 dólares (ou 58 dólares por mês);

123. – o empobrecimento exerce uma pressão que faz aumentar, nas famílias pobres ou de classe média-baixa, o *número das pessoas que trabalham*; na década de 80, aumenta especialmente a *mão-de-obra feminina* (entre as mulheres, a porcentagem das que trabalham fora de casa passa de 32,9% para 39,2%); o *número de crianças e adolescentes* que trabalham não aumenta em termos relativos (também pelo envelhecimento da população), mas é muito expressivo, um dos mais altos da América Latina, com quase 3 milhões de crianças de 10 a 14 anos e 4,4 milhões de adolescentes, de 15 a 17 anos, trabalhando;

124. – outra mudança importante na economia diz respeito à *redução do emprego no setor primário (agricultura) e secundário (indústria)* e à expansão da população empregada no setor terciário (comércio, serviços...), que em 1990 absorve 55,2% da população ativa; essa mudança é acompanhada também por modificações no perfil do trabalho: os salários perdem cerca de 15% de seu valor; aumenta o número dos trabalhadores sem carteira assinada e com remuneração baixa (sobretudo mulheres e jovens); aumenta o número dos trabalhadores autônomos, especialmente na chamada “economia informal” (quase duplica o número dos ocupados no comércio ambulante);

125. – apesar desse esforço da grande maioria dos trabalhadores de garantir um rendimento mínimo para sobreviver, a *pobreza* – medida em termos de rendimentos – é *extremamente grande*; dos 29,5 milhões de pobres de 1980 (24,8% da população) se passa aos 39,2 milhões de 1990 (27% da população)¹⁰⁴; a pobreza se concentra

especialmente *na área rural* (onde atinge mais de 50% da população) e *nas áreas metropolitanas*, onde são evidentes as diferenças regionais¹⁰⁵;

126. – a situação não é pior, porque *melhoraram alguns serviços essenciais* no período 1981-1990: abastecimento de água por rede geral (de 70% dos domicílios para 82,7%), instalação sanitária com rede de esgoto (de 38% para 50,9% dos domicílios), coleta de lixo (de 65,8% para 80,5%). Tudo isso trouxe uma expressiva *diminuição da mortalidade infantil* (de 75 por mil para 45 por mil, em média; mas as diferenças regionais e por classe social são muito altas) e um *aumento da expectativa de vida* que, em 1984, era estimada em 57,5 anos nas famílias com renda até 1 salário mínimo e em 73,4 anos para as famílias com mais de 5 salários mínimos;

127. – também *a situação da educação melhorou*, ao menos em alguns aspectos, entre 1981 e 1990: menos analfabetismo (que caiu de 22,3% para 17,8% na população de 10 anos ou mais); aumento das pessoas com 8 ou mais anos de estudos (de 18,3% para 25%); duplicação da frequência ao pré-escolar; aumento da taxa de escolarização entre os 7 e os 9 anos (de 70% para 85%) e na faixa de 10-14 anos (de 78,7% para 84,2%).

2. Causas das mudanças e perspectivas

128. A crise da economia brasileira nos anos 80 não é um fato puramente *interno*, com o esgotamento do modelo até então aplicado de “substituição das importações”, mas se inscreve num contexto *internacional* mais amplo.

129. O fator mais próximo da crise é a fuga de capitais e a dificuldade de pagar a *dívida externa*. A declaração da moratória pelo México (1982) é o sinal de alarme. Nos anos seguintes, a América Latina não somente vê cair a entrada de capital externo, mas assiste a uma elevação do “serviço” (juros) da dívida a níveis insustentáveis e à fuga de capitais que buscam em outras áreas um lucro maior. Assim, paradoxalmente, a América Latina – e nela o Brasil – se torna exportadora de capitais.

130. *O fator fundamental da crise é representado pelas transformações da economia internacional*. Desde 1975, aproximadamente, o sistema capitalista mundial se volta para a “acumulação flexível”, modificando profundamente o sistema de produção e o comércio internacional. A mudança é possível graças ao emprego de novas tecnologias – que diminuem o emprego do trabalho manual e das matérias-primas – e graças a formas aperfeiçoadas de organização e gestão dos processos produtivo e distributivo, possibilitadas pela informatização crescente. Um dos resultados das mudanças é aumentar as vantagens dos países que mais geram conhecimento e controlam a informação (“Primeiro Mundo”), em prejuízo dos países que fornecem matérias-primas ou mão-de-obra barata (“Terceiro Mundo”).

131. Outra mudança na economia, cujas causas são estruturais, mas que é justificada teoricamente por um ressurgimento do *liberalismo* – é a chamada “desregulação”, praticada especialmente por Estados Unidos e Grã-Bretanha nos anos 80 e proposta como “receita” aos países dependentes da ajuda do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. A proposta prega a diminuição da intervenção estatal na economia, a privatização das empresas estatais (com poucas exceções), a livre competição, a remoção de barreiras ou proteções alfandegárias etc. O êxito destas medidas parece ter sido apenas parcialmente benéfico e, geralmente, favorável aos mais fortes, com freqüentes retrocessos dos serviços públicos, dos direitos dos trabalhadores, da qualidade de vida das massas, não apenas no Terceiro Mundo, mas também nos países hegemônicos.

132. Estes têm procurado ampliar seus mercados. Não podendo ainda abranger o mundo inteiro, apesar de uma crescente “globalização” ou “mundialização” da economia, têm promovido “blocos” ou áreas de livre comércio e cooperação econômica, como a Comunidade Econômica da Europa, o N.A.F.T.A. entre Estados Unidos, Canadá e México,

as relações comerciais do Japão com certos países do Oceano Pacífico, e o MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai).

133. As mudanças econômicas tiveram importantes *repercussões políticas*, provocando um *enfraquecimento dos Estados nacionais*, que nos últimos anos têm encontrado crescentes dificuldades na regulação da economia, sempre mais dependente de decisões que envolvem outros países e centros financeiros internacionais. A isto se acrescenta a dificuldade técnica de planejar ou dirigir uma economia sempre mais complexa, o que contribuiu para a crise mais ampla das economias socialistas e seu envolvimento – cheio de contradições – com o capitalismo mundial.

134. A crise política, no final dos anos 80 e início dos anos 90, desembocou na *crise dos governos e dos partidos* que os sustentavam desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em quase todos os países do Primeiro e do Segundo Mundo. Ela revelou o enfraquecimento do Estado, seja pela perda de poder efetivo na área econômica, seja pela corrupção interna e principalmente, pela dificuldade de satisfazer às exigências de uma *sociedade extremamente fragmentada*, em que se multiplicam as reivindicações contraditórias por parte dos sempre mais numerosos e diversificados grupos de interesses. A crise desafia também *os sindicatos e os movimentos sociais*, exigindo deles uma lucidez maior sobre as novas condições da sociedade e os meios de superar o individualismo crescente.

135. A fragmentação da sociedade civil, de um lado, e a complexidade da administração pública, do outro, dificultam a *participação democrática*, a não ser que as próprias instituições políticas se renovem e a democratização se estenda a todos os níveis da vida social, inclusive ao controle da informação. O que se tem visto, porém, inclusive no Brasil, é que, ao lado de avanços democráticos relevantes, continua a pesar sobre a vida pública a intervenção de grupos economicamente fortes, com interesses corporativos e restritos, que usam intensamente dos meios de comunicação social de massa para influenciar a opinião pública, aproveitando-se da crise de credibilidade do sistema político tradicional. O cidadão, nestas circunstâncias, tende a virar mero *expectador*, enquanto os meios de comunicação apresentam sempre mais a vida pública de forma sensacionalista e espetacular, esvaziando ou escondendo as questões de real interesse geral.

136. O empobrecimento das massas, o crescimento do crime organizado e do tráfico de drogas, o enfraquecimento do Estado, a persistência e até o revigoramento de uma cultura autoritária que despreza os direitos do fraco, o esgarçamento – especialmente na grande metrópole – dos antigos vínculos comunitários têm gerado – no nosso país e em muitos outros – um assustador *aumento da violência e da criminalidade*, cujas vítimas são, antes de tudo, os jovens do proletariado urbano, mas também – em grande medida, principalmente nos casos de violência doméstica – crianças e mulheres. Testemunho disso são, nas cidades, os numerosos “meninos de rua” e a formação de “gangues” de adolescentes.

137. O resultado mais perverso de todas essas causas da crise social da atualidade é o fenômeno da *exclusão* (sobre o qual se debruçou a Campanha da Fraternidade de 1995 da Igreja no Brasil). A *exclusão* significa que o atual sistema econômico-político, que até há pouco era criticado pela exploração das massas de trabalhadores, tende agora a rejeitá-las, porque desnecessárias como mão-de-obra e desinteressantes como consumidores de baixa renda. Antes, chega a vê-las como *perigosas* para a sociedade e a considerá-las como criminosos em potencial, após tê-las marginalizado.

138. As perspectivas para o próximo futuro dependem principalmente das *decisões políticas* a serem tomadas. Somente uma enérgica retomada do *primado da política* – e, portanto, da *ética na política*: do bem comum, da democratização, do interesse público – sobre a economia e os interesses privados ou particulares poderá inverter as atuais tendências de uma sociedade que, abandonada à lei do mais forte, só pode caminhar para um aprofundamento das desigualdades, o acirramento dos conflitos, a difusão do arbítrio e da violência. Esta mudança não é possível sem uma mudança ética e cultural.

Mas, antes de aprofundar estas perspectivas, é preciso completar nossa análise. É necessário despertar a consciência ética diante dos problemas sociais, percebendo-se que a existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. Exige-se a busca de uma nova articulação entre políticas econômicas e políticas sociais para uma justa distribuição de rendas.

3. Mudanças culturais

139. O processo de mudança cultural que deu origem ao que se costuma chamar de “modernidade” dura há quatro ou cinco séculos nas sociedades ocidentais. Interessa-nos aqui colher seus traços *característicos* e sua *influência atual* na sociedade brasileira.

140. A *modernidade* se caracteriza, antes de tudo, por um processo de *diferenciação* da sociedade, que perde a unidade orgânica que a caracterizava no período pré-moderno, interligando profundamente cultura, religião, economia, política e vida quotidiana. Resultado dessa diferenciação, evidente nas últimas décadas, é a tendência dos “subsistemas” econômico e político a tornar-se autônomos, auto-referenciais, sem vinculação com a ética e a religião (neste sentido a sociedade moderna é “secularizada”). Outra conseqüência é que a *cultura*, entendida aqui como o “mundo vital”, onde as pessoas e os grupos formulam seus comportamentos e sua visão da realidade, passa a ser separada nitidamente do “sistema” econômico e político, o que abre o espaço a um conflito entre *cultura* (vida) e *sistema* (organização da sociedade). Acrescente-se que, na sua formulação ideológica, este conflito foi pensado por muitos como conflito entre uma conduta dominada pela tradição e uma conduta “moderna”, dominada pela *razão crítica* e pela contínua *experimentação* do novo.

141. Na modernidade, ocupa um lugar central e sempre mais decisivo a *tecnologia*. As sociedades tradicionais também dispunham de tecnologias, criadas a serviço da própria sociedade, para satisfazer suas necessidades. Na sociedade moderna, sobretudo nos últimos anos, assistimos a uma *inversão paradoxal*: não é mais a tecnologia que está a serviço de um projeto humano, mas ela determina os rumos da sociedade, põe as pessoas humanas ao seu serviço, cria novas necessidades. O resultado é contraditório: de um lado, a tecnologia trouxe indubitáveis vantagens à humanidade. “Tornou a vida mais fácil, mais limpa e mais longa”. Por outro lado, o mau uso da tecnologia aumentou a desigualdade social e as discriminações, oferecendo a alguns muito mais do que necessitam e negando a muitos o mínimo necessário, condenando precocemente à morte milhões de seres humanos¹⁰⁶. O mais recente Relatório da ONU sobre o desenvolvimento (1994) atesta progressos relevantes: a extrema pobreza atinge ainda 32% da população mundial (contra 70% em 1960), enquanto um nível de vida satisfatório foi alcançado por cerca de 60% da população (contra 25% em 1960). Mas a distância entre pobres e ricos duplicou e 1 bilhão de pessoas gozam de uma renda 60 (sessenta) vezes superior à renda do bilhão de pessoas mais pobres. Junto com a desigualdade cresceram as guerras, a violência, o consumo de drogas, o crime organizado.

142. Nos últimos anos, no Ocidente e no Brasil, cresceu a consciência da crise da modernidade. Ela se revelou, antes de tudo, na falência das promessas modernas de “liberdade e igualdade” ou de “progresso” em favor de todos, promessas que – nos anos 60 do nosso século – tomaram a forma do “mito do desenvolvimento”, prevendo um relativamente rápido acesso de todos os povos aos níveis de bem-estar e consumo dos países “desenvolvidos”. Já no final dos anos 60, a teoria do desenvolvimento foi criticada radicalmente na América Latina pela teoria da “dependência”, que acabava propondo um corte nítido das relações econômicas com o Primeiro Mundo e uma *libertação* dos laços de dependência. No início dos anos 70, difundiu-se a crítica ecológica dos *limites do crescimento*, apontando a inviabilidade da extensão do nível de consumo dos países ricos ao mundo inteiro, o que traria o rápido esgotamento dos recursos naturais, e propondo em troca o desenvolvimento “auto-sustentável”, que não prejudicaria as gerações futuras.

143. Há um consenso bastante generalizado quanto à *crise* da modernidade. Mas há divergências profundas em sua interpretação e nas propostas de superação. Começou-se a falar em *pós-modernidade*, mas com vários sentidos: esgotamento e superação da modernidade; exasperação dos aspectos negativos da modernidade; primeiros sinais de uma nova época, que realizaria os sonhos ideais da modernidade (liberando-a dos “efeitos perversos” que a acompanharam até agora) ou que começaria uma sociedade diferente.

144. O consenso se estende ao *diagnóstico* dos traços característicos da modernidade e de suas tendências atuais. Parece claro que a separação sistema/cultura facilitou a diversificação desta última e a expansão do *pluralismo* cultural. O fenômeno é evidente também em sociedades modernas, até há pouco tidas por culturalmente homogêneas e que agora assistem ao ressurgimento de antigos particularismos étnicos, regionais, lingüísticos etc., ao renascimento de nacionalismo e racismo, ou à fragmentação do universo cultural numa multiplicidade de “novas tribos”. O Brasil (e outros países semelhantes), que historicamente nasceu da convergência forçada de etnias, culturas e religiões diversas (índios, africanos, portugueses e outros imigrantes, inclusive do Extremo Oriente), ainda mais vai revelando um mosaico extremamente variado e apenas precariamente unificado de tradições ou núcleos culturais diferentes.

145. Mais típica ainda da modernidade é a tendência, estruturalmente ligada ao seu dinamismo econômico e político, para o *individualismo*. Ele não é apenas uma consequência do enfraquecimento dos laços comunitários e de solidariedade da sociedade tradicional. Ele é um *valor* proclamado e justificado pelos autores modernos, desde o século XVIII, época do Iluminismo. Hoje, em medida crescente, é assimilado pelas massas e condiciona o comportamento popular. A mudança cultural traz também uma valorização da *subjetividade*, da livre escolha pessoal, da liberdade e da consciência dos direitos fundamentais, decisivos para uma autêntica promoção humana. O outro lado dessa tendência seria o *subjetivismo* exacerbado, que leva ao narcisismo do indivíduo demasiadamente preocupado consigo mesmo, e que exalta o *consumismo* materialista como grande objetivo de vida, empobrecendo as relações pessoais e sociais. No limite extremo desse horizonte cultural encontramos “uma espécie de atitude prometeica do homem que se ilude de poder apropriar-se da vida e da morte para decidir delas, quando na realidade acaba derrotado e esmagado por uma morte irremediavelmente fechada a qualquer perspectiva de sentido e a qualquer esperança”¹⁰⁷.

146. À difusão do individualismo não são estranhos os grandes meios de comunicação social, particularmente a televisão. Ela gera um número crescente de espectadores e consumidores de imagens, que dedicam sempre menos tempo à vida social e comunitária, mesmo dentro de casa. Os espectadores estão expostos a maciços fenômenos de manipulação política, como se viu no Brasil e em outros países, sobretudo onde os meios de comunicação estão concentrados nas mãos de pouquíssimos e faltam condições para a democratização da informação. A televisão e a informatização da comunicação contribuem também para estimular a difusão e o consumo dos mesmos bens materiais e culturais nos diferentes países, criando as condições de uma cultura global de massa, sem fronteiras, que abafa as culturas locais ou regionais.

147. Recentemente, no clima cultural que alguns classificam como “pós-modernidade”, o ritmo das mudanças e o caráter efêmero das contínuas novidades se tornaram exasperados. O fenômeno é facilitado pelo novo poder dos meios de informação, que permitem a comunicação instantânea com qualquer parte do mundo e induzem a decisões imediatas e emocionais, não refletidas e amadurecidas. Em consequência, as pessoas – especialmente as novas gerações – são induzidas a considerar provisórias e passageiras todas as atitudes e encontram dificuldade para aceitar um compromisso estável e definitivo, inclusive no Matrimônio e na vida consagrada e sacerdotal.

148. As reações a essas tendências variam, antes de tudo, *segundo a condição sócio-cultural* de indivíduos e comunidades (onde estas ainda existem!). A resistência à modernidade, sem deixar de assimilar seus avanços técnicos, é mais forte onde melhor

se conservam as *raízes da cultura tradicional* e onde é possível exercer, com espírito crítico, um *discernimento*. Apesar do seu extraordinário poder, os modernos meios de comunicação de massa conseguem transmitir apenas parcialmente a mentalidade “moderna”, alterando concepções e costumes a respeito de família, relacionamento, valores materiais e espirituais, política, religião... A cultura popular evolui, mas nem por isso desaparece ou se submete passivamente à nova cultura de massa.

149. As resistências à modernidade são menores *nas grandes cidades e no meio da juventude*. Entre os jovens convivem elementos aparentemente contraditórios, como: o cultivo de relações amorosas passageiras e a valorização da família, o refluxo sobre si mesmos e a busca de grupos de referência, como *rapp, funk, gangues*. A comunidade eclesial ainda atrai um número significativo de jovens e a prova disso são os 40 mil grupos que formam a Pastoral da Juventude do Brasil. Há muitos sinais de vida surgindo no meio dos jovens, apesar de poucos estarem engajados e preocupados com as grandes questões do país.

150. As reações às tendências dominantes da cultura atual variam, também, segundo a forma de pensamento ou a ideologia de seus críticos. Há um consenso bastante generalizado sobre a *necessidade de uma nova postura ética e cultural*, que leve não apenas à crítica dos valores da modernidade, mas também à transformação das estruturas econômicas e políticas (do ‘sistema’).

4. Crise ética

151. A evolução da sociedade moderna tem trazido também uma *grave crise ética*, da qual a opinião pública tomou consciência, ao menos parcialmente, nos últimos anos, sobretudo com relação à *ética pública*.¹⁰⁸ Aqui basta retomar o resultado desse processo histórico e ressaltar os *desafios* que ele apresenta à ação da Igreja neste final de século.

152. A tese característica dos pós-modernos é que o *pluralismo* ético não é somente um fato inevitável, mas um valor e uma garantia das liberdades individuais e das diferenças culturais. Um *pluralismo ético* “de fato” era reconhecido, geralmente, desde o século XVIII e, sobretudo, após o desenvolvimento dos conhecimentos antropológicos no século XIX. Significava tomar consciência de que as diversas etnias, civilizações e culturas se inspiravam em *valores* ou princípios éticos *diferentes*. Mas era convicção da modernidade que a *razão* humana, considerada *única e universal* pelo pensamento iluminista, poderia reconduzir a ética a princípios igualmente universais e aceitáveis por todos.

153. A *pós-modernidade*, ao contrário, desconfia desta razão universal, à qual atribui pretensões totalitárias, historicamente responsáveis pelo esmagamento ou a tentativa de eliminação das diferenças e das minorias e, em última análise, da liberdade individual. Teoriza, ao invés, as *vantagens práticas do pluralismo ético*, enquanto ele reconhece igual valor a todas as formas concretas e particulares de “ethos”, assumidas por indivíduos ou grupos. Além disso, considera inviável a superação teórica das diferenças éticas, pois não haveria ética universal capaz de unificá-las.

154. A afirmação de que “nenhuma proposição universal é válida” é, em si mesma, *contraditória*, pois nega validade universal à própria afirmação. Assim não se pode afirmar a impossibilidade de uma ética universal, embora ainda não se possa dizer – neste momento do debate – qual ela é. Mas reconhecemos que existem esforços neste campo como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na defesa da Democracia como valor e nas buscas de consenso em questões de proteção do meio ambiente. Esta *contradição intrínseca* da afirmação de um *pluralismo ético absoluto* torna-se ainda mais clara no *plano prático*. Admitindo que todas as concepções éticas sejam igualmente válidas e que não exista uma ética universal, as democracias modernas se encontram diante de um impasse. Não podendo reduzir todos os problemas da convivência social a questões meramente técnicas, racionalmente solúveis, nem podendo apelar para uma concepção ética partilhada por todos, acabam recorrendo ao voto da maioria. Assim fazendo, questões eminentemente éticas (como, por exemplo, as leis sobre o aborto, a

assistência a doentes e pobres, a acolhida a imigrantes e estrangeiros...) são resolvidas pelo voto. Isto significa que a concepção da maioria desconsidera ou sacrifica a concepção ética e os direitos das pessoas. “Amplios setores da opinião pública justificam alguns crimes contra a vida em nome dos direitos da liberdade individual” (EV 4)¹⁰⁹. A “defesa das diferenças” acaba se transformando simplesmente na afirmação da vontade do mais forte.

155. Esta tendência é hoje dominante nas sociedades “desenvolvidas” e se choca com o ensinamento da Igreja, inspirado na busca de uma *liberdade* que não sacrifique a *verdade*, mas sobre ela se fundamente¹¹⁰. Em outras palavras, a Igreja reconhece uma *ética universal, com fundamento ontológico*, embora admitindo que o discernimento da norma universal nos casos particulares – na historicidade da existência – possa apresentar sérias dificuldades. A Igreja tem consciência de um particular dever de defesa do valor da pessoa humana porque “pela sua encarnação, Cristo, o Filho de Deus, uniu-se, de certo modo, a cada homem” (GS 22)¹¹¹. O Papa João Paulo II não hesita em afirmar: “O Evangelho do amor de Deus pelo homem, o Evangelho da dignidade da pessoa e o Evangelho da vida são um único e indivisível Evangelho” (EV 2)¹¹².

156. Os desafios, que a crise ética atual põe à Igreja, podem ser reduzidos fundamentalmente a dois:

- contribuir para que a sociedade democrática reconheça a necessidade de um *fundamento ético comum*, além da mera vontade subjetiva dos indivíduos¹¹³;
- contribuir para a educação da consciência moral dos cidadãos nas condições específicas da sociedade brasileira, o que exige a superação de um “ethos” tradicional marcado pelo autoritarismo e particularismo, bem como evitar as armadilhas do individualismo moderno na busca de uma ética da solidariedade e do reconhecimento da dignidade de toda pessoa humana¹¹⁴.

5. Pluralismo religioso

157. Junto com o pluralismo cultural e ético, a sociedade brasileira é hoje marcada pelo pluralismo *religioso*. Este pluralismo se acentuou nos últimos anos, tanto no plano quantitativo quanto na variedade das formas. As pesquisas mais recentes parecem confirmar que permanece, no povo brasileiro, uma *religiosidade de fundo*. Bem poucos são os brasileiros que se declaram ateus ou dizem não acreditar em nada. A Igreja continua como a instituição mais confiável (com 58 % de “confia sempre” e 16% de “confia na maior parte das vezes”)¹¹⁵.

158. A porcentagem dos que se declaram *católicos*, porém, continua *diminuindo*. O fenômeno é mais evidente nas cidades e, com o aumento da urbanização, tornou-se ultimamente mais visível. Hoje estão disponíveis os dados de pesquisas por amostragem que, mesmo podendo ter pequena margem de erro, são adequados para delimitar o fenômeno. Uma pesquisa de agosto/setembro de 1994, que sondou as preferências eleitorais de quase 21.000 eleitores, encontrou uma porcentagem de cerca de 75% de católicos, de 20% de outras religiões e 5% sem religião nenhuma¹¹⁶.

159. Entre os que declaram pertencer a outras religiões, 3,4% dos eleitores são protestantes “históricos” ou tradicionais; 9,9% são protestantes pentecostais; 3,5% são espíritas kardecistas; 1,3% se dizem ligados a cultos afro-brasileiros; e 2% pertencem a outras religiões ainda (como islamismo, judaísmo, budismo, Seicho-no-iê, Perfeita Liberdade etc.).

160. Uma novidade dessa pesquisa é que ela procurou medir também a diversidade interna do catolicismo. Assim os católicos incluíam 1,8% dos eleitores (ou seja, quase dois milhões de pessoas) ligados às CEBs, 3,8% dos eleitores (ou quase 4 milhões de pessoas) ligados à RCC (Renovação Carismática Católica) e 7,9% dos eleitores (ou quase 8 milhões de pessoas) ligados a outros movimentos católicos (de jovens, de casais etc.). Os outros católicos (61,4% da população) não estão ligados a nenhum movimento

específico e são classificados como "tradicionais". As diferenças nas intenções de voto dos diversos grupos confirmam a *diferenciação interna*, ao menos no plano ideológico e político, dos católicos.

161. *O pluralismo é maior nas grandes cidades*, onde a porcentagem de católicos é a mais baixa; por exemplo: Rio de Janeiro, 59,3%; São Paulo, 65,2%; Salvador, 65,3%. Os católicos são proporcionalmente menos numerosos nas Capitais e Regiões metropolitanas; estão próximos da média geral nas cidades grandes e médias do interior; são proporcionalmente mais numerosos que as outras religiões nas cidades pequenas. Os números apontam, portanto, para os católicos, o desafio da *pastoral das grandes cidades*. Mas também as outras religiões têm uma distribuição geográfica que não é uniforme. Em geral, todas elas são relativamente mais numerosas nas Capitais e Regiões metropolitanas do que no interior. Muito fraca é a presença de espíritas e kardecistas nas cidades pequenas. Os pentecostais estão mais presentes nas cidades pequenas do que nas médias e grandes do interior.

162. Há diferenças notáveis também entre Estados e Regiões. A Região *mais católica* do Brasil é o Nordeste (80,4% de católicos entre os eleitores), seguida pela Região Sul (78,4%). Mais fraca é a presença católica no Sudeste (71,4%) e nas Regiões Norte e Centro-Oeste (71,2%). Nestas últimas há a maior concentração de *pentecostais* (14,6%, enquanto a média nacional é 9,9%). Os *protestantes históricos* (no caso, principalmente luteranos) são mais numerosos no Rio Grande do Sul (7,4% da população com direito a voto). Os *espíritas kardecistas* (média nacional: 3,5%) são mais freqüentes nas Cidades de São Paulo (8%) e Rio de Janeiro (7,5%). O *candomblé* é mais numeroso em Salvador (mesmo assim apenas 2,1% se declaram ligados a esta religião) Os *cultos afro-brasileiros* em geral são mais presentes na cidade do Rio de Janeiro (4,9%), que também é o lugar onde um maior número (11,1%) se declara *sem religião*.

163. A simples declaração da pertença a uma ou outra religião, como na pesquisa acima citada, permite traçar um *quadro apenas geral* da configuração religiosa do país. É sabido, por exemplo, que há muitos brasileiros com dupla pertença religiosa ou que transitam com facilidade de uma religião a outra, ou ainda constróem sua própria visão religiosa com elementos de diversas procedências. Além do mais, a pesquisa citada não considera a maior ou menor assiduidade à prática religiosa. É importante, por isso, procurar fazer uma *análise qualitativa* do fenômeno. Ela não difere muito daquela que já fazíamos há quatro anos¹¹⁷.

164. Um primeiro fenômeno a ser assinalado, ligado à tendência moderna para o individualismo, é o elevado número de brasileiros que *reduzem a religião a uma convicção interior, pessoal*, a uma religião "invisível", que abandona total ou quase totalmente as práticas comunitárias. As pesquisas recentes indicam, nas grandes cidades, que 8 a 10% das pessoas – principalmente homens abaixo dos 50 anos – declaram-se desligados de qualquer religião. Além disso, há uma porcentagem elevada de católicos (cerca de 2/3) que têm uma prática religiosa rara ou nula. É este, certamente, o maior desafio para a ação evangelizadora da Igreja.

165. Entre os que aderem a outras Igrejas cristãs ou a outras religiões, a prática religiosa é alta. Entre elas, porém, há pessoas que *freqüentam*, não raro, *mais de uma religião ou trocam de Igreja com relativa facilidade*, ou ainda misturam elementos e práticas de religiões diferentes. Entre os próprios católicos, embora em medida menor, há alguma tendência a confundir crenças e práticas de outros cultos (por exemplo, muitos acreditam na reencarnação, sem ter clara consciência das implicações espíritas dessa doutrina).

166. As causas da situação atual estão, de um lado, no impacto da modernidade, com o processo de desagregação e desenraizamento da cultura tradicional, uma acelerada urbanização, contínuas migrações, atividade missionária de Igrejas e seitas etc. Por outro lado está a *história do catolicismo brasileiro*, em grande parte constituído por devoções aos santos, transmitidas de geração em geração no ambiente rural e nas famílias, mas pouco assistido pastoralmente por um clero escasso e mal distribuído. Isto trouxe como

consequência a falta de uma iniciação cristã e de uma ligação estável e consciente do povo com os sacramentos e com a instituição eclesial.

167. Compreende-se, assim, como muitos católicos não receberam claramente o primeiro anúncio de Jesus Cristo, nem passaram pelo processo de crescimento e amadurecimento pessoal da fé, através de uma verdadeira experiência catequética. Não é, então, de se estranhar que *estes católicos não sintam uma vinculação atual com a Igreja* e sejam atraídos por outras religiões, agora que mudaram as condições culturais, em especial pela acelerada urbanização.

168. Outro fato, que ajuda a compreender os dados e as pesquisas, é a coincidência da *renovação conciliar* com a *aceleração do processo de modernização* de nossa sociedade. Um terço dos católicos declaram participar regular ou assiduamente da vida da Igreja. Neles podemos reconhecer o contingente de leigos mais conscientes, que assumiram a renovação conciliar. A grande porcentagem dos que estão desligados de qualquer prática religiosa católica coincide com o expressivo número dos que têm enfraquecido os laços religiosos tradicionais. Não se identificam mais com suas devoções antigas, nem aderiram à nova orientação da Igreja.

169. A renovação pastoral recente *tem melhorado notavelmente a prática religiosa* e o apostolado social dos católicos mais ligados às comunidades eclesiais e aos novos movimentos, desde a Ação Católica até os mais recentes. Mas *a maioria dos católicos ainda não participa da vida da Igreja*, nem é alcançada pela ação evangelizadora. Depois de quase 500 anos de evangelização, o Brasil ainda é um país de missão. O clero é ainda relativamente escasso (1 padre para cerca de 7.500 católicos). Apesar dos recentes progressos, a evangelização precisa da multiplicação das vocações sacerdotais e religiosas e da atuação dos leigos.

170. O contexto da modernidade, gerador de mudanças e, portanto, de provisoriedade e incerteza, tem produzido reações diversas. Alguns rejeitam radicalmente a modernidade e se apegam exclusivamente ao passado. Muitos buscam alguma forma de segurança.

Esta busca de segurança pode se manifestar em duas atitudes religiosas tendencialmente opostas: o *fundamentalismo*, que encontra a segurança na aceitação cega de formulações históricas da fé, tidas como originárias e imutáveis, e o *sentimentalismo*, que valoriza a religiosidade enquanto faz parte dos sentimentos e emoções do indivíduo, e, portanto, constitui uma experiência pessoal e subjetiva indiscutível.

171. Terminamos esboçando, com base na sugestão de um estudioso,¹¹⁸ um *quadro de conjunto*, procurando cruzar os dados sócio-culturais com as atitudes propriamente religiosas. Podemos distinguir cinco situações ou faixas de população:

- pessoas ou grupos de inspiração católica e cristã de tipo tradicionalista, com uma visão fixista da fé, desvinculada da vida, que não percebem as exigências éticas do Evangelho e geram ou conservam as estruturas injustas da sociedade, a pobreza e a violência;
- pessoas ou grupos com profunda religiosidade católica popular que têm uma vivência profunda da fé, mas em termos pré-modernos, com pouca articulação entre a fé e a ética; são, porém, as vítimas e não os responsáveis pela situação de injustiça, que os faz sofrer; são a grande maioria dos pobres, talvez um terço da nossa população;
- pessoas ou grupos que pertencem ao Brasil “moderno” e que geralmente não têm uma inspiração religiosa (ou evangélica) em sua vida; são “secularizados”, mas ocupam um lugar privilegiado nos modernos meios de comunicação social e como formadores de opinião, propondo novos sentidos, valores, padrões de comportamento e relações;
- pessoas e grupos, talvez pouco numerosos ainda, que representam a emergência de uma nova cultura e de um empenho de inspiração cristã na transformação da sociedade, na busca de uma convivência mais humana e de relações sociais mais justas;
- pessoas e grupos marginalizados, que a Igreja atinge apenas em parte e com grande dificuldade; pessoas marcadas por um contexto opressor e desumano, como é o mundo do crime, da prostituição, das drogas, dos menores abandonados...

172. O quadro da situação religiosa é hoje particularmente complexo e diversificado. Ele se apresenta com múltiplos desafios à ação evangelizadora e pastoral da Igreja. Ele exige que esta ação, para ser eficaz, também se diversifique e se adapte às diversas situações a que se dirige, sem perder com isso sua unidade fundamental de inspiração e uma articulação adequada. A isso visam as diretrizes pastorais, que agora, com a graça de Deus, vamos procurar discernir e explicitar.

Capítulo IV ORIENTAÇÕES PRÁTICAS PARA A AÇÃO EVANGELIZADORA E PASTORAL

Sumário

- *A evangelização é uma realidade complexa, que inclui exigências irrenunciáveis. Desde o Novo Testamento se destacam serviço (diakonia), diálogo, anúncio (kérygma), testemunho (martyria) da comunhão eclesial (koinonia)*
- *No processo da evangelização, essas exigências podem representar etapas, mas na comunidade eclesial madura e vital, devem estar todas presentes e integradas.*

Por uma evangelização inculturada

- *A evangelização, nos seus diversos aspectos, tem como critério geral a inculturação*
- *Na América Latina, hoje, a evangelização é desafiada a inculturar-se: 1) nas culturas indígenas, afro-americanas e mestiças; 2) na cultura moderna e urbana*
- *Particularmente desafiantes são o conflito entre tradição e modernidade e o discernimento crítico dos valores e limites da modernidade*
- *A inculturação é um longo processo, que tem por sujeito o povo que acolhe o Evangelho em sua cultura e que exige dos evangelizadores uma atitude de solidariedade, mas também de discernimento ou crítica.*

1. Serviço e participação na transformação da sociedade pelo bem dos pobres

- *Os cristãos são solidários com a sociedade humana e empenhados na luta pela justiça e a libertação integral, a partir de uma opção evangélica e preferencial pelos pobres*
- *Dois desafios urgentes no Brasil, hoje:*
 - a) *Na luta contra a pobreza, unir ao socorro imediato e urgente a busca de reformas das estruturas geradoras de exclusão, em colaboração com a sociedade civil*
 - b) *Na proposta da ética pública, dialogar com os diversos setores da sociedade e formar a consciência moral dos católicos, com ênfase na responsabilidade social.*

2. Diálogo com as culturas e outras religiões

- *O diálogo com as outras religiões nasce da certeza de que o Espírito Santo opera também nelas e nas diversas culturas humanas*
- *Importância peculiar do ecumenismo entre as Igrejas cristãs*
- *Compromisso da Igreja no Brasil com a defesa e promoção das culturas indígenas e afro-brasileiras*
- *Urgência do diálogo com a cultura moderna e os setores da nossa sociedade que a representam*
- *Necessidade, para a Igreja católica, de investir no estudo e na promoção do diálogo inter-religioso e ecumênico e de acentuar a dimensão ecumênica em toda a sua catequese e pedagogia pastoral.*

3. Anúncio do Evangelho

- *O anúncio de Jesus Cristo é o centro ou vértice da evangelização*
- *O anúncio é missão de todos os cristãos, mas deve ser feito no contexto de um diálogo com a cultura dos destinatários do anúncio*

– O desafio que o mundo de hoje põe ao anúncio do Evangelho é enorme: no Brasil, há uma maioria de católicos não-praticantes, pessoas que não aderem publicamente a nenhuma religião, não-cristãos... no mundo, especialmente na Ásia e na África, há inúmeros não-cristãos...

– Orientações para a evangelização dos católicos não-praticantes, com especial atenção à pastoral urbana e aos jovens; para evangelização dos indiferentes ou sem religião, com atenção às questões éticas e à comunicação social; para o empenho na missão “além-fronteiras” e na cooperação com as religiões mais carentes no Brasil

4. Vivência e testemunho da comunhão eclesial

– A evangelização gera a fé e constrói, no fiel, um itinerário de amadurecimento do “homem novo” em Cristo

– A evangelização, suscitando a fé nas pessoas, cria a comunhão entre elas e entre as várias comunidades cristãs

– Na atualidade, é extremamente importante oferecer a jovens e adultos um itinerário de crescimento na fé e uma catequese articulada com a vida cristã, considerando que família e sociedade pouco contribuem para a educação da fé

– Esta tarefa exige comunidades eclesiais acolhedoras, que valorizem as pessoas e as ajudem a integrar fé e vida

– Exigências decorrentes: reconhecer todo cristão como sujeito; favorecer o acolhimento e a participação; estimular o encontro com a Palavra de Deus e a celebração vital dos sacramentos; valorizar as diversas dimensões da pessoa humana e da família, acompanhando e orientando a experiência espiritual, o empenho na sociedade, a educação, as associações de fiéis; dinamizar a paróquia como rede de comunidades, favorecendo a participação e o diálogo de CEBs e movimentos eclesiais, na busca da comunhão fraterna.

173. As orientações pastorais deste capítulo têm como base a experiência pastoral da Igreja no Brasil (cap. I), a teologia da evangelização desenvolvida no âmbito de toda a Igreja (cap. II) e as recentes mudanças sócio-culturais (cap. III). Elas foram organizadas ao redor de cinco itens: o primeiro, a *inculturação*, representa um critério geral da ação evangelizadora, como mostra o documento de Santo Domingo¹¹⁹; os outros quatro itens – *serviço*, *diálogo*, *anúncio* e *testemunho da comunhão* – são exigências ou aspectos distintos, mas complementares, da própria ação evangelizadora e pastoral.

174. A escolha dessas quatro exigências, embora não sendo a única possível, certamente tem fundamento no próprio Novo Testamento. Nele emergem como aspectos constitutivos da evangelização o *serviço* (“*diakonia*”), que a Igreja presta ao mundo e, especialmente, aos pobres¹²⁰; o *diálogo*, que ela mantém com os fiéis de outras religiões¹²¹; o *anúncio* (“*kérygma*”) da morte salvífica e da ressurreição de Cristo¹²²; o testemunho (*martyria*) da *comunhão fraterna* (“*koinonia*”), em que os primeiros cristãos repartem o pão e a palavra, os bens materiais e os bens espirituais¹²³.

175. Recentes documentos do Magistério, como aquele do Secretariado para os não-crentes de 10.6.1984, retomando uma intuição da “*Evangelii Nuntiandi*”¹²⁴, descrevem a missão da Igreja ou *evangelização* como uma *realidade complexa*, que inclui *vários elementos*. “A missão apresenta-se, na consciência da Igreja, como uma realidade unitária, mas complexa e articulada. Podem ser indicados os seus elementos principais. A missão é constituída já pela simples presença e pelo *testemunho vivo da vida cristã*,¹²⁵ mesmo se se deve reconhecer que levamos este tesouro em vasos de argila,¹²⁶ e por isso a diferença entre o modo como o cristão aparece, existencialmente, e aquilo que afirma ser, nunca desaparece. Há, depois, o empenho concreto ao *serviço* dos homens e toda a atividade de promoção social e luta contra a pobreza e as estruturas que a provocam. Há a *vida litúrgica*, a oração e a contemplação, testemunhos eloqüentes de uma relação viva e libertadora dos membros da Igreja entre si, com o mundo e com o Deus vivo e verdadeiro, que nos chama ao seu Reino e à sua glória.¹²⁷

Há o *diálogo*, no qual os cristãos encontram os que seguem outras tradições religiosas para caminhar juntos em direção à verdade e colaborar em ações de interesse comum. Há o *anúncio* e a catequese, quando se proclama a boa notícia do Evangelho e se aprofundam as conseqüências para a vida e a cultura. Tudo isto faz parte do conceito de missão".¹²⁸

176. Os diversos aspectos da evangelização podem ser vistos como *etapas*, quando se considera idealmente a aproximação de uma cultura ou de um grupo não evangelizado. Neste caso, o evangelizador começa pela presença e presta serviços de promoção humana; gradativamente pode encaminhar o *diálogo* religioso e, a partir daí, anuncia explicitamente o Evangelho, até criar condições plenas de *vivência e comunhão cristã*. Em nossa realidade brasileira, o mais das vezes toda a comunidade cristã é chamada a viver conjuntamente os diversos aspectos da missão da Igreja. Confirma-o, inclusive, a recente pesquisa sobre as comunidades católicas, onde mais de 40.000 respostas atestam que raramente as comunidades desenvolvem um só aspecto da existência cristã, mas ou são comunidades vivas – que unem a celebração à oração, à reflexão à luz da Palavra, o compromisso do serviço aos irmãos na promoção social e na conscientização política e o empenho missionário – ou são – algumas vezes – comunidades que definham na passividade e na acomodação. De qualquer forma, o evangelizador – mesmo que empenhado especialmente numa das tarefas da evangelização – não deixará de se manter em comunhão profunda com a Palavra, a Liturgia e a vida fraterna da comunidade cristã, se não quiser se tornar – mais cedo ou mais tarde – o ramo seco que perdeu a seiva vital que provém do tronco.¹²⁹

177. No planejamento pastoral, desde o PPC de 1966-1970, foram adotadas seis *linhas* de ação, depois pensadas mais exatamente como *dimensões*. Elas correspondem fundamentalmente às exigências intrínsecas da evangelização agora descritas:

- o *serviço* se concretiza especialmente na dimensão sócio-transformadora (linha 6);
- o *diálogo* se concretiza na dimensão ecumênica e do diálogo religioso (linha 5);
- o *anúncio* se concretiza na dimensão missionária (linha 2);
- o *testemunho da comunhão* se concretiza na dimensão comunitário-participativa (linha 1), que se alimenta nas fontes da Palavra (dimensão bíblico-catequética – linha 3) e da liturgia (dimensão litúrgica – linha 4).

A nossa apresentação das exigências da *evangelização* acentua o *aspecto missionário* da vida da Igreja e por isso foi assumida nestas Diretrizes. A organização pastoral segundo as 6 linhas ou dimensões tem caráter mais prático e deve ser mantida onde continua funcional.

Por uma evangelização inculturada

178. A evangelização sempre se realizou dentro de um processo de inculturação, por vezes, conflitivo. Mas o termo "inculturação" só nos anos 60 foi usado pela missiologia e entrou pela primeira vez num documento pontifício, "Catechesi Tradendae" (1979), onde designa o processo de inserção da Igreja na cultura de um povo, o que "significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas".¹³⁰ O termo quer distinguir nitidamente a inculturação da Igreja ou da fé cristã frente a contatos entre culturas diferentes, que a antropologia designa como adaptação, aculturação etc.¹³¹

Desafios atuais

179. Atualmente, na América Latina e no Brasil, a evangelização é desafiada a tornar-se "inculturada", principalmente por dois processos que estão em ato, distinta mas simultaneamente: 1) o encontro do Evangelho com as culturas indígenas, afro-americanas e mestiças¹³²; 2) o encontro com a cultura moderna particularmente no meio urbano.¹³³

180. Tomar consciência desses desafios implica:

- admitir a necessidade de que a evangelização das culturas indígenas, afro-americanas e mestiças *parta do acolhimento de seus valores humanos e das “sementes do Verbo”* nelas presentes,¹³⁴ contrariamente às atitudes de desprezo e opressão praticadas muitas vezes no passado e pelas quais se pede perdão¹³⁵;
- procurar, portanto, aproximar-se dessas realidades culturais em *atitude de escuta, simpatia e compreensão*, para também crescer “no conhecimento crítico” destas culturas, “para apreciá-las à luz do Evangelho”¹³⁶;
- reconhecer as *características específicas e inéditas das culturas moderna e pós-moderna* de origem ocidental, que – diferentemente das outras culturas – não têm a religião como eixo central e estão marcadas por um forte pluralismo, até à fragmentação, e por tendências secularistas¹³⁷.

181. Na situação que acabamos de evocar, dois problemas se destacam como mais urgentes para a evangelização:

- o conflito entre tradição e modernidade;
- o discernimento cristão dos valores da modernidade.

182. O conflito entre tradição e modernidade não desafia apenas a fé cristã e a evangelização. É um problema atual para todas as culturas. A modernidade se constituiu a partir da pretensão de rejeitar a tradição. Ela pretendeu submeter tudo ao exame crítico da razão e à experimentação. Por isso, a modernidade tende para um dinamismo e uma mudança incessantes. Questiona suas próprias conquistas e busca continuamente inovações. No plano ético, valoriza a liberdade individual e incentiva o indivíduo a buscar os critérios de seu comportamento a partir de si mesmo, de sua razão e liberdade, assumindo uma atitude autônoma e crítica face aos valores tradicionais.

183. A Igreja, diante da modernidade, representada pelo iluminismo e pelo liberalismo, assumiu no século XIX uma atitude predominantemente defensiva, reafirmando seus conceitos de verdade, de Revelação e de Tradição¹³⁸. Face, porém, aos totalitarismos do século XX, a Igreja se empenhou sempre mais na defesa da *liberdade* e dos *direitos fundamentais* da pessoa humana. O Concílio Vaticano II, com a declaração “*Dignitatis Humanae*” (1965), reconheceu que o regime moderno das liberdades civis é o mais conveniente também em matéria de *liberdade religiosa*. Isso significa que a pessoa *não pode ser forçada* na escolha da sua religião; por outro lado, a pessoa conserva a obrigação moral de *buscar a verdade*.

184. Mas a recente evolução da mentalidade moderna reabriu o debate, também dentro da Igreja, sobre valores e *limites da modernidade*. Esta tende hoje para um subjetivismo absoluto, que caminha para a negação de qualquer verdade e valor universal e para o niilismo e a “morte do homem”. Em reação a este radicalismo, alguns cristãos optam pelo fundamentalismo e a rejeição total da modernidade. O Magistério da Igreja, em particular o Papa João Paulo II, estimula os católicos a um *discernimento*¹³⁹. Trata-se de reafirmar o *valor incomparável da pessoa e da vida humana*, mas sem cair na armadilha do subjetivismo e da negação da verdade, que acabariam destruindo exatamente aquela liberdade que o homem moderno deseja gozar.

185. Neste contexto, a tradição religiosa não é mais transmitida com tranqüilidade e segurança pelas famílias e, tanto menos, pela sociedade. Por isso, a fé deve ser comunicada por um trabalho consciente de iniciação e educação cristã. A nossa sociedade tornou-se “terra de missão”, onde a *evangelização inculturada é a primeira exigência* para a Igreja.

Algumas exigências práticas

186. As exigências práticas da inculturação da fé são aqui indicadas em *linhas gerais*. Serão concretizadas mais amplamente nos itens seguintes, tratando da inculturação, no serviço, no diálogo, no anúncio, na liturgia e catequese.

187. A *primeira exigência* da inculturação é pensá-la como um *processo* de longa duração¹⁴⁰, o que implica prever de antemão uma caminhada com diversas *etapas*, sem a pretensão de alcançar imediatamente as metas que indicam o rumo do processo.

188. A *segunda exigência* é reconhecer que *sujeito* da inculturação não é o Evangelho (abstratamente considerado), nem o missionário ou o evangelizador, mas o *povo* ou *comunidade* que se abre ao Evangelho, o acolhe e se deixa por ele transformar. Isto, evidentemente, não exclui um papel inicial ou intermediário do evangelizador ou missionário, mas subordinado ao crescimento na fé e discernimento cristão da própria comunidade. Tanto menos exclui a ação do Espírito, que prepara pessoas e comunidades para o encontro com o Evangelho.

189. A *terceira exigência* é que a atitude inicial e básica da comunidade que busca a inculturação do Evangelho seja uma *atitude de abertura* à graça do Evangelho a partir dos valores de sua própria cultura: uma atitude de escuta e de acolhida, como a do discípulo, que está em busca da verdade sem preconceitos e sem antecipar conclusões.

190. A *quarta exigência* é que, na medida em que uma comunidade cristã avança na inculturação do Evangelho, mantenha firmes tanto a atitude de *solidariedade* com a cultura em que está inserida quanto a atitude de *crítica* ou discernimento à luz do Evangelho, que ilumina, purifica, transforma toda cultura, pois a todas elas transcende. A experiência missionária e da história mesmo recente do cristianismo assinalam acentuações diversas, *ora* da solidariedade, *ora* da crítica, em razão das circunstâncias concretas ou dos "sinais dos tempos".

1. Serviço e participação na transformação da sociedade pelo bem dos pobres

1.1. Fundamentação

191. O Novo Testamento atesta claramente que os primeiros cristãos se sentiram chamados por Deus a prestar um serviço (*diakonia*) aos pobres, dentro e fora da comunidade eclesial¹⁴¹. O ideal, inspirado pelo Antigo Testamento, é que não haja necessitados entre eles¹⁴². Mesmo quando se recomenda uma atenção prioritária aos "irmãos na fé", não falta o apelo a "fazer o bem a todos"¹⁴³. E se, dentro das circunstâncias da época, houve pouca participação política dos cristãos, eles não faltaram às suas obrigações civis e não deixaram de rezar pelos governantes, mesmo os perseguidores¹⁴⁴. Nisto os primeiros cristãos têm consciência de seguir o exemplo de Jesus, enviado para evangelizar os pobres¹⁴⁵ e, ele mesmo, exemplo de pobreza voluntária¹⁴⁶.

192. A *solidariedade* com todos os seres humanos é, para os cristãos de hoje, cidadãos de uma sociedade muito mais complexa que a do tempo de Jesus, uma exigência igualmente irrenunciável, intrínseca à própria fé no Deus, Pai de todos. É o que afirma o Concílio Vaticano II na abertura da "Gaudium et Spes": "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo"¹⁴⁷. Por outro lado, o Concílio afirma – juntamente com a exigência da solidariedade – o respeito da justa autonomia das realidades terrestres ou temporais¹⁴⁸.

193. A evolução do Magistério eclesiástico, nos anos seguintes, trouxe novas acentuações, que complementam as teses do Concílio. Já o Sínodo dos Bispos de 1971 afirma que "a ação pela justiça e a participação na transformação do mundo aparecem claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, isto é, da missão da Igreja para a redenção do gênero humano e a libertação de toda opressão"¹⁴⁹. A *Evangelii Nuntiandi*¹⁵⁰ do Papa Paulo VI, à luz do Sínodo de 1974, retoma a tese e explicita seus fundamentos. Mostra os laços de ordem antropológica, teológica e evangélica que unem evangelização e promoção humana (ou libertação ou

desenvolvimento integral). Outros esclarecimentos foram trazidos pelas Instruções *Libertatis nuntius* (1984) e *Libertatis conscientia* (1986). No mesmo período, o Episcopado brasileiro explicitou as conseqüências para a sociedade brasileira da ética social cristã e apontava desde as “Exigências cristãs da Ordem Política” (1977) até os princípios “Por uma nova Ordem Constitucional” (1986) e as “Exigências éticas da Ordem democrática” (1989). Recentemente, o documento de Santo Domingo não hesitou em definir, ao menos para a América Latina, a *promoção humana* como “dimensão privilegiada da nova evangelização”¹⁵¹, como de certo modo já tinha feito *Redemptoris Missio*¹⁵² com relação aos países pobres do Sul do mundo.

194. Junto com a reflexão sobre a responsabilidade da Igreja na promoção do desenvolvimento “do homem todo e de todo homem”¹⁵³, avançou também a consciência da evangélica *opção preferencial pelos pobres*. Ela encontra uma primeira expressão no n. 8 de “Lumen Gentium”, é explicitada nas Conferências do Episcopado latino-americano de Medellín (1968) e Puebla (1979), confirmada em Santo Domingo (1992)¹⁵⁴ e assumida pela Igreja no Brasil.¹⁵⁵ A opção pelos pobres se revela como tendo uma dupla motivação e finalidade: 1) ela é condição necessária e irrenunciável do caráter *evangélico* da ação da Igreja, ou seja, de sua fidelidade a Cristo que “se fez pobre... para nos enriquecer com sua pobreza”;¹⁵⁶ 2) ela é condição necessária para *discernir criticamente* entre as políticas sociais, que se pretendem ao serviço de todos, mas freqüentemente beneficiam apenas os mais fortes e descuidam dos últimos e dos excluídos, os “preferidos de Deus”.

1.2. Urgências

195. As urgências do desenvolvimento e da promoção humana no plano mundial têm sido objeto de análises pertinentes e apelos dramáticos por parte dos últimos Papas¹⁵⁷. As urgências da promoção humana em nosso país têm sido objeto de cuidados do Episcopado brasileiro e das pastorais sociais, desde os primeiros movimentos de renovação pastoral¹⁵⁸.

196. À luz da análise da atual situação sócioeconômica e ético-política,¹⁵⁹ parece-nos que os *serviços* mais urgentes que as comunidades cristãs podem prestar à sociedade brasileira são o *empenho na luta contra a pobreza e a exclusão*¹⁶⁰ e a contribuição para a criação de um novo sentido de *responsabilidade na ética pública*¹⁶¹.

1.3. Indicações práticas

197. Os documentos citados contêm orientações práticas que se estendem aos numerosos campos em que atuam nossas pastorais sociais: o cuidado com as crianças e as gestantes, a assistência aos menores abandonados, a defesa dos direitos de índios e posseiros, o apoio a movimentos sociais e sindicais, a pastoral da saúde e as obras educacionais, os cuidados específicos a doentes, idosos, drogados, aidéticos, vítimas da prostituição etc. A tarefa do serviço ou *diakonia*, contudo, não deve ficar restrita às pastorais sociais ou a grupos especializados, mas deve ser assumida por toda a comunidade eclesial – CEB, paróquia, Diocese, movimentos... – como sinal privilegiado do seguimento daquele que veio para servir e não para ser servido¹⁶². Uma comunidade insensível às necessidades dos irmãos é um contra-testemunho, que celebra a liturgia indignamente¹⁶³.

198. Os católicos devem contribuir também para o melhor conhecimento da realidade social e de seu dinamismo. Recentemente a Santa Sé criou a Pontifícia Academia de Ciências Sociais e encorajou a realização de Semanas Sociais em diversos países.

199. O empenho da Igreja pela promoção humana e pela justiça social exige também um amplo e decidido esforço para *educar os católicos* ao conhecimento da Doutrina Social da Igreja, para que ela penetre nas consciências como decorrência ética impreterível da própria fé cristã. É lamentável que a ética social cristã apareça a muitos, mesmo entre o clero, apenas como opção facultativa ou generoso empenho de poucos. Ela deve ocupar

lugar de destaque em nossos programas de formação e na própria pregação inspirada pelo Evangelho¹⁶⁴.

200. Convém que, sem adiar o socorro imediato e urgente às situações de maior carência (fome, doenças...), as iniciativas das pastorais sociais se voltem para o combate às *causas* destas carências, promovendo – em parceria com outras organizações da sociedade civil e as autoridades públicas – a criação de empregos, a multiplicação das oportunidades de educação, a assistência sanitária, a melhoria das condições de higiene e saneamento etc. O empenho consciente neste trabalho social levará a questionar e lutar por transformar *as estruturas e as decisões políticas* que influem sobre estas situações e o absolutismo da economia de mercado, que se sobrepõe às outras dimensões da vida humana e gera a exclusão daqueles que não são economicamente úteis.

201. Nossa participação na transformação social e no serviço aos pobres seja feita em *colaboração com outras instituições da sociedade civil* e em parceria com instituições públicas, em todos os níveis, começando pelo *nível local*. O trabalho social deve promover a organização dos movimentos sociais ou populares, visando a que os oprimidos e excluídos se tornem sujeitos de sua própria libertação e da edificação de novas formas de solidariedade.

202. Num mundo de reestruturação produtiva e de aceleradas mudanças, há que estar atento à grande rotatividade de migrantes em busca de trabalho e de moradia. As estruturas pastorais devem adaptar-se aos que vivem na mobilidade forçada e não se enquadram nos limites e esquemas territoriais de paróquias e Dioceses. Igualmente merecem atenção os novos migrantes estrangeiros, sobretudo latino-americanos sem documentação, que em busca de sobrevivência se encontram em situação de não cidadania e discriminação.

203. A mesma preocupação de formar uma consciência moral e uma prática social de inspiração cristã leva a Igreja a incentivar o *diálogo e a reflexão* de teólogos, cientistas e profissionais *acerca dos novos problemas de ordem ética* que o avanço das ciências suscita em vários campos do saber e do agir humanos.

Sejam lembradas, a título de exemplo, as novas responsabilidades na defesa da vida, na preservação do meio ambiente, na manipulação do patrimônio genético, no tratamento das doenças, na proteção dos direitos à informação e à privacidade etc. Especial atenção seja dada à recente Encíclica do Papa João Paulo II, “*Evangelium Vitae*”, que traça diretrizes para anunciar, celebrar e servir o “*Evangelho da Vida*”, visando contribuir para uma nova cultura da vida humana¹⁶⁵.

204. Finalmente, todos procurem fortalecer e estender a ativa participação na cidadania, em todos os níveis da vida social, de modo que o exercício da democracia se torne efetivo através do exercício de direitos e deveres para com a sociedade por parte de todos.

2. Diálogo com as culturas e as outras religiões

2.1. Fundamentação

205. O Concílio Vaticano II considera as diversas religiões dos povos ordenadas ao único povo de Deus¹⁶⁶ e declara nada rejeitar “do que há de verdadeiro e santo nestas religiões”¹⁶⁷. A encíclica *Redemptoris Missio*, bem como o documento *Diálogo e Anúncio* reconhecem que o Espírito Santo age sem limites de tempo ou espaço, fazendo germinar as sementes do Verbo nas religiões e nos esforços humanos à procura da verdade e do bem¹⁶⁸. Por isso – continua a Encíclica – as relações da Igreja com as religiões baseiam-se numa dupla consideração: “respeito pelo homem na sua busca de respostas às questões mais profundas da vida, e respeito pela ação do Espírito nesse mesmo homem”¹⁶⁹.

206. A Igreja vê nesta ação o mesmo Espírito que prepara o anúncio do Evangelho e o reconhecimento de Cristo e da Igreja. Em Pentecostes, o Espírito se dirige a todos os povos, em suas línguas e culturas¹⁷⁰. Assim se revela que o mistério de Cristo preexiste à encarnação do Verbo¹⁷¹, a qual por sua vez “manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre a sua altíssima vocação”¹⁷².

207. A Igreja crê, portanto, na importância do *diálogo entre as religiões* e, mais amplamente, *entre as culturas*, das quais a religião é muitas vezes a alma¹⁷³. Trata-se de um diálogo a respeito da salvação, que prolonga o diálogo com que o próprio Deus “ofereceu e continua a oferecer a salvação à humanidade”¹⁷⁴. No diálogo inter-religioso não se procuram apenas a compreensão mútua e relações amistosas. “Mediante o diálogo, os cristãos e os outros são convidados a aprofundar o seu empenho religioso e a responder, com crescente sinceridade, ao apelo pessoal de Deus e ao dom gratuito que ele faz de si mesmo...”¹⁷⁵. Em outras palavras, o diálogo é apelo para uma *conversão* mais profunda de todos para Deus¹⁷⁶.

208. O diálogo inter-religioso não deve ser instrumentalizado a outras finalidades. Ele é legítimo e necessário na missão evangelizadora da Igreja¹⁷⁷. Ele contribuirá, normalmente, para criar condições favoráveis para que o cristão possa dar testemunho da sua fé e anunciar Cristo Salvador de toda a humanidade¹⁷⁸.

209. O *diálogo* já possui em si mesmo seu próprio valor. Pode ser praticado de diversas formas: a partir da vida, na cooperação em obras comuns de serviço, através do intercâmbio da experiência religiosa ou espiritual ou mesmo no diálogo teológico dos peritos¹⁷⁹. O mais importante é reconhecer e praticar as disposições que tornam o diálogo autêntico e proveitoso: *equilíbrio*, que une abertura e realismo; *convicção*, que permite expressar com sinceridade e integridade a própria fé; *busca do aprofundamento da verdade*, inclusive da compreensão mais completa da própria fé; *disposição para acolher com gratidão os dons de Deus* e os frutos do próprio diálogo¹⁸⁰.

Dessa forma, o diálogo contribuirá, não para dar impressão de relativismo religioso, nem para pôr em dúvida a *identidade católica*, mas para torná-la mais consciente e firme, mais rica e madura.

210. Premissa e fundamento do diálogo é o reconhecimento da *liberdade religiosa*, assim como é formulada pelo Concílio Vaticano II¹⁸¹ e o Magistério pontifício¹⁸². Ela não é exaltação de um subjetivismo sem limites, mas a condição mais conveniente à dignidade da pessoa humana na procura da verdade, procura que faz parte dos direitos e obrigações de todo ser humano.

211. O diálogo com os cristãos de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais – o “ecumenismo” em sentido estrito – merece uma atenção especial, pela comunhão em Cristo que nos une, embora imperfeita em certos aspectos¹⁸³. Fundamentos e orientações do ecumenismo cristão, além de encontrar sua expressão básica no decreto conciliar “Unitatis Redintegratio”, são hoje formulados e atualizados no recente “Diretório Ecumênico” da Igreja Católica.

2.2. Urgências

212. Em nosso contexto brasileiro e latino-americano, é urgente, antes de tudo, assegurar a *subsistência das diversas culturas indígenas*, discernindo nelas os verdadeiros valores, nos quais a Igreja reconhece a presença de “sementes do Verbo”. A Igreja, com seus pastores e fiéis, particularmente através de dedicados e corajosos missionários, empenha-se para que as comunidades indígenas tenham seus direitos reconhecidos, suas terras demarcadas e protegidas, suas culturas preservadas dentro do dinamismo que lhes é próprio¹⁸⁴.

213. Igualmente a Igreja se empenha para que as *tradições culturais e religiosas afro-brasileiras e afro-americanas sejam respeitadas, valorizadas e apoiadas*, na busca de sua

continuidade e de seu desenvolvimento, abrindo caminho para uma maior aproximação com o catolicismo¹⁸⁵. Além de contribuir para combater toda forma de discriminação social e de racismo, a Igreja se sente na obrigação de rever suas atitudes pastorais e de valorizar pastoralmente a tradição afro-americana, por muito tempo descuidada ou negada.¹⁸⁶

214. Não menos urgente é, para a Igreja, o *diálogo com as formas culturais da modernidade*, na sua complexidade e diversificação. Deve-se prestar especial atenção pastoral àqueles grupos humanos ou setores da sociedade que mais intensamente são influenciados pela modernização e àqueles grupos que exercem uma influência privilegiada na formação da opinião pública, nas mudanças de comportamento, na proposta de novos sentidos e valores. A modernidade cria espaço para esses grupos, que geralmente se beneficiam dos avanços técnicos e da expansão do consumo, caindo, porém, freqüentemente num individualismo egoísta e amoral. Mas ela marginaliza as massas e gera “novos pobres”, inclusive entre as classes médias menos favorecidas pela modernização. Tudo isso repercute não só em nível de promoção humana¹⁸⁷, mas também no plano do diálogo religioso e cultural. Neste plano, a modernidade trouxe uma valorização do indivíduo e da subjetividade, uma exigência de igualdade fundamental de todos os seres humanos, uma busca de autenticidade e qualidade no relacionamento intersubjetivo. Esses valores podem questionar expressões religiosas tradicionais e devem estimular a busca de novas expressões da vida cristã, que reconhece o valor central e incomparável da pessoa humana¹⁸⁸.

215. No diálogo religioso, exigem maior atenção o *diálogo ecumênico e a cooperação com as outras Igrejas cristãs*. É preciso redescobrir e alimentar o espírito de diálogo ecumênico em *todos* os católicos, pois ele é uma dimensão constitutiva e irrenunciável da missão: “que eles sejam um para que o mundo creia!”¹⁸⁹. Faz parte dos objetivos atuais e urgentes do movimento ecumênico em nosso País oferecer serenamente, aos nossos fiéis e aos irmãos de outras Igrejas, elementos para que possam distinguir o trigo e o joio, a adesão convicta e o fanatismo cego, o zelo missionário e a exploração interesseira das emoções do povo, a busca perseverante da vontade de Cristo e o autoritarismo sectário e sem escrúpulos. Impressionam-nos o vigor e a clareza com que o Papa, na carta “Tertio Millennio Adveniente”, acentua a necessidade de aprofundar e pôr em prática o ecumenismo e o diálogo inter-religioso¹⁹⁰.

2.3. Indicações práticas

216. Em nível regional e nacional, procure-se discernir atentamente quais são, entre as urgências enumeradas acima, aquelas que os afetam mais diretamente e devem tornar-se *prioridades da ação pastoral*. Sejam promovidas iniciativas adequadas, destinando-lhes os recursos humanos e materiais necessários.

217. Mesmo onde o diálogo não parece imediatamente possível, promovam-se *centros permanentes ou atividades conjunturais* com uma dupla finalidade:

a) ter em conta a *influência* das novas tendências religiosas ou de tradições não-cristãs *sobre o próprio povo católico*, contribuindo para o discernimento dos valores, a crítica dos elementos incompatíveis com a fé e a elaboração de respostas autenticamente cristãs aos novos questionamentos e à nova sensibilidade;

b) *encaminhar estudos aprofundados* das novas tendências culturais, bem como das tradições características do lugar.

218. Toda a ação pastoral e catequética da Igreja Católica deve assumir conscientemente uma *dimensão ecumênica*. Isto significa valorizar, na justa medida, tanto os bens da tradição cristã comum quanto apreciar a contribuição específica à espiritualidade e à prática cristãs que cada Igreja traz, tendo o cuidado de expor integralmente a doutrina católica, mas de forma que resulte mais facilmente compreensível pelos irmãos separados¹⁹¹. Promovam-se também, oportunamente, momentos de oração comum e de

diálogo¹⁹², em particular a *Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos*, entre Ascensão e Pentecostes¹⁹³.

219. Os católicos demonstrem sempre sincero respeito pela liberdade religiosa e pelas convicções dos outros em matéria de religião e costumes. Recordem a palavra do Concílio Vaticano II: “Se há de reconhecer ao homem a liberdade em sumo grau e não se há de restringi-la a não ser quando e quanto for necessário”¹⁹⁴. Lembrem também a palavra do Papa: “A Igreja, reafirmando constantemente a dignidade transcendente da pessoa, tem por método o respeito à liberdade”¹⁹⁵.

220. Diante de atitudes sectárias e proselitistas, os pastores advirtam serena e firmemente os fiéis, evitando polémicas estéreis, quando não contraproducentes. “A Igreja também não fecha os olhos ao perigo do fanatismo, ou fundamentalismo, daqueles que, em nome de uma ideologia que se pretende científica ou religiosa, defendem poder impor aos outros homens a sua concepção da verdade e do bem”¹⁹⁶. O recente Diretório para o Ecumenismo pede que, onde este trabalho ecumênico “encontrar oposições ou impedimentos por atitudes sectárias, os católicos sejam pacientes e perseverantes”. Eles devem atuar “com honestidade, prudência e conhecimento dos fatos. Esta forma de proceder, gradual e cautelosa, sem iludir as dificuldades, é também uma garantia para não sucumbir à tentação do indiferentismo e proselitismo, o que seria ruína do verdadeiro espírito ecumênico”¹⁹⁷.

221. Como base para a formação católica ao ecumenismo são muito úteis os subsídios fornecidos pelo Diretório Ecumênico,¹⁹⁸ pelo CONIC e pelo setor de ecumenismo da CNBB¹⁹⁹. A boa formação é a primeira condição para que os católicos possam levar uma contribuição proveitosa ao diálogo com os irmãos das outras Igrejas.

3. Anúncio do Evangelho

3.1. Fundamentação

222. “A evangelização há de conter também sempre – ao mesmo tempo como base, centro e vértice do seu dinamismo – uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus”²⁰⁰. O Apóstolo Paulo ressalta a necessidade do anúncio ou da proclamação (“*kérygma*”) para que se possa tornar explícita a fé em Cristo: “Como hão de invocar aquele em quem não acreditam? E como hão de acreditar naquele que não ouviram? E como ouvirão se ninguém lhes pregar? (...) A fé vem da pregação, e a pregação pela palavra de Cristo”²⁰¹. Sobre a importância do anúncio insistem os documentos mais recentes²⁰².

223. Aqui é relevante ressaltar dois aspectos do *anúncio* ou querigma. O primeiro é que ele é claramente uma *missão apostólica*²⁰³. Mas esta missão – como se vê pelo Novo Testamento e a história do cristianismo – não se restringe aos Doze e a seus sucessores, embora eles tenham um especial encargo de garantir a autenticidade do anúncio e de promover a unidade na atuação da Igreja. A missão evangelizadora é confiada a *todos* os discípulos de Cristo e dela participam, de direito, todos os fiéis²⁰⁴.

224. O segundo aspecto a ser ressaltado é que o querigma ou anúncio da salvação em Jesus Cristo não se faz através de fórmulas repetidas, mas em diálogo com a compreensão e as expectativas dos destinatários da mensagem. Por isso, *diálogo* e *anúncio* são aspectos complementares da evangelização²⁰⁵. Muitas vezes o *diálogo* ajudará a formular o anúncio da maneira mais adequada às circunstâncias e à ação do Espírito²⁰⁶.

225. Um exemplo claro de *anúncio* atento às condições dos ouvintes se encontra nos Atos dos Apóstolos. Basta comparar os discursos de Paulo aos *judeus*,²⁰⁷ aos *camponeses* da Licaônia²⁰⁸ e aos *intelectuais* de Atenas²⁰⁹. A consequência da procura de um querigma inculturado, ou de um anúncio de Jesus atento às aspirações e inquietações

das pessoas humanas, é que também no *anúncio* – como, depois, na *catequese* que o aprofunda – deve valer o *método da interação* entre Palavra e situação do ouvinte, como o documento “Catequese Renovada” já mostrou²¹⁰.

226. Mesmo que muitas vezes a obstinação pessoal ou o peso de uma tradição cultural e religiosa diferente criem *obstáculos* radicais ao anúncio, isto não dispensa nenhum cristão do esforço sério de anunciar a salvação em Cristo e de testemunhar a fé com a vida.

3.2. Urgências

227. Tendo em vista os que precisam ouvir o *anúncio* de Cristo na sociedade brasileira de hoje, marcada pelo pluralismo religioso,²¹¹ podemos apontar três situações de urgência:

– a dos *católicos não-praticantes*, que receberam o Batismo, mas cujo contato com a vida e a palavra da Igreja é tão pouco freqüente que eles precisam de uma “nova evangelização” (isto não exclui que haja, entre os que não freqüentam os sacramentos e as reuniões eclesiais, pessoas muito próximas de Deus e muito generosas na prática do amor fraterno!); situam-se aqui também largas faixas de população flutuante, que, devido aos freqüentes deslocamentos geográficos, encontram sérias dificuldades de ter uma evangelização mais continuada, inclusive de receber os sacramentos da iniciação cristã e o do Matrimônio, e participar da comunidade; e ainda os católicos que, vivendo em nova união matrimonial, sem o sacramento, encontram dificuldade em participar da comunidade e da Eucaristia;

– a dos *cidadãos* que se declaram *sem religião* e cuja vida pessoal e social parece fortemente influenciada pelo secularismo ou pelo indiferentismo religioso;

– a dos *não-cristãos* de algumas Regiões brasileiras (como certas comunidades indígenas e comunidades vindas de outros continentes, como orientais etc.), para com os quais nossa Igreja tem uma dívida com relação à evangelização, mesmo que possa apenas “dar da própria pobreza”²¹².

228. Em geral, diante do *dinamismo* das mudanças da cultura atual,²¹³ o anúncio da Salvação em Cristo – a boa nova do Evangelho – deve ser repetido permanentemente e renovado em sua formulação, pois mudam a sensibilidade e a perspectiva com as quais é recebido. Ele, contudo, não será muito eficaz se não for precedido pelo *diálogo* e pelo esforço de compreender a evolução das mentalidades e se não for acompanhado pelo *testemunho de vida* dos cristãos.

229. Os ouvintes que o nosso *anúncio* deve atrair constituem uma massa imensa de pessoas. Os católicos não-praticantes são, ao menos, 50% da população adulta. Os cidadãos “sem religião” são relativamente poucos (10% nas grandes cidades, menos de 5% no conjunto da população adulta), mas pertencem muitas vezes a setores influentes da sociedade. Face a esses imensos desafios, é preciso mobilizar muito mais recursos humanos e materiais a serviço da *evangelização*, revendo seriamente a tendência a concentrar quase todos os esforços nos cuidados pastorais do “rebanho” que já está no redil.

3.3. Indicações práticas

3.3.1. Com relação aos católicos não-praticantes ou pouco assíduos

230. Os *católicos não-praticantes constituem o maior desafio missionário* que a Igreja no Brasil enfrenta, ao menos do ponto de vista quantitativo²¹⁴. Eles conservam com as comunidades eclesiais dois laços pastoralmente relevantes: 1º – a herança do catolicismo popular, especialmente através da devoção a Maria Santíssima e aos santos; 2º – a procura dos sacramentos nos momentos decisivos da vida: nascimento, primeira Eucaristia e Crisma dos filhos; Matrimônio; doença grave e morte. As orientações pastorais que se impõem nesta situação são:

- a atenção e o cuidado para com as práticas de religiosidade popular, que podem estabelecer ou reforçar os vínculos entre os católicos não-praticantes e a comunidade eclesial;
- um renovado esforço para promover ou fortalecer aquelas manifestações religiosas de massa que atraem, ao menos ocasionalmente, grandes parcelas da população;
- um tratamento diferenciado e, quanto possível, personalizado para com os não-praticantes, quando procuram os sacramentos;
- uma revisão séria e atenta das críticas e motivações que afastam os católicos da prática eclesial. Privilegiar a pastoral do contato pessoal, visitas às famílias, particularmente às que estiverem em situações de sofrimento ou alegria, como doenças, falecimentos, nascimento, aniversário etc. e a acolhida aos migrantes;
- uma reforma de estruturas e práticas pastorais inadequadas ao contexto urbano e alheias à mentalidade moderna.

231. Especial importância merece a *pastoral urbana*, com a criação de estruturas eclesiais novas que, sem desconhecer a validade da paróquia renovada, permitam que se enfrente a problemática apresentada pelas enormes concentrações humanas de hoje²¹⁵. As divisões entre as paróquias devem ser flexibilizadas, colocando o bem do povo acima de uma concepção territorial estreita e inadequada à realidade da cidade grande. Equipes pastorais podem servir mais eficazmente áreas urbanas compostas por várias comunidades.

232. Na cidade é que se encontram em gestação as novas formas da cultura. Daí a necessidade de se buscar caminhos, na experiência e na imaginação, para a pastoral urbana. Por um lado, é preciso *multiplicar e diversificar*, segundo as especificidades do meio urbano, dentro de interesses e necessidades grupais, *comunidades eclesiais* que suscitem, eduquem e apoiem a experiência da fé a partir da Palavra, da Eucaristia, da comunhão fraterna e do empenho no serviço dos irmãos. Por outro lado, é preciso criar ou desenvolver pólos ou *centros de evangelização*, que atendam à mobilidade da população urbana, que ofereçam oportunidades múltiplas de contato com a mensagem evangélica e a experiência eclesial, que possam tecer uma *rede de contatos* com aqueles cidadãos que mais dificilmente conseguem se ligar de forma permanente com uma comunidade estável.

233. Uma atenção especial deve ser dada *aos jovens*, seja em consideração da sua situação social e religiosa,²¹⁶ seja em consideração da *opção preferencial* assumida pela Igreja latino-americana em Puebla²¹⁷ e retomada com ênfase em Santo Domingo²¹⁸. Os jovens "são um grande desafio para o futuro da Igreja"²¹⁹. Eles não são apenas destinatários da evangelização, mas dela devem tornar-se sempre mais sujeitos ativos, "*protagonistas da evangelização e artífices da renovação social*"²²⁰.

234. Sendo muito diversificada, a situação dos jovens exige respostas adaptadas às necessidades concretas e aos meios específicos.²²¹ A título de exemplo, indicamos algumas ações que a Igreja deve privilegiar ou reforçar:

- atuação junto aos menores abandonados e às situações de miséria, visando oferecer a crianças e adolescentes – junto com os serviços públicos, muitas vezes precários – oportunidades de educação e cuidados com a saúde, especialmente através da prevenção de doenças;
- atuação pastoral, propiciando oportunidades de conscientização e de ação aos grupos de jovens mais abertos aos valores cristãos e mais dispostos a um empenho coletivo para a transformação da sociedade; esta atuação visará a ajudar, também, no crescimento humano-afetivo e, sobretudo, tornar estes jovens evangelizadores, protagonistas da evangelização;
- atuação evangelizadora e missionária voltada para a juventude urbana, especialmente para os jovens mais influenciados pela cultura do individualismo e mais isolados, menos apoiados pela família ou a escola, mais afastados dos padrões morais e religiosos tradicionais.

235. Este tipo de ações exige uma preparação específica e a busca de novas metodologias pedagógicas. Os presbíteros e outros agentes de pastoral precisam de ajuda para superar a distância entre as gerações. A nova geração tem outras perguntas, outras linguagens. As *escolas* católicas, também, devem renovar seu trabalho educacional para oferecer chances de educação autêntica e socialmente aberta a uma juventude marcada, especialmente nas classes médias, por uma visão utilitarista e individualista da vida e da profissão. São necessários ainda recursos financeiros para esta tarefa pastoral.

3.3.2. Com relação às pessoas indiferentes ou sem religião

236. Entre as pessoas que se mostram *indiferentes* ou se declaram *sem religião*, não encontramos – a não ser excepcionalmente – contatos com a pregação e a prática sacramental católica. As pessoas são atingidas pela “*presença pública*” da Igreja, seja que se manifeste através de pronunciamentos ou ações no campo social, seja que consiga comunicar algo de sua fé através dos meios de comunicação de massa ou outras manifestações públicas. (Como se vê, há aqui uma conexão relevante entre o “serviço” que a Igreja presta à sociedade e o “anúncio” do Evangelho).

237. Está aberto, também, o caminho do *testemunho pessoal* (e, mais raramente, comunitário) dos leigos cristãos, que se encontram continuamente com colegas de trabalho ou vizinhos ou amigos, cuja atitude religiosa está mais ou menos próxima do indiferentismo. Será que o comportamento destes cristãos leva os indiferentes a lhes perguntar “as razões da esperança” que está neles?²²².

Poderão “dar testemunho de como a fé cristã, mais ou menos conscientemente ouvida e invocada por todos, seja a única resposta plenamente válida para os problemas e as esperanças que a vida põe a cada homem e a cada sociedade”? “Será isso possível se os fiéis leigos souberem ultrapassar em si mesmos a ruptura entre o Evangelho e a vida, refazendo na sua quotidiana atividade em família, no trabalho e na sociedade, a unidade de uma vida que no Evangelho encontra inspiração e força para se realizar em plenitude”²²³.

238. Outro caminho aberto é o *diálogo sobre as grandes questões de ética*, levantadas por uma sociedade que precisa sempre mais urgentemente escolher entre a insensatez de um egoísmo desenfreado e a racionalidade de uma ordem social construída sobre valores universais ou, em última instância, sobre o reconhecimento da dignidade de toda pessoa humana, criada e amada por Deus como filha, e sobre a preservação do meio ambiente, condição de vida dos seres humanos.

239. Os *meios de comunicação de massa* são dominados, na grande maioria dos casos, por interesses econômicos e por uma mentalidade que podemos definir como “secularista”. É urgente traçar orientações mais eficazes para a ação da Igreja na cidade. A Igreja tem os meios para manter, com seus fiéis, uma boa comunicação em nível interpessoal. Goza também de grande estima na opinião pública. Mas a presença da Igreja nos meios de comunicação é escassa e o tratamento que deles recebe é ambíguo. É necessário verificar as causas do fenômeno para buscar soluções realistas e eficazes. Devemos nos interrogar sobre nossa própria *linguagem*, que conserva traços de uma cultura em grande parte desconhecida pela modernidade e que está sobrecarregada de elementos secundários, relevantes em outras épocas, mas cujo acúmulo arrisca hoje fazer perder de vista o essencial e dificultar a comunicação.

240. Outro questionamento inevitável é a reivindicação moderna da *liberdade de informação, da democratização do acesso aos meios de comunicação*, da formação da consciência crítica, da exigência de veracidade e transparência. É desejável que haja uma *presença católica mais coordenada e eficaz nos grandes meios de comunicação*. A presença de instituições religiosas é forte, no Brasil, no campo das editoras e do rádio. Em áreas onde a presença é mais fraca, é preciso usar de criatividade para desenvolver atividades compatíveis com a escassez de recursos financeiros (programas televisivos

específicos, agência de notícias etc.). Além disso, o desenvolvimento tecnológico facilita a cooperação (criação de redes) e a *multiplicação de pequenas iniciativas locais*, onde Dioceses, paróquias, congregações ou movimentos podem produzir informativos, subsídios didáticos e catequéticos, especialmente vídeos, atividades alternativas de formação da consciência crítica, visando aperfeiçoar gradativamente a tecnologia, a pedagogia e o conteúdo evangelizador. As Igrejas locais devem investir na *formação de comunicadores* de inspiração cristã, com boa preparação profissional e pastoral, e na própria ação pastoral junto aos comunicadores em geral.

3.3.3. Com relação à missão “além-fronteiras” ou em áreas carentes

241. Durante séculos, a Igreja no Brasil dependeu fortemente da atividade missionária “além-fronteiras” das Igrejas das nações européias e, recentemente, da América do Norte. Hoje firma-se sempre mais a consciência de que a situação está mudada. As Igrejas de antiga cristandade vêm diminuir sua capacidade de enviar missionários. De outro lado, “finalmente *chegou para a América Latina a hora* de intensificar a ajuda mútua entre Igrejas particulares e *de se abrir para além de suas próprias fronteiras, “ad gentes”*.... É verdade que também nós precisamos de missionários; devemos dar, porém, de nossa pobreza” ²²⁴. “Uma Igreja local não pode esperar atingir a plena maturidade eclesial e, só então, começar a preocupar-se com a Missão para além de seu território.

A maturidade eclesial é consequência e não apenas condição de abertura missionária. Estaria condenando-se à esterilidade a Igreja que deixasse atrofiado seu espírito missionário, sob a alegação de que ainda não foram plenamente atendidas todas as necessidades locais” ²²⁵.

242. Mantendo-se aberta ao mundo, a Igreja no Brasil olha para a *América Latina* e a *África* como *áreas geográficas prioritárias* de sua Missão “além-fronteiras”. A *América Latina*, por razões compreensíveis de vizinhança e destino comum, tornadas mais claras ainda dentro de um novo desenho geopolítico dos blocos de nações. A *África*, pela raiz comum da população negra, e como pagamento da dívida contraída por séculos de escravidão. Dentro da África, os países de língua portuguesa têm merecido maior atenção. Um outro desafio é apresentado pela maciça migração de latino-americanos e brasileiros para os Estados Unidos (cerca de 30 milhões).

243. O programa missionário “além-fronteiras” da Igreja no Brasil já está em *pleno andamento* com cerca de mil missionários trabalhando fora do país. A imensa maioria é constituída de religiosas, mas há, também, um bom número de presbíteros, alguns diocesanos, e uma pequena, mas significativa, presença de leigos. É importante enfatizar que os leigos precisam assumir um papel mais ativo também no campo da missão “ad gentes”.

244. Um novo impulso para o trabalho missionário da Igreja no Brasil exige *esforços de animação missionária* em três direções. A *primeira* é o aprofundamento da consciência da vocação e responsabilidade missionária nas Igrejas particulares, em todas as paróquias, comunidades eclesiais e organizações de leigos. A *segunda* área diz respeito ao próprio perfil dos missionários. É necessário um intenso trabalho nos presbitérios e nos seminários para ajudar os presbíteros das Dioceses a descobrirem a Missão “além-fronteiras” como um caminho também próprio e particularmente rico, de realização de sua vocação de evangelizadores. Nos Seminários deve-se cultivar o espírito missionário e dar o devido destaque ao ensino da Missiologia.

Trabalho semelhante deve ser iniciado junto aos leigos e suas organizações. A *terceira* é a da criação de novas formas de cooperação, diálogo e intercâmbio entre a nossa Igreja e as Igrejas de outros continentes. O envio missionário deve ser complementado pela criação de organizações específicas de apoio e de diálogo inter-religioso e intereclesial em torno de iniciativas e assuntos de comum interesse.

245. A Missão “além-fronteiras”, pela complexidade de sua própria natureza e execução, exige uma *formação cuidadosa* de seus agentes e uma *organização* capaz de garantir a continuidade. As iniciativas missionárias devem fazer parte de um programa orgânico, coordenado com o apoio dos organismos da CNBB, da CRB e das Pontifícias Obras Missionárias. É desejável que se dêem novos passos para concretizar um Centro Missionário Nacional, para estudos e formação permanente, e um Instituto Brasileiro de Missões “além-fronteiras”²²⁶.

246. A Igreja do Norte do País, particularmente na *Amazônia* e em outras *Regiões de ocupação recente*, se configura como profundamente carente de recursos próprios e fortemente dependente de gestos missionários das Igrejas já constituídas de outras Regiões do País. Com freqüência, os bispos e agentes pastorais da Amazônia sentem a ausência de co-responsabilidade missionária e clamam por uma maior entreatada eclesial.

247. É necessário, porém, reconhecer que essa situação evoluiu positivamente nas últimas décadas. A Igreja no Brasil, através da CNBB e de iniciativas de Igrejas particulares e Institutos de Vida Consagrada, marcou uma progressiva presença na problemática pastoral da Amazônia. A questão indígena foi assumida com força em nível nacional, e vários apoios missionários foram prestados, sobretudo às regiões de novas fronteiras de ocupação. Merece, também, destaque especial o papel de missionários e missionárias, de outros países, e sua presença religiosa, social, educacional e humana na evangelização e defesa dos povos indígenas e de seus direitos.

248. Outra iniciativa, historicamente importante no despertar das Igrejas do Brasil para a Amazônia, as Regiões do Oeste e o Nordeste, foi o programa “Igrejas-Irmãs”. Foi sobretudo aí que o programa encontrou, desde o início, maior motivação e expansão. O programa “Igrejas-Irmãs” vive, atualmente, uma fase de avaliação. Sua revitalização será, certamente, importante para uma nova e mais decisiva fase de empenho missionário que favoreça o amadurecimento e a originalidade das Igrejas locais e suscite projetos concretos de solidariedade e reciprocidade.

249. No mesmo espírito, mas fora do programa propriamente dito, encontram-se várias iniciativas de serviço missionário por parte de Igrejas de outras Regiões, com fins pastorais específicos. Prioritário é o serviço da formação de presbíteros e outros ministros autóctones. Também merecem especial e pronta atenção as novas áreas de ocupação, como, por exemplo, a cidade de Palmas, capital do novo Estado do Tocantins.

4. Testemunho da comunhão eclesial

4.1. Fundamentação

250. Quando a palavra do Evangelho, anunciada pelos Apóstolos e seus sucessores e discípulos até hoje, é acolhida por uma *pessoa*, o Espírito Santo suscita a fé e vai progressivamente modificando sua vida e atitudes, fazendo brotar – na medida da resposta ao dom de Deus – as virtudes cristãs e os frutos do Espírito: caridade, alegria, paz, paciência, afabilidade, fidelidade, brandura, temperança...²²⁷ Paulo, que não despreza as virtudes “humanas”, aquelas que também os pagãos apreciam,²²⁸ vê a perfeição cristã na imitação de Cristo, melhor, na identificação com ele²²⁹. A primeira recomendação da exortação prática que conclui a maior carta de Paulo é: “Eu vos exorto, irmãos, a oferecerdes vossos corpos em sacrifício vivo, santo, agradável a Deus: é este o vosso culto espiritual”.²³⁰ O cristão torna-se, assim, participante do tríplice ministério de Cristo, pelo qual Ele ofereceu sua própria vida.²³¹

251. No plano das pessoas, a finalidade da ação evangelizadora e pastoral está toda aqui: transformar o homem velho em *homem novo santo* que desde já experimenta a comunhão com Deus²³². “A finalidade da evangelização é (...) esta mudança interior: e se fosse necessário traduzir em breves termos, o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando (...) procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e

coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios”²³³.

252. Suscitando os fiéis em Cristo e levando-os à comunhão com ele e entre si, a ação evangelizadora e pastoral constrói a *Igreja* ou, melhor, faz que a Igreja aconteça. Pelo dom de Deus, no Espírito e pela Palavra, se reúnem fiéis e pastores para louvar o Senhor, celebrar a Eucaristia, meditar o ensinamento dos Apóstolos, partilhar seus bens materiais e espirituais²³⁴. Em todas as comunidades reunidas pelo Espírito e pelo Evangelho ao redor dos sucessores dos Apóstolos, “embora muitas vezes pequenas e pobres”,²³⁵ Cristo está realmente presente²³⁶. Está presente o Deus Uno e Trino – comunhão do Pai, do Filho e do Espírito – de onde tira sua origem a comunhão eclesial²³⁷.

253. Com fundamento na Palavra e na Liturgia, cume e fonte de sua ação, a Igreja organiza e mantém sua pedagogia da iniciação cristã, sua catequese, suas celebrações, sua vida comunitária e articula as diversas comunidades para que estejam solidariamente a serviço do Evangelho e ofereçam aos cristãos a experiência inicial do Reino.

254. A variedade dos dons concedidos à Igreja, os sacramentos de Cristo, os diversos ministérios e vocações, que sustentam a Igreja na sua caminhada para a plena realização do Reino, são descritos com riqueza e profundidade na constituição conciliar “*Lumen Gentium*”. Ela permanece como referência fundamental de nossa visão da Igreja. O mesmo Concílio quis renovar e ilustrar a compreensão das fontes da vida eclesial, dedicando à Palavra de Deus e à Liturgia as constituições *Dei Verbum* e *Sacrosanctum Concilium*. Elas são os marcos que apontam a direção da Igreja que devemos continuamente construir para que possa ser o “sinal da salvação” e da “unidade do gênero humano”,²³⁸ apontando o destino de todos em Cristo.

255. A própria variedade de dons e a diversidade de ministérios podem originar tensões na comunidade eclesial²³⁹. Esta, ao longo da história do cristianismo, conheceu dolorosas lacerações que contradizem abertamente a vontade de Cristo e são escândalo para o mundo, “algumas vezes não sem culpa de pessoas de um ou de outro lado”²⁴⁰. Igrejas e Comunidades eclesiais que não estão em plena comunhão com a Igreja católica não foram privadas do seu significado e valor dentro do mistério de salvação. O Batismo une em fraterna comunhão de graça todos os cristãos. Os católicos devem corresponder com solidariedade aos esforços empreendidos para superar as divisões herdadas do passado e construir de novo, entre os cristãos, uma comunhão de amor cada vez mais profunda e plena.

256. O *testemunho da comunhão* eclesial tem também uma dimensão missionária e evangelizadora, como recorda a oração de Jesus: “Para que todos sejam um ... a fim de que o mundo creia”²⁴¹. Ainda antes, a evangelização inicia quando um cristão ou um grupo de cristãos manifesta – através de sua compreensão e acolhimento, em sua comunhão de vida com os irmãos e em sua solidariedade com todos – a sua fé e a sua esperança em algo que não se vê²⁴². Este testemunho é manifestado pela comunidade cristã reunida para partilhar a sua fé, celebrar o louvor do Senhor e viver a caridade; assim aparecerá como lugar da adoração do verdadeiro Deus. Até o incrédulo deve reconhecer: “Deus está realmente no meio de vós!”²⁴³.

4.2 Urgências

257. A primeira urgência da atuação da Igreja em ordem à fé dos fiéis é oferecer-lhes a real possibilidade de descobrir e percorrer o *roteiro da iniciação cristã* – a experiência do seguimento de Cristo – adequada à idade e maturidade pessoal. A urgência se tornou maior para boa parte das novas gerações, porque em nossa sociedade muitas famílias não sabem ou não querem propiciar a educação na fé. No contexto atual de pluralismo religioso e de confusão das informações, é extremamente importante que a Igreja ofereça algo semelhante ao antigo catecumenato para a educação na fé e a experiência

do seguimento de Cristo. Promovam-se formas renovadas de catequese, articuladas com a vida, inculturadas no presente, não reduzidas à mera transmissão de noções formuladas em linguagem pouco significativa; estas formas devem ser procuradas, aperfeiçoadas e difundidas hoje.

258. Na mesma perspectiva, é urgente *vivificar e atualizar as diversas formas de celebração* litúrgica e *de comunicação da Palavra* aos adultos, buscando formulações adequadas à rápida evolução das mentalidades e da cultura. É preciso cuidar da *autenticidade e qualidade pastoral* das celebrações dos sacramentos, evitando que a preocupação com a quantidade leve à pressa e ao ritualismo minimalista. Critérios da qualidade são a *fidelidade objetiva* à Palavra de Deus e à tradição eclesial, a atenção à *participação subjetiva* dos fiéis, visando ao enriquecimento da experiência religiosa de cada um, e a *consciência do compromisso missionário*.

259. Outro desafio é estabelecer uma efetiva *unidade de fé e vida* na vivência cristã dos nossos fiéis²⁴⁴. Causas históricas complexas têm enfraquecido esta conexão, reduzindo muitas vezes a prática religiosa a formalismos e devocionismos, enquanto o comportamento ético andava se afastando e se tornando incompatível com o espírito cristão.

260. A mesma urgência pode ser formulada positivamente como necessidade de harmonizar e articular a dimensão *pessoal* e a dimensão *social* da existência cristã. Ou, ainda, unir e fortalecer mutuamente a prática da *oração*, com sua dimensão contemplativa, e a prática da *ação*, com sua dimensão coletiva e histórica.

261. Condição para tornar acessíveis a educação na fé e a vivência cristã é a existência de comunidades eclesiais "com rosto humano", cuja dimensão e espírito permitam a *acolhida e a valorização de cada pessoa*, segundo sua idade e necessidades espirituais. Isto, no pluralismo hodierno, implica em diversificação das comunidades (e associações, movimentos ou pastorais) a fim de estabelecer uma melhor correspondência entre estruturas eclesiais e situações sócio-culturais.

4.3. Indicações práticas

262. A todo cristão reconheça-se a condição de *sujeito*, no sentido pleno do termo, abrindo espaço para a experiência subjetiva e pessoal da fé, valorizando o sacerdócio comum dos fiéis e o consenso na fé de todo o povo de Deus.

263. A experiência religioso-cristã se realiza através do *encontro com a Palavra de Deus*, com os Sacramentos e com a comunhão eclesial, com a tradição e o Magistério da Igreja, não através de uma experiência meramente subjetiva.

264. A vocação, os dons e carismas pessoais sejam colocados a serviço da *comunidade eclesial* e de sua edificação, fazendo-se da *participação ativa* uma forma de realização cristã da pessoa.

265. A pastoral da reconciliação deve encontrar amplo espaço na vida da Igreja. A reconciliação das pessoas consigo mesmas, com o próximo e com Deus se realiza de forma dinâmica e transformadora no sacramento da Penitência. Recordamos os ensinamentos do novo Catecismo da Igreja Católica: "Quem está consciente de um pecado grave deve receber o sacramento da reconciliação antes de receber a comunhão"²⁴⁵. Pois, recorda o mesmo Catecismo, "a confissão individual e integral dos pecados, seguida de absolvição, continua sendo o único modo ordinário pelo qual os fiéis se reconciliam com Deus e com a Igreja"²⁴⁶.

266. Importância especial seja dada ao *acolhimento* às pessoas. Para isso, algumas medidas podem ser postas em prática: "ministério da acolhida", visitas às famílias que chegam; visitas domiciliares nos momentos marcados pela alegria ou pela tristeza;

postura acolhedora, alegre e disponível, por parte do presbítero e demais agentes de pastoral.

267. A atitude de amizade e de acolhimento acentua a *valorização da pessoa*. Assim, imita-se o gesto de Cristo acolhendo Zaqueu que, por sua vez, o recebe alegremente em sua casa. Ou a atitude de Jesus ao acolher as crianças ou, ainda, o gesto de Filipe e André que acolhem alguns gentios desejosos de ver o Cristo e os apresentam ao Mestre²⁴⁷.

268. A acolhida poderá traduzir-se também em formas sistemáticas e organizadas: *aconselhamento*, com a colaboração de pessoas especificamente preparadas; revalorização do *sacramento da reconciliação*; disposição para o *diálogo* e a *direção espiritual*. Especial atenção deve ser dada ao *acolhimento das pessoas que procuram ocasionalmente um sacramento*, apesar de serem católicos pouco assíduos ou não-praticantes. Os chamados "cursos de preparação" (ao Batismo das crianças e ao casamento) devem ser encontros o mais possível personalizados, adequados às pessoas que os freqüentam, e podem ser substituídos, especialmente no caso da preparação ao Batismo, por visitas às casas dos pais. Em qualquer caso, quem procura a comunidade eclesial sinta que é recebido com cordialidade e fraternidade cristã. E a comunidade se lembre de que não deve apenas aguardar quem a procura, mas deve ir ao encontro do outro com espírito evangélico e coração aberto. Não devem ser criadas exigências, além das normas diocesanas, como condição para receber os sacramentos.

269. A pessoa precisa ser acolhida na comunidade, com abertura e sensibilidade para os *diversos aspectos e dimensões de sua identidade e existência*. A comunidade, respeitando o princípio da liberdade cristã, ajude seus membros a não cair em atitudes unilaterais, como o intelectualismo, o intimismo, a excessiva importância dada à experiência emocional, a busca desmedida do "maravilhoso" e a fuga do compromisso com a transformação social.

270. Ao acolhimento segue-se o *acompanhamento*. Após o primeiro anúncio, haja continuidade de contatos para envolver a pessoa na vida da comunidade eclesial. Procure-se o apoio e envolvimento da *família*, especialmente com relação à educação cristã das crianças. A família é a primeira e fundamental estrutura a favor da "ecologia humana", no seio da qual o ser humano recebe as primeiras e determinadas noções acerca da verdade e do bem, aprende o que significa amar e ser amado e, conseqüentemente, o que quer dizer, em concreto, ser uma pessoa.

271. Na experiência que a pessoa faz da comunidade cristã, deve predominar o primado da *experiência espiritual*, no sentido forte de uma autêntica experiência de Deus, emocionalmente envolvente, levando à conversão pessoal, a uma vivência de fé e a uma mística profundas, nas quais a liberdade humana se abre à comunicação de Deus, em Cristo. A experiência espiritual cristã da alteridade encontra no outro sua origem e fundamento. Cada um de nós é chamado à vida e amado primeiro para entrar em aliança e comunhão com Deus e os irmãos.

272. Na *catequese*, busque-se a necessária conexão entre a experiência pessoal e comunitária e a doutrina; entre a experiência de vida e a formulação da fé; entre a vivência atual e o dado da tradição, à luz da Palavra de Deus²⁴⁸. Promova-se uma catequese mais atraente e diferenciada, respeitando os níveis de engajamento cristão das pessoas e procurando levá-las pedagogicamente à inserção na comunidade eclesial e na vida litúrgica. Não se retarde o início da catequese infantil, pois, desde cedo, a criança está exposta a muitas influências, especialmente dos meios de comunicação. O recente Catecismo da Igreja Católica será referência doutrinal segura na formação inicial e permanente de todo batizado e de todo agente de pastoral.

273. Nas *celebrações litúrgicas*, articulem-se melhor a tradição da Igreja e a experiência atual dos fiéis, valorizando as pessoas e sua vivência. É preciso redescobrir o aspecto simbólico da liturgia, enfatizar o sentido do mistério e recuperar as dimensões de festa,

alegria e esperança e a riqueza da espiritualidade do Ano Litúrgico. As celebrações sejam menos apressadas e menos intelectualizadas, proporcionando maiores momentos de silêncio, interiorização e contemplação. Valorizem-se os gestos, as posturas, as caminhadas e a dança²⁴⁹. Promova-se maior aproximação entre as celebrações litúrgicas e o universo simbólico das comunidades, através de uma legítima criatividade, adaptação e inculturação.

A busca de uma simbologia mais adequada ao meio urbano deve ser hoje uma preocupação prioritária da pastoral litúrgica. Promova-se a constituição de Equipes de Liturgia e a formação para o desempenho da presidência e demais ministérios e serviços da celebração.

274. Respeite-se a liberdade do cristão na escolha das formas específicas de seu *empenho na sociedade*. Esta liberdade, porém, não deve ser abandonada a si mesma. No contexto da sociedade moderna e no meio urbano, criou-se uma dicotomia entre a fé e a vida, entre a esfera da religião e as esferas da ciência, da política, da economia e das atividades profissionais. É, portanto, necessário e urgente um esforço para descobrir modelos de vida cristã na sociedade moderna e estimular uma melhor integração entre fé e vida.

275. Uma das maiores expressões da valorização da pessoa por parte da Igreja é certamente o empenho com que ela tem promovido a *educação*, seja no âmbito familiar, seja na escola ou por outros meios. Através da educação, o indivíduo torna-se pessoa e amplia as dimensões de seu ser e de seu agir. É preciso, portanto, continuar e multiplicar as atividades educativas da Igreja, através das escolas católicas ou pelo empenho em levar a presença cristã às escolas públicas, dando-lhes nova qualidade e maior eficácia evangélica.

276. Cuide-se de uma pastoral da educação que não seja restrita ao Ensino Religioso ou à formação doutrinária dos professores, mas que trate do mundo da educação e de seus problemas e ajude os educadores a vivenciar a mística deste trabalho que envolve o direito dos filhos de Deus às melhores condições para o seu desenvolvimento integral. Nesse processo, dê-se especial acompanhamento aos que atendem aos educandos mais carentes.

277. Num mundo tão fragmentado, será muitas vezes ao redor da preocupação com a educação dos filhos que paróquias, comunidades, movimentos e instituições católicas de ensino poderão reunir os pais e envolver ativamente jovens e adultos num trabalho de evangelização, concretizando variadas formas de *pastoral familiar*. Na família evangelizada, pais e filhos tornam-se evangelizadores²⁵⁰. Hoje, com o preceito constitucional, instituindo a pré-escola, deve-se atender ao despertar precoce da criança para o sentido dos valores no relacionamento com os outros. Não falte nessa fase da infância o despertar para a presença de Deus, que ama a cada um com ternura.

278. É preciso que, nas Igrejas particulares e especialmente no meio urbano, se reconheça a possibilidade de *diversas formas de vida comunitária, integração e associação dos fiéis*, sem querer impor um único modelo de comunidade eclesial. No contexto urbano, o fiel é exposto a um número muito grande de solicitações e tem relações com diversos meios profissionais, culturais e residenciais.

Nesse contexto, a pastoral não poder ser uniforme ou ligada exclusivamente a um único centro de agregação. Ela se torna, necessariamente, uma rede de relações com diversos aspectos da experiência cristã e diversos níveis da organização eclesial. Por isso a organização pastoral, especialmente na grande cidade, deverá prever a articulação e a complementação entre os diversos tipos de comunidades, movimentos e formas ocasionais ou provisórias de participação dos fiéis na vida da Igreja. É urgente promover a formação de comunidades eclesiais inseridas nos ambientes culturais e profissionais.

279. A *paróquia* busque adequar-se às mudanças de nosso tempo. Ela não é principalmente uma estrutura, um território, um edifício, mas é sobretudo *família de Deus e comunidade dos fiéis*. A paróquia constitui uma referência fundamental pela sua identidade teológica, pois ela é uma comunidade eucarística. Na Eucaristia, está a raiz viva de sua edificação e o vínculo sacramental de sua comunhão com toda a Igreja, que a torna referência privilegiada para comunidades menores, movimentos e pastorais.

280. Nos anos recentes, especialmente em face das grandes paróquias urbanas, caracterizadas por uma baixa prática religiosa e o anonimato dos fiéis, reivindica-se a transformação da paróquia em *comunidades de dimensões humanas*, possibilitando relações pessoais fraternas. Seja, pois, estimulada tal prática, com a ajuda de novos ministérios confiados aos leigos, e seja incentivada também a formação de comunidades não territoriais, ligadas por interesses culturais ou laços pessoais e espirituais, especialmente nas grandes cidades.

Tais comunidades fraternas permaneçam unidas entre si por uma rede de contatos e intercâmbios e recebam o apoio das estruturas mais amplas, paroquiais ou setoriais, segundo o princípio de subsidiariedade, para realizar atividades de aprofundamento e para manter viva a comunhão com a Igreja em seus diversos níveis.

281. Os *fiéis leigos* podem e devem fazer muitíssimo para o crescimento de uma autêntica comunhão eclesial, no seio de suas paróquias, e para o despertar do impulso missionário em ordem aos não crentes e, mesmo, aos crentes que tenham abandonado ou arrefecido a prática da vida cristã.

282. Uma especial atenção pastoral deve ser dirigida às populações ou categorias que, por motivo de trabalho, de turismo ou outros, têm grande mobilidade e raramente podem ser atendidas pelas estruturas pastorais dos locais de residência. É necessário prever um acompanhamento tempestivo, ágil e que use de locais e horários adequados às diversas situações.

283. As *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs) representam uma rica experiência eclesial, seja pela participação do laicato, seja pela criatividade pastoral, seja pelo empenho na transformação social. Elas são "força de evangelização". Entre os desafios das CEBs, hoje, destacam-se:

- trabalhar mais com as massas e não se fechar em pequenos grupos;
- acolher melhor a religiosidade popular e respeitar mais seu universo simbólico, evitando o perigo de um excesso de racionalismo, principalmente por parte dos agentes de pastoral mais intelectualizados;
- abrir-se criticamente aos novos desafios da cultura urbana, do pluralismo cultural e religioso, da televisão;
- empenhar-se para que a experiência das CEBs se consolide e continue acompanhando as mudanças da sociedade;
- manter uma relação dinâmica entre fé e vida, dando grande atenção à espiritualidade e à inculturação;
- encorajar a formação de grupos permanentes de reflexão (Círculos Bíblicos ou outros), para fortalecer sua fé e dinamizar sua atuação;
- continuar o intercâmbio entre as próprias CEBs e buscar permanentemente a comunhão com o conjunto da Igreja.

284. Os *movimentos eclesiais*, trazendo a contribuição de seu próprio carisma, integrem-se nas Igrejas particulares, assumindo a evangélica opção preferencial pelos pobres. Valorizem a fé como experiência pessoal, sem esquecer a dimensão comunitária e social. Cuidem da formação de seus membros, pondo sua organização moderna a serviço da evangelização. Em geral, procurem seguir as orientações traçadas recentemente pelo Episcopado para a Renovação Carismática Católica naquilo que se aplica a todos.

285. Todos, pastores e fiéis, têm a obrigação de favorecer e de alimentar constantemente os vínculos e *as relações fraternas de estima, cordialidade e colaboração* entre as várias formas agregativas de leigos. Só assim, a riqueza dos dons e dos carismas que o Senhor nos dá pode oferecer sua contribuição fecunda e ordenada para a edificação da casa comum.

286. É necessário *valorizar e articular os mecanismos de comunhão e participação em todos os níveis* e melhorar a comunicação interna na Igreja para criar um clima de coresponsabilidade. O ideal é uma Igreja em que *a busca da comunhão e do diálogo respeita e valoriza a diversidade* de dons e vocações de cada pessoa e de cada comunidade. Estes dons e carismas, tanto os mais simples quanto os extraordinários, distribuídos pelo Espírito “a cada um como lhe apraz”,²⁵¹ devem ser acolhidos com alegria e gratidão, por serem úteis para a renovação da Igreja, a nova evangelização e as necessidades do mundo atual²⁵².

Compete especialmente à hierarquia o discernimento e a aplicação pastoral dos carismas. Nesse dinamismo de comunhão, cada pessoa e cada grupo eclesial, sem nada perder de sua identidade, se disponha a partilhar seus dons com os outros e a “caminhar juntos”, na direção que o Senhor aponta. Sobre as modalidades concretas da articulação pastoral, o capítulo V oferecerá indicações mais completas.

Capítulo V: OS EVANGELIZADORES

Sumário

– *Todos os batizados são evangelizadores*
 – *O que as Diretrizes exigem dos evangelizadores?*
 – *Cada evangelizador deve questionar-se, à luz das Diretrizes, e rever suas prioridades, sua inserção na Igreja particular, seu papel específico, a formação de que precisa, sua articulação com o conjunto.*

1. As responsabilidades da Igreja particular

– *A Igreja particular é o lugar de comunhão e articulação das tarefas e dos agentes da evangelização*

– *Deve promover a reflexão participada, a elaboração de um projeto comum, pesquisa e avaliações, planos de pastoral, organismos permanentes de participação*

– *Para isso, deve cuidar da espiritualidade, da formação e da articulação entre todos os agentes*

a) Formação

– *A formação exige capacidade de “dar conta da própria esperança”, conhecimento adequado da realidade, capacidade de comunicar, realizar e avaliar*

b) Articulação

– *É uma necessidade, particularmente sentida hoje, num contexto de especialização e fragmentação*

– *Tem na evangelização seu eixo unificador*

– *Envolve especialmente as exigências ou dimensões da evangelização. Tem por princípios: a variedade-complementariedade das vocações, a autonomia, a subsidiariedade e a participação responsável*

2. Exigências específicas

a) Leigos

– *São protagonistas da evangelização inculturada no mundo de hoje*

– *Necessitam da consciência de serem sujeitos da evangelização, de formação adequada e de espiritualidade profunda*

– *Têm diversas vocações e campos de atuação, dentro da missão comum*

– *Os leigos precisam de formação, organismos permanentes de participação, justa autonomia*

b) Vida Consagrada

- *Evangeliza pela sua própria existência e entrega radical ao seguimento de Cristo*
- *Na ação pastoral deve assumir um papel pioneiro de renovação*
- *Deve aprofundar sua disponibilidade missionária em ligação com a Igreja particular e seu empenho na formação de leigos*

c) Ministério ordenado

- *É o elo visível de ligação entre as diversas categorias do povo de Deus*
- *Tem um papel decisivo para impulsionar a Igreja local para a evangelização*
- *Espera-se dele um especial esforço no desempenho de sua missão e na animação da comunidade evangelizadora*
- *Deve estar prioritariamente ao serviço do “sacerdócio comum” dos fiéis*
- *Para isso, precisa de formação permanente e de reavivar a espiritualidade presbiteral numa perspectiva missionária*

3. Espiritualidade dos Evangelizadores

- *Exigência de uma espiritualidade sólida e capaz de dar conta da esperança do evangelizador, de uma mística que o torne capaz de entregar a vida toda pela causa do Reino*
- *Para isso, o evangelizador deverá cultivar os fundamentos da espiritualidade cristã e desenvolver especialmente as características de uma espiritualidade da nossa época*

Conclusão

287. Jesus Cristo continua sua missão evangelizadora pela força do *Espírito Santo*, o “agente principal da Evangelização”,²⁵³ que suscita e inspira a ação da Igreja. A *Igreja universal* é o sujeito por excelência da Missão. Todo o povo santo de Deus é por Cristo “assumido como instrumento de redenção de todos e enviado ao mundo inteiro”²⁵⁴. A ação do povo de Deus se manifesta e se concretiza em cada *Igreja Particular*, onde atuam, de forma diferenciada e corresponsável, leigos(as), ministros ordenados, consagradas e consagrados.

288. Todos os batizados, seguidores de Jesus evangelizador, são chamados a se tornarem, por sua vez, *evangelizadores*. Por graça e ação do Espírito Santo, “Cristo a uns concedeu ser apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas, a outros pastores e mestres, para aperfeiçoar os santos em vista do ministério, para a edificação do Corpo de Cristo”.²⁵⁵ No entanto, “*evangelizar não é, para quem quer que seja, um ato individual e isolado*, mas profundamente eclesial”, que deve ser exercido em “união com a missão da Igreja e em nome da mesma”²⁵⁶.

289. A Igreja do Brasil, consciente de sua missão evangelizadora (cap. II), considerando as atuais mudanças da sociedade (cap. III), procurou formular novas Diretrizes para sua ação pastoral (cap. IV). *O que as Diretrizes exigem dos evangelizadores?* O quinto e último capítulo quer responder a esta questão.

290. Cada evangelizador deve colocar a si mesmo esta questão, buscando conformar sua vida e sua ação aos apelos do Espírito. Cada evangelizador deve perguntar-se à luz dos novos desafios e das novas Diretrizes da ação evangelizadora da Igreja do Brasil:

- *quais são as novas prioridades que devo assumir?*
- *quais, conseqüentemente, as tarefas menos urgentes ou relevantes, que devo deixar?*
- *onde a Igreja local quer que eu invista minha generosidade e minha competência?*
- *qual é o papel específico que me cabe como leigo(a), consagrado(a), agente de pastoral, diácono, presbítero, bispo?*
- *Qual é a formação ou a atualização de que preciso para desempenhar minha missão com a dedicação e competência que os outros esperam?*
- *Como articular melhor meu esforço pessoal com o dos meus irmãos, colegas, companheiros, com minha comunidade, congregação, Diocese?*

1. As responsabilidades da Igreja particular

291. A Igreja, toda ela missionária, *encarna-se de fato na Igreja particular* e nela *concretiza* a sua ação evangelizadora. É nela que a evangelização entra na história de um lugar, de um povo e de uma cultura. *Por sua vez, a Igreja particular*, nascida da missão evangelizadora, *torna-se missionária* e educa os batizados a se tornarem evangelizadores, seja de seus irmãos mais próximos, seja no serviço da missão "além-fronteiras", de outros povos ou culturas. Nela *a diversidade de vocações, carismas e ministérios se coloca a serviço da evangelização*. Na prática, isso significa que ela deve converter-se num *lugar de Comunhão e Participação* dos agentes e das tarefas pastorais, para conseguir a união na diversidade e promover a realização de um projeto comum. A serviço deste projeto, deve ela oferecer aos evangelizadores condições de *formação* atualizada, de *articulação* das responsabilidades e tarefas, de desenvolvimento de uma *espiritualidade* ou mística da evangelização.

a) Formação

292. A formação dos evangelizadores, hoje tão solicitada, tem como centro e fonte de dinamismo o mistério de Cristo e exige principalmente:

a) *capacidade de "dar conta da própria esperança"*. Por isso é necessária uma formação específica quanto aos conteúdos fundamentais da fé e da moral católicas, que ajude a compreender e a explicitar melhor a vivência do mistério cristão, que fez surgir a vocação do evangelizador. Referência privilegiada dessa formação será o novo Catecismo da Igreja Católica;

b) *conhecimento adequado da realidade*, sem aceitar o puro empirismo ou as falsas certezas. Seria útil que cada evangelizador ou comunidade conhecesse de maneira concreta pessoas e grupos aos quais se dirige: quais inquietações sentem; quais instâncias congregam as pessoas e influenciam suas vidas; como encarnam os valores evangélicos (gratuidade, solidariedade, fé, perdão, partilha, entrega da vida, ...); como expressam sua experiência religiosa...

c) *capacidade de comunicar*, tanto em nível pessoal como através dos meios, sempre mais numerosos, que a cultura atual põe à disposição dos evangelizadores;

d) *capacidade de avaliar e mudar*, para poder medir os efeitos da ação evangelizadora e reorientar os rumos, quando oportuno.

293. Além disso, é preciso que a formação dos evangelizadores satisfaça às exigências específicas de cada categoria do povo de Deus.

294. Com relação aos conteúdos e métodos da formação específica, será preciso distinguir grupos diferentes segundo as situações pessoais, a participação na Igreja, a função na sociedade. Para isso, a Igreja particular procurará: contar com a orientação de especialistas experientes; valer-se dos meios humanos adequados, inclusive daqueles oferecidos pelas ciências sociais; criar adequados organismos de estudo e pesquisa; realizar maiores investimentos, inclusive financeiros, na formação de lideranças; retomar, com novo vigor, a formação nos movimentos de juventude.

295. Um amplo programa de formação sistemática, tendo por objetivo o revigoramento da fé e do testemunho de todos os fiéis católicos, será promovido no triênio 1997-1999, conforme orientações da Assembléia dos Bispos, com base nas sugestões do Papa João Paulo II, para a preparação do Jubileu do ano 2000.

b) Articulação

296. A *articulação* é uma *necessidade* hoje muito sentida, face à tendência à segmentação, especialização e fragmentação, que atingem tanto a sociedade e a cultura

em geral quanto a evangelização e a pastoral. A articulação não visa a criar relações de subordinação de certas atividades a outras ou uniformidade na ação, mas a estabelecer uma efetiva comunicação entre os interlocutores, que permita o intercâmbio de informações e, eventualmente, pelo diálogo, a elaboração de um consenso. Respeita a pluralidade, mas evita o isolamento. Cria o que, na linguagem atual, é chamado de "rede". *Do ponto de vista prático*, evita falhas desnecessárias: visão estreita das responsabilidades da missão; acúmulo de trabalhos em poucos agentes; repetição e desperdício por um lado e tarefas não atendidas por outro; preocupação com o imediato em prejuízo do importante... *Do ponto de vista teológico e eclesial*, a articulação é, também, um testemunho de *comunhão e participação*.

297. A *missão evangelizadora* é o objetivo de toda a ação eclesial e, portanto, seu eixo unificador. Organismos e agregações, conforme seus próprios dons e carismas, têm na missão um *critério essencial* para a programação, execução e avaliação das suas atividades. Este é, também, o critério de articulação entre os diversos evangelizadores e organismos que os congregam. Um aspecto especial da articulação se refere às *exigências e dimensões da evangelização*: elas devem ser entendidas e realizadas como um conjunto e não como atividades isoladas.

298. Seguindo as Diretrizes²⁵⁷ anteriores, reafirmamos como úteis para a articulação os seguintes princípios:

- a) o da *variedade-complementariedade* das vocações e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades, como num corpo vivo, onde se realiza a "comunhão orgânica" entre seus membros²⁵⁸;
- b) o da *autonomia*, que garante a cada um dos membros do corpo eclesial o direito a cultivar a própria identidade e o próprio carisma, evitando todo nivelamento;
- c) o da *subsidiariedade*, que atribui às pessoas e às comunidades intermédias a maior autonomia possível, em tudo o que elas podem fazer, sem recurso a níveis superiores a não ser quando necessário. A aplicação deste princípio exige a descentralização da organização e, em muitos casos, uma redistribuição de tarefas e responsabilidades;
- d) o da *participação responsável*, que visa a envolver o maior número possível de interessados na reflexão, decisão, execução e avaliação. Ao mesmo tempo, a participação exige uma definição clara das competências e responsabilidades.

299. Com vista a uma efetiva articulação, sugerem-se algumas ações concretas, em nível de Diocese, setor ou paróquia:

- a) realizar reflexões em comum com os agentes;
- b) apontar os rumos, específicos, para a evangelização na realidade concreta;
- c) estabelecer temas e prioridades de interesse comum;
- d) fazer a avaliação da caminhada, promovendo pesquisas sobre a realidade local, fazendo a crítica, atualização e adaptação necessárias;
- e) realizar Assembléias ou Sínodos diocesanos, que suscitem um processo amplo de avaliação e planejamento;
- f) elaborar Planos de Pastoral, que orientem a tarefa comum e facilitem a avaliação;
- g) criar mecanismos de participação, onde os leigos, e entre eles mulheres e jovens, tenham possibilidade de apresentar, conhecer, estudar e refletir os problemas da evangelização e exercer a sua iniciativa;
- h) estabelecer Conselhos ou Comissões permanentes e realizar Assembléias periódicas para garantir a continuidade da ação pastoral e da vida comunitária;
- i) buscar os meios adequados para a formação necessária e a sustentação de uma espiritualidade missionária;
- j) garantir a necessária renovação dos ministérios.

300. Promova-se, em particular, a formação de Conselhos Diocesanos de Leigos e sua articulação com os Conselhos regionais e nacional "em plena comunhão com os pastores e adequada autonomia, como lugares de encontro, diálogo e serviço, que contribuam para o fortalecimento da unidade, da espiritualidade, da organização do laicato"²⁵⁹ e as

Igrejas locais cuidem para que as organizações de leigos “não esgotem seus esforços apenas no cuidado de sua própria formação e espiritualidade, mas se voltem para o vasto campo do mundo dos afastados, dos católicos não-praticantes, dos excluídos da sociedade, abrindo seu coração à caridade e, mesmo, abrindo novos campos de promoção humana e de missão no mundo”²⁶⁰.

301. A Igreja particular ou local pode e deve promover *momentos ou eventos em que se expressem mais visivelmente a comunhão e o compromisso com a evangelização de todos*, e todos possam reconhecer melhor os dons de cada um.

302. A Igreja particular alimenta a comunhão eclesial, *articulando-se com as demais Igrejas do Regional, com a Igreja no Brasil e no mundo*, procurando permanentemente reforçar os vínculos de comunhão e contribuir, segundo seus recursos, mesmo com sacrifícios generosos, para a missão universal e a ajuda a Igrejas-Irmãs particularmente carentes.

303. Na Igreja particular compete ao bispo a *responsabilidade principal* pela articulação da tarefa evangelizadora. Antes de tudo, ele mesmo, pessoalmente, deve ser testemunha do espírito evangélico e da tradição apostólica. É, pois, elo de comunhão e sinal de unidade da sua Igreja diocesana. Assuma, com zelo, a tarefa de incentivar e coordenar a ação evangelizadora, a ser realizada com a participação de toda a comunidade eclesial, com suas forças vivas e os diversos carismas que lhe foram concedidos. O bispo dedique *particular empenho à animação do seu presbitério*, que lhe está estritamente associado no governo da Diocese ²⁶¹, sem deixar de exortar todos os seus fiéis à ação apostólica e missionária²⁶².

2. Exigências específicas

a) Leigos

304. A *participação dos leigos na Missão é fundamental e necessária* não só porque são eles que podem penetrar no tecido humano das várias esferas da sociedade moderna (economia, política, ciência e técnica, cultura, meios de comunicação...), mas, sobretudo, porque, *por força da graça batismal*, estão plenamente habilitados ao exercício da fé na vida. “A necessidade de que todos os fiéis compartilhem tal responsabilidade não é apenas questão de eficácia apostólica, mas um dever-direito, fundado sobre a dignidade batismal”²⁶³. Diante dos desafios atuais, eles têm um papel de vanguarda na inculturação do Evangelho no mundo de hoje.²⁶⁴

305. Para participar mais plenamente nas tarefas da missão comum, os leigos devem ter viva consciência da sua responsabilidade. A Missão hoje exige que eles assumam ativamente seu papel de *sujeitos* e se percebam como *evangelizadores*,²⁶⁵ ultrapassando a concepção pastoral que os considerava “objeto” ou destinatários da tarefa evangelizadora.

306. Deve ser reconhecida e valorizada a *diversidade das vocações laicais*. Não há uma vocação leiga única. Os dons e carismas do Espírito e a diversidade de situações que a realidade apresenta criam também uma grande diversidade de apelos e respostas. Poderíamos distinguir quatro campos nos quais se desenvolvem as vocações leigas: o amplo campo do serviço de transformação da sociedade, da assistência aos pobres, da promoção social e dos direitos humanos, da justiça e da política; o campo do diálogo religioso e da colaboração com pessoas de outras religiões ou credos; o campo do anúncio missionário de Jesus Cristo, tanto entre os que não o conhecem quanto entre os que o esqueceram ou nunca o conheceram suficientemente; e o campo dos ministérios e serviços para a construção e sustentação da vida da comunidade cristã. Nas diversas vocações, porém, deve transparecer claramente a única missão evangelizadora.

307. Especial menção merece a *tarefa evangelizadora das mulheres e dos jovens*. De fato, exercem responsabilidades significativas nas tarefas da evangelização, como

catequese, educação, animação de comunidades, associações de bairro, entidades estudantis, sindicatos, política, ecumenismo, defesa da ecologia e cultura. Apreciamos os avanços acontecidos e insistimos na necessidade de continuar este processo para que a ação evangelizadora seja mais plenamente evangélica. Santo Domingo exige que “a opção preferencial pelos jovens” aconteça “não só de modo afetivo, mas também efetivamente”²⁶⁶, e que se aceitem e valorizem as mulheres na comunidade eclesial “não só pelo que elas fazem, mas sobretudo pelo que elas são”²⁶⁷. Em nossas comunidades dê-se atenção especial aos jovens, à Pastoral da Juventude, às Pastorais Específicas da Juventude e à Pastoral da Mulher.

308. A ação evangelizadora dos leigos implica no aprofundamento de sua identidade e missão específica, através de uma adequada formação, assim como na sua articulação e organização em Conselhos. Entre os critérios da formação, o Papa destacava: “Formar leigos significa favorecer-lhes a aquisição de verdadeira competência e habilitação no campo em que devem atuar; mas significa, sobretudo, educá-los na fé e no conhecimento da doutrina da Igreja naquele campo”²⁶⁸.

309. “A formação dos fiéis leigos tem como objetivo fundamental a descoberta cada vez mais clara da própria vocação e a disponibilidade cada vez maior para vivê-la no cumprimento da própria missão”²⁶⁹. Tem que levar a “uma união mais íntima entre a vida prática e a própria fé”²⁷⁰. E, para ser integral, deve incluir as dimensões espiritual, doutrinal, formação da consciência social, articulada através da Doutrina Social da Igreja e o crescimento pessoal no campo dos valores humanos.²⁷¹ Como campos prioritários, o Papa colocou em destaque a família, o trabalho e a ação sócio-política.²⁷²

Nos programas de formação, é preciso distinguir os programas voltados para a formação de *agentes de pastoral* e para as *elites militantes*, chamadas a assumir um papel de liderança dentro das estruturas eclesiais, na comunidade ou na sociedade civil, e os programas dirigidos à *massa de praticantes*, que devem ser despertados para o seu papel de evangelizadores, e não de meros ouvintes passivos da Palavra.

310. Concretamente, é oportuno que a formação dos leigos:

- a) seja programada e sistemática, não apenas ocasional;
- b) ligue o aspecto antropológico e o teológico, não sendo apenas uma reprodução empobrecida da teologia dos seminários;
- c) seja integrada e tenha como ponto de partida os problemas e perguntas dos leigos, oferecendo-lhes respostas para uma presença cristã no mundo;
- d) seja orientada predominantemente para a atuação nas transformações sociais, onde o testemunho dos leigos é especialmente qualificado;
- e) desenvolva especialmente a capacidade de comunicação e diálogo, aprimorando o relacionamento humano;
- f) seja diversificada e, nos seus métodos, tempos e conteúdos seja adaptada à diversidade de situações e tarefas dos cristãos leigos. Especial atenção merece a formação dos cristãos que atuam no campo da vida pública e política.

311. É preciso desenvolver nos leigos uma *espiritualidade autenticamente evangélica e missionária*, que supere o mero devocionismo, para sustentar o leigo em sua atuação humana e cristã na família, no trabalho, na sociedade, na vida quotidiana e nas diversas formas de apostolado e evangelização. A espiritualidade dos leigos se alimenta nas fontes de toda espiritualidade cristã: a Palavra, a Liturgia, a Comunhão eclesial. Mas ela busca especialmente a união da fé e da vida. Os leigos se encontram num lugar central no diálogo entre Deus e o mundo. Daí que a união com Deus, a oração, a vivência comunitária e o compromisso no mundo – como serviço, diálogo e anúncio – se revestem para os leigos de um acento especial.

b) Vida consagrada

312. A Vida Consagrada, em suas diversas formas, tanto apostólica como contemplativa e monástica, já é evangelizadora pela sua própria existência, pois vive radicalmente a experiência cristã e testemunha a entrega total no seguimento de Cristo. Por sua disponibilidade ao serviço do Evangelho, ela tem também condições de assumir um *papel pioneiro* na renovação pastoral, buscando iniciativas inovadoras. Dela se espera, hoje, um *empenho especial na linha da evangelização inculturada*.

313. Além das tarefas tradicionais nas áreas da educação, saúde e obras de caridade, nos últimos anos a Vida Consagrada descobriu *novos campos* para a tarefa pastoral, novas maneiras de viver em *comunidades inseridas* e de *animação das comunidades eclesiais de base e das pastorais específicas*. Neste processo, a Vida Consagrada tem-se renovado também por dentro, *aprofundando sua consagração a Deus na vivência dos conselhos evangélicos*. Esse é, sem dúvida, o melhor serviço que o povo de Deus dela espera. Com efeito, sua "força pastoral" lhe vem sobretudo do fato de ser expressão do seguimento de Cristo no meio do povo de Deus e sinal de esperança para ele²⁷³.

314. Outras exigências para a Vida Consagrada decorrem das novas situações e diretrizes pastorais:

- incentivar a *disponibilidade para a missão* "além-fronteiras" e em campos de "fronteira" (intelectuais, universidade, comunicação, ação social,...);
- empenhar-se na *formação dos leigos e ministros*, contribuindo assim para responder a um dos pedidos mais freqüentes e urgentes das Igrejas locais;
- aprofundar a *ligação com a Igreja Particular e suas opções pastorais*, pois esta é o lugar onde adquirem concretude histórica os carismas específicos. O Papa João Paulo II dizia aos Superiores Gerais:²⁷⁴ "A vossa vocação à Igreja Universal realiza-se dentro das estruturas da Igreja local... *A unidade com a Igreja universal, através da Igreja local: eis o vosso caminho*".

315. A Vida Consagrada e os Institutos religiosos são chamados à *renovação* exigida pelas mudanças da sociedade e pelas exigências da nova evangelização. A serviço dessa renovação, a Vida Religiosa, além das iniciativas específicas dos respectivos Institutos, conta com o vasto serviço da Conferência dos Religiosos do Brasil e com inúmeras iniciativas intercongregacionais de formação inicial e de formação permanente.²⁷⁵

c) Ministério ordenado

316. O ministério ordenado tem a função de unir as diversas categorias do Povo de Deus, na Igreja Particular. Pela sua autoridade e função peculiar, instituídas por Cristo, o ministério ordenado é decisivo para imprimir elã missionário à Igreja local. Mal exercido pode – eventualmente – prejudicar seu dinamismo missionário. Por isso, neste momento, a Igreja no Brasil espera dos ministros ordenados um esforço muito especial em aprimorar o exercício do seu ministério.

317. Exigências desse aprimoramento são:

- *a caridade pastoral*

É preciso intensificar a vivência da "caridade pastoral", que assume como núcleo da identidade ministerial e da própria vida, a missão evangelizadora e o cuidado pastoral por todos e cada um dos irmãos, e que anima a entrega pessoal e o serviço da comunidade.

318. Quanto à *espiritualidade presbiteral*, além das orientações fundamentais da "Pastores Dabo Vobis"²⁷⁶ e do "Diretório para o Ministério e a Vida do Presbítero",²⁷⁷ levem-se em conta as acentuações necessárias no contexto brasileiro atual, nacional e local. A encarnação do presbítero na vida do povo e a solidariedade com suas causas são exigências fundamentais de uma espiritualidade baseada na "identificação com Cristo Pastor e Servo de seus irmãos"²⁷⁸.

O múnus de pastor não se reduz ao cuidado individual dos fiéis, mas abarca, como tarefa própria, a formação de uma autêntica comunidade cristã, que tem por raiz e centro a celebração da Eucaristia, impulso para as obras de caridade e auxílio mútuo, para a ação missionária, como ainda para as várias formas de testemunho cristão²⁷⁹.

319. – *a colegialidade e a co-responsabilidade pastoral*: o Presbitério é o ambiente propício para a vivência fraterna, a periodização e distribuição das tarefas pastorais e o cuidado pelo irmão.

320. O ministério ordenado necessita recuperar sua *vivência colegial*. O Concílio Vaticano II redescobriu a natureza comunitária do ministério ordenado. Essa “comunhão ministerial” deve ser vivenciada, afetiva e efetivamente em todos os graus do ministério: na colegialidade episcopal e na co-responsabilidade presbiteral no interior de cada Igreja particular. A forma individualista do exercício do ministério ordenado, além de ser uma traição à sua própria essência, é um dos principais entraves à realização de uma Igreja toda ela responsável pela missão.

321. O presbítero é, antes de tudo, *membro de um presbitério* e somente em comunhão com ele pode exercer sua tarefa específica. Ao presbitério como um todo, presidido pelo bispo, e não aos presbíteros separadamente, é confiado o pastoreio da Igreja particular. Isso não isenta ninguém de sua responsabilidade pessoal. A ação pastoral do presbitério deve ser vivida como expressão de solidariedade fraterna, na qual todos se sentem co-responsáveis pela tarefa comum e, ainda mais, pela vida e ministério de cada um dos irmãos presbíteros. “O ministério ordenado tem uma radical ‘forma comunitária’ e pode ser assumido apenas como obra coletiva”²⁸⁰.

322. – *qualidade do ministério e autenticidade do testemunho*

Na atual conjuntura, o presbítero deve procurar, antes de tudo, a *qualidade* do seu ministério e a *autenticidade* do seu testemunho, e deve se sentir co-responsável pela qualidade do serviço pastoral e do testemunho do presbitério como um todo.

323. Para conseguir estas metas, o presbítero deve seriamente rever as *prioridades* de seu ministério, evitando a sobrecarga com tarefas burocráticas ou secundárias, descentralizando os serviços que podem ser confiados a outros agentes de pastoral.

324. O ministério ordenado está *a serviço do “sacerdócio comum” dos fiéis*.²⁸¹ Tarefa básica do ministério pastoral é contribuir para a edificação da comunidade cristã, toda ela missionária, onde os fiéis leigos possam alcançar a maturidade cristã (PO 6) e tenham liberdade de ação e de iniciativa (PO 9).

325. Por isso suas prioridades são:

- a *formação dos leigos*, com vista à sua atuação como protagonistas da evangelização;
- a *animação da espiritualidade* dos mesmos, que tem suas fontes na Palavra de Deus e na liturgia da Igreja;
- a *garantia da autenticidade e apostolicidade da vida e ação dos cristãos*.

326. Uma melhor *distribuição das tarefas* do ministério presbiteral deve ser realizada em dois níveis: 1º *dentro do próprio presbitério*, procurando que os presbíteros, na medida do possível, além ou em lugar da responsabilidade por uma paróquia ou conjunto de comunidades, assumam tarefas especializadas, a serviço de outros colegas ou de toda a Diocese, valorizando dons pessoais ou carismas de cada um; 2º *dentro da própria comunidade ou paróquia*, entregando com confiança a agentes de pastoral ou ministros leigos as tarefas que lhes convêm e que não são exclusivas do ministério presbiteral, e respeitando a iniciativa e a justa autonomia de todos os que se entregarem ao serviço do Evangelho. Será oportuno promover um *intenso e constante diálogo entre padres e leigos*, para enriquecimento mútuo da espiritualidade e da capacidade de trabalhar

pastoralmente. Em certos casos, poderá ser oportuno constituir equipes integradas de padres, leigos e outros agentes de pastoral.

327. – abertura e interesse para um processo de *formação continuada ou permanente*

A formação permanente é um processo que acompanha o presbítero em toda a sua existência; os próprios presbíteros devem ser sujeitos de todo o processo; deve contemplar as dimensões humana, afetiva, espiritual, teológica e pastoral; respeitar a diversidade cultural; favorecer o desenvolvimento dos carismas pessoais a serviço da missão; garantir uma qualificação especializada segundo os vários campos da pastoral, em especial a pastoral urbana; contar com investimentos específicos por parte das Dioceses e Institutos Religiosos; envolver os Seminários Maiores e os Institutos de Teologia em sua execução²⁸².

328. Os diáconos permanentes, nas Dioceses onde exercem o seu ministério, contribuem de maneira significativa para a tarefa da evangelização. Há que reconhecer o amplo campo de seu serviço, a geração de uma “cultura de solidariedade, fundamentada no testemunho de comunhão e caridade” ²⁸³. Para o melhor desempenho desta tarefa, a Igreja espera que cresça seu número e que eles se empenhem cada vez mais na evangelização. Precisam, também eles, como todos os ministros ordenados, de aprofundar a vivência da espiritualidade cristã, de fortalecer seu compromisso evangelizador, aprimorar sua formação teológica e pastoral, e viver seu compromisso com o serviço à comunidade. É necessário grande empenho de Bispos e padres para a articulação dos diáconos permanentes com o presbitério²⁸⁴.

3. Espiritualidade dos evangelizadores

329. A exigência maior para cada evangelizador é de viver uma *espiritualidade sólida e capaz de dar conta da própria esperança*²⁸⁵. Só uma espiritualidade firme pode dar sustentação ao testemunho cristão, especialmente se levarmos em conta que a cultura atual aprecia a religiosidade e os valores espirituais, mas numa perspectiva fortemente individualista e subjetivista, e tende a atribuir o mesmo valor às várias opções religiosas.

330. Do evangelizador exige-se uma profunda mística cristã e missionária, que tenha força para envolvê-lo totalmente, ajudando-o a renovar as expressões do anúncio, o ardor evangélico e a busca de novos métodos. Mística que o auxilia a sintetizar as coisas do coração e da razão, tornando-o capaz de entregar a vida toda pela causa do Reino, a exemplo de Jesus, como prova maior de seu amor ao Pai e a seus irmãos. Mística que lhe dá coragem e audácia para exercer sua insubstituível missão de profeta e homem de Deus hoje.

331. O evangelizador deverá, portanto, viver e cultivar a espiritualidade autenticamente cristã, que tem seus fundamentos na Palavra de Deus e na Eucaristia, nas celebrações dos mistérios de Deus, na vida comunitária e no serviço ao mundo. Alguns aspectos são particularmente importantes:

332. – Deixar-se conduzir pelo Espírito, capaz de transformar tímidos discípulos em testemunhas corajosos, atentos aos “sinais” da presença do Reino em ação (cf. RMI 87). A *docilidade ao Espírito* exige do evangelizador contínua revisão de vida, para que suas atitudes correspondam aos apelos que lhe chegam da realidade.

333. – Viver em íntima *comunhão com Cristo*.²⁸⁶ Enviado para evangelizar, o Filho de Deus se desveste de si mesmo, renuncia a projetos humanos e se dedica totalmente ao projeto do Pai. A comunhão com Cristo, diariamente cultivada, exige hoje do evangelizador um processo contínuo de conversão para assumir com generosidade e alegria o projeto de uma evangelização inculturada. Este processo exige-lhe renúncia a projetos particulares, colocando sua realização pessoal na doação de si pela causa do Reino.

334. – Abrir-se a uma profunda sensibilidade com a maneira de ser do nosso povo, em sua fé, de modo especial, em sua piedade mariana. Para o evangelizador, a Virgem Maria, Mãe de Cristo e da Igreja, a mais perfeita discípula, é o modelo de todos os discípulos e evangelizadores. É exemplo, por seu testemunho de oração, de escuta da Palavra de Deus, de pronta e fiel disponibilidade ao serviço do Reino até a cruz. Ela nos precede na peregrinação da fé e no caminho da glória, até que nos encontremos definitivamente com o seu Filho. Por isso é a Estrela da primeira e da nova evangelização²⁸⁷.

335. – Pautar-se por uma profunda *caridade apostólica*. Percorrer o caminho de Jesus como evangelizador hoje, exige-nos descobri-lo como servo de todos,²⁸⁸ numa atitude de abertura e de diálogo, ²⁸⁹ anunciando a Boa-Nova do Reino,²⁹⁰ vivendo em íntima comunhão com o Pai e com os discípulos,²⁹¹ com eles celebrando a ação de graças e de louvor ao Pai.²⁹² Essa caridade apostólica é “feita de atenção, ternura, compaixão, acolhimento, disponibilidade e empenho pelos problemas da gente”.²⁹³

336. – Abraçar uma *atitude missionária* que, vencendo o comodismo e o medo, anuncia explicitamente a Jesus Cristo e a seu Reino. Este anúncio explícito deve ser inserido no meio da vida das pessoas e dos grupos e deve levar muito em conta as culturas. O esforço para realizar a inculturação é sinal de um amor semelhante ao que levou o Filho de Deus a se encarnar e assumir a nossa história.

337. – Cultivar uma atitude de *fortaleza e perseverança diante das perplexidades, adversidades e conflitos*. Esta atitude é fruto da esperança a que somos chamados, que está fundada nas promessas do Senhor e não em nossos projetos. Não deve ser confundida com fundamentalismo, fanatismo ou teimosia.

338. – Desenvolver uma atitude de *criatividade e coragem para propor novos caminhos*. Há valores e brechas na mentalidade moderna que favorecem as propostas evangélicas. É preciso descobrir as aberturas do coração humano e seus anseios como, por exemplo, daqueles que estão à procura de solidariedade, de paz, de novas relações com a natureza, de defesa dos direitos humanos, das minorias, da mulher...

339. – Abrir-se para uma atitude de *acolhida do outro*, em especial de quem pertence a tradições religiosas e culturais diferentes. A acolhida se refere especialmente às suas experiências espirituais mais profundas. Esta atitude está alicerçada num espírito de tolerância e respeito e se realiza mediante o diálogo aberto, que valoriza a experiência do outro e o ajuda na sua busca, sem julgar nem condenar nem impor.

340. – Assumir uma atitude de *misericórdia*, daquela misericórdia do próprio Deus, que encontrou a sua expressão mais alta nas atitudes de Jesus para com pobres, aflitos e pecadores, para com todos os crucificados desta terra, que o evangelizador deve amar como os preferidos de Deus.

341. – *Participar generosa e alegremente na vida e na missão da comunidade*, sinal e germe do Reino, vencendo os perigos do individualismo e do fechamento em grupos restritos. Um testemunho particularmente válido hoje é uma comunidade solidária e alegre, imagem e início da comunhão com a Trindade Santa. A comunhão eclesial exige também o reconhecimento da legítima pluralidade das formas de organização e de espiritualidade dos fiéis.²⁹⁴

342. Em resumo, o evangelizador de hoje deve ser um santo. Deve estar cheio de ardor missionário,²⁹⁵ e que seu zelo “brote de uma verdadeira santidade de vida, alimentada pela oração e, sobretudo, pelo amor à Eucaristia”.²⁹⁶ Assim se imitarão tantos exemplos de fidelidade do passado e se alongará o martirologio, segundo a sugestão do Papa²⁹⁷.

CONCLUSÃO

343. As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (1995-1998) são uma resposta da Igreja, no Brasil, aos desafios de sua missão, que é EVANGELIZAR.

344. Mais que as anteriores, estas Diretrizes foram pensadas e formuladas fazendo da EVANGELIZAÇÃO a prioridade real e o eixo central da ação da Igreja, procurando assim atender ao apelo missionário da “Redemptoris Missio”, da IV Conferência Geral do Episcopado latino-americano em Santo Domingo, do Ano Missionário e do V Congresso Missionário latino-americano. A própria ação pastoral, entendida como cuidado das comunidades cristãs já sólidas e maduras,²⁹⁸ foi orientada para a formação de evangelizadores e, de certo modo, subordinada à missão de anunciar o Evangelho e de testemunhá-lo diante daqueles que não estão vitalmente inseridos na comunidade eclesial.

345. A NOVA EVANGELIZAÇÃO exige, como sabemos, que ela seja nova em seu ardor, em seus métodos e em sua expressão²⁹⁹. A complexidade e a mobilidade da sociedade atual nos impõem um esforço redobrado de compreensão das aspirações dos homens e mulheres de hoje e um empenho generoso e firme no anúncio da boa nova evangélica. Esta preocupação anima nossas Diretrizes e se apresenta a nós como um grande desafio.

346. Temos certeza de que poderemos responder a esse desafio, unindo ao empenho generoso e à lucidez do olhar, a disposição de procurar a colaboração de todos, especialmente dos que buscam conosco os valores da verdade, da liberdade e da justiça. Confiamos principalmente na docilidade ao ESPÍRITO, PROTAGONISTA DA EVANGELIZAÇÃO, ao qual renovamos o nosso pedido, pela intercessão de Maria, Mãe da Igreja, do dom do discernimento, para que nossos planos humanos não se afastem do coração de Deus e realizem sua vontade de vida plena para todos.

Nota:1

Carta “Tertio Millennio Adveniente” de 10.11.1994.

Nota:2

Hb 13,8: “Jesus Cristo é o mesmo, ontem e hoje, e será sempre o mesmo”.

Nota:3

Rm 1,16: “Não me envergonho do Evangelho, pois ele é força de Deus para a salvação de todo aquele que acredita, do judeu em primeiro lugar, mas também do grego”.

Nota:4

Lc 4,18: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos”.

Nota:5

Lc 17,21: “Nem se poderá dizer: Está aqui ou: está ali, porque o Reino de Deus está no meio de vocês”.

Mc 1,15: “O tempo já se cumpriu, e o Reino de Deus está próximo. Convertam-se e acreditem na Boa Notícia.”

Nota:6

Mt 19,21: “Jesus respondeu: Se você quer ser perfeito, vá, venda tudo o que tem, dê o dinheiro aos pobres, e você terá um tesouro no céu. Depois venha, e siga-me”.

Nota:7

1Ts 1,6: “E vocês imitaram o nosso exemplo e o exemplo do Senhor, acolhendo a Palavra com a alegria do Espírito Santo, apesar de tantas tribulações”.

Nota:8

1Ts 2,13: “O motivo do nosso contínuo agradecimento a Deus é este: quando ouviram a Palavra de Deus que anunciamos, vocês a acolheram não como palavra humana, mas como ela realmente é, como Palavra de Deus, que age com eficácia em vocês que acreditam”.

Nota:9

1Cor 9,16: “Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim; pelo contrário, é uma necessidade que me foi imposta. Ai de mim se eu não anunciar o Evangelho!”.

Nota:10

RMi 42: “O homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina, mais na vida e nos fatos do que nas teorias. O testemunho da vida cristã é a primeira e insubstituível forma de missão: Cristo, cuja missão nós continuamos, é a ‘testemunha’ por excelência (Ap 1,5; 3,14) e o modelo do testemunho cristão. O Espírito Santo acompanha o caminho da Igreja, associando-a ao testemunho que ele próprio dá de Cristo (cf. Jo 15,26-27).”

A primeira forma de testemunho é a própria vida do missionário, da família cristã e da comunidade eclesial, que torna visível um novo modo de se comportar. O missionário que, apesar dos seus limites e defeitos humanos, vive com simplicidade, segundo o modelo de Cristo, é um sinal de Deus e das realidades transcendentes. Mas todos, na Igreja, esforçando-se por imitar o divino Mestre, podem e devem dar o mesmo testemunho, que é, em muitos casos, o único modo possível de se ser missionário.

O testemunho evangélico, a que o mundo é mais sensível, é o da atenção às pessoas e o da caridade em favor dos pobres, dos mais pequenos, e dos que sofrem. A gratuidade deste relacionamento e destas ações, em profundo contraste com o egoísmo presente no homem, faz nascer questões precisas, que orientam para Deus e para o Evangelho. Também o compromisso com a paz, a justiça, os direitos do homem, a promoção humana,

é um testemunho do Evangelho, caso seja um sinal de atenção às pessoas e esteja ordenado ao desenvolvimento integral do homem”.

Nota:11

EN 41: “E antes de mais nada - sem querermos repetir tudo aquilo já recordado anteriormente - é conveniente realçar isto: para a Igreja, o testemunho de uma vida autenticamente cristã, entregue nas mãos de Deus, numa comunhão que nada deverá interromper, e dedicada ao próximo com um zelo sem limites, é o primeiro meio de evangelização. ‘O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres - dizíamos ainda recentemente a um grupo de leigos - ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas’. São Pedro exprimia isto mesmo muito bem, quando ele evocava o espetáculo de uma vida pura e respeitável, ‘para que, se alguns não obedecem à Palavra, venham a ser conquistados sem palavras, pelo procedimento’. Será pois, pelo seu comportamento, pela sua vida, que a Igreja há de, antes de mais nada, evangelizar este mundo; ou seja, pelo seu testemunho vivido com fidelidade ao Senhor Jesus, testemunho de pobreza, de desapego e de liberdade frente aos poderes deste mundo; numa palavra, testemunho de santidade”.

Nota:12

RMI 42: “O homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina, mais na vida e nos fatos do que nas teorias. O testemunho da vida cristã é a primeira e insubstituível forma de missão: Cristo, cuja missão nós continuamos, é a ‘testemunha’ por excelência (Ap 1,5; 3,14) e o modelo do testemunho cristão. O Espírito Santo acompanha o caminho da Igreja, associando-a ao testemunho que ele próprio dá de Cristo (cf. Jo 15,26-27).

A primeira forma de testemunho é a própria vida do missionário, da família cristã e da comunidade eclesial, que torna visível um novo modo de se comportar. O missionário que, apesar dos seus limites e defeitos humanos, vive com simplicidade, segundo o modelo de Cristo, é um sinal de Deus e das realidades transcendentais. Mas todos, na Igreja, esforçando-se por imitar o divino Mestre, podem e devem dar o mesmo testemunho, que é, em muitos casos, o único modo possível de se ser missionário.

O testemunho evangélico, a que o mundo é mais sensível, é o da atenção às pessoas e o da caridade em favor dos pobres, dos mais pequenos, e dos que sofrem. A gratuidade deste relacionamento e destas ações, em profundo contraste com o egoísmo presente no homem, faz nascer questões precisas, que orientam para Deus e para o Evangelho. Também o compromisso com a paz, a justiça, os direitos do homem, a promoção humana, é um testemunho do Evangelho, caso seja um sinal de atenção às pessoas e esteja ordenado ao desenvolvimento integral do homem”.

Nota:13

Jo 13,34: “Eu dou a vocês um mandamento novo: amem-se uns aos outros. Assim como eu amei vocês, vocês devem se amar uns aos outros”.

Nota:14

Jo 17,21: “para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste”.

Nota:15

Lc 10,1: “O Senhor escolheu outros setenta e dois discípulos, e os enviou dois a dois, na sua frente, para toda cidade e lugar aonde ele próprio devia ir”.

Nota:16

At 2,42-44: “Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. Em todos eles havia temor, por causa dos numerosos prodígios e sinais que os apóstolos realizavam. Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas”.

2Cor 9,12-14: “De fato, o serviço desta coleta não deve apenas satisfazer às necessidades dos cristãos, mas há de ser ocasião de dar efusivas ações de graças a Deus. Tal serviço será para eles uma prova; e eles agradecerão a Deus pela obediência que vocês professam ao Evangelho de Cristo e pela generosidade com que vocês repartem os bens com eles e com todos. Eles manifestarão a sua ternura, rezando por vocês por causa da graça extraordinária que Deus concedeu a vocês”.

Nota:17

EN 23: “O anúncio, de fato, não adquire toda a sua dimensão, senão quando ele for ouvido, acolhido, assimilado e quando ele tiver feito brotar, naquele que assim o tiver recebido, uma adesão do coração. Sim, adesão às verdades que o Senhor, por misericórdia, revelou. Mais ainda, adesão ao programa de vida - vida doravante transformada - que ele propõe; adesão, numa palavra, ao reino, que o mesmo é dizer, ao ‘mundo novo’, ao novo estado de coisas, à nova maneira de ser, de viver, de estar junto com os outros, que o Evangelho inaugura. Uma tal adesão, que não pode permanecer abstrata e desencarnada, manifesta-se concretamente por uma entrada visível numa comunidade de fiéis.

Assim, aqueles cuja vida se transformou ingressam, portanto, numa comunidade que também ela própria é sinal da transformação e sinal da novidade de vida: é a Igreja, sacramento visível da salvação. Mas, a entrada na comunidade eclesial por sua vez, há de exprimir-se através de muitos outros sinais, que prolongam e desenvolvem o sinal da Igreja. No dinamismo da evangelização, aquele que acolhe o Evangelho como Palavra que salva, normalmente, o traduz depois nestas atitudes sacramentais: adesão à Igreja, aceitação dos sacramentos que manifestam e sustentam essa adesão, pela graça que eles conferem”.

Nota:18

CFL 34: “Países inteiros e nações, onde a religião e a vida cristã foram em tempos tão prósperas e capazes de dar origem a uma comunidade de fé viva e operosa, encontram-se hoje sujeitos a dura prova, e, por vezes, até são radicalmente transformados pela contínua difusão do indiferentismo, do secularismo e do ateísmo. É o caso, em especial, dos países e das nações do chamado Primeiro Mundo, onde o bem-estar econômico e o consumismo, embora misturados com tremendas situações de pobreza e de miséria, inspiram e permitem viver ‘como se Deus não existisse’. Ora, a indiferença religiosa e a total insignificância prática de Deus nos problemas, mesmo graves, da vida não são menos preocupantes e subversivos do que o ateísmo declarado. E também a fé cristã, mesmo sobrevivendo em algumas manifestações tradicionais e ritualistas, tende a desaparecer nos momentos mais significativos da existência, como os momentos do nascer, do sofrer e do morrer. Daí que se levantem

interrogações e enigmas tremendos, que, ao ficarem sem resposta, expõem o homem contemporâneo à desilusão desconfortante e à tentação de eliminar a mesma vida humana que levanta esses problemas. Noutras regiões ou nações, porém, conservam-se bem vivas ainda tradições de piedade e de religiosidade popular cristã; mas, esse patrimônio moral e espiritual corre hoje o risco de esbater-se sob o impacto de múltiplos processos, entre os quais sobressaem a secularização e a difusão das seitas. Só uma nova evangelização poderá garantir o crescimento de uma fé límpida e profunda, capaz de converter tais tradições numa força de liberdade autêntica.

É urgente, sem dúvida, refazer em toda parte o tecido cristão da sociedade humana. Mas, a condição é a de se *refazer o tecido cristão das próprias comunidades eclesiais* que vivem nesses países e nessas nações.

Ora, os fiéis leigos, por força da sua participação do múnus profético de Cristo, estão plenamente envolvidos nessa tarefa da Igreja. Pertence-lhes, em particular, dar testemunho de como a fé cristã, mais ou menos conscientemente ouvida e invocada por todos, seja a única resposta plenamente válida para os problemas e as esperanças que a vida põe a cada homem e a cada sociedade. Será isso possível se os fiéis leigos souberem ultrapassar em si mesmos a ruptura entre o Evangelho e a vida, refazendo na sua quotidiana atividade em família, no trabalho e na sociedade, a unidade de uma vida que no Evangelho encontra inspiração e força para se realizar em plenitude.

Repito mais uma vez a todos os homens contemporâneos o grito apaixonado com que iniciei o meu serviço pastoral: *Não tenhais medo! Abri, ou antes, escancarai as portas a Cristo!* Abri ao seu poder salvador os confins dos Estados, os sistemas econômicos assim como os políticos, os vastos campos da cultura, da civilização, do progresso. Não tenhais medo! Cristo sabe bem o que está dentro do homem. Só ele sabe! Hoje em dia muito freqüentemente o homem não sabe o que traz no interior de si mesmo, no profundo do seu ânimo e do seu coração. Muito freqüentemente se encontra incerto acerca do sentido da sua vida sobre esta Terra. E sucede que é invadido pela dúvida que se transforma em desespero. Permiti, pois – peça-vos e vo-lo imploro com humildade e confiança –, deixai que Cristo fale ao homem. Só ele tem palavras de vida; sim, de vida eterna.

Escancarar a porta a Cristo, acolhê-lo no espaço da própria humanidade, não é de modo algum, ameaça para o homem, mas antes, é a única estrada a percorrer, se quisermos reconhecer o homem na sua verdade total e exaltá-lo nos seus valores.

A síntese vital que os fiéis leigos souberem fazer entre o Evangelho e os deveres quotidianos da vida será o testemunho mais maravilhoso e convincente de que não é o medo, mas a procura e a adesão a Cristo que são o fator determinante para que o homem viva e cresça, e para que se alcancem novas formas de viver mais conformes com a dignidade humana.

O homem é amado por Deus! Este é o mais simples e o mais comovente anúncio de que a Igreja é devedora ao homem. A palavra e a vida de cada cristão podem e devem fazer ecoar este anúncio: Deus ama-te, Cristo veio por ti, para ti Cristo é 'Caminho, Verdade, Vida' (Jo 14,6)!

Esta nova evangelização, dirigida não apenas aos indivíduos, mas a inteiras faixas de população, nas suas diversas situações, ambientes e culturas, tem por fim *formar comunidades eclesiais maduras*, onde a fé desabroche e realize todo o seu significado originário de adesão à pessoa de Cristo e ao seu Evangelho, de encontro e de comunhão sacramental com ele, de existência vivida na caridade e no serviço.

Os fiéis leigos têm a sua parte a desempenhar na formação de tais comunidades eclesiais, não só como uma participação ativa e responsável na vida comunitária e, portanto, com o seu insubstituível testemunho, mas também com o entusiasmo e com a ação missionária dirigida a quantos não crêem ainda ou já não vivem a fé recebida no Batismo.

Em relação às novas gerações, os fiéis leigos devem dar um precioso contributo, necessário como nunca, com uma *obra sistemática de catequese*: os padres sinodais acolheram com gratidão o trabalho dos catequistas, reconhecendo que eles 'têm uma tarefa de grande importância na animação das comunidades eclesiais'. É verdade que os pais cristãos são os primeiros e insubstituíveis catequistas dos próprios filhos, habilitados que o foram para isso pelo sacramento do Matrimônio, mas, ao mesmo tempo, devemos todos ter consciência do direito que assiste a todo batizado de ser instruído, educado, acompanhado na fé e na vida cristã".

Nota:19

Lc 4,18: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos".

Mt 11,5: "os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciada a Boa Notícia".

Nota:20

DP 1142: "Só por este motivo, os pobres merecem uma atenção preferencial, seja qual for a situação moral ou pessoal em que se encontrem. Criados à imagem e semelhança de Deus para serem seus filhos, esta imagem jaz obscurecida e também escarnecida. Por isso, Deus toma sua defesa e os ama. Assim é que os pobres são os primeiros destinatários da missão e sua evangelização é o sinal e prova por excelência da missão de Jesus".

Nota:21

Rm 12,2: "Não se amoldem às estruturas deste mundo, mas transformem-se pela renovação da mente, a fim de distinguir qual é a vontade de Deus: o que é bom, o que é agradável a ele, o que é perfeito".

Nota:22

RMi 14: "Jesus revela progressivamente as características e as exigências do Reino, por meio de suas palavras, suas obras e sua pessoa.

O Reino de Deus destina-se a todos os homens, pois todos foram chamados a pertencer-lhe. Para sublinhar este aspecto, Jesus aproximou-se sobretudo daqueles que eram marginalizados pela sociedade, dando-lhes preferência, ao anunciar a Boa-Nova. No início do seu ministério, proclama: fui enviado a anunciar a Boa-Nova aos pobres (cf. Lc 4,18). Às vítimas da rejeição e do desprezo, declara: 'bem-aventurados vós, os pobres' (Lc 6,20), fazendo-lhes, inclusive, sentir e viver, já, uma experiência de libertação, estando com eles, partilhando a mesma mesa (cf. Lc 5,30; 15,2), tratando-os como iguais e amigos (cf. Lc 7,34), procurando que se sentissem amados por Deus, e revelando, deste modo, imensa ternura pelos necessitados e pecadores (cf. Lc 15,1-32).

A libertação e a salvação, oferecidas pelo Reino de Deus, atingem a pessoa humana tanto em suas dimensões físicas como espirituais. Dois gestos caracterizam a missão de Jesus: curar e perdoar. As múltiplas curas

provam sua grande compaixão diante das misérias humanas; mas significam, também, que, no Reino de Deus, não haveria doenças nem sofrimentos, e que sua missão, desde o início, visa libertar as pessoas desses males. Na perspectiva de Jesus, as curas são também sinal da salvação espiritual, isto é, da libertação do pecado. Realizando gestos de cura, Jesus convida à fé, à conversão, ao desejo do perdão (cf. Lc 5,24). Recebida a fé, a cura impele a ir mais longe: introduz na salvação (cf. Lc 18,42-43). Os gestos de libertação da possessão do demônio, mal supremo e símbolo do pecado e da rebelião contra Deus, são sinais de que o 'Reino de Deus chegou até vós' (Mt 12,28)."

Nota:23

Ez 37,23: "Não se contaminarão mais com seus ídolos, com suas abominações e com seus crimes. Vou libertá-los das revoltas que os levaram a pecar. Vou purificá-los, e eles serão o meu povo e eu serei o Deus deles".

Nota:24

LG 9: "Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecê-lo na verdade e servi-lo na santidade.

Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si.

Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. "Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão" (Jr 31,31-34).

Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11,25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus. Os fiéis renascem em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1,23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renascem não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3,5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2,9-10).

Cristo é a cabeça desse povo messiânico. "Foi entregue à morte pelos nossos pecados, mas ressuscitou, para nos tornar justos (cf. Rm 4,25). Seu nome reina agora gloriosamente no céu, acima de todo nome. A condição desse povo messiânico é a da dignidade e da liberdade dos filhos de Deus, em cujo coração habita, como num templo, o Espírito Santo. Sua lei é o mandamento novo: amar assim como Cristo nos amou (cf. Jo 13,34). Seu objetivo, o reino de Deus iniciado na terra pelo próprio Deus e destinado a crescer até o fim dos séculos. Deus então o consumará com a vinda de Cristo, nossa vida (cf. Cl 3,4) e a "libertação da criatura da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus" (Rm 8,21).

É verdade que o povo messiânico não reúne, de fato, todos os homens. Às vezes parece até não ser senão um grupo insignificante. Mesmo assim é princípio eficaz de unidade, esperança e salvação para todo o gênero humano. Cristo o estabeleceu na comunhão da vida, do amor e da verdade. Assumiu-o como instrumento de redenção universal e o estabeleceu como luz do mundo e sal da terra (cf. Mt 5,13-16), enviando-o a todo o universo.

Caminhando no deserto, Israel merece, desde então, o nome de Igreja de Deus (cf. Esd 13,1; Nm 20,4; Dt 23,1). Da mesma forma, o novo Israel, que caminha na história, em direção à cidade futura que não passa (cf. Hb 13,14), pode ser chamado Igreja de Cristo (cf. Mt 16,18), pois foi adquirido com seu sangue (cf. At 20,28) e Cristo o cumulou de seu Espírito, dotando-o de todos os recursos necessários ao convívio social visível. Deus constituiu com Igreja a reunião de todos os que reconhecem Jesus como autor da salvação, princípio de unidade e de paz. A Igreja é assim, para todos e para cada um dos homens em particular, o sacramento visível da unidade da salvação: ¹⁵ estende-se a todas as latitudes e penetra toda a história humana, sem deixar de transcender a todos os tempos e limites.

A Igreja se alimenta da força da graça de Deus que lhe foi prometida pelo Senhor e caminha assim através de muitas tentações e sofrimentos. Apesar da fraqueza da carne, não deixará de ser fiel a seu Senhor, como esposa digna. Renova-se constantemente sob a ação do Espírito Santo, até que chegue, através da cruz, ao dia sem ocaso da ressurreição".

Nota:25

EN 29: "Mas a evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens. É por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível, sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa nos nossos dias, ainda, sobre a libertação".

Nota:26

SRS 39: "A prática da solidariedade no interior de cada sociedade é válida quando os seus membros se reconhecem uns aos outros como pessoas. Aqueles que contam mais, dispendo de uma parte maior de bens e de serviços comuns, não de sentir-se responsáveis pelos mais fracos e estar dispostos a compartilhar com eles o que possuem. Por seu lado, os mais fracos, na mesma linha de solidariedade, não devem adotar uma atitude meramente passiva ou destrutiva do tecido social; mas, embora defendendo os seus direitos legítimos, fazer o que lhes compete para o bem de todos. Os grupos intermédios, por sua vez, não deveriam insistir egoisticamente nos seus próprios interesses, mas respeitar os interesses dos outros.

Sinais positivos no mundo contemporâneo são, ainda, a maior consciência de solidariedade dos pobres entre si, as suas intervenções de apoio recíproco e as manifestações públicas no cenário social sem recorrer à violência, mas tornando presentes as próprias necessidades e os próprios direitos perante a ineficácia e a corrupção dos poderes públicos. Em virtude do seu peculiar compromisso evangélico, a Igreja sente-se chamada a estar ao lado das multidões pobres, a discernir a justiça das suas sollicitações e a contribuir para as satisfazer, sem perder de vista o bem dos grupos no quadro do bem comum.

O mesmo critério aplica-se, por analogia, nas relações internacionais. A interdependência deve transformar-se em solidariedade, fundada sobre o princípio de que os bens da criação são destinados a todos: aquilo que a

indústria humana produz, com a transformação das matérias-primas e com a contribuição do trabalho, deve servir igualmente para o bem de todos.

Superando os imperialismos de todo gênero e os desígnios de conservar a própria hegemonia, as nações mais fortes e mais dotadas devem sentir-se moralmente responsáveis pelas outras, a fim de ser instaurado um verdadeiro sistema internacional que se apóie no fundamento da igualdade de todos os povos e seja regido pelo indispensável respeito das suas legítimas diferenças. Os países economicamente mais débeis, ou que se encontram nos limites da sobrevivência, com a assistência dos outros povos e da comunidade internacional, não de ser postos em condições de dar também eles uma contribuição para o bem comum, mediante os seus tesouros de humanidade e de cultura que, de outro modo, se perderiam para sempre.

A solidariedade ajuda-nos a ver o 'outro' - pessoa, povo ou nação - não como um instrumento qualquer, de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, para o abandonar quando já não serve; mas sim como um nosso 'semelhante', um 'auxílio' (cf. Gn 2,18.20), que há de tornar-se participante, como nós, do banquete da vida, para o qual todos os homens são igualmente convidados por Deus. Daqui a importância de despertar a consciência religiosa dos homens e dos povos.

Assim, a exploração, a opressão e o aniquilamento dos outros são excluídos. Estes fatos, na divisão atual do mundo em blocos contrapostos, vão confluir no perigo de guerra e na preocupação excessiva pela própria segurança, muitas vezes à custa da autonomia, da livre decisão e da própria integridade territorial das nações mais débeis, que estão abrangidas nas camadas 'zonas de influência' ou nos 'cinturões de segurança'.

As 'estruturas de pecado' e os pecados que nelas vão convergir opõem-se com igual radicalidade à paz e ao desenvolvimento, porque o desenvolvimento, na conhecida expressão da Encíclica de Paulo VI, é o 'novo nome da paz'.

Deste modo, a solidariedade que nós propomos é caminho para a paz e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento. Com efeito, a paz do mundo é inconcebível se não se chegar, por parte dos responsáveis, ao reconhecimento de que a interdependência exige por si mesma a superação da política dos blocos, a renúncia a todas as formas de imperialismo econômico, militar ou político, e a transformação da recíproca desconfiança em colaboração. Esta última, precisamente, é o procedimento próprio da solidariedade entre os indivíduos e entre as nações.

O lema do Pontificado do meu venerável predecessor Pio XII era 'Opus Justitiae Pax': a paz é fruto da justiça. Hoje poder-se-ia dizer, com a mesma justeza e com a mesma força de inspiração bíblica (cf. Is 32,17; Tg 3,18), 'Opus solidarietatis pax': a paz é fruto da solidariedade.

A meta da paz, tão desejada por todos, será certamente alcançada com a realização da justiça social e internacional; mas contar-se-á também com a prática das virtudes que favorecem a convivência e nos ensinam a viver unidos, a fim de, unidos, construirmos, dando e recebendo, uma sociedade nova e um mundo melhor".

Nota:27

Hb 10,23: "Sem vacilar, mantenhamos a profissão da nossa esperança, pois aquele que fez a promessa é fiel".

Nota:28

CfL 44: "O serviço à pessoa e à sociedade humana exprime-se e realiza-se através da *criação e transmissão da cultura*, que, especialmente nos nossos dias, constitui uma das mais graves tarefas da convivência humana e da evolução social. À luz do Concílio, entendemos por 'cultura' todos aqueles 'meios com que o homem afina e usa os seus múltiplos dons de alma e de corpo; procura submeter ao seu poder, com o saber e o trabalho, o próprio cosmos; torna mais humana a vida social, tanto na família como em toda a sociedade civil, com o progresso do costume e das instituições; enfim, no decorrer do tempo, exprime, comunica aos outros e conserva nas suas obras, para que sejam de proveito a muitos e mesmo à humanidade inteira, as suas grandes experiências espirituais e as suas aspirações'. Nesse sentido, a cultura deve ser considerada como o bem comum de cada povo, a expressão da sua dignidade, liberdade e criatividade; o testemunho do seu percurso histórico. Em particular, só dentro e através da cultura é que a fé cristã se torna histórica e criadora de história. Perante o progresso de uma cultura que aparece divorciada não só da fé cristã mas até dos próprios valores humanos, bem como perante uma certa cultura científica e tecnológica incapaz de dar resposta à premente procura de verdade e de bem que arde no coração dos homens, a Igreja tem plena consciência da urgência pastoral de se dar à cultura uma atenção toda especial.

Por isso, a Igreja pede aos fiéis leigos que estejam presentes, em nome da coragem e da criatividade intelectual, nos lugares privilegiados da cultura, como são o mundo da escola e da universidade, os ambientes da investigação científica e técnica, os lugares da criação artística e da reflexão humanística. Tal presença tem como finalidade não só o reconhecimento e a eventual purificação dos elementos da cultura existente, criticamente avaliados, mas também a sua elevação, graças ao contributo das originais riquezas do evangelho e da fé cristã. O que o Concílio Vaticano II escreve sobre a relação entre o Evangelho e a cultura representa um fato histórico constante e, simultaneamente, um ideal de ação de singular atualidade e urgência; é um programa empenhativo que se impõe à responsabilidade pastoral da Igreja inteira e, nela, à responsabilidade específica dos fiéis leigos: 'A Boa Nova de Cristo renova continuamente a vida e a cultura do homem decaído, combate e elimina os erros e males nascidos da permanente sedução e ameaça do pecado. Purifica sem cessar e eleva os costumes dos povos... Desse modo, a Igreja, só com realizar a própria missão, já com isso mesmo estimula e ajuda a civilização e, com a sua atividade, também a litúrgica, educa o homem para a liberdade interior'.

Merecem ser aqui ouvidas de novo certas expressões particularmente significativas da Exortação *Evangelii nuntiandi* de Paulo VI: 'A Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama (cf. Rm 1,16; 1Cor 1,18; 2,4), procura converter, ao mesmo tempo, a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade a que se dedicam e a vida e o meio concreto que lhes são próprios. Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação. Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes - a cultura e as culturas do homem...A ruptura entre o Evangelho e a

cultura é, sem dúvida, o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Importa, assim, enviar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou, mais exatamente, das culturas'. O caminho que hoje se privilegia para a criação e a transmissão da cultura é o dos *instrumentos da comunicação social*. Também o mundo dos 'mass media', na seqüência do acelerado progresso das inovações e da influência, ao mesmo tempo planetária e capilar, sobre a formação da mentalidade e do costume, constitui uma nova fronteira da missão da Igreja. Em particular, a responsabilidade profissional dos fiéis leigos neste campo, exercida tanto a título pessoal como através de iniciativas e instituições comunitárias, deve ser reconhecida em todo o seu valor e apoiada com mais adequados recursos materiais, intelectuais e pastorais. No uso e na recepção dos instrumentos de comunicação, tornam-se urgentes tanto uma ação educativa em ordem ao sentido crítico, animado da paixão pela verdade, como uma ação de defesa da liberdade, do respeito pela dignidade pessoal, da elevação da autêntica cultura dos povos, com a recusa, firme e corajosa, de toda forma de monopolização e de manipulação.

Não deve ficar nessa ação de defesa a responsabilidade pastoral dos fiéis leigos: em todos os caminhos do mundo, também nos principais da imprensa, do cinema, da rádio, da televisão e do teatro, deve anunciar-se o Evangelho que salva".

Nota:29

Puebla 450 e 1147: "450. A religiosidade popular não só é objeto de evangelização, mas também, enquanto contém encarnada a Palavra de Deus, é uma forma ativa com que o povo se evangeliza continuamente a si próprio.

1147. O compromisso com os pobres e oprimidos e o surgimento das Comunidades de Base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres, enquanto estes a interpelam constantemente, chamando-a à conversão e por que muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus".

Nota:30

1Cor 15,28: "E quando todas as coisas lhe tiverem sido submetidas, então o próprio Filho se submeterá àquele que tudo lhe submeteu, para que Deus seja tudo em todos."

Nota:31

GS 44: "Assim como interessa ao mundo reconhecer a Igreja, na sua realidade social, como fermento da história, a Igreja não deve esquecer quanto lhe aproveita a evolução e a história do gênero humano.

A experiência dos séculos passados, o progresso das ciências e os muitos tesouros escondidos nas mais variadas culturas são extremamente úteis à Igreja: manifestam as virtudes da natureza humana e abrem novos caminhos para o conhecimento da verdade.

Desde o início de sua história a Igreja soube anunciar Cristo por intermédio de expressões e conceitos lingüísticos aprendidos dos diversos povos e torná-lo melhor conhecido recorrendo à sabedoria dos filósofos. A Igreja teve sempre por objetivo adaptar o Evangelho à capacidade de entender do povo e às exigências dos intelectuais. Essa acomodação da pregação da palavra revelada é uma lei permanente da evangelização. Em todas as nações a possibilidade de exprimir a seu modo a mensagem de Cristo deve ser cultivada, promovendo-se um intercâmbio fecundo entre a Igreja e as diversas culturas.

Para intensificar este intercâmbio, especialmente nos dias de hoje, em que as coisas mudam rapidamente e a maneira de pensar é extremamente variada, a Igreja precisa daqueles que vivem no mundo, conhecem por dentro as diversas instituições e disciplinas, mesmo que não sejam cristãos. Todo o povo de Deus, mas especialmente os bispos e os teólogos, com o auxílio do Espírito Santo, devem estar atentos à linguagem do nosso tempo, analisá-la e interpretá-la à luz da palavra divina, para aprofundar sempre mais a compreensão da verdade revelada, melhor entendê-la e divulgá-la de maneira mais acessível.

Dotada de estrutura social visível, sinal de sua unidade em Cristo, a Igreja pode aproveitar e se aproveitar de fato da evolução da sociedade. Não que lhe falte qualquer elemento constitucional, mas deve sempre se conhecer de maneira mais profunda e se exprimir de maneira mais adequada aos tempos em que vivemos. Tem consciência de que muito deve, quer individual, quer coletivamente, a pessoas de todas as classes e condições. Todos os que lutam pela promoção da família, da cultura, da vida econômica, social e política, tanto nacional como internacional, segundo o desígnio de Deus, promovem igualmente a comunidade eclesial no que ela depende do auxílio externo, que é muito importante. A Igreja reconhece ainda que mesmo as resistências e oposições que encontrou e ainda encontra lhe são proveitosas, como sempre o foram".

Nota:32

GS 43f; DH 12: "Graças ao Espírito Santo a Igreja se manterá sempre como esposa fiel a seu Senhor e nunca deixará de ser, no mundo, sinal da salvação. Isto não quer dizer que entre os seus membros, não tenha havido muitos, através dos séculos, que foram infiéis ao Espírito de Deus, tanto clérigos como leigos. Ainda hoje a Igreja não ignora a distância que existe entre a mensagem que anuncia e a fraqueza humana daqueles a quem foi confiado o Evangelho. Devemos tomar conhecimento de tudo que a história registra a respeito dessas infidelidades e condená-las vigorosamente, para que não constituam obstáculo à difusão do Evangelho. Mas a Igreja tem consciência de quanto a experiência da história contribui para amadurecer suas relações com o mundo. Conduzida pelo Espírito Santo, a Igreja, como mãe, *exorta* seus filhos a se purificarem e a se renovarem, para que o sinal de Cristo brilhe cada vez mais na face da Igreja".

DH 12: "Portanto a Igreja está sendo fiel à verdade evangélica e seguindo o caminho de Cristo e dos apóstolos quando reconhece que a noção de liberdade religiosa não só concorda com a dignidade humana e com a revelação divina, como lhes é favorável. A doutrina recebida do mestre e dos apóstolos se conservou e foi transmitida através dos tempos. Embora a vida do povo de Deus em peregrinação no tempo, sujeita às vicissitudes históricas, tenha passado por momentos de menor fidelidade ou mesmo contrários às exigências espirituais do Evangelho, a Igreja manteve sempre o princípio de que ninguém pode ser coagido a crer. O fermento evangélico, operando lentamente no espírito das pessoas, contribuiu decisivamente para que se reconhecesse, com o passar dos tempos, a dignidade da pessoa e amadurecesse a convicção de que, na sociedade, é preciso mantê-la a salvo de qualquer coação humana".

Nota:33

EN, 1975.

Nota:34

RMi.

Nota:35

EN 58: "O Sínodo ocupou-se largamente destas 'pequenas comunidades' ou 'comunidades de base', dado que, na Igreja de hoje, elas são freqüentemente mencionadas. O que vêm a ser tais 'comunidades' e por que é que elas não de ser destinatárias especiais da evangelização e ao mesmo tempo evangelizadoras?

Florescentes mais ou menos por toda parte na Igreja, atendo-nos ao que sobre isso se disse em vários testemunhos ouvidos durante as sessões do último Sínodo, essas comunidades diferem bastante entre si, mesmo dentro da mesma região, e, mais ainda, de uma região para outra.

Assim, em algumas regiões, elas brotam e desenvolvem-se, salvo algumas exceções, no interior da Igreja, e são solidárias com a vida da mesma Igreja, alimentadas por sua doutrina, e conservam-se unidas aos seus pastores. Nesses casos, elas nascem da necessidade de viver mais intensamente a vida da Igreja; ou então do desejo e da busca de uma dimensão mais humana do que aquela que as comunidades eclesiais mais amplas dificilmente poderão revestir, sobretudo nas grandes metrópoles urbanas contemporâneas, onde é mais favorecida a vida de massa e o anonimato ao mesmo tempo. Elas poderão muito simplesmente prolongar, a seu modo, no plano espiritual e religioso - culto, aprofundamento da fé, caridade fraterna, oração, comunhão com os pastores - a pequena comunidade sociológica, a aldeia, ou outras similares. Ou então elas procurarão se congregar para ouvir e meditar a Palavra, para os sacramentos e para o vínculo do ágape, alguns grupos que a idade, a cultura, o estado civil ou a situação social tornam mais ou menos homogêneos, por exemplo casais, jovens, profissionais e outros; ou ainda, pessoas que as circunstâncias fazem com que vivam já reunidas nas lutas pela justiça, pela ajuda aos irmãos pobres, pela promoção humana etc. Ou, finalmente, elas reúnem os cristãos naqueles lugares em que a escassez de sacerdotes não favorece a vida ordinária de uma comunidade paroquial. Tudo isso, porém, é possível no interior de comunidades constituídas da Igreja, sobretudo das Igrejas particulares e das paróquias.

Em outras regiões, ao contrário, agrupam-se comunidades de base com um espírito de crítica acerba em relação à Igreja, que elas estigmatizam muito facilmente como 'institucional' e à qual elas se contrapõem como comunidades carismáticas, libertas de estruturas e inspiradas somente no Evangelho. Estas têm, portanto, como sua característica uma evidente atitude de censura e de rejeição em relação às expressões da Igreja, como a sua hierarquia e os seus sinais. Elas contestam radicalmente esta Igreja. Nesta linha, a sua inspiração principal bem depressa se torna ideológica e é raro que elas não sejam muito em breve a presa de uma opção política, de uma corrente e, depois, de um sistema, ou talvez mesmo de um partido, com todos os riscos que isso acarreta de se tornarem instrumentos dos mesmos.

A diferença já é notável: as comunidades que pelo seu espírito de contestação se separam da Igreja, cuja unidade prejudicam, podem muito bem denominar-se 'comunidades de base', mas em tais casos há nesta terminologia uma designação puramente sociológica. Elas não poderiam, sem se dar um abuso de linguagem, intitular-se comunidades eclesiais de base, mesmo que elas, sendo hostis à hierarquia, porventura tivessem a pretensão de perseverar na unidade da Igreja. Essa designação pertence às outras, ou seja, àquelas que se reúnem em Igreja, para se unir à Igreja e para fazer aumentar a Igreja.

Estas últimas comunidades, sim, serão um lugar de evangelização, para benefício das comunidades mais amplas, especialmente das Igrejas particulares, e serão uma esperança para a Igreja universal, como nós tivemos ocasião de dizer ao terminar o Sínodo, na medida em que elas:

- procurem o seu alimento na Palavra de Deus e não se deixem enredar pela polarização política ou pelas ideologias que estejam na moda, prestes a explorar o seu imenso potencial humano;
- evitem a tentação sempre ameaçadora da contestação sistemática e do espírito hiper crítico, sob pretexto de autenticidade e de espírito de colaboração;
- permaneçam firmemente ligadas à Igreja local em que se inserem, e à Igreja universal, evitando assim o perigo - por demais real! - de se isolarem em si mesmas, e depois de se crerem a única autêntica Igreja de Cristo e, por conseqüência, perigo de anatematizarem as outras comunidades eclesiais;
- mantenham uma comunhão sincera com os pastores que o Senhor dá à sua Igreja, e também com o Magistério que o Espírito de Cristo lhes confiou;
- jamais se considerem como o destinatário único ou como o único agente da evangelização - ou por outra, como o único depositário do Evangelho! -; mas, conscientes de que a Igreja é muito mais vasta e diversificada, aceitem que esta Igreja se encarna de outras maneiras, que não só através delas;
- progridam cada dia na consciência do dever missionário e no zelo, na aplicação e irradiação neste aspecto;
- demonstrem-se em tudo universalistas e nunca sectárias.

Com estas condições, exigentes sem dúvida alguma, mas exaltantes, as comunidades eclesiais de base corresponderão à sua vocação mais fundamental: de ouvintes do Evangelho que lhes é anunciado e de destinatárias privilegiadas da evangelização, elas próprias se tornarão sem demora anunciadoras do Evangelho".

Nota:36

cf. **EN, 1975.**

Nota:37

Nm 13: "Javé falou a Moisés: 'Mande gente para explorar o país de Canaã, que vou dar aos filhos de Israel. Mande um de cada tribo, e que todos sejam chefes'. Seguindo a ordem de Javé, Moisés os enviou do deserto de Farã. Todos eram chefes dos filhos de Israel, e seus nomes são os seguintes: da tribo de Rúben, Samua, filho de Zacur; da tribo de Simeão, Safat, filho de Huri; da tribo de Judá, Caleb, filho de Jefoné; da tribo de Issacar, Igal, filho de José; da tribo de Efraim, Oséias, filho de Nun; da tribo de Benjamim, Falti, filho de Rafu; da tribo de Zabulon, Gediel, filho de Sodi; da tribo de Manassés, filho de José, Gadi, filho de Susi; da tribo de Dã, Amiel, filho de Gemali; da tribo de Aser, Setur, filho de Miguel; da tribo de Neftali, Naabi, filho de Vapsi; da tribo de Gad, Güel, filho de Maqui. São esses os nomes dos homens que Moisés mandou explorar o país. Quanto a Oséias, filho de Nun, Moisés lhe deu o nome de Josué. Moisés mandou que eles explorassem o país de Canaã, e lhes falou: 'Subam pelo deserto do Negueb até chegar à montanha. Observem como é o país e seus habitantes, se são fortes ou fracos, poucos ou numerosos. Vejam se a terra é boa ou ruim; como é que são as cidades onde moram, se são abertas ou fortificadas. Vejam se a terra é fértil ou estéril, se tem árvores ou não. Sejam corajosos e tragam frutos da terra'.

Era o tempo em que a uva começava a amadurecer. Eles subiram e exploraram o país desde o deserto de Sin até Roob, junto à entrada de Emat. Subiram pelo deserto e chegaram a Hebron, onde viviam Aimã, Sesai e Tolmai, filhos de Enac. Hebron tinha sido fundada sete anos antes que Tânis do Egito. Chegando ao vale do Cacho, cortaram um ramo de videira com um cacho de uvas, e o penduraram numa vara transportada por dois homens; colheram também romãs e figos. Esse lugar ficou sendo chamado vale do Cacho, por causa do cacho de uvas que os filhos de Israel aí cortaram.

Quarenta dias depois, voltaram os exploradores e se apresentaram diante de Moisés, Aarão e toda a comunidade de Israel, no deserto de Farã, em Cades. Diante deles e da comunidade, fizeram seu relatório e mostraram os frutos da terra. O relatório deles foi o seguinte: 'Entramos na terra aonde você nos enviou. É uma terra onde corre leite e mel, e aqui vocês podem ver os frutos dela. Mas o povo que mora no país é poderoso, e as cidades são grandes e fortificadas. Também vimos aí os filhos de Enac. Os amalecitas ocupam a região do Negueb; os heteus, amorreus e jebuseus vivem na montanha; os cananeus moram junto do mar e às margens do Jordão'.

Então Caleb fez o povo ficar em silêncio diante de Moisés, e falou: 'Temos que subir e tomar posse dessa terra; nós podemos fazer isso'. Mas os homens que haviam acompanhado Caleb replicaram: 'Não podemos atacar esse povo, porque ele é mais forte do que nós'. E, diante dos filhos de Israel, começaram a pôr defeitos na terra que haviam explorado: 'A terra que fomos explorar é uma terra que devora seus habitantes; o povo que vimos nela são homens de grande estatura. Aí nós vimos gigantes, os filhos de Enac, que são gigantes mesmo. Tanto para nós próprios, como para eles, nós parecíamos gafanhotos'.

Nota:38

Mt 11,5: "os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciada a Boa Notícia".

Lc 4,18-19: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor".

Nota:39

EN 14: "14. A Igreja sabe-o bem, ela tem a consciência viva de que a palavra do Salvador – 'Eu devo anunciar a Boa Nova do reino de Deus' - se lhe aplica com toda a verdade. Assim, ela acrescenta de bom grado com São Paulo: 'Não tenho, de fato, de que gloriar-me se eu anuncio o Evangelho; é um dever este que me incumbe, e aí de mim, se eu não pregasse'. Foi com alegria e reconforto que nós ouvimos, no final da grande assembléia de outubro de 1974, estas luminosas palavras: 'Nós queremos confirmar, uma vez mais ainda, que a tarefa de evangelizar todos os homens constitui a missão essencial da Igreja'; tarefa e missão, que as amplas e profundas mudanças da sociedade atual tornam ainda mais urgentes. Evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar, ou seja, para pregar e ensinar, ser o canal do dom da graça, reconciliar os pecadores com Deus e perpetuar o sacrifício de Cristo na santa missa, que é o memorial da sua morte e gloriosa ressurreição".

Nota:40

EN 5: "5. Todos nós vemos a urgência em dar a esta pergunta uma resposta leal, humilde, corajosa e, depois, agir conseqüentemente.

Com o nosso 'cuidado solícito de todas as Igrejas', nós desejaríamos ajudar os nossos Irmãos e Filhos a responder a tais interpelações. Oxalá que as nossas palavras, que intentam ser uma reflexão sobre a evangelização, a partir das riquezas do Sinodo, possam levar à mesma reflexão todo o povo de Deus congregado na Igreja, e vir a ser um impulso novo para todos, especialmente para aqueles 'que se afadigam na pregação e no ensino', a fim de que cada um deles seja 'um operário que distribui retamente a Palavra da verdade' e realize obra de pregador do Evangelho e se desempehe com perfeição do próprio ministério.

Pareceu-nos de capital importância uma Exortação deste gênero, porque a apresentação da mensagem evangélica não é para a Igreja uma contribuição facultativa: é um dever que lhe incumbe, por mandato do Senhor Jesus, a fim de que os homens possam acreditar e ser salvos. Sim, esta mensagem é necessária; ela é única e não poderia ser substituída. Assim, ela não admite indiferença nem sincretismo, nem acomodação. É a salvação dos homens que está em causa; é a beleza da Revelação que ela representa; depois, ela comporta uma sabedoria que não é deste mundo. Ela é capaz, por si mesma, de suscitar a fé, uma fé que se apóia na potência de Deus. Enfim, ela é a Verdade. Por isso, bem merece que o apóstolo lhe consagre todo o seu tempo, todas as suas energias e lhe sacrifique, se for necessário, a sua própria vida".

Nota:41

cf. RH 6: "É que dizer de todas aquelas iniciativas que tiveram início com a nova orientação ecumênica? O inesquecível Papa João XXIII, com clareza evangélica, focalizou o problema da união dos cristãos como simples conseqüência da vontade do próprio Jesus Cristo, nosso Mestre, afirmada por mais de uma vez e expressa, de modo particular, durante a oração no cenáculo, na véspera da sua morte: "Rogo... Pai... que todos sejam uma só coisa" E o Concílio Vaticano II respondeu a esta exigência de forma concisa com o Decreto sobre o Ecumenismo. O Papa Paulo VI, por sua vez, valendo-se da colaboração do Secretariado para a União dos Cristãos, começou a dar os primeiros e difíceis passos para a conquista dessa união.

Já teríamos andado muito nesta caminhada? Sem querer dar uma resposta pormenorizada, podemos dizer que fizemos verdadeiros e importantes progressos. E uma coisa é certa: trabalhamos com perseverança e coerência; e justamente conosco empenharam-se também os representantes de outras Igrejas e de outras comunidades cristãs, pelo que lhes somos sinceramente gratos. Depois, é certo também que na presente situação histórica da cristandade e do mundo, não se apresenta outra possibilidade para se cumprir a missão universal da Igreja pelo que respeita aos problemas ecumênicos, senão esta: procurar lealmente, com perseverança, com humildade e também com coragem as vias de aproximação e de união daquele modo que nos deixou o exemplo pessoal o Papa Paulo VI. Devemos buscar a união, portanto, sem nos deixarmos vencer pelo desânimo perante as dificuldades que se possam apresentar ou acumular ao longo de tal caminho; caso contrário, não seríamos fiéis à palavra de Cristo, não executariamos o seu testamento. E será lícito correr tal risco?

Há pessoas que, encontrando-se diante das dificuldades, ou julgando negativos os resultados dos trabalhos iniciais no campo ecumênico, teriam tido vontade de voltar atrás. Há mesmo alguns que exprimem a opinião de

que estes esforços são nocivos para a causa do Evangelho e levam a uma ulterior ruptura na Igreja, provocam a confusão de idéias nas questões da fé e da moral e vão desembocar num específico indiferentismo. Talvez seja um bem que os porta-vozes de tais opiniões exprimam os seus receios; no entanto, também pelo que se refere a este ponto, é necessário manter-se dentro dos devidos limites. É claro que esta nova fase da vida da Igreja exige de nós uma fé particularmente consciente, aprofundada e responsável. A verdadeira atividade ecumênica comporta abertura, aproximação, disponibilidade para o diálogo e busca em comum da verdade no pleno sentido evangélico e cristão; mas tal atividade de maneira nenhuma significa nem pode significar renunciar ou causar dano de qualquer modo aos tesouros da verdade divina, constantemente confessada e ensinada pela Igreja.

A todos aqueles que, por qualquer motivo, queressem dissuadir a Igreja de buscar a unidade universal dos cristãos, é necessário repetir ainda uma vez: Ser-nos-á lícito deixar de o fazer? Poderemos nós — não obstante toda a fraqueza humana, todas as deficiências acumuladas nos séculos passados — não ter confiança na graça de Nosso Senhor, tal como ela se manifestou nos últimos tempos, mediante a palavra do Espírito Santo, que ouvimos durante o Concílio? Se procedêssemos assim, negaríamos a verdade que diz respeito a nós mesmos e que o Apóstolo expressou de maneira tão eloqüente: “Pela graça de Deus sou o que sou, e a graça que ele me conferiu não foi estéril em mim”.

Embora de modo diverso e com as devidas diferenças, importa aplicar isto que acabamos de dizer agora à atividade que busca a aproximação com os representantes das religiões não-cristãs e que se exprime também ela através do diálogo, dos contatos, da oração em comum e da busca dos tesouros da espiritualidade humana, os quais, como bem sabemos, não faltam também aos membros destas religiões. Não acontece, porventura, algumas vezes, que a crença firme dos sequazes das religiões não-cristãs — crença que é feita também ela do Espírito da verdade operante para além das fronteiras visíveis do Corpo Místico — deixa confundidos os cristãos, não raro tão dispostos, por sua vez, a duvidar quanto às verdades reveladas por Deus e anunciadas pela Igreja, e tão propensos ao relaxamento dos princípios da moral e a abrir o caminho ao permissivismo ético? É nobre estar predisposto a compreender cada um dos homens, a analisar todos os sistemas e a dar razão àquilo que é justo; isso, porém, não significa absolutamente perder a certeza da própria fé ou então enfraquecer os princípios da moral, cuja falta bem depressa se fará sentir na vida de inteiras sociedades, causando aí, além do mais, deploráveis conseqüências”.

RMI 28: “28. O Espírito manifesta-se particularmente na Igreja e em seus membros, mas sua presença e ação são universais, sem limites de espaço nem de tempo. O Concílio Vaticano II lembra a obra do Espírito no coração de cada homem, cuidando e fazendo germinar as “sementes do Verbo”, presentes nas iniciativas religiosas e nos esforços humanos à procura da verdade, do bem, e de Deus.

O Espírito oferece ao homem “luz e forças que lhe permitem corresponder à sua altíssima vocação”; graças a ele, “o homem chega, por meio da fé, a contemplar e saborear o mistério dos planos divinos”; mais ainda, “devemos acreditar que o Espírito Santo oferece a todos, de um modo que só Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao Mistério pascal”. Seja como for, a Igreja sabe que o homem, solicitado incessantemente pelo Espírito de Deus, nunca poderá ser totalmente indiferente ao problema da religião, mantendo sempre o desejo de saber, mesmo se confusamente, qual o significado de sua vida, de sua atividade, e de sua morte. O Espírito está, portanto, na própria origem da questão existencial e religiosa do homem, que surge não só de situações contingentes, mas sobretudo da estrutura própria de seu ser.

A presença e ação do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a História, os povos, as culturas e as religiões. Com efeito, ele está na base dos ideais nobres e das iniciativas benfeitoras da humanidade peregrina: “com admirável providência, o Espírito dirige o curso dos tempos e renova a face da Terra”.

Cristo ressuscitado, “pela virtude de seu Espírito, atua já nos corações dos homens, não só despertando o desejo da vida futura, mas também alentando, purificando e robustecendo a família humana para tornar mais humana a sua própria vida e submeter a Terra inteira a este fim”. É ainda o Espírito que infunde as “sementes do Verbo”, presentes nos ritos e nas culturas, e as faz maturar em Cristo”.

Nota:42

1Cor 9,16: “Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim; pelo contrário, é uma necessidade que me foi imposta. Ai de mim se eu não anunciar o Evangelho!”

Nota:43

RMI 11: “11. Que dizer, então, das objeções, anteriormente citadas, relativamente à missão ad gentes? Respeitando todas as crenças e todas as sensibilidades, devemos afirmar, antes de mais nada, com simplicidade, a nossa fé em Cristo, único salvador do homem - fé que recebemos como um dom do Alto, sem mérito algum de nossa parte. Dizemos com São Paulo: “eu não me envergonho do Evangelho, o qual é poder de Deus para salvação de todo o crente” (Rm 1,16). Os mártires cristãos de todos os tempos - também do nosso - deram e continuam a dar a vida para testemunhar aos homens esta fé, convencidos de que cada homem necessita de Jesus Cristo, o qual, destruindo o pecado e a morte, reconciliou os homens com Deus.

Cristo proclamou-se Filho de Deus, intimamente unido ao Pai e, como tal, foi reconhecido pelos discípulos, confirmando suas palavras com milagres e, sobretudo, com a ressurreição. A Igreja oferece aos homens o Evangelho, documento profético, capaz de corresponder às exigências e aspirações do coração humano: é e será sempre a “Boa-Nova”. A Igreja não pode deixar de proclamar que Jesus veio revelar a face de Deus, e merecer, pela cruz e ressurreição, a salvação para todos os homens.

À pergunta por que a missão?, respondemos, com a fé e a experiência da Igreja, que abrir-se ao amor de Cristo é a verdadeira libertação. Nele, e só nele, somos libertados de toda a alienação e extravio, da escravidão ao poder do pecado e da morte. Cristo é verdadeiramente “a nossa paz” (Ef 2,14), e “o amor de Cristo nos impele” (2Cor 5,14), dando sentido e alegria à nossa vida. A missão é um problema de fé; é a medida exata de nossa fé em Cristo e no seu amor por nós.

A tentação, hoje, é reduzir o cristianismo a uma sabedoria meramente humana, como se fosse a ciência do bom viver. Num mundo fortemente secularizado, surgiu uma “gradual secularização da salvação”, onde se procura lutar, sem dúvida, pelo homem, mas por um homem dividido, reduzido unicamente à dimensão horizontal. Ora, sabemos que Jesus veio trazer a salvação integral, que abrange o homem todo e todos os homens, abrindo-lhes os horizontes admiráveis da filiação divina.

Por quê a missão? Porque para nós, como para São Paulo, “nos foi dada esta graça de anunciar aos gentios a insondável riqueza de Cristo” (Ef 3,8). A novidade de vida nele é “Boa-Nova” para o homem de todos os tempos: a ela todos são chamados e destinados. Todos, de fato, buscaram-na, mesmo se, às vezes, confusamente, e têm o direito de conhecer o valor de tal dom e aproximar-se dele. A Igreja, e nela cada cristão, não pode esconder nem guardar para si esta novidade e riqueza, recebida da bondade divina para ser comunicada a todos os homens.

Eis porque a missão, para além do mandato formal do Senhor, deriva ainda da profunda exigência da vida de Deus em nós. Aqueles que estão incorporados na Igreja Católica devem sentir-se privilegiados, e, por isso mesmo, mais comprometidos a testemunhar a fé e a vida cristã como serviço aos irmãos e resposta devida a Deus, lembrados de que “a grandeza de sua condição não se deve atribuir aos próprios méritos, mas a uma graça especial de Cristo: se não correspondem a essa graça por pensamentos, palavras e obras, em vez de se salvarem, incorrem num julgamento ainda mais severo”.

Lc 4,18-19: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor”.

Nota:44

EN 17: “17. Na ação evangelizadora da Igreja há certamente elementos e aspectos que se devem lembrar. Alguns deles são de tal maneira importantes que se verifica a tendência para os identificar simplesmente com a evangelização. Pode-se assim definir a evangelização em termos de anúncio de Cristo àqueles que o desconhecem, de pregação, de catequese, de batismo e de outros sacramentos que não de ser conferidos.

Nenhuma definição parcial e fragmentária, porém, chegará a dar a razão da realidade rica, complexa e dinâmica que é a evangelização, a não ser com o risco de a empobrecer e até mesmo de a mutilar. É impossível captá-la se não se procurar abranger com uma visão de conjunto todos os seus elementos essenciais.

Tais elementos, acentuados com insistência no decorrer do mencionado Sinodo, são ainda agora aprofundados muitas vezes, sob a influência do trabalho sinodal. E nós regozijamo-nos pelo fato de eles se situarem, no fundo, na linha daqueles que o Concílio Vaticano II nos proporcionou, sobretudo nas Constituições ‘Lumen Gentium’ e ‘Gaudium et Spes’ e no Decreto ‘Ad Gentes’”.

Nota:45

TMA 33-36: “33. Assim, quando o segundo milênio já se encaminha para o seu termo, é justo que a Igreja assuma com maior consciência o peso do pecado dos seus filhos, recordando todas aquelas circunstâncias em que, no arco da história, eles se afastaram do espírito de Cristo e do seu Evangelho, oferecendo ao mundo, em vez do testemunho de uma vida inspirada nos valores da fé, o espetáculo de modos de pensar e agir que eram ‘verdadeiras formas de antitestemunho e de escândalo’.

Embora sendo santa pela sua incorporação em Cristo, a Igreja não se cansa de fazer penitência: ela ‘reconhece sempre como próprios’, diante de Deus e dos homens, ‘os filhos pecadores’. Sobre isto, afirma a Constituição conciliar ‘Lumen Gentium: a Igreja, contendo pecadores no seu próprio seio, simultaneamente santa e sempre necessitada de purificação, exercita continuamente a penitência e a renovação’.

A Porta Santa do Jubileu do 2000 deverá ser, simbolicamente, mais ampla do que nos jubileus precedentes, porque a humanidade, chegada àquela meta, deixará atrás de si não apenas um século, mas um milênio. Será bom que a Igreja entre por essa passagem com a consciência clara daquilo que viveu ao longo dos últimos dez séculos. Ela não pode transpor o limiar do novo milênio sem impelir os seus filhos a purificarem-se, pelo arrependimento, de erros, infidelidades, incoerências, retardamentos. Reconhecer ascendências de ontem é ato de lealdade e coragem que ajuda a reforçar a nossa fé, tornando-nos atentos e prontos para enfrentar as tentações e as dificuldades de hoje.

34. Entre os pecados que requerem maior empenho de penitência e conversão, devem certamente ser incluídos os que prejudicaram a unidade querida por Deus para o seu povo’. Ao longo dos mil anos que estão para se concluir, mais ainda do que no primeiro milênio, a comunhão eclesial, ‘algumas vezes não sem culpa dos homens de um e de outro lado’, conheceu dolorosas lacerações que contradizem abertamente a vontade de Cristo e são escândalo para o mundo. Tais pecados do passado fazem sentir ainda, infelizmente, o seu peso e permanecem como tentações igualmente no presente. É necessário emendar-se, invocando intensamente o perdão de Cristo.

Neste crepúsculo do milênio, a Igreja deve dirigir-se com prece mais instante ao Espírito Santo, implorando-lhe a graça da unidade dos cristãos. Este é um problema crucial para o testemunho evangélico no mundo. Sobretudo depois do Concílio Vaticano II, muitas foram as iniciativas ecumênicas empreendidas com generosidade e solicitude: pode-se dizer que toda a atividade das Igrejas locais e da Sé Apostólica assumiu nestes anos uma dimensão ecumênica. O ‘Pontifício Conselho para a promoção da unidade dos Cristãos’ tornou-se um dos principais centros propulsores do processo para a plena unidade.

Mas todos estamos conscientes de que a obtenção desta meta não pode ser fruto apenas de esforços humanos, embora indispensáveis. A ‘unidade é, em última análise, dom do Espírito Santo’. A nós, é-nos pedido para secundar este dom, sem cairmos em abdições nem reticências no testemunho da verdade, mas pondo generosamente em ação as diretrizes traçadas pelo Concílio e sucessivos documentos da Santa Sé, que mereceram o apreço inclusive de muitos dos cristãos que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica.

Eis, portanto, uma das tarefas dos cristãos a caminho do ano 2000. A aproximação do fim do segundo milênio incita todos a um ‘exame de consciência’ e a oportunas iniciativas ecumênicas, de tal modo que possamos apresentar-nos ao Grande Jubileu, se não totalmente unidos, pelo menos muito mais perto de ‘superar as divisões do segundo milênio’. Para tal, é necessário está à vista de todos um esforço enorme. Impõe-se prosseguir com o diálogo ecumênico, mas sobretudo empenhar-se mais na ‘oração ecumênica’.

Esta muito se intensificou depois do Concílio, mas deve crescer ainda colocando os cristãos cada vez mais em sintonia com a grande invocação de Cristo, antes da Paixão: ‘Pai... que também eles sejam um em nós’ (Jo 17,21).

35. Outro capítulo doloroso, sobre o qual os filhos da Igreja não podem deixar de tornar com espírito aberto ao arrependimento, é a condescendência manifestada, especialmente em alguns séculos, perante ‘métodos de intolerância ou até mesmo de violência no serviço à verdade’.

Certo é que um correto juízo histórico não pode prescindir da atenta consideração dos condicionalismos culturais da época, pelos quais muita gente podia ter considerado, em boa fé, que um autêntico testemunho da verdade comportasse o sufocamento da opinião de outrem ou, pelo menos, a sua marginalização. Múltiplos motivos convergiam freqüentemente para criar premissas de intolerância, alimentando uma atmosfera passional, da qual apenas grandes espíritos, verdadeiramente livres e cheios de Deus, conseguiam de algum modo subtrair-se. Mas a consideração das circunstâncias atenuantes não dispensa a Igreja do dever de lastimar profundamente as fraquezas de tantos filhos seus, que lhe deturparam o rosto, impedindo-a de refletir plenamente a imagem do seu Senhor crucificado, testemunha insuperável de amor paciente e de humilde mansidão. Desses momentos dolorosos do passado deriva uma lição para o futuro, que deve induzir todo cristão a manter-se bem firme sobre aquela regra áurea ditada pelo Concílio: 'a verdade não se impõe de outro modo senão pela sua própria força, que penetra nos espíritos de modo ao mesmo tempo suave e forte'.

36. Numerosos Cardeais e Bispos desejaram se fizesse um sério exame de consciência, principalmente 'sobre a Igreja de hoje'. No limiar do novo milênio, os cristãos devem pôr-se humildemente diante do Senhor, interrogando-se 'sobre as responsabilidades que lhes cabem também nos males do nosso tempo'. Na verdade, a época atual, a par de muitas luzes, apresenta também tantas sombras.

Como calar, por exemplo, a indiferença religiosa, que leva tantos homens de hoje a viverem como se Deus não existisse ou a contentarem-se com uma religiosidade vaga, incapaz de se confrontar com o problema da verdade e com o dever da coerência? A isto, é preciso ligar também a difusa perda do sentido transcendente da existência humana e o extravio no campo ético, até mesmo em valores fundamentais como os da vida e da família. Impõe-se, pois, uma verificação aos filhos da Igreja: em que medida estão eles também tocados pela atmosfera de secularismo e relativismo ético? E que parte de responsabilidade devem eles reconhecer, quanto ao progressivo alastramento da irreligiosidade, por não terem manifestado o genuíno rosto de Deus, "pelas deficiências da sua vida religiosa, moral e social"?

Realmente não se pode negar que, em muitos cristãos, a vida espiritual atravessa um momento de incerteza que se repercute não só na vida moral, mas também na oração e na própria retidão teológica da fé. Esta, já posta à prova pelo confronto com o nosso tempo, vê-se às vezes ainda desorientada por posições teológicas errôneas, que se difundem também por causa da crise de obediência ao Magistério da Igreja.

E quanto ao testemunho da Igreja no nosso tempo, como não sentir pesar pela falta de discernimento, quando não se torna mesmo condescendência, de não poucos cristãos perante a violação de direitos humanos fundamentais por regimes totalitários? E não será porventura de lamentar, entre as sombras do presente, a corresponsabilidade de tantos cristãos em formas graves de injustiça e marginalização social? Seria de perguntar quantos deles conhecem a fundo e praticam coerentemente as diretrizes da doutrina social da Igreja. O exame de consciência não pode deixar de incluir também a 'recepção do Concílio', este grande dom do Espírito feito à Igreja quase ao findar do segundo milênio. Em que medida a Palavra de Deus se tornou mais plenamente alma da teologia e inspiradora de toda a existência cristã, como pedia a 'Dei Verbum'? É vivida a liturgia como 'fonte e cume' da vida eclesial, segundo o ensinamento da 'Sacrosanctum Concilium'? Vai-se consolidando na Igreja universal e nas Igrejas particulares, a eclesiologia de comunhão da 'Lumen Gentium', dando espaço aos carismas, aos ministérios, às várias formas de participação do povo de Deus, embora sem descair para um democraticismo e sociologismo que não reflète a visão católica da Igreja e o autêntico espírito do Vaticano II? Uma pergunta vital deve contemplar também o estilo das relações da Igreja com o mundo. As diretrizes conciliares - oferecidas na 'Gaudium et Spes' e em outros documentos - de - um diálogo aberto, respeitoso e cordial, acompanhado todavia por um atento discernimento e corajoso testemunho da verdade, permanecem válidas e chamam-nos a um maior empenho".

Nota:46

Mt 16,16: "Simão Pedro respondeu: Tu és o Messias, o Filho do Deus vivo".

Nota:47

EN 22: "22. Entretanto isto permanecerá sempre insuficiente, pois ainda o mais belo testemunho virá a demonstrar-se, com o andar do tempo, impotente, se ele não vier a ser esclarecido, justificado - aquilo que São Pedro chamava dar 'a razão da própria esperança' - explicitado por um anúncio claro e inelutável do Senhor Jesus. Por conseguinte, a Boa Nova proclamada pelo testemunho da vida deverá, mais tarde ou mais cedo, ser proclamada pela palavra da vida. Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados.

A história da Igreja, a partir da pregação de Pedro na manhã do Pentecostes, identifica-se e confunde-se com a história de tal anúncio. Em cada nova fase da história humana, a Igreja, constantemente estimulada pelo desejo de evangelizar, não tem senão uma preocupação instigadora: Quem enviar a anunciar o mistério de Jesus? Com que linguagem anunciar um tal mistério? Como fazer para que ele ressoe e chegue a todos aqueles que hão de ouvi-lo? Este anúncio - kerigma, pregação ou catequese - ocupa um tal lugar na evangelização que, com freqüência, se tornou sinônimo dela. No entanto, ele não é senão um aspecto da evangelização".

Nota:48

LG 8c: "Cristo foi enviado pelo Pai para 'evangelizar os pobres e aliviar os corações feridos' (Lc 4, 18), 'buscar e salvar os que se haviam perdido' (Lc 19, 10). Da mesma forma, a Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo.

'Santo, inocente e imaculado' (Hb 7, 26), Cristo jamais pecou (cf. 2Cor 5, 21). Veio se oferecer unicamente pelos pecados dos outros (cf. Hb 2, 17). A Igreja, porém, tendo em seu seio pecadores, é ao mesmo tempo santa e está em constante purificação, não deixando jamais de fazer penitência e de buscar sua própria renovação.

'A Igreja caminha entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus anunciando a cruz e a morte do Senhor até que ele venha' (cf. 1Cor 11, 26). Manifestar-se-á então em plena luz a força do Senhor ressuscitado que a sustenta e a faz superar com paciência e amor todas as aflições e dificuldades internas ou externas. Assim, a Igreja revela fielmente ao mundo o mistério de Cristo, embora de maneira velada".

Nota:49

RMI 46: "46. O anúncio da Palavra de Deus visa a 'conversão cristã', isto é, a adesão plena e sincera a Cristo e ao seu Evangelho, mediante a fé. A conversão é dom de Deus, obra da Trindade: é o Espírito que abre as

portas dos corações, para que os homens possam acreditar no Senhor e 'confessá-lo' (1Cor 12,3). Jesus, referindo-se a quem se aproxima dele pela fé, diz: 'ninguém pode vir a mim, se o Pai, que me enviou, o não atrair' (Jo 6,44).

Desde o início, a conversão exprime-se com uma fé total e radical: não põe limites nem impedimentos ao dom de Deus. Ao mesmo tempo, porém, determina um processo dinâmico e permanente que se prolonga por toda a existência, exigindo uma passagem contínua da 'vida segundo a carne à vida segundo o Espírito' (cf. Rm 8,3-13). Esta significa aceitar, por decisão pessoal, a soberania salvífica de Cristo, tornando-se seu discípulo.

A Igreja chama a todos para esta conversão, a exemplo de João Batista que preparava o caminho para Cristo, 'pregando um batismo de conversão, em ordem ao perdão dos pecados' (Mc 1,4), e a exemplo do próprio Cristo que, depois de João ter sido preso, veio para a Galiléia pregar a Boa-Nova de Deus, dizendo: 'Completo-se o tempo, o Reino de Deus está próximo: arrependei-vos, e acreditai no Evangelho' (Mc 1,14-15).

Hoje, o apelo à conversão, que os missionários dirigem aos não-cristãos, é posto em discussão ou facilmente deixado no silêncio. Vê-se nele um ato de 'proselitismo'; diz-se que basta ajudar os homens a tornarem-se mais homens ou mais fiéis à própria religião, que basta construir comunidades capazes de trabalharem pela justiça, pela liberdade, pela paz, e pela solidariedade. Esquece-se, porém, que toda a pessoa tem o direito de ouvir a 'Boa-Nova' de Deus que se revela e se dá em Cristo, para realizar, em plenitude, sua própria vocação. A grandeza deste evento ressoa nas palavras de Jesus à samaritana: 'Se tu conhecesses o dom de Deus', e no desejo inconsciente, mas intenso, da mulher: 'Senhor, dá-me dessa água, para que eu não tenha mais sede' (Jo 4,10.15)".

Nota:50

EN 15: "15. Quem quer que releia no Novo Testamento as origens da Igreja e queira acompanhar passo a passo a sua história e, enfim, a examine em sua vida e ação, verá que ela se acha vinculada à evangelização naquilo que ela tem de mais íntimo.

- A Igreja nasce da ação evangelizadora de Jesus e dos doze. Ela é o fruto normal, querido, o mais imediato e o mais visível dessa evangelização: 'Ide, pois, ensinais todas as gentes'. Ora 'aqueles que acolheram a Palavra foram batizados, e naquele dia agregaram-se a eles umas três mil pessoas... E o Senhor ia aumentando todos os dias os que eram salvos'.

- Nascida da missão, pois, a Igreja é por sua vez enviada por Jesus, a Igreja fica no mundo quando o Senhor da glória volta para o Pai. Ela fica aí como um sinal, a um tempo opaco e luminoso, de uma nova presença de Jesus, sacramento da sua partida e da sua permanência. Ela prolonga-o e continua-o. Ora, é exatamente toda a sua missão e a sua condição de evangelizador, antes de mais nada, que ela é chamada a continuar. A comunidade dos cristãos, realmente, nunca é algo fechado sobre si mesmo. Nela, a vida íntima - vida de oração, ouvir a Palavra e o ensino dos apóstolos, caridade fraterna vivida e fração do pão - não adquire todo o seu sentido senão quando ela se torna testemunha, a provocar a admiração e a conversão e se desenvolve na pregação e no anúncio da Boa Nova. Assim, é a Igreja toda que recebe a missão de evangelizar, e a atividade de cada um é importante para o todo.

- Evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma. Comunidade de crentes, comunidade de esperança vivida e comunicada, comunidade de amor fraterno, ela tem necessidade de ouvir sem cessar aquilo que ela deve acreditar, as razões da sua esperança e o mandamento novo do amor. Povo de Deus imerso no mundo, e não raro tentado pelos ídolos, ela precisa ouvir, incessantemente, proclamar as grandes obras de Deus, que a converteram para o Senhor; precisa sempre ser convocada e reunida de novo por ele. É o mesmo que dizer, numa palavra, que ela tem sempre necessidade de ser evangelizada, se quiser conservar vigor, alento e força para anunciar o Evangelho. O Concílio Vaticano II recordou e depois o Sínodo de 1974 retomou com vigor este mesmo tema: a Igreja que se evangeliza por uma conversão e uma renovação constantes, a fim de evangelizar o mundo com credibilidade.

- A Igreja é depositária da Boa Nova que há de ser anunciada. As promessas da nova aliança em Jesus Cristo, os ensinamentos do Senhor e dos apóstolos, a Palavra da vida, as fontes da graça e da benignidade de Deus, o caminho da salvação, tudo isso lhe foi confiado. É o conteúdo do Evangelho e, por conseguinte, da evangelização, que ela guarda como um depósito vivo e precioso, não para manter escondido, mas sim para o comunicar.

- Enviada e evangelizadora, a Igreja envia também ela próprios evangelizadores. É ela que coloca em seus lábios a Palavra que salva, que lhes explica a mensagem de que ela mesma é depositária, que lhes confere o mandato que ela própria recebeu e que, enfim, os envia a pregar. E a pregar, não as suas próprias pessoas ou as suas idéias pessoais, mas sim um Evangelho do qual nem eles nem ela são senhores e proprietários absolutos, para dele disporem a seu bel-prazer, mas de que são os ministros para o transmitir com a máxima fidelidade".

Nota:51

Lc 7,18-23: "Os discípulos de João o puseram a par de todas essas coisas. Então João chamou dois de seus discípulos, e os mandou perguntar ao Senhor: 'És tu aquele que há de vir, ou devemos esperar outro?' Eles foram a Jesus, e disseram: 'João Batista nos mandou a ti para perguntar: És tu aquele que há de vir, ou devemos esperar outro?' Nessa mesma hora, Jesus curou muitas pessoas de suas doenças, males e espíritos maus, e fez muitos cegos recuperar a vista. Depois respondeu: 'Voltem, e contem a João o que vocês viram e ouviram: os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, e a Boa Notícia é anunciada aos pobres. E feliz é aquele que não se escandaliza por causa de mim!'"

Nota:52

Lc 4,18-22: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor. Em seguida Jesus fechou o livro, o entregou na mão do ajudante, e sentou-se. Todos os que estavam na sinagoga tinham os olhos fixos nele. Então Jesus começou a dizer-lhes: 'Hoje se cumpriu essa passagem da Escritura, que vocês acabam de ouvir'. Todos aprovavam Jesus, admirados com as palavras cheias de encanto que saíam da sua boca. 'E diziam: Este não é o filho de José?'"

Nota:53

RMi 56: “56. O diálogo não nasce de táticas ou de interesses, mas é uma atividade que apresenta motivações, exigências, dignidade própria: é exigido pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito, que sopra onde quer, operou em cada homem. Por ele, a Igreja pretende descobrir as ‘sementes do Verbo’, os ‘fulgores daquela verdade que ilumina todos os homens’ - sementes e fulgores que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade. O diálogo fundamenta-se sobre a esperança e a caridade, e produzirá frutos no Espírito. As outras religiões constituem um desafio positivo para a Igreja: estimulam-na, efetivamente, quer a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito, quer a aprofundar a própria identidade e a testemunhar a integridade da revelação, da qual é depositária para o bem de todos. Daqui deriva o espírito que deve animar um tal diálogo, no contexto da missão. O interlocutor deve ser coerente com as próprias tradições e convicções religiosas, e disponível para compreender as do outro, sem dissimulações nem restrições, mas com verdade, humildade e lealdade, sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos. Não deve haver qualquer abdicação nem irenismo, mas o testemunho recíproco em ordem a um progresso comum, no caminho da procura e da experiência religiosa, e, simultaneamente, em vista do superamento de preconceitos, intolerâncias e mal-entendidos. O diálogo tende à purificação e conversão interior que, se for realizada na docilidade ao Espírito, será espiritualmente frutuosa”.

Nota:54

1Tm 2,4: “Ele quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade”.

Nota:55

DV 2: “2. Quis Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e manifestar o mistério de sua vontade (cf. Ef 1, 9): os homens têm acesso ao Pai e se tornam participantes da natureza divina por Cristo, Verbo encarnado, no Espírito Santo (cf. Ef 2, 18; 2Pd 1, 4).

Deus, invisível (Cl 1, 15; 1Tm 1, 17), revela-se por causa do seu muito amor, falando aos homens como a amigos (cf. Ex 33, 11; Jo 15, 14s) e conversando com eles (cf. Br 3, 38), para convidá-los a estarem com ele no seu convívio.

A economia da revelação implica gestos e palavras intimamente ligados entre si. Os acontecimentos realizados por Deus na história da salvação manifestam e confirmam os ensinamentos e as realidades significadas pelas palavras. As palavras, por sua vez, proclamam os acontecimentos e iluminam o mistério neles contido. A verdade profunda a respeito de Deus e da salvação humana brilha em Cristo, que é, ao mesmo tempo, mediador e plenitude da revelação”.

Nota:56

RMi 28: “28. O Espírito manifesta-se particularmente na Igreja e em seus membros, mas sua presença e ação são universais, sem limites de espaço nem de tempo. O Concílio Vaticano II lembra a obra do Espírito no coração de cada homem, cuidando e fazendo germinar as ‘sementes do Verbo’, presentes nas iniciativas religiosas e nos esforços humanos à procura da verdade, do bem, e de Deus.

O Espírito oferece ao homem ‘luz e forças que lhe permitem corresponder à sua altíssima vocação’; graças a ele, ‘o homem chega, por meio da fé, a contemplar e saborear o mistério dos planos divinos’; mais ainda, ‘devemos acreditar que o Espírito Santo oferece a todos, de um modo que só Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao Mistério pascal’. Seja como for, a Igreja sabe que o homem, solicitado incessantemente pelo Espírito de Deus, nunca poderá ser totalmente indiferente ao problema da religião, mantendo sempre o desejo de saber, mesmo se confusamente, qual o significado de sua vida, de sua atividade, e de sua morte. O Espírito está, portanto, na própria origem da questão existencial e religiosa do homem, que surge não só de situações contingentes, mas sobretudo da estrutura própria de seu ser.

A presença e ação do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a história, os povos, as culturas e as religiões. Com efeito, ele está na base dos ideais nobres e das iniciativas benfeitoras da humanidade peregrina: ‘com admirável providência, o Espírito dirige o curso dos tempos e renova a face da Terra’.

Cristo ressuscitado, ‘pela virtude de seu Espírito’, atua já nos corações dos homens, não só despertando o desejo da vida futura, mas também alentando, purificando e robustecendo a família humana para tornar mais humana a sua própria vida e submeter a Terra inteira a este fim. É ainda o Espírito que infunde as ‘sementes do Verbo’, presentes nos ritos e nas culturas, e as faz maturar em Cristo”.

Nota:57

AG 15: “15. Por intermédio das sementes da Palavra e pela pregação do Evangelho, o Espírito Santo chama a Cristo todos os seres humanos, desperta-lhes no coração a atitude de fé, gera nas fontes batismais, para uma nova vida, os que crêem em Cristo, reúne-os em um só povo de Deus como ‘raça eleita, sacerdócio régio, nação santa, povo adquirido por Deus’ (1Pd 2, 9).

Como cooperadores de Deus os missionários devem suscitar grupos de fiéis que caminhem de maneira digna da vocação a que foram chamados e exerçam os papéis sacerdotal, profético e régio, que lhes foram atribuídos por Deus.

Dessa forma a comunidade cristã se torna sinal da presença de Deus no mundo. No sacrifício eucarístico, está em contato incessante com o Pai, por intermédio de Cristo. Alimentada constantemente pela palavra de Deus, dá testemunho de Cristo e caminha na caridade e no ardor apostólico, segundo o Espírito.

Desde o início a comunidade eclesial deve ser formada de tal maneira que possa suprir às suas próprias necessidades.

A comunidade dos fiéis, dotada com a riqueza cultural do povo a que pertence, deve estar profundamente radicada nesse povo. As famílias devem ser portadoras do espírito evangélico; as escolas, mantidas por pessoas capazes; estabeleçam-se associações e grupos por intermédio dos quais os leigos possam imbuir do espírito evangélico toda a sociedade; que reine finalmente um espírito de caridade entre os católicos de ritos diversos.

Cultive-se o espírito ecumênico entre os neófitos. Que encarem como irmãos em Cristo todos os discípulos de Cristo, regenerados pelo batismo e participantes dos muitos bens do povo de Deus. Na medida em que as circunstâncias religiosas o permitam, promovam-se atividades ecumênicas em comum, excluindo-se toda espécie de indiferentismo, confusão ou falsa emulação. Cooperando uns com os outros na ação social, nas áreas técnicas, culturais e religiosas, dá-se a todos testemunho da fé em Deus e em Jesus Cristo. A colaboração dos católicos obedeça às normas ditadas no decreto sobre o ecumenismo. Tenha-se em vista, antes de tudo, a

Cristo, Nosso Senhor. Que seu nome nos reúna a todos! Não se trata de uma colaboração entre indivíduos apenas, mas deve se chegar, sob orientação do bispo, a uma colaboração entre Igrejas e entre comunidades eclesiais.

Ao se reunirem na Igreja, 'os fiéis não se diferenciam das outras pessoas nem pelo governo a que estão sujeitos, nem pela língua, nem pelas instituições políticas'. Vivem por isso para Deus e para Cristo, segundo as maneiras de ser e os costumes honestos de seu próprio povo. Como bons cidadãos, cultivam o amor da pátria, verdadeiro e eficaz, mas evitam absolutamente o nacionalismo exacerbado e o desprezo de outras raças, empenhados que estão na promoção do amor universal para com todos os seres humanos.

Na obtenção de tais objetivos, desempenham papel primordial os leigos, isto é, os fiéis que, tendo sido incorporados a Cristo pelo batismo, vivem contudo no mundo. Imbuídos do Espírito de Cristo, compete-lhes especificamente, como o fermento na massa, animar por dentro as realidades temporais e ordená-las de tal forma que se desenrolem sempre segundo o pensamento e a vontade de Cristo.

Não basta, porém, que a comunidade cristã esteja presente e seja organizada num determinado povo, como também não basta o apostolado do exemplo. Está presente e se organiza para anunciar Cristo aos concidadãos não-cristãos, pela palavra e pela ação, tudo fazendo para que o recebam da melhor forma possível.

A implantação e o crescimento da Igreja requerem grande diversidade de ministérios. A ação divina os suscita na comunidade, mas devem ser reconhecidos e cultivados com diligência. Dentre estes, contam-se o sacerdócio e o diaconato, o ministério dos catequistas e a ação católica. Também os religiosos e religiosas são chamados a trabalhar para o enraizamento e conseqüente desenvolvimento, nas almas, do reino de Cristo, tanto pela oração como pela ação e demais obras indispensáveis".

GS 26: "26. O bem comum é a soma das condições sociais que permite, tanto às pessoas como aos grupos humanos, alcançar mais fácil e plenamente a perfeição a que são chamados.

A crescente interdependência entre os seres humanos, que se estende progressivamente ao mundo inteiro, torna o bem comum cada vez mais universal, abrangendo direitos e deveres em relação a todo o gênero humano.

Cada grupo deve considerar as necessidades e as legítimas aspirações dos outros, e de toda a família humana. Cresce igualmente a consciência da dignidade superior da pessoa, que está acima de tudo, dotada de direitos e de deveres universais e invioláveis.

O ser humano tem direito a tudo de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, roupa, moradia, liberdade na escolha do seu estado de vida e na constituição de sua família, educação, trabalho, reputação, respeito, informação objetiva, liberdade de agir segundo a norma de sua consciência reta, privacidade e gozo de uma justa liberdade, inclusive religiosa.

Numa ordem social justa, o bem das pessoas passa na frente do progresso, de tal forma que a ordem das coisas está sujeita ao bem das pessoas, e não vice-versa. Como disse o Senhor, o sábado é para o homem e não o homem para o sábado. A ordem social deve ir se aperfeiçoando dia após dia, baseada na verdade, edificada segundo a justiça e animada pelo amor, obtendo-se aos poucos um equilíbrio cada vez mais humano entre as liberdades. Tudo isso requer porém uma nova mentalidade e profundas transformações sociais.

O Espírito de Deus, que dirige o curso da história com admirável providência e renova a face da terra, preside a essa evolução. O fermento do Evangelho despertou e continua alimentando, no coração humano, uma irrefreável exigência de dignidade".

Nota:58

RMI 28: "28. O Espírito manifesta-se particularmente na Igreja e em seus membros, mas sua presença e ação são universais, sem limites de espaço nem de tempo. O Concílio Vaticano II lembra a obra do Espírito no coração de cada homem, cuidando e fazendo germinar as 'sementes do Verbo', presentes nas iniciativas religiosas e nos esforços humanos à procura da verdade, do bem, e de Deus.

O Espírito oferece ao homem 'luz e forças que lhe permitem corresponder à sua altíssima vocação'; graças a ele, 'o homem chega, por meio da fé, a contemplar e saborear o mistério dos planos divinos'; mais ainda, 'devemos acreditar que o Espírito Santo oferece a todos, de um modo que só Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao Mistério pascal'. Seja como for, a Igreja sabe que o homem, solicitado incessantemente pelo Espírito de Deus, nunca poderá ser totalmente indiferente ao problema da religião, mantendo sempre o desejo de saber, mesmo se confusamente, qual o significado de sua vida, de sua atividade, e de sua morte. O Espírito está, portanto, na própria origem da questão existencial e religiosa do homem, que surge não só de situações contingentes, mas sobretudo da estrutura própria de seu ser.

A presença e ação do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a história, os povos, as culturas e as religiões. Com efeito, ele está na base dos ideais nobres e das iniciativas benfeitoras da humanidade peregrina: com admirável providência, o Espírito dirige o curso dos tempos e renova a face da Terra'.

Cristo ressuscitado, 'pela virtude de seu Espírito, atua já nos corações dos homens, não só despertando o desejo da vida futura, mas também alentando, purificando e robustecendo a família humana para tornar mais humana a sua própria vida e submeter a Terra inteira a este fim'. É ainda o Espírito que infunde as 'sementes do Verbo', presentes nos ritos e nas culturas, e as faz maturar em Cristo".

Nota:59

RMI 29: "29. Assim, o Espírito que 'sopra onde quer' (Jo 3,8) e que 'já operava no mundo, antes da glorificação do Filho', que 'enche o universo, abrangendo tudo e de tudo tem conhecimento' (Sb 1,7), induz-nos a estender o olhar, para podermos melhor considerar sua ação, presente em todo o tempo e lugar. É uma referência que eu próprio sigo, muitas vezes, e que me guiou nos encontros com os mais diversos povos. As relações da Igreja com as restantes religiões baseiam-se num duplo aspecto: 'respeito pelo homem na sua busca de resposta às questões mais profundas da vida, e respeito pela ação do Espírito nesse mesmo homem'. O encontro inter-religioso de Assis, excluída 'toda e qualquer interpretação equivocada, reforçou minha convicção de que toda a oração autêntica é suscitada pelo Espírito Santo, que está misteriosamente presente no coração dos homens'.

Este Espírito é o mesmo que agiu na encarnação, vida, morte e ressurreição de Jesus, e atua na Igreja. Não é, de modo nenhum, uma alternativa para Cristo, nem vem preencher uma espécie de vazio, como algumas vezes se sugere existir, entre Cristo e o Logos. Tudo quanto o Espírito opera no coração dos homens e na história dos povos, nas culturas e religiões, assume um papel de preparação evangélica, e não pode deixar de se referir a

Cristo, Verbo feito carne pela ação do Espírito, 'a fim de, como homem perfeito, salvar todos os homens e recapitular em si todas as coisas'.

A ação universal do Espírito, portanto, não pode ser separada da obra peculiar que ele desenvolve no Corpo de Cristo, que é a Igreja. Sempre é o Espírito que atua, quer quando dá vida à Igreja, impelindo-a a anunciar Cristo, quer quando semeia e desenvolve seus dons em todos os homens e povos, conduzindo a Igreja à descoberta, promoção e acolhimento desses dons, por meio do diálogo. Qualquer presença do Espírito deve ser acolhida com estima e gratidão, mas compete à Igreja discerni-la. A ela, Cristo deu o seu Espírito para a guiar até à verdade total (cf. Jo 16,13)".

Nota:60

TMA 2-8: "2. No seu Evangelho, Lucas transmitiu-nos uma descrição concisa das circunstâncias em que se deu o nascimento de Jesus: 'Naqueles dias, saiu um edito de César Augusto, para ser recenseada toda a terra (...) E iam todos recensear-se, cada qual à sua própria cidade. Também José, deixando a cidade de Nazaré, na Galiléia, subiu até à Judéia, à cidade de Davi, chamada Belém, por ser da casa e linhagem de Davi, a fim de recensear-se com Maria, sua mulher, que se encontrava grávida. E, quando eles ali se encontravam, completaram-se os dias de ela dar à luz e teve o seu filho primogênito, que envolveu em panos e recostou numa manjedoura, por não haver para eles lugar na hospedaria' (2,1.3-7).

Assim se cumpria aquilo que o anjo Gabriel tinha predito na Anunciação. À Virgem de Nazaré, tinha-se ele dirigido com estas palavras: 'Salve, ó cheia de graça, o Senhor está contigo' (1,28). Tais palavras deixaram Maria perturbada, pelo que o Mensageiro divino apressara-se a acrescentar: 'Não tenhas receio, Maria, pois achaste graça diante de Deus. Eis que conceberás no teu seio e darás à luz um filho, ao qual porás o nome de Jesus. Será grande e chamar-se-á Filho do Altíssimo. (...) O Espírito Santo descerá sobre ti e o poder do Altíssimo vai te cobrir com a sua sombra. Por isso o Santo que nascer será chamado Filho de Deus' (1,30-32.35). A resposta de Maria à mensagem angélica foi inequívoca: 'Eis a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra' (1,38). Nunca como então na história do homem, esteve tão dependente do consentimento da criatura humana.

3. No prólogo do seu Evangelho, João resume toda a profundidade do mistério da Encarnação numa única frase: 'E o Verbo fez-se homem e habitou entre nós, e nós vimos a sua glória, glória que lhe vem do Pai, como Filho unigênito cheio de graça e de verdade' (1,14). Para João, na concepção e no nascimento de Jesus realiza-se a Encarnação do Verbo eterno, consubstancial ao Pai. O evangelista refere-se ao Verbo, que no princípio estava junto de Deus e por quem foi feito tudo quanto existe; o Verbo no qual estava a vida, vida que era a luz dos homens (cf. 1,1-5). Do Filho unigênito, Deus de Deus, o apóstolo Paulo escreve que foi 'o Primogênito de toda a criação' (Cl 1,15). Deus cria o mundo por meio do Verbo. O Verbo é a eterna Sabedoria, o Pensamento e a Imagem substancial de Deus, 'resplendor da sua glória e imagem da sua substância' (Hb 1,3). Gerado eternamente e eternamente amado pelo Pai, como Deus de Deus e Luz da Luz, ele é o princípio e o arquétipo de todas as coisas, criadas por Deus no tempo.

O fato de o Verbo ter assumido, na plenitude dos tempos, a condição de criatura confere ao acontecimento de Belém, de há dois mil anos, um valor cósmico singular. Graças ao Verbo, o mundo das criaturas apresenta-se como 'cosmos', isto é, como universo ordenado. E é ainda o Verbo que, encarnando-se, renova a ordem cósmica da criação. A Carta aos Efésios fala do designio que Deus tinha preestabelecido em Cristo, 'para ser realizado ao completarem-se os tempos: recapitular em Cristo todas as coisas que há no Céu e na Terra' (1,10)

4. Cristo, Redentor do mundo, é o único Mediador entre Deus e os homens e não há outro nome debaixo do céu pelo qual possamos ser salvos (cf. At 4,12). Lê-se na Carta aos Efésios: nele 'temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça, que abundantemente derramou sobre nós com plena sabedoria e discernimento (...) segundo o beneplácito que nele de antemão estabelecera, para ser realizado ao completarem-se os tempos' (1,7-10). Assim Cristo, Filho consubstancial ao Pai, é aquele que revela o designio de Deus relativo a toda a criação, e de modo particular sobre o homem. Como sugestivamente afirma o Concílio Vaticano II, ele 'revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime'. Mostra-lhe esta vocação, revelando o mistério do Pai e do seu amor. 'Imagem do Deus invisível', Cristo é o homem perfeito que restituiu aos filhos de Adão a semelhança com Deus, deformada pelo pecado. Na sua natureza humana, imune de todo o pecado e assumida pela Pessoa divina do Verbo, a natureza comum a todo ser humano é elevada a uma dignidade sublime. 'Pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem. Trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado'.

5. O fato do Filho de Deus 'se fazer um de nós' verificou-se na maior humildade, pelo que não admira que a historiografia profana, absorvida por fatos mais clamorosos e personagens que davam mais na vista, lhe tenha dedicado, no início, somente acenos fugidios, ainda que significativos. Encontram-se referências a Cristo, por exemplo, em *Antigüidades Judaicas*, obra redigida em Roma pelo historiador Flávio Josefo, nos anos 93/94, e sobretudo nos *Anais de Tácito*, compostos entre os anos 115 e 120; ao referir-se lá ao incêndio de Roma no ano 64, falsamente imputado por Nero aos cristãos, o historiador acena explicitamente a Cristo, 'supliciado por obra do Procurador Pôncio Pilatos sob o império de Tibério'. Também Suetônio, ao escrever a biografia do imperador Cláudio pelo ano 121, nos informa sobre a expulsão dos judeus de Roma, porque 'por instigação de um certo Cresto suscitavam freqüentes tumultos'. É convicção comum dos intérpretes que tal passagem se refere a Jesus Cristo, que se tornara motivo de controvérsia no seio do judaísmo romano. De salientar ainda, como confirmação da rápida difusão do cristianismo, o testemunho de Plínio o Jovem, governador da Bitínia, que, entre 111 e 113, comunica ao imperador Trajano que um grande número de pessoas costumava reunir-se 'num dia fixo, antes da aurora, para, em coros alternados, cantar um hino a Cristo como a um Deus'.

Mas aquele grande acontecimento, que os historiadores não-cristãos se limitam a mencionar, adquire a sua luz plena nos escritos do Novo Testamento, os quais, apesar de documentos de fé, nem por isso deixam de ser, no conjunto das suas referências, menos atendíveis como testemunhos históricos. Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, Senhor do cosmos, é também Senhor da história, de que é 'o Alfa e o Ômega' (Ap 1,8; 21,6), 'o Princípio e o Fim' (Ap 21,6). Nele, o Pai pronunciou a palavra definitiva sobre o homem e sobre a sua história. É o que, numa real síntese, exprime a Carta aos Hebreus: 'Tendo Deus falado outrora aos nossos pais,

muitas vezes e de muitas maneiras, pelos profetas, agora falou-nos nestes últimos tempos por meio do Filho' (1,1-2).

6. Jesus nasceu do Povo eleito, dando cumprimento à promessa feita a Abraão e depois constantemente recordada pelos profetas. Estes falavam em nome e em lugar de Deus. A economia do Antigo Testamento, de fato, está essencialmente ordenada à preparação e ao anúncio da vinda de Cristo, Redentor do universo, e do seu Reino messiânico. Assim, os livros da Antiga Aliança são testemunhas permanentes de uma solícita pedagogia divina. Em Cristo, esta pedagogia atinge a sua meta: com efeito, ele não se limita a falar 'em nome de Deus' como os profetas, mas é o próprio Deus que fala no seu Verbo eterno feito carne. Tocamos, aqui, o ponto essencial onde o cristianismo se diferencia das outras religiões, nas quais se foi exprimindo, desde o início, a busca de Deus por parte do homem. No cristianismo, o ponto de partida está na Encarnação do Verbo. Aqui, não é apenas o homem a procurar Deus, mas é Deus que vem em pessoa falar de si ao homem e mostrar-lhe o caminho, por onde é possível atingi-lo. Isto mesmo proclama o prólogo do Evangelho de João: 'Ninguém jamais viu a Deus: o Filho único que está no seio do Pai é que o deu a conhecer' (1,18). O Verbo Encarnado é, por conseguinte, o cumprimento do anseio presente em todas as religiões da humanidade: este cumprimento é obra de Deus e ultrapassa toda a expectativa humana. É mistério de graça.

Em Cristo, a religião deixa de ser um 'procurar Deus como que às apalpadelas' (cf. At 17,27), para se tornar resposta de fé a Deus que se revela: resposta na qual o homem fala a Deus como seu Criador e Pai; resposta feita possível por aquele Homem único, que ao mesmo tempo é o Verbo consubstancial ao Pai, no qual Deus fala a cada homem, e cada homem se torna capaz de responder a Deus. Mais ainda, nesse Homem responde a Deus a criação inteira. Jesus Cristo é o novo início de tudo: tudo nele se reencontra, é acolhido e reconduzido ao Criador de quem teve origem. Deste modo, Cristo é o cumprimento do anseio de todas as religiões do mundo, constituindo por isso mesmo o seu único e definitivo ponto de chegada. Se por um lado Deus em Cristo fala de si à humanidade, por outro, no mesmo Cristo, a humanidade inteira e toda a criação falam de si a Deus - melhor, dão-se a Deus. Assim, tudo volta ao seu princípio. Jesus Cristo é, ao mesmo tempo, a recapitulação (cf. Ef 1,10) e o cumprimento de todas as coisas em Deus: cumprimento que é glória de Deus. A religião, que se funda em Jesus Cristo, é religião da glória, é um existir em novidade de vida para louvor da glória de Deus (cf. Ef 1,12). Na realidade, toda a criação é manifestação da sua glória; de modo particular, o homem ('vivos homo') é epifania da glória de Deus, chamado a viver da plenitude da vida em Deus.

7. Em Jesus Cristo, Deus não só fala ao homem, mas procura-o. A Encarnação do Filho de Deus testemunha que Deus procura o homem. Jesus fala desta busca como sendo a recuperação de uma ovelha tresmalhada (cf. Lc 15,1-7). É uma busca que nasce no íntimo de Deus e tem o seu ponto culminante na Encarnação do Verbo. Se Deus vai à procura do homem, criado à sua imagem e semelhança, fá-lo porque o ama eternamente no Verbo, e em Cristo quer elevá-lo à dignidade de filho adotivo. Portanto, Deus procura o homem, que é sua particular propriedade, de maneira diversa de como o é qualquer outra criatura. Aquele é propriedade de Deus na base de uma opção de amor: Deus procura o homem, impelido pelo seu coração de Pai.

Por que é que o busca? Porque o homem se afastou dele, escondendo-se como Adão entre as árvores do paraíso terrenal (cf. Gn 3,8-10). O homem deixou-se transviar pelo inimigo de Deus (cf. Gn 3,13). Satanás enganou-o, persuadindo-o de que ele próprio era deus, e de que, como Deus, podia conhecer o bem e o mal, governando o mundo a seu livre arbítrio, sem obrigação de ter em conta a vontade divina (cf. Gn 3,5). Ao procurar o homem por intermédio do Filho, Deus quer induzi-lo a abandonar os caminhos do mal, onde tende a sumir-se cada vez mais. 'Fazê-lo abandonar' tais caminhos, significa fazer-lhe compreender que está seguindo por sendas erradas; significa derrotar o mal disseminado na história humana. Derrotar o mal: eis a Redenção. Esta realiza-se no sacrifício de Cristo, pelo qual o homem resgata a dívida do pecado e fica reconciliado com Deus. O Filho de Deus fez-se homem, assumindo um corpo e uma alma no seio da Virgem Maria para isto mesmo: para fazer de si o sacrifício redentor perfeito. A religião da Encarnação é a religião da Redenção do mundo através do sacrifício de Cristo, no qual está contida a vitória sobre o mal, sobre o pecado e sobre a própria morte. Cristo, aceitando a morte na cruz, contemporaneamente manifesta e dá a vida, porque ressuscita e a morte fica sem qualquer poder sobre ele.

8. A religião, que tem origem no mistério da Encarnação redentora, é a religião caracterizada pelo 'permanecer no íntimo de Deus', pelo participar na sua própria vida. Afirma-o São Paulo na passagem citada no início: 'Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho que clama: Abba, Pai!' (Gl 4,6). O homem levanta a sua voz à semelhança de Cristo, que 'com grande clamor e lágrimas' (Hb 5,7) se dirigia a Deus, especialmente no Getsemani e na cruz: o homem clama por Deus como clamou Cristo, testemunhando assim que participa da sua filiação por obra do Espírito Santo. O Espírito Santo, que o Pai enviou em nome do Filho, faz com que o homem participe na vida íntima de Deus. Faz com que o homem seja também filho à semelhança de Cristo, e herdeiro daqueles bens que constituem a parte do Filho (cf. Gl 4,7). Tal é a religião do 'permanecer na vida íntima de Deus', que tem início na Encarnação do Filho de Deus. O Espírito Santo, que perscruta as profundezas de Deus (cf. 1Cor 2,10), introduz-nos a nós, homens, nessas profundezas em virtude do sacrifício de Cristo".

Nota:61

LG 1: "1. O Concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15). A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano. Insistindo no tema dos Concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal. Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo".

Nota:62

1Cor 4,1: "Que os homens nos considerem como servidores de Cristo e administradores dos mistérios de Deus".

Nota:63

RH 14: "A Igreja não pode abandonar o homem, cuja 'sorte', ou seja, a escolha, o chamamento, o nascimento e a morte, a salvação ou a perdição, estão de maneira tão íntima e indissolúvel unidos a Cristo. E trata-se aqui precisamente de todos e cada um dos homens sobre este planeta, nesta terra que o Criador deu ao primeiro homem, dizendo ao mesmo tempo ao homem e à mulher: 'submetei-a (a terra) e dominai-a'. Cada homem,

pois, em toda a sua singular realidade do ser e do agir, da inteligência e da vontade, da consciência e do coração. O homem nessa sua singular realidade (porque é pessoa) tem uma história própria da sua vida e, sobretudo, uma história própria da sua alma. O homem que segundo a abertura interior do seu espírito, e conjuntamente a tantas e tão diversas necessidades do seu corpo e da sua existência temporal, escreve esta sua história pessoal, fá-lo através de numerosos ligames, contatos, situações e estruturas sociais, que o unem a outros homens; e faz isso a partir do primeiro momento da sua existência sobre a terra, desde o momento da sua concepção e do seu nascimento. O homem, na plena verdade da sua existência, do seu ser pessoal e, ao mesmo tempo, do seu ser comunitário e social - no âmbito da própria família, no âmbito de sociedades e de contextos bem diversos, no âmbito da própria nação, ou povo (e, talvez, ainda somente do clã ou da tribo), enfim no âmbito de toda a humanidade - este homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento da sua missão: ele é a primeira e fundamental via da Igreja, via traçada pelo próprio Cristo e via que imutavelmente conduz através do mistério da encarnação e da redenção.

Este homem assim precisamente, em toda a verdade da sua vida, com a sua consciência, com a sua contínua inclinação para o pecado e, ao mesmo tempo, com a sua contínua aspiração pela verdade, pelo bem, pelo belo, pela justiça e pelo amor, precisamente um tal homem tinha diante dos olhos o Concílio Vaticano II, quando, ao delinear a sua situação no mundo contemporâneo, se transferia sempre das componentes externas desta situação para a verdade imanente da humanidade: 'É no íntimo do homem precisamente que muitos elementos se combatem entre si. Enquanto por uma parte ele se experimenta, como criatura que é, multiplamente limitado, por outra, sente-se ilimitado nos seus desejos e chamado a uma vida superior. Atraído por muitas solicitações, vê-se obrigado a escolher entre elas e a renunciar a algumas. Mais ainda, fraco e pecador, faz muitas vezes aquilo que não quer e não realiza o que desejaria fazer. Sofre assim em si mesmo a divisão, da qual tantas e tão graves discórdias se originam para a sociedade'.

É este homem assim que é a via da Igreja; via que se encontra, de certo modo, na base de todas aquelas vias pelas quais a Igreja deve caminhar: porque o homem todos e cada um dos homens, sem exceção alguma foi remido por Cristo; e porque com o homem cada homem, sem exceção alguma Cristo de algum modo se uniu, mesmo quando tal homem disso não se acha consciente: 'Cristo, morto e ressuscitado por todos os homens, a estes' a todos e a cada um dos homens oferece sempre... a luz e a força para poderem corresponder à sua altíssima vocação'.

Sendo, portanto, o homem a via da Igreja, via da sua vida e experiência cotidianas, da sua missão e atividade, a Igreja do nosso tempo tem de estar, de maneira sempre renovada, bem ciente da situação de tal homem. E mais: a Igreja deve estar bem ciente das suas possibilidades, que tomam sempre nova orientação e assim se manifestam; ela tem de estar bem ciente, ao mesmo tempo ainda, das ameaças que se apresentam contra o homem. Ela deve estar bem ciente, além disso, de tudo aquilo que parece ser contrário ao esforço para que a 'vida humana se torne cada vez mais humana' e para que tudo aquilo que compõe esta mesma vida corresponda à verdadeira dignidade do homem. Numa palavra, a Igreja deve estar bem ciente de tudo aquilo que é contrário a tal processo de nobilitação da vida humana".

Nota:64

cf. cap IV, n.4ss: "Vivência e testemunho da comunhão eclesial. A evangelização gera a fé e constrói, no fiel, um itinerário de amadurecimento do "homem novo" em Cristo.

A evangelização, suscitando a fé nas pessoas, cria a comunhão entre elas e entre as várias comunidades cristãs.

Na atualidade, é extremamente importante oferecer a jovens e adultos um itinerário de crescimento na fé e uma catequese articulada com a vida cristã, considerando que família e sociedade pouco contribuem para a educação da fé.

Esta tarefa exige comunidades eclesiais acolhedoras, que valorizem as pessoas e as ajudem a integrar fé e vida.

Exigências decorrentes: reconhecer todo cristão como sujeito; favorecer o acolhimento e a participação; estimular o encontro com a Palavra de Deus e a celebração vital dos sacramentos; valorizar as diversas dimensões da pessoa humana e da família, acompanhando e orientando a experiência espiritual, o empenho na sociedade, a educação, as associações de fiéis; dinamizar a paróquia como rede de comunidades, favorecendo a participação e o diálogo de CEBs e movimentos eclesiais, na busca da comunhão fraterna."

Nota:65

DSD 13: "O anúncio cristão, por seu próprio vigor, tende a curar, firmar e promover o homem, para constituir uma comunidade fraterna, renovando a própria humanidade e dando-lhe sua plena dignidade humana, com a novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho (cf. EN 18). A Evangelização promove o desenvolvimento integral, exigindo de todos e de cada um o pleno respeito a seus direitos e a plena observância de seus deveres, a fim de criar uma sociedade justa e solidária, a caminho de sua plenitude no Reino definitivo. O homem é chamado a colaborar e ser instrumento com Jesus Cristo na Evangelização. Na América Latina, continente religioso e sofrido, urge uma Nova Evangelização que proclame inequivocamente o Evangelho da Justiça, do amor e da misericórdia.

Sabemos que, em virtude da encarnação, Cristo se uniu de certo modo a todo homem (cf. GS 22). Ele é a perfeita revelação do homem ao próprio homem e revela a sublimidade de sua vocação (GS 22). Jesus Cristo se insere no coração da humanidade e convida todas as culturas a se deixar levar por seu espírito à plenitude, elevando nelas o que é bom e purificando o que se encontra marcado pelo pecado. Toda evangelização há de ser, portanto, inculturação do Evangelho. Assim toda cultura pode chegar a ser cristã, ou seja, a fazer referência a Cristo e inspirar-se nele e em sua mensagem (cf. João Paulo II, Discurso à II Assembléia da Pontifícia Comissão para a América Latina, 14 de junho de 1991, 4). Jesus Cristo é, com efeito, a medida de toda cultura e de toda obra humana. A inculturação do Evangelho é um imperativo do seguimento de Jesus e é necessária para restaurar o rosto desfigurado do mundo (cf. LG 8). Trabalho que se realiza no projeto de cada povo, fortalecendo sua identidade e libertando-o dos poderes da morte. Por isso podemos anunciar com confiança: homens e mulheres da América Latina, abri os corações a Jesus Cristo. Ele é o caminho, a verdade e a vida, quem o segue não anda nas trevas (cf. Jo 14,6; 8,12)".

Nota:66

RMi 52: “Desenvolvendo sua atividade missionária no meio dos povos, a Igreja encontra várias culturas, vendo-se envolvida no processo de inculturação. Esta constitui uma exigência que marcou todo o seu caminho histórico, mas hoje é particularmente aguda e urgente.

O processo de inserção da Igreja, nas culturas dos povos, requer, um tempo longo: é que não se trata de uma mera adaptação exterior, já que a inculturação ‘significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas’. Trata-se, pois, de um processo profundo e globalizante que integra tanto a mensagem cristã como a reflexão e a práxis da Igreja. Mas é, também um processo difícil, porque não pode comprometer de modo algum, a especificidade e a integridade da fé cristã.

Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e, simultaneamente, introduz os povos, com suas culturas, na sua própria comunidade, transmitindo-lhes seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro. Por sua vez, a Igreja, com a inculturação, torna-se um sinal mais transparente daquilo que realmente ela é, e um instrumento mais apto para a missão.

Graças a esta ação das Igrejas locais, a própria Igreja universal se enriquece com novas expressões e valores nos diversos setores da vida cristã, tais como a evangelização, o culto, a Teologia, a caridade; conhece e exprime, cada vez melhor, o mistério de Cristo, e é estimulada a uma renovação contínua. Estes temas, presentes no Concílio e no Magistério sucessivo, eu os tenho afrontado, repetidamente, nas minhas visitas pastorais às jovens Igrejas.

A inculturação é um caminho lento, que acompanha toda a vida missionária e que responsabiliza os vários agentes da missão ‘ad gentes’, as comunidades cristãs à medida que se vão desenvolvendo, e os pastores que têm a responsabilidade de discernimento e de estímulo em sua realização”.

Nota:67

DSD 13: “O anúncio cristão, por seu próprio vigor, tende a curar, firmar e promover o homem, para constituir uma comunidade fraterna, renovando a própria humanidade e dando-lhe sua plena dignidade humana, com a novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho (cf. EN 18). A Evangelização promove o desenvolvimento integral, exigindo de todos e de cada um o pleno respeito a seus direitos e a plena observância de seus deveres, a fim de criar uma sociedade justa e solidária, a caminho de sua plenitude no Reino definitivo. O homem é chamado a colaborar e ser instrumento com Jesus Cristo na Evangelização. Na América Latina, continente religioso e sofrido, urge uma Nova Evangelização que proclame inequivocamente o Evangelho da Justiça, do amor e da misericórdia.

Sabemos que, em virtude da encarnação, Cristo se uniu de certo modo a todo homem (cf. GS 22). Ele é a perfeita revelação do homem ao próprio homem e revela a sublimidade de sua vocação (GS 22). Jesus Cristo se insere no coração da humanidade e convida todas as culturas a se deixar levar por seu espírito à plenitude, elevando nelas o que é bom e purificando o que se encontra marcado pelo pecado. Toda evangelização há de ser, portanto, inculturação do Evangelho. Assim toda cultura pode chegar a ser cristã, ou seja, a fazer referência a Cristo e inspirar-se nele e em sua mensagem (cf. João Paulo II, Discurso à II Assembléia da Pontifícia Comissão para a América Latina, 14 de junho de 1991, 4). Jesus Cristo é, com efeito, a medida de toda cultura e de toda obra humana. A inculturação do Evangelho é um imperativo do seguimento de Jesus e é necessária para restaurar o rosto desfigurado do mundo (cf. LG 8). Trabalho que se realiza no projeto de cada povo, fortalecendo sua identidade e libertando-o dos poderes da morte. Por isso podemos anunciar com confiança: homens e mulheres da América Latina, abri os corações a Jesus Cristo. Ele é o caminho, a verdade e a vida, quem o segue não anda nas trevas (cf. Jo 14,6; 8,12)”.

Nota:68

RMi 52: “Desenvolvendo sua atividade missionária no meio dos povos, a Igreja encontra várias culturas, vendo-se envolvida no processo de inculturação. Esta constitui uma exigência que marcou todo o seu caminho histórico, mas hoje é particularmente aguda e urgente.

O processo de inserção da Igreja, nas culturas dos povos, requer, um tempo longo: é que não se trata de uma mera adaptação exterior, já que a inculturação ‘significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas’. Trata-se, pois, de um processo profundo e globalizante que integra tanto a mensagem cristã como a reflexão e a práxis da Igreja. Mas é, também um processo difícil, porque não pode comprometer de modo algum, a especificidade e a integridade da fé cristã.

Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e, simultaneamente, introduz os povos, com suas culturas, na sua própria comunidade, transmitindo-lhes seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro. Por sua vez, a Igreja, com a inculturação, torna-se um sinal mais transparente daquilo que realmente ela é, e um instrumento mais apto para a missão.

Graças a esta ação das Igrejas locais, a própria Igreja universal se enriquece com novas expressões e valores nos diversos setores da vida cristã, tais como a evangelização, o culto, a Teologia, a caridade; conhece e exprime, cada vez melhor, o mistério de Cristo, e é estimulada a uma renovação contínua. Estes temas, presentes no Concílio e no Magistério sucessivo, eu os tenho afrontado, repetidamente, nas minhas visitas pastorais às jovens Igrejas.

A inculturação é um caminho lento, que acompanha toda a vida missionária e que responsabiliza os vários agentes da missão ‘ad gentes’, as comunidades cristãs à medida que se vão desenvolvendo, e os pastores que têm a responsabilidade de discernimento e de estímulo em sua realização”.

Nota:69

RMi 53: “53. Os missionários, provenientes de outras Igrejas e países, devem inserir-se no mundo sociocultural daqueles a quem são enviados, superando os condicionalismos do próprio ambiente de origem. Assim, torna-se necessário aprender a língua da região onde trabalham, conhecer as expressões mais significativas de sua cultura, descobrindo seus valores, por experiência direta. Eles só poderão levar aos povos, de maneira crível e frutuosa, o conhecimento do mistério escondido (cf. Rm 16,25-27; Ef 3,5), mediante aquela aprendizagem. Não se trata, por certo, de renegar a própria identidade cultural, mas de compreender, estimar, promover e evangelizar a do ambiente em que atuam e, deste modo, conseguir realmente comunicar-se com ele, assumindo um estilo de vida que seja sinal de testemunho evangélico e de solidariedade com o povo.

As comunidades eclesiais em formação, inspiradas pelo Evangelho, poderão exprimir, progressivamente, a própria experiência cristã, em modos e formas originais, em consonância com as próprias tradições culturais, embora sempre em sintonia com as exigências objetivas da própria fé. Para isso, especialmente no que toca aos setores mais delicados da inculturação, as Igrejas particulares do mesmo território devem trabalhar em comunhão entre si e com toda a Igreja, certas de que só a atenção tanto à Igreja universal como à Igreja particular as tornará capazes de traduzirem o tesouro da fé, na legítima variedade de suas expressões. Portanto, os grupos evangelizados oferecerão os elementos para uma 'tradução' da mensagem evangélica, tendo presente os contributos positivos provenientes do contato do cristianismo com as várias culturas, ao longo dos séculos, mas sem nunca esquecer os perigos de alteração, que, de quando em vez, nos tentam".

Nota:70

LG 8: "8. Mediador único, Cristo constituiu sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e caridade como realidade visível na terra, de que garante a continuidade, para a todos levar a verdade e a graça.

Sociedade hierarquicamente estruturada e corpo místico de Cristo, grupo visível de pessoas e comunidade invisível, Igreja terrestre, mas ao mesmo tempo cumulada de bens celestiais, não pode ser considerada duas coisas, mas uma única realidade complexa, composta de dois elementos, o humano e o divino.

Compara-se, pois, em profundidade, com o mistério do Verbo encarnado. Assim como a natureza humana, assumida pelo Verbo divino qual instrumento vivo da salvação, o serve, estando-lhe intimamente unida, a realidade social da Igreja está a serviço do Espírito de Cristo, que a anima, em vista do crescimento do corpo (cf. Ef 4, 16).

Assim é a única Igreja de Cristo, que professamos no Credo ser una, santa, católica e apostólica. Cristo ressuscitado a entregou aos cuidados de Pedro (cf. Jo 21, 17), confiou-a a ele e aos demais apóstolos, para ser difundida e governada (cf. Mt 28, 18ss) e a estabeleceu para sempre como alicerce e coluna da verdade (cf. 1Tm 3, 15).

Constituída e estabelecida assim como sociedade, neste mundo, a Igreja subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos, em comunhão com ele. Todavia, fora de sua realidade visível, encontram-se muitos elementos de santidade e de verdade. São riquezas autênticas da Igreja de Cristo. Verdadeiros apelos à unidade católica.

Ora, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, a Igreja é também chamada a trilhar o mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo, 'que existia na condição divina, aniquilou-se, assumindo a condição de servo' (Fl 2, 6-7), por nossa causa 'se tornou pobre, embora fosse rico' (2Cor 8, 9). Assim também a Igreja, apesar dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão, não cresce em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação que venha a proclamar, inclusive pelo exemplo.

Cristo foi enviado pelo Pai 'para evangelizar os pobres e aliviar os corações feridos' (Lc 4, 18), 'buscar e salvar os que se haviam perdido' (Lc 19, 10). Da mesma forma, a Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo.

'Santo, inocente e imaculado' (Hb 7, 26), Cristo jamais pecou (cf. 2Cor 5, 21). Veio se oferecer unicamente pelos pecados dos outros (cf. Hb 2, 17). A Igreja, porém, tendo em seu seio pecadores, é ao mesmo tempo santa e está em constante purificação, não deixando jamais de fazer penitência e de buscar sua própria renovação.

'A Igreja caminha entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus anunciando a cruz e a morte do Senhor até que ele venha' (cf. 1Cor 11, 26). Manifestar-se-á então em plena luz a força do Senhor ressuscitado que a sustenta e a faz superar com paciência e amor todas as aflições e dificuldades internas ou externas. Assim, a Igreja revela fielmente ao mundo o mistério de Cristo, embora de maneira velada".

DSD 243: "A ação de Deus, através do seu Espírito, dá-se permanentemente no interior de todas as culturas. Na plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho Jesus Cristo, que assumiu as condições sociais e culturais dos povos e se fez 'em tudo como nós, com exceção do pecado' (Hb 4,14; cf. GS 22).

A analogia entre a encarnação e a presença cristã no contexto sociocultural e histórico dos povos suscita para nós o problema teológico da inculturação. Esta inculturação é um processo que vai do Evangelho ao coração de cada povo e comunidade com a mediação da linguagem e dos símbolos compreensíveis e apropriados segundo o juízo da Igreja.

Uma meta da Evangelização inculturada será sempre a salvação e libertação integral de determinado povo ou grupo humano, que fortaleça sua identidade e confie em seu futuro específico, contrapondo-se aos poderes da morte, adotando a perspectiva de Jesus Cristo encarnado, que salvou o homem partindo da fraqueza, da pobreza e da cruz redentora. A Igreja defende os autênticos valores culturais de todos os povos, especialmente dos oprimidos, indefesos e marginalizados, diante da força esmagadora das estruturas de pecado manifestas na sociedade moderna".

Nota:71

DSD 230: "Posto que 'hoje em dia percebe-se uma crise cultural de proporções inimagináveis' (João Paulo II, Discurso Inaugural, 21) na qual vão desaparecendo valores evangélicos e ainda humanos fundamentais, apresenta-se à Igreja um desafio gigantesco para uma nova evangelização, ao qual se pretende responder com o esforço da inculturação do Evangelho. É necessário inculturar o Evangelho à luz dos três grandes mistérios da salvação: a Natividade, que mostra o caminho da Encarnação e move o evangelizador a partilhar sua vida com o evangelizado; a Páscoa, que conduz através do sofrimento à purificação dos pecados, para que sejam redimidos; e Pentecostes, que pela força do Espírito possibilita a todos entender, na sua própria língua, as maravilhas de Deus.

A inculturação do Evangelho é um processo que supõe reconhecimento dos valores evangélicos que se têm mantido mais ou menos puros na atual cultura; e o reconhecimento de novos valores que coincidem com a mensagem de Cristo. Mediante a inculturação, busca-se que a sociedade descubra o caráter cristão desses valores, os aprecie e os mantenha como tais. Além disso, pretende a incorporação de valores evangélicos que estão ausentes da cultura, ou porque se tenham obscurecido ou porque tenham chegado a desaparecer. 'Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e simultaneamente introduz os povos com as suas culturas na sua própria comunidade, transmitindo-lhes os seus próprios valores, assumindo o que de bom

nelas existe, e renovando-as a partir de dentro' (RMI 52). A fé, ao se encarnar nessas culturas, deve corrigir seus erros e evitar sincretismos. A tarefa da inculturação da fé é própria das Igrejas particulares sob a direção dos seus pastores, com a participação de todo o povo de Deus. Os critérios fundamentais neste processo são a sintonia com as exigências objetivas da fé e a abertura à comunhão com a Igreja universal (cf. RMI 54)".

Nota:72

cf. CNBB, doc 54, cap IV, 3

Nota:73

RMI 56: "56. O diálogo não nasce de táticas ou de interesses, mas é uma atividade que apresenta motivações, exigências, dignidade própria: é exigido pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito, que sopra onde quer, operou em cada homem. Por ele, a Igreja pretende descobrir as 'sementes do Verbo', os 'fulgores daquela verdade que ilumina todos os homens' sementes e fulgores que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade. O diálogo fundamenta-se sobre a esperança e a caridade, e produzirá frutos no Espírito. As outras religiões constituem um desafio positivo para a Igreja: estimulam-na, efetivamente, quer a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito, quer a aprofundar a própria identidade e a testemunhar a integridade da revelação, da qual é depositária para o bem de todos.

Daqui deriva o espírito que deve animar um tal diálogo, no contexto da missão. O interlocutor deve ser coerente com as próprias tradições e convicções religiosas, e disponível para compreender as do outro, sem dissimulações nem restrições, mas com verdade, humildade e lealdade, sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos. Não deve haver qualquer abdicação nem irenismo, mas o testemunho recíproco em ordem a um progresso comum, no caminho da procura e da experiência religiosa, e, simultaneamente, em vista do superamento de preconceitos, intolerâncias e mal-entendidos. O diálogo tende à purificação e conversão interior que, se for realizada na docilidade ao Espírito, será espiritualmente frutuosa".

Nota:74

RMI 56: "44. O diálogo não nasce de táticas ou de interesses, mas é uma atividade que apresenta motivações, exigências, dignidade própria: é exigido pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito, que sopra onde quer, operou em cada homem. Por ele, a Igreja pretende descobrir as 'sementes do Verbo', os 'fulgores daquela verdade que ilumina todos os homens' sementes e fulgores que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade. O diálogo fundamenta-se sobre a esperança e a caridade, e produzirá frutos no Espírito. As outras religiões constituem um desafio positivo para a Igreja: estimulam-na, efetivamente, quer a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito, quer a aprofundar a própria identidade e a testemunhar a integridade da revelação, da qual é depositária para o bem de todos.

Daqui deriva o espírito que deve animar um tal diálogo, no contexto da missão. O interlocutor deve ser coerente com as próprias tradições e convicções religiosas, e disponível para compreender as do outro, sem dissimulações nem restrições, mas com verdade, humildade e lealdade, sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos. Não deve haver qualquer abdicação nem irenismo, mas o testemunho recíproco em ordem a um progresso comum, no caminho da procura e da experiência religiosa, e, simultaneamente, em vista do superamento de preconceitos, intolerâncias e mal-entendidos. O diálogo tende à purificação e conversão interior que, se for realizada na docilidade ao Espírito, será espiritualmente frutuosa."

Nota:75

RMI 44: "O anúncio tem a prioridade permanente na missão: a Igreja não pode esquivar-se ao mandato explícito de Cristo, não pode privar os homens da 'Boa-Nova' de que Deus os ama e salva. 'A evangelização conterà sempre como base, centro e, ao mesmo tempo, vértice do seu dinamismo uma proclamação clara de que, em Jesus Cristo (...) a salvação é oferecida a cada homem, como dom de graça e de misericórdia do próprio Deus'. Todas as formas de atividade missionária tendem para esta proclamação que revela e introduz no mistério, desde sempre escondido e agora revelado em Cristo (cf. Ef 3,3-9; Cl 1,25-29), o qual se encontra no âmago da missão e da vida da Igreja, como ponto fulcral de toda a evangelização.

Na realidade complexa da missão, o primeiro anúncio tem um papel central e insubstituível, porque introduz 'no mistério do amor de Deus, que, em Cristo, nos chama a uma estreita relação pessoal com ele' e predispõe a vida para a conversão. A fé nasce do anúncio, e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio. Como a economia salvífica está centrada em Cristo, assim a atividade missionária tende para a proclamação de seu mistério.

O anúncio tem por objeto Cristo crucificado, morto e ressuscitado: por meio dele realiza-se a plena e autêntica libertação do mal, do pecado e da morte; nele Deus dá a 'vida nova', divina e eterna. É esta a 'Boa-Nova', que muda o homem e a história da humanidade, e que todos os povos têm o direito de conhecer. Um tal anúncio tem de se inserir no contexto vital do homem e dos povos que o recebem. Além disso, ele deve ser feito numa atitude de amor e de estima a quem o escuta, com uma linguagem concreta e adaptada às circunstâncias. Para isso concorre o Espírito, que instaura uma união entre o missionário e os ouvintes, tornada possível enquanto um e os outros, por Cristo, entram em comunhão com o Pai".

Nota:76

EN 27: "27. A evangelização há de conter também sempre - ao mesmo tempo como base, centro e ápice do seu dinamismo - uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus. E não já uma salvação imanente ao mundo, limitada às necessidades materiais ou mesmo espirituais, e que se exaurisse no âmbito da existência temporal e se identificasse, em última análise, com as aspirações, com as esperanças, com as diligências e com os combates temporais; mas sim uma salvação que ultrapassa todos estes limites, para vir a ter a sua plena realização numa comunhão com o único Absoluto, que é o de Deus: salvação transcendente e escatológica, que já tem certamente o seu começo nesta vida, mas que terá realização completa na eternidade".

Nota:77

AG 19-22: "19. A implantação da Igreja num determinado grupo humano alcança uma primeira etapa quando a comunidade dos fiéis, já minimamente entrosada com a vida social local, começa a desfrutar de uma certa estabilidade e de maior firmeza. Contando com sacerdotes, religiosos e leigos provenientes deste mesmo grupo humano, ainda que não em número suficiente, mostra-se capaz de desempenhar os ministérios e de dar continuidade às instituições indispensáveis à vida e ao crescimento do povo de Deus, sob a direção do bispo.

Nessas novas Igrejas a vida do povo de Deus deve ir amadurecendo sob todos os aspectos, na linha da renovação proposta pelo Concílio. Ao tomar consciência de sua fé, os grupos de fiéis, se tornam verdadeiras comunidades de fé e de culto, no amor fraterno. Os leigos, por sua atividade civil e apostólica, empenham-se, na sociedade, em favor da justiça e da prática da caridade. Os meios de comunicação passam a ser devidamente utilizados. A vida familiar, inspirada pelo Evangelho, torna-se foco de apostolado leigo e sementeira de vocações sacerdotais e religiosas. A prática da catequese educa a fé. A liturgia, celebrada de acordo com a maneira de sentir do povo e de acordo com a norma canônica, leva a se constituírem tradições e costumes locais.

Juntamente com seu presbitério, em comunhão com a Igreja universal, procurem os bispos desenvolver cada vez mais o espírito de Cristo e da Igreja. As novas Igrejas, unindo-se ao resto da Igreja, contribuam para enriquecê-la e fazê-la crescer, proporcionando-lhe elementos de sua própria tradição e cultura que passam a fazer parte da corrente de vida que anima o corpo místico. Daí que é preciso valorizar os elementos teológicos, psicológicos e humanos que favoreçam e fortaleçam os vínculos com a Igreja universal.

Tais Igrejas, situadas freqüentemente nas regiões mais pobres da terra, sofrem muito com a falta de sacerdotes e com a escassez de recursos materiais. Precisam pois de uma constante ação missionária da Igreja universal para poderem amadurecer mais rápido. Ação que se faz igualmente necessária junto a Igrejas mais antigas, que se encontram em estado de regressão ou de grande debilidade.

No entanto estas Igrejas devem organizar uma pastoral adequada para que as vocações tanto sacerdotais como religiosas aumentem em número e em qualidade e sejam melhor cultivadas de tal sorte que vão-se tornando auto-suficientes e capazes de ajudar a outras Igrejas."

"20. Representante a título pleno da Igreja universal, saiba a igreja particular que foi enviada aos não-fiéis que habitam o território em que está implantada deve, pois, individual e comunitariamente dar testemunho e ser sinal de Cristo junto a eles.

Além disso é preciso que o ministério da palavra alcance a todos, para que lhes chegue o anúncio do Evangelho. Antes de mais nada, o bispo é pregador, que deve trazer para Cristo novos discípulos. A fim de cumprir devidamente esse ministério precípua, conheça o melhor possível as condições em que vive seu rebanho, assim como as opiniões que nele circulam a respeito de Deus, leve em conta as mudanças por que está passando a sociedade, especialmente no que concerne à urbanização, às migrações e à difusão da indiferença religiosa.

Os sacerdotes oriundos dessas Igrejas particulares devem se dedicar com afinco à obra da evangelização, colaborando com os missionários que vêm de fora, na unidade de um mesmo presbitério sob a autoridade do bispo. Essa colaboração não se limita ao pastoreio dos fiéis e à celebração do culto, mas se estende à pregação do Evangelho aos que estão fora da comunidade cristã. Alegrem-se os sacerdotes quando têm ocasião de se oferecerem ao bispo para serem enviados como missionários nas regiões mais distantes e menos favorecidas da diocese ou mesmo na fundação de novas dioceses. Espera-se que religiosos e religiosas, e mesmo leigos, tenham o mesmo zelo, especialmente para com os mais pobres.

Num mundo em constante mudança, que passa, como o nosso, por transformações profundas, as conferências episcopais devem promover, em datas fixas, cursos de renovação bíblica, teológica, espiritual e pastoral, que coloquem o clero a par do pensamento teológico em evolução e dos novos métodos pastorais. Observe-se, de modo geral, o que prescreve o decreto conciliar sobre o ministério e a vida dos presbíteros.

O trabalho missionário na sua especificidade exige ministros capazes de ser desde cedo preparados tendo em conta as condições particulares de suas próprias Igrejas. Hoje em dia verifica-se um desenvolvimento dos grandes grupos que reúnem um número crescente de pessoas. É indispensável que as conferências episcopais procurem estabelecer um diálogo com eles. Quando certos grupos humanos encontram dificuldade em abraçar a fé católica dada a forma como existe a Igreja em sua região, devem ser tomadas providências especiais para que a Igreja se adapte à forma de ser do grupo humano em questão enquanto não for possível reunir todos os cristãos numa única comunidade. Se a Sé Apostólica dispõe de missionários capazes de estabelecer esse contato, os bispos os devem convidar e alegremente recebê-los em suas dioceses, dando efetivo apoio às suas iniciativas.

Para despertar o zelo missionário é conveniente que as novas Igrejas se disponham quanto antes a participar da ação missionária da Igreja universal, enviando também elas missionários que anunciem o Evangelho em todo o mundo, apesar da penúria do clero. A plena comunhão com a Igreja universal requer que as Igrejas particulares participem ativamente da missão da Igreja junto aos povos."

"21. A Igreja só está verdadeiramente fundada, só alcança a plenitude de sua vida e só constitui um sinal adequado de Cristo no meio dos seres humanos, quando, juntamente com a hierarquia, compõe-se de um laicato verdadeiro e ativo. O Evangelho não penetra em profundidade nas pessoas nem na vida e na atividade de um povo senão por intermédio da presença ativa dos leigos. Por isso, é preciso pensar em constituir logo um laicato cristão maduro, desde a implantação da Igreja.

Os fiéis leigos pertencem ao mesmo tempo ao povo de Deus e à sociedade civil. Pertencem ao povo em que nasceram, pela educação recebida, tornaram-se participantes de seus tesouros culturais, a eles estão ligados por uma série de vínculos sociais, envidam os mesmos esforços para progredir, dedicam-se às mesmas profissões, enfrentam os mesmos problemas, que, juntos, se esforçam por resolver. Mas pertencem também a Cristo, por cuja fé e batismo foram regenerados na Igreja, para que sejam de Cristo por suas obras a fim de que, por intermédio de Cristo, tudo venha a estar sujeito a Deus e Deus se torne tudo em todos.

O principal dever dos leigos, mulheres e homens, é dar testemunho de Cristo, pela vida e pela palavra, no grupo social em que vivem e na esfera de sua profissão. São chamados a manifestar o novo homem criado por Deus em santidade e verdade, no âmbito da sociedade em que vivem e de sua pátria, de acordo com as suas tradições nacionais. Devem primar pelo conhecimento de sua própria cultura, conservá-la e saná-la de seus limites, ajudá-la a evoluir em consonância com as exigências modernas, procurando sempre mais aperfeiçoá-la, a fim de que a fé em Cristo e a vida da Igreja deixem de ser estranhas à sociedade em que vivem, mas comecem a compenetrá-la e a transformá-la.

Estejam unidos a seus concidadãos por uma caridade sincera, para que se lhes torne manifesto o novo laço de unidade e de amor universal, haurido na participação do mistério de Cristo. Difundam a fé de Cristo entre aqueles a que estão unidos pelos laços da vida e da profissão. Obrigação tanto mais urgente quanto um grande

número de pessoas não pode ouvir o Evangelho e reconhecer a Cristo senão por intermédio dos que lhe são mais próximos. Onde for possível, sejam os leigos preparados para colaborar com a missão mais específica da hierarquia de anunciar o Evangelho e comunicar a doutrina cristã para contínuo fortalecimento da Igreja. Que os ministros da Igreja valorizem ao máximo o apostolado leigo. Cuidem de sua formação como membros de Cristo, que devem ter consciência de sua responsabilidade em relação a todos os seres humanos. Seja-lhes comunicado o mistério de Cristo em toda sua profundidade. Sejam iniciados na metodologia prática cristã e assistidos em suas dificuldades, de acordo com a constituição conciliar sobre a Igreja e o decreto a respeito do apostolado dos leigos.

Respeitadas as funções e responsabilidades próprias, tanto dos pastores como dos fiéis, a nova Igreja dará um consistente testemunho de Cristo, tornando-se sinal luminoso dos dons com que ele nos cumulou a todos.

22. Como semente, a palavra de Deus, ao cair em terra boa e irrigada pela chuva do céu, absorve o líquido da vida, transforma-o, assimila-o e dá muitos frutos. Assim também, radicadas em Cristo e tendo os apóstolos por fundamento, as novas Igrejas, segundo a mesma lógica da encarnação, assumem, numa transação admirável, todos os préstimos das nações, dadas a Cristo como herança, enriquecem-se com os costumes e as tradições, a sabedoria e a doutrina, as artes e as maneiras de ser de seus respectivos povos, convertem-nos em objeto de louvor ao Criador e de ação de graças ao Salvador e os colocam, na medida do possível, a serviço da vida cristã.

Para alcançar tal objetivo é indispensável que em cada uma das grandes regiões sócio-culturais estimule-se a reflexão teológica, de acordo com a Tradição da Igreja universal, submetendo a novas pesquisas os fatos e as palavras revelados por Deus, consignados nas Sagradas Escrituras e explicados pelos padres e pelo magistério da Igreja. Só então se poderá ver com maior clareza os caminhos a serem seguidos pela fé em busca de um conhecimento que leve em conta a maneira de pensar e a sabedoria dos diversos povos, seu modo de ser, sua forma de encarar a vida e de conceber a sociedade. Só então, também, se poderá avaliar até que ponto sua vida é compatível com o que ensina a divina revelação. Ver-se-á melhor como se há de desenrolar em profundidade a vida cristã desse povo, superando-se todo sincretismo no esforço de acomodar o cristianismo à índole e ao gênio de cada cultura.

Seria desejável e de grande importância que as conferências episcopais, no âmbito de sua grande região sócio-cultural comum, se articulassem umas com as outras, para realizar essa proposta de adaptação num mesmo sentido e segundo as mesmas orientações."

RMi 49: "49. Antes de mais nada, é necessário procurar estabelecer, em cada lugar, comunidades cristãs que sejam sinal da presença divina no mundo e cresçam até se tornarem Igrejas. Não obstante o elevado número de dioceses, existem ainda vastas áreas onde as Igrejas locais não se encontram, ou são insuficientes relativamente à vastidão do território e à densidade da população: está ainda por realizar um grande trabalho de implantação e de desenvolvimento da Igreja. Não está terminada esta fase da história eclesial, dita 'plantatio Ecclesiae'; pelo contrário, em muitos aglomerados humanos, está ainda por iniciar.

A responsabilidade de tal tarefa recai sobre a Igreja universal e sobre as Igrejas particulares, sobre todo o povo de Deus e sobre as diversas forças missionárias. Cada Igreja, mesmo aquela que é formada por neo-convertidos, é, por sua natureza, missionária; é simultaneamente evangelizada e evangelizadora, devendo a fé ser apresentada como dom de Deus, tanto quando se vive em comunidade (família, paróquia, associações) como quando se irradia para o exterior, quer pelo testemunho de vida quer pela palavra. A ação evangelizadora da comunidade cristã, primeiramente no próprio território, e depois, mais além, como participação na missão universal, é o sinal mais claro da maturidade da fé. Impõe-se uma conversão radical da mentalidade para nos tornarmos missionários e isto vale tanto para os indivíduos como para as comunidades. O Senhor chama-nos constantemente a sairmos de nós próprios, a partilhar com os outros os bens que temos, começando pelo mais precioso, que é a fé. À luz deste imperativo missionário, dever-se-á medir a validade dos organismos, movimentos, paróquias e obras de apostolado da Igreja. Somente tornando-se missionária é que a comunidade cristã conseguirá superar divisões e tensões internas, e reencontrar sua unidade e vigor de fé.

As forças missionárias, vindas de outras Igrejas e países, devem agir em comunhão com as forças locais, no desenvolvimento da comunidade cristã. Em particular, toca àquelas sempre segundo as diretrizes dos Bispos e em colaboração com os responsáveis locais promover a difusão da fé e a expansão da Igreja nos ambientes e grupos não-cristãos; cabe-lhes, ainda, animar o sentido missionário das Igrejas locais, para que a preocupação pastoral sempre fique associada, a da missão 'ad gentes'. Assim, cada Igreja fará verdadeiramente sua a solicitude de Cristo, o bom Pastor, que se prodigaliza por seu rebanho, mas pensa, ao mesmo tempo, nas outras ovelhas que não são deste aprisco (Jo 10,16)".

Nota:78

1Cor 11,26: "Portanto, todas as vezes que vocês comem deste pão e bebem deste cálice, estão anunciando a morte do Senhor, até que ele venha".

Nota:79

TMA, 41: "41. O empenho de atualização sacramental, atrás mencionado, poderá, ao longo do ano, valer-se da redescoberta do Batismo como fundamento da existência cristã, segundo as palavras do Apóstolo: 'Vós que fostes batizados em Cristo, vos revestistes de Cristo' (Gl 3,27). O Catecismo da Igreja Católica, por seu lado, recorda que o Batismo constitui 'o fundamento da comunhão entre todos os cristãos, mesmo com aqueles que ainda não estão em plena comunhão com a Igreja Católica'. Precisamente sob a vertente ecumênica, este será um ano muito importante para juntos voltarem o olhar para Cristo, único Senhor, com o compromisso de se tornarem um só, nos termos da sua súplica ao Pai. O destaque da centralidade de Cristo, da Palavra de Deus e da fé não deveria deixar de suscitar interesse e acolhimento favorável nos cristãos de outras Confissões".

Nota:80

Diretório para o ecumenismo 20: "20. No Concílio Vaticano II a Igreja Católica empenhou-se solenemente em trabalhar para a unidade dos cristãos. O decreto 'Unitatis Redintegratio' especifica que a unidade desejada por Cristo para a sua Igreja se realiza 'mediante a fiel pregação do Evangelho pelos Apóstolos e seus sucessores os bispos com o seu chefe que é sucessor de Pedro, pela administração dos sacramentos e pelo governo no amor'. Esta unidade definida pelo decreto consiste 'na profissão de uma só fé [...], na celebração comum do culto divino [...], na concórdia fraterna da família de Deus'. Esta unidade que, por sua própria natureza, exige uma plena comunhão visível de todos os cristãos, é o fim último do movimento ecumênico. O

Concílio afirma que esta unidade não pretende, de modo algum, sacrificar a rica diversidade de espiritualidade, de disciplina, de ritos litúrgicos e de elaboração da verdade revelada que se desenvolveram entre os cristãos, na medida em que essa diversidade se mantenha fiel à tradição apostólica”.

Nota:81

EN 17: “17. Na ação evangelizadora da Igreja há certamente elementos e aspectos que se devem lembrar. Alguns deles são de tal maneira importantes que se verifica a tendência para os identificar simplesmente com a evangelização. Pode-se assim definir a evangelização em termos de anúncio de Cristo àqueles que o desconhecem, de pregação, de catequese, de batismo e de outros sacramentos que não de ser conferidos.

Nenhuma definição parcial e fragmentária, porém, chegará a dar a razão da realidade rica, complexa e dinâmica que é a evangelização, a não ser com o risco de a empobrecer e até mesmo de a mutilar. É impossível captá-la se não se procurar abranger com uma visão de conjunto todos os seus elementos essenciais.

Tais elementos, acentuados com insistência no decorrer do mencionado Sínodo, são ainda agora aprofundados muitas vezes, sob a influência do trabalho sinodal. E nós regozijamo-nos pelo fato de eles se situarem, no fundo, na linha daqueles que o Concílio Vaticano II nos proporcionou, sobretudo nas Constituições ‘Lumen Gentium’ e ‘Gaudium et Spes’ e no Decreto ‘Ad Gentes’”.

Nota:82

EN 21: “21. E esta Boa Nova há de ser proclamada, antes de mais, pelo testemunho. Suponhamos um cristão ou grupo de cristãos que, no seio da comunidade humana em que vivem, manifestam a sua capacidade de compreensão e de acolhimento, a sua comunhão de vida e de destino com os demais, a sua solidariedade nos esforços de todos para tudo aquilo que é nobre e bom. Assim, eles irradiam, de modo absolutamente simples e espontâneo, a sua fé em valores que estão para além dos valores correntes, e a sua esperança em qualquer coisa que se não vê e que não se seria capaz sequer de imaginar. Por força deste testemunho sem palavras, estes cristãos fazem aflorar no coração daqueles que os vêem viver, perguntas indeclináveis: Por que é que eles são assim? Por que é que eles vivem daquela maneira? O que é - ou quem é - que os inspira? Por que é que eles estão conosco?

Pois bem: um semelhante testemunho constitui já proclamação silenciosa, mas muito valorosa e eficaz da Boa Nova. Nisso há já um gesto inicial de evangelização. Daí as perguntas que talvez sejam as primeiras que se põem muitos não-cristãos, quer se trate de pessoas às quais Cristo nunca tinha sido anunciado, ou de batizados não praticantes, ou de pessoas que vivem em cristandades, mas segundo princípios que não são nada cristãos. Quer se trate, enfim, de pessoas em atitudes de procurar, não sem sofrimento, alguma coisa ou Alguém que elas adivinham, sem conseguir dar-lhe o verdadeiro nome. E outras perguntas surgirão, depois, mais profundas e mais de molde a ditar um compromisso, provocadas pelo testemunho aludido, que comporta presença, participação e solidariedade e que é um elemento essencial, geralmente o primeiro de todos, na evangelização.

Todos os cristãos são chamados a dar este testemunho e podem ser, sob este aspecto, verdadeiros evangelizadores. E aqui pensamos de modo especial na responsabilidade que se origina para os migrantes nos países que os recebem”.

RMi 42-43: “42. O homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina, mais na vida e nos fatos do que nas teorias. O testemunho da vida cristã é a primeira e insubstituível forma de missão: Cristo, cuja missão nós continuamos, é a ‘testemunha’ por excelência (Ap 1,5; 3,14) e o modelo do testemunho cristão. O Espírito Santo acompanha o caminho da Igreja, associando-a ao testemunho que ele próprio dá de Cristo (cf. Jo 15,26-27).

A primeira forma de testemunho é a própria vida do missionário, da família cristã e da comunidade eclesial, que torna visível um novo modo de se comportar. O missionário que, apesar dos seus limites e defeitos humanos, vive com simplicidade, segundo o modelo de Cristo, é um sinal de Deus e das realidades transcendentais. Mas todos, na Igreja, esforçando-se por imitar o divino Mestre, podem e devem dar o mesmo testemunho, que é, em muitos casos, o único modo possível de se ser missionário.

O testemunho evangélico, a que o mundo é mais sensível, é o da atenção às pessoas e o da caridade em favor dos pobres, dos mais pequenos, e dos que sofrem. A gratuidade deste relacionamento e destas ações, em profundo contraste com o egoísmo presente no homem, faz nascer questões precisas, que orientam para Deus e para o Evangelho. Também o compromisso com a paz, a justiça, os direitos do homem, a promoção humana, é um testemunho do Evangelho, caso seja um sinal de atenção às pessoas e esteja ordenado ao desenvolvimento integral do homem.

43. “O cristão e as comunidades cristãs vivem profundamente inseridos na vida dos respectivos povos, e são também sinal do Evangelho pela fidelidade à sua pátria, ao seu povo, e à sua cultura nacional, sempre, porém, na liberdade que Cristo trouxe. O cristianismo está aberto à fraternidade universal, porque todos os homens são filhos do mesmo Pai e irmãos em Cristo.

A Igreja é chamada a dar o seu testemunho por Cristo, assumindo posições corajosas e proféticas, em face da corrupção do poder político ou econômico; não correndo ela própria atrás da glória e dos bens materiais; usando seus bens para o serviço dos mais pobres e imitando a simplicidade de vida de Cristo. A Igreja e os missionários devem ainda dar o testemunho da humildade, começando por si próprios, ou seja, desenvolvendo a capacidade de exame de consciência, a nível pessoal e comunitário, a fim de corrigirem, em suas atitudes, aquilo que é anti-evangélico e desfigura o rosto de Cristo”.

Nota:83

RMi, 42: “O homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina, mais na vida e nos fatos do que nas teorias. O testemunho da vida cristã é a primeira e insubstituível forma de missão: Cristo, cuja missão nós continuamos, é a testemunha por excelência (Ap 1,5; 3,14) e o modelo do testemunho cristão. O Espírito Santo acompanha o caminho da Igreja, associando-a ao testemunho que ele próprio dá de Cristo (cf. Jo 15,26-27).

A primeira forma de testemunho é a própria vida do missionário, da família cristã e da comunidade eclesial, que torna visível um novo modo de se comportar. O missionário que, apesar dos seus limites e defeitos humanos, vive com simplicidade, segundo o modelo de Cristo, é um sinal de Deus e das realidades transcendentais. Mas todos, na Igreja, esforçando-se por imitar o divino Mestre, podem e devem dar o mesmo testemunho, que é, em muitos casos, o único modo possível de se ser missionário.

O testemunho evangélico, a que o mundo é mais sensível, é o da atenção às pessoas e o da caridade em favor dos pobres, dos mais pequenos, e dos que sofrem. A gratuidade deste relacionamento e destas ações, em profundo contraste com o egoísmo presente no homem, faz nascer questões precisas, que orientam para Deus e para o Evangelho. Também o compromisso com a paz, a justiça, os direitos do homem, a promoção humana, é um testemunho do Evangelho, caso seja um sinal de atenção às pessoas e esteja ordenado ao desenvolvimento integral do homem".

Nota:84

1Pd 3,1: "Do mesmo modo, vocês mulheres, submetam-se aos seus maridos. Assim, se alguns são rebeldes à Palavra, a conduta de suas mulheres poderá ganhá-los sem palavras".

Nota:85

RMi 33: "33. As diferenças de atividade, no âmbito da única missão da Igreja, nascem não de motivações intrínsecas à própria missão, mas das diversas circunstâncias onde ela se exerce. Olhando o mundo de hoje, do ponto de vista da evangelização, podemos distinguir três situações distintas.

Antes de mais nada, temos aquela à qual se dirige a atividade missionária da Igreja: povos, grupos humanos, contextos socioculturais onde Cristo e o seu Evangelho não é conhecido, onde faltam comunidades cristãs suficientemente amadurecidas para poderem encarnar a fé no próprio ambiente e anunciá-la a outros grupos. Esta é propriamente a missão 'ad gentes'.

Aparecem, depois, as comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são fermento de fé e de vida, irradiando o testemunho do Evangelho no seu ambiente, e sentindo o compromisso da missão universal. Nelas se desenvolve a atividade ou cuidado pastoral da Igreja.

Finalmente, existe a situação intermédia, especialmente nos países de antiga tradição cristã, mas, por vezes, também nas Igrejas mais jovens, onde grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé, não se reconhecendo já como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e de seu Evangelho. Neste caso, torna-se necessária uma 'nova evangelização', ou 're-evangelização'".

Nota:86

RMi 33: "33. As diferenças de atividade, no âmbito da única missão da Igreja, nascem não de motivações intrínsecas à própria missão, mas das diversas circunstâncias onde ela se exerce. Olhando o mundo de hoje, do ponto de vista da evangelização, podemos distinguir três situações distintas.

Antes de mais nada, temos aquela à qual se dirige a atividade missionária da Igreja: povos, grupos humanos, contextos socioculturais onde Cristo e o seu Evangelho não é conhecido, onde faltam comunidades cristãs suficientemente amadurecidas para poderem encarnar a fé no próprio ambiente e anunciá-la a outros grupos. Esta é propriamente a missão 'ad gentes'.

Aparecem, depois, as comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são fermento de fé e de vida, irradiando o testemunho do Evangelho no seu ambiente, e sentindo o compromisso da missão universal. Nelas se desenvolve a atividade ou cuidado pastoral da Igreja.

Finalmente, existe a situação intermédia, especialmente nos países de antiga tradição cristã, mas, por vezes, também nas Igrejas mais jovens, onde grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé, não se reconhecendo já como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e de seu Evangelho. Neste caso, torna-se necessária uma nova evangelização, ou re-evangelização."

Nota:87

AG 6: "6. Embora varie, de acordo com as circunstâncias e com o modo como é exercida, a ação missionária é a mesma e uma só, realizada em todas as partes do mundo e em todas as situações pelos bispos, sob a presidência do sucessor de Pedro, conjuntamente com a oração e a colaboração de toda a Igreja. Portanto, as diferenças que se observam na Igreja quanto ao exercício da atividade missionária, não provêm da natureza da missão, mas se devem às diferentes situações em que é exercida.

A diversidade de situações pode vir da própria Igreja, dos vários povos em sua grande multiplicidade, dos grupos humanos e das pessoas a que se dirige a missão.

Apesar de dispor da totalidade e da plenitude dos meios de salvação, a Igreja nem sempre nem simultaneamente recorre a todos. Sua ação é gradual e progressiva, num esforço de ir aos poucos realizando o desígnio divino. Acontece mesmo que às vezes, depois de brilhantes começos, experimenta dolorosos retrocessos ou passa por longos estágios de incompletude e de insuficiência.

Pessoas, grupos humanos e populações, por sua vez, não são senão progressiva e lentamente influenciados e compenetrados pela plenitude católica. Os instrumentos de ação devem levá-lo em conta e se adaptarem a essas diversas situações e condições.

Denominam-se habitualmente *missões* a atividade própria desenvolvida por aqueles que percorrem o mundo pregando o Evangelho e implantando a Igreja entre os povos ou grupos humanos que ainda não vivem segundo a fé em Cristo. A atividade missionária no sentido estrito é esse trabalho feito em determinados territórios designados pela Santa Sé. O objetivo primordial dessa atividade é a evangelização e a implantação da Igreja nos povos e grupos humanos em que ela ainda não tem raízes.

As Igrejas autóctones particulares, plantadas a partir da semente da palavra de Deus, crescem por sua própria força e alcançam a maturidade quando, dotadas de hierarquia própria, unidas ao povo fiel, e dos meios de salvação necessários ao desempenho de uma vida cristã plena, contribuem a seu modo para o bem da Igreja universal.

O principal instrumento desta implantação é a pregação do Evangelho de Jesus Cristo, para cujo anúncio o Senhor enviou os seus discípulos a todo o mundo com o objetivo de fazer com os seres humanos renascidos pela palavra de Deus, se incorporassem pelo batismo à Igreja que, como corpo do Verbo encarnado, alimenta-se e vive da palavra de Deus e do pão eucarístico.

Na atividade missionária da Igreja ocorrem às vezes situações mistas: o começo e a implantação se fazem sem maior novidade, nem nenhuma expressão de juventude. Uma vez porém implantada a Igreja, sua ação missionária não pode cessar. É dever das Igrejas particulares prosseguir-la, pregando o Evangelho àqueles que ainda não o conhecem.

Por outro lado, os grupos humanos em que vive a Igreja estão habitualmente sujeitos a profundas modificações, que dão origem a situações inteiramente diversas. A Igreja deve estar atenta para ver se estas mudanças não requerem de sua parte novas ações missionárias.

As circunstâncias são às vezes de tal natureza que durante algum tempo tornam impossível anunciar o Evangelho diretamente. Os missionários podem então e até devem perseverar no testemunho de Cristo com paciência e prudência, grande confiança, caridade e amor. Preparam assim o caminho do Senhor e de certa maneira o mantêm presente nas circunstâncias adversas que a Igreja atravessa.

Vê-se claramente que a atividade missionária decorre da própria natureza da Igreja, cuja fé salvadora se propaga, torna aos poucos efetiva a unidade católica, sustenta a apostolicidade, desperta a hierarquia para o amor da colegialidade, dá testemunho, difunde e promove a santidade.

A atividade missionária entre os povos é distinta tanto da ação pastoral, que se exerce junto aos fiéis, como da ação que se empenha na restauração da unidade entre os cristãos. Ambas, porém, conservam estreitos laços com a atividade missionária, pois a divisão entre os cristãos prejudica a pregação do Evangelho a toda a criatura e fecha, para muitos, as vias de acesso à fé.

Todos os batizados estão convidados a se reunir num único rebanho, para dar unanimemente testemunho de Cristo Senhor. Não se pode ainda dar testemunho de uma só fé, que ao menos, porém, dê-se testemunho da estima e do amor recíproco que nos deve animar a todos".

Nota:88

Cfl 3: "3. O significado fundamental deste Sinodo e, conseqüentemente, o seu fruto mais precioso, é que *os fiéis leigos escutem o chamamento de Cristo para trabalharem na sua vinha*, para tomarem parte viva, consciente e responsável na missão da Igreja, *nesta hora magnífica e dramática da história*, no limiar do terceiro milênio.

Novas situações, tanto eclesiais como sociais, econômicas, políticas e culturais, reclamam hoje, com uma força toda particular, a ação dos fiéis leigos. Se o desinteresse foi sempre inaceitável, o tempo presente torna-o ainda mais culpável. *Não é lícito a ninguém ficar inativo.*

Retomemos a leitura da parábola evangélica: 'Ao sair novamente pelas cinco horas, encontrou outros que ali estavam e disse-lhes: Por que ficais aqui o dia inteiro inativos? Eles responderam-lhe: Por que ninguém nos contratou. Disse-lhes ele: Ide vós também para a minha vinha' (Mt 20,6-7).

Não há lugar para o ócio, uma vez que é muito o trabalho que a todos espera na vinha do senhor. O proprietário insiste ainda mais no seu convite: 'Ide vós também para a minha vinha'.

A voz do Senhor ressoa sem dúvida no íntimo do próprio ser de cada cristão, que, graças à fé e aos sacramentos da iniciação cristã, torna-se imagem de Jesus Cristo, insere-se na Igreja como seu membro vivo e é sujeito ativo da sua missão de salvação. A voz do Senhor, porém, também se faz sentir através dos acontecimentos históricos da Igreja e da humanidade, como nos lembra o Concílio: 'O povo de Deus, movido pela fé com que acredita ser conduzido pelo Espírito do Senhor, o qual enche o universo, esforça-se por discernir nos acontecimentos, nas exigências e aspirações, que compartilha juntamente com os homens de hoje, quais são os verdadeiros sinais da presença e do desígnio de Deus. Pois a fé ilumina todas as coisas com uma luz nova, e faz conhecer o desígnio divino acerca da vocação integral do homem e, dessa forma, orienta o espírito para soluções plenamente humanas'.

Temos pois de encarar de frente este nosso mundo, com os seus valores e problemas, as suas ânsias e esperanças, as suas conquistas e fracassos: um mundo cujas situações econômicas, sociais, políticas e culturais apresentam problemas e dificuldades mais graves do que o que foi descrito pelo Concílio na Constituição pastoral *Gaudium et Spes*. É esta, todavia, a vinha, é este o campo no qual os fiéis leigos são chamados a viver a sua missão. Jesus quer que eles, como todos os seus discípulos, sejam sal da terra e luz do mundo (cf. Mt 5,13-14). Mas qual é o 'rosto' atual da 'terra' e do 'mundo', de que os cristãos devem ser 'sal e luz'?

É deveras grande a diversidade das situações e das problemáticas que existem hoje no mundo, aliás caracterizadas por uma aceleração crescente de mudança. Por isso, é absolutamente necessário precaver-se contra generalizações e simplificações indevidas. Podem, todavia, individualizar-se *algumas linhas de tendência que emergem na sociedade atual*. Como crescem juntos no campo evangélico o joio e o bom trigo, assim na história, teatro quotidiano de uma prática muitas vezes contraditória da liberdade humana, encontram-se, lado a lado, por vezes profundamente emaranhados entre si, o mal e o bem, a injustiça e a justiça, a angústia e a esperança".

Nota:89

Cfl 4: "4. Como não pensar na persistente difusão do *indiferentismo religioso* e do *ateísmo* nas suas mais variadas formas, particularmente naquela que hoje talvez é a mais espalhada, a do *secularismo*? Embragado pelas conquistas prodigiosas de um progresso científico-técnico e, sobretudo, fascinado pela mais antiga e sempre nova tentação de querer tornar-se como Deus (cf. Gn 3,5), através do uso de uma liberdade sem limites, o homem corta as raízes religiosas que mergulham no seu coração: esquece-se de Deus, considera-o vazio de significado para a sua existência, recusa-o, prostrando-se em adoração diante dos mais diversos 'ídolos'.

É verdadeiramente grave o fenômeno atual do secularismo: não atinge apenas os indivíduos, mas, de certa forma, comunidades inteiras, como já observava o Concílio: 'Multidões cada vez mais maiores praticamente se separam da religião'. Repetidas vezes eu mesmo recordei o fenômeno da descristianização que atinge os povos cristãos de velha data e que exige, sem mais delongas, uma nova evangelização.

E, todavia, *a aspiração e as necessidades religiosas* não poderão extinguir-se de todo. A consciência de cada homem, quando tem a coragem de encarar as interrogações mais sérias da existência humana, especialmente a do sentido do viver, do sofrer e do morrer, não pode deixar de fazer sua a palavra de verdade que Santo Agostinho gritou: 'Fizeste-nos para ti, Senhor, e o nosso coração inquieto-se enquanto não descansar em ti'.

O mesmo mundo de hoje também o atesta, manifestando de formas cada vez mais amplas e vivas a abertura para uma visão espiritual e transcendente da vida, o despertar da procura religiosa, o regresso ao sentido do sagrado e à oração, a exigência de liberdade na invocação do nome do Senhor".

Nota:90

RMI 34: "34. A atividade missionária específica, ou missão 'ad gentes', tem como destinatários 'os povos ou grupos que ainda não crêem em Cristo, aqueles que estão longe de Cristo', entre os quais a Igreja 'não está ainda radicada', e cuja cultura ainda não foi influenciada pelo Evangelho. Distingue-se das outras atividades eclesiais por se dirigir a grupos e ambientes não-cristãos, caracterizados pela ausência ou insuficiência do anúncio evangélico e da presença eclesial. Vem a ser, portanto, a obra do anúncio de Cristo e de seu

Evangelho, da edificação da Igreja local, da promoção dos valores do Reino. A peculiaridade da missão 'ad gentes' deriva do fato de se orientar para os 'não-cristãos'. É preciso evitar, por isso, que esta 'tarefa especificamente missionária, que Jesus confiou e continua, cotidianamente, a confiar à sua Igreja', se torne numa realidade diluída na missão global de todo o povo de Deus, ficando, desse modo, descurada ou esquecida. De resto, os confins entre o cuidado pastoral dos fiéis, a nova evangelização e a atividade missionária específica não são facilmente identificáveis, e não se deve pensar em criar entre esses âmbitos barreiras ou compartimentos estanques. Não se pode, no entanto, perder a tensão para o anúncio e para a fundação de novas Igrejas entre povos ou grupos humanos, onde elas ainda não existem, porque esta é a tarefa primeira da Igreja, que é enviada a todos os povos, até aos confins da Terra. Sem a missão 'ad gentes', a própria dimensão missionária da Igreja ficaria privada de seu significado fundamental e de seu exemplo de atuação.

Registre-se, também, uma real e crescente interdependência entre as diversas atividades salvíficas da Igreja: cada uma influi sobre a outra, estimula-a e a ajuda. O dinamismo missionário permite uma troca de valores entre as Igrejas, e projeta, para o mundo exterior, influência positiva, em todos os sentidos. As Igrejas de antiga tradição cristã, por exemplo, preocupadas com a dramática tarefa da nova evangelização, estão mais conscientes de que não podem ser missionárias dos não-cristãos de outros países e continentes, se não se preocuparem seriamente com os não-cristãos da própria casa: a atividade missionária 'ad intra' é sinal de autenticidade e de estímulo para realizar a outra, 'ad extra', e vice-versa"

Nota:91

Cfl 4: "4. Como não pensar na persistente difusão do *indiferentismo religioso* e do *ateísmo* nas suas mais variadas formas, particularmente naquela que hoje talvez é a mais espalhada, a do *secularismo*? Embragado pelas conquistas prodigiosas de um progresso científico-técnico e, sobretudo, fascinado pela mais antiga e sempre nova tentação de querer tornar-se como Deus (cf. Gn 3,5), através do uso de uma liberdade sem limites, o homem corta as raízes religiosas que mergulham no seu coração: esquece-se de Deus, considera-o vazio de significado para a sua existência, recusa-o, prostrando-se em adoração diante dos mais di versos 'ídolos'.

É verdadeiramente grave o fenômeno atual do secularismo: não atinge apenas os indivíduos, mas, de certa forma, comunidades inteiras, como já observava o Concílio: 'Multidões cada vez mais maiores praticamente se separam da religião'. Repetidas vezes eu mesmo recordei o fenômeno da descristianização que atinge os povos cristãos de velha data e que exige, sem mais delongas, uma nova evangelização.

E, todavia, *a aspiração e as necessidades religiosas* não poderão extinguir-se de todo. A consciência de cada homem, quando tem a coragem de encarar as interrogações mais sérias da existência humana, especialmente a do sentido do viver, do sofrer e do morrer, não pode deixar de fazer sua a palavra de verdade que Santo Agostinho gritou: 'Fizeste-nos para ti, Senhor, e o nosso coração inquieta-se enquanto não descansar em ti'.

O mesmo mundo de hoje também o atesta, manifestando de formas cada vez mais amplas e vivas a abertura para uma visão espiritual e transcendente da vida, o despertar da procura religiosa, o regresso ao sentido do sagrado e à oração, a exigência de liberdade na invocação do nome do Senhor".

Nota:92

DSD 179: "179. O crescente empobrecimento a que estão submetidos milhões de irmãos nossos, que chega a intoleráveis extremos de miséria, é o mais devastador e humilhante flagelo que vive a América Latina e Caribe. Assim o denunciamos tanto em Medellín como em Puebla e hoje voltamos a fazê-lo com preocupação e angústia.

As estatísticas mostram com eloquência que na última década as situações de pobreza cresceram tanto em números absolutos como relativos. A nós, pastores, comove-nos até as entranhas ver continuamente a multidão de homens e mulheres, crianças e jovens e anciãos que sofrem o insuportável peso da miséria, assim como diversas formas de exclusão social, étnica e cultural; são pessoas humanas concretas e irrepetíveis que vêem seus horizontes cada vez mais fechados e sua dignidade desconhecida.

Vemos o empobrecimento de nosso povo não só como um fenômeno econômico e social, registrado e quantificado pelas ciências sociais. Nós o vemos de dentro da experiência de muita gente com quem compartilhamos, como pastores, sua luta cotidiana pela vida.

A política de corte neoliberal que predomina hoje na América Latina e no Caribe aprofunda ainda mais as conseqüências negativas destes mecanismos. Ao desregular indiscriminadamente o mercado, eliminar partes importantes da legislação trabalhista e despedir empregados, ao reduzir os gastos sociais que protegiam as famílias dos trabalhadores, foram ainda mais aumentadas as distâncias na sociedade.

Temos de aumentar a lista dos rostos sofridos que já havíamos assinalado em Puebla (cf. DP 31-39), todos eles desfigurados pela fome, aterrorizados pela violência, envelhecidos por condições de vida infra-humanas, angustiados pela sobrevivência familiar. O Senhor nos pede que saibamos descobrir seu próprio rosto nos rostos sofridos dos irmãos.

Por outro lado, comprovamos com alegria os múltiplos esforços que diversos grupos e instituições da América Latina e do Caribe estão fazendo, a fim de transformar esta realidade. A Igreja, chamada a ser cada vez mais fiel a sua opção preferencial pelos pobres, tem tido crescente participação nos mesmos. Damos graças a Deus por isto e convocamos a alargar o caminho já aberto, porque muito mais são os que ainda têm de caminhar por ele".

Nota:93

DSD 296-301: "296. Fazemos nosso o clamor dos pobres. Assumimos com renovado ardor a opção evangélica preferencial pelos pobres, em continuidade com Medellín e Puebla. Esta opção, não exclusiva nem excludente, iluminará, à imitação de Jesus Cristo, toda nossa ação evangelizadora.

A essa luz, convidamos a promover uma nova ordem econômica, social e política, conforme a dignidade de todas e cada uma das pessoas, implantando a justiça e a solidariedade e abrindo para todas elas horizontes de eternidade.

297. Dizemos sim à vida e à família. Diante das graves agressões à vida e à família, agravadas nos últimos anos, propomos uma decidida ação para defender e promover a vida e a família, Igreja doméstica, e santuário da vida, desde sua concepção até o final natural de sua etapa temporal. Toda vida humana é sagrada".

É o terceiro compromisso que assumimos na perspectiva de novos métodos e expressões para viver hoje a mensagem evangélica.

298. As grandes cidades da América Latina e do Caribe, com os seus múltiplos problemas, têm-nos interpelado. Atenderemos à evangelização desses centros onde vive a maior parte da nossa população. Nossa solicitude dirigir-se-á também às áreas rurais; nelas já se sente o impacto das mudanças culturais.

299. Queremos aproximar-nos dos povos indígenas e afro-americanos, a fim de que o Evangelho encarnado em suas culturas manifeste toda a sua vitalidade e entrem eles em diálogo de comunhão com as demais comunidades cristãs para mútuo enriquecimento.

300. Buscaremos também impulsionar uma eficaz ação educativa e um decidido empenho por uma moderna comunicação.

301. Colocamo-nos sob a ação do Espírito Santo, que, desde Pentecostes, conduz a Igreja no amor. Ele nos concedeu a graça do Concílio Vaticano II e de nossas Conferências Gerais do Rio de Janeiro, Medellín e Puebla.

Estamos certos de que não nos há de faltar seu auxílio para continuarmos, a partir de Santo Domingo, mais unidos entre nós sob a orientação e guia do Santo Padre, sucessor de Pedro e, apesar de nossas limitações, a impulsionar com entusiasmo na América Latina e Caribe o anúncio de Jesus Cristo e do seu Reino”.

Nota:94

DSD 19: “A obra evangelizadora, inspirada pelo Espírito Santo, que no começo teve como generosos protagonistas sobretudo membros de ordens religiosas, foi uma obra conjunta de todo o povo de Deus, dos Bispos, sacerdotes, religiosos, religiosas e fiéis leigos. Entre os últimos, é importante assinalar também a colaboração dos próprios indígenas batizados, aos quais se somaram, no correr do tempo, catequistas afro-americanos.

A primeira evangelização teve como instrumentos privilegiados homens e mulheres de vida santa. Os meios pastorais foram uma incansável pregação da Palavra, a celebração dos sacramentos, a catequese, o culto mariano, a prática das obras de misericórdia, a denúncia das injustiças, a defesa dos pobres e a especial solicitude pela educação e promoção humana”.

Nota:95

DSD 230: “Posto que ‘hoje em dia percebe-se uma crise cultural de proporções inimagináveis’ (João Paulo II, Discurso Inaugural, 21) na qual vão desaparecendo valores evangélicos e ainda humanos fundamentais, apresenta-se à Igreja um desafio gigantesco para uma nova evangelização, ao qual se pretende responder com o esforço da inculturação do Evangelho. É necessário inculturar o Evangelho à luz dos três grandes mistérios da salvação: a Natividade, que mostra o caminho da Encarnação e move o evangelizador a partilhar sua vida com o evangelizado; a Páscoa, que conduz através do sofrimento à purificação dos pecados, para que sejam redimidos; e Pentecostes, que pela força do Espírito possibilita a todos entender, na sua própria língua, as maravilhas de Deus.

A inculturação do Evangelho é um processo que supõe reconhecimento dos valores evangélicos que se têm mantido mais ou menos puros na atual cultura; e o reconhecimento de novos valores que coincidem com a mensagem de Cristo. Mediante a inculturação, busca-se que a sociedade descubra o caráter cristão desses valores, os aprecie e os mantenha como tais. Além disso, pretende a incorporação de valores evangélicos que estão ausentes da cultura, ou porque se tenham obscurecido ou porque tenham chegado a desaparecer. ‘Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e simultaneamente introduz os povos com as suas culturas na sua própria comunidade, transmitindo-lhes os seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro’ (RMI 52). A fé, ao se encarnar nessas culturas, deve corrigir seus erros e evitar sincretismos. A tarefa da inculturação da fé é própria das Igrejas particulares sob a direção dos seus pastores, com a participação de todo o povo de Deus. Os critérios fundamentais neste processo são a sintonia com as exigências objetivas da fé e a abertura à comunhão com a Igreja universal (cf. RMI 54)”.

Nota:96

RMI 62: “62. Tudo quanto, no início do cristianismo, se fez pela missão universal, conserva, ainda hoje, sua validade e urgência. A Igreja é, por sua natureza, missionária, porque o mandato de Cristo não é algo de contingente e exterior, mas atinge o próprio coração da Igreja. Segue-se, daí, que a Igreja toda e cada uma das Igrejas é enviada aos não-cristãos. Mesmo as Igrejas mais jovens, precisamente ‘para este zelo missionário florescer nos membros de sua pátria’, devem participar, o quanto antes, e de fato, na missão universal da Igreja, enviando também elas, por todo o mundo, missionários para pregar o Evangelho, mesmo que tenham escassez de clero. Muitas já o fazem: eu as encorajo, vivamente, a continuar.

Neste vínculo essencial de comunhão entre a Igreja universal e as Igrejas particulares, exercita-se o seu autêntico e pleno caráter missionário. ‘Num mundo que, com a diminuição das distâncias, se torna cada vez menor, as comunidades eclesiais devem coligar-se entre si, trocando energias e meios, empenhar-se, conjuntamente, na única e comum missão de anunciar e viver o Evangelho (...) As Igrejas denominadas jovens (...) têm necessidade da força das antigas, enquanto estas precisam do testemunho e do estímulo das mais jovens, de tal modo que cada Igreja possa haurir da riqueza das outras Igrejas”.

Nota:97

EN 20: “20. Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar - não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes - a cultura e as culturas do homem, no sentido pleno e amplo que estes termos têm na Constituição ‘Gaudium et Spes’, a partir sempre da pessoa e fazendo continuamente apelo para as relações das pessoas entre si e com Deus.

O Evangelho, e consequentemente a evangelização, não se identificam por certo com a cultura, e são independentes em relação a todas as culturas. E no entanto, o reino que o Evangelho anuncia é vivido por homens profundamente ligados a uma determinada cultura, e a edificação do reino não pode deixar de servir-se de elementos da cultura e das culturas humanas. O Evangelho e a evangelização independentes em relação às culturas, não são necessariamente incompatíveis com elas, mas suscetíveis de as impregnar a todas sem se escravizar a nenhuma delas.

A ruptura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Assim, importa envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou mais exatamente das culturas. Estas devem ser regeneradas mediante o impacto da Boa Nova. Mas um tal encontro não virá a dar-se se a Boa Nova não for proclamada”.

Nota:98

EN 19: "19. Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação".

Nota:99

Lc 24,32-35: "Então um disse ao outro: 'Não estava o nosso coração ardendo quando ele nos falava pelo caminho, e nos explicava as Escrituras?' Na mesma hora, eles se levantaram e voltaram para Jerusalém, onde encontraram os Onze, reunidos com os outros. E estes confirmaram: 'Realmente, o Senhor ressuscitou, e apareceu a Simão!' Então os dois contaram o que tinha acontecido no caminho, e como tinham reconhecido Jesus quando ele partiu o pão".

Nota:100

EN 44: "44. Um dos aspectos que não deve ser descuidado na evangelização é a do ensino catequético. A inteligência especialmente a inteligência das crianças e a dos adolescentes, tem necessidade de aprender, mediante um sistemático ensino religioso, os dados fundamentais, o conteúdo vivo da verdade que Deus nos quis transmitir, e que a Igreja procurou exprimir de maneira cada vez mais rica, no decurso da sua história. Depois, que um semelhante ensino deva ser ministrado para educar hábitos de vida religiosa e não para permanecer apenas intelectual, ninguém o negará. É fora de dúvida que o esforço de evangelização poderá tirar um grande proveito deste meio do ensino catequético, feito na igreja, ou nas escolas onde isso é possível, e sempre nos lares cristãos; isso, porém, se os catequistas dispuserem de textos apropriados e atualizados com prudência e com competência, sob a autoridade dos bispos. Os métodos, obviamente, hão de ser adaptados à idade, à cultura e à capacidade das pessoas, procurando sempre fazer com que elas retenham na memória, na inteligência e no coração, aquelas verdades essenciais que deverão depois impregnar toda a sua vida. Importa sobretudo preparar bons catequistas - catequistas paroquiais, mestres e pais - que se demonstrem cuidadosos em se aperfeiçoar constantemente nesta arte superior, indispensável e exigente do ensino religioso. Além disso, sem minimamente negligenciar, seja em que aspecto for, a formação religiosa das crianças, verifica-se que as condições do mundo atual tornam cada vez mais urgente o ensino catequético, sob a forma de um catecumenato, para numerosos jovens e adultos que, tocados pela graça, descobrem pouco a pouco o rosto de Cristo e experimentam a necessidade de a ele se entregar."

Nota:101

"A taxa anual difere muito entre o Norte (4,1%) ou o Centro-Oeste (3,0%) e o Sul (1,4%), enquanto Nordeste e Sudeste estão quase empatados (1,8 % e 1,7% respectivamente)".

Nota:102

"Segundo pesquisa do IBGE de 1986, 22% das mulheres entre 15 e 54 anos usavam métodos anticoncepcionais; 15,8% estavam esterilizadas e 61,2% não usavam anticoncepcionais; 1% não informou".

Nota:103

"O que é confirmado pelo pequeno crescimento das grandes capitais (Rio de Janeiro, Recife, S. Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Brasília...), embora as Regiões metropolitanas tenham tido um aumento levemente superior à média global, graças ao crescimento dos municípios ao redor do centro metropolitano".

Nota:104

"Dados do IBGE, que considera pobre aquele que tem rendimento inferior a ¼ do salário mínimo vigente; trata-se, portanto, de pobreza absoluta ou miséria".

Nota:105

"Belém, Fortaleza e Recife, embora tenham feito progressos na década de 80, têm mais de 40% de pobres em sua população, no Sudeste a situação é melhor, mas pouco consoladora: Rio de Janeiro piorou, passando de 27,2% para 32,2% de pobres; São Paulo está estável, com cerca de 22% de pobres; Belo Horizonte melhorou muito pouco e está ainda com 29,6%; Porto Alegre piorou e está com 20,9%; só Curitiba conseguiu uma redução significativa dos pobres de 17,4% para 12,2% da população".

Nota:106

EV 10: "10. O Senhor disse a Caim: 'Que fizeste? A voz do sangue do teu irmão clama da terra até mim' (Gn 4,10). A voz do sangue derramado pelos homens não cessa de clamar, de geração em geração, assumindo tons e acentos sempre novos e diversos.

A pergunta do Senhor 'que fizeste?', à qual Caim não se pode esquivar, é dirigida também ao homem contemporâneo, para que tome consciência da amplitude e gravidade dos atentados à vida que continuam a registrar-se na história da humanidade, para que vá à procura das múltiplas causas que os geram e alimentam, e, enfim, para que reflita com extrema seriedade sobre as conseqüências que derivam desses mesmos atentados para a existência das pessoas e dos povos.

Algumas ameaças provêm da própria natureza, mas são agravadas pelo descuido culpável e pela negligência dos homens que, não raro, lhes poderiam dar remédio; outras, ao contrário, são fruto de situações de violência, de ódio, de interesses contrapostos, que induzem homens a agredirem outros homens com homicídios, guerras, massacres, genocídios.

Como não pensar na violência causada à vida de milhões de seres humanos, especialmente crianças, constrangidos à miséria, à subnutrição e à fome, por causa da iníqua distribuição das riquezas entre os povos e entre as classes sociais? Ou na violência inerente às guerras, e ainda antes delas, ao escandaloso comércio de armas, que favorece o torvelinho de tantos conflitos armados que ensangüentam o mundo? Ou então na sementeira de morte que se provoca com a imprudente alteração dos equilíbrios ecológicos, com a criminosa difusão da droga, ou com a promoção do uso da sexualidade segundo modelos que, além de serem moralmente inaceitáveis, acarretam ainda graves riscos para a vida? É impossível registrar de modo completo a vasta gama das ameaças à vida humana, tantas são as formas, abertas ou camufladas, de que se revestem no nosso tempo!"

Nota:107

EV 15: "Ameaças não menos graves pesam também sobre os doentes incuráveis e os doentes terminais, num contexto social e cultural que, tornando mais difícil enfrentar e suportar o sofrimento, aviva a tentação de

resolver o problema do sofrimento eliminando-o pela raiz, com a antecipação da morte para o momento considerado mais oportuno.

Para tal decisão concorrem, muitas vezes, elementos de natureza diversa mas infelizmente convergentes para essa terrível saída. Pode ser decisivo, na pessoa doente, o sentimento de angústia, exasperação, ou até desespero, provocado por uma experiência de dor intensa e prolongada. Vêem-se, assim, duramente postos à prova os equilíbrios, por vezes já abalados, da vida pessoal e familiar, de maneira que, por um lado, o doente, não obstante os auxílios cada vez mais eficazes da assistência médica e social, corre o risco de se sentir esmagado pela própria fragilidade; por outro lado, naqueles que lhe estão afectivamente ligados, pode gerar-se um sentimento de compreensível, ainda que mal-entendida, compaixão. Tudo isto fica agravado por uma atmosfera cultural que não vê qualquer significado nem valor no sofrimento, antes considera-o como o mal por excelência, que se há-de eliminar a todo o custo; isto verifica-se especialmente quando não se possui uma visão religiosa que ajude a decifrar positivamente o mistério da dor.

Mas, no conjunto do horizonte cultural, não deixa de incidir também uma espécie de atitude prometéica do homem que, desse modo, se ilude de poder apropriar-se da vida e da morte para decidir delas, quando na realidade acaba derrotado e esmagado por uma morte irremediavelmente fechada a qualquer perspectiva de sentido e a qualquer esperança. Uma trágica expressão de tudo isto, encontramos-na na difusão da eutanásia, ora mascarada e subreptícia, ora actuada abertamente e até legalizada. Para além do motivo de presunta compaixão diante da dor do paciente, às vezes pretende-se justificar a eutanásia também com uma razão utilitarista, isto é, para evitar despesas improdutivas demasiado gravosas para a sociedade. Propõe-se, assim, a supressão dos recém-nascidos defeituosos, dos deficientes profundos, dos inválidos, dos idosos, sobretudo quando não auto-suficientes, e dos doentes terminais. Nem nos é lícito calar frente a outras formas mais astuciosas, mas não menos graves e reais, de eutanásia, como são as que se poderiam verificar, por exemplo, quando, para aumentar a disponibilidade de material para transplantes, se procedesse à extracção dos órgãos sem respeitar os critérios objectivos e adequados de certificação da morte do dador”.

EV 23: “O eclipse do sentido de Deus e do homem conduz inevitavelmente ao materialismo prático, no qual prolifera o individualismo, o utilitarismo e o hedonismo. Também aqui se manifesta a validade perene daquilo que escreve o Apóstolo: ‘Como não procuraram ter de Deus conhecimento perfeito, entregou-os Deus a um sentimento pervertido, a fim de que fizessem o que não convinha’ (Rm 1,28). Assim os valores do ser ficam substituídos pelos do ter.

O único fim que conta, é a busca do próprio bem-estar material. A chamada ‘qualidade de vida’ é interpretada prevalente ou exclusivamente como eficiência económica, consumismo desenfreado, beleza e prazer da vida física, esquecendo as dimensões mais profundas da existência, como são as interpessoais, espirituais e religiosas.

Em tal contexto, o sofrimento peso inevitável da existência humana, mas também fator de possível crescimento pessoal, é ‘deplorado’, rejeitado como inútil, ou mesmo combatido como mal a evitar sempre e por todos os modos. Quando não é possível superá-lo e a perspectiva de um bem-estar, pelo menos futuro, se desvanece, parece então que a vida perdeu todo o significado e cresce no homem a tentação de reivindicar o direito à sua eliminação.

Sempre no mesmo horizonte cultural, o corpo deixa de ser visto como realidade tipicamente pessoal, sinal e lugar da relação com os outros, com Deus e com o mundo. Fica reduzido à dimensão puramente material: é um simples complexo de órgãos, funções e energias, que há de ser usado segundo critérios de mero prazer e eficiência. Conseqüentemente, também a ‘sexualidade’ fica despersonalizada e instrumentalizada: em lugar de ser sinal, lugar e linguagem do amor, ou seja, do dom de si e do acolhimento do outro na riqueza global da pessoa, torna-se cada vez mais ocasião e instrumento de afirmação do próprio eu e de satisfação egoísta dos próprios desejos e instintos. Deste modo se deforma e falsifica o conteúdo original da sexualidade humana, e os seus dois significados unitivo e procriativo, inerentes à própria natureza do ato conjugal, acabam artificialmente separados: assim a união é atraída e a fecundidade fica sujeita ao arbítrio do homem e da mulher. A geração torna-se, então, o inimigo a evitar no exercício da sexualidade: quando aceita, é apenas porque exprime o próprio desejo ou mesmo a determinação de ter o filho a todo o custo, e não já porque significa total acolhimento do outro e, por conseguinte, abertura à riqueza de vida que o filho é portador.

Na perspectiva materialista até aqui descrita, as relações interpessoais experimentam um grave empobrecimento. E os primeiros a sofrerem os danos são a mulher, a criança, o enfermo ou atribulado, o idoso. O critério próprio da dignidade pessoal isto é, o do respeito, do altruísmo e do serviço é substituído pelo critério da eficiência, do funcional e da utilidade: o outro é apreciado não por aquilo que ‘é’, mas por aquilo que ‘tem, faz e rende’. É a supremacia do mais forte sobre o mais fraco”.

Nota:108

“Já analisamos detalhadamente raízes e efeitos dessa crise no capítulo II (n.19 e ss.) do documento n.50 da CNBB: Ética: Pessoa e Sociedade (1993)”.

Nota:109

EV 4: “14. Infelizmente, este panorama inquietante, longe de diminuir, tem vindo a dilatar-se: com as perspectivas abertas pelo progresso científico e tecnológico, nascem outras formas de atentados à dignidade do ser humano, enquanto se delinea e consolida uma nova situação cultural que dá aos crimes contra a vida um aspecto inédito e se é possível ainda mais iníquo, suscitando novas e graves preocupações: amplos setores da opinião pública justificam alguns crimes contra a vida em nome dos direitos da liberdade individual e, sobre tal pressuposto, pretendem não só a sua impunidade, mas ainda a própria autorização da parte do Estado para os praticar com absoluta liberdade e, mais, com a colaboração gratuita dos Serviços de Saúde.

Ora, tudo isto provoca uma profunda alteração na maneira de considerar a vida e as relações entre os homens. O fato de as legislações de muitos países, afastando-se quicá dos próprios princípios basilares das suas Constituições, terem consentido em não punir, ou mesmo até reconhecer a plena legitimidade de tais ações contra a vida, é conjuntamente sintoma preocupante e causa não marginal de uma grave derrocada moral: opções, outrora consideradas unanimemente criminosas e rejeitadas pelo senso moral comum, tornam-se pouco a pouco socialmente respeitáveis. A própria medicina que, por vocação, se orienta para a defesa e cuidado da vida humana, em alguns dos seus setores vai-se prestando em escala cada vez maior a realizar tais atos contra a pessoa, e, deste modo, deforma o seu rosto, contradiz-se a si mesma e humilha a dignidade de

quantos a exercem. Em semelhante contexto cultural e legal, os graves problemas demográficos, sociais ou familiares que incidem sobre numerosos povos do mundo e exigem a atenção responsável e operante das comunidades nacionais e internacionais, encontram-se também sujeitos a soluções falsas e ilusórias, em contraste com a verdade e o bem das pessoas e das nações.

O resultado de tudo isto é dramático: se é muitíssimo grave e preocupante o fenómeno da eliminação de tantas vidas humanas nascentes ou encaminhadas para o seu ocaso, não o é menos o fato de à própria consciência, ofuscada por tão vastos condicionalismos, lhe custar cada vez mais a perceber a distinção entre o bem e o mal, precisamente naquilo que toca o fundamental valor da vida humana."

Nota:110

CA, 46: "46. A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes, que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos.

Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da 'subjatividade' da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e co-responsabilidade. Hoje tende-se a afirmar que o agnosticismo e o relativismo céptico constituem a filosofia e o comportamento fundamental mais idôneos às formas políticas democráticas, e que todos quantos estão convencidos de conhecer a verdade e firmemente aderem a ela não são dignos de confiança do ponto de vista democrático, porque não aceitam que a verdade seja determinada pela maioria ou seja variável segundo os diversos equilíbrios políticos. A este propósito, é necessário notar que, se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a ação política, então as idéias e as convicções podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra.

A Igreja também não fecha os olhos diante do perigo do fanatismo, ou fundamentalismo, daqueles que, em nome de uma ideologia que se pretende científica ou religiosa, defendem poder impor aos outros homens a sua concepção da verdade e do bem. Não é deste tipo a verdade cristã. Não sendo ideológica, a fé cristã não presume encarcerar num esquema rígido a variável realidade sócio-política e reconhece que a vida do homem se realiza na história, em condições diversas e não perfeitas. A Igreja, portanto, reafirmando constantemente a dignidade transcendente da pessoa, tem, por método, o respeito da liberdade.

Mas a liberdade só é plenamente valorizada pela aceitação da verdade: num mundo sem verdade, a liberdade perde a sua consistência, e o homem acaba exposto à violência das paixões e a condicionalismos visíveis ou ocultos. O cristão vive a liberdade (cf. Jo 8,31-32), e serve-a propondo continuamente, segundo a natureza missionária da sua vocação, a verdade que conheceu. No diálogo com os outros homens, ele, atento a toda a parcela de verdade que encontre na experiência de vida e na cultura dos indivíduos e das Nações, não renunciará a afirmar tudo o que a sua fé e o reto uso da razão lhe deram a conhecer".

VS, 31-34: "31. Os problemas humanos mais debatidos e diversamente resolvidos na reflexão moral contemporânea, estão ligados, mesmo se de várias maneiras, a um problema crucial: o da liberdade do homem. Não há dúvida que a nossa época adquiriu uma percepção particularmente viva da liberdade. 'Os homens de hoje tornam-se cada vez mais conscientes da dignidade da pessoa humana', como já constatava a Declaração Conciliar 'Dignitatis Humanae' sobre a liberdade religiosa. Daí a reivindicação de que os homens possam 'agir segundo a própria convicção e com liberdade responsável, não forçados por coação, mas levados pela consciência do dever'. Em particular, o direito à liberdade religiosa e ao respeito da consciência no seu caminho para a verdade é sentido cada vez mais como fundamento dos direitos da pessoa, considerados no seu conjunto.

Assim, o sentido mais agudo da dignidade e da unicidade da pessoa humana, bem como do respeito devido ao caminho da consciência, constitui certamente uma conquista positiva da cultura moderna. Esta percepção, em si mesma autêntica, encontrou múltiplas expressões, mais ou menos adequadas, algumas das quais, porém, se afastam da verdade do homem enquanto criatura e imagem de Deus, e requerem, portanto, ser corrigidas ou purificadas à luz da fé.

32. Em algumas correntes do pensamento moderno, chegou-se a exaltar a liberdade até ao ponto de se tornar um absoluto, que seria a fonte dos valores. Nesta direção, movem-se as doutrinas que perderam o sentido da transcendência ou as que são explicitamente atéticas. Atribuíram-se à consciência individual as prerrogativas de instância suprema do juízo moral, que decide categórica e infalivelmente o bem e o mal. A afirmação do dever de seguir a própria consciência foi indevidamente acrescentada aquela outra de que o juízo moral é verdadeiro pelo próprio fato de provir da consciência. Deste modo, porém, a imprescindível exigência de verdade desapareceu em prol de um critério de sinceridade, de autenticidade, de 'acordo consigo próprio', a ponto de se ter chegado a uma concepção radicalmente subjetivista do juízo moral.

Como facilmente se compreende, não é alheia a esta evolução, a crise em torno da verdade. Perdida a idéia de uma verdade universal sobre o bem, cognoscível pela razão humana, mudou também inevitavelmente a concepção da consciência: esta deixa de ser considerada na sua realidade original, ou seja, como um ato da inteligência da pessoa, a quem cabe aplicar o conhecimento universal do bem numa determinada situação e exprimir assim um juízo sobre a conduta justa a eleger, aqui e agora; tende-se a conceder à consciência do indivíduo o privilégio de estabelecer autonomamente os critérios do bem e do mal e agir em consequência. Esta visão identifica-se com uma ética individualista, na qual cada um se vê confrontado com a sua verdade, diferente da verdade dos outros. Levado às últimas consequências, o individualismo desemboca na negação da idéia mesma de natureza humana.

Estas diversas concepções estão na origem das orientações de pensamento que sustentam a antinomia entre lei moral e consciência, entre natureza e liberdade.

33. Paralelamente à exaltação da liberdade, e paradoxalmente em contraste com ela, a cultura moderna põe radicalmente em questão a própria liberdade. Um conjunto de disciplinas, agrupadas sob o nome de 'ciências humanas', chamou justamente a atenção para os condicionamentos de ordem psicológica e social, que pesam sobre o exercício da liberdade humana. O conhecimento desses condicionalismos e a atenção que lhes é

prestada são conquistas importantes, que encontraram aplicação em diversos âmbitos da existência, como, por exemplo, na pedagogia ou na administração da justiça. Mas alguns, ultrapassando as conclusões, que legitimamente se podem tirar destas observações, chegaram ao ponto de pôr em dúvida ou de negar a própria realidade da liberdade humana.

São de lembrar ainda algumas interpretações abusivas da pesquisa científica a nível antropológico. Partindo da grande variedade de tradições, hábitos e instituições existentes na humanidade, concluem, senão sempre pela negação de valores humanos universais, pelo menos com uma concepção relativista da moral.

34. 'Mestre, que devo fazer de bom para alcançar a vida eterna?'. A pergunta moral, à qual responde Cristo, não pode prescindir da questão da liberdade, pelo contrário, coloca-a no centro dela, porque não há moral sem liberdade: 'Só na liberdade é que o homem se pode converter ao bem'. Mas qual liberdade? Perante os nossos contemporâneos que 'apreciam grandemente' a liberdade e que a 'procuram com ardor', mas que 'muitas vezes fomentam-na dum modo condenável, como se ela consistisse na licença de fazer seja o que for, mesmo o mal, contanto que agrade', o Concílio apresenta a 'verdadeira' liberdade: 'A liberdade verdadeira é um sinal privilegiado da imagem divina no homem. Pois Deus quis deixar o homem entregue à sua própria decisão (cf. Eclo 15,14), para que busque por si mesmo o seu Criador e livremente chegue à total e beatífica perfeição, aderindo a ele'. Se existe o direito de ser respeitado no próprio caminho em busca da verdade, há ainda antes a obrigação moral grave para cada um de procurar a verdade e de aderir a ela, uma vez conhecida. Neste sentido, afirmava com decisão o Cardeal J. H. Newman, eminente defensor dos direitos da consciência: 'A consciência tem direitos, porque tem deveres'.

Algumas tendências da teologia moral hodierna, sob a influência das correntes subjetivistas e individualistas agora lembradas, interpretam de um modo novo a relação da liberdade com a lei moral, com a natureza humana e com a consciência, e propõem critérios inovadores de avaliação moral dos atos: são tendências que, em sua variedade, coincidem no fato de atenuar ou mesmo negar a dependência da liberdade da verdade.

Se queremos realizar um discernimento crítico destas tendências, capaz de reconhecer o que nelas existe de legítimo, útil e válido, e indicar, ao mesmo tempo, as suas ambigüidades, perigos e erros, devemos examiná-las à luz da dependência fundamental da liberdade da verdade, dependência que foi expressa do modo mais claro e autorizado pelas palavras de Cristo: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos tornará livres" (Jo 8,32)."

VS, 95-97: "95. A doutrina da Igreja, e particularmente a sua firmeza em defender a validade universal e permanente dos preceitos que proibem os atos intrinsecamente maus, é julgada freqüentemente como sinal de uma intransigência intolerável, sobretudo nas situações extremamente complexas e conflituosas da vida moral do homem e da sociedade de hoje: uma intransigência que estaria em contraste com o sentido materno da Igreja. Nesta, dizem, escasseia a compreensão e a compaixão. Mas, na verdade, a maternidade da Igreja nunca pode ser separada da missão de ensinar que ela deve cumprir sempre como Esposa fiel de Cristo, a Verdade em pessoa: 'Como Mestre, ela não se cansa de proclamar a norma moral (...) De tal norma, a Igreja não é, certamente, nem a autora nem o juiz. Em obediência à verdade que é Cristo, cuja imagem se reflete na natureza e na dignidade da pessoa humana, a Igreja interpreta a norma moral e propõe-na a todos os homens de boa vontade, sem esconder as suas exigências de radicalidade e de perfeição'.

Na realidade, a verdadeira compreensão e a genuína compaixão devem significar amor pela pessoa, pelo seu verdadeiro bem, pela sua liberdade autêntica. E isto, certamente, não acontece escondendo ou enfraquecendo a verdade moral, mas sim propondo-a no seu íntimo significado de irradiação da Sabedoria eterna de Deus, que nos veio por Cristo, e de serviço ao homem, ao crescimento da sua liberdade e à consecução da sua felicidade.

Ao mesmo tempo, a apresentação clara e vigorosa da verdade moral jamais pode prescindir de um profundo e sincero respeito, animado por um amor paciente e confiante, de que o homem sempre necessita na sua caminhada moral, tornada, com freqüência, cansativa pelas dificuldades, debilidades e situações dolorosas. A Igreja, que jamais poderá renunciar ao 'princípio da verdade e da coerência, pelo qual não aceita chamar bem ao mal e mal ao bem', deve estar sempre atenta para não quebrar a cana já rachada e para não apagar a chama que ainda fumega (cf. Is 42,3). Paulo VI escreveu: 'Não diminuir em nada a doutrina salvadora de Cristo constitui eminente forma de caridade para com as almas. Esta, porém, deve ser sempre acompanhada da paciência e bondade, de que o próprio Senhor deu exemplo ao tratar com os homens. Tendo vindo não para julgar mas para salvar (cf. Jo 3,17), ele foi certamente intransigente com o mal, mas misericordioso com as pessoas'.

96. A firmeza da Igreja em defender as normas morais universais e imutáveis, nada tem de humilhante. Fá-lo apenas a serviço da verdadeira liberdade do homem: dado que não há liberdade fora ou contra a verdade, a defesa categórica, ou seja, sem concessões nem compromissos, das exigências absolutamente irrenunciáveis da dignidade pessoal do homem, deve considerar-se caminho e condição para a existência mesma da liberdade. Este serviço é oferecido a cada homem, considerado na unicidade e irrepetibilidade do seu ser e existir: só na obediência às normas morais universais, o homem encontra plena confirmação da unicidade como pessoa e possibilidade de verdadeiro crescimento moral. E, precisamente por isso, um tal serviço é prestado a todos os homens: não só aos indivíduos, mas também à comunidade, à sociedade como tal. Estas normas constituem, de fato, o fundamento inabalável e a sólida garantia de uma justa e pacífica convivência humana, e, portanto, de uma verdadeira democracia, que pode nascer e crescer apenas sobre a igualdade de todos os seus membros, irmanados nos direitos e deveres. Diante das normas morais que proibem o mal intrínseco, não existem privilégios, nem exceções para ninguém. Ser o dono do mundo ou o último 'miserável' sobre a face da terra, não faz diferença alguma: perante as exigências morais, todos somos absolutamente iguais.

97. Assim as normas morais, e primariamente as negativas que proibem, o mal manifestam o seu significado e a sua força, ao mesmo tempo, pessoal e social: ao proteger a inviolável dignidade pessoal de cada homem, elas servem a própria conservação do tecido social humano e o seu reto e fecundo desenvolvimento. Particularmente os mandamentos da segunda tábua do Decálogo, lembrados também por Jesus ao jovem do Evangelho (cf. Mt 19,18), constituem as regras primordiais de toda a vida social.

Estes mandamentos são formulados em termos gerais. Mas, o fato de que 'a pessoa humana é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais', permite precisá-los e explicitá-los num código de comportamento mais pormenorizado. Neste sentido, as regras morais fundamentais da vida social comportam exigências determinadas, às quais se devem ater tanto as autoridades públicas, como os cidadãos. Independentemente das intenções, por vezes boas, e das circunstâncias, amiúde difíceis, as autoridades civis e

os sujeitos particulares nunca estão autorizados a transgredir os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. Assim, só uma moral que reconhece normas válidas sempre e para todos, sem qualquer exceção, pode garantir o fundamento ético da convivência social tanto nacional como internacional”.

Doc 50 CNBB Ética: Pessoa e Sociedade, 74: “74. É relevante, para a questão ética, compreender corretamente as diversas faces da liberdade humana. A vocação à liberdade é um dado antropológico fundamental, que se exprime mediante escolhas e atos determinados **por mim** e não por outrem. Nem todos os atos que eu faço são plenamente meus. Podem ser determinados por fatores que eu não quis e não consigo controlar. Os atos realmente **meus** são os que manifestam minha liberdade, minha escolha, como escolha moral, ou seja, consciente e consentida, querida. Logo, eu sou livre porque sou moralmente responsável. O apelo moral, sempre iluminado pela percepção da verdade, é **fundamento** e norma da liberdade, que é suscitada por ele, e a liberdade é a **condição** de minha resposta ao apelo moral. A liberdade humana não é absoluta: ela dispõe livremente das condições reais em que a pessoa se encontra. Segundo uma conhecida fórmula, a liberdade é ‘o que eu faço daquilo que os outros fizeram de mim’. Por isso, a liberdade é tanto um dado quanto uma tarefa, uma resposta crescente aos apelos éticos que emergem na história. A pessoa humana não é absolutamente livre, mas é livre de tornar-se livre ou de renunciar à sua liberdade.”

Nota:111

GS 22: “22. O mistério do ser humano só se ilumina de fato à luz do mistério do Verbo encarnado. O primeiro homem, Adão, era imagem do futuro, o Cristo Senhor.

Ao revelar o mistério do Pai e de seu amor, Jesus Cristo, o último Adão, manifesta plenamente aos seres humanos o que é o ser humano e a sublimidade da vocação humana. Não admira, pois, que todas as verdades a que anteriormente aludíamos tenham sua fonte em Cristo e, nele, alcancem sua máxima expressão.

Ele é *imagem do Deus invisível (Cl 1, 15)*, homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a integridade violada pelo pecado. Nele, a natureza humana foi assumida sem ser afetada e, por isso mesmo, tornou-se ainda mais digna e preciosa. Pela sua encarnação, o Filho de Deus, de certo modo, uniu-se a todos os seres humanos. Trabalhou com mãos humanas, pensou e agiu como qualquer ser humano, amando com um coração humano. Nascido da virgem Maria, foi realmente um dos nossos em tudo, exceto no pecado.

Cordeiro inocente, tendo derramado livremente o seu sangue, nos mereceu a vida. Nele, Deus se reconciliou conosco e nos livrou da escravidão do demônio e do pecado, para que cada um de nós pudesse dizer com o apóstolo: o Filho de Deus *me amou e se entregou por mim (Gl 2, 20)*. Sofrendo por nós, não apenas deu exemplo, para que lhe sigamos os passos, mas estabeleceu o caminho através do qual a vida e a morte ganham um sentido novo e se tornam vias de santificação.

O cristão, conforme a imagem do Filho, primogênito entre muitos irmãos, recebeu as *primícias do Espírito (Rm 8, 23)*, tornando-se capaz de cumprir a nova lei do amor. Pelo Espírito, que é *penhor da herança (Ef 1, 14)*, o homem interior se renova completamente, até a *redenção do corpo (Rm 8, 23)*: *Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dos mortos habita em vocês, aquele que ressuscitou Cristo dos mortos dará a vida também para os corpos mortais de vocês, por meio do seu Espírito que habita em vocês (Rm 8, 11)*.

O cristão precisa sem dúvida e tem o dever de lutar contra o mal através de todas as dificuldades, aceitando, inclusive, a morte. Associado porém ao mistério pascal e configurando-se ao Cristo na morte, caminha animado pela esperança da ressurreição.

Isto não vale somente para os fiéis, mas para todos os homens de boa vontade, em cujo coração atua a graça, de maneira invisível. Como Cristo morreu por todos, todos são chamados a participar da mesma vida divina. Deve-se, pois, admitir que o Espírito Santo oferece absolutamente a todos os seres humanos a possibilidade de se associar ao mistério pascal, de maneira conhecida somente por Deus.

Eis o grande e admirável mistério do ser humano. Os fiéis o reconhecem através da revelação cristã. Por Cristo e em Cristo brilha uma luz no fim do túnel de dor e de morte, que nos sufocaria, não fosse o Evangelho. Cristo ressuscitou. Destruíu a morte com sua morte e a todos deu a vida, para que, como filhos no Filho, clamemos no Espírito: Abba! Pai!”

Nota:112

EV 2: “2. O homem é chamado a uma plenitude de vida que se estende muito para além das dimensões da sua existência terrena, porque consiste na participação da própria vida de Deus.

A sublimidade desta vocação sobrenatural revela a grandeza e o valor precioso da vida humana, inclusive já na sua fase temporal. Com efeito, a vida temporal é condição basilar, momento inicial e parte integrante do processo global e unitário da existência humana: um processo que, para além de toda expectativa e merecimento, fica iluminado pela promessa e renovado pelo dom da vida divina, que alcançará a sua plena realização na eternidade (cf. 1Jo 3,1-2) . Ao mesmo tempo, porém, o próprio chamamento sobrenatural sublinha a relatividade da vida terrena do homem e da mulher. Na verdade, esta vida não é realidade ‘última’, mas ‘penúltima’; trata-se, em todo o caso, de uma realidade sagrada que nos é confiada para a guardarmos com sentido de responsabilidade e levarmos à perfeição no amor pelo dom de nós mesmos a Deus e aos irmãos.

A Igreja sabe que este Evangelho da vida, recebido do seu Senhor, encontra um eco profundo e persuasivo no coração de cada pessoa, crente e até não-crente, porque se ele supera infinitamente as suas aspirações, também lhes corresponde de maneira admirável. Mesmo por entre dificuldades e incertezas, todo homem sinceramente aberto à verdade e ao bem pode, pela luz da razão e com o secreto influxo da graça, chegar a reconhecer, na lei natural inscrita no coração (cf. Rm 2,14-15), o valor sagrado da vida humana desde o seu início até ao seu termo, e afirmar o direito que todo ser humano tem de ver plenamente respeitado e este seu bem primário. Sobre o reconhecimento de tal direito é que se funda a convivência humana e a própria comunidade política.

De modo particular, devem defender e promover este direito os crentes em Cristo, conscientes daquela verdade maravilhosa, recordada pelo Concílio Vaticano II: ‘Pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem’. De fato, neste acontecimento da salvação, revela-se à humanidade não só o amor infinito de Deus que ‘amou de tal modo o mundo que lhe deu o seu Filho único’ (Jo 3,16), mas também o valor incomparável de cada pessoa humana.

A Igreja, perscrutando assiduamente o mistério da Redenção, descobre com assombro incessante este valor, e sente-se chamada a anunciar aos homens de todos os tempos este ‘evangelho’, fonte de esperança invencível e

de alegria verdadeira para cada época da história. O Evangelho do amor de Deus pelo homem, o Evangelho da dignidade da pessoa e o Evangelho da vida são um único e indivisível Evangelho. É por este motivo que o homem, o homem vivo, constitui o primeiro e fundamental caminho da Igreja”.

Nota:113

VS, 98-101: “98. Perante as graves formas de injustiça social e econômica e de corrupção política, que gravam sobre povos e nações inteiras, cresce a reação indignada de muitíssimas pessoas oprimidas e humilhadas nos seus direitos humanos fundamentais e torna-se sempre mais ampla e sentida a necessidade de uma radical renovação pessoal e social capaz de assegurar justiça, solidariedade, honestidade, transparência.

É certamente longa e dura, a estrada a percorrer; numerosos e ingentes são os esforços a cumprir para levar a cabo uma tal renovação, inclusive pela multiplicidade e gravidade das causas que geram e alimentam as situações de injustiça hoje presentes no mundo. Mas, como ensina a história e a experiência de cada um, não é difícil identificar na base destas situações, causas propriamente ‘culturais’, isto é, relacionadas com determinadas visões do homem, da sociedade e do mundo. Na verdade, no âmago da questão cultural está o sentido moral, que, por sua vez, se fundamenta e realiza no sentido religioso.

99. Só Deus, o Bem supremo, constitui a base irremovível e a condição insubstituível da moralidade, e portanto dos mandamentos, em particular dos negativos que proibem, sempre e em todos os casos, o comportamento e os atos incompatíveis com a dignidade pessoa, de cada homem. Deste modo, o Bem supremo e o bem moral encontram-se na verdade: a verdade de Deus Criador e Redentor e a verdade do homem criado e redimido por ele. Apenas sobre esta verdade é possível construir uma sociedade renovada e resolver os complexos e gravosos problemas que a abalam, sendo o primeiro deles vencer as mais diversas formas de totalitarismo para abrir caminho à autêntica liberdade da pessoa. ‘O totalitarismo nasce da negação da verdade em sentido objetivo: se não existe uma verdade transcendente, na obediência à qual o homem adquire a sua plena identidade, então não há qualquer princípio seguro que garanta relações justas entre os homens. Com efeito, o seu interesse de classe, de grupo, de Nação contrapõe-nos inevitavelmente uns aos outros. Se não se reconhece a verdade transcendente, triunfa a força do poder, e cada um tende a aproveitar-se ao máximo dos meios à sua disposição para impor o próprio interesse ou opinião, sem atender aos direitos do outro (...) A raiz do totalitarismo moderno, portanto, deve ser individuada na negação da transcendente dignidade da pessoa humana, imagem visível de Deus invisível e, precisamente por isso, pela sua própria natureza, sujeito de direitos que ninguém pode violar: seja indivíduo, grupo, classe, Nação ou Estado. Nem tão pouco o pode fazer a maioria de um corpo social, lançando-se contra a minoria, alienando, oprimindo, explorando ou tentando destruí-la’.

Por isso, a conexão indivisível entre verdade e liberdade que exprime o vínculo essencial entre a sabedoria e a vontade de Deus possui um significado de extrema importância para a vida das pessoas no âmbito sócio-econômico e sócio-político, como resulta da doutrina social da Igreja a qual ‘pertence (...) ao campo da teologia e, especialmente da teologia moral’ e da sua apresentação de mandamentos que regulam a vida social, econômica e política, não só no que se refere a atitudes gerais, mas também a precisos e determinados comportamentos e atos concretos.

100. Desta forma, o Catecismo da Igreja Católica, depois de ter afirmado que, ‘em matéria econômica, o respeito da dignidade humana exige a prática da virtude da temperança, para moderar o apego aos bens deste mundo; da virtude da justiça, para acautelar os direitos do próximo e dar-lhe o que é devido; e da solidariedade, segundo a regra de ouro e conforme a liberalidade do Senhor, que sendo rico se fez pobre para nos enriquecer com a sua pobreza’ (2Cor 8,9), apresenta uma série de comportamentos e atos que vão contra a dignidade humana: o furto, o reter deliberadamente coisas recebidas por empréstimo ou objetos perdidos, a fraude no comércio (cf. Dt 25,13-16), os salários injustos (cf. Dt 24,14-15; Tg 5,4), o aumento dos preços, especulando sobre a ignorância e a necessidade alheia (cf. Am 8,4-6), a apropriação e o uso privado dos bens sociais de uma empresa, os trabalhos mal executados, a fraude fiscal, a falsificação de cheques e faturas, os gastos excessivos, o desperdício etc. E ainda: ‘O sétimo mandamento proíbe os atos ou empreendimentos que, seja por que motivo for egoísta ou ideológico, mercantil ou totalitário, conduzam a escravizar seres humanos, a desconhecer a sua dignidade pessoal, a comprá-los, vendê-los, trocá-los como mercadoria. É um pecado contra a dignidade das pessoas e seus direitos fundamentais reduzi-las, pela violência, a um valor utilitário ou a uma fonte de lucro. S. Paulo ordenava a um amo cristão que tratasse seu escravo, também cristão, ‘não como escravo, mas como irmão (...), como um homem, no Senhor’ (Fm 16)’.

101. No âmbito político, deve-se assinalar que a veracidade nas relações dos governantes com os governados, a transparência na administração pública, a imparcialidade no serviço das Instituições públicas, o respeito dos direitos dos adversários políticos, a tutela dos direitos dos acusados face a processos e condenações sumárias, o uso justo e honesto do dinheiro público, a recusa de meios equívocos ou ilícitos para conquistar, manter e aumentar a todo o custo o poder, são princípios que encontram a sua raiz primária como também a sua singular urgência no valor transcendente da pessoa e nas exigências morais objetivas de governo dos Estados. Quando aqueles deixam de ser observados, esmorece o próprio fundamento da convivência política e toda a vida social fica progressivamente comprometida, ameaçada e votada à sua dissolução (cf. Sl 13/14,3-4; Ap 18,2-3. 9-24). Após a queda, em muitos países, das ideologias que vinculavam a política a uma concepção totalitária do mundo sendo o marxismo, a primeira dentre elas, esboça-se hoje um risco não menos grave para a negação dos direitos fundamentais da pessoa humana e para a reabsorção na política da própria inquietação religiosa que habita no coração de cada ser humano: é o risco da aliança entre democracia e relativismo ético, que tira à convivência civil qualquer ponto seguro de referência moral, e, mais radicalmente, priva-a da verificação da verdade. De fato, ‘se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a ação política, então as idéias e as convicções políticas podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra’.

Desta forma, em qualquer campo da vida pessoal, familiar, social e política, a moral que se baseia sobre a verdade e na verdade se abre à autêntica liberdade presta um serviço original, insubstituível e de enorme valor não só para o indivíduo e o seu crescimento no bem, mas também para a sociedade e o seu verdadeiro progresso”.

Nota:114

Doc 50 CNBB Ética: Pessoa e Sociedade 40-45: “40. A sociedade brasileira ficou decididamente marcada pela desigualdade e por diversidade étnica, geradoras de um dualismo ético. Há uma elite dominante, que explora o trabalho, usa da violência, ostenta luxo, despreza e oprime as culturas indígena e africana. Há os dominados, com sua ética popular, com seu jeito próprio de sobrevivência e conservando a alegria, mesmo nas mais duras condições de vida.

41. A economia escravagista deixou como herança um ‘ethos’ da Casa-Grande, com sua ‘arrogância do poder’. Esse ‘ethos’ atribui aos poderosos privilégios e mordomias. Ignora o princípio moderno da ‘igualdade perante a lei’. ‘Quem pode, pode’. É a constatação resignada ou complacente do povo. ‘Quem pode’ no plano econômico ou político, ‘pode’ também no plano moral. O poderoso teria direito a tirar proveito do seu poder, independentemente de critérios da lei e da justiça, mesmo se isto comportar que a coisa pública seja reduzida a propriedade quase privada, subordinada aos interesses particulares. Infelizmente, esta privatização do público continua hoje particularmente forte.

42. De outro lado, entre o povo, há aqueles que praticam a ética da esperteza, do ‘jeitinho’ e mesmo da malandragem. Para muitos, a contravenção se torna coisa normal. Valoriza-se por demais a sorte como caminho para a riqueza (jogos de azar e loterias). Outro caminho muito procurado é o pistolão e, também, o apadrinhamento por parte de ricos, poderosos e políticos, com benefícios em troca de favores, num sistema de clientelismo.

43. Estas breves afirmações não querem desconhecer outros fatos e tendências. Não podemos, por exemplo, esquecer que, entre os dois extremos, foram se introduzindo novos comportamentos, com o suporte de novas condições sociais. Assim, por exemplo, a colonização baseada em pequenas propriedades conservou uma forte marca religiosa, regendo o comportamento ético. Mais recentemente, a formação de novas classes médias leva, repetidas vezes, a manifestações de indignação e de protesto por parte destas contra o comportamento dos poderosos.

44. Deveriam também ser lembradas aqui as relações entre ética e religião na sociedade brasileira. Especialmente nos tempos da Colônia e do Império, o catolicismo procurou afirmar os princípios de uma ética de inspiração cristã, fortemente marcada, contudo, pelo contexto histórico. Legitimou-se uma ordem hierárquica na sociedade desigual, que atribuía direitos e deveres diferentes a senhores e escravos, ricos e pobres, homens e mulheres.

45. Nas últimas décadas, com a maior difusão do pluralismo religioso, é possível observar, além da moral católica, duas correntes nitidamente distintas no plano ético. Uma difunde uma ética de tipo puritano, que tem como pressupostos a rigorosa observância da lei, tanto eclesiástica quanto civil, considerada expressão da vontade de Deus, e a promessa do prêmio, nesta e na outra vida, ao comportamento eticamente correto. Outra procura o bem do indivíduo. Seu pressuposto não é Deus que rege o universo, mas a existência de forças em competição, contra as quais é necessário assegurar a proteção. Note-se que hoje há ressurgimento da magia e do esoterismo, manifestando desconfiança na ciência e na razão”.

Doc 50 CNBB Ética: Pessoa e Sociedade 109-116: “109. Na perspectiva cristã, não há separação entre conversão individual e reforma das estruturas sóciopolíticas, entre moralidade pessoal e ética social (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, 1888; *Doc. de Puebla*, nº 1155, 1221). O pensamento cristão julga impossível construir uma sociedade bem ordenada, que conjugue liberdade e solidariedade, sem que os indivíduos procurem inspirar seu comportamento em critérios éticos.

110. No mesmo sentido, faz parte da busca de uma nova ética a crítica da concepção liberal da democracia, que se baseia apenas na aceitação das ‘regras do jogo’. Procura-se, ao contrário, encontrar um consenso substancial quanto aos valores que devem reger a sociedade atual, indispensáveis para o efetivo reconhecimento da dignidade da pessoa humana.

111. Se, como vimos, **ético** é o comportamento que tem por princípio a realização de todos, não haverá comportamento ético no indivíduo sem uma dimensão política. A relação com o outro necessita da mediação de canais de informação e participação nas decisões, de instituições e estruturas adequadas, que reduzam as desigualdades sociais.

112. Inversamente, uma sociedade dominada por um sistema econômico e político a-ético desestimula a moral individual e exige do cidadão consciente uma atitude crítica perspicaz e uma firmeza corajosa, quando não heróica, para inverter a tendência e permanecer fiel à honestidade e à justiça.

113. Coloca-se, de qualquer forma, o problema de um possível conflito entre a consciência do indivíduo e a vontade do Estado, seja ele autoritário, seja democrático e respeitoso dos direitos individuais. O conflito pode ter origem nas convicções religiosas do indivíduo. A Igreja Católica deseja que a liberdade religiosa seja respeitada pelo Estado, sem outras restrições que não aquelas absolutamente necessárias, como no caso em que certas práticas religiosas implicassem conseqüências negativas para outras pessoas ou estabelecessem formas de discriminação, o que negaria a uns o direito exigido por outros (cf. Concílio Vaticano II, *Dignitatis Humanae*, 7).

114. O Estado não pode forçar alguém a agir contra a sua consciência; só pode impedi-lo de realizar ações prejudiciais ao bem comum ou à ordem pública. Em geral, o uso da força é lícito somente em último caso, depois de ter tentado outros recursos, quando uma pessoa ou grupo se recusam a abandonar um comportamento mau e injusto ou a praticar ações a que estão moral e legalmente obrigados. Este princípio deve ser lembrado porque, em nossa sociedade, não apenas a autoridade recorre com demasiada facilidade ao uso da violência, provocando freqüentemente vítimas inocentes, mas até grupos privados generalizam o uso da violência, para encobrir ou impor atividades criminosas, e outros grupos recorrem a outras formas de agressão e de manipulação cultural.

115. Mais amplamente ainda, devemos nos perguntar se, ao contrário da propalada convivência pacífica entre os cidadãos e da solidariedade nos meios populares, cidades e regiões do nosso país não estão se transformando em terreno de um ‘bellum omnium contra omnes’, uma espécie de guerra de todos contra todos, não somente pelo freqüente uso da violência física, mas também por um espírito de agressividade mútua, de competição e de individualismo exacerbado.

116. Neste momento de crise da sociedade e de desagregação de muitas das antigas formas de solidariedade, que deixam lugar à defesa a qualquer preço dos interesses particulares ou corporativos, somente uma redescoberta de uma ética verdadeiramente universal poderá contribuir à reconstrução de uma sociedade

reconciliada. Aos cristãos e a todas as pessoas de boa vontade renovamos o apelo para que sejam 'construtores de paz' (cf. *Mt* 5,9)".

Doc 50 CNBB Ética: Pessoa e Sociedade 127: "127. Para continuar e aprofundar a reflexão sobre este tema, com a colaboração vinda dos fiéis leigos e de sua vivência cristã, estamos oferecendo o presente documento."

Nota:115

cf. pesquisa da *Vox Populi* in *Jornal do Brasil*, 13.02.1995, p.3.

Nota:116

"Trata-se de uma pesquisa da DataFolha, cujos resultados foram analisados pelos professores Reginaldo Prandi e Antônio Flávio Pierucci numa comunicação à ANPOCS, 18º Encontro Anual, 23-27.11.1994. A amostra considerada não representa perfeitamente a população adulta brasileira, enquanto exclui os jovens entre 16 e 18 anos e os adultos analfabetos que não se registraram como eleitores. Mesmo assim os dados são muito significativos. As porcentagens exatas, fornecidas pela pesquisa para o conjunto dos eleitores brasileiros, são: 74,9% de católicos; 20,1% de outras religiões; 4,9% sem religião".

Nota:117

DGAP 1991-1994, n. 142 e ss.: "142. Um primeiro fenômeno a ser assinalado, coerente com a tendência moderna para o individualismo, é o elevado número de brasileiros que *reduzem a religião a uma convicção interior, pessoal*, a uma religião 'invisível', que abandona totalmente ou quase as práticas comunitárias. As pesquisas recentes indicam, nas grandes cidades, que 8% a 9% das pessoas (sobretudo homens abaixo dos 50 anos) declaram-se desligados de qualquer religião. Além disso, há uma porcentagem elevada de católicos (cerca de 2/3) que têm uma prática religiosa rara ou nula. É este, certamente, o maior desafio para a ação evangelizadora da Igreja.

143. Entre os que aderem a outras Igrejas cristãs ou a outras religiões, a prática religiosa é alta. Estas mesmas pessoas, porém, *freqüentam* não raro, *mais de uma religião, ou trocam de Igreja com relativa facilidade*, ou ainda misturam elementos e práticas de religiões diferentes. Entre os próprios católicos, embora em medida menor, há alguma tendência a confundir crenças e práticas de outros cultos (por exemplo, muitos acreditam na reencarnação, sem ter clara consciência nas implicações espíritas dessa doutrina).

144. Na origem da situação atual, existe não apenas o impacto da modernidade, com o processo de desagregação e desenraizamento da cultura tradicional, uma acelerada urbanização, as contínuas migrações, atividade missionária de Igrejas e seitas etc. Existe também, e principalmente, a *história do catolicismo brasileiro*, em grande parte constituído por devoções aos santos, transmitidas de geração em geração no ambiente rural e nas famílias, mas, desde o século passado, pouco assistido pastoralmente por um clero escasso e mal distribuído. Isto trouxe como consequência a falta de uma iniciação cristã e de uma ligação estável e consciente com os sacramentos e com a instituição eclesial.

145. Compreende-se, assim, como muitos católicos não receberam claramente o primeiro anúncio de Jesus Cristo, nem passaram pelo processo de crescimento e amadurecimento pessoal da fé, através de uma verdadeira experiência catequética. Não é, então, de se estranhar que estes católicos não sintam uma vinculação atual com a Igreja e sejam atraídos por outras religiões, agora que mudaram as condições culturais, em especial pela acelerada urbanização".

Nota:118

M. de C. Azevedo, Para onde vai a Cultura Brasileira? (Estudos da CNBB, 58) Paulinas, 1990, p. 46-47: "Primeira faixa, de pessoas ou grupos de inspiração católico-cristã, estática e fixista (cabe na primeira faixa cultural), na qual a fé ou o que se chama fé não se vincula de fato à vida, permanece à margem das implicações ético-evangélicas desta fé, tanto no plano individual como no social e cultural. Esta faixa é, primordialmente, a geradora ou conservadora da situação estrutural de injustiça e opressão institucional, de pobreza, violência e corrupção que marca nossa realidade.

Segunda faixa, contraposta a essa, é o conjunto amplo de pessoas de profunda religiosidade católica popular. Ela é geralmente sincrética, tem uma vivência profunda da fé, mas não tem esclarecimento consciente e elaborado da fé. Articula fé e vida em termos de legitimação não-moderna da fé e da vida, mas não as articula em termos éticos e teológicos. Essas pessoas são as que mais sofrem a situação da injustiça social e da pressão cultural. São a maioria de nossos pobres, parte substancial de nossa população.

Terceira faixa, modernizante, de pessoas e grupos de inspiração geralmente não-religiosa da vida, em plano individual, social e cultural. Indiferente, secularizada e secularista, marcada pela cultura moderna e contemporânea no que ela tem de questionamento a uma leitura ou a uma perspectiva religiosa do mundo. Esses são os mais ativos produtores de sentidos, são os que realmente, constantemente, estão numa dinâmica de produção de novos valores e padrões de ser, agir e comportar-se ou comunicar-se.

A quarta faixa corresponde àquela da emergência de nova cultura popular. Seria faixa de evangelização mais integrada, com boa fundamentação teológica da fé, com vinculação de fé e vida que aspira à salvação e libertação no sentido pleno, quer dizer, à humanização da vida na consciência do dom de Deus, em busca de sociedade mais justa e participativa e na vivência da esperança escatológica do Reino.

Finalmente, a quinta faixa, que no seu conjunto está fora do alcance atual da Igreja, é a marcada por contexto totalmente subumano que dificulta o acesso ao processo evangelizador e tende a desafiar a Igreja no acesso a ela como faixa: são os milhões de menores abandonados que a Igreja atinge, mas apenas periféricamente, apesar de seu grande esforço. Aí estão todas as formas de marginalidade no mundo do crime, da prostituição, das drogas e também toda uma faixa da juventude, que, realmente, estão inacessíveis a uma ação evangelizadora.

O que constatamos aqui, numa leitura conjunta dessa tipologia, é a dissociação de fé e vida no plano individual, pessoal e sociocultural; ou, pelo contrário, a dissociação também de fé e vida, porém, no contexto de religiosidade vivida. É paradoxal: mas é dissociação de fé e cultura com dissociação de fé e expressões éticas da fé, e crescente retração da fé e da cultura.

Uma primeira pergunta seria: é possível proporcionar a mesma evangelização inculturada e libertadora a essas cinco faixas de nosso universo católico?

Uma segunda pergunta: como promover evangelização adequada que realmente integrasse libertação e inculturação, que articulasse fé-cultura-sociedade?"

Nota:119

DSD 228-283: “228. A vinda do Espírito Santo em Pentecostes (cf. At 2,1-11) põe de manifesto a universalidade do mandato evangelizador: pretende chegar a toda cultura. Manifesta também a diversidade cultural dos fiéis, quando ouviam cada um dos apóstolos falar na sua própria língua.

Nasce a cultura com o mandato inicial de Deus aos seres humanos: crescer e multiplicar-se, encher a terra e submetê-la (Gn 1,28-30). Dessa maneira, a cultura é cultivo e expressão de todo o humano em relação amorosa com a natureza e na dimensão comunitária dos povos.

Quando Jesus Cristo, na encarnação, assume e exprime todo o humano, exceto o pecado, então o Verbo de Deus entra na cultura. Assim, Jesus Cristo é a medida de todo o humano e portanto também da cultura. Ele, que se encarnou na cultura de seu povo, traz para cada cultura histórica o dom da purificação e da plenitude. Todos os valores e expressões culturais que possam dirigir-se a Cristo promovem o autêntico humano. O que não passa pelo Cristo não poderá ficar redimido.

229. Por nossa adesão radical a Cristo no batismo, comprometemo-nos a fazer com que a fé, plenamente anunciada, pensada e vivida, chegue a fazer-se cultura. Assim, podemos falar de uma cultura cristã quando o sentir comum da vida de um povo tiver sido penetrado interiormente, até ‘situar a mensagem evangélica na base de seu pensamento, nos seus princípios fundamentais de vida, nos seus critérios de juízo, nas suas normas de ação’ (João Paulo II, Discurso Inaugural, 24) e dali ‘projeta-se no ethos de um povo... nas suas instituições e em todas as estruturas’ (ibid., 20).

Esta evangelização da cultura, que a invade até seu núcleo dinâmico, manifesta-se no processo de inculturação, que João Paulo II chamou de ‘centro, meio e objetivo da Nova Evangelização’ (Discurso ao Conselho Internacional de Catequese, 26 de setembro de 1992). Os autênticos valores culturais, discernidos e assumidos pela fé, são necessários para encarnar nessa mesma cultura a mensagem evangélica e a reflexão e práxis da Igreja.

A Virgem Maria acompanha os apóstolos quando o Espírito de Jesus ressuscitado penetra e transforma os povos das diversas culturas. Maria, que é modelo da Igreja, também é modelo da evangelização da cultura. É a mulher judia que representa o povo da Antiga Aliança com toda sua realidade cultural. Mas abre-se à novidade do Evangelho e está presente nas nossas terras como Mãe comum, tanto dos aborígenes como daqueles que para cá vieram, propiciando desde o princípio a nova síntese cultural que é a América Latina e o Caribe”.

230. Posto que ‘hoje em dia percebe-se uma crise cultural de proporções inimagináveis’ (João Paulo II, Discurso Inaugural, 21) na qual vão desaparecendo valores evangélicos e ainda humanos fundamentais, apresenta-se à Igreja um desafio gigantesco para uma nova evangelização, ao qual se pretende responder com o esforço da inculturação do Evangelho. É necessário inculturar o Evangelho à luz dos três grandes mistérios da salvação: a Natividade, que mostra o caminho da Encarnação e move o evangelizador a partilhar sua vida com o evangelizado; a Páscoa, que conduz através do sofrimento à purificação dos pecados, para que sejam redimidos; e Pentecostes, que pela força do Espírito possibilita a todos entender, na sua própria língua, as maravilhas de Deus.

A inculturação do Evangelho é um processo que supõe reconhecimento dos valores evangélicos que se têm mantido mais ou menos puros na atual cultura; e o reconhecimento de novos valores que coincidem com a mensagem de Cristo. Mediante a inculturação, busca-se que a sociedade descubra o caráter cristão desses valores, os aprecie e os mantenha como tais. Além disso, pretende a incorporação de valores evangélicos que estão ausentes da cultura, ou porque se tenham obscurecido ou porque tenham chegado a desaparecer. ‘Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e simultaneamente introduz os povos com as suas culturas na sua própria comunidade, transmitindo-lhes os seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro’ (RMI 52). A fé, ao se encarnar nessas culturas, deve corrigir seus erros e evitar sincretismos. A tarefa da inculturação da fé é própria das Igrejas particulares sob a direção dos seus pastores, com a participação de todo o povo de Deus. Os critérios fundamentais neste processo são a sintonia com as exigências objetivas da fé e a abertura à comunhão com a Igreja universal (cf. RMI 54).

231. Criados à imagem de Deus, temos a medida de nossa conduta moral em Cristo, Verbo encarnado, plenitude do homem. Já a conduta ética natural, essencialmente ligada à dignidade humana e seus direitos, constitui a base para um diálogo com os que não crêem.

Pelo batismo nascemos para uma vida nova e recebemos a capacidade de nos aproximar do modelo que é Cristo. Caminhar em direção a Ele é a moral cristã; é a forma de vida própria do homem de fé, que com a ajuda da graça sacramental segue a Jesus Cristo, vive a alegria da salvação e abunda em frutos de caridade para a vida do mundo (cf. Jo 15; OT 16).

Consciente da necessidade de seguir este caminho, o cristão se empenha na formação da própria consciência. Desta formação, tanto individual como coletiva, da maturidade de mentalidade, do seu sentido de responsabilidade e da pureza dos costumes dependem o desenvolvimento e a riqueza dos povos (cf. João Paulo II, Discurso Inaugural, 19). A moral cristã só se entende dentro da Igreja e se plenifica na Eucaristia. Tudo o que nela podemos oferecer é vida; o que não se pode oferecer é o pecado.

232. Graças a Deus, na América Latina e no Caribe, há muita gente que segue com fidelidade a Jesus Cristo, mesmo em circunstâncias adversas. Todavia, observa-se na nossa realidade social o crescente desajuste ético-moral, em especial a deformação da consciência, a ética permissiva e uma sensível queda do sentido do pecado. Decresce o influxo da fé, perde-se o valor religioso, desconhece-se a Deus como sumo bem e último juiz. Diminui a prática do sacramento da reconciliação. É deficiente a apresentação do magistério moral da Igreja.

233. A corrupção tem-se generalizado. Há um mau emprego dos recursos econômicos públicos; progride a demagogia, o populismo, a mentira política nas promessas eleitorais; burla-se a justiça, generaliza-se a impunidade e a comunidade se sente impotente e indefesa diante do delito. Com tudo isso, fomenta-se a insensibilidade social e o ceticismo ante a falta de aplicação da justiça, emitem-se leis contrárias aos valores humanos e cristãos fundamentais. Não há uma equitativa distribuição dos bens da terra, abusa-se da natureza e se danifica o ecossistema.

234. Fomentam-se a mentalidade e as ações contra a vida mediante campanhas antinatalistas, de manipulação genética, do abominável crime do aborto e da eutanásia. Muda-se o sentido da vida como conquista do forte sobre o fraco, que propicia ações de ódio e destruição, e impede a construção e o crescimento do homem.

235. Assiste-se assim à crescente deterioração da dignidade da pessoa humana. Crescem a cultura da morte, a violência e o terrorismo, a toxicomania e o narcotráfico. Desnaturaliza-se a dimensão integral da sexualidade humana, faz-se de homens e mulheres, inclusive de crianças, uma indústria de pornografia e prostituição; no âmbito da permissividade e promiscuidade sexual, cresce o terrível mal da AIDS e aumentam as doenças venéreas.

236. Introduce-se como norma de moralidade a chamada 'ética civil ou cidadã', na base de um consenso mínimo de todos com a cultura reinante, sem necessidade de respeitar a moral natural e as normas cristãs. Observa-se uma moral de situação segundo a qual algo mau em si deixaria de sê-lo segundo as pessoas, circunstâncias e interesses em jogo. Frequentemente os meios de comunicação social se fazem eco de todos esses critérios e os difundem.

237. Trabalhar na formação cristã das consciências e resgatar os valores perdidos da moral cristã. Voltar a tomar consciência do pecado (do pecado original e dos pecados pessoais) e da graça de Deus como força para poder seguir nossa consciência cristã. Despertar em todos a experiência do amor que o Espírito Santo derrama nos corações, como força de toda moral cristã.

238. Zelar para que os meios de comunicação social nem manipulem nem sejam manipulados ao transmitir, sob pretexto de pluralismo, o que destrói o povo latino-americano. Fortalecer a unidade da família e sua influência na formação da consciência cristã.

239. Apresentar a vida moral como seguimento de Cristo, frisando a vivência das Bem-aventuranças e a freqüente prática dos Sacramentos. Difundir as virtudes morais e sociais que nos convertam em homens novos, criadores de uma nova humanidade. Este anúncio tem de ser vital e querigmático, especialmente onde mais se houver introduzido o secularismo, apresentando na catequese a conduta cristã como o autêntico seguimento de Cristo. Cuidar que, no campo moral, a justa aplicação de critérios de gradualidade não diminua as exigências peremptórias da conversão.

240. Favorecer a formação permanente dos bispos e presbíteros, dos diáconos, dos religiosos, religiosas e leigos, especialmente dos agentes de pastoral segundo o ensinamento do Magistério. A liturgia deve expressar mais claramente os compromissos morais que comporta. A religiosidade popular, especialmente nos Santuários, deve voltar-se para a conversão. É mister fomentar e facilitar o acesso ao sacramento da reconciliação.

241. Quanto ao problema da droga, implementar ações de prevenção na sociedade e de atenção e cura dos toxicômanos; denunciar com coragem os males que o vício e o tráfico da droga produzem em nossos povos, e o gravíssimo pecado que significa a sua produção, comercialização e consumo. Chamar especialmente a atenção sobre a responsabilidade dos poderosos mercados consumidores. Promover a solidariedade e a cooperação nacional e internacional no combate a este flagelo.

242. Orientar e acompanhar pastoralmente os construtores da sociedade na formação de uma consciência moral em suas tarefas e na atuação política.

Estar sempre abertos ao diálogo com aqueles que guiam suas vidas por caminhos diferentes da ética cristã. Comprometer-nos efetivamente na consecução da justiça e da paz dos nossos povos.

243. A ação de Deus, através do seu Espírito, dá-se permanentemente no interior de todas as culturas. Na plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho Jesus Cristo, que assumiu as condições sociais e culturais dos povos e se fez 'em tudo como nós, com exceção do pecado' (Hb 4,14; cf. GS 22).

A analogia entre a encarnação e a presença cristã no contexto sociocultural e histórico dos povos suscita para nós o problema teológico da inculturação. Esta inculturação é um processo que vai do Evangelho ao coração de cada povo e comunidade com a mediação da linguagem e dos símbolos compreensíveis e apropriados segundo o juízo da Igreja.

Uma meta da Evangelização inculturada será sempre a salvação e libertação integral de determinado povo ou grupo humano, que fortaleça sua identidade e confie em seu futuro específico, contrapondo-se aos poderes da morte, adotando a perspectiva de Jesus Cristo encarnado, que salvou o homem partindo da fraqueza, da pobreza e da cruz redentora. A Igreja defende os autênticos valores culturais de todos os povos, especialmente dos oprimidos, indefesos e marginalizados, diante da força esmagadora das estruturas de pecado manifestas na sociedade moderna.

244. A América Latina e o Caribe configuram um continente multiétnico e pluricultural. Nele convivem, em geral, povos aborígenes, afro-americanos, mestiços e descendentes de europeus e asiáticos, cada qual com sua própria cultura que os situa em sua respectiva identidade social, segundo a cosmovisão de cada povo. Eles buscam, porém, uma unidade a partir da identidade católica.

245. Os povos indígenas de hoje cultivam valores humanos de grande significação. Eles têm, nas palavras de João Paulo II, 'a certeza de que o mal se identifica com a morte e o bem com a vida' (João Paulo II, Mensagem aos indígenas, 2). Estes valores e convicções são fruto das sementes do Verbo que estavam já presentes e atuantes nos seus antepassados, para que fossem descobrindo a presença do Criador em todas as suas criaturas: o sol, a lua, a mãe terra etc. (cf. *ibid.*).

A Igreja, ao se encontrar com estes povos nativos, desde o princípio, tratou de acompanhá-los na luta pela própria sobrevivência, ensinando-lhes o caminho de Cristo Salvador, a partir da injusta situação de povos vencidos, invadidos e tratados como escravos. Na primeira evangelização, junto a enormes sofrimentos, houve grandes acertos e intuições pastorais valiosas, cujos frutos perduram até os nossos dias.

246. As culturas afro-americanas, presentes na América Latina e no Caribe, estão marcadas por uma constante resistência à escravidão. Estes povos, que somam milhões de pessoas, têm também nas suas culturas valores humanos que expressam a presença do Deus criador.

Durante os quatro séculos passados, é indubitável que vários milhões de africanos negros foram transportados como escravos, violentamente arrancados de suas terras, separados de suas famílias e vendidos como mercadoria. A escravidão dos negros e a matança dos índios foram o maior pecado da expansão colonial do Ocidente. Infelizmente, no que se refere à escravidão, ao racismo e à discriminação, houve batizados que não se mantiveram alheios a essa situação.

247. Como o assinalou vigorosamente o Documento de Puebla, nos povos que são fruto da mestiçagem racial, tem-se desenvolvido uma cultura 'mestiça' particular, na qual está muito vigente a religiosidade popular, como forma inculturada do catolicismo. Coexistem, no entanto, o descumprimento de deveres cristãos ao lado de

admiráveis exemplos de vida cristã e um desconhecimento da doutrina ao lado de vivências católicas enraizadas nos princípios do Evangelho.

Nas expressões culturais e religiosas de camponeses e de habitantes das periferias urbanas, reconhece-se grande parte do patrimônio cristão do continente e uma fé arraigada dos valores do Reino de Deus.

248. Depois de ter pedido perdão com o Papa aos nossos irmãos indígenas e afro-americanos 'perante a infinita santidade de Deus, pelos fatos marcados pelo pecado, pela injustiça e pela violência' (Audiência geral, quarta-feira 21 de outubro de 1991), queremos desenvolver uma evangelização inculturada:

1. Para com nossos irmãos indígenas:

- Oferecer o evangelho de Jesus com o testemunho de uma atitude humilde, compreensiva e profética, valorizando sua palavra através de um diálogo respeitoso, franco e fraterno e esforçar-nos por conhecer suas próprias línguas.

- Crescer no conhecimento crítico de suas culturas para apreciá-las à luz do Evangelho.

- Promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas compatíveis com o claro sentido da fé, mantendo o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja.

- Acompanhar sua reflexão teológica, respeitando suas formulações culturais, que os auxiliam a dar a razão de sua fé e de sua esperança.

- Crescer no conhecimento de sua cosmovisão, que faz da globalidade de Deus, homem e mundo, uma unidade que impregna todas as relações humanas, espirituais e transcendentais.

- Promover nos povos indígenas seus valores culturais autóctones mediante uma inculturação da Igreja, para atingir uma maior realização do Reino.

2. Para com nossos irmãos afro-americanos:

249. Conscientes do problema da marginalização e do racismo que pesa sobre a população negra, a Igreja, na sua missão evangelizadora, quer participar dos seus sofrimentos e acompanhá-los em suas legítimas aspirações em busca de uma vida mais justa e digna para todos (cf. *ibid.*).

- Pela mesma razão, a Igreja na América Latina e no Caribe quer apoiar os povos afro-americanos na defesa de sua identidade e no reconhecimento de seus próprios valores; como também ajudá-los a manter vivos seus usos e costumes compatíveis com a doutrina cristã (cf. João Paulo II aos Afro-americanos em São Domingos).

- Da mesma forma, comprometemo-nos a dedicar especial atenção à causa das comunidades afro-americanas no campo pastoral, favorecendo a manifestação das expressões religiosas próprias de suas culturas (*Ib.*).

250. Desenvolver a consciência da mestiçagem, não só em nível racial, mas também cultural, que caracteriza as grandes maiorias em muitos dos nossos povos, pois está vinculada à inculturação do Evangelho.

251. Para uma autêntica promoção humana, a Igreja quer apoiar os esforços que estes povos fazem para ser reconhecidos como tais pelas leis nacionais e internacionais, com pleno direito à terra, às suas próprias organizações e vivências culturais, a fim de garantir o direito que têm de viver segundo sua identidade, sua própria língua e seus costumes ancestrais, e de se relacionar em plena igualdade com todos os povos da terra.

Portanto assumimos os seguintes compromissos:

- Superar a mentalidade e a práxis do desenvolvimento induzido do exterior, em favor do autodesenvolvimento, a fim de que estes povos sejam artífices do seu próprio destino.

- Contribuir eficazmente para deter e erradicar as políticas tendentes a fazer desaparecer as culturas autóctones como meios de forçada integração; ou pelo contrário, políticas que queiram manter os indígenas isolados e marginalizados da realidade nacional.

- Impulsionar a plena vigência dos direitos humanos dos indígenas e afro-americanos, incluindo a legítima defesa de suas terras.

- Como gesto concreto de solidariedade em favor dos camponeses, indígenas e afro-americanos, apoiar a Fundação Populorum Progressio, instituída pelo Santo Padre.

- Rever completamente nossos sistemas educacionais, para eliminar definitivamente todo aspecto discriminatório no que diz respeito a métodos educativos, volume e investimento de recursos.

- Fazer o possível para que se garanta aos indígenas e afro-americanos uma educação adequada a suas respectivas culturas, começando inclusive com a alfabetização bilingüe.

252. Embora realidade pluricultural, a América Latina e o Caribe estão profundamente marcados pela cultura ocidental, cuja memória, consciência e projeto se apresentam sempre no nosso predominante estilo de vida comum. Daí o impacto que a cultura moderna e as possibilidades a nós atualmente oferecidas por seu período pós-moderno produziram em nossa maneira de ser.

- A cultura moderna se caracteriza pela centralidade do homem; os valores da personalização, da dimensão social e da convivência; a absolutização da razão, cujas conquistas científicas e tecnológicas e informáticas têm satisfeito muitas das necessidades do homem, ao mesmo tempo que têm buscado autonomia em relação à natureza, a qual domina; em relação à história, cuja construção ele assume; e inclusive em relação a Deus, do qual se desinteressa ou relega à consciência pessoal, privilegiando exclusivamente a ordem temporal.

- A pós-modernidade é o resultado do fracasso da pretensão reducionista da razão moderna, que leva o homem a questionar tanto alguns êxitos da modernidade como a confiança no progresso indefinido, embora reconheça, como o faz também a Igreja (GS 57), seus valores.

- Tanto a modernidade, com seus valores e contravalores, como a pós-modernidade enquanto espaço aberto à transcendência, apresentam sérios desafios à evangelização da cultura.

253. Ruptura entre fé e cultura, consequência do fechamento homem moderno à transcendência, e da excessiva especialização que impede a visão de conjunto.

- Escassa consciência da necessidade de uma verdadeira inculturação como caminho para à evangelização da cultura.

- Incoerência entre os valores do povo, inspirados em princípios cristãos, e as estruturas sociais geradoras de injustiças, que impedem o exercício dos direitos humanos.

- O vazio ético e o individualismo reinante, que reduzem a fundamentação dos valores a meros consensos sociais subjetivos.

O poder massivo dos meios de comunicação social, com freqüência a serviço de contravalores.

- A escassa presença da Igreja no campo das expressões dominantes da arte, do pensamento filosófico e antropológico-social, do universo da educação.

A nova cultura urbana, com seus valores, expressões e estruturas características, com seu espaço aberto e, ao mesmo tempo, diversificado, com sua mobilidade, em que predominam as relações funcionais.

Linhas pastorais:

254. Apresentar Jesus Cristo como paradigma de toda atitude pessoal e social, e como resposta aos problemas que afligem as culturas modernas: o mal, a morte, a falta de amor.

- Intensificar o diálogo entre fé e ciência, fé e expressões, fé e instituições, grandes âmbitos da cultura moderna.

- Cuidar dos sinais e da linguagem cultural que assinala a presença cristã e permite introduzir a originalidade da mensagem evangélica no coração das culturas, especialmente no campo da liturgia.

- Promover e formar o laicado para exercer no mundo sua tríplice função: a profética, no campo da Palavra, do pensamento, de sua expressão e valores; a sacerdotal, no mundo da celebração e do sacramento, enriquecida pelas expressões da arte, e da comunicação; a régia no universo das estruturas sociais, políticas, econômicas.

- Promover o conhecimento e discernimento da cultura moderna, visando a uma adequada inculturação.

Desafios pastorais

255. A América Latina e o Caribe acham-se hoje num acelerado processo de urbanização. A cidade pós-industrial não representa só uma variante do tradicional 'habitat' humano, mas constitui, de fato, a passagem da cultura rural à cultura urbana, sede e motor da nova civilização universal (cf. Puebla 429). Nela altera-se a forma com a qual, num grupo social, num povo, numa nação, os homens cultivam sua relação com eles mesmos, com os outros, com a natureza e com Deus.

- Na cidade, as relações com a natureza se limitam, quase sempre e pelo próprio ser da cidade, ao processo de produção de bens de consumo. As relações entre as pessoas se tornam amplamente funcionais e as relações com Deus passam por uma acentuada crise, porque falta a mediação da natureza, tão importante na religiosidade rural e porque a modernidade tende a fechar o homem dentro da imanência do mundo. As relações do homem urbano com ele mesmo também mudam, porque a cultura moderna faz com que valorize principalmente sua liberdade, sua autonomia, a racionalidade científico-tecnológica e, de modo geral, sua subjetividade, sua dignidade humana e seus direitos. Com efeito, na cidade, encontram-se os grandes centros geradores da ciência e tecnologia moderna.

- Nossas metrópoles latino-americanas têm também como característica atual periferias de pobreza e miséria, que quase sempre constituem a maioria da população, fruto de modelos econômicos exploradores e excludentes. Até o campo se urbaniza pela multiplicação das comunicações e transportes.

Por sua vez, o homem urbano atual apresenta um tipo diverso do homem rural: confia na ciência e na tecnologia; é influenciado pelos grandes meios de comunicação social; é dinâmico e voltado para o novo; consumista, audiovisual, anônimo na massa e desarraigado.

Linhas pastorais

256. Realizar uma pastoral urbanamente inculturada com relação à catequese, à liturgia, e à organização da Igreja. A Igreja deverá inculturar o Evangelho na cidade e no homem urbano. Discernir seus valores e antivalores; captar sua linguagem e seus símbolos. O processo de inculturação abrange o anúncio, a assimilação e a reexpressão da fé.

257. Reprogramar a paróquia urbana. A Igreja na cidade deve reorganizar as suas estruturas pastorais. A paróquia urbana deve ser mais aberta, flexível e missionária, permitindo uma ação pastoral transparóquial e supraparóquial. Além disso, a estrutura da cidade exige uma pastoral especialmente pensada para essa realidade. Lugares privilegiados da missão deveriam ser as grandes cidades, onde surgem novas formas de cultura e comunicação.

258. Promover a formação de leigos para a pastoral urbana, com formação bíblica e espiritual; criar ministérios conferidos aos leigos para a evangelização das grandes cidades.

259. Multiplicar as pequenas comunidades, os grupos e movimentos eclesiais, e as comunidades eclesiais de base. Iniciar a chamada 'pastoral dos edifícios', mediante a ação de leigos comprometidos que vivam neles.

260. Programar uma pastoral ambiental e funcional, diferenciada segundo os espaços da cidade. Uma pastoral de acolhida, dado o fenômeno das migrações. Uma pastoral para os grupos marginalizados. Assegurar a assistência religiosa aos habitantes das grandes cidades durante os meses de verão e férias; dispensar atenção pastoral aos que passam habitualmente os fins de semana fora da cidade, onde não têm possibilidade de cumprir o preceito dominical.

261. Incentivar a evangelização dos grupos de influência e dos responsáveis da cidade, no sentido de fazer da mesma, principalmente nos bairros populares, um 'habitat' digno do homem.

262. Promover no âmbito continental (CELAM), nacional e regional, encontros e cursos sobre evangelização das grandes metrópoles.

Iluminação teológica

263. Reafirmamos o que dissemos em Medellín e Puebla (cf. Documento de Educação, Medellín, Puebla) e a partir dali assinalamos alguns aspectos importantes para a educação católica nos nossos dias.

- A educação é a assimilação da cultura. A educação cristã é a assimilação da cultura cristã. É a inculturação do Evangelho na própria cultura. Seus níveis são bem diversos: escolares ou não-escolares, elementares ou superiores, formais ou não-formais. Em todo caso, a educação é um processo dinâmico que dura a vida toda da pessoa e dos povos. Recolhe a memória do passado, ensina a viver hoje e se projeta para o futuro. Por isso, a educação cristã é indispensável na nova evangelização.

264. A educação cristã desenvolve e assegura a cada cristão a sua vida de fé e faz com que verdadeiramente nele sua vida seja Cristo (cf. Fl 1,21). Por ela, ecoam no homem as 'palavras de vida eterna' (Jo 6,68), realiza-se em cada pessoa a 'nova criatura' (2Cor 5,17) e se leva a cabo o projeto do Pai de 'recapitular em Cristo todas as coisas' (Ef 1,10). Assim a educação cristã se funda numa verdadeira antropologia cristã, que significa a abertura do homem para Deus como Criador e Pai, para os outros como seus irmãos, e para o mundo como àquilo que lhe foi entregue para potenciar suas virtualidades e não para exercer sobre ele um domínio despótico que destrua a natureza.

265. Nenhum mestre educa sem saber para que educa e em que direção educa. Há um projeto de homem encerrado em todo projeto educativo; e este projeto vale ou não segundo construa ou destrua o educando. Este é o valor educativo. Quando falamos de uma educação cristã, queremos dizer que o mestre educa para um projeto de homem no qual Jesus Cristo viva. Há muitos aspectos nos quais educar e muitos que constam do projeto educativo do homem; há muitos valores; mas estes valores nunca estão sós, sempre formam uma constelação ordenada, explícita ou implicitamente. Se a estruturação tem como fundamento e termo a Cristo, tal educação recapitulará tudo em Cristo e será uma verdadeira educação cristã; caso contrário, pode falar de Cristo, mas não é educação cristã.

O mestre cristão deve ser considerado como sujeito eclesial que evangeliza, que catequiza e educa cristãmente. Tem uma identidade definida na comunidade eclesial. Seu papel deve ser reconhecido na Igreja.

266. Na situação atual encontramos uma pluralidade de valores que nos interpelam e que são ambivalentes. Daí surge a necessidade de confrontar os novos valores educacionais com Cristo revelador do mistério do homem. Na nova educação, trata-se de fazer crescer e amadurecer a pessoa segundo as exigências dos novos valores; a isto deve agregar a harmonização com a tipologia própria do contexto latino-americano.

Geralmente nos pedem, com base em critérios secularistas, que eduquemos o homem técnico, o homem apto para dominar seu mundo e viver num intercâmbio de bens produzidos sob certas normas políticas; as mínimas. Esta realidade nos interpela fortemente para podermos ser conscientes de todos os valores que estão nela e podê-los recapitular em Cristo; interpela-nos para continuar a linha da Encarnação do Verbo na nossa educação cristã, e para chegar ao projeto de vida para todo homem, que é Cristo morto e ressuscitado.

Desafios pastorais

267. A partir de outros aspectos, a realidade educacional latino-americana nos interpela pela exclusão de muita gente da educação escolar, mesmo a básica, pelo grande analfabetismo que existe em vários dos nossos países; interpela-nos pela crise da família, a primeira educadora, pelo divórcio existente entre o Evangelho e a cultura; pelas diferenças sociais e econômicas que fazem com que a educação católica seja dispendiosa para muitos, especialmente nos níveis superiores. Interpela-nos também a educação informal que se recebe através de tantos comunicadores não propriamente cristãos, por exemplo, na televisão.

268. Um grande desafio é a Universidade católica e a Universidade de inspiração cristã, já que o seu papel é especialmente o de realizar um projeto cristão de homem e portanto, tem de estar em diálogo vivo, contínuo e progressivo com o humanismo e com a cultura técnica, de maneira que saiba ensinar a autêntica Sabedoria cristã, pela qual o modelo do 'homem trabalhador', aliado ao de 'homem sábio', culmine em Jesus Cristo. Só assim poderá apontar soluções para os complexos problemas não resolvidos da cultura emergente e para as novas estruturas sociais, como a dignidade da pessoa humana, os direitos invioláveis da vida, a liberdade religiosa, a família como primeiro espaço para o compromisso social, a solidariedade nos seus distintos níveis, o compromisso próprio de uma sociedade democrática, a complexa problemática econômico-social, o fenômeno das seitas, a velocidade da mudança cultural.

269. No campo escolar, outro desafio é o que representa, em vários países, o espinhoso problema das relações entre a educação estatal e a educação cristã. Embora em outras nações se tenha produzido uma maior viabilidade das mesmas, há países em que ainda não se compreende que a educação católica é um direito inalienável dos pais de família católicos e de seus filhos e ali não se dispõem os recursos necessários para ela, ou simplesmente é proibida.

270. Outros desafios significativos são a ignorância religiosa da juventude, a educação extra-escolar e a educação informal. Também é um desafio a educação adequada às diferentes culturas, em especial às culturas indígenas e afro-americanas; não só no sentido de que não se adapta à sua maneira de ser, mas no de não marginalizá-las nem excluí-las do progresso, da igualdade de oportunidades e da capacidade de construir a unidade nacional.

Linhas pastorais

271. Nossos compromissos no campo educacional se resumem, sem dúvida, à linha pastoral da inculturação: a educação é a mediação metodológica para a evangelização da cultura. Portanto, pronunciamos-nos por uma educação cristã desde e para a vida no âmbito individual, familiar e comunitário e no âmbito do ecossistema; que fomente a dignidade da pessoa humana e a verdadeira solidariedade; educação a ser integrada por um processo de formação cívico-social inspirado no Evangelho e na Doutrina Social da Igreja. Comprometemo-nos com uma educação evangelizadora.

272. Apoiamos os pais de família para que decidam de acordo com suas convicções o tipo de educação para seus filhos e denunciemos todas as intromissões do poder civil que coarcte este direito natural. Deve garantir-se o direito da formação religiosa para cada pessoa, e, portanto, o do ensino religioso nas escolas em todos os níveis.

273. Apoiamos os educadores cristãos que trabalham em instituições da Igreja, as congregações que se dedicam ao trabalho educativo e os professores católicos que trabalham em instituições não-católicas. Devemos promover a formação permanente dos educadores católicos no que concerne ao crescimento de sua fé e à capacidade de comunicá-la como verdadeira Sabedoria, especialmente na educação católica.

274. Urge uma verdadeira formação cristã sobre a vida, o amor e a sexualidade, que corrija os desvios de certas informações que se recebem nas escolas. Urge uma educação para a liberdade, um dos valores fundamentais da pessoa. É também necessário que a educação cristã se preocupe em educar para o trabalho, especialmente nas circunstâncias da cultura atual.

275. Os carismas das ordens e congregações religiosas, postos a serviço da educação católica nas diversas Igrejas particulares do nosso Continente, nos auxiliam sobremodo a cumprir o mandato recebido do Senhor de ir ensinar a todas as gentes (Mt 28,18-20), especialmente na evangelização da cultura. Conclamamos os religiosos e religiosas que abandonaram este campo tão importante da educação católica a que se reincorporem à sua tarefa; recordando que a opção preferencial pelos pobres inclui a opção preferencial pelos meios para que as pessoas saiam da sua miséria. Um dos meios privilegiados para isto é a educação católica. A opção preferencial pelos pobres se manifesta também em que os religiosos educadores continuem seu trabalho educativo em tantas regiões rurais, tão afastadas como necessitadas.

276. Devemos também nos esforçar para que a educação católica escolar em todos seus níveis esteja ao alcance de todos e não se veja restrita a alguns, mesmo em vista dos problemas econômicos que isso implica. Deve-se promover a responsabilidade da comunidade paroquial na escola e sua gestão. Pedimos que se garantam os recursos públicos destinados à educação católica.

Creemos particularmente que a universidade católica, a partir da Constituição apostólica 'Ex Corde Ecclesiae', é chamada a uma importante missão de diálogo entre o Evangelho e as culturas e de promoção humana na América Latina e Caribe.

277. Cientes da extensão planetária da cultura atual, formaremos, a partir da educação católica e em todo nível, uma consciência crítica diante dos meios de comunicação social. Urge dotar as famílias de critérios de verdade para capacitá-las para o uso da TV, da imprensa e do rádio.

278. Transformar a escola católica numa comunidade, centro de irradiação evangelizadora, mediante alunos, pais e mestres. Empenhamo-nos em fortalecer a comunidade educativa e nela um processo de formação cívico-social, inspirado no Evangelho e no magistério social da Igreja, que responda às verdadeiras necessidades do povo. Reforçar-se-á outrossim a organização dos estudantes, docentes, pais de alunos e ex-alunos, como método de educação cívico-social e política que possibilite a formação democrática das pessoas. Solicitamos aos governos que sigam em seus esforços de promover cada vez mais a democratização da educação.

Iluminação teológica

279. A evangelização, anúncio do Reino, é comunicação, para que vivamos em comunhão (cf. Puebla 1063): 'O que vimos e ouvimos, vo-lo anunciamos, para que estejais também em comunhão conosco. E a nossa comunhão é com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo' (1Jo 1,3). Cada pessoa e cada grupo humano desenvolve sua identidade no encontro com outros (alteridade). Esta comunicação é caminho necessário para chegar à comunhão (comunidade). A razão é que o homem foi feito à imagem de Deus Uno e Trino, e no coração da Revelação encontramos seu mistério trinitário como a comunicação eternamente interpessoal, cuja palavra se faz diálogo, entra na história por obra do Espírito e inaugura assim um mundo de novos encontros, intercâmbios, comunicação e comunhão. Esta comunicação é importante não só com o mundo, mas também ao interior da Igreja.

No gesto de comunicação do Pai, através do Verbo feito carne, 'a Palavra se faz libertadora e redentora para toda a humanidade na pregação e na ação de Jesus. Este ato de amor pelo qual Deus se revela, associado à resposta de fé da humanidade, gera um diálogo profundo' (Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, Instrução pastoral Aetatis Novae. 6). Cristo é o modelo de comunicador, nEle, Deus, o totalmente Outro, sai ao nosso encontro e espera nossa resposta livre. Este encontro de comunhão com Ele é sempre crescimento. É o caminho da santidade.

Assim dá-se uma relação muito íntima entre evangelização, promoção humana e cultura, fundada na comunicação, o que impõe à Igreja tarefas e desafios concretos no campo da comunicação social. Disse-o o Papa no Discurso Inaugural desta Conferência: 'Intensificar a presença da Igreja no mundo da comunicação há de ser certamente uma das vossas prioridades' (João Paulo II, Discurso Inaugural, 23).

Sabemos que nos encontramos na nova cultura da imagem, e que a Mensagem evangélica deve inculturar-se nessa cultura, levando-a a ser expressão de Cristo, a máxima comunicação. Compreendemos a importância dos inumeráveis meios eletrônicos que agora estão ao nosso alcance para anunciar o Evangelho. Damos graças a Deus por este novo dom que nos deu na cultura atual.

Desafios pastorais

280. O desenvolvimento tecnológico em matéria de comunicações, especialmente na televisão, oferece à evangelização amplas perspectivas de comunicação nos mais diversos níveis e facilita à sociedade em geral uma inter-relação também planetária. Este é um fato positivo, mas também no contexto atual apresenta desafios muito sérios pela orientação secularista de muitas programações.

Damo-nos conta do desenvolvimento da indústria da comunicação na América Latina e Caribe que mostra o crescimento de grupos econômicos e políticos que concentram cada vez mais em poucas mãos e com enorme poder a propriedade dos diferentes meios e chegam a manipular a comunicação, impondo uma cultura que estimula o hedonismo e o consumismo e atropela nossas culturas com os seus valores e identidades.

Vemos como a publicidade frequentemente introduz falsas expectativas e cria necessidades fictícias; vemos também como especialmente na programação televisiva sobejam a violência e a pornografia que penetram agressivamente no seio das famílias. Também constatamos que as seitas fazem uso cada vez mais intensivo e extensivo dos meios de comunicação.

Por outro lado, a presença da Igreja no sistema de meios é ainda insuficiente e se carece de suficientes agentes com a preparação devida para enfrentar o desafio; além disso, falta por parte dos diferentes episcopados um adequado planejamento da pastoral das comunicações.

A telemática e a informática são novos desafios para a integração da Igreja no seu mundo.

Linhas pastorais

281. Apoiar e estimular os esforços daqueles que, com o uso dos meios, defendem a identidade cultural, assumem o desafio do encontro com realidades novas e distintas e procuram que se dê lugar a um diálogo autêntico. Articular a comunicação massiva com a comunitária e grupal. Esforçar-se para ter meios próprios e, ao menos, uma produtora de vídeo a serviço da América Latina e do Caribe.

282. Ajudar a discernir e orientar as políticas e estratégias da comunicação, que devem encaminhar-se a criar condições para o encontro entre as pessoas, para a vigência de uma autêntica e responsável liberdade de expressão, para fomentar os valores culturais próprios e buscar a integração latino-americana.

283. Dar aos profissionais católicos da comunicação o apoio suficiente para cumprir sua missão. Procurar uma crescente relação de comunhão eclesial com as organizações internacionais (OCIC-AL, UNDA-AL, UCLAP), 'cujos membros podem ser colaboradores valiosos e competentes das Conferências episcopais e dos diferentes bispos' (Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, Instrução pastoral Aetatis novae, 17). As comissões episcopais de comunicação de cada país e o próprio DECOS-CELAM e o SERTAL hão de aumentar e melhorar sua presença neste campo".

Nota:120

Mc 10,45: "Porque o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos".

At 6,2: “Então os Doze convocaram uma assembléia geral dos discípulos, e disseram: Não está certo que nós deixemos a pregação da palavra de Deus para servir às mesas”.

Nota:121

At 14,14-18: “Ao saber disso, os apóstolos Barnabé e Paulo rasgaram as vestes e foram para o meio da multidão, gritando: ‘Homens, o que vocês estão fazendo? Nós também somos homens mortais como vocês. Estamos anunciando que vocês precisam deixar esses ídolos vazios e se converter ao Deus vivo, que fez o céu, a terra, o mar e tudo o que neles existe. Nas gerações passadas, Deus permitiu que todas as nações seguissem o próprio caminho. No entanto, ele não deixou de dar testemunho de si mesmo através de seus benefícios. Do céu ele manda chuvas e colheitas, dando alimento e alegrando o coração de vocês’. E assim falando, com muito custo conseguiram que a multidão desistisse de lhes oferecer um sacrifício”.

At 17,16-34: “Enquanto Paulo os esperava em Atenas, ficou revoltado ao ver a cidade cheia de ídolos. Por isso, discutia na sinagoga com os judeus e pagãos que adoravam o Deus único. E todos os dias discutia em praça pública com aqueles que ia encontrando. Também alguns filósofos epicureus e estóicos começaram a conversar com ele. Alguns diziam: ‘O que estará querendo dizer esse charlatão?’ Outros diziam: ‘Deve ser um pregador de divindades estrangeiras’. Porque Paulo anunciava Jesus e a Ressurreição. Tomando Paulo consigo, o levaram ao Areópago, dizendo: ‘Podemos saber qual é a nova doutrina que você está expondo? De fato, as coisas que você diz soam estranhas para nós; queremos, portanto, saber do que se trata’. Com efeito, todos os atenienses e os estrangeiros residentes passavam o tempo a contar ou a ouvir as últimas novidades.

De pé, no meio do Areópago, Paulo disse: ‘Senhores de Atenas, em tudo eu vejo que vocês são extremamente religiosos. De fato, passando e observando os monumentos sagrados de vocês, encontrei também um altar com esta inscrição: Ao Deus desconhecido. Pois bem, esse Deus que vocês adoram sem conhecer, é exatamente aquele que eu lhes anuncio. O Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe. Sendo Senhor do céu e da terra, ele não habita em santuários feitos por mãos humanas. Também não é servido por mãos humanas, como se precisasse de alguma coisa; pois é ele que dá a todos vida, respiração e tudo o mais. De um só homem, ele fez toda a raça humana para habitar sobre toda a face da terra, tendo fixado os tempos previamente estabelecidos e os limites de sua habitação. Assim fez, para que buscassem a Deus e para ver se o descobririam, ainda que fosse às apalpadelas. Ele não está longe de cada um de nós, pois nele vivemos, nos movemos e existimos, como alguns dentre os poetas de vocês disseram: Somos da raça do próprio Deus. Sendo, portanto, da raça de Deus, não devemos pensar que a divindade é semelhante ao ouro, à prata ou à pedra, trabalhados pela arte e imaginação do homem. Mas Deus, sem levar em conta os tempos da ignorância, agora anuncia aos homens que todos e em todo lugar se arrependam, pois ele estabeleceu um dia em que irá julgar o mundo com justiça, por meio do homem que designou e creditou diante de todos, ressuscitando-o dos mortos’.

Quando ouviram falar de ressurreição dos mortos, alguns caçoavam e outros diziam: Nós ouviremos você falar disso em outra ocasião. A essa altura, Paulo saiu do meio deles. Alguns, porém, se uniram a ele e abraçaram a fé. Entre esses estava também Dionísio, o areopagita, uma mulher chamada Dâmaris e outros com eles.”

Nota:122

1Cor 15,2-5: “É pelo Evangelho que vocês serão salvos, contanto que o guardem do modo como eu lhes anunciei; do contrário, vocês terão acreditado em vão. Por primeiro, eu lhes transmiti aquilo que eu mesmo recebi, isto é: Cristo morreu por nossos pecados, conforme as Escrituras; ele foi sepultado, ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras; apareceu a Pedro e depois aos Doze”.

At 2,14-36: “Então Pedro, que aí estava com os outros onze apóstolos, levantou-se e falou em voz alta: ‘Homens da Judéia e todos vocês que se encontram em Jerusalém! Compreendam o que está acontecendo e prestem atenção nas minhas palavras: estes homens não estão embriagados como vocês pensam, pois são apenas nove horas da manhã. Pelo contrário, está acontecendo aquilo que o profeta Joel anunciou: ‘Nos últimos dias, diz o Senhor, eu derramarei o meu Espírito sobre todas as pessoas’. Os filhos e filhas de vocês vão profetizar, os jovens terão visões e os anciãos terão sonhos. E, naqueles dias, derramarei o meu Espírito também sobre meus servos e servas, e eles profetizarão. Farei prodígios no alto do céu, e sinais embaixo na terra: sangue, fogo e nuvens de fumaça. O sol se transformará em trevas, e a lua em sangue, antes que chegue o dia do Senhor, dia grande e glorioso. E todo aquele que invocar o nome do Senhor, será salvo’.

Homens de Israel, escutem estas palavras: ‘Jesus de Nazaré foi um homem que Deus confirmou entre vocês, realizando por meio dele os milagres, prodígios e sinais que vocês bem conhecem. E Deus, com sua vontade e presciência, permitiu que Jesus lhes fosse entregue, e vocês, através de ímpios, o mataram, pregando-o numa cruz. Deus, porém, ressuscitou Jesus, libertando-o das cadeias da morte, porque não era possível que ela o dominasse. De fato, Davi assim falou a respeito de Jesus: ‘Eu via sempre o Senhor diante de mim, porque ele está à minha direita, para que eu não vacile. Por isso, meu coração se alegra, minha língua exulta e minha carne repousa com esperança. Porque não me abandonarás na região dos mortos, nem permitirás que o teu santo conheça a corrupção. Tu me ensinaste os caminhos da vida, e me encherás de alegria na tua presença’.

Irmãos, quanto ao patriarca Davi, permitam que eu lhes diga com franqueza: ele morreu, foi sepultado e seu túmulo está entre nós até hoje. Mas, ele era profeta, e sabia que Deus lhe havia jurado solenemente fazer com que um descendente seu lhe sucedesse no trono. Por isso, previu a ressurreição de Cristo e falou: ele não foi abandonado na região dos mortos, e a sua carne não conheceu a corrupção.

Deus ressuscitou a este Jesus. E nós todos somos testemunhas disso. Ele foi exaltado à direita de Deus, recebeu do Pai o Espírito prometido e o derramou: é o que vocês estão vendo e ouvindo. De fato, Davi não subiu ao céu, mas falou: O Senhor disse ao meu Senhor: sente-se à minha direita, até que eu faça de seus inimigos um lugar para apoiar seus pés. Que todo o povo de Israel fique sabendo com certeza que Deus tornou Senhor e Cristo aquele Jesus que vocês crucificaram”.

At 3,11-26: “O homem curado não deixava mais Pedro e João. E todo o povo assombrado, foi correndo ao chamado Pórtico de Salomão. Ao ver isso, Pedro se dirigiu ao povo: ‘Israelitas, por que vocês se espantam com o que aconteceu? Por que ficam olhando para nós, como se tivéssemos feito esse homem andar com o nosso próprio poder ou piedade? O Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó, o Deus de nossos antepassados glorificou o seu servo Jesus. Vocês o entregaram e o rejeitaram diante de Pilatos, que estava decidido a soltá-lo. Vocês, porém, renegaram o Santo e o Justo, e pediram clemência para um assassino. Vocês mataram o Autor da vida, mas Deus o ressuscitou dos mortos. E disso nós somos testemunhas. Graças à fé no nome de

Jesus, esse Nome acaba de fortalecer este homem que vocês vêem e reconhecem. A fé em Jesus deu saúde perfeita a esse homem que está na presença de todos vocês.

Apesar disso, meus irmãos, eu sei que vocês agiram por ignorância, assim como os chefes de vocês. Deus, porém, cumpriu desse modo o que havia anunciado através de todos os profetas: que o seu Messias haveria de sofrer. Portanto, arrependam-se e convertam-se para que os pecados de vocês sejam perdoados. Assim vocês poderão alcançar o tempo do repouso que vem do Senhor. E ele enviará Jesus, o Messias que havia destinado para vocês. No entanto, é necessário que o céu o receba, até que se cumpra o tempo da restauração de todas as coisas, conforme disse Deus nos tempos passados pela boca de seus santos profetas. De fato, Moisés afirmou: 'O Senhor Deus fará surgir, entre os irmãos de vocês, um profeta como eu. Escutem tudo o que ele disser a vocês. Quem não der ouvidos a esse profeta será eliminado do meio do povo'. E todos os profetas que falaram desde Samuel e seus sucessores, também eles anunciaram estes dias.

Vocês são filhos dos profetas e dos homens com quem Deus fez a Aliança, quando disse a Abraão: Através da sua descendência, serão abençoadas todas as famílias da terra'. Após ter ressuscitado o seu servo, Deus o enviou em primeiro lugar a vocês, para os abençoar e para que cada um se converta de suas maldades".

At 4,1-22: "Pedro e João ainda estavam falando ao povo, quando chegaram os sacerdotes, o chefe da guarda do Templo e os saduceus. Estavam irritados porque os apóstolos ensinavam o povo e anunciavam que a ressurreição dos mortos tinha acontecido em Jesus. Prenderam Pedro e João e os colocaram na prisão até o dia seguinte, porque já estava anoitecendo. Todavia, muitos daqueles que tinham ouvido o discurso acreditaram. E o número dos homens chegou a uns cinco mil.

No dia seguinte se reuniram em Jerusalém os chefes, os anciãos e os doutores da Lei. Aí estava o sumo sacerdote Anás e também Caifás, João Alexandre e todos os que pertenciam às famílias dos chefes dos sacerdotes. Fizeram Pedro e João comparecer diante deles e os interrogavam: 'Com que poder, ou em nome de quem, vocês fizeram isso?'

Então Pedro, cheio do Espírito Santo, falou para eles: 'Chefes do povo e anciãos! Hoje estamos sendo interrogados em julgamento porque fizemos o bem a um enfermo e pelo modo com que ele foi curado. Pois fiquem sabendo todos vocês, e também todo o povo de Israel: é pelo nome de Jesus Cristo, de Nazaré, aquele que vocês crucificaram e que Deus ressuscitou dos mortos, é pelo seu nome, e por nenhum outro, que este homem está curado diante de vocês. Jesus é a pedra que vocês, construtores, rejeitaram, que se tornou a pedra angular. Não existe salvação em nenhum outro, pois debaixo do céu não existe outro nome dado aos homens, pelo qual possamos ser salvos'.

Eles ficaram admirados ao ver a segurança com que Pedro e João falavam, pois eram pessoas simples e sem instrução. Reconheceram que eles eram companheiros de Jesus. No entanto, viam em pé, junto a eles, o homem que tinha sido curado. E não podiam dizer nada em contrário.

Mandaram que saíssem para fora do Sinédrio, e começaram a discutir entre si: 'O que vamos fazer com esses homens? Eles realizaram um milagre claríssimo, e o fato se tornou de tal modo conhecido por todos os habitantes de Jerusalém, que não podemos negar. Contudo, a fim de que a coisa não se espalhe ainda mais entre o povo, vamos ameaçá-los, para que não falem mais a ninguém a respeito do nome de Jesus'. Chamaram de novo Pedro e João e lhes ordenaram que de modo algum falassem ou ensinassem em nome de Jesus. Pedro e João responderam: 'Julguem vocês mesmos se é justo diante de Deus que obedeçamos a vocês e não a ele! Quanto a nós, não podemos nos calar sobre o que vimos e ouvimos'. Então, insistindo em suas ameaças, deixaram Pedro e João em liberdade, já que não tinham meio de castigá-los, por causa do povo. Pois todos glorificavam a Deus pelo que tinha acontecido. De fato, o homem que tinha sido milagrosamente curado tinha mais de quarenta anos".

2Tm 2,8: "Lembre-se de que Jesus Cristo, descendente de Davi, ressuscitou dos mortos. Esse é o meu Evangelho".

Nota:123

At 2,42-47: "Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. Em todos eles havia temor, por causa dos numerosos prodígios e sinais que os apóstolos realizavam. Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos, conforme a necessidade de cada um. Diariamente, todos juntos freqüentavam o Templo e nas casas partiam o pão, tomando alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e eram estimados por todo o povo. E a cada dia o Senhor acrescentava à comunidade outras pessoas que iam aceitando a salvação".

At 4,32-37: "A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava propriedade particular as coisas que possuía, mas tudo era posto em comum entre eles. Com grande poder, os apóstolos davam testemunho da ressurreição do Senhor Jesus. E todos eles gozavam de grande aceitação. Entre eles ninguém passava necessidade, pois aqueles que possuíam terras ou casas as vendiam, traziam o dinheiro e o colocavam aos pés dos apóstolos; depois, ele era distribuído a cada um conforme a sua necessidade. Foi assim que procedeu José, um levita nascido em Chipre, apelidado pelos apóstolos com o nome de Barnabé, que significa filho da exortação. Ele vendeu o campo que possuía, trouxe o dinheiro e o colocou aos pés dos apóstolos".

At 5,12-14: "Muitos sinais e prodígios eram realizados entre o povo pelas mãos dos apóstolos. E todos os fiéis se reuniam em grupo no Pórtico de Salomão. Os outros não se atreviam a juntar-se a eles, mas o povo os elogiava muito. Uma multidão cada vez maior de homens e mulheres aderiu ao Senhor, pela fé".

1Cor 10,15-17: "Falo a vocês como a pessoas sensatas; julguem vocês mesmos o que estou dizendo. O cálice da bênção que nós abençoamos, não é comunhão com o sangue de Cristo? O pão que partimos, não é comunhão com o corpo de Cristo? E como há um único pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, pois participamos todos desse único pão".

2Cor 9,11-14: "E vocês ficarão enriquecidos de todos os modos para praticar toda espécie de generosidade, que provocará a ação de graças a Deus por meio de nós. De fato, o serviço desta coleta não deve apenas satisfazer às necessidades dos cristãos, mas há de ser ocasião de dar efusivas ações de graças a Deus. Tal serviço será para eles uma prova; e eles agradecerão a Deus pela obediência que vocês professam ao Evangelho de Cristo e pela generosidade com que vocês repartem os bens com eles e com todos. Eles manifestarão a sua ternura, rezando por vocês por causa da graça extraordinária que Deus concedeu a vocês".

Nota:124

EN 17, 40-48: "17. Na ação evangelizadora da Igreja há certamente elementos e aspectos que se devem lembrar. Alguns deles são de tal maneira importantes que se verifica a tendência para os identificar simplesmente com a evangelização. Pode-se assim definir a evangelização em termos de anúncio de Cristo àqueles que o desconhecem, de pregação, de catequese, de batismo e de outros sacramentos que não de ser conferidos.

Nenhuma definição parcial e fragmentária, porém, chegará a dar a razão da realidade rica, complexa e dinâmica que é a evangelização, a não ser com o risco de a empobrecer e até mesmo de a mutilar. É impossível captá-la se não se procurar abranger com uma visão de conjunto todos os seus elementos essenciais.

Tais elementos, acentuados com insistência no decorrer do mencionado Sínodo, são ainda agora aprofundados muitas vezes, sob a influência do trabalho sinodal. E nós regozijamo-nos pelo fato de eles se situarem, no fundo, na linha daqueles que o Concílio Vaticano II nos proporcionou, sobretudo nas Constituições 'Lumen Gentium' e 'Gaudium et Spes' e no Decreto 'Ad Gentes'.

40. A evidente importância do conteúdo da evangelização não deve esconder a importância das vias e dos meios da mesma evangelização.

Este problema do 'como evangelizar' apresenta-se sempre atual, porque as maneiras de o fazer variam em conformidade com as diversas circunstâncias de tempo, de lugar e de cultura, e, por isso mesmo, lançam, de certo modo, um desafio a nossa capacidade de descobrir e de adaptar.

A nós especialmente, Pastores da Igreja, incumbe o cuidado de remodelar com ousadia e com prudência e numa fidelidade total ao seu conteúdo, os processos, tornando-os o mais possível adaptados e eficazes, para comunicar a mensagem evangélica aos homens do nosso tempo. Limitar-nos-emos, nesta reflexão, a recordar algumas vias que, por um motivo ou por outro, se revestem de uma importância fundamental".

41. E antes de mais nada - sem quisermos repetir tudo aquilo já recordado anteriormente - é conveniente realçar isto: para a Igreja, o testemunho de uma vida autenticamente cristã, entregue nas mãos de Deus, numa comunhão que nada deverá interromper, e dedicada ao próximo com um zelo sem limites, é o primeiro meio de evangelização. 'O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres - dizíamos ainda recentemente a um grupo de leigos - ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas'. São Pedro exprimia isto mesmo muito bem, quando ele evocava o espetáculo de uma vida pura e respeitável, 'para que, se alguns não obedecem à Palavra, venham a ser conquistados sem palavras, pelo procedimento'. Será pois, pelo seu comportamento, pela sua vida, que a Igreja há de, antes de mais nada, evangelizar este mundo; ou seja, pelo seu testemunho vivido com fidelidade ao Senhor Jesus, testemunho de pobreza, de desapego e de liberdade frente aos poderes deste mundo; numa palavra, testemunho de santidade.

42. Não será nunca demasiado acentuar, além disso, o alcance e a necessidade da pregação. 'Como não de crer naquele de quem não ouviram falar? E como não de ouvir falar dele, se não houver quem pregue?... A fé, portanto, vem da pregação, e a pregação é feita por mandato de Cristo'. Esta lei, estabelecida outrora pelo Apóstolo Paulo, conserva ainda hoje todo o seu vigor.

Sim: a pregação, a proclamação verbal de uma mensagem, permanece sempre como algo indispensável. Nós sabemos bem que o homem moderno, saturado de discursos, se demonstra muitas vezes cansado de ouvir e, pior ainda, como que imunizado contra a palavra. Conhecemos também as opiniões de numerosos psicólogos e sociólogos, que afirmam ter o homem moderno ultrapassado já a civilização da palavra, que se tornou praticamente ineficaz e inútil; e estar vivendo, hoje em dia, na civilização da imagem. Estes fatos deveriam levar-nos, como é óbvio, a pôr em prática na transmissão da mensagem evangélica os meios modernos criados por esta civilização. Já foram feitos, de resto, esforços muito válidos neste sentido. Nós não temos senão que louvar as iniciativas tomadas e encorajá-las para que se desenvolvam ainda mais. O cansaço que hoje provocam tantos discursos ociosos, e a atualidade de muitas outras formas de comunicação não devem no entanto diminuir a permanente validade da palavra, nem levar a perder a confiança nela. A palavra continua a ser sempre atual, sobretudo quando ela for portadora da força divina. É por este motivo que permanece também com atualidade o axioma de São Paulo: 'A fé vem da pregação': é a Palavra ouvida que leva a acreditar.

43. Tal pregação evangelizadora poderá revestir-se de numerosas formas que o zelo inspirará serem recriadas quase até ao infinito. São inumeráveis, realmente, os acontecimentos da vida e as situações humanas que proporcionam a ocasião para um anúncio, discreto mas incisivo, daquilo que o Senhor tem a dizer nessas circunstâncias. Basta ter uma verdadeira sensibilidade espiritual para saber ler nos acontecimentos a mensagem de Deus. Além disso, pelo grande valor que a liturgia renovada pelo último Concílio atribuiu à Liturgia da Palavra, seria um erro não ver na homilia um instrumento valioso e muito adaptado para a evangelização. É preciso, naturalmente, conhecer as exigências e tirar vantagem das possibilidades da homilia, a fim de ela alcançar toda a sua eficácia pastoral. E é sobretudo necessário estar convencido e dedicar-se à mesma homilia com amor.

Esta pregação, singularmente inserida na celebração eucarística, da qual recebe força e vigor particulares, tem certamente um papel especial na evangelização, na medida em que ela exprime a fé profunda do ministro sagrado e em que ela estiver impregnada de amor. Os fiéis congregados para formar uma Igreja pascal, a celebrar a festa do Senhor presente no meio deles, esperam muito desta pregação e dela poderão tirar fruto abundante, contanto que ela seja simples, clara, direta, adaptada, profundamente aderente ao ensinamento evangélico e fiel ao magistério da Igreja, animada por um ardor apostólico equilibrado que lhe advém do seu caráter próprio, cheia de esperança, nutriente para a fé geradora de paz e de unidade. Muitas comunidades paroquiais ou de outro tipo vivem e consolidam-se graças à homilia de cada domingo, quando ela tem as qualidades apontadas. Acrescentamos ainda que, graças à mesma renovação da liturgia, a celebração eucarística não é o único momento apropriado para a homilia. Esta tem o seu valor e não deve ser descurada na celebração de todos os sacramentos, como também no decorrer das paraliturgias, ou ainda por ocasião de certas assembleias de fiéis. Ela será sempre uma oportunidade privilegiada para comunicar a Palavra do Senhor.

44. Um dos aspectos que não deve ser descurado na evangelização é a do ensino catequético. A inteligência especialmente a inteligência das crianças e a dos adolescentes, tem necessidade de aprender, mediante um

sistemático ensino religioso, os dados fundamentais, o conteúdo vivo da verdade que Deus nos quis transmitir, e que a Igreja procurou exprimir de maneira cada vez mais rica, no decurso da sua história. Depois, que um semelhante ensino deva ser ministrado para educar hábitos de vida religiosa e não para permanecer apenas intelectual, ninguém o negará. É fora de dúvida que o esforço de evangelização poderá tirar um grande proveito deste meio do ensino catequético, feito na igreja, ou nas escolas onde isso é possível, e sempre nos lares cristãos; isso, porém, se os catequistas dispuserem de textos apropriados e atualizados com prudência e com competência, sob a autoridade dos bispos. Os métodos, obviamente, não de ser adaptados à idade, à cultura e à capacidade das pessoas, procurando sempre fazer com que elas retenham na memória, na inteligência e no coração, aquelas verdades essenciais que deverão depois impregnar toda a sua vida. Importa sobretudo preparar bons catequistas - catequistas paroquiais, mestres e pais - que se demonstrem cuidadosos em se aperfeiçoar constantemente nesta arte superior, indispensável e exigente do ensino religioso. Além disso, sem minimamente negligenciar, seja em que aspecto for, a formação religiosa das crianças, verifica-se que as condições do mundo atual tornam cada vez mais urgente o ensino catequético, sob a forma de um catecumenato, para numerosos jovens e adultos que, tocados pela graça, descobrem pouco a pouco o rosto de Cristo e experimentam a necessidade de a ele se entregar.

45. No nosso século tão marcado pelos 'mass media' ou meios de comunicação social, o primeiro anúncio, a catequese ou o aprofundamento ulterior da fé, não podem deixar de se servir destes meios conforme já tivemos ocasião de acentuar.

Postos a serviço do Evangelho, tais meios são suscetíveis de ampliar, quase até ao infinito, o campo para poder ser ouvida a Palavra de Deus e fazem com que a Boa Nova chegue a milhões de pessoas. A Igreja viria a sentir-se culpável diante do seu Senhor, se não lançasse mão destes meios potentes que a inteligência humana torna cada dia mais aperfeiçoados. É servindo-se deles que ela 'apregoa sobre os telhados', a mensagem de que é depositária. Neles ela encontra uma versão moderna e eficaz do púlpito. Graças a eles consegue falar às multidões.

Entretanto, o uso dos meios de comunicação social para a evangelização comporta uma exigência a ser atendida: é que a mensagem evangélica, através deles, deverá chegar sim às multidões de homens; mas com a capacidade de penetrar na consciência de cada um desses homens, de se depositar nos corações de cada um deles, como se cada um fosse de fato o único, com tudo aquilo que tem de mais singular e pessoal, a atingir com tal mensagem e do qual obter para esta uma adesão, um compromisso realmente pessoal.

46. E é por isso que, ao lado da proclamação geral para todos do Evangelho, uma outra forma da sua transmissão, de pessoa a pessoa, continua a ser válida e importante. O mesmo Senhor a pôs em prática muitas vezes - por exemplo as conversas com Nicodemos, com Zaqueu, com a Samaritana, com Simão, o fariseu, e com outros, o atestam - assim como os apóstolos. E observando bem as coisas, haveria uma outra forma melhor de transmitir o Evangelho, para além da que consiste em comunicar a outrem a sua própria experiência de fé? Importaria, pois, que a urgência de anunciar a Boa Nova às multidões de homens, nunca fizesse esquecer esta forma de anúncio, pela qual a consciência pessoal de um homem é atingida, tocada por uma palavra realmente extraordinária que ele recebe de outro. Nós não poderíamos dizer nunca e enaltecer bastante todo o bem que fazem os sacerdotes que, através do sacramento da Penitência ou através do diálogo pastoral, se demonstram dispostos a orientar as pessoas pelas sendas do Evangelho, a ajudá-las a se firmarem nos seus esforços, a auxiliá-las a reerguerem-se se porventura caíram, enfim, a assisti-las continuamente, com discernimento e disponibilidade.

47. Depois, nunca será demasiado insistir no fato de a evangelização não se esgotar com a pregação ou com o ensino de uma doutrina. A evangelização deve atingir a vida: a vida natural, a que ela confere um sentido novo, graças às perspectivas evangélicas que lhe abre; e a vida sobrenatural, que não é a negação, mas sim a purificação e a elevação da vida natural. Esta vida sobrenatural encontra a expressão viva nos sete sacramentos e na admirável irradiação de graça e de santidade de que eles são fonte.

A evangelização exprime assim toda a sua riqueza, quando ela realiza uma ligação a mais íntima possível, e melhor ainda, uma intercomunicação que nunca se interrompe, entre a Palavra e os sacramentos. Em certo sentido há um equívoco em contrapor, como já algumas vezes se fez, a evangelização à sacramentalização. É bem verdade que uma certa maneira de administrar os sacramentos, sem um apoio sólido na catequese destes mesmos sacramentos e numa catequese global, acabaria por privá-los, em grande parte, da sua eficácia. O papel da evangelização é precisamente o de educar de tal modo para a fé, que esta depois leve cada um dos cristãos a viver - e a não se limitar a receber passivamente, ou a suportar - os sacramentos como eles realmente são, verdadeiros sacramentos da fé.

48. Neste ponto, tocamos um aspecto da evangelização a que não se pode ser indiferente. Queremos referir-nos àquela realidade que com freqüência vai sendo designada nos nossos dias, com os termos religiosidade popular.

É um fato que, tanto nas regiões onde a Igreja se acha implantada, há séculos, quanto nos lugares onde ela se encontra em vias de implantação, subsistem expressões particulares da busca de Deus e da fé.

Encaradas durante muito tempo como menos puras, algumas vezes desdenhadas, essas expressões assim constituem hoje, mais ou menos por toda parte, o objeto de uma redescoberta. Os bispos aprofundaram o seu significado, no decorrer do recente Sínodo, com um realismo e um zelo pastoral que merecem destaque.

A religiosidade popular, pode-se dizer, tem sem dúvida as suas limitações. Ela acha-se freqüentemente aberta à penetração de muitas deformações da religião, como sejam, por exemplo, as superstições. Depois, ela permanece com freqüência apenas a um nível de manifestações culturais, sem expressar ou determinar uma verdadeira adesão de fé. Ela pode, ainda, levar à formação de seitas e pôr em perigo a verdadeira comunidade eclesial.

Se essa religiosidade popular, porém, for bem orientada, sobretudo mediante uma pedagogia da evangelização, ela é algo rico de valores. Assim ela traduz em si tal sede de Deus, que somente os pobres e os simples podem experimentar; ela torna as pessoas capazes a terem expressões de generosidade e predispõe-nas ao sacrifício até ao heroísmo, quando se trata de manifestar a fé; ela comporta um apurado sentido dos atributos profundos de Deus: a paternidade, a providência, a presença amorosa e constante etc. Ela, depois, suscita atitudes interiores que raramente se observam em outros casos no mesmo grau: paciência, sentido da cruz na vida

cotidiana, desapego, aceitação dos outros, dedicação, devoção etc. Em virtude desses aspectos, nós a chamamos de bom grado 'piedade popular', no sentido religião do povo, em vez de religiosidade.

A caridade pastoral há de ditar, a todos aqueles que o Senhor colocou como chefes de comunidades eclesiais, as normas de procedimento em relação a essa realidade, ao mesmo tempo tão rica e tão vulnerável. Antes de mais, importa ser sensível em relação a ela, saber aperceber-se das suas dimensões interiores e dos seus inegáveis valores, estar disposto a ajudá-la a superar os seus perigos de desvio. Bem orientada, esta religiosidade popular, pode vir a ser cada vez mais, para as nossas massas populares, um verdadeiro encontro com Deus em Jesus Cristo".

Nota:125

EN 21: "21. E esta Boa Nova há de ser proclamada, antes de mais, pelo testemunho. Suponhamos um cristão ou grupo de cristãos que, no seio da comunidade humana em que vivem, manifestam a sua capacidade de compreensão e de acolhimento, a sua comunhão de vida e de destino com os demais, a sua solidariedade nos esforços de todos para tudo aquilo que é nobre e bom. Assim, eles irradiam, de modo absolutamente simples e espontâneo, a sua fé em valores que estão para além dos valores correntes, e a sua esperança em qualquer coisa que se não vê e que não se seria capaz sequer de imaginar. Por força deste testemunho sem palavras, estes cristãos fazem aflorar no coração daqueles que os vêem viver, perguntas indeclináveis: Por que é que eles são assim? Por que é que eles vivem daquela maneira? O que é - ou quem é - que os inspira? Por que é que eles estão conosco?"

Pois bem: um semelhante testemunho constitui já proclamação silenciosa, mas muito valorosa e eficaz da Boa Nova. Nisso há já um gesto inicial de evangelização. Daí as perguntas que talvez sejam as primeiras que se põem muitos não-cristãos, quer se trate de pessoas às quais Cristo nunca tinha sido anunciado, ou de batizados não praticantes, ou de pessoas que vivem em cristandades, mas segundo princípios que não são nada cristãos. Quer se trate, enfim, de pessoas em atitudes de procurar, não sem sofrimento, alguma coisa ou Alguém que elas adivinham, sem conseguir dar-lhe o verdadeiro nome. E outras perguntas surgirão, depois, mais profundas e mais de molde a ditar um compromisso, provocadas pelo testemunho aludido, que comporta presença, participação e solidariedade e que é um elemento essencial, geralmente o primeiro de todos, na evangelização.

Todos os cristãos são chamados a dar este testemunho e podem ser, sob este aspecto, verdadeiros evangelizadores. E aqui pensamos de modo especial na responsabilidade que se origina para os migrantes nos países que os recebem".

Nota:126

2Cor 4,7: "Todavia, esse tesouro nós o levamos em vasos de barro, para que todos reconheçam que esse incomparável poder pertence a Deus e não é propriedade nossa".

Nota:127

At 2,42: "Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações".

Nota:128

Grifos nossos cf. A atitude da Igreja diante dos servidores de outras religiões. Orientações sobre diálogo e missão. SEDOC 17, 1984, 387-399, n.13. Para outros esclarecimentos sobre a terminologia, cf. Diálogo e anúncio (1991), nn. 8-10, e Redemptoris Missio, nn.41-60.

SEDOC 17, 1984, 387-399, n.13: "1. O Concílio Vaticano II assinalou uma nova etapa nas relações da Igreja com os que seguem as outras religiões. Muitos documentos conciliares fazem-lhes referência expressa, e em particular um, a declaração 'Nostra aetate', é inteiramente dedicado à 'relação da Igreja católica com as religiões não cristãs'.

2. As rápidas transformações no mundo e o aprofundamento do mistério da Igreja 'sacramento universal de salvação'(LG 48) favoreceu esta atitude para com as religiões não cristãs. 'Graças à abertura realizada pelo Concílio, a Igreja e todos os cristãos puderam alcançar uma consciência mais completa do mistério de Cristo' (RH 11).

3. Esta nova atitude recebeu o nome de diálogo. Este vocábulo, que é norma e ideal, foi valorizado na Igreja por Paulo VI com a Encíclica 'Ecclesiam suam' (6 de agosto de 1964). Desde então tornou-se freqüente no Concílio e na linguagem eclesial. Indica não só o colóquio, mas também o conjunto das relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outras confissões religiosas, para um mútuo conhecimento e um recíproco enriquecimento.

4. Como sinal institucional desta vontade de colóquio e de encontro com os fiéis das outras tradições religiosas do mundo, o próprio Paulo VI instituiu, no clima do Concílio Vaticano II, no dia do Pentecostes de 1964, o *Secretariatus pro non christianis* (Secretariado para os Não-Cristãos), distinto da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos. As suas atribuições vieram assim definidas na Constituição 'Regimini Ecclesiae': 'Buscar o método e os caminhos para o estabelecimento de um diálogo adequado com os não-cristãos. Procura, portanto, que os não-cristãos sejam devidamente conhecidos e justamente estimados pelos cristãos, para que, por sua vez, os mesmos possam também conhecer e estimar a doutrina e a vida cristãs' (AAS 59, 1967, p. 919-920).

5. A 20 anos da publicação da 'Ecclesiam suam', e da sua fundação, o Secretariado, reunido em Assembléia Planetária, fez um balanço das experiências de diálogo verificadas por toda a parte na Igreja, e refletiu sobre as atitudes eclesiais para com os outros crentes e em particular sobre a relação existente entre diálogo e missão.

6. A visão teológica deste documento inspira-se no Concílio Vaticano II e no magistério sucessivo. Permanece porém sempre desejável e necessário um ulterior aprofundamento por parte dos teólogos. Solicitada e enriquecida pela experiência, esta reflexão tem caráter prevalentemente pastoral; pretende favorecer um comportamento evangélico em relação aos outros crentes com os quais os cristãos convivem na cidade, no trabalho e na família.

7. Com este documento deseja-se ajudar a comunidade cristã, e em particular os seus responsáveis, a viver segundo as indicações do Concílio, oferecendo elementos de solução às dificuldades que possam surgir da presença simultânea, na missão, dos deveres de evangelização e de diálogo. Os membros das outras religiões poderão também compreender melhor como a Igreja os vê e como deseja comportar-se com eles.

8. Muitas Igrejas cristãs têm feito experiências semelhantes em relação aos outros crentes. O Conselho Ecumênico das Igrejas é dotado de um organismo para o 'Diálogo com os povos de crenças vivas e ideologias', no âmbito do departamento 'Testemunho Fiel'. O Secretariado para os não-cristãos mantém relações estáveis e fraternas de consulta e de colaboração com esse organismo.

MISSÃO

9. Deus é amor (1Jo 4,8.16). O seu amor salvífico foi revelado e comunicado aos homens em Cristo e está presente e ativo mediante o Espírito Santo. A Igreja deve ser o sinal vivo deste amor de modo a torná-lo norma de vida para todos. Querida por Cristo, a missão da Igreja é uma missão de amor, pois que é nele que encontra a origem, o fim e a modalidade de exercício (cf. AG 2-5, 12; EN 26). Cada aspecto e cada atividade da Igreja devem, portanto, estar impregnados de caridade, exatamente por fidelidade a Cristo, que ordenou a missão e que continua a animá-la e a torná-la possível na história.

10. A Igreja, como sublinhou o Concílio, é povo messiânico, assembléia visível e comunidade espiritual, povo peregrinante, a caminho, com toda a humanidade, com a qual compartilha a experiência. Deve ser fermento e alma da sociedade para renová-la em Cristo e torná-la família de Deus (cf. LG 9; GS 9, 40). 'Este povo messiânico tem por lei o novo mandamento, o de amar assim como o próprio Cristo nos amou, e tem por fim o Reino de Deus, começado na terra pelo próprio Deus' (LG 9). 'A Igreja peregrina é, pois, por sua natureza, missionária (AG 2, cf. 6, 35, 36). A dimensão missionária é, para cada cristão, uma expressão normal da sua fé vivida.

11. 'A missão da Igreja realiza-se, pois, mediante a atividade pela qual, obedecendo ao mandamento de Cristo e movida pela graça e pela caridade do Espírito Santo, ela se torna atual e plenamente presente a todos os homens e povos...' (AG 5).

Esta tarefa é única, mas realiza-se de diversos modos, de acordo com os condicionamentos em que se exerce a missão. 'Esses condicionamentos tanto podem depender da Igreja como dos povos, dos agrupamentos ou até dos indivíduos a quem a *missão* se dirige... A cada condicionamento e a cada situação devem corresponder ações apropriadas ou meios aptos... O fim próprio desta atividade missionária é a evangelização e a implantação da Igreja nos povos ou grupos em que ainda não está radicada' (AG 6). Outras passagens do mesmo Concílio sublinham que a missão da Igreja é também trabalhar para a extensão do Reino e dos seus valores entre todos os homens (cf. LG 5, 9; 35; GS 39, 40-45, 91, 92; UR e; DH 14; AA 5).

12. Os diversos modos e aspectos da missão foram globalmente delineados pelo Concílio Vaticano II. Ata e documentos do magistério eclesial sucessivo, como o Sínodo dos Bispos sobre a justiça social (1971), o Sínodo dedicado à evangelização (1974) e à catequese (1977), numerosas intervenções de Paulo VI e de João Paulo II e das Conferências Episcopais da Ásia, da África e da América Latina, desenvolveram outros aspectos do ensinamento conciliar, apontando, por exemplo, 'como elemento essencial da missão da Igreja, indissolavelmente unido a ela' (RH 15) o compromisso em favor do homem, da justiça social, da liberdade e dos direitos humanos e a reforma das estruturas sociais injustas.

13. A missão apresenta-se, na consciência da Igreja, como uma realidade unitária, mas complexa e articulada. Podem ser indicados os seus elementos principais. A missão é constituída já pela simples presença e pelo testemunho vivo da vida cristã (cf. EN 21), mesmo se se deve reconhecer que 'levamos este tesouro em vasos de argila' (2Cor 4,7), e por isso a diferença entre o modo como o cristão aparece, existencialmente, e aquilo que afirma ser, nunca desaparece. Há, depois, o empenho concreto ao serviço dos homens e toda atividade de promoção social e de luta contra a pobreza e as estruturas que a provocam.

Há a vida litúrgica, a oração e a contemplação, testemunhas eloqüentes de uma relação viva e libertadora com o Deus vivo, e verdadeiro que nos chama ao seu Reino e à sua glória (cf. At 2,42).

Há o diálogo, no qual os cristãos encontram os que seguem outras tradições religiosas para caminhar em conjunto em direção à verdade e colaborar em ações de interesse comum. Há o anúncio e a catequese, quando se proclama a boa notícia do Evangelho e se aprofundam as suas conseqüências para a vida e para a cultura. Tudo isto faz parte do conceito amplo de missão.

14. Cada Igreja particular é responsável por toda a missão. Também cada cristão, em virtude da fé e do batismo, é chamado a exercê-la, toda, em alguma medida. As exigências das situações, a posição concreta no povo de Deus e o carisma pessoal habilitam o cristão a exercer prevalentemente um ou outro aspecto da missão.

15. A vida de Jesus contém todos os elementos da missão. Segundo os Evangelhos, Ele manifesta-se com o silêncio, com a ação, com a oração, com o diálogo e com o anúncio. A sua mensagem é inseparável da ação; anuncia Deus e o seu Reino, não só com as palavras, mas também com os fatos, e com as ações que realiza. Aceita a contradição, o insucesso e a morte; a sua vitória passa pelo Dom da vida. Tudo n'Ele é meio e caminho de revelação e de salvação (cf. EN 6-12); tudo é expressão do Seu amor (cf. Jo 3,16; 13,1; 1Jo 4,7-19). Assim devem fazer também os cristãos: 'Por isto reconhecerão todos que sois Meus discípulos, se vos amardes uns aos outros' (Jo 13,35).

16. Também o Novo Testamento dá uma imagem complexa e diferenciada da missão. Há uma pluralidade de serviços e de funções, originada por uma variedade de carismas (cf. 1Cor 12,28-30; Ef 4,11-12; Rm 12,6-8). O próprio S. Paulo nota a particularidade da sua vocação missionária quando declara 'não ter sido enviado por Cristo a batizar, mas a anunciar o Evangelho' (1Cor 1,17). Por esta razão, ao lado dos 'apóstolos', dos 'profetas', dos 'evangelistas', encontramos os que são chamados para as ações comunitárias e para a ajuda aos que sofrem; há as tarefas das famílias, dos maridos, das mulheres e dos filhos; há os deveres dos patrões e dos empregados. Cada um tem uma tarefa de testemunho particular na sociedade. A primeira carta de Pedro dá aos cristãos que vivem em situação de diáspora indicações que não deixam de surpreender pela atualidade. João Paulo II indicava uma passagem dessa Carta com 'a regra de outro nas relações dos cristãos com os seus concidadãos de fé diversa: Venerai Cristo Senhor em vossos corações, prontos sempre a responder a quem quer que seja sobre a razão da esperança que há em vós. Mas que seja com brandura e respeito, conservando uma boa consciência' (1Pd 3,15-16) (Ankara, 29-11-1979).

17. Entre os múltiplos exemplos, na história da missão cristã, são significativas as normas dadas por S. Francisco, na Regra não submetida à aprovação (1221), aos irmãos que 'por divina inspiração quiserem ir para o meio dos sarracenos...: Podem organizar as relações espirituais, no meio deles, de dois modos. Um modo é

que não façam litígios ou disputas, mas sejam sujeitos a cada criatura humana por amor de Deus e confessem ser cristãos. O outro modo é que, quando virem que agrada ao Senhor, anunciem a palavra de Deus'. O nosso século viu surgir e afirmar-se, sobretudo no mundo islâmico, a experiência de Carlos de Foucaud, que exerceu a missão numa atitude humilde e silenciosa de união com Deus, de comunhão com os pobres e de fraternidade universal.

18. A missão dirige-se sempre ao homem no respeito pleno de sua liberdade. Por isso o Concílio Vaticano II, afirmando a necessidade e a urgência de anunciar Cristo, 'a luz da vida, com desassombro e fortaleza apostólica, até à efusão de sangue se necessário' (DH 14), confirmou a exigência de promover e respeitar em cada interlocutor uma verdadeira liberdade, isenta de coação de qualquer espécie, sobretudo no âmbito religioso.

'De fato, a verdade deve ser buscada pelo modo que convém à dignidade da pessoa humana e da sua natureza social, isto é, por meio de uma busca livre, com a ajuda do magistério ou ensino, da comunicação e do diálogo, com os quais os homens dão a conhecer uns aos outros a verdade que encontram ou julgam ter encontrado, a fim de se ajudarem mutuamente na inquirição da verdade; uma vez conhecida esta, deve-se aderir a ela com um firme assentimento pessoal' (DH 3). Por consequência, 'na difusão da fé religiosa e na introdução de novas práticas, deve sempre evitar-se todo o modo de agir que tenha aspectos de coação, persuasão desonesta ou simplesmente menos leal, sobretudo quando se trata de gente rude ou recusos. Tal modo de agir deve ser considerado como um abuso do próprio direito e lesão do direito alheio' (DH 4).

19. O respeito por cada pessoa deve caracterizar a atividade missionária no mundo atual (cf. ES 77; ASS 1964, p. 642-643; EN 79-80; RH 12). 'O homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento da sua missão' (RH 14).

Estes valores que a Igreja continua a aprender de Cristo seu mestre devem levar o cristão a amar e respeitar tudo o que há de bom na cultura e no compromisso religioso do outro. 'Trata-se de respeito por tudo o que realizou, em cada homem, o Espírito que sopra onde quer' (RH 12; cf. EN 79). A missão cristã não pode dissociar-se nunca o amor e do respeito pelos outros, e isto põe em evidência para nós, cristãos, o lugar do diálogo na missão.

O DIÁLOGO

Princípios fundamentais

20. O diálogo não brota de oportunismos táticos do momento, mas sim de razões que experiência, a reflexão, bem como as próprias dificuldades, foram aprofundando.

21. A Igreja abre-se ao diálogo por fidelidade ao homem. Em cada homem e em cada grupo humano há a aspiração e a exigência de ser considerado e de poder agir como sujeito responsável, quer quando se adverte a necessidade de receber, quer, sobretudo, quando se é consciente de possuir qualquer coisa para comunicar.

Como sublinham as ciências humanas, no diálogo interpessoal o homem experimenta os próprios limites, mas também a possibilidade de superá-los; descobre que não possui a verdade de modo perfeito e total, mas que pode caminhar com confiança ao seu encontro, juntamente com os outros. O acerto mútuo, a correção recíproca, a permuta fraterna dos respectivos dons favorecem uma maturidade cada vez maior, que gera a comunhão interpessoal. As próprias experiências e divisões religiosas podem ser purificadas e enriquecidas neste processo de confronto.

Esta dinâmica de relações humanas impele-nos a nós, cristãos, escutar e compreender o que os outros crentes possam transmitir-nos, para tirar proveito dos dons que Deus concede.

As transformações sócio-culturais, com as tensões e dificuldades inerentes, a maior interdependência em todos os setores da convivência e da promoção humana, e em particular as exigências em favor da paz, tornam hoje mais urgente um estilo dialogal das relações.

22. A Igreja, todavia sente-se empenhada no diálogo sobretudo por causa da sua fé: A revelação faz-nos entrever no mistério trinitário uma vida de comunhão e de intercâmbio.

Em Deus Pai nós contemplamos um amor preveniente, sem limites de espaço nem de tempo. O universo e a história estão repletos dos seus dons. Todas as realidades e todos os acontecimentos estão envolvidos pelo seu amor. Apesar da manifestação, por vezes violenta, do mal, nas vicissitudes de cada homem e de cada povo está presente a força da graça que eleva e redime.

A Igreja tem o dever de descobrir, trazer à luz, fazer amadurecer a riqueza que o Pai escondeu na criação e na história, não só celebrar a glória de Deus na sua liturgia, mas também para promover a circulação, entre todos os homens, dos dons do Pai.

23. Em Deus Filho é-nos dada a Palavra e a Sabedoria, onde tudo preexiste e subsiste desde todo o sempre. Cristo é o Verbo que ilumina todo o homem, porque nele se manifesta ao mesmo tempo o mistério de Deus e o mistério do homem (cf. RH 8, 10, 11, 13).

Ele é o Redentor presente com a graça em cada encontro humano, para libertar-nos do nosso egoísmo e fazer-nos amar uns aos outros como ele nos amou.

'Cada homem, sem exceção alguma escreve João Paulo II foi redimido por Cristo, e com o homem, com todo e qualquer homem, sem nenhuma exceção, Cristo está de algum modo unido, mesmo quando esse homem não é disso consciente. Cristo, morto e ressuscitado por todos, dá sempre ao homem a cada homem e a todos os homens luz e força para responder à sua suprema vocação' (RH 14).

24. Em Deus Espírito Santo, a fé faz-nos entrever aquela força de vida, de movimento e de regeneração perene (cf. LG 4) que age na profundidade da consciência, e acompanha o caminho secreto dos corações em direção à Verdade (cf. GS 22). Espírito que atua mesmo 'para além dos confins visíveis do Corpo Místico...' (RH 6; cf. LG 16; GS 22; AG 15); Espírito que antecipa e acompanha o caminho da Igreja, a qual, em consequência, se sente comprometida em discernir os sinais da sua presença, a segui-lo aonde quer que Ele a conduza, e a servi-lo como colaboradora humilde e discreta.

25. O Reino de Deus é a meta final de todos os homens. A Igreja, que é dele o 'germe e o início' (LG 5, 9), é solicitada a empreender, em primeiro lugar, este caminho para o Reino, e a fazer avançar todo o resto da humanidade em direção a ele.

Este compromisso inclui a luta e a vitória sobre o mal e sobre o pecado, começando sempre por si mesma e abraçando o mistério da cruz. A Igreja prepara assim o Reino até à consecução da comunhão perfeita de todos os irmãos em Deus.

Cristo Constitui para a Igreja e para o mundo a garantia de que os últimos tempo já começaram, de que a época final da história está fixada (cf. LG 48) e que por isso a Igreja está habilitada e comprometida a atuar para que se concretize o progressivo cumprimento de todas as coisas em Cristo.

26. Esta perspectiva levou os Padres do Concílio Vaticano II a afirmar que nas tradições religiosas não cristãs existem 'coisas boas e verdadeiras' (OT 16), 'preciosos elementos religiosos e humanos' (GS 92), 'germes de contemplação' (AG 18), 'elementos de verdade e de graça' (AG 9) 'sementes do Verbo' (AG 11, 15), 'raios da verdade que ilumina a todos os 'homens' (NA 2). Segundo explícitas indicações conciliares, estes valores encontram-se condensados nas grandes tradições religiosas da humanidade. Elas merecem, portanto, a atenção e a estima dos cristãos e o seu patrimônio espiritual é um eficaz convite ao diálogo (cf. NA 2.3; AG 11), não só sobre os elementos convergentes, mas também sobre os divergentes.

27. O Vaticano II pôde, assim, deduzir conseqüências do empenho concreto, exprimindo-se nos seguintes termos:

'Para poderem dar frutuosa e testemunho de Cristo (os cristãos) relacionem-se com os homens do seu tempo com estima e caridade, considerem-se a si mesmos como membros dos agrupamentos humanos em que vivem, e participem na vida cultural e social através dos vários intercâmbios e problemas da vida humano; familiarizem-se com as suas tradições nacionais e religiosas, façam assomar à luz com alegria e respeito, as sementes do Verbo neles adormecidas... Como o próprio Cristo... assim os seus discípulos... tomem conhecimento dos homens no meio dos quais vivem e conversem com eles, para que, através de um diálogo sincero e paciente, eles aprendam as riquezas que Deus liberalmente outorgou aos povos; mas esforcem-se também por iluminar estas riquezas com a luz evangélica, por libertá-las e restituí-las aos domínio de Deus Salvador' (AG 11; cf. 41; AA 14, 29 etc.).

FORMAS DE DIÁLOGO

28. A experiência destes anos pôs em evidência a multiplicidade dos modos em que se exerce o diálogo. As principais formas típicas aqui elencadas são vividas, ou de modo separado, ou então conjuntamente, umas com as outras.

29. O diálogo é, acima de tudo, um estilo de ação, uma atitude e um espírito que guia o comportamento. Implica atenção, respeito e acolhimento para com outro, a quem se reconhece espaço para a sua identidade pessoal, para as suas expressões, os seus valores. Tal diálogo é a norma e o estilo necessários de toda a missão e de cada uma das suas partes, quer se trate das simples presença e testemunho, ou do serviço ou do próprio anúncio direto (CJC 787, parágrafo 1). Uma missão que não fosse permeada pelo espírito dialógico estaria contra as exigências da verdadeira humanidade e contra as indicações do Evangelho.

30. Cada discípulo de Cristo, por força da sua vocação humana e cristã, é chamado a viver o diálogo na sua vida quotidiana, quer se encontre em situação de maioria, quer em situação de minoria. Deve infundir o sabor evangélico em cada ambiente em que vive e atua: o ambiente familiar, social, educativo, artístico, econômico, político etc. O diálogo insere-se, assim, no grande dinamismo da missão eclesial.

31. Um nível ulterior é o diálogo das ações e da colaboração com objetivos de caráter humanitário, social, econômico e político que se orientem para a libertação e a promoção do homem. O que acontece freqüentemente nas organizações locais, nacionais e internacionais, onde cristãos e crentes de outras religiões enfrentam em conjunto aos problemas do mundo.

32. Pode ser vastíssimo o campo da colaboração. Referindo-se em particular aos Mulçumanos, o Concílio Vaticano II exorta a 'esquecer o passado' e a 'defender e promover em conjunto a justiça social, os bens morais e a paz e a liberdade para todos os homens' (NA 3; cf. AG 11, 15, 21...). No mesmo sentido se pronunciaram Paulo VI, especialmente na *Ecclesiam suam* (AAS 56, 1964, p.655), e João Paulo II nos numerosos encontros com chefes e representantes das diversas religiões. Os grandes problemas que atormentam a humanidade chamam os cristãos a colaborar com os outros crentes, exatadamente em razão da fé de cada um.

33. De particular interesse é o diálogo a nível de especialistas, seja para confrontar, aprofundar e enriquecer os respectivos patrimônios religiosos, seja para aplicar os recursos, aí contidos, aos problemas que põem à humanidade no decurso da sua história.

Esse diálogo acontece normalmente nos casos em que o interlocutor possui já uma sua visão do mundo e adere a uma religião que o inspira para a ação. Realiza-se mais facilmente nas sociedades pluralistas, onde coexistem e por vezes se defrontam diversas tradições e ideologias diferentes.

34. Neste confronto, os interlocutores conhecem e apreciam reciprocamente os valores espirituais e as categorias culturais, promovendo a comunhão e a fraternidade entre os homens (cf. NA 1). O cristão colabora, assim, na transformação evangélica da cultura (cf. EN 18-20, 63).

35. A um nível mais profundo, homens radicados nas próprias tradições religiosas podem compartilhar as suas experiências de oração, de contemplação, e de fé e de compromisso, expressões e caminhos da busca do Absoluto. Este tipo de diálogo torna-se enriquecimento recíproco e cooperação fecunda, na promoção e preservação dos valores e dos ideais espirituais mais altos do homem. Isso leva naturalmente à comunicação recíproca das razões da própria fé e não se detém diante das diferenças, às vezes profundas, mas confia-se, com humildade e confiança, a Deus, 'que é maior do que o nosso coração' (1Jo 3,20). O cristão tem, assim, a ocasião de oferecer ao outro a possibilidade de experimentar, de maneira existencial, os valores do Evangelho.

DIÁLOGO E MISSÃO

36. São múltiplas as relações entre diálogo e missão. Detenhamo-nos em alguns aspectos que no momento atual têm maior relevância, pelos desafios e pelos problemas postos ou pelas atitudes requeridas.

MISSÃO E CONVERSÃO

37. Para o Concílio Vaticano II, o anúncio missionário tem por fim a conversão: 'Só assim os não-cristãos, a quem o Espírito Santo abrirá o coração, acreditarão, converter-se-ão livremente ao Senhor e aderirão sinceramente a Ele...' (AG 13; CJC 787, parágrafo 2). No contexto do diálogo entre crentes de fé diversa, não se pode evitar uma reflexão sobre o caminho espiritual da conversão.

Na linguagem bíblica e cristã, a conversão é o retorno do coração contrito e arrependimento a Deus, com o desejo de submeter-lhe mais generosamente a própria vida (cf. AG 13). Todos são chamados permanentemente a esta conversão. Neste processo, pode nascer a decisão de deixar uma situação espiritual ou religiosa anterior para dirigir-se para uma outra. Assim, por exemplo, de um amor particular, o coração pode abrir-se a uma caridade universal.

Todo o autêntico apelo de Deus comporta sempre um superamento de si mesmo. Não há vida nova sem porte, como mostra a dinâmica do mistério pascal (cf. GS 22). E qualquer conversão é obra da graça, na qual o homem se deve reencontrar plenamente a si mesmo (RH 12).

38. Neste processo de conversão prevalece a lei suprema da consciência, porque 'ninguém deve ser forçado a agir contra a sua consciência. E também deve ser impedido de atuar segundo ela, sobretudo em matéria religiosa' (DH 3).

39. Na perspectiva cristã, o agente principal da conversão não é o homem, mas o Espírito Santo. 'É Ele que impulsiona a anunciar o Evangelho, e que no íntimo da consciência faz acolher e compreender a palavra da salvação' (EN 75). É Ele que guia o movimento dos corações e faz nascer o ato de fé em Jesus, o Senhor (cf. 1Cor 2,4). O Cristão é um simples instrumento e colaborador de Deus (cf. 1Cor 3,9).

40. Também no diálogo, o cristão alimenta normalmente no seu coração o desejo de partilhar a sua experiência de Cristo com o irmão de outra religião (cf. At 26,29; ES 46). É igualmente natural que o outro crente deseje algo de semelhante.

O DIÁLOGO PARA A EDIFICAÇÃO DO REINO

41. Deus continua a reconciliar os homens consigo, mediante o Espírito. A Igreja confia na promessa que lhe foi feita por Cristo de que o Espírito a guiará, na história, para a plenitude da verdade (cf. Jo 16,13). Por isso, vai ao encontro dos homens, dos povos e das suas culturas, consciente de que toda a comunidade humana tem gérmenes de bem e de verdade, e que Deus tem um projeto de amor para todas as nações (cf. At 17,26-27). A Igreja quer, pois colaborar com todos para a realização deste projeto, valorizando assim todas as riquezas da sabedoria infinita multiforme de Deus, e contribuindo para a evangelização da cultura (cf. EN 18-20).

42. 'Voltamos também o nosso pensamento para todos os que reconhecem Deus e guardam nas suas tradições preciosos elementos religiosos e humanos, desejando que um diálogo franco nos leve a todos a receber com fidelidade os impulsos do Espírito e a segui-lo com entusiasmo.

Por nossa parte, o desejo de tal diálogo, guiado apenas pelo amor pela verdade e com a necessária prudência, não exclui ninguém; nem aqueles que cultivam os altos valores do espírito humano, sem ainda conhecerem o seu autor; nem aqueles que se opõem à Igreja, e de várias maneiras a perseguem.

Como Deus Pai é o princípio e o fim de todos eles, todos somos chamados a ser irmãos. Por isso, chamados a esta mesma vocação humana e divina, podemos e devemos cooperar pacificamente, sem violência nem engano, na edificação do mundo na verdadeira paz' (GS 92; cf. *Mensagem para o Dia mundial da Paz* de Paulo VI e João Paulo II).

43. O diálogo torna-se, assim, fonte de esperança e fator de comunhão na transformação recíproca. É o Espírito Santo que guia a realização do plano de Deus na história dos indivíduos e de toda a humanidade, até todos os filhos de Deus, dispersos pelo pecado, estarem reunidos na unidade (cf. Jo 11,52).

44. Só Deus conhece os tempos, Ele a quem nada é impossível, e cujo misterioso e silencioso Espírito abre, às pessoas e aos povos, os caminhos do diálogo para superar as diferenças raciais, sociais e religiosas, e enriquecer-se reciprocamente. Eis, pois, o tempo da paciência de Deus, no qual atua a Igreja e todas as comunidades cristãs, porque ninguém pode obrigar Deus a agir mais depressa do que Ele decidiu fazer.

Mas, perante a nova humanidade do terceiro milênio, possa a Igreja irradiar um cristianismo aberto, para esperar, na paciência, que desponte a semente lançada com lágrimas e com confiança (cf. Tt 5,7-8; Mc 4,26-30).

DA 8-10: "8. O termo *missão evangelizadora*, ou mais simplesmente evangelização, refere-se à missão da Igreja no seu conjunto. Na Exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*, o vocábulo evangelização é usado em diversas acepções. Significa 'levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e, pelo seu influxo, transformá-las a partir de dentro, tornar nova a própria humanidade' (EN 18).

Mediante a evangelização, além disso, a Igreja procura 'converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos seres humanos, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios' (ibid.).

A Igreja desempenha a sua missão de evangelização através de diversas atividades. O conceito de evangelização assume, portanto, um amplo significado. Pois bem, no mesmo documento este conceito de evangelização é usado num sentido mais específico como 'o anúncio claro e irresistível do Senhor Jesus' (EN 22). A Exortação afirma que este anúncio *kerigma*, pregação ou catequese ocupa um tal lugar na evangelização que com frequência se tornou sinónimo dela. No entanto, ele não é senão um aspecto da evangelização' (ibid.). Neste documento, o termo *missão evangelizadora* é usado para *evangelização* em sentido lato, enquanto o aspecto mais específico é apresentado com o termo *anúncio*.

9. O *diálogo* pode ser compreendido de diversos modos. Em primeiro lugar, em nível puramente humano, significa comunicação recíproca, para alcançar um fim comum ou, em um nível mais profundo, uma comunhão interpessoal. Em segundo lugar, o diálogo pode ser considerado como uma atitude de respeito e de amizade, que penetra, ou deveria penetrar, em todas as atividades que constituem a missão evangelizadora da Igreja. Isto pode ser chamado com razão 'o espírito do diálogo'. Em terceiro, num contexto de pluralismo religioso, o diálogo significa 'o conjunto das relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outros credos para um conhecimento mútuo e um recíproco enriquecimento' (DM 3), na obediência à verdade e no respeito à liberdade. Isto inclui quer o testemunho quer a descoberta das respectivas convicções religiosas. É nesta última acepção que o presente documento utiliza o termo diálogo como um dos elementos integrantes da missão evangelizadora da Igreja.

10. O *anúncio* é a comunicação da mensagem evangélica, o mistério de salvação realizado por Deus para todos em Jesus Cristo, com o poder do Espírito. É um convite a um empenho de fé em Jesus Cristo, a entrar, mediante o batismo, na comunidade dos crentes que é a Igreja. Este anúncio pode fazer-se em forma solene e pública, como aconteceu no dia do Pentecostes (cf. At 2,541) ou sob forma de simples conversão privada (cf. At 8,30-38). Conduz naturalmente a uma catequese que tende a aprofundar esta fé. O anúncio é a base, o centro e o ápice da evangelização (cf. EN 27)".

RMI 41-60: "41. 'A atividade missionária não é nem mais nem menos do que a manifestação ou epifania, e a realização do desígnio de Deus no mundo e na história: pela missão, Deus realiza claramente a história de salvação'. Que caminhos segue a Igreja para conseguir este resultado?

A missão é uma realidade unitária, mas complexa, e explica-se de vários modos, alguns dos quais são de particular importância, na presente situação da Igreja e do mundo.

42. O homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina, mais na vida e nos fatos do que nas teorias. O testemunho da vida cristã é a primeira e insubstituível forma de missão: Cristo, cuja missão nós continuamos, é a 'testemunha' por excelência (Ap 1,5; 3,14) e o modelo do testemunho cristão. O Espírito Santo acompanha o caminho da Igreja, associando-a ao testemunho que ele próprio dá de Cristo (cf. Jo 15,26-27).

A primeira forma de testemunho é a própria vida do missionário, da família cristã e da comunidade eclesial, que torna visível um novo modo de se comportar. O missionário que, apesar dos seus limites e defeitos humanos, vive com simplicidade, segundo o modelo de Cristo, é um sinal de Deus e das realidades transcendentais. Mas todos, na Igreja, esforçando-se por imitar o divino Mestre, podem e devem dar o mesmo testemunho, que é, em muitos casos, o único modo possível de se ser missionário.

O testemunho evangélico, a que o mundo é mais sensível, é o da atenção às pessoas e o da caridade em favor dos pobres, dos mais pequenos, e dos que sofrem. A gratuidade deste relacionamento e destas ações, em profundo contraste com o egoísmo presente no homem, faz nascer questões precisas, que orientam para Deus e para o Evangelho. Também o compromisso com a paz, a justiça, os direitos do homem, a promoção humana, é um testemunho do Evangelho, caso seja um sinal de atenção às pessoas e esteja ordenado ao desenvolvimento integral do homem.

43. O cristão e as comunidades cristãs vivem profundamente inseridos na vida dos respectivos povos, e são também sinal do Evangelho pela fidelidade à sua pátria, ao seu povo, e à sua cultura nacional, sempre, porém, na liberdade que Cristo trouxe. O cristianismo está aberto à fraternidade universal, porque todos os homens são filhos do mesmo Pai e irmãos em Cristo.

A Igreja é chamada a dar o seu testemunho por Cristo, assumindo posições corajosas e proféticas, em face da corrupção do poder político ou econômico; não correndo ela própria atrás da glória e dos bens materiais; usando seus bens para o serviço dos mais pobres e imitando a simplicidade de vida de Cristo. A Igreja e os missionários devem ainda dar o testemunho da humildade, começando por si próprios, ou seja, desenvolvendo a capacidade de exame de consciência, a nível pessoal e comunitário, a fim de corrigirem, em suas atitudes, aquilo que é anti-evangélico e desfigura o rosto de Cristo.

44. O anúncio tem a prioridade permanente na missão: a Igreja não pode esquivar-se ao mandato explícito de Cristo, não pode privar os homens da 'Boa-Nova' de que Deus os ama e salva. 'A evangelização conterà sempre como base, centro e, ao mesmo tempo, vértice do seu dinamismo uma proclamação clara de que, em Jesus Cristo (...) a salvação é oferecida a cada homem, como dom de graça e de misericórdia do próprio Deus. Todas as formas de atividade missionária tendem para esta proclamação que revela e introduz no mistério, desde sempre escondido e agora revelado em Cristo (cf. Ef 3,3-9; Cl 1,25-29), o qual se encontra no âmago da missão e da vida da Igreja, como ponto fulcral de toda a evangelização.

Na realidade complexa da missão, o primeiro anúncio tem um papel central e insubstituível, porque introduz no mistério do amor de Deus, que, em Cristo, nos chama a uma estreita relação pessoal com ele e predispõe a vida para a conversão. A fé nasce do anúncio, e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio. Como a economia salvífica está centrada em Cristo, assim a atividade missionária tende para a proclamação de seu mistério.

O anúncio tem por objeto Cristo crucificado, morto e ressuscitado: por meio dele realiza-se a plena e autêntica libertação do mal, do pecado e da morte; nele Deus dá a 'vida nova', divina e eterna. É esta a 'Boa-Nova', que muda o homem e a história da humanidade, e que todos os povos têm o direito de conhecer. Um tal anúncio tem de se inserir no contexto vital do homem e dos povos que o recebem. Além disso, ele deve ser feito numa atitude de amor e de estima a quem o escuta, com uma linguagem concreta e adaptada às circunstâncias. Para isso concorre o Espírito, que instaura uma união entre o missionário e os ouvintes, tornada possível enquanto um e os outros, por Cristo, entram em comunhão com o Pai.

45. Tendo feito em união com toda a comunidade eclesial, o anúncio nunca é um fato pessoal. O missionário está presente e atuante em virtude de um mandato recebido, pelo que, mesmo se estiver sozinho, sempre viverá unido, por meio de laços invisíveis mas profundos, à atividade evangelizadora de toda a Igreja. Os ouvintes, mais cedo ou mais tarde, entrevêem, por detrás dele, a comunidade que o enviou e o apóia.

O anúncio é animado pela fé, que gera entusiasmo e ardor no missionário. Como ficou dito, os Atos dos Apóstolos definem uma tal atitude com a palavra *parresía*, que significa falar com coragem e desembaraço; o mesmo termo aparece em São Paulo: 'Em nosso Deus, encontramos coragem para vos anunciar o Evangelho, no meio de muitos obstáculos' (1Ts 2,2). 'Rezaí também por mim, para que, quando abrir a boca, me seja dado anunciar corajosamente o mistério do Evangelho, do qual, mesmo com as algemas, sou embaixador, e para que tenha a audácia de falar dele como convém' (Ef 6,19-20).

Ao anunciar Cristo aos não-cristãos, o missionário está convencido de que existe já, nas pessoas e nos povos, pela ação do Espírito, uma ânsia mesmo se inconsciente de conhecer a verdade acerca de Deus, do homem, do caminho que conduz à libertação do pecado e da morte. O entusiasmo posto no anúncio de Cristo deriva da convicção de responder a tal ânsia, pelo que, o missionário não perde a coragem nem desiste do seu testemunho, mesmo quando é chamado a manifestar sua fé num ambiente hostil ou indiferente. Ele sabe que o Espírito do Pai fala nele (cf. Mt 10,17-20; Lc 12,11-12), podendo repetir com os apóstolos: 'nós somos testemunhas destas coisas, juntamente com o Espírito Santo' (At 5,32). Está ciente de que não anuncia uma verdade humana, mas a 'Palavra de Deus', dotada de intrínseca e misteriosa força (cf. Rm 1,16).

A prova suprema é o dom da vida, até ao ponto de aceitar a morte para testemunhar a fé em Jesus Cristo. Como sempre, na história cristã, os 'mártires', isto é, as testemunhas, são numerosas e indispensáveis no caminho do Evangelho. Também em nossa época, há tantos: bispos, sacerdotes, religiosos, religiosas, leigos, tantas vezes heróis desconhecidos que deram a vida para testemunhar a fé. São esses os anunciadores e as testemunhas por excelência.

46. O anúncio da Palavra de Deus visa a conversão cristã, isto é, a adesão plena e sincera a Cristo e ao seu Evangelho, mediante a fé. A conversão é dom de Deus, obra da Trindade: é o Espírito que abre as portas dos corações, para que os homens possam acreditar no Senhor e 'confessá-lo' (1Cor 12,3). Jesus, referindo-se a quem se aproxima dele pela fé, diz: 'ninguém pode vir a mim, se o Pai, que me enviou, o não atrair' (Jo 6,44).

Desde o início, a conversão exprime-se com uma fé total e radical: não põe limites nem impedimentos ao dom de Deus. Ao mesmo tempo, porém, determina um processo dinâmico e permanente que se prolonga por toda a existência, exigindo uma passagem contínua da 'vida segundo a carne' à 'vida segundo o Espírito' (cf. Rm 8,3-13). Esta significa aceitar, por decisão pessoal, a soberania salvífica de Cristo, tornando-se seu discípulo.

A Igreja chama a todos para esta conversão, a exemplo de João Batista que preparava o caminho para Cristo, 'pregando um batismo de conversão, em ordem ao perdão dos pecados' (Mc 1,4), e a exemplo do próprio Cristo que, depois de João ter sido preso, veio para a Galiléia pregar a Boa-Nova de Deus, dizendo: 'Completo-se o tempo, o Reino de Deus está próximo: arrependei-vos, e acreditai no Evangelho' (Mc 1,14-15).

Hoje, o apelo à conversão, que os missionários dirigem aos não-cristãos, é posto em discussão ou facilmente deixado no silêncio. Vê-se nele um ato de 'proselitismo': diz-se que basta ajudar os homens a tornarem-se mais homens ou mais fiéis à própria religião, que basta construir comunidades capazes de trabalharem pela justiça, pela liberdade, pela paz, e pela solidariedade. Esquece-se, porém, que toda a pessoa tem o direito de ouvir a 'Boa-Nova' de Deus que se revela e se dá em Cristo, para realizar, em plenitude, sua própria vocação. A grandeza deste evento ressoa nas palavras de Jesus à samaritana: 'Se tu conhecesses o dom de Deus', e no desejo inconsciente, mas intenso, da mulher: 'Senhor, dá-me dessa água, para que eu não tenha mais sede' (Jo 4,10.15).

47. Os apóstolos, movidos pelo Espírito Santo, convidaram todos a mudarem de vida, a converterem-se e a receberem o batismo. Logo depois do evento do Pentecostes, Pedro fala, de modo convincente, à multidão: ao ouvirem aquelas palavras, os presentes sentiram-se emocionados até ao fundo do coração e perguntaram a Pedro e aos outros apóstolos: 'Que havemos de fazer, irmãos?' Pedro respondeu-lhes: 'Convertei-vos e peça cada um o batismo em nome de Jesus Cristo, para a remissão de seus pecados; receberéis então o dom do Espírito Santo' (At 2,37-38). E, naquele dia, batizou cerca de três mil pessoas. Noutra ocasião, depois da cura de um paralítico, Pedro fala à multidão, dizendo de novo: 'convertei-vos, pois, e mudai de vida, para que sejam apagados os vossos pecados!' (At 3,19).

A conversão a Cristo está ligada ao batismo: está, não só por força da práxis da Igreja, mas por vontade de Cristo, que enviou a fazer discípulos em todas as nações, e a batizá-los (cf. Mt 28,19); está, ainda, por intrínseca exigência da recepção em plenitude da vida nova nele: 'Em verdade, em verdade, te digo assim falou Jesus a Nicodemos quem não nasceu da água e do Espírito não pode entrar no Reino de Deus' (Jo 3,5). O batismo, de fato, regenera-nos para a vida de filhos de Deus, une-nos a Jesus Cristo e unge-nos no Espírito Santo: aquele não é um simples selo da conversão, à maneira de um sinal exterior que a comprova e atesta; mas é o sacramento que significa e opera este novo nascimento do Espírito, instaura vínculos reais e inseparáveis com a Trindade, torna-nos membros do Corpo de Cristo, que é a Igreja.

Recordamos tudo isto, porque certas pessoas, precisamente onde se realiza a missão 'ad gentes', tendem a separar a conversão a Cristo, do batismo, considerando-o como desnecessário. É verdade que, em certos ambientes, alguns aspectos sociológicos, referentes ao batismo, lhe obscurecem o genuíno significado de fé. Isso se deve a diversos fatores históricos e culturais, que é necessário suprimir onde ainda subsistam, para que o sacramento da regeneração espiritual surja em todo o seu valor: nesta tarefa, empenhem-se as comunidades eclesiais locais. Também é verdade que algumas pessoas se dizem interiormente comprometidas com Cristo e com a sua mensagem, mas sem querer sê-lo sacramentalmente, porque, devido aos seus preconceitos, ou por culpa dos cristãos, não chegam a perceber a verdadeira natureza da Igreja, mistério de fé e de amor. Desejo encorajar estas pessoas a abrirem-se plenamente a Cristo, recordando, a quantos sentem o fascínio de Cristo, que foi ele próprio que quis a Igreja como 'lugar' onde, de fato, podem encontrá-lo. Ao mesmo tempo, convido os fiéis e as comunidades cristãs a testemunharem autenticamente Cristo com sua vida nova.

Cada convertido é, certamente, um dom oferecido à Igreja, mas comporta, também, para ela, uma grave responsabilidade, não só porque ele terá de ser preparado para o batismo com o catecumenato, e depois continuar sua instrução religiosa, mas também porque especialmente se adulto traz como que uma energia nova, o entusiasmo da fé, o desejo de encontrar, na própria Igreja, o Evangelho vivido. Seria para ele uma desilusão se, entrando na comunidade eclesial, encontrasse, aí, uma vida sem fervor, privada de sinais de renovação. Não poderemos pregar a conversão, se nós mesmos não nos convertermos todos os dias.

48. A conversão e o batismo inserem na Igreja, onde ela já existe, ou então implicam a constituição de novas comunidades, que confessem Jesus Senhor e Salvador. Isto faz parte do desígnio de Deus, a quem aprouve 'chamar os homens a participar de sua própria vida, não um a um, mas constituídos como povo, no qual seus filhos dispersos fossem reconduzidos à unidade'.

A missão 'ad gentes' tem este objetivo: fundar comunidades cristãs, desenvolver Igrejas até sua completa maturação. Esta é uma meta central e qualificativa da atividade missionária, de tal modo que esta não se pode considerar verdadeiramente concluída, enquanto não tiver conseguido edificar uma nova Igreja particular, atuando normalmente no ambiente local. Disto fala amplamente o Decreto 'Ad Gentes', e, já depois do Concílio, se consolidou a linha teológica que defende que todo o mistério da Igreja está contido em cada uma das Igrejas particulares, desde que esta não se isole, mas permaneça em comunhão com a Igreja universal e, por sua vez, se faça também missionária. Trata-se de um grande e longo trabalho, onde é difícil indicar as etapas em que cessa a ação propriamente missionária para se passar à atividade pastoral. Mas alguns pontos devem ficar claros.

49. Antes de mais nada, é necessário procurar estabelecer, em cada lugar, comunidades cristãs que 'sejam sinal da presença divina no mundo' e cresçam até se tornarem Igrejas. Não obstante o elevado número de dioceses, existem ainda vastas áreas onde as Igrejas locais não se encontram, ou são insuficientes relativamente à vastidão do território e à densidade da população: está ainda por realizar um grande trabalho de implantação e de desenvolvimento da Igreja. Não está terminada esta fase da história eclesial, dita 'plantatio Ecclesiae'; pelo contrário, em muitos aglomerados humanos, está ainda por iniciar.

A responsabilidade de tal tarefa recai sobre a Igreja universal e sobre as Igrejas particulares, sobre todo o povo de Deus e sobre as diversas forças missionárias. Cada Igreja, mesmo aquela que é formada por neoconvertidos, é, por sua natureza, missionária; é simultaneamente evangelizada e evangelizadora, devendo a fé ser apresentada como dom de Deus, tanto quando se vive em comunidade (família, paróquia, associações) como quando se irradia para o exterior, quer pelo testemunho de vida quer pela palavra. A ação evangelizadora da comunidade cristã, primeiramente no próprio território, e depois, mais além, como participação na missão

universal, é o sinal mais claro da maturidade da fé. Impõe-se uma conversão radical da mentalidade para nos tornarmos missionários e isto vale tanto para os indivíduos como para as comunidades. O Senhor chama-nos constantemente a sairmos de nós próprios, a partilhar com os outros os bens que temos, começando pelo mais precioso, que é a fé. À luz deste imperativo missionário, dever-se-á medir a validade dos organismos, movimentos, paróquias e obras de apostolado da Igreja. Somente tornando-se missionária é que a comunidade cristã conseguirá superar divisões e tensões internas, e reencontrar sua unidade e vigor de fé.

As forças missionárias, vindas de outras Igrejas e países, devem agir em comunhão com as forças locais, no desenvolvimento da comunidade cristã. Em particular, toca àquelas sempre segundo as diretrizes dos bispos e em colaboração com os responsáveis locais promover a difusão da fé e a expansão da Igreja nos ambientes e grupos não-cristãos; cabe-lhes, ainda, animar o sentido missionário das Igrejas locais, para que a preocupação pastoral sempre fique associada, a da missão 'ad gentes'. Assim, cada Igreja fará verdadeiramente sua a solicitude de Cristo, o bom Pastor, que se prodigaliza por seu rebanho, mas pensa, ao mesmo tempo, nas 'outras ovelhas que não são deste aprisco' (Jo 10,16).

50. Tal solicitude constituirá motivo e estímulo para um renovado empenho ecumênico. Os laços existentes entre a atividade ecumênica e a atividade missionária tornam necessário considerar dois fatores relativos a elas. Por um lado, temos de reconhecer que a 'divisão dos cristãos prejudica a santíssima causa de pregar o Evangelho a toda a criatura e fecha a muitos o acesso à fé'. Na verdade, o fato de a Boa-Nova da reconciliação ser proclamada por cristãos, que entre si se apresentam divididos, debilita o seu testemunho, e, por isso, é urgente trabalhar pela unidade dos cristãos, para que a atividade missionária possa ser mais incisiva. Ao mesmo tempo, não devemos esquecer que o próprio esforço em direção à unidade constitui, por si, um sinal da obra de reconciliação que Deus realiza no meio de nós.

Por outro lado, é verdade, também, que todos aqueles que receberam o batismo em Cristo estão constituídos numa certa comunhão entre si, embora não perfeita. É sobre esta base que se fundamenta a orientação dada pelo Concílio: 'Os católicos, banindo toda a forma de indiferentismo, de sincretismo e odiosa rivalidade, colaborem com os irmãos separados, em conformidade com as disposições do decreto sobre o Ecumenismo, por meio da comum profissão de fé em Deus e em Jesus Cristo, diante dos gentios, na medida do possível, e pela cooperação em questões sociais e técnicas, culturais e religiosas'.

A atividade ecumênica e o testemunho comum de Jesus Cristo, dado pelos cristãos pertencentes a diversas Igrejas e comunidades eclesiais, produziu já abundantes frutos, mas é ainda mais urgente que colabore e testemunhem, de comum acordo, neste tempo em que seitas cristãs e paracristãs semeiam a confusão com sua ação. A expansão dessas seitas constitui uma ameaça para a Igreja Católica e para todas as comunidades eclesiais com quem ela mantém um diálogo. Onde for possível e segundo as circunstâncias locais, a resposta dos cristãos poderá também ser ecumênica.

51. Um fenômeno, com crescimento rápido nas jovens Igrejas, promovido pelos bispos ou mesmo pelas Conferências episcopais, por vezes como opção prioritária da pastoral, são as comunidades eclesiais de base (conhecidas, também, por outros nomes), que estão dando boas provas como centros de formação cristã e de irradiação missionária. Trata-se de grupos de cristãos, a nível familiar ou de ambientes restritos, que se encontram para a oração, a leitura da Sagrada Escritura, a catequese, para a partilha dos problemas humanos e eclesiais, em vista de um compromisso comum. Elas são um sinal da vitalidade da Igreja, instrumento de formação e evangelização, um ponto de partida válido para uma nova sociedade, fundada na 'civilização do amor'.

Tais comunidades descentralizam e, simultaneamente, articulam a comunidade paroquial, à qual sempre permanecem unidas; radicam-se em ambientes simples das aldeias, tornando-se fermento de vida cristã, de atenção aos 'últimos', de empenho na transformação da sociedade. O indivíduo cristão faz nelas uma experiência comunitária, onde ele próprio se sente um elemento ativo, estimulado a dar a sua colaboração para proveito de todos. Deste modo, elas tornam-se instrumento de evangelização e de primeiro anúncio, bem como fonte de novos ministérios; enquanto, animadas pela caridade de Cristo, oferecem uma indicação sobre o modo de superar divisões, tribalismos, racismos.

De fato, cada comunidade, para ser cristã, deve fundar-se e viver em Cristo, na escuta da Palavra de Deus, na oração onde a Eucaristia ocupa o lugar central, na comunhão expressa pela unidade de coração e de alma, e pela partilha conforme as necessidades dos vários membros (cf. At 2,42-47). Toda a comunidade recordava Paulo VI deve viver em unidade com a Igreja particular e universal, na comunhão sincera com os pastores e o Magistério, empenhada na irradiação missionária e evitando fechar-se em si mesma ou deixar-se instrumentalizar ideologicamente. O Sínodo dos bispos afirmou: 'Uma vez que a Igreja é comunhão, as novas comunidades de base, se verdadeiramente vivem em unidade com a Igreja, representam uma verdadeira expressão de comunhão e um meio eficaz para construir uma comunhão ainda mais profunda. Por isso, são um motivo de grande esperança para a vida da Igreja'.

52. Desenvolvendo sua atividade missionária no meio dos povos, a Igreja encontra várias culturas, vendo-se envolvida no processo de inculturação. Esta constitui uma exigência que marcou todo o seu caminho histórico, mas hoje é particularmente aguda e urgente.

O processo de inserção da Igreja, nas culturas dos povos, requer, um tempo longo: é que não se trata de uma mera adaptação exterior, já que a inculturação 'significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas'. Trata-se, pois, de um processo profundo e globalizante que integra tanto a mensagem cristã como a reflexão e a práxis da Igreja. Mas é, também um processo difícil, porque não pode comprometer de modo algum, a especificidade e a integridade da fé cristã.

Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e, simultaneamente, introduz os povos, com suas culturas, na sua própria comunidade, transmitindo-lhes seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro. Por sua vez, a Igreja, com a inculturação, torna-se um sinal mais transparente daquilo que realmente ela é, e um instrumento mais apto para a missão.

Graças a esta ação das Igrejas locais, a própria Igreja universal se enriquece com novas expressões e valores nos diversos setores da vida cristã, tais como a evangelização, o culto, a Teologia, a caridade; conhece e exprime, cada vez melhor, o mistério de Cristo, e é estimulada a uma renovação contínua. Estes temas,

presentes no Concílio e no Magistério sucessivo, eu os tenho afrontado, repetidamente, nas minhas visitas pastorais às jovens Igrejas.

A inculturação é um caminho lento, que acompanha toda a vida missionária e que responsabiliza os vários agentes da missão 'ad gentes', as comunidades cristãs à medida que se vão desenvolvendo, e os pastores que têm a responsabilidade de discernimento e de estímulo em sua realização.

53. Os missionários, provenientes de outras Igrejas e países, devem inserir-se no mundo sociocultural daqueles a quem são enviados, superando os condicionalismos do próprio ambiente de origem. Assim, torna-se necessário aprender a língua da região onde trabalham, conhecer as expressões mais significativas de sua cultura, descobrindo seus valores, por experiência direta. Eles só poderão levar aos povos, de maneira crível e frutuosa, o conhecimento do mistério escondido (cf. Rm 16,25-27; Ef 3,5), mediante aquela aprendizagem. Não se trata, por certo, de renegar a própria identidade cultural, mas de compreender, estimar, promover e evangelizar a do ambiente em que atuam e, deste modo, conseguir realmente comunicar-se com ele, assumindo um estilo de vida que seja sinal de testemunho evangélico e de solidariedade com o povo.

As comunidades eclesiais em formação, inspiradas pelo Evangelho, poderão exprimir, progressivamente, a própria experiência cristã, em modos e formas originais, em consonância com as próprias tradições culturais, embora sempre em sintonia com as exigências objetivas da própria fé. Para isso, especialmente no que toca aos setores mais delicados da inculturação, as Igrejas particulares do mesmo território devem trabalhar em comunhão entre si e com toda a Igreja, certas de que só a atenção tanto à Igreja universal como à Igreja particular as tornará capazes de traduzirem o tesouro da fé, na legítima variedade de suas expressões. Portanto, os grupos evangelizados oferecerão os elementos para uma tradução da mensagem evangélica, tendo presente os contributos positivos provenientes do contato do cristianismo com as várias culturas, ao longo dos séculos, mas sem nunca esquecer os perigos de alteração, que, de quando em vez, nos tentam.

54. A propósito disto, continuam fundamentais algumas indicações. A inculturação, em seu correto desenvolvimento, deve ser guiada por dois princípios: 'a compatibilidade com o Evangelho e a comunhão com a Igreja universal'. Os bispos, defensores do 'depósito da fé', velarão pela fidelidade e, sobretudo, pelo discernimento, para o qual se requer um profundo equilíbrio: de fato, corre-se o risco de se passar, acriticamente, de um alheamento da cultura para uma supervalorização da mesma, que não deixa de ser um produto do homem e, como tal, está marcada pelo pecado. Também ela deve ser 'purificada, elevada, e aperfeiçoada'.

Um tal processo requer gradualidade, para que seja verdadeiramente uma expressão da experiência cristã da comunidade: 'será necessária uma incubação do mistério cristão no caráter do vosso povo dizia Paulo VI em Kampala para que sua voz nativa, mais límpida e franca, se levante harmoniosa, no coro das vozes da Igreja universal'. Enfim, a inculturação deve envolver todo o povo de Deus e não apenas alguns peritos, dado que o povo reflete aquele sentido da fé, que nunca se deve perder de vista. Ela seja guiada e estimulada, mas nunca forçada, para não provocar reações negativas nos cristãos: deve ser uma expressão da vida comunitária, ou seja, amadurecida no seio da comunidade, e não fruto exclusivo de investigações eruditas. A salvaguarda dos valores tradicionais é efeito de uma fé madura.

55. O diálogo inter-religioso faz parte da missão evangelizadora da Igreja. Entendido como método e meio para um conhecimento e enriquecimento recíproco, ele não está em contraposição com a missão 'ad gentes'; pelo contrário, tem laços especiais com ela, e constitui uma sua expressão. Na verdade, a missão tem por destinatários os homens que não conhecem Cristo e o seu Evangelho, e pertencem, em sua grande maioria, a outras religiões. Deus atrai a si todos os povos, em Cristo, desejando comunicar-lhes a plenitude de sua revelação e de seu amor. Ele não deixa de se tornar presente, de tantos modos, quer aos indivíduos quer aos povos, através das suas riquezas espirituais, cuja principal e essencial expressão são as religiões, mesmo se contêm também lacunas, insuficiências e erros. Tudo isto foi amplamente sublinhado pelo Concílio e pelo Magistério sucessivo, sem nunca deixar de afirmar que a salvação vem de Cristo, e o diálogo não dispensa a evangelização.

À luz do plano de salvação, a Igreja não vê contraste entre o anúncio de Cristo e o diálogo inter-religioso; sente necessidade, porém, de conjugá-los no âmbito da sua missão 'ad gentes'. De fato, é necessário que esses dois elementos mantenham seu vínculo íntimo e, ao mesmo tempo, a sua distinção, para que não sejam confundidos, instrumentalizados, nem considerados equivalentes, a ponto de se puderem substituir entre si.

Recentemente, escrevi aos bispos da Ásia: 'mesmo reconhecendo a Igreja, de bom grado, o quanto há de verdadeiro e de santo nas tradições religiosas do Budismo, do Induismo e do Islão reflexos daquela verdade que ilumina todos os homens, isso não diminui seu dever e sua determinação de proclamar, sem hesitações, Jesus Cristo que é o Caminho, a Verdade, e a Vida (...) O fato de os crentes de outras religiões poderem receber a graça de Deus e serem salvos por Cristo, independentemente dos meios normais por ele estabelecidos, não suprime, de fato, o apelo à fé e ao batismo que Deus dirige a todos os povos'. Na verdade, o próprio Senhor, 'ao inculcar expressamente a necessidade da fé e do batismo, ao mesmo tempo corroborou a necessidade da Igreja, na qual os homens entram pela porta do batismo'. O diálogo deve ser conduzido e realizado com a convicção de que a Igreja é o caminho normal de salvação e que só ela possui a plenitude dos meios de salvação.

56. O diálogo não nasce de táticas ou de interesses, mas é uma atividade que apresenta motivações, exigências, dignidade própria: é exigido pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito, que sopra onde quer, operou em cada homem. Por ele, a Igreja pretende descobrir as 'sementes do Verbo', os 'fulgores daquela verdade que ilumina todos os homens' sementes e fulgores que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade. O diálogo fundamenta-se sobre a esperança e a caridade, e produzirá frutos no Espírito. As outras religiões constituem um desafio positivo para a Igreja: estimulam-na, efetivamente, quer a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito, quer a aprofundar a própria identidade e a testemunhar a integridade da revelação, da qual é depositária para o bem de todos.

Daquí deriva o espírito que deve animar um tal diálogo, no contexto da missão. O interlocutor deve ser coerente com as próprias tradições e convicções religiosas, e disponível para compreender as do outro, sem dissimulações nem restrições, mas com verdade, humildade e lealdade, sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos. Não deve haver qualquer abdicação nem irenismo, mas o testemunho recíproco em ordem a um progresso comum, no caminho da procura e da experiência religiosa, e, simultaneamente, em vista do

superamento de preconceitos, intolerâncias e mal-entendidos. O diálogo tende à purificação e conversão interior que, se for realizada na docilidade ao Espírito, será espiritualmente frutuosa.

57. Ao diálogo, abre-se um vasto campo, podendo ele assumir múltiplas formas e expressões: desde o intercâmbio entre os peritos de tradições religiosas ou com seus representantes oficiais, até à colaboração no desenvolvimento integral e na salvaguarda dos valores religiosos; desde a comunicação das respectivas experiências espirituais, até o denominado 'diálogo de vida', pelo qual os crentes das diversas religiões mutuamente testemunham, na existência cotidiana, os próprios valores humanos e espirituais, ajudando-se a vivê-los em ordem à edificação de uma sociedade mais justa e fraterna.

Todos os fiéis e comunidades cristãs são chamadas a praticar o diálogo, embora não no mesmo grau e forma. Para isso, é indispensável o contributo dos leigos, que 'com o exemplo de sua vida e com a própria ação podem favorecer a melhoria das relações entre os crentes das diversas religiões' enquanto alguns deles poderão mesmo oferecer uma ajuda na pesquisa e no estudo.

Sabendo que muitos missionários e comunidades cristãs encontram, no caminho difícil e, por vezes, incompreendido do diálogo, a única maneira de prestar um sincero testemunho de Cristo e um generoso serviço ao homem, desejo encorajá-los a perseverar com fé e caridade, mesmo onde seus esforços não encontrem acolhimento nem resposta. O diálogo é um caminho que conduz ao Reino e, certamente, dará frutos, mesmo se os tempos e os momentos estão reservados ao Pai (cf. At 1,7).

58. A missão 'ad gentes' desenvolve-se, ainda hoje, em sua maior parte, nas regiões do hemisfério Sul, onde é mais urgente a ação em favor do desenvolvimento integral e da libertação de toda a opressão. A Igreja sempre soube suscitar, nas populações que evangelizou, o impulso para o progresso, e os missionários, hoje mais do que no passado, são reconhecidos também como promotores de desenvolvimento por governos e peritos internacionais, que ficam admirados do fato de obterem notáveis resultados com escassos meios.

Na Encíclica 'Sollicitudo Rei Socialis', afirmo que 'a Igreja não tem soluções técnicas para resolver o subdesenvolvimento como tal, mas dá o primeiro contributo para a solução do urgente problema do progresso, quando proclama a verdade acerca de Cristo, de si própria e do homem, aplicando-a a uma situação concreta'. A Conferência dos Bispos latino-americanos, em Puebla, afirmou que 'o melhor serviço ao irmão é a evangelização, a qual o predispõe a realizar-se como filho de Deus, liberta-o da injustiça e promove-o integralmente'. A missão da Igreja não é a intervenção direta no plano econômico, técnico, político ou do contributo material para o desenvolvimento, mas consiste, essencialmente, em oferecer aos povos não um 'ter mais', e sim, um 'ser mais', despertando as consciências com o Evangelho. 'O progresso humano autêntico deve assentar suas raízes sobre uma evangelização cada vez mais profunda'.

A Igreja e os missionários são também promotores de desenvolvimento com suas escolas, hospitais, tipografias, universidades, explorações agrícolas experimentais. O progresso de um povo, porém, não deriva primeiramente do dinheiro, nem dos auxílios materiais nem das estruturas técnicas, mas, sobretudo, da formação das consciências, do amadurecimento das mentalidades e dos costumes. O homem é que é o protagonista do desenvolvimento, não o dinheiro ou a técnica. A Igreja educa as consciências, revelando aos povos aquele Deus que procuram sem o conhecer, a grandeza do homem criado à imagem de Deus e por ele amado, a igualdade de todos os homens, enquanto filhos de Deus, o domínio sobre a natureza criada e posta ao serviço do homem, o dever de se empenhar no progresso do homem todo e de todos os homens.

59. Com a mensagem evangélica, a Igreja oferece uma força libertadora e criadora de desenvolvimento, exatamente porque leva à conversão do coração e da mentalidade, faz reconhecer a dignidade de cada pessoa, predispõe à solidariedade, ao compromisso e ao serviço dos irmãos, insere o homem no projeto de Deus, que é a construção do Reino de paz e de justiça, já a partir desta vida. É a perspectiva bíblica dos novos céus e da nova Terra (cf. Is 65,17; 2Pd 3,13; Ap 21,1), a qual inseriu na história, o estímulo e a meta para o avanço da humanidade. O progresso do homem vem de Deus, do modelo Jesus e deve conduzir a Deus. Eis porque, entre anúncio evangélico e promoção do homem, existe uma estreita conexão.

O contributo da Igreja e de sua obra evangelizadora para o desenvolvimento dos povos não se restringe apenas ao hemisfério Sul, visando combater, aí, a miséria material e o subdesenvolvimento, mas envolve também o Norte, que está exposto à miséria moral e espiritual, causada pelo 'superdesenvolvimento'. Uma certa concepção a-religiosa da vida moderna, dominante em algumas partes do mundo, está baseada na idéia de que, para tornar o homem mais homem, basta enriquecer e elevar o crescimento técnico e econômico. Todavia, um desenvolvimento sem alma não pode bastar ao homem, e o excesso de opulência é tão nocivo quanto o excesso de pobreza. O hemisfério Norte construiu um 'modelo de desenvolvimento' e quer difundi-lo para o Sul, onde o sentido de religiosidade e os valores humanos, que ali existem, correm o risco de serem submersos pela vaga do consumismo.

'Contra a fome: muda de vida' é um lema, nascido em ambientes eclesiais, que indica, aos povos ricos, o caminho para se tornarem irmãos dos pobres: é preciso voltar a uma vida mais austera que favoreça um novo modelo de progresso, atento aos valores éticos e religiosos. A atividade missionária leva aos pobres a luz e o estímulo para o verdadeiro progresso, enquanto a nova evangelização, entre outras tarefas, deve criar, nos ricos, a consciência de que chegou o momento de se tornarem realmente irmãos dos pobres, na conversão comum ao 'progresso integral', aberto ao Absoluto.

60. A Igreja, em todo o mundo, afirmo durante minha visita ao Brasil quer ser a Igreja dos pobres. Ela deseja extrair toda a verdade contida nas bem-aventuranças, e em particular, na primeira: Bem-aventurados os pobres em espírito.... Ela quer ensinar e pôr em prática esta verdade, como Jesus, que veio fazer e ensinar'. As jovens Igrejas, que, em sua maioria, vivem no meio de povos que sofrem de uma enorme pobreza, referem, muitas vezes esta preocupação como parte integrante da sua missão. A Conferência dos Bispos latino-americanos, em Puebla, depois de ter recordado o exemplo de Jesus, escreve que 'os pobres merecem uma atenção preferencial, seja qual for a situação moral ou pessoal em que se encontrem. Criados à imagem e semelhança de Deus, para serem seus filhos, essa imagem está ofuscada e até ultrajada. Por isso, Deus toma sua defesa e os ama. Daí resulta que os primeiros destinatários da missão são os pobres, sendo sua evangelização, sinal e prova, por excelência, da missão de Jesus'.

Fiel ao espírito das bem-aventuranças, a Igreja é chamada à partilha com os pobres e oprimidos de qualquer gênero. Assim, exorto os discípulos de Cristo e as comunidades cristãs, desde as famílias às dioceses, das paróquias aos institutos religiosos, a fazerem uma sincera revisão da própria vida, na perspectiva da

solidariedade com os pobres. Ao mesmo tempo, agradeço aos missionários que, com sua presença amorosa e seu serviço humilde, trabalham para o desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade, levantando escolas, centros sanitários, leprosários, casas de assistência para deficientes físicos e anciãos, iniciativas para a promoção da mulher. Agradeço, em particular, às religiosas, aos irmãos e aos leigos missionários, por sua dedicação, enquanto encorajo os voluntários de organizações não-governamentais, hoje cada vez mais numerosos, que se dedicam a estas obras de caridade e de promoção humana.

De fato, são essas 'obras de caridade' que dão testemunho da alma de toda a atividade missionária: o amor, que é e permanece o verdadeiro motor da missão, constituindo também 'o único critério pelo qual tudo deve ser feito ou deixado de fazer, mudado ou mantido. É o princípio que deve dirigir cada ação, e o fim para o qual deve tender. Agindo na perspectiva da caridade ou inspirados pela caridade, nada é impróprio, e tudo é bom'".

Nota:129

Jo 15,1-8: "Eu sou a verdadeira videira, e meu Pai é o agricultor. Todo ramo que não dá fruto em mim, o Pai o corta. Os ramos que dão fruto, ele os poda para que dêem mais fruto ainda. Vocês já estão limpos por causa da palavra que eu lhes falei. Fiquem unidos a mim, e eu ficarei unido a vocês. O ramo que não fica unido à videira não pode dar fruto. Vocês também não poderão dar fruto, se não ficarem unidos a mim. Eu sou a videira, e vocês são os ramos. Quem fica unido a mim, e eu a ele, dará muito fruto, porque sem mim vocês não podem fazer nada. Quem não fica unido a mim será jogado fora como um ramo, e secará. Esses ramos são ajuntados, jogados no fogo e queimados. Se vocês ficam unidos a mim e minhas palavras permanecem em vocês, peçam o que quiserem e será concedido a vocês. A glória de meu Pai se manifesta quando vocês dão muitos frutos e se tornam meus discípulos."

Nota:130

RMi 52: "52. Desenvolvendo sua atividade missionária no meio dos povos, a Igreja encontra várias culturas, vendo-se envolvida no processo de inculturação. Esta constitui uma exigência que marcou todo o seu caminho histórico, mas hoje é particularmente aguda e urgente.

O processo de inserção da Igreja, nas culturas dos povos, requer, um tempo longo: é que não se trata de uma mera adaptação exterior, já que a inculturação 'significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas'. Trata-se, pois, de um processo profundo e globalizante que integra tanto a mensagem cristã como a reflexão e a práxis da Igreja. Mas é, também um processo difícil, porque não pode comprometer de modo algum, a especificidade e a integridade da fé cristã.

Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e, simultaneamente, introduz os povos, com suas culturas, na sua própria comunidade, transmitindo-lhes seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro. Por sua vez, a Igreja, com a inculturação, torna-se um sinal mais transparente daquilo que realmente ela é, e um instrumento mais apto para a missão.

Graças a esta ação das Igrejas locais, a própria Igreja universal se enriquece com novas expressões e valores nos diversos setores da vida cristã, tais como a evangelização, o culto, a Teologia, a caridade; conhece e exprime, cada vez melhor, o mistério de Cristo, e é estimulada a uma renovação contínua. Estes temas, presentes no Concílio e no Magistério sucessivo, eu os tenho afrontado, repetidamente, nas minhas visitas pastorais às jovens Igrejas.

A inculturação é um caminho lento, que acompanha toda a vida missionária e que responsabiliza os vários agentes da missão 'ad gentes', as comunidades cristãs à medida que se vão desenvolvendo, e os pastores que têm a responsabilidade de discernimento e de estímulo em sua realização".

Nota:131

"Veja cima, cap. II, nn.52ss. Cf. também M. de C. AZEVEDO, verbete Inculturação.I, in: René LATOURELLE e Rino FISICHELLA (Org.), *Dicionário de Teologia Fundamental*. Vozes, Petrópolis Santuário, Aparecida, 1994, 464-472."

Nota:132

DSD 243-251: "243. A ação de Deus, através do seu Espírito, dá-se permanentemente no interior de todas as culturas. Na plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho Jesus Cristo, que assumiu as condições sociais e culturais dos povos 'e se fez em tudo como nós, com exceção do pecado' (Hb 4,14; cf. GS 22).

A analogia entre a encarnação e a presença cristã no contexto sociocultural e histórico dos povos suscita para nós o problema teológico da inculturação. Esta inculturação é um processo que vai do Evangelho ao coração de cada povo e comunidade com a mediação da linguagem e dos símbolos compreensíveis e apropriados segundo o juízo da Igreja.

Uma meta da Evangelização inculturada será sempre a salvação e libertação integral de determinado povo ou grupo humano, que fortaleça sua identidade e confie em seu futuro específico, contrapondo-se aos poderes da morte, adotando a perspectiva de Jesus Cristo encarnado, que salvou o homem partindo da fraqueza, da pobreza e da cruz redentora. A Igreja defende os autênticos valores culturais de todos os povos, especialmente dos oprimidos, indefesos e marginalizados, diante da força esmagadora das estruturas de pecado manifestas na sociedade moderna.

244. 'A América Latina e o Caribe configuram um continente multiétnico e pluricultural. Nele convivem, em geral, povos aborígenes, afro-americanos, mestiços e descendentes de europeus e asiáticos, cada qual com sua própria cultura que os situa em sua respectiva identidade social, segundo a cosmovisão de cada povo. Eles buscam, porém, uma unidade a partir da identidade católica.

245. Os povos indígenas de hoje cultivam valores humanos de grande significação. Eles têm, nas palavras de João Paulo II, 'a certeza de que o mal se identifica com a morte e o bem com a vida' (João Paulo II, Mensagem aos indígenas, 2). Estes valores e convicções são fruto das 'sementes do Verbo' que estavam já presentes e atuantes nos seus antepassados, para que fossem descobrindo a presença do Criador em todas as suas criaturas: o sol, a lua, a mãe terra etc. (cf. *ibid.*).

A Igreja, ao se encontrar com estes povos nativos, desde o princípio, tratou de acompanhá-los na luta pela própria sobrevivência, ensinando-lhes o caminho de Cristo Salvador, a partir da injusta situação de povos vencidos, invadidos e tratados como escravos. Na primeira evangelização, junto a enormes sofrimentos, houve grandes acertos e intuições pastorais valiosas, cujos frutos perduram até os nossos dias.

246. As culturas afro-americanas, presentes na América Latina e no Caribe, estão marcadas por uma constante resistência à escravidão. Estes povos, que somam milhões de pessoas, têm também nas suas culturas valores humanos que expressam a presença do Deus criador.

Durante os quatro séculos passados, é indubitável que vários milhões de africanos negros foram transportados como escravos, violentamente arrancados de suas terras, separados de suas famílias e vendidos como mercadoria. A escravidão dos negros e a matança dos índios foram o maior pecado da expansão colonial do Ocidente. Infelizmente, no que se refere à escravidão, ao racismo e à discriminação, houve batizados que não se mantiveram alheios a essa situação.

247. Como o assinalou vigorosamente o Documento de Puebla, nos povos que são fruto da mestiçagem racial, tem-se desenvolvido uma cultura 'mestiça' particular, na qual está muito vigente a religiosidade popular, como forma inculturada do catolicismo. Coexistem, no entanto, o descumprimento de deveres cristãos ao lado de admiráveis exemplos de vida cristã e um desconhecimento da doutrina ao lado de vivências católicas enraizadas nos princípios do Evangelho.

Nas expressões culturais e religiosas de camponeses e de habitantes das periferias urbanas, reconhece-se grande parte do patrimônio cristão do continente e uma fé arraigada dos valores do Reino de Deus.

248. Depois de ter pedido perdão com o Papa aos nossos irmãos indígenas e afro-americanos 'perante a infinita santidade de Deus, pelos fatos marcados pelo pecado, pela injustiça e pela violência' (Audiência geral, quarta-feira 21 de outubro de 1991), queremos desenvolver uma evangelização inculturada:

1. Para com nossos irmãos indígenas:

- Oferecer o evangelho de Jesus com o testemunho de uma atitude humilde, compreensiva e profética, valorizando sua palavra através de um diálogo respeitoso, franco e fraterno e esforçar-nos por conhecer suas próprias línguas.

- Crescer no conhecimento crítico de suas culturas para apreciá-las à luz do Evangelho.

- Promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas compatíveis com o claro sentido da fé, mantendo o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja.

- Acompanhar sua reflexão teológica, respeitando suas formulações culturais, que os auxiliam a dar a razão de sua fé e de sua esperança.

- Crescer no conhecimento de sua cosmovisão, que faz da globalidade de Deus, homem e mundo, uma unidade que impregna todas as relações humanas, espirituais e transcendentais.

- Promover nos povos indígenas seus valores culturais autóctones mediante uma inculturação da Igreja, para atingir uma maior realização do Reino.

2. Para com nossos irmãos afro-americanos:

249. Conscientes do problema da marginalização e do racismo que pesa sobre a população negra, a Igreja, na sua missão evangelizadora, quer participar dos seus sofrimentos e acompanhá-los em suas legítimas aspirações em busca de uma vida mais justa e digna para todos (cf. *ibid.*).

- Pela mesma razão, a Igreja na América Latina e no Caribe quer apoiar os povos afro-americanos na defesa de sua identidade e no reconhecimento de seus próprios valores; como também ajudá-los a manter vivos seus usos e costumes compatíveis com a doutrina cristã (discurso do Papa João Paulo II aos Afro-americanos em São Domingos).

- Da mesma forma, comprometemo-nos a dedicar especial atenção à causa das comunidades afro-americanas no campo pastoral, favorecendo a manifestação das expressões religiosas próprias de suas culturas (Ib.).

250. *Desenvolver a consciência da mestiçagem*, não só em nível racial, mas também cultural, que caracteriza as grandes maiorias em muitos dos nossos povos, pois está vinculada à inculturação do Evangelho.

251. Para uma autêntica promoção humana, a Igreja quer apoiar os esforços que estes povos fazem para ser reconhecidos como tais pelas leis nacionais e internacionais, com pleno direito à terra, às suas próprias organizações e vivências culturais, a fim de garantir o direito que têm de viver segundo sua identidade, sua própria língua e seus costumes ancestrais, e de se relacionar em plena igualdade com todos os povos da terra.

Portanto assumimos os seguintes compromissos:

- Superar a mentalidade e a práxis do desenvolvimento induzido do exterior, em favor do autodesenvolvimento, a fim de que estes povos sejam artífices do seu próprio destino.

- Contribuir eficazmente para deter e erradicar as políticas tendentes a fazer desaparecer as culturas autóctones como meios de forçada integração; ou pelo contrário, políticas que queiram manter os indígenas isolados e marginalizados da realidade nacional.

- Empulsionar a plena vigência dos direitos humanos dos indígenas e afro-americanos, incluindo a legítima defesa de suas terras.

- Como gesto concreto de solidariedade em favor dos camponeses, indígenas e afro-americanos, apoiar a Fundação 'Populorum Progressio', instituída pelo Santo Padre.

- Rever completamente nossos sistemas educacionais, para eliminar definitivamente todo aspecto discriminatório no que diz respeito a métodos educativos, volume e investimento de recursos.

- Fazer o possível para que se garanta aos indígenas e afro-americanos uma educação adequada a suas respectivas culturas, começando inclusive com a alfabetização bilingüe".

Nota: 133

DSD 252-262: "252. Embora realidade pluricultural, a América Latina e o Caribe estão profundamente marcados pela cultura ocidental, cuja memória, consciência e projeto se apresentam sempre no nosso predominante estilo de vida comum. Daí o impacto que a cultura moderna e as possibilidades a nós atualmente oferecidas por seu período pós-moderno produziram em nossa maneira de ser.

A cultura moderna se caracteriza pela centralidade do homem; os valores da personalização, da dimensão social e da convivência; a absolutização da razão, cujas conquistas científicas e tecnológicas e informáticas têm satisfeito muitas das necessidades do homem, ao mesmo tempo que têm buscado autonomia em relação à natureza, a qual domina; em relação à história, cuja construção ele assume; e inclusive em relação a Deus, do qual se desinteressa ou relega à consciência pessoal, privilegiando exclusivamente a ordem temporal.

A pós-modernidade é o resultado do fracasso da pretensão reducionista da razão moderna, que leva o homem a questionar tanto alguns êxitos da modernidade como a confiança no progresso indefinido, embora reconheça,

como o faz também a Igreja (GS 57), seus valores. Tanto a modernidade, com seus valores e contravalores, como a pós-modernidade enquanto espaço aberto à transcendência, apresentam sérios desafios à evangelização da cultura.

Desafios pastorais: “253. Ruptura entre fé e cultura, conseqüência do fechamento homem moderno à transcendência, e da excessiva especialização que impede a visão de conjunto.

- Escassa consciência da necessidade de uma verdadeira inculturação como caminho para à evangelização da cultura.

- Incoerência entre os valores do povo, inspirados em princípios cristãos, e as estruturas sociais geradoras de injustiças, que impedem o exercício dos direitos humanos.

- O vazio ético e o individualismo reinante, que reduzem a fundamentação dos valores a meros consensos sociais subjetivos.

- O poder massivo dos meios de comunicação social, com freqüência a serviço de contra-valores.

- A escassa presença da Igreja no campo das expressões dominantes da arte, do pensamento filosófico e antropológico-social, do universo da educação.

- A nova cultura urbana, com seus valores, expressões e estruturas características, com seu espaço aberto e, ao mesmo tempo, diversificado, com sua mobilidade, em que predominam as relações funcionais.

Linhas pastorais: “254. Apresentar Jesus Cristo como paradigma de toda atitude pessoal e social, e como resposta aos problemas que afligem as culturas modernas: o mal, a morte, a falta de amor.

- Intensificar o diálogo entre fé e ciência, fé e expressões, fé e instituições, grandes âmbitos da cultura moderna.

- Cuidar dos sinais e da linguagem cultural que assinala a presença cristã e permite introduzir a originalidade da mensagem evangélica no coração das culturas, especialmente no campo da liturgia.

- Promover e formar o laicado para exercer no mundo sua triplice função: a profética, no campo da Palavra, do pensamento, de sua expressão e valores; a sacerdotal, no mundo da celebração e do sacramento, enriquecida pelas expressões da arte, e da comunicação; a régia no universo das estruturas sociais, políticas, econômicas.

- Promover o conhecimento e discernimento da cultura moderna, visando a uma adequada inculturação.

Desafios pastorais: “255. A América Latina e o Caribe acham-se hoje num acelerado processo de

urbanização. A cidade pós-industrial não representa só uma variante do tradicional habitat humano, mas constitui, de fato, a passagem da cultura rural à cultura urbana, sede e motor da nova civilização universal (cf. Puebla 429). Nela altera-se a forma com a qual, num grupo social, num povo, numa nação, os homens cultivam sua relação com eles mesmos, com os outros, com a natureza e com Deus.

Na cidade, as relações com a natureza se limitam, quase sempre e pelo próprio ser da cidade, ao processo de produção de bens de consumo. As relações entre as pessoas se tornam amplamente funcionais e as relações com Deus passam por uma acentuada crise, porque falta a mediação da natureza, tão importante na religiosidade rural e porque a modernidade tende a fechar o homem dentro da imanência do mundo. As relações do homem urbano com ele mesmo também mudam, porque a cultura moderna faz com que valorize principalmente sua liberdade, sua autonomia, a racionalidade científico-tecnológica e, de modo geral, sua subjetividade, sua dignidade humana e seus direitos. Com efeito, na cidade, encontram-se os grandes centros geradores da ciência e tecnologia moderna.

Nossas metrópoles latino-americanas têm também como característica atual periferias de pobreza e miséria, que quase sempre constituem a maioria da população, fruto de modelos econômicos exploradores e excludentes. Até o campo se urbaniza pela multiplicação das comunicações e transportes.

Por sua vez, o homem urbano atual apresenta um tipo diverso do homem rural: confia na ciência e na tecnologia; é influenciado pelos grandes meios de comunicação social; é dinâmico e voltado para o novo; consumista, audiovisual, anônimo na massa e desarraigado.

Linhas pastorais: “256. Realizar uma pastoral urbanamente inculturada com relação à catequese, à liturgia, e à organização da Igreja. A Igreja deverá inculturar o Evangelho na cidade e no homem urbano. Discernir seus valores e antivalores; captar sua linguagem e seus símbolos. O processo de inculturação abrange o anúncio, a assimilação e a reexpressão da fé.

257. Reprogramar a paróquia urbana. A Igreja na cidade deve reorganizar as suas estruturas pastorais. A paróquia urbana deve ser mais aberta, flexível e missionária, permitindo uma ação pastoral transparóquia e supraparóquia. Além disso, a estrutura da cidade exige uma pastoral especialmente pensada para essa realidade. Lugares privilegiados da missão deveriam ser as grandes cidades, onde surgem novas formas de cultura e comunicação.

258. Promover a formação de leigos para a pastoral urbana, com formação bíblica e espiritual; criar ministérios conferidos aos leigos para a evangelização das grandes cidades.

259. Multiplicar as pequenas comunidades, os grupos e movimentos eclesiais, e as comunidades eclesiais de base. Iniciar a chamada ‘pastoral dos edifícios’, mediante a ação de leigos comprometidos que vivam neles.

260. Programar uma pastoral ambiental e funcional, diferenciada segundo os espaços da cidade. Uma pastoral de acolhida, dado o fenômeno das migrações. Uma pastoral para os grupos marginalizados. Assegurar a assistência religiosa aos habitantes das grandes cidades durante os meses de verão e férias; dispensar atenção pastoral aos que passam habitualmente os fins de semana fora da cidade, onde não têm possibilidade de cumprir o preceito dominical.

261. Incentivar a evangelização dos grupos de influência e dos responsáveis da cidade, no sentido de fazer da mesma, principalmente nos bairros populares, um habitat digno do homem.

262. Promover no âmbito continental (CELAM), nacional e regional, encontros e cursos sobre evangelização das grandes metrópoles”.

Nota: 134

DSD 245: “Os povos indígenas de hoje cultivam valores humanos de grande significação. Eles têm, nas palavras de João Paulo II, ‘a certeza de que o mal se identifica com a morte e o bem com a vida’ (João Paulo II, Mensagem aos indígenas, 2). Estes valores e convicções são fruto das ‘sementes do Verbo’ que estavam já presentes e atuantes nos seus antepassados, para que fossem descobrindo a presença do Criador em todas as suas criaturas: o sol, a lua, a mãe terra etc. (cf. *ibid.*).

A Igreja, ao se encontrar com estes povos nativos, desde o princípio, tratou de acompanhá-los na luta pela própria sobrevivência, ensinando-lhes o caminho de Cristo Salvador, a partir da injusta situação de povos vencidos, invadidos e tratados como escravos. Na primeira evangelização, junto a enormes sofrimentos, houve grandes acertos e intuições pastorais valiosas, cujos frutos perduram até os nossos dias”.

Nota:135

DSD 245, 246 e 248: “245. Os povos indígenas de hoje cultivam valores humanos de grande significação. Eles têm, nas palavras de João Paulo II, ‘a certeza de que o mal se identifica com a morte e o bem com a vida’ (João Paulo II, Mensagem aos indígenas, 2). Estes valores e convicções são fruto das ‘sementes do Verbo’ que estavam já presentes e atuantes nos seus antepassados, para que fossem descobrindo a presença do Criador em todas as suas criaturas: o sol, a lua, a mãe terra etc. (cf. *ibid.*).

A Igreja, ao se encontrar com estes povos nativos, desde o princípio, tratou de acompanhá-los na luta pela própria sobrevivência, ensinando-lhes o caminho de Cristo Salvador, a partir da injusta situação de povos vencidos, invadidos e tratados como escravos. Na primeira evangelização, junto a enormes sofrimentos, houve grandes acertos e intuições pastorais valiosas, cujos frutos perduram até os nossos dias.

246. As culturas afro-americanas, presentes na América Latina e no Caribe, estão marcadas por uma constante resistência à escravidão. Estes povos, que somam milhões de pessoas, têm também nas suas culturas valores humanos que expressam a presença do Deus criador.

Durante os quatro séculos passados, é indubitável que vários milhões de africanos negros foram transportados como escravos, violentamente arrancados de suas terras, separados de suas famílias e vendidos como mercadoria. A escravidão dos negros e a matança dos índios foram o maior pecado da expansão colonial do Ocidente. Infelizmente, no que se refere à escravidão, ao racismo e à discriminação, houve batizados que não se mantiveram alheios a essa situação.”

248. Depois de ter pedido perdão com o Papa aos nossos irmãos indígenas e afro-americanos ‘perante a infinita santidade de Deus, pelos fatos marcados pelo pecado, pela injustiça e pela violência’ (Audiência geral, quarta-feira 21 de outubro de 1991), queremos desenvolver uma evangelização inculturada:

1. Para com nossos irmãos indígenas:

- Oferecer o evangelho de Jesus com o testemunho de uma atitude humilde, compreensiva e profética, valorizando sua palavra através de um diálogo respeitoso, franco e fraterno e esforçar-nos por conhecer suas próprias línguas.

Crescer no conhecimento crítico de suas culturas para apreciá-las à luz do Evangelho.

- Promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas compatíveis com o claro sentido da fé, mantendo o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja.

- Acompanhar sua reflexão teológica, respeitando suas formulações culturais, que os auxiliam a dar a razão de sua fé e de sua esperança.

- Crescer no conhecimento de sua cosmovisão, que faz da globalidade de Deus, homem e mundo, uma unidade que impregna todas as relações humanas, espirituais e transcendentais.

- Promover nos povos indígenas seus valores culturais autóctones mediante uma inculturação da Igreja, para atingir uma maior realização do Reino”.

Nota:136

DSD 248: “Depois de ter pedido perdão com o Papa aos nossos irmãos indígenas e afro-americanos ‘perante a infinita santidade de Deus, pelos fatos marcados pelo pecado, pela injustiça e pela violência’ (Audiência geral, quarta-feira 21 de outubro de 1991), queremos desenvolver uma evangelização inculturada:

1. Para com nossos irmãos indígenas:

- Oferecer o evangelho de Jesus com o testemunho de uma atitude humilde, compreensiva e profética, valorizando sua palavra através de um diálogo respeitoso, franco e fraterno e esforçar-nos por conhecer suas próprias línguas.

Crescer no conhecimento crítico de suas culturas para apreciá-las à luz do Evangelho.

- Promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas compatíveis com o claro sentido da fé, mantendo o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja.

- Acompanhar sua reflexão teológica, respeitando suas formulações culturais, que os auxiliam a dar a razão de sua fé e de sua esperança.

- Crescer no conhecimento de sua cosmovisão, que faz da globalidade de Deus, homem e mundo, uma unidade que impregna todas as relações humanas, espirituais e transcendentais.

Promover nos povos indígenas seus valores culturais autóctones mediante uma inculturação da Igreja, para atingir uma maior realização do Reino”.

Nota:137

DSD 252-253: “252. Embora realidade pluricultural, a América Latina e o Caribe estão profundamente marcados pela cultura ocidental, cuja memória, consciência e projeto se apresentam sempre no nosso predominante estilo de vida comum. Daí o impacto que a cultura moderna e as possibilidades a nós atualmente oferecidas por seu período pós-moderno produziram em nossa maneira de ser.

A cultura moderna se caracteriza pela centralidade do homem; os valores da personalização, da dimensão social e da convivência; a absolutização da razão, cujas conquistas científicas e tecnológicas e informáticas têm satisfeito muitas das necessidades do homem, ao mesmo tempo que têm buscado autonomia em relação à natureza, a qual domina; em relação à história, cuja construção ele assume; e inclusive em relação a Deus, do qual se desinteressa ou relega à consciência pessoal, privilegiando exclusivamente a ordem temporal.

A pós-modernidade é o resultado do fracasso da pretensão reducionista da razão moderna, que leva o homem a questionar tanto alguns êxitos da modernidade como a confiança no progresso indefinido, embora reconheça, como o faz também a Igreja (GS 57), seus valores.

Tanto a modernidade, com seus valores e contravalores, como a pós-modernidade enquanto espaço aberto à transcendência, apresentam sérios desafios à evangelização da cultura”.

253. Ruptura entre fé e cultura, conseqüência do fechamento homem moderno à transcendência, e da excessiva especialização que impede a visão de conjunto.

- Escassa consciência da necessidade de uma verdadeira inculturação como caminho para à evangelização da cultura.
- Incoerência entre os valores do povo, inspirados em princípios cristãos, e as estruturas sociais geradoras de injustiças, que impedem o exercício dos direitos humanos.
- O vazio ético e o individualismo reinante, que reduzem a fundamentação dos valores a meros consensos sociais subjetivos.
- O poder massivo dos meios de comunicação social, com freqüência a serviço de contravalores.
- A escassa presença da Igreja no campo das expressões dominantes da arte, do pensamento filosófico e antropológico-social, do universo da educação.
- A nova cultura urbana, com seus valores, expressões e estruturas características, com seu espaço aberto e, ao mesmo tempo, diversificado, com sua mobilidade, em que predominam as relações funcionais”.

Nota:138

cf. **Concílio Vaticano I.**

Nota:139

cf. as encíclicas **Veritatis Splendor** e **Evangelium Vitae**.

Nota:140

RMI 52: “152. Desenvolvendo sua atividade missionária no meio dos povos, a Igreja encontra várias culturas, vendo-se envolvida no processo de inculturação. Esta constitui uma exigência que marcou todo o seu caminho histórico, mas hoje é particularmente aguda e urgente.

O processo de inserção da Igreja, nas culturas dos povos, requer, um tempo longo: é que não se trata de uma mera adaptação exterior, já que a inculturação ‘significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas’. Trata-se, pois, de um processo profundo e globalizante que integra tanto a mensagem cristã como a reflexão e a práxis da Igreja. Mas é, também um processo difícil, porque não pode comprometer de modo algum, a especificidade e a integridade da fé cristã.

Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e, simultaneamente, introduz os povos, com suas culturas, na sua própria comunidade, transmitindo-lhes seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro. Por sua vez, a Igreja, com a inculturação, torna-se um sinal mais transparente daquilo que realmente ela é, e um instrumento mais apto para a missão.

Graças a esta ação das Igrejas locais, a própria Igreja universal se enriquece com novas expressões e valores nos diversos setores da vida cristã, tais como a evangelização, o culto, a Teologia, a caridade; conhece e exprime, cada vez melhor, o mistério de Cristo, e é estimulada a uma renovação contínua. Estes temas, presentes no Concílio e no Magistério sucessivo, eu os tenho afrontado, repetidamente, nas minhas visitas pastorais às jovens Igrejas.

A inculturação é um caminho lento, que acompanha toda a vida missionária e que responsabiliza os vários agentes da missão ‘ad gentes’, as comunidades cristãs à medida que se vão desenvolvendo, e os pastores que têm a responsabilidade de discernimento e de estímulo em sua realização”.

Nota:141

At 6,1-6: “Naqueles dias, o número dos discípulos tinha aumentado, e os fiéis de origem grega começaram a queixar-se contra os fiéis de origem hebraica. Os de origem grega diziam que suas viúvas eram deixadas de lado no atendimento diário. Então os Doze convocaram uma assembléia geral dos discípulos, e disseram: ‘Não está certo que nós deixemos a pregação da palavra de Deus para servir às mesas. Irmãos, é melhor que escolham entre vocês sete homens de boa fama, repletos do Espírito e de sabedoria, e nós os encarregaremos dessa tarefa. Desse modo, nós poderemos dedicar-nos inteiramente à oração e ao serviço da Palavra’. A proposta agradou a toda a assembléia. Então escolheram Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo; e também Filipe, Prócoro, Nicanor, Timon, Pármenas, e Nicolau de Antioquia, um pagão que seguia a religião dos judeus. Todos estes foram apresentados aos apóstolos, que oraram e impuseram as mãos sobre eles”.

At 20,35: “Em tudo mostrei a vocês que é trabalhando assim que devemos ajudar os fracos, recordando as palavras do próprio Senhor Jesus, que disse: ‘Há mais felicidade em dar do que em receber”’.

2Cor 8-9: “Irmãos, agora damos a conhecer a vocês a graça que Deus concedeu às igrejas da Macedônia. Em meio às muitas tribulações que puseram à prova essas igrejas, a grande alegria e a extrema pobreza delas transbordaram em riquezas de generosidade. Eu sou testemunha de que eles, conforme seus meios e até além de seus meios, com toda a espontaneidade e com muita insistência, nos rogaram a graça de tomarem parte nesse serviço em favor dos cristãos. Ultrapassando qualquer de nossas expectativas, eles se entregaram primeiramente ao Senhor, e pela vontade de Deus, também a nós. Por isso, insistimos junto a Tito para que termine essa obra de generosidade, que ele já havia começado entre vocês.

Em tudo vocês sobressaem: na fé, no dom da palavra, no conhecimento e entusiasmo, além do amor que vocês têm por nós. Pois então, procurem também distinguir-se nessa obra de generosidade. Não digo isso para lhes impor uma ordem. Cito para vocês o exemplo de outros, para lhes dar ocasião de provar a sinceridade do amor que vocês têm. De fato, vocês conhecem a generosidade de nosso Senhor Jesus Cristo; ele, embora fosse rico, se tornou pobre por causa de vocês, para com a sua pobreza enriquecer a vocês. A propósito, vou dar-lhes uma sugestão, e é o que convém a vocês, já que foram os primeiros, desde o ano passado, não só a realizar, mas também a querer realizar essa obra. Agora, portanto, a executem até o fim, de modo que a essa boa disposição da vontade corresponda a realização, na medida dos meios que vocês têm. Quando existe boa vontade, somos bem aceitos com os recursos que temos; pouco importa o que não temos. Não queremos que o alívio para os outros seja causa de aflição para vocês; mas que haja igualdade. Neste momento, o que está sobrando para vocês vai compensar a carência deles, a fim de que o supérfluo deles venha um dia compensar a carência de vocês. Assim haverá igualdade, como está na Escritura: ‘A quem recolhia muito, nada lhe sobrava; e a quem recolhia pouco, nada lhe faltava’.

Graças sejam dadas a Deus, que colocou no coração de Tito o mesmo zelo por vocês. Ele acolheu o meu pedido e, mais apressado que nunca, vai espontaneamente ao encontro de vocês. Com ele estamos enviando o irmão que é elogiado em todas as igrejas, por causa da pregação do Evangelho. Mais ainda: foi escolhido pelas igrejas para ser nosso companheiro de viagem nesta obra de generosidade, serviço que empreendemos para dar glória ao Senhor e realizar as nossas boas intenções. Tomamos essa precaução para evitar qualquer crítica na

administração da grande quantia que nos confiaram. De fato, estamos preocupados com o bem, não somente aos olhos de Deus, mas também diante dos homens. Junto com os representantes, enviamos também o nosso irmão, cuja dedicação muitas vezes e de muitos modos temos experimentado, e que agora se mostra muito mais disposto, já que deposita plena confiança em vocês. Quanto a Tito, ele é meu companheiro e colaborador junto a vocês, ao passo que os nossos irmãos são os enviados das igrejas, as quais são a glória de Cristo. Portanto, diante das igrejas, dêem a eles provas do amor de vocês, e façam que eles vejam como é justo o motivo do nosso orgulho a respeito de vocês.

9. Quanto ao serviço a ser prestado aos cristãos, é inútil que eu escreva a vocês. Conheço a boa vontade de vocês e por causa dela me orgulho de vocês junto aos macedônios, dizendo-lhes: 'A Acaia está preparada desde o ano passado'. E o zelo de vocês tem servido de estímulo para a maioria das igrejas. Entretanto, estou mandando os irmãos até vocês, a fim de que o elogio que fiz de vocês não seja desmentido nesse ponto e para que vocês como eu dizia antes estejam realmente preparados. Se alguns macedônios fossem comigo e não os encontrassem preparados, essa plena confiança seria motivo de nos envergonharmos, para não dizer que seria motivo de vocês se envergonharem. Julguei, portanto, necessário pedir aos irmãos que fossem até vocês à nossa frente e organizassem as ofertas já prometidas; uma vez recolhidas, tais ofertas seriam sinal de autêntica generosidade, e não demonstração de avareza.

Saibam de uma coisa: quem semeia com mesquinhez, com mesquinhez há de colher; quem semeia com generosidade, com generosidade há de colher. Cada um dê conforme decidir em seu coração, sem pena ou constrangimento, porque Deus ama quem dá com alegria. Deus pode enriquecer vocês com toda espécie de graças, para que tenham sempre o necessário em tudo e ainda fique sobrando alguma coisa para poderem colaborar em qualquer boa obra, conforme diz a Escritura: 'Ele distribuiu e deu aos pobres; e sua justiça permanece para sempre'.

Deus, que dá semente ao semeador, também dará o pão em alimento; para vocês multiplicará a semente, e ainda fará crescer o fruto da justiça que vocês têm. E vocês ficarão enriquecidos de todos os modos para praticar toda espécie de generosidade, que provocará a ação de graças a Deus por meio de nós. De fato, o serviço desta coleta não deve apenas satisfazer às necessidades dos cristãos, mas há de ser ocasião de dar efusivas ações de graças a Deus. Tal serviço será para eles uma prova; e eles agradecerão a Deus pela obediência que vocês professam ao Evangelho de Cristo e pela generosidade com que vocês repartem os bens com eles e com todos. Eles manifestarão a sua ternura, rezando por vocês por causa da graça extraordinária que Deus concedeu a vocês. Graças sejam dadas a Deus por seu dom extraordinário".

Nota:142

At 4,34: "Entre eles ninguém passava necessidade, pois aqueles que possuíam terras ou casas as vendiam, traziam o dinheiro".

Dt 15,4: "É verdade que no meio de você não haverá nenhum pobre, porque Javé vai abençoar você na terra que Javé seu Deus dará a você, para que a possua como herança".

Nota:143

Gl 6,10: "Portanto, enquanto temos tempo, façamos o bem a todos, especialmente aos que pertencem à nossa família na fé".

Nota:144

Rm 13,1-7: "Submetam-se todos às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram instituídas por Deus. Quem se opõe à autoridade, se opõe à ordem estabelecida por Deus. Aqueles que se opõem, atraem sobre si a condenação. Na verdade, os que governam não devem ser temidos quando se faz o bem, mas quando se faz o mal. Se você não quer ter medo da autoridade, faça o bem, e ela o elogiará. A autoridade é o instrumento de Deus para o bem de você, mas, se você pratica o mal, tema, pois não é à toa que a autoridade usa a espada: quando castiga, ela está a serviço de Deus, para manifestar a ira dele contra o malfeitor. Por isso, é preciso submeter-se, não só por medo do castigo, mas também por dever de consciência. É também por isso que vocês pagam impostos, pois os que têm esse encargo são funcionários de Deus. Dêem a cada um o que lhe é devido: o imposto e a taxa, a quem vocês devem imposto e taxa; o temor, a quem vocês devem temor; a honra, a quem vocês devem honra".

1Pd 2,13-18: "Submetam-se a toda criatura humana por causa do Senhor, seja ao rei como soberano, seja aos governadores como enviados dele para punir os malfeitores e para louvar os que fazem o bem. Pois esta é a vontade de Deus: praticar o bem, fazendo calar a ignorância dos insensatos. Comportem-se como homens livres, não usando a liberdade como desculpa para o mal, mas como servos de Deus. Respeitem a todos, amem os irmãos, temam a Deus e respeitem o rei. Criados, com todo o temor submetam-se aos seus patrões, não só aos bons e compreensivos, mas também aos que são duros".

Nota:145

Mt 11,5: "os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciada a Boa Notícia".

Lc 4,18: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor".

Nota:146

2Cor 8,9: "De fato, vocês conhecem a generosidade de nosso Senhor Jesus Cristo; ele, embora fosse rico, se tornou pobre por causa de vocês, para com a sua pobreza enriquecer a vocês".

Mt 5,3: "Felizes os pobres em espírito, porque deles é o Reino do Céu".

Nota:147

GS 1: "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração.

A comunidade dos discípulos de Cristo é formada por homens e mulheres que, reunidos em Cristo e guiados pelo Espírito Santo em sua busca do reino de Deus, sentem-se real e intimamente unidos a todo o gênero humano e à sua história, por terem recebido a mensagem da salvação para comunicar a todos".

Nota:148

GS 36: “36. Hoje em dia, muitos temem que a vinculação da atividade humana à moral e à religião prejudique a autonomia das pessoas e da sociedade, constituindo um empecilho para o progresso da ciência.

É preciso defender a todo custo a autonomia das realidades terrenas, quando por autonomia se entende que as coisas criadas e as sociedades têm o direito de ser encaradas em si mesmas e de se organizar com seus valores e suas próprias leis, que se vão aos poucos descobrindo, explicitando e aplicando.

É uma exigência atual legítima, que está de acordo com a vontade do criador. Por condição própria, as criaturas são dotadas de consistência, verdade e bondade, e possuem suas leis, numa ordem que lhes é intrínseca. O ser humano as deve respeitar. As ciências e as técnicas, reconhecê-las, de acordo com seus respectivos métodos. A investigação metódica em todas as disciplinas, feita cientificamente e levando em conta as exigências morais intrínsecas ao próprio agir humano, jamais entrará em conflito com a fé, pois uma só e mesma é a origem das criaturas e da fé.

Quem investiga com humildade e perseverança o segredo das coisas é conduzido, mesmo sem o saber, pela mão de Deus, que a todas sustenta e faz serem o que são. É lamentável que se tenha introduzido, inclusive entre os cristãos, uma certa atitude de desrespeito à autonomia das ciências, gerando disputas e controvérsias que levaram muitos a pensar que existisse uma oposição entre a ciência e a fé.

Quando, porém, se entende por *autonomia das coisas terrenas*, a pretensão de que não foram criadas por Deus e que se pode delas usar sem qualquer referência ao criador, é claro que se trata de uma falsa idéia, a ser rejeitada por todo aquele que reconhece a Deus. Sem o criador a criatura se reduz a nada. Aliás todas as pessoas que têm fé, independentemente da religião que professam, reconhecem a voz e a manifestação de Deus nas criaturas. O esquecimento de Deus torna o mundo incompreensível.”

Nota:149

cf. **Justiça no mundo**, introd.

Nota:150

EN 31: “31. Entre evangelização e promoção humana - desenvolvimento, libertação - existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem? Nós próprios tivemos o cuidado de salientar isto mesmo, ao recordar que é impossível aceitar ‘que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, pelo que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade’.

Pois bem: aquelas mesmas vozes que, com zelo, inteligência e coragem, ventilaram este tema candente, no decorrer do referido Sinodo, com grande alegria nossa forneceram os princípios iluminadores para bem se captar o alcance e o sentido profundo da libertação, conforme ela foi anunciada e realizada por Jesus de Nazaré e conforme a Igreja a apregoa”.

Nota:151

DSD 159-163: “159. Jesus ordenou a seus discípulos que repartissem o pão multiplicado à multidão necessitada, de modo que ‘todos comeram e ficaram saciados’ (cf. Mc 6,34-44). Curou os enfermos, ‘passou a vida fazendo o bem’ (At 10,38). No final dos tempos, nos julgará no amor (cf. Mt 25).

Jesus é o bom samaritano (Lc 10,25-37) que encarna a caridade e não só se comove, mas se transforma em ajuda eficaz. Sua ação é motivada pela dignidade de todo homem, cujo fundamento está em Jesus Cristo como Verbo criador (cf. Jo 1,3), encarnado (cf. Jo 1,14). Como indicava a ‘Gaudium et Spes’: ‘O mistério do homem só se torna claro verdadeiramente no mistério do Verbo encarnado. Com efeito, Adão o primeiro homem era figura daquele que haveria de vir, isto é, de Cristo Senhor. Novo Adão, na mesma revelação do mistério do Pai e de seu amor, Cristo manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre a sua altíssima vocação’ (GS 22).

Dignidade que não se perdeu pela ferida do pecado, mas que foi exaltada pela compaixão de Deus, que se revela no coração de Jesus Cristo (cf. Mc 6,34). A solidariedade cristã é certamente serviço aos necessitados, mas é, sobretudo, fidelidade a Deus. Isto fundamenta a relação entre evangelização e promoção humana (EN 31).

160. Nossa fé no Deus de Jesus Cristo e o amor aos irmãos têm de traduzir-se em obras concretas. O seguimento de Cristo significa comprometer-se a viver segundo seu estilo. Esta preocupação de coerência entre a fé e a vida sempre esteve presente nas comunidades cristãs. Já o apóstolo Tiago escrevia: ‘Meus irmãos, se alguém disser que tem fé, mas não tem obras, que lhe aproveitará isso? Acaso a fé poderá salvá-lo? Se um irmão ou uma irmã não tiverem o que vestir e lhes faltar o necessário para a subsistência de cada dia, e alguém dentre vós lhes disser: Ide em paz, aquecei-vos e saciai-vos, e não lhes der o necessário para a sua manutenção, que proveito haverá nisso? Assim também a fé, se não tiver obras, está morta em seu isolamento. Com efeito, como o corpo sem o sopro da vida é morto, assim também é morta a fé sem obras’ (Tg 2,14-17.26).

161. A falta de coerência entre a fé que se professa e a vida cotidiana é uma das várias causas que geram pobreza em nossos países, porque os cristãos não souberam encontrar na fé a força necessária para penetrar os critérios e as decisões dos setores responsáveis pela liderança ideológica e pela organização da convivência social, econômica e política de nossos povos. ‘Em povos de arraigada fé cristã impuseram-se estruturas geradoras de injustiça’ (Puebla 437).

162. A promoção, como indica a Doutrina Social da Igreja, deve levar o homem e a mulher a passar de condições menos humanas para condições cada vez mais humanas, até chegar ao pleno conhecimento de Jesus Cristo (‘Populorum Progressio’ 14-15). Em sua raiz, descobrimos, pois, que se trata de um verdadeiro canto à vida, de toda vida, desde o não-nascido até o abandonado.

163. Maria, a mulher solícita ante a necessidade surgida nas bodas de Caná, é modelo e figura da Igreja ante toda forma de necessidade humana (cf. Jo 2,3ss). A Igreja, assim como a Maria, Jesus lhe recomenda preocupar-se pelo cuidado maternal da humanidade, sobretudo dos que sofrem (cf. Jo 19,26-27)".

Nota:152

RMi 58: "58. A missão 'ad gentes' desenvolve-se, ainda hoje, em sua maior parte, nas regiões do hemisfério Sul, onde é mais urgente a ação em favor do desenvolvimento integral e da libertação de toda a opressão. A Igreja sempre soube suscitar, nas populações que evangelizou, o impulso para o progresso, e os missionários, hoje mais do que no passado, são reconhecidos também como promotores de desenvolvimento por governos e peritos internacionais, que ficam admirados do fato de obterem notáveis resultados com escassos meios.

Na Encíclica 'Sollicitudo Rei Socialis', afirmei que 'a Igreja não tem soluções técnicas para resolver o subdesenvolvimento como tal', mas 'dá o primeiro contributo para a solução do urgente problema do progresso, quando proclama a verdade acerca de Cristo, de si própria e do homem, aplicando-a a uma situação concreta'. A Conferência dos Bispos latino-americanos, em Puebla, afirmou que 'o melhor serviço ao irmão é a evangelização, a qual o predispõe a realizar-se como filho de Deus, liberta-o da injustiça e promove-o integralmente'. A missão da Igreja não é a intervenção direta no plano econômico, técnico, político ou do contributo material para o desenvolvimento, mas consiste, essencialmente, em oferecer aos povos não um 'ter mais', e sim, um 'ser mais', despertando as consciências com o Evangelho. 'O progresso humano autêntico deve assentar suas raízes sobre uma evangelização cada vez mais profunda'.

A Igreja e os missionários são também promotores de desenvolvimento com suas escolas, hospitais, tipografias, universidades, explorações agrícolas experimentais. O progresso de um povo, porém, não deriva primeiramente do dinheiro, nem dos auxílios materiais nem das estruturas técnicas, mas, sobretudo, da formação das consciências, do amadurecimento das mentalidades e dos costumes. O homem é que é o protagonista do desenvolvimento, não o dinheiro ou a técnica. A Igreja educa as consciências, revelando aos povos aquele Deus que procuram sem o conhecer, a grandeza do homem criado à imagem de Deus e por ele amado, a igualdade de todos os homens, enquanto filhos de Deus, o domínio sobre a natureza criada e posta ao serviço do homem, o dever de se empenhar no progresso do homem todo e de todos os homens".

Nota:153

PP 14: "14. O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo, como justa e vincadamente sublinhou um eminente especialista: 'não aceitamos que o econômico se separe do humano; nem o desenvolvimento, das civilizações em que ele se inclui. O que conta para nós, é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar à humanidade inteira'".

Nota:154

DSD 178-181: "178. Evangelizar é fazer o que Jesus Cristo fez, quando mostrou na sinagoga que veio para 'evangelizar' os pobres (cf. Lc 4,18-19). Ele 'se fez pobre, embora fosse rico, para nos enriquecer com sua pobreza' (2Cor 8,9). Ele nos desafia a dar testemunho autêntico de pobreza evangélica em nosso estilo de vida e em nossas estruturas eclesiais, tal qual Ele fez.

Esta é a fundamentação que nos compromete numa opção evangélica e preferencial pelos pobres, firme e irrevogável, mas não exclusiva e nem excludente, tão solenemente afirmada nas Conferências de Medellín e Puebla. Sob a luz desta opção preferencial, a exemplo de Jesus, nos inspiramos para toda ação evangelizadora comunitária e pessoal (cf. SRS 42; RMi 14; João Paulo II, Discurso Inaugural, 16). Com o 'potencial evangelizador dos pobres' (Puebla 1147), a Igreja pobre quer impulsionar a evangelização de nossas comunidades.

Descobrir nos rostos sofridos dos pobres o rosto do Senhor (Mt 25,31-46) é algo que desafia todos os cristãos a uma profunda conversão pessoal e eclesial. Na fé encontramos os rostos desfigurados pela fome, consequência da inflação, da dívida externa e das injustiças sociais; os rostos desiludidos pelos políticos que prometem, mas não cumprem; os rostos humilhados por causa de sua própria cultura, que não é respeitada, quando não desprezada; os rostos aterrorizados pela violência diária e indiscriminada; os rostos angustiados dos menores abandonados que caminham por nossas ruas e dormem sob nossas pontes; os rostos sofridos das mulheres humilhadas e desprezadas; os rostos cansados dos migrantes que não encontram digna acolhida; os rostos envelhecidos pelo tempo e pelo trabalho dos que não têm o mínimo para sobreviver dignamente (cf. CELAM, Documento de Trabalho, 163). O amor misericordioso é também voltar-se para os que se encontram em carência espiritual, moral, social e cultural.

179. O crescente empobrecimento a que estão submetidos milhões de irmãos nossos, que chega a intoleráveis extremos de miséria, é o mais devastador e humilhante flagelo que vive a América Latina e Caribe. Assim o denunciemos tanto em Medellín como em Puebla e hoje voltamos a fazê-lo com preocupação e angústia.

As estatísticas mostram com eloquência que na última década as situações de pobreza cresceram tanto em números absolutos como relativos. A nós, pastores, comove-nos até as entranhas ver continuamente a multidão de homens e mulheres, crianças e jovens e anciãos que sofrem o insuportável peso da miséria, assim como diversas formas de exclusão social, étnica e cultural; são pessoas humanas concretas e irrepetíveis que vêem seus horizontes cada vez mais fechados e sua dignidade desconhecida.

- Vemos o empobrecimento de nosso povo não só como um fenômeno econômico e social, registrado e quantificado pelas ciências sociais. Nós o vemos de dentro da experiência de muita gente com quem compartilhamos, como pastores, sua luta cotidiana pela vida.

- A política de corte neoliberal que predomina hoje na América Latina e no Caribe aprofunda ainda mais as consequências negativas destes mecanismos. Ao desregular indiscriminadamente o mercado, eliminar partes importantes da legislação trabalhista e despedir empregados, ao reduzir os gastos sociais que protegiam as famílias dos trabalhadores, foram ainda mais aumentadas as distâncias na sociedade.

- Temos de aumentar a lista dos rostos sofridos que já havíamos assinalado em Puebla (cf. Puebla 31-39), todos eles desfigurados pela fome, aterrorizados pela violência, envelhecidos por condições de vida infra-humanas, angustiados pela sobrevivência familiar. O Senhor nos pede que saibamos descobrir seu próprio rosto nos rostos sofridos dos irmãos.

- Por outro lado, comprovamos com alegria os múltiplos esforços que diversos grupos e instituições da América Latina e do Caribe estão fazendo, a fim de transformar esta realidade. A Igreja, chamada a ser cada vez mais

fiel a sua opção preferencial pelos pobres, tem tido crescente participação nos mesmos. Damos graças a Deus por isto e convocamos a alargar o caminho já aberto, porque muito mais são os que ainda têm de caminhar por ele.

180. Assumir com decisão renovada a evangélica opção preferencial pelos pobres, seguindo o exemplo e as palavras do Senhor Jesus, com plena confiança em Deus, austeridade de vida e partilha de bens.

- Privilegiar o serviço fraterno aos mais pobres entre os pobres e ajudar as instituições que cuidam deles: os deficientes, enfermos, idosos solitários, crianças abandonadas, presos, aidéticos e todos aqueles que requerem a proximidade misericordiosa do bom samaritano.

- Corrigir atitudes e comportamentos pessoais e comunitários, bem como as estruturas e métodos pastorais, a fim de que não afastem os pobres, mas que propiciem a proximidade e a partilha com eles.

- Promover a participação social junto ao Estado, pleiteando leis que defendam os direitos dos pobres.

181. Fazer de nossas paróquias um espaço para a solidariedade.

- Apoiar e estimular as organizações de economia solidária, com as quais nossos povos tratam de responder às angustiosas situações de pobreza.

- Urgir respostas dos Estados para as difíceis situações agravadas pelo modelo econômico neoliberal, que afeta principalmente os mais pobres. Entre estas situações, é importante destacar os milhões de latino-americanos que lutam para sobreviver na economia informal".

DSD 296: "296. 2.1 Fazemos nosso o clamor dos pobres. Assumimos com renovado ardor a opção evangélica preferencial pelos pobres, em continuidade com Medellín e Puebla. Esta opção, não exclusiva nem excludente, iluminará, à imitação de Jesus Cristo, toda nossa ação evangelizadora.

A essa luz, convidamos a promover uma nova ordem econômica, social e política, conforme a dignidade de todas e cada uma das pessoas, implantando a justiça e a solidariedade e abrindo para todas elas horizontes de eternidade".

DSD 302: "302. A Igreja na América Latina e Caribe proclama sua fé: Jesus Cristo: ontem, hoje e sempre (cf. Hb 13,8). Nossas Igrejas particulares, unidas na esperança e no amor, sob a proteção de Nossa Senhora de Guadalupe, em comunhão com o Santo Padre e em continuidade com as orientações pastorais das Conferências Gerais de Medellín e Puebla, comprometem-se a trabalhar em:

1. Uma nova evangelização de nossos povos. À qual TODOS estão chamados. Com ênfase na PASTORAL VOCACIONAL com especial protagonismo dos LEIGOS e, entre eles, dos JOVENS mediante a educação contínua da fé e sua celebração: a CATEQUESE e a LITURGIA. Para além de nossas próprias fronteiras: AMÉRICA LATINA MISSIONÁRIA.

2. Uma promoção integral do povo latino-americano e caribenho. A partir de uma evangélica e renovada opção pelos POBRES. A serviço da VIDA e da FAMÍLIA

3. Uma evangelização inculturada. Que penetre os ambientes marcados pela CULTURA URBANA. Que se encarne nas CULTURAS INDÍGENAS e AFRO-AMERICANAS. Com uma eficaz AÇÃO EDUCATIVA e uma MODERNA COMUNICAÇÃO".

Nota:155

DGAP 15-16: "15. A evangélica opção preferencial pelos pobres é uma atitude de Jesus, que deve ser assumida pela Igreja. Cristo veio evangelizar a todos e, por isso, teve como preferência específica: 'evangelizar os pobres'. 'Os primeiros destinatários da missão são os pobres, sendo a sua evangelização sinal e prova, por excelência, da missão de Jesus'.

16. A opção pelos pobres pode e deve impulsionar a Igreja a descobrir, sempre de novo, a exigência radical do Evangelho, libertando-a da acomodação e do conformismo aos 'esquemas deste mundo'. Jesus, ao aproximar-se dos marginalizados pela sociedade e das vítimas da rejeição e do desprezo, fá-los sentir e viver uma experiência de libertação, e uma partilha junto à mesma mesa.

Entre o anúncio evangélico e a promoção do homem, entre a caridade cristã e a promoção humana, há uma estreita e profunda conexão, como mostra o ensino social da Igreja".

Nota:156

2Cor 8,9: "De fato, vocês conhecem a generosidade de nosso Senhor Jesus Cristo; ele, embora fosse rico, se tornou pobre por causa de vocês, para com a sua pobreza enriquecer a vocês".

Nota:157

Mater et Magistra (1961), Populorum Progressio (1967), Laborem Exercens (1981), Sollicitudo Rei Socialis (1987), Centesimus Annus (1991) e outros inúmeros documentos específicos.

Nota:158

O Movimento de Natal, o MEB, o Plano de Emergência e documentos como Mensagem da Comissão Central da CNBB, 30.4.1963; Plano de Pastoral de Conjunto, 1966; Ouvi o clamor do meu povo, 1973; Exigências cristãs da Ordem política, 1977; Igreja e problemas da terra, 1980; Solo urbano e Ação pastoral, 1982; Nordeste: desafio à missão da Igreja no Brasil, 1984; Por uma nova ordem constitucional, 1986; etc.; cf. também as recentes Campanhas da Fraternidade até a de 1995 sobre os excluídos.

Nota:159

cf. acima, cap.III.

Nota:160

CF 95 e as Conclusões da II Semana Social Brasileira.

Nota:161

Ética: Pessoa e Sociedade 129-153: "129. A ética pública diz respeito à condução da 'coisa pública', ou seja, à responsabilidade do cidadão, dos grupos ou instituições da sociedade pelo bem comum. Exige uma proposta ética e um projeto político, com suas estratégias, que, iluminados pelos princípios de solidariedade e subsidiariedade, orientem pessoas e instituições no exercício de seus direitos e deveres.

130. Só assim a sociedade terá condições de lutar contra os seus males mais evidentes, tais como a violência e o desprezo pela vida, a *tortura*, a droga, os seqüestros, o *excessos* do poder policial, a corrupção e a sonegação fiscal, o desvio do dinheiro e a malversação dos bens públicos, o abuso do poder econômico e político, o poder discricionário dos meios de comunicação social.

131. Não se trata de um moralismo fácil, reivindicando, de forma genérica, 'honestidade' na vida pública, mas sim, da busca de um projeto comum de sociedade eticamente regulada. Isso exigirá dos vários setores que

servem à sociedade não o engodo de promessas que suscitam expectativas irreais e provocam, depois, decepção e indignação, mas programas e projetos que respondam às reais necessidades do povo.

1.1. *Área da política e do serviço público*

132. Impõe-se, como primeiro passo, restabelecer uma correta relação entre o que é público e o que é particular, para que a esfera pública não seja administrada predominantemente em função de interesses particulares, mas seja organizada por instituições que permitam efetivamente a participação democrática e a distinção entre o público e o privado.

133. *O debate político e a vida pública* devem reencontrar a dignidade da política como edificação da 'pólis', ou seja, da cidade humana, onde todos encontram oportunidade de realização pessoal e de comunhão solidária. Não se trata apenas de distribuição de recursos e de satisfazer a grupos de pressão. A mera negociação de interesses, dentro de uma visão da política como mera técnica de poder, não é capaz de gerar, por exemplo, o 'pacto social' que tantos julgam imprescindível a nosso país. Assim, a ética pública é condição para a solução até mesmo de problemas estritamente econômicos, como a inflação.

134. *A política é, por essência, ética*, pois se refere sempre à liberdade e, essencialmente, à justiça. Não é mera arte ou técnica de exercer o poder, mas o exercício da justiça pública. Santo Agostinho, muito oportunamente, declarou: 'Removida a justiça, o que são os reinos senão um bando de ladrões?' ('Remota itaque justitia, quid sunt regna nisi magna latrocinia?' *De Civ. Dei*, 1. IV, 4). Pois 'é sobre a justiça que o trono se firma' (*Prov* 16,12). Sem essa base, instala-se a opressão, como a história não se cansa de mostrar.

135. Lembramos ainda que, na política, duas forças devem ser unidas e, quanto possível, conciliadas: a força do **poder** e a força da **razão** e da **justiça**. Ambas são necessárias. Mas a força ideal da justiça deve guiar a força bruta do poder. Como dizia Pascal: 'A justiça sem a força é impotente; a força sem a justiça é tirânica. É preciso juntar a justiça e a força; para consegui-lo, é preciso fazer com que o que é justo seja forte e o que é forte seja justo'.

136. Recupera-se o espírito público, seja na administração, seja na vida política, não apenas combatendo abusos e desvios, nem apelando para a boa vontade dos sujeitos, mas adotando estruturas e instituições adequadas. Para isso é necessário tomar medidas objetivas de descentralização do poder, de informação e transparência, de participação nos diversos níveis, de promoção das instituições da sociedade civil como associações profissionais, sindicatos, escolas, organizações não-governamentais (ONGs), Igrejas etc., que garantam o exercício da responsabilidade cívica e controle do poder político.

Entre essas medidas deve ser vedado a qualquer organismo do poder público a faculdade de estabelecer, de modo independente, a remuneração de seus membros. A remuneração dos representantes do povo deve obedecer a critérios de justiça social, de modo a diminuir a distância entre os salários mais altos e o salário mínimo.

137. A recuperação da política passa pela formação e pela moralização dos políticos. Se existe, hoje, um descrédito da atividade política e da administração pública em todos os níveis (federal, estadual e municipal), é que há maus políticos. Eles são os maiores responsáveis pelas imoralidades que acabam por desmoralizar a política. Importa, pois, encorajar os políticos bem intencionados para que atuem como fermento de uma 'nova prática política'. Que sejam verdadeiros 'homens de Estado', compenetrados de sua alta vocação ética, magnânimos e não omissos ou coniventes com os 'negociantes do poder', enredados em jogadas pessoais e mesquinhas.

138. Recuperar a lei como instrumento de justiça. Existe, no Brasil, a mentalidade de que a lei se aplica aos inimigos e o benefício aos amigos. Os pobres e pequenos são condenados; os ricos e poderosos gozam, na prática, de impunidade. Há uma constatação de que o legal freqüentemente não coincide com o legítimo. A 'floresta' de leis não resolve os problemas essenciais. Para questões mais graves nota-se um vazio legislativo, deixado ao capricho dos mais fortes, como, por exemplo, a demora da aprovação de leis complementares. É também exigência ética uma atuação menos morosa e mais eficaz do Poder Judiciário, de modo que não deixe impunes os grandes crimes e procure efetivamente defender os direitos dos mais fracos.

139. *Romper o laço que une a política aos negócios*. O processo político democrático administra o 'negócio' de todo o povo e não os negócios privados, segundo o viés patrimonialista do Estado brasileiro. Enquanto a força do poder econômico determinar a política, através do financiamento de campanhas, lobbies, relações privilegiadas, poder de barganha de grupos junto ao governo etc., a política será fonte de corrupção, injustiça e instabilidade social.

140. *Transparência do discurso dos homens públicos*. É preciso também superar o costume de políticos, técnicos, administradores, magistrados e, inclusive, eclesiásticos, falarem numa linguagem complicada, obscura, difícil. Hoje, mais do que nunca, é necessário repropor a ética evangélica do 'sim sim, não não'.

141. Chamamos a atenção para a questão da veracidade. Pois a mentira, na vida pública, tornou-se uma prática tão habitual em nosso mundo que se pode falar num verdadeiro vício, tornando a política sinônimo de mentira.

142. *Ética dos serviços públicos*. Quem não se revolta com o descaso no atendimento aos usuários dos serviços públicos, a morosidade, a irresponsabilidade, o parasitismo, a falta de compaixão com o sofrimento dos pobres no INSS, nas escolas, hospitais, fóruns, delegacias e outros órgãos de atendimento ao grande público? As filas intermináveis dos aposentados, dos doentes e outras categorias humildes são o sinal mais claro da insensibilidade social e do descuido de muitos de nossos servidores. Ora, os serviços públicos, para serem éticos, não de ter também estas qualidades: serem acessíveis, eficientes e rápidos. Mas para isso, além de uma adequada remuneração, é importante a formação permanente dos funcionários para o espírito público, para o 'senso do serviço' ao povo necessitado.

143. Como não denunciar a grande criminalidade dos que desviam, em proveito pessoal, enormes somas dos órgãos públicos, provocando escândalo e revolta, muitas vezes impotentes, da parte dos humildes, a quem estavam destinados esses bens? Como não solicitar que os crimes mais graves sejam punidos e que a lei não seja severa apenas com os pequenos infratores, sem jamais atingir os poderosos e espertos? Como tolerar que a um grande número de denúncias comprovadas de corrupção e prejuízos dos cofres públicos não corresponda igual número de punições e ressarcimento? A impunidade é um incentivo constante para novos crimes e novas violências.

1.2. *Área da economia*

144. O modelo econômico neoliberal se caracteriza pela **separação entre economia e ética** (cf. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral 1991-1994*, nº 154). Cria-se, desta forma, 'um sistema onde a liberdade no setor da economia não se enquadra num sólido contexto jurídico que a coloque a serviço da liberdade humana integral e a considere como uma particular dimensão dessa liberdade, cujo centro seja ético e religioso' (*Centesimus Annus* 42). O modelo neoliberal tende a prevalecer não apenas no Brasil, mas também nas relações internacionais. Prejudica especialmente os mais pobres (cf. DSD 181). Em particular, são eticamente injustas e questionáveis as condições da dívida externa dos países do terceiro mundo. Os juros cobrados constituem, às vezes, uma forma de usura, tantas vezes condenada pela Igreja.

145. A economia de mercado, em nosso País, visa muito pouco o bem da pessoa humana. Pelo contrário, esta é reduzida a uma mercadoria em vista do lucro. Para que a economia se enquadre eticamente, é necessário que se criem normas e se organizem instituições destinadas a situar a liberdade econômica dentro do contexto das demais liberdades sociais. A regulação através do mercado não pode ser a única e nem mesmo a principal forma de conciliar o privado e o público. A política (entendida como acima vimos) e a própria história e cultura de um povo impõem que a sociedade se dote de estruturas sociais capazes de fazer valer os fatores humanos e morais (cf. *Centesimus Annus*, 35) e de garantir o controle democrático sobre os meios de produção. É tarefa do Estado 'prover a defesa e a tutela de certos bens coletivos, como o ambiente natural e o ambiente humano, cuja salvaguarda não pode ser garantida por simples mecanismos de mercado' (*Centesimus Annus*, 40). As normas e instituições a que nos referimos deverão também regular as relações da economia de mercado propriamente dita com as demais formas de produção existentes no Brasil, como a economia informal, as relações não-assalariadas, o extrativismo artesanal etc.

146. O processo de modernização, em virtude da nova revolução tecnológica, põe a ciência como um fator decisivo na produção da riqueza e faz diminuir a importância do trabalho manual. Tal processo pode ser valioso enquanto garante o direito elementar do trabalho para todos e a preservação da natureza. Entre nós, no entanto, ele tem significado um agravamento quantitativo e qualitativo da pobreza, provocando o aparecimento de massas de excluídos, destituídos de qualquer condição de vida decente.

147. A empresa, na medida em que é parte de um sistema social maior, tem também um papel público. O empresariado deve ter a consciência de que há necessidades coletivas e qualitativas que não podem ser satisfeitas através dos mecanismos do mercado (*Centesimus Annus*, 40). Mais: deve desenvolver uma vontade política e eticamente fundada de contribuir positivamente para a satisfação dessas necessidades. Essas são condições indispensáveis para que a economia se ponha a serviço de uma sociedade democrática, justa e solidária.

148. Por isso, nem os empresários, nem os trabalhadores e os respectivos sindicatos deveriam envolver-se em política, com vistas apenas a interesses corporativos. Isto seria uma forma de 'neofeudalismo', em que cada grupo se fecha em seus interesses e disputa para si os favores do Poder, sem preocupação com o todo social.

149. A essa visão ética da atividade econômica se contrapõem frontalmente alguns dos males mais difusos na economia do País: a especulação financeira, a política tributária injusta e a sonegação fiscal. Por esta os agentes econômicos se negam a contribuir, conforme de justiça, à manutenção dos serviços necessários e mesmo essenciais ao bem comum. Reforçam, assim, a já escandalosa concentração da renda, quando é exigência ética oferecer a todos escola, moradia, saneamento básico e erradicar a fome no país inteiro.

1.3. Área da Comunicação Social

150. Numa sociedade planetária, cada vez mais complexa e urbanizada, cresce a importância de uma comunicação transparente e veraz. Para ser verdadeiramente humana, respeitando a dignidade da pessoa, a comunicação deve ser dialogal. Deve possibilitar a troca de experiências entre as pessoas envolvidas no processo de comunicação, superando a mera informação. Exige que se evite a manipulação e se favoreça a atitude crítica, tendendo para a igualdade de condições entre os parceiros.

151. Os meios de comunicação social, que têm um papel fundamental na tarefa de informação, formação e promoção cultural, devem estar a serviço do bem comum. 'A sociedade tem direito a uma informação fundada sobre a verdade, a liberdade, a justiça e a solidariedade' (*Catecismo da Igreja Católica*, 2494).

152. É preciso manter firmemente o direito à liberdade de expressão e à diversidade cultural. Para garantir uma informação livre e honesta, no entanto, os meios de comunicação social não podem ser dominados por poucos, numa situação de quase monopólio. Não podem manipular a opinião pública através da seleção da informação, fora de critérios de verdade e de justiça, ou por meio de publicidade enganosa, gerando necessidades fictícias e falsas expectativas, ou pela exploração da violência e da pornografia que invade a privacidade das pessoas e das famílias.

153. Cabe à sociedade, por sua vez, promover a democratização dos meios de comunicação social, garantindo o acesso de todos à informação e ao debate dos diferentes pontos de vista políticos e culturais. Cabe também, tanto mais enquanto persiste o controle de poucos sobre os meios de comunicação social, a formação de uma consciência crítica dos usuários para que superem a mera condição de consumidores ou espectadores (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, 2495-2499). Os usuários devem dispor de instrumentos legais para se manifestar diante de omissões ou abusos da mídia como, entre outros, o Conselho de Comunicação Social".

Nota:162

Mc 10,45: "Porque o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos".

Nota:163

1Cor 11,17-34: "Dito isso, não posso elogiar vocês, porque as suas assembléias, em vez de ajudá-los a progredir, os prejudicam. Antes de tudo, ouço dizer que, quando estão reunidos em assembléia, há divisões entre vocês. E, em parte, eu acredito nisso. É preciso mesmo que haja divisões entre vocês, a fim de que se veja quem dentre vocês resiste a essa prova. De fato, quando se reúnem, o que vocês fazem não é comer a Ceia do Senhor, porque cada um se apressa em comer a sua própria ceia. E, enquanto um passa fome, outro fica embriagado. Será que vocês não têm suas casas onde comer e beber? Ou desprezam a Igreja de Deus e querem envergonhar aqueles que nada têm? O que vou dizer para vocês? Devo elogiá-los? Não! Nesse ponto não os elogio.

De fato, eu recebi pessoalmente do Senhor aquilo que transmiti para vocês: Na noite em que foi entregue, o Senhor Jesus tomou o pão e, depois de dar graças, o partiu e disse: Isto é o meu corpo que é para vocês;

façam isto em memória de mim. Do mesmo modo, após a Ceia, tomou também o cálice, dizendo: Este cálice é a Nova Aliança no meu sangue; todas as vezes que vocês beberem dele, façam isso em memória de mim. Portanto, todas as vezes que vocês comem deste pão e bebem deste cálice, estão anunciando a morte do Senhor, até que ele venha.

Por isso, todo aquele que comer do pão ou beber do cálice do Senhor indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor. Portanto, cada um examine a si mesmo antes de comer deste pão e beber deste cálice, pois aquele que come e bebe sem discernir o Corpo, come e bebe a própria condenação. É por isso que entre vocês há tantos fracos e enfermos, e muitos morreram. Se nós examinássemos a nós mesmos, não seríamos julgados; mas, o Senhor nos corrige por meio de seus julgamentos, para que não sejamos condenados com o mundo.

Em resumo, irmãos, quando vocês se reúnem para a Ceia, esperem uns pelos outros. Se alguém tem fome, coma em sua casa. Assim vocês não estarão se reunindo para a própria condenação. Quanto ao resto darei instruções quando aí chegar”.

Nota:164

Ética: Pessoa e Sociedade 117-127: “117. A violência e a injustiça são, hoje, o sinal mais evidente do fracasso da nossa sociedade no plano ético. Além de uma leitura sociológica das causas dessa situação, como cristãos fazemos uma leitura teológica. Uma ênfase excessiva sobre o pecado individual, de um lado, mesmo no meio da tradição católica, e a recusa moderna da noção de culpa, por outro lado, têm contribuído para a ‘perda do sentido do pecado’, percebida e denunciada pelo Magistério. Ela manifesta não apenas uma menor sensibilidade religiosa, enquanto o sentido do pecado está intrinsecamente ligado à responsabilidade perante Deus, mas também uma menor sensibilidade moral, que afeta a todos, mesmo aqueles que não queiram fazer uma explícita profissão de fé.

118. Convém frisar como os pecados individuais geram estruturas de pecado chamadas também, por analogia, ‘pecados sociais’ (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, 1846-1876). É significativo que já o Apóstolo Paulo usasse quase exclusivamente o termo ‘pecado’ no singular, para indicar uma força personificada, que exerce uma tirania sobre a vida das pessoas humanas, reduzidas, assim, a uma condição de alienação ou de escravidão (cf. *Rm* 5,12-21; *6*,17-20; *1Cor* 15,21; *Ef* 2,3; *Gl* 5,17,21). O Apóstolo e com ele a Igreja acredita, porém, que Cristo venceu o pecado. A plenitude da salvação vem da graça de Cristo, como dom gratuito de Deus, acessível a toda pessoa humana, libertando-a do pecado e do império da injustiça e da iniquidade (cf. *Rm* 5,20). Esta libertação não é apenas dom ou perdão. Ela suscita a necessidade de uma resposta, que corresponda ao amor do Deus libertador. O cristão é chamado a se empenhar no caminho de sua libertação e da libertação da humanidade, fazendo do dom recebido também uma tarefa permanente, um empenho cotidiano, que inspira toda a sua vida.

119. Devemos reconhecer que o espírito de Deus age entre todos os seres humanos, suscitando em sua consciência a busca do bem e a participação na gigantesca luta pela justiça e pela libertação do pecado, que atravessa toda a história humana. Nela, todas as pessoas humanas, cristãs ou não, são solidárias: tanto no sofrimento que a injustiça traz, quanto no empenho pela libertação. Sobre esta solidariedade se apóia o diálogo entre a Igreja e a sociedade, na busca de um futuro que corresponda aos anseios de paz e à esperança de justiça da humanidade (cf. *Gaudium et Spes*, 40-44).

2.4. Igreja e educação moral

120. A Igreja Católica sente-se responsável, perante Deus, não somente por anunciar a mensagem evangélica, mensagem de graça e esperança, mas também por indicar princípios e normas morais, tanto no plano individual quanto na ordem social, na medida em que os considera necessários à salvação que anuncia e ligados a direitos fundamentais das pessoas (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, 2032).

121. Na sociedade brasileira, nas últimas décadas, o Episcopado tem-se esforçado especialmente para expressar as ‘exigências cristãs de uma ordem política’ e as ‘exigências éticas da ordem democrática’ (cf. *Documentos da CNBB*, nº 10, 1977, e nº 42, 1989). Em geral, seu ensinamento e sua atuação parecem contar com a aprovação e a confiança da grande maioria dos brasileiros, o que torna ainda maior a nossa responsabilidade perante a questão ética.

122. A Igreja contribui para a formação das consciências não apenas através de pronunciamentos ou documentos magisteriais. Os princípios morais e sociais são, em tese, acessíveis ao conhecimento humano, mesmo sem iluminação religiosa ou evangélica. A Igreja crê, contudo, que a prática correta e generosa da moral individual ou da ética social precisa da solidariedade da comunidade eclesial e das diversas formas com que ela procura educar a fé e fomentar a caridade, levando ao seguimento de Cristo, bem como elevar seu louvor a Deus e promover a santificação dos fiéis, por meio da celebração dos sacramentos. Entre eles contribui eficazmente à formação da consciência moral o sacramento da penitência, junto com as outras expressões de conversão, penitência e reconciliação, que querem ajudar as pessoas a renovar continuamente uma vida moral voltada para a santidade. Também a direção espiritual e as outras formas de educação da consciência, individuais ou comunitárias (como a revisão de vida, a reflexão bíblica em pequenos grupos, o diálogo fraterno sobre o compromisso na sociedade) contribuem para manter o cristão vigilante e disposto à renovação e ao crescimento.

123. A importância que a Igreja Católica e, em geral, toda a tradição bíblico-cristã atribuem à dimensão ética se torna evidente na identificação da santidade com a oferta da própria vida, ‘como hóstia viva, santa, agradável a Deus’ (*Rm* 12,1). Todos os fiéis são chamados a exercer juntos, em Cristo e na Igreja, este sacerdócio, marcado pela fé e a entrega a Deus, segundo o exemplo do próprio Cristo, mas cuja substância é constituída precisamente pelos atos morais, pela atuação livre da pessoa, pela sua prática da justiça e do amor (cf. *Lumen Gentium*, 10; *Catecismo da Igreja Católica*, 2031).

124. Na sua história, porém, a Igreja faz também experiência da ‘distância que separa a mensagem que ela revela e a fraqueza humana daqueles aos quais o Evangelho é confiado’ (*Gaudium et Spes*, 43, par. 6).

125. A recente Conferência Geral do Episcopado latino-americano, realizada em Santo Domingo (1992), constatava a ‘realidade de um Continente no qual se dá um divórcio entre fé e vida ao ponto de produzir clamorosas situações de injustiça, desigualdade social e violência’ (*Conclusões*, 24). Muitos se perguntam por que um Continente, que se diz cristão, apresenta situações de desigualdade entre as mais extremas e trágicas do mundo. A resposta envolve, sem dúvida, dados históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Mas é

preciso reconhecer também o 'divórcio entre fé e vida'. Uma das causas desse divórcio está na separação que se criou, até hoje, entre leigos e clero, ficando esse último com a responsabilidade da reflexão teológica e ética, enquanto o povo cristão se alimentava mais de devoções do que de uma espiritualidade de atuação cristã na família, na profissão, na economia, na política, na cultura...

126. Essa situação nos impõe, hoje, uma revisão de atitudes do passado e a criação de novas atitudes, como, por exemplo:

- a superação da distância entre clérigos e leigos, hierarquia e povo, intensificando a comunicação e o intercâmbio, fazendo participar ativamente os cristãos, engajados nas 'realidades terrestres', da elaboração de orientações éticas adequadas à sociedade presente e futura;
- a revisão de alguns aspectos da moral tradicional, que foram utilizados para justificar a escravidão, o racismo, o machismo, a desigualdade, a violência, e hoje exercem influência negativa na avaliação do corpo, da sexualidade, da dignidade da mulher, da dívida da sociedade para com os discriminados de ontem e de hoje;
- a revisão de uma moral individualista, demasiadamente centrada nas questões pessoais ou privadas, em detrimento de uma ética social e política, que se torne alma de uma atuação corajosa e lúcida dos cristãos na edificação da sociedade e da cultura;
- a busca sempre renovada dos ideais e valores evangélicos, para não se deixar subjugar pelo sistema econômico e político.

127. Para continuar e aprofundar a reflexão sobre este tema, com a colaboração vinda dos fiéis leigos e de sua vivência cristã, estamos oferecendo o presente documento".

Nota:165

EV, cap. IV, 78ss.: "78. A Igreja recebeu o Evangelho, como anúncio e fonte de alegria e de salvação. Recebeu-o como dom de Jesus, que foi enviado pelo Pai 'para anunciar a Boa Nova aos pobres' (Lc 4,18). Recebeu-o através dos Apóstolos, que o Mestre enviou pelo mundo inteiro (cf. Mc 16,15; Mt 28,19-20). Nascida desta ação missionária, a Igreja ouve ressoar em si mesma todos os dias aquela palavra de incitamento apostólico: 'Ai de mim se não evangelizar!' (2Cor 9,16). 'Evangelizar como escrevia Paulo VI constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar'.

A evangelização é uma ação global e dinâmica que envolve a Igreja na sua participação da missão profética, sacerdotal e real do Senhor Jesus. Por isso, a evangelização compreende indivisivelmente as dimensões do anúncio, da celebração e do serviço da caridade. É um ato profundamente eclesial, que compromete todos os operários do Evangelho, cada um segundo os seus carismas e o próprio ministério.

O mesmo acontece quando se trata de anunciar o Evangelho da vida, parte integrante do Evangelho que é Jesus Cristo. Nós estamos a serviço deste Evangelho, amparados na certeza de o termos recebido como dom e de sermos enviados a proclamá-lo a toda a humanidade, 'até aos confins do mundo' (At 1,8). Por isso, grata e humildemente conservamos a consciência de ser o povo da vida e pela vida e assim nos apresentamos diante de todos.

79. Somos o povo da vida, porque Deus, no seu amor generoso, deu-nos o Evangelho da vida e, por este mesmo Evangelho, fomos transformados e salvos. Fomos reconquistados pelo 'Príncipe da vida' (At 3,15), com o preço do seu sangue precioso (cf. 1Cor 6,20; 7,23; 1Pd 1,19), e, pelo banho batismal, fomos enxertados nele (cf. Rm 6,4-5; Cl 2,12) como ramos que recebem seiva e fecundidade da única árvore (cf. Jo 15,5). Interiormente renovados pela graça do Espírito, 'Senhor que dá a vida', tornamo-nos um povo pela vida, e como tal somos chamados a comportar-nos.

Somos enviados: estar a serviço da vida não é para nós um título de glória, mas um dever que nasce da consciência de sermos 'o povo adquirido por Deus para proclamar as suas obras maravilhosas' (cf. 1Pd 2,9). No nosso caminho, guia-nos e anima-nos a lei do amor: um amor, cuja fonte e modelo é o Filho de Deus feito homem que 'pela sua morte deu a vida ao mundo'.

Somos enviados como povo. O compromisso de servir a vida incumbe sobre todos e cada um. É uma responsabilidade tipicamente 'eclesial', que exige a ação harmonizada e generosa de todos os membros e estruturas da comunidade cristã. Mas a sua característica de dever comunitário não elimina nem diminui a responsabilidade de cada pessoa, a quem é dirigido o mandamento do Senhor de 'fazer-se próximo' de todo homem: 'Vai, e faze tu o mesmo' (Lc 10,37).

Todos juntos sentimos o dever de anunciar o Evangelho da vida, de o celebrar na liturgia e na existência inteira, de o servir com as diversas iniciativas e estruturas de apoio e promoção. 'O que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos' (1Jo 1,3); anunciar o Evangelho da vida.

80. 'O que era desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o que contemplamos e as nossas mãos apalparam acerca do Verbo da vida (...) isso vos anunciamos, para que também vós tenhais comunhão conosco' (1Jo 1,1.3). Jesus é o único Evangelho: ele é tudo o que temos para dizer e testemunhar.

O próprio anúncio de Jesus é anúncio da vida. Ele, de fato, é o 'Verbo da vida' (1Jo 1,1). Nele, 'a vida manifestou-se' (1Jo 1,2); melhor, ele mesmo é a 'vida eterna que estava no Pai e que nos foi manifestada' (1Jo 1,2). Esta mesma vida, graças ao dom do Espírito, foi comunicada ao homem. Orientada para a vida em plenitude a 'vida eterna', também a vida terrena de cada um adquire o seu sentido pleno.

Iluminados pelo Evangelho da vida, sentimos a necessidade de o proclamar e testemunhar pela surpreendente novidade que o caracteriza: identificando-se com o próprio Jesus, portador de toda novidade e vencedor daquele 'envelhecimento' que provém do pecado e conduz à morte, este Evangelho supera toda expectativa do homem e revela a grandeza excelsa, a que a dignidade da pessoa é elevada pela graça. Assim a contempla S. Gregório de Nissa: 'Quando comparado com os outros seres, o homem nada vale, é pó, erva, ilusão; mas, uma vez adotado como filho pelo Deus do universo, é feito familiar deste ser, cuja excelência e grandeza ninguém pode ver, ouvir nem compreender. Com que palavra, pensamento ou arroubo de espírito poderemos celebrar a superabundância desta graça? O homem supera a sua natureza: de mortal passa a imortal, de perecível a imperecível, de efêmero a eterno, de homem torna-se deus'.

A gratidão e a alegria por esta dignidade incomensurável do homem incitam-nos a tornar os demais participantes desta mensagem: 'O que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos, para que também vós tenhais comunhão conosco' (1Jo 1,3). É necessário fazer chegar o Evangelho da vida ao coração de todo homem e mulher, e inseri-lo nas dobras mais íntimas do tecido da sociedade inteira.

81. Trata-se em primeiro lugar de anunciar o núcleo deste Evangelho: é o anúncio de um Deus vivo e solidário, que nos chama a uma profunda comunhão consigo e nos abre à esperança segura da vida eterna; é a afirmação do laço indivisível que existe entre a pessoa, a sua vida e a própria corporeidade; é a apresentação da vida humana como vida de relação, dom de Deus, fruto e sinal do seu amor; é a proclamação da extraordinária relação de Jesus com todo homem, que permite reconhecer o rosto de Cristo em cada rosto humano; é a indicação do 'dom sincero de si' como tarefa e lugar de plena realização da própria liberdade.

Importa, depois, mostrar todas as consequências deste mesmo Evangelho, que se podem resumir assim: a vida humana, dom precioso de Deus, é sagrada e inviolável, e, por isso mesmo, o aborto provocado e a eutanásia são absolutamente inaceitáveis; a vida do homem não apenas não deve ser eliminada, mas há de ser protegida com toda a atenção e carinho; a vida encontra o seu sentido no amor recebido e dado, em cujo horizonte haurem plena verdade a sexualidade e a procriação humana; nesse amor, até mesmo o sofrimento e a morte têm um sentido, podendo tornar-se acontecimentos de salvação, não obstante perdurar o mistério que os envolve; o respeito pela vida exige que a ciência e a técnica estejam sempre orientadas para o homem e para o seu desenvolvimento integral; a sociedade inteira deve respeitar, defender e promover a dignidade de toda a pessoa humana, em cada momento e condição da sua vida.

82. Para sermos verdadeiramente um povo a serviço da vida, temos de propor, com constância e coragem, estes conteúdos, desde o primeiro anúncio do Evangelho, e, depois, na catequese e nas diversas formas de pregação, no diálogo pessoal e em toda ação educativa. Aos educadores, professores, catequistas e teólogos, incumbe o dever de pôr em destaque as razões antropológicas que fundamentam e apóiam o respeito de cada vida humana. Desta forma, ao mesmo tempo que faremos resplandecer a original novidade do Evangelho da vida, poderemos ajudar os demais a descobrirem, inclusive à luz da razão e da experiência, como a mensagem cristã ilumina plenamente o homem e o significado do seu ser e existir; encontraremos valiosos pontos de encontro e diálogo também com os não-crentes, empenhados todos juntos a fazer despertar uma nova cultura da vida.

Cercados pelas vozes mais contrastantes, enquanto muitos rejeitam a sã doutrina sobre a vida do homem, sentimos dirigida a nós a recomendação de Paulo a Timóteo: 'Prega a palavra, insiste oportuna e inoportunamente, repreende, censura e exorta com bondade e doutrina' (2 Tm 4,2). Com particular vigor, há de ressoar esta exortação no coração de quantos na Igreja, mais diretamente e a diverso título, participam da sua missão de 'mestra' da verdade. Ressoe, antes de mais, em nós, Bispos, que somos os primeiros a quem é pedido tornar-se incansável anunciador do Evangelho da vida; está-nos confiado também a nós o dever de vigiar sobre a transmissão íntegra e fiel do ensinamento proposto nesta Encíclica, e de recorrer às medidas mais oportunas para que os fiéis sejam preservados de toda doutrina contrária ao mesmo. Havemos de dedicar especial atenção às Faculdades Teológicas, aos Seminários e às diversas Instituições Católicas, para que aí seja comunicado, ilustrado e aprofundado o conhecimento da sã doutrina. A exortação de Paulo seja também ouvida por todos os teólogos, pastores e quantos desempenham tarefas de ensino, catequese e formação, das consciências: cientes do papel que lhes cabe, não assumam nunca a grave responsabilidade de atrair a verdade e a própria missão, expondo idéias pessoais contrárias ao Evangelho da vida, que o Magistério fielmente propõe e interpreta.

Quando anunciarmos este Evangelho, não devemos temer a oposição e a impopularidade, recusando qualquer compromisso e ambigüidade que nos conformem com a mentalidade deste mundo (cf. Rm 12,2). Com a força recebida de Cristo, que venceu o mundo pela sua morte e ressurreição (cf. Jo 16,33), devemos estar no mundo, mas não ser do mundo (cf. Jo 15,19; 17,16).

'Eu vos louvo porque me fizestes como um prodígio' (Sl 139/138,14): celebrar o Evangelho da vida

83. Enviados ao mundo como 'povo pela vida', o nosso anúncio deve tornar-se também uma verdadeira e própria celebração do Evangelho da vida. É precisamente esta celebração, com toda a força evocativa dos seus gestos, símbolos e ritos, que se torna o lugar mais precioso e significativo para transmitir a beleza e a grandeza desse Evangelho.

Para isso, urge, antes de mais, cultivar, em nós e nos outros, um olhar contemplativo. Este nasce da fé no Deus da vida, que criou cada homem fazendo dele um prodígio (cf. Sl 139/138,14). É o olhar de quem observa a vida em toda a sua profundidade, reconhecendo nela as dimensões de generosidade, beleza, apelo à liberdade e à responsabilidade. É o olhar de quem não pretende apoderar-se da realidade, mas a acolhe como um dom, descobrindo em todas as coisas o reflexo do Criador e em cada pessoa a sua imagem viva (cf. Gn 1,27; Sl 8,6). Este olhar não se deixa cair em desânimo à vista daquele que se encontra enfermo, atribulado, marginalizado, ou às portas da morte; mas deixa-se interpelar por todas estas situações procurando nelas um sentido, sendo, precisamente em tais circunstâncias, que se apresenta disponível para ler de novo no rosto de cada pessoa um apelo ao entendimento, ao diálogo, à solidariedade.

É tempo de todos assumirem este olhar, tornando-se novamente capazes de venerar e honrar cada homem, com ânimo repleto de religioso assombro, como nos convidava a fazer Paulo VI numa das suas mensagens natalinas. Animado por este olhar contemplativo, o povo novo dos redimidos não pode deixar de prorromper em hinos de alegria, louvor e gratidão pelo dom inestimável da vida, pelo mistério do chamamento de todo homem a participar, em Cristo, na vida da graça e numa existência de comunhão sem fim com Deus Criador e Pai.

84. Celebrar o Evangelho da vida significa celebrar o Deus da vida, o Deus que dá a vida: 'Nós devemos celebrar a Vida eterna, da qual procede qualquer outra vida. Dela recebe a vida, na proporção das respectivas capacidades, todo ser que, de algum modo, participa da vida. Essa Vida divina, que está acima de qualquer vida, vivifica e conserva a vida. Toda a vida e qualquer movimento vital procedem desta Vida que transcende cada vida e cada princípio de vida. A Ela devem as almas a sua incorruptibilidade, como também vivem, graças a Ela, todos os animais e todas as plantas que recebem da vida um eco mais fraco. Aos homens, seres compostos de espírito e matéria, a Vida dá a vida. Se depois nos acontece abandoná-la, então a Vida, pelo transbordar do seu amor pelo homem, converte-nos e chama-nos a Si. E mais... Promete também conduzir-nos alma e corpo à vida perfeita, à imortalidade. É muito pouco dizer que esta Vida é viva: Ela é Princípio de vida, Causa e Fonte única de vida. Todo vivente deve contemplá-la e louvá-la: é Vida que transborda de vida'.

Como o Salmista, também nós, na oração diária individual e comunitária, louvamos e bendizemos a Deus nosso Pai que nos plasmou no seio materno, viu-nos e amou-nos quando estávamos ainda em embrião (cf. Sl

139/138,13.15-16), e exclamamos, com alegria irreprimível: 'Eu vos louvo porque me fizestes como um prodígio; as vossas obras são admiráveis, conheceis até o fundo a minha alma' (SI 139/138,14). Sim, 'esta vida mortal, não obstante as suas aflições, os seus mistérios obscuros, os seus sofrimentos, a sua fatal caducidade, é um fato belíssimo, um prodígio sempre original e enternecedor, um acontecimento digno de ser cantado com júbilo e glória'. Mais, o homem e a sua vida não se revelam apenas como um dos prodígios mais altos da criação: Deus conferiu ao homem uma dignidade quase divina (cf. SI 8,6-7). Em cada criança que nasce e em cada homem que vive ou morre, reconhecemos a imagem da glória de Deus: nós celebramos esta glória em cada homem, sinal do Deus vivo, ícone de Jesus Cristo.

Somos chamados a exprimir assombro e gratidão pela vida recebida em dom e a acolher, saborear e comunicar o Evangelho da vida, não só através da oração pessoal e comunitária, mas sobretudo com as celebrações do ano litúrgico. No mesmo contexto, deve-se recordar, de modo particular, os Sacramentos, sinais eficazes da presença e ação salvadora do Senhor Jesus na existência cristã: tornam os homens participantes da vida divina, assegurando-lhes a energia espiritual necessária para realizarem plenamente o verdadeiro significado do viver, do sofrer e do morrer. Graças a uma genuína descoberta do sentido dos ritos e à sua adequada valorização, as celebrações litúrgicas, sobretudo as sacramentais, serão capazes de exprimir cada vez melhor a verdade plena acerca do nascimento, da vida, do sofrimento e da morte, ajudando a viver estas realidades como participação no mistério pascal de Cristo morto e ressuscitado.

85. Na celebração do Evangelho da vida, é preciso saber apreciar e valorizar também os gestos e os símbolos, de que são ricas as diversas tradições e costumes culturais dos povos. Trata-se de momentos e formas de encontro, pelos quais, nos diversos países e culturas, se manifesta a alegria pela vida que nasce, o respeito e defesa de cada existência humana, o cuidado por quem sofre ou passa necessidade, a solidariedade com o idoso ou o moribundo, a partilha da tristeza de quem está de luto, a esperança e o desejo da imortalidade.

Nesta perspectiva e acolhendo a sugestão feita pelos Cardeais no Consistório de 1991, proponho que se celebre anualmente um Dia em defesa da Vida, nas diversas Nações, à semelhança do que já se verifica por iniciativa de algumas Conferências Episcopais. É necessário que essa ocorrência seja preparada e celebrada com a ativa participação de todas as componentes da Igreja local. O seu objetivo principal é suscitar nas consciências, nas famílias, na Igreja e na sociedade, o reconhecimento do sentido e valor da vida humana em todos os seus momentos e condições, concentrando a atenção de modo especial na gravidade do aborto e da eutanásia, sem contudo transcurar os outros momentos e aspectos da vida que merecem ser, de vez em quando, tomados em atenta consideração, conforme a evolução da situação histórica sugerir.

86. Em coerência com o culto espiritual agradável a Deus (cf. Rm 12,1), a celebração do Evangelho da vida requer a sua concretização sobretudo na existência cotidiana, vivida no amor pelos outros e na doação de si próprio. Assim, toda a nossa existência tornar-se-á acolhimento autêntico e responsável do dom da vida e louvor sincero e agradecido a Deus que nos fez esse dom. É o que sucede já com tantos e tantos gestos de doação, muitas vezes humilde e escondida, cumpridos por homens e mulheres, crianças e adultos, jovens e idosos, sadios e doentes.

É neste contexto, rico de humanidade e amor, que nascem também os gestos heróicos. Estes são a celebração mais solene do Evangelho da vida, porque o proclamam com o dom total de si, são a manifestação refulgente do mais elevado grau de amor, que é dar a vida pela pessoa amada (cf. Jo 15,13); são a participação no mistério da Cruz, na qual Jesus revela quão grande valor tem para ele a vida de cada homem e como esta se realiza em plenitude no dom sincero de si. Além dos fatos clamorosos, existe o heroísmo do cotidiano, feito de pequenos ou grandes gestos de partilha que alimentam uma autêntica cultura da vida. Entre estes gestos, merece particular apreço a doação de órgãos feita, segundo formas eticamente aceitáveis, para oferecer uma possibilidade de saúde e até de vida a doentes, por vezes já sem esperança.

A tal heroísmo do cotidiano, pertence o testemunho silencioso, mas tão fecundo e eloquente, de 'todas as mães corajosas, que se dedicam sem reservas à própria família, que sofrem ao dar à luz os próprios filhos, e depois estão prontas a abraçar qualquer fadiga e a enfrentar todos os sacrifícios, para lhes transmitir o que de melhor elas conservam em si'. No cumprimento da sua missão, 'nem sempre estas mães heróicas encontram apoio no seu ambiente. Antes, os modelos de civilização, com frequência promovidos e propagados pelos meios de comunicação, não favorecem a maternidade. Em nome do progresso e da modernidade, são apresentados como já superados os valores da fidelidade, da castidade e do sacrifício, nos quais se distinguiram e continuam a distinguir-se multidões de esposas e de mães cristãs. (...) Nós vos agradecemos, mães heróicas, o vosso amor invencível! Nós vos agradecemos a intrépida confiança em Deus e no seu amor. Nós vos agradecemos o sacrifício da vossa vida. (...) Cristo, no Mistério Pascal, restituiu-vos o dom que Lhe fizestes. Ele, de fato, tem o poder de vos restituir a vida, que Lhe levastes em oferenda'.

'De que aproveitará, irmãos, a alguém dizer que tem fé se não tiver obras?' (Tg 2,14): servir o Evangelho da vida

87. Em virtude da participação na missão real de Cristo, o apoio e a promoção da vida humana devem realizar-se através do serviço da caridade, que se exprime no testemunho pessoal, nas diversas formas de voluntariado, na animação social e no compromisso político. Trata-se de uma exigência sobremaneira premente na hora atual, em que a 'cultura da morte' se contrapõe à 'cultura da vida', de forma tão forte que muitas vezes parece levar a melhor. Antes ainda, porém, trata-se de uma exigência que nasce da 'fé que atua pela caridade' (Gl 5,6), como nos adverte a Carta de São Tiago: 'De que aproveitará, irmãos, a alguém dizer que tem fé se não tiver obras? Acaso essa fé poderá salvá-lo? Se um irmão ou uma irmã estiverem nus e precisarem de alimento cotidiano, e um de vós Lhe disser: Ide em paz, aquecei-vos e saciai-vos, sem lhes dar o que é necessário ao corpo, de que lhes aproveitará? Assim também a fé: se ela não tiver obras, é morta em si mesma' (2,14-17).

No serviço da caridade, há uma atitude que nos há de animar e caracterizar: devemos cuidar do outro enquanto pessoa confiada por Deus à nossa responsabilidade. Como discípulos de Jesus, somos chamados a fazermos-nos próximo de cada homem (cf. Lc 10,29-37), reservando uma preferência especial a quem vive mais pobre, sozinho e necessitado. É precisamente através da ajuda prestada ao faminto, ao sedento, ao estrangeiro, ao nu, ao doente, ao encarcerado como também à criança ainda não nascida, ao idoso que está doente ou perto da morte, que temos a possibilidade de servir Jesus, como ele mesmo declarou: 'Sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizestes' (Mt 25,40). Por isso, não

podemos deixar de nos sentir interpelados e julgados por esta página sempre atual de São João Crisóstomo: 'Queres honrar o corpo de Cristo? Não o transcures quando se encontrar nu! Não vale prestares honras aqui no templo com tecidos de seda, e depois transcurá-lo lá fora, onde sofre frio e nudez'.

O serviço da caridade a favor da vida deve ser profundamente unitário: não pode tolerar unilateralismos e discriminações, já que a vida humana é sagrada e inviolável em todas as suas fases e situações; é um bem indivisível. Trata-se de 'cuidar' da vida toda e da vida de todos. Ou melhor ainda e mais profundamente, trata-se de ir até às próprias raízes da vida e do amor.

Partindo exatamente deste amor profundo por todo homem e mulher, foi-se desenvolvendo, ao longo dos séculos, uma extraordinária história de caridade, que introduziu, na vida eclesial, e civil, numerosas estruturas de serviço à vida, que suscitam a admiração até do observador menos prevenido. É uma história que cada comunidade cristã deve, com renovado sentido de responsabilidade, continuar a escrever graças a uma múltipla ação pastoral e social. Neste sentido, é preciso criar formas discretas mas eficazes de acompanhamento da vida nascente, prestando uma especial solidariedade àquelas mães que, mesmo privadas do apoio do pai, não temem trazer ao mundo o seu filho e educá-lo. Cuidado análogo deve ser reservado à vida provada pela marginalização ou pelo sofrimento, de forma particular nas suas etapas finais.

88. Tudo isto comporta uma obra educativa paciente e corajosa, que estimule todos e cada um a carregar os fardos dos outros (cf. Gl 6,2); requer uma contínua promoção das vocações ao serviço, particularmente entre os jovens; implica a realização de projetos e iniciativas concretas, sólidas e inspiradas evangelicamente.

Múltiplos são os Instrumentos a valorizar por um empenho competente e sério. Relativamente às fontes da vida, sejam promovidos os centros com os métodos naturais de regulação da fertilidade, como válida ajuda à paternidade e maternidade responsável, na qual cada pessoa, a começar do filho, é reconhecida e respeitada por si mesma, e cada decisão é animada e guiada pelo critério do dom sincero de si. Também os consultórios matrimoniais e familiares, através da sua ação específica de consulta e prevenção, desenvolvida à luz de uma antropologia coerente com a visão cristã da pessoa, do casal e da sexualidade, constituem um precioso serviço para descobrir o sentido do amor e da vida, e para apoiar e assistir cada família na sua missão de 'santuário da vida'. A serviço da vida nascente, estão ainda os centros de ajuda à vida e os lares de acolhimento da vida. Graças à sua ação, tantas mães-solteiras e casais em dificuldade readquirem razões e convicções, e encontram assistência e apoio para superar contrariedades e medos no acolhimento de uma vida nascitura ou que acaba de vir à luz.

Diante da vida condicionada por dificuldades, extravio, doença ou marginalização, outros instrumentos como as comunidades para a recuperação dos dependentes de tóxicos, os lares para abrigo de menores ou dos doentes mentais, os centros para acolhimento e tratamento dos doentes da AIDS, as Cooperativas de solidariedade sobretudo para inválidos são expressões eloquentes daquilo que a caridade sabe inventar para dar novas razões de esperança e possibilidades concretas de vida a cada um.

Quando, depois, a existência terrena se encaminha para o seu termo, é ainda a caridade que encontra as modalidades mais oportunas para os idosos, sobretudo se não-autosuficientes, e os chamados doentes terminais poderem gozar de uma assistência verdadeiramente humana e receber respostas adequadas às suas exigências, especialmente à sua angústia e solidão. Nestes casos, é insubstituível o papel das famílias; mas estas podem encontrar grande ajuda nas estruturas sociais de assistência e, quando necessário, no recurso aos cuidados paliativos, valendo-se para o efeito dos idôneos serviços clínicos e sociais, sejam os existentes nos edifícios públicos de internamento e tratamento, sejam os disponíveis para apoio a domicílio.

Em particular, ocorre reconsiderar o papel dos hospitais, das clínicas e das casas de saúde: a sua verdadeira identidade não é a de serem apenas estruturas onde se cuida dos enfermos e doentes terminais, mas em primeiro lugar ambientes nos quais o sofrimento, a dor e a morte sejam reconhecidos e interpretados no seu significado humano e especificamente cristão. De modo especial, tal identidade deve manifestar-se clara e eficientemente nas instituições dependentes de religiosos ou, de alguma maneira, ligadas à Igreja.

89. Estas estruturas e lugares de serviço à vida, e todas as demais iniciativas de apoio e solidariedade, que as diversas situações poderão sugerir em cada ocasião, precisam ser animados por pessoas generosamente disponíveis e profundamente conscientes de quão decisivo seja o Evangelho da vida para o bem do indivíduo humano e da sociedade.

Peculiar é a responsabilidade confiada aos profissionais da saúde médicos, farmacêuticos, enfermeiros, capelães, religiosos e religiosas, administradores e voluntários: a sua profissão pede-lhes que sejam guardiães e servidores da vida humana. No atual contexto cultural e social, em que a ciência e a arte médica correm o risco de extraviar-se da sua dimensão ética originária, podem ser às vezes fortemente tentados a transformarem-se em fatores de manipulação da vida, ou mesmo até em agentes de morte. Perante tal tentação, a sua responsabilidade é hoje muito maior e encontra a sua inspiração mais profunda e o apoio mais forte precisamente na intrínseca e imprescindível dimensão ética da profissão clínica, como já reconhecia o antigo e sempre atual juramento de Hipócrates, segundo o qual é pedido a cada médico que se comprometa no respeito absoluto da vida humana e da sua sacralidade.

O respeito absoluto de cada vida humana inocente exige inclusive o exercício da objeção de consciência frente ao aborto provocado e à eutanásia. O 'fazer morrer' nunca pode ser considerado um cuidado médico, nem mesmo quando a intenção fosse apenas a de secundar um pedido do paciente: pelo contrário, é a própria negação da profissão médica, que se define como um apaixonado e vigoroso 'sim' à vida. Também a pesquisa biomédica, campo fascinante e promissor de novos e grandes benefícios para a humanidade, deve sempre rejeitar experiências, investigações ou aplicações que, menosprezando a dignidade inviolável do ser humano, deixam de estar a serviço dos homens para se transformarem em realidades que, parecendo socorrê-los, efetivamente os oprimem.

90. Um papel específico são chamadas a desempenhar as pessoas empenhadas no voluntariado: oferecem um contributo precioso a serviço da vida, quando sabem conjugar capacidade profissional com um amor generoso e gratuito. O Evangelho da vida impele-as a elevar os sentimentos de simples filantropia até à altura da caridade de Cristo; a reavivarem diariamente, por entre fadigas e cansaços, a consciência da dignidade de cada homem; a irem à procura das carências das pessoas, iniciando se necessário novos caminhos em lugares onde a necessidade é mais urgente, e a atenção e o apoio menos consistentes.

O realismo pertinaz da caridade exige que o 'Evangelho da vida' seja servido ainda por meio de formas de animação social e de empenho político, que defendam e proponham o valor da vida nas nossas sociedades cada vez mais complexas e pluralistas. Indivíduos, famílias, grupos, entidades associativas têm a sua responsabilidade, mesmo se a título e com método diverso, na animação social e na elaboração de projetos culturais, econômicos, políticos e legislativos que, no respeito de todos e segundo a lógica da convivência democrática, contribuam para edificar uma sociedade, onde a dignidade de cada pessoa seja reconhecida e tutelada, e a vida de todos fique tutelada e promovida.

Semelhante tarefa incumbe, de modo particular, sobre os responsáveis da vida pública. Chamados a servir o homem e o bem comum, têm o dever de realizar opções corajosas a favor da vida, primeiro que tudo, no âmbito das disposições legislativas. Num regime democrático, onde as leis e as decisões se estabelecem sobre a base do consenso de muitos, pode atenuar-se na consciência dos indivíduos investidos de autoridade o sentido da responsabilidade pessoal. Mas ninguém pode jamais abdicar desta responsabilidade, sobretudo quando tem um mandato legislativo ou poder decisório que o chama a responder perante Deus, a própria consciência e a sociedade inteira de opções eventualmente contrárias ao verdadeiro bem comum. Se as leis não são o único instrumento para defender a vida humana, desempenham, contudo, um papel muito importante, por vezes determinante, na promoção de uma mentalidade e dos costumes. Afirimo, uma vez mais, que uma norma que viola o direito natural de um inocente à vida, é injusta e, como tal, não pode ter valor de lei. Por isso, renovo o meu veemente apelo a todos os políticos para não promulgarem leis que, ao menosprezarem a dignidade da pessoa, minam pela raiz a própria convivência social.

A Igreja sabe que é difícil atuar uma defesa legal eficaz da vida no contexto das democracias pluralistas, por causa da presença de fortes correntes culturais de matriz diversa. Todavia, movida pela certeza de que a verdade moral não pode deixar de ter eco no íntimo de cada consciência, ela encoraja os políticos a começar pelos que são cristãos a não se renderem, mas tomarem aquelas decisões que, tendo em conta as possibilidades concretas, levem a restabelecer uma ordem justa na afirmação e promoção do valor da vida. Nesta perspectiva, convém sublinhar que não basta eliminar as leis iníquas. Mas terão de ser removidas as causas que favorecem os atentados contra a vida, sobretudo garantindo o devido apoio à família e à maternidade: a política familiar deve constituir o ponto fulcral e o motor de todas as políticas sociais. Para isso, é necessário ativar iniciativas sociais e legislativas, capazes de garantir condições de autêntica liberdade de escolha em ordem à paternidade e à maternidade; impõe-se, além disso, reordenar as políticas do emprego, de urbanização, da habitação, dos serviços sociais, para se conseguir conciliar entre si os tempos do trabalho e da família, tornando possível um efetivo cuidado das crianças e dos idosos.

91. Um capítulo importante da política em favor da vida é constituído hoje pela problemática demográfica. As autoridades públicas têm certamente a responsabilidade de intervir com válidas iniciativas 'para orientar a demografia da população'; mas tais iniciativas devem pressupor e respeitar sempre a responsabilidade primária e inalienável dos esposos e das famílias, e não podem recorrer a métodos desrespeitadores da pessoa e dos seus direitos fundamentais, a começar pelo direito à vida de todo ser humano inocente. Por isso, é moralmente inaceitável que, para regular a natalidade, se encoraje ou até imponha o uso de meios como a contraceção, a esterilização e o aborto.

Bem diferentes são os caminhos para resolver o problema demográfico: os Governos e as várias instituições internacionais devem, antes de tudo, visar a criação de condições económicas, sociais, médico-sanitárias e culturais que permitam aos esposos realizarem as suas opções procriadoras, com plena liberdade e verdadeira responsabilidade; devem esforçar-se, depois, por 'aumentar os meios e distribuir com maior justiça a riqueza, para que todos possam participar equitativamente dos bens da criação. São necessárias soluções a nível mundial, que instaurem uma verdadeira economia de comunhão e participação de bens, tanto na ordem internacional como nacional'. Este é o único caminho que respeita a dignidade das pessoas e das famílias, como também o autêntico património cultural dos povos.

Vasto e complexo é, portanto, o serviço ao Evangelho da vida. Ele manifesta-se cada vez mais como âmbito precioso e favorável para uma efetiva colaboração com os irmãos das outras Igrejas e Comunidades eclesiais, na linha daquele ecumenismo das obras que o Concílio Vaticano II, com autoridade, encorajou. Além disso, o referido serviço apresenta-se como espaço providencial para o diálogo e colaboração com os sequazes de outras religiões e com todos os homens de boa vontade: a defesa e a promoção da vida não são monopólio de ninguém, mas tarefa e responsabilidade de todos. O desafio que temos pela frente, na vigília do terceiro milénio, é árduo: somente a cooperação concorde de todos aqueles que acreditam no valor da vida, poderá evitar uma derrota da civilização com conseqüências imprevisíveis.

'Os filhos são bênçãos do Senhor, os frutos do ventre, uma recompensa do Senhor' (Sl 127/126,3): a família 'santuário da vida'

92. No seio do 'povo da vida e pela vida', resulta decisiva a responsabilidade da família: é uma responsabilidade que brota da própria natureza dela uma comunidade de vida e de amor, fundada sobre o matrimónio e da sua missão que é 'guardar, revelar e comunicar o amor'. Em causa está o próprio amor de Deus, do qual os pais são constituídos colaboradores e como que intérpretes na transmissão da vida e na educação da mesma segundo o seu projeto de Pai. É, por conseguinte, o amor que se faz generosidade, acolhimento, doação: na família, cada um é reconhecido, respeitado e honrado por ser pessoa; e se alguém está mais necessitado, maior e mais diligente é o cuidado por ele.

A família tem a ver com os seus membros durante toda a existência de cada um, desde o nascimento até a morte. Ela é verdadeiramente 'o santuário da vida (...), o lugar onde a vida, dom de Deus, pode ser convenientemente acolhida e protegida contra os múltiplos ataques a que está exposta, e pode desenvolver-se segundo as exigências de um crescimento humano autêntico'. Por isso, o papel da família é determinante e insubstituível na construção da cultura da vida.

Como 'igreja doméstica', a família é chamada a anunciar, celebrar e servir o Evangelho da vida. Esta tríplice função compete primariamente aos cônjuges, chamados a serem transmissores da vida, apoiados numa consciência sempre renovada do sentido da geração, enquanto acontecimento onde, de modo privilegiado, se manifesta que a vida humana é um dom recebido a fim de, por sua vez, ser dado. Na geração de uma nova vida, eles tomam consciência de que o filho 'se é fruto da recíproca doação de amor dos pais, é, por sua vez, um dom para ambos: um dom que promana do dom'.

A família cumpre a sua missão de anunciar o Evangelho da vida, principalmente através da educação dos filhos. Pela palavra e pelo exemplo, no relacionamento mútuo e nas opções cotidianas, e mediante gestos e sinais concretos, os pais iniciam os seus filhos na liberdade autêntica, que se realiza no dom sincero de si, e cultivam neles o respeito do outro, o sentido da justiça, o acolhimento cordial, o diálogo, o serviço generoso, a solidariedade e os demais valores que ajudam a viver a existência como um dom. A obra educadora dos pais cristãos deve constituir um serviço à fé dos filhos e prestar uma ajuda para eles cumprirem a vocação recebida de Deus. Entra na missão educadora dos pais ensinar e testemunhar aos filhos o verdadeiro sentido do sofrimento e da morte: poderão fazê-lo se souberem estar atentos a todo sofrimento existente ao seu redor e, antes ainda, se souberem desenvolver atitudes de solidariedade, assistência e partilha com doentes e idosos no âmbito familiar.

93. Além disso, a família celebra o Evangelho da vida com a oração diária, individual e familiar: nela, agradece e louva o Senhor pelo dom da vida e invoca luz e força para enfrentar os momentos de dificuldade e sofrimento, sem nunca perder a esperança. Mas a celebração que dá significado a qualquer outra forma de oração e de culto é a que se exprime na existência cotidiana da família, quando esta é uma existência feita de amor e doação.

A celebração transforma-se assim num serviço ao Evangelho da vida, que se exprime através da solidariedade, vivida no seio e ao redor da família como atenção carinhosa, vigilante e cordial nas ações pequenas e humildes de cada dia. Uma expressão particularmente significativa de solidariedade entre as famílias é a disponibilidade para a adoção ou para o acolhimento das crianças abandonadas pelos seus pais ou, de qualquer modo, em situação de grave dificuldade. O verdadeiro amor paterno e materno sabe ir além dos laços da carne e do sangue para acolher também crianças de outras famílias, oferecendo-lhes o que for necessário para a sua vida e o seu pleno desenvolvimento. Entre as formas de adoção, merece ser assinalada a adoção à distância, que se há de preferir sempre que o abandono tenha por único motivo as condições de grave pobreza da família. Na realidade, com esta espécie de adoção é oferecida aos pais a ajuda necessária para manter e educar os próprios filhos, sem ter de os desarraigar do seu ambiente natural.

Concebida como 'determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum', a solidariedade requer ser também concretizada mediante formas de participação social e política. Conseqüentemente, servir o Evangelho da vida implica que as famílias, nomeadamente tomando parte em apropriadas associações, se empenhem por que as leis e as instituições do Estado não lesem de modo algum o direito à vida, desde a sua concepção até a morte natural, mas o defendam e promovam.

94. Um lugar especial deve ser reconhecido aos idosos. Enquanto, em algumas culturas, a pessoa de mais idade permanece inserida na família com um papel ativo importante, em outras, ao contrário, quem chegou à velhice é sentido como um peso inútil e fica abandonado a si mesmo: em tal contexto, pode mais facilmente surgir a tentação de recorrer à eutanásia.

A marginalização ou mesmo a rejeição dos idosos é intolerável. A sua presença na família ou, pelo menos, a estreita solidariedade desta com eles quando, pelo reduzido espaço da habitação ou outros motivos, essa presença não fosse possível, é de importância fundamental para criar um clima de intercâmbio recíproco e de comunicação enriquecedora entre as várias idades da vida. Por isso, é importante que se conserve, ou se restabeleça onde isso se perdeu, uma espécie de 'pacto' entre as gerações, de modo que os pais idosos, chegados ao termo da sua caminhada, possam encontrar nos filhos aquele acolhimento e solidariedade que lhes tinham oferecido quando estes estavam desabrochando para a vida: exige-o a obediência ao mandamento divino que ordena honrar o pai e a mãe (cf. Ex 20,12; Lv 19,3). Mas tem mais... O idoso não pode ser considerado apenas objeto de atenção, solidariedade e serviço. Também ele tem um valioso contributo a prestar ao Evangelho da vida. Graças ao rico patrimônio de experiência adquirido ao longo dos anos, o idoso pode e deve ser transmissor de sabedoria, testemunha de esperança e de caridade.

Se é verdade que 'o futuro da humanidade passa pela família', tem-se de reconhecer que as atuais condições sociais, económicas e culturais freqüentemente tornam mais árdua e penosa a tarefa da família a serviço da vida. Para poder realizar a sua vocação de 'santuário da vida', enquanto célula de uma sociedade que ama e acolhe a vida, é necessário e urgente que a família como tal seja ajudada e apoiada. As sociedades e os Estados devem assegurar todo o apoio necessário, mesmo económico, para que as famílias possam responder de forma mais humana aos próprios problemas. Por seu lado, a Igreja deve promover incansavelmente uma pastoral familiar capaz de ajudar cada família a redescobrir, com alegria e coragem, a sua missão no que diz respeito ao Evangelho da vida.

'Comportai-vos como filhos da luz' (Ef 5,8): para realizar uma viragem cultural

95. 'Comportai-vos como filhos da luz. (...) Procurai o que é agradável ao Senhor, e não participeis das obras infrutuosas das trevas' (Ef 5,8.10-11). No contexto social de hoje, marcado por uma luta dramática entre a 'cultura da vida' e a 'cultura da morte', importa maturar um forte sentido crítico, capaz de discernir os verdadeiros valores e as autênticas exigências.

Urge uma mobilização geral das consciências e um esforço ético comum, para se realizar uma grande estratégia a favor da vida. Todos juntos devemos construir uma nova cultura da vida: nova, porque em condições de enfrentar e resolver os problemas inéditos de hoje acerca da vida do homem; nova, porque assumida com convicção mais firme e laboriosa por todos os cristãos; nova, porque capaz de suscitar um sério e corajoso confronto cultural com todos. A urgência desta viragem cultural está ligada à situação histórica que estamos atravessando, mas radica-se sobretudo na própria missão evangelizadora confiada à Igreja. De fato, o Evangelho visa 'transformar a partir de dentro e fazer nova a própria humanidade': é como o fermento que leveda toda a massa (cf. Mt 13,33) e, como tal, é destinado a permear todas as culturas e a animá-las a partir de dentro, para que expressem a verdade integral sobre o homem e sua vida.

É preciso começar por renovar a cultura da vida no seio das próprias comunidades cristãs. Muitas vezes os crentes, mesmo até os que participam ativamente na vida eclesial, caem numa espécie de dissociação entre a fé cristã e as suas exigências éticas a respeito da vida, chegando assim ao subjetivismo moral e a certos comportamentos inaceitáveis. Devemos, pois, interrogar-nos, com grande lucidez e coragem, acerca da cultura da vida que reina hoje entre os indivíduos cristãos, as famílias, os grupos e as comunidades das nossas Dioceses. Com igual clareza e decisão, teremos de individuar os passos que somos chamados a dar para servir a vida na plenitude da sua verdade. Ao mesmo tempo, devemos promover um confronto sério e profundo com

todos, inclusive com os não-crentes, sobre os problemas fundamentais da vida humana, tanto nos lugares da elaboração do pensamento, como nos diversos âmbitos profissionais e nas situações onde se desenvolve diariamente a existência de cada um.

96. O primeiro e fundamental passo para realizar esta viragem cultural consiste na formação da consciência moral acerca do valor incomensurável e inviolável de cada vida humana. Suma importância tem aqui a descoberta do nexos indivisível entre vida e liberdade. São bens inseparáveis: quando um é violado, o outro acaba por ser também. Não há liberdade verdadeira, onde a vida não é acolhida nem amada; nem há vida plena senão na liberdade. Ambas as realidades têm, ainda, um peculiar e natural ponto de referência que as une indissolúvelmente: a vocação ao amor. Este, enquanto sincero dom de si, é o sentido mais verdadeiro da vida e da liberdade da pessoa.

Na formação da consciência, igualmente decisiva é a descoberta do laço constitutivo que une a liberdade à verdade. Como disse já várias vezes, desarraigar a liberdade da verdade objetiva torna impossível fundar os direitos da pessoa sobre uma base racional sólida, e cria as premissas para se afirmar, na sociedade, o arbítrio desenfreado dos indivíduos ou o totalitarismo repressivo do poder público.

Então é essencial que o homem reconheça a evidência primordial da sua condição de criatura que recebe de Deus o ser e a vida como dom e tarefa: só admitindo esta inata dependência no seu ser, pode o homem realizar em plenitude a vida e a liberdade própria e, simultaneamente, respeitar em toda a sua profundidade a vida e a liberdade alheia. É sobretudo aqui que se manifesta como, 'no centro de cada cultura, está o comportamento que o homem assume diante do mistério maior: o mistério de Deus'. Quando se nega Deus e se vive como se ele não existisse ou de qualquer modo não se tem em conta os seus mandamentos, então facilmente se acaba por negar ou comprometer também a dignidade da pessoa humana e a inviolabilidade da sua vida.

97. A formação da consciência está estritamente ligada a obra educativa, que ajuda o homem a ser cada vez mais homem, o introduz sempre mais profundamente na verdade, orienta-o para um crescente respeito da vida, forma-o nas justas relações entre as pessoas.

De modo particular, é necessário educar para o valor da vida, a começar das suas próprias raízes. É uma ilusão pensar que se pode construir uma verdadeira cultura da vida humana, se não se ajudam os jovens a compreender e a viver a sexualidade, o amor e a existência inteira no seu significado verdadeiro e na sua íntima correlação. A sexualidade, riqueza da pessoa toda, 'manifesta o seu significado íntimo ao levar a pessoa ao dom de si no amor'. A banalização da sexualidade conta-se entre os principais fatores que estão na origem do desprezo pela vida nascente: só um amor verdadeiro sabe defender a vida. Não é possível, pois, eximir-nos de oferecer, sobretudo aos adolescentes e aos jovens, uma autêntica educação da sexualidade e do amor, educação essa que requer a formação para a castidade, como virtude que favorece a maturidade da pessoa e a torna capaz de respeitar o significado 'esposal' do corpo.

A obra de educação para a vida comporta a formação dos cônjuges sobre a procriação responsável. No seu verdadeiro significado, esta exige que os esposos sejam dóceis ao chamamento do Senhor e vivam como fiéis intérpretes do seu designio: este cumpre-se com a generosa abertura da família a novas vidas, permanecendo em atitude de acolhimento e de serviço à vida, mesmo quando os cônjuges, por sérios motivos e no respeito da lei moral decidem evitar, com ou sem limites de tempo, um novo nascimento. A lei moral obriga-os, em qualquer caso, a dominar as tendências do instinto e das paixões e a respeitar as leis biológicas inscritas na pessoa de ambos. É precisamente este respeito que torna legítimo, ao serviço da procriação responsável, o recurso aos métodos naturais de regulação da fertilidade: estes têm-se aperfeiçoado progressivamente sob o ponto de vista científico e oferecem possibilidades concretas para decisões de harmonia com os valores morais. Uma honesta ponderação dos resultados conseguidos deveria fazer ruir preconceitos ainda muito difusos e convencer os cônjuges, bem como os profissionais da saúde e da assistência social, sobre a importância de uma adequada formação a tal respeito. A Igreja está agradecida àqueles que, com sacrifício pessoal e dedicação freqüentemente ignorada, se empenham na pesquisa e na difusão de tais métodos, promovendo ao mesmo tempo uma educação dos valores morais que o seu uso supõe.

A obra educativa não pode deixar de tomar em consideração, ainda, o sofrimento e a morte. Na realidade, ambos fazem parte da experiência humana, e é inútil, além de ilusório, procurar reprimi-los ou ignorá-los. Ao contrário, cada um deve ser ajudado a compreender, na concreta e dura realidade, o seu mistério profundo. Também a dor e o sofrimento têm um sentido e um valor, quando são vividos em estreita ligação com o amor recebido e dado. Nesta perspectiva, quis que se celebrasse anualmente o Dia Mundial do Doente, fazendo ressaltar 'a índole salvífica da oferta do sofrimento, que, vivido em comunhão com Cristo, pertence à essência mesma da redenção'. Até a morte, aliás, não é de forma alguma aventura sem esperança: é a porta da existência que se abre, de par em par à eternidade e, para aqueles que a vivem em Cristo, é experiência de participação no mistério da sua morte e ressurreição.

98. Em resumo, podemos dizer que a viragem cultural, aqui desejada, exige de todos a coragem de assumir um novo estilo de vida que se exprime colocando, no fundamento das decisões concretas a nível pessoal, familiar, social e internacional, uma justa escala dos valores: o primado do ser sobre o ter, da pessoa sobre as coisas. Este novo estilo de vida implica também a passagem da indiferença ao interesse pelo outro, a passagem da recusa ao seu acolhimento: os outros não são concorrentes de quem temos de nos defender, mas irmãos e irmãs de quem devemos ser solidários; devem ser amados por si mesmos; enriquecem-nos pela sua própria presença.

Na mobilização por uma nova cultura da vida, que ninguém se sinta excluído: todos têm um papel importante a desempenhar. Ao lado da tarefa das famílias, é particularmente valiosa a missão dos professores e dos educadores. Deles está em larga medida dependente a possibilidade de os jovens, formados para uma autêntica liberdade, saberem preservar dentro de si e espalhar ao seu redor ideais autênticos de vida, e saberem crescer no respeito e ao serviço de cada pessoa, em família e na sociedade.

Também os intelectuais muito podem fazer para construir uma nova cultura da vida humana. Responsabilidade particular cabe aos intelectuais católicos, chamados a estarem ativamente presentes nas sedes privilegiadas da elaboração cultural, ou seja, no mundo da escola e das universidades, nos ambientes da investigação científica e técnica, nos lugares da criação artística e da reflexão humanista. Alimentando o seu gênio e ação na seiva límpida do Evangelho, devem comprometer-se a serviço de uma nova cultura da vida, através da produção de

contributos sérios, documentados e capazes de se imporem pelos seus méritos ao respeito e interesse de todos. Precisamente nesta perspectiva, instituí a Pontifícia Academia para a Vida, com a missão de 'estudar, informar e formar acerca dos principais problemas de biomedicina e de direito, relativos à promoção e à defesa da vida, sobretudo na relação direta que eles têm com a moral cristã e as diretrizes do Magistério da Igreja'. Um contributo específico há de vir das Universidades, em particular católicas, e dos Centros, Institutos e Comissões de bioética.

Grande é a responsabilidade dos profissionais dos massmedia, chamados a pugnam por que as mensagens, transmitidas com tamanha eficácia, sejam um verdadeiro contributo para a cultura da vida. Importa, por isso, apresentar exemplos altos e nobres de vida e dar espaço aos testemunhos positivos e por vezes heróicos de amor pelo homem; propor, com grande respeito, os valores da sexualidade e do amor, sem contemporizar com nada daquilo que deturpa e degrada a dignidade do homem. Na leitura da realidade, não de recusar-se a pôr em destaque tudo o que possa inspirar ou fazer crescer sentimentos ou atitudes de indiferença, desprezo ou rejeição da vida. Na escrupulosa fidelidade à verdade dos fatos, eles são chamados a conjugar num todo a liberdade de informação, o respeito para cada pessoa e um profundo sentido de humanidade.

99. Nessa viragem cultural a favor da vida, as mulheres têm um espaço de pensamento e ação singular e talvez determinante: compete a elas fazerem-se promotoras de um 'novo feminismo' que, sem cair na tentação de seguir modelos 'masculinizados', saiba reconhecer e exprimir o verdadeiro gênio feminino em todas as manifestações da convivência civil, trabalhando pela superação de toda forma de discriminação, violência e exploração.

Retomando as palavras da mensagem conclusiva do Concílio Vaticano II, também eu dirijo às mulheres este premente convite: 'Reconciliai os homens com a vida'. Vós sois chamadas a testemunhar o sentido do amor autêntico, daquele dom de si e acolhimento do outro, que se realizam de qualquer outra relação interpessoal. A experiência da maternidade proporciona-vos uma viva sensibilidade pela outra pessoa e confere-vos, ao mesmo tempo, uma missão particular: 'A maternidade comporta uma comunhão especial com o mistério da vida, que amadurece no seio da mulher. (...) Este modo único de contato com o novo homem que se está formando, cria, por sua vez, uma atitude tal para com o homem não só para com o próprio filho, mas para com o homem em geral que caracteriza profundamente toda a personalidade da mulher'. Com efeito, a mãe acolhe e leva dentro de si um outro, proporciona-lhe forma de crescer no seu seio, dá-lhe espaço, respeitando-o na sua diferença. Deste modo, a mulher percebe e ensina que as relações humanas são autênticas quando se abrem ao acolhimento da outra pessoa, reconhecida e amada pela dignidade que lhe advém do fato mesmo de ser pessoa e não de outros fatores, como a utilidade, a força, a inteligência, a beleza, a saúde. Este é o contributo fundamental que a Igreja e a humanidade esperam das mulheres. E é premissa insubstituível para uma autêntica viragem cultural.

Um pensamento especial quereria reservá-lo para vós, mulheres, que recorrestes ao aborto. A Igreja está a par dos numerosos condicionalismos que poderiam ter influído sobre a vossa decisão, e não duvida que, em muitos casos, se tratou de uma decisão difícil, talvez dramática. Provavelmente a ferida no vosso espírito ainda não está curada. Na realidade, aquilo que aconteceu, foi e permanece profundamente injusto. Mas não vos deixeis cair no desânimo, nem percais a esperança. Sabei, antes, compreender o que se verificou e interpretai-o em toda a sua verdade. Se não o fizestes ainda, abri-vos com humildade e confiança ao arrependimento: o Pai de toda a misericórdia espera-vos para vos oferecer o seu perdão e a sua paz no sacramento da Reconciliação. Dar-vos-eis conta de que nada está perdido, e podereis pedir perdão também ao vosso filho que agora vive no Senhor. Ajudadas pelo conselho e pela solidariedade de pessoas amigas e competentes, podereis contar-vos, com o vosso doloroso testemunho, entre os mais eloquentes defensores do direito de todos à vida. Através do vosso compromisso a favor da vida, coroados eventualmente com o nascimento de novos filhos e exercido através do acolhimento e atenção a quem está mais carecido de solidariedade, sereis artífices de um novo modo de olhar a vida do homem.

100. Neste grande esforço por uma nova cultura da vida, somos sustentados e fortalecidos pela confiança de quem sabe que o Evangelho da vida, como o Reino de Deus, cresce e dá frutos abundantes (cf. Mc 4,26-29). Certamente é enorme a desproporção existente entre os meios numerosos e potentes, de que estão dotadas as forças propulsoras da 'cultura da morte', e os meios de que dispõem os promotores de uma 'cultura da vida e do amor'. Mas nós sabemos que podemos confiar na ajuda de Deus, para quem nada é impossível (cf. Mt 19,26).

Com esta certeza no coração e movido de pungente solicitude pela sorte de cada homem e mulher, repito hoje a todos aquilo que disse às famílias, empenhadas em suas difíceis tarefas por entre as ciladas que as ameaçam: é urgente uma grande oração pela vida, que atravesse o mundo inteiro. Com iniciativas extraordinárias e na oração habitual, de cada comunidade cristã, de cada grupo ou associação, de cada família e do coração de cada crente eleve-se uma súplica veemente a Deus, Criador e amante da vida. O próprio Jesus nos mostrou com o seu exemplo que a oração e o jejum são as armas principais e mais eficazes contra as forças do mal (cf. Mt 4,1-11), e ensinou aos seus discípulos que alguns demônios só desse modo se expulsam (cf. Mc 9,29). Então, encontremos novamente a humildade e a coragem de orar e jejuar, para conseguir que a força que vem do Alto faça ruir os muros de enganos e mentiras que escondem, aos olhos de muitos dos nossos irmãos e irmãs, a natureza perversa de comportamentos e de leis contrárias à vida, e abra os seus corações a propósitos e desígnios inspirados na civilização da vida e do amor.

'Escrevemo-vos estas coisas para que a vossa alegria seja completa' (1Jo 1,4): o Evangelho da vida é para o bem da cidade dos homens

101. 'Escrevemo-vos estas coisas, para que a vossa alegria seja completa' (1Jo 1,4). A revelação do Evangelho da vida foi-nos confiada como um bem que deve ser comunicado a todos: para que todos os homens estejam em comunhão conosco e com a Santíssima Trindade (cf. 1Jo 1,3). Nem nós poderíamos viver em alegria plena, se não comunicássemos este Evangelho aos outros, mas o guardássemos apenas para nós.

O Evangelho da vida não é exclusivamente para os crentes: destina-se a todos. A questão da vida e da sua defesa e promoção não é prerrogativa unicamente dos cristãos. Mesmo se recebe uma luz e força extraordinária da fé, aquela pertence a cada consciência humana que aspira pela verdade e vive atenta e apreensiva pela sorte da humanidade. Na vida, existe seguramente um valor sagrado e religioso, mas de modo

algum este interpela apenas os crentes: trata-se, com efeito, de um valor que todo ser humano pode enxergar, mesmo com a luz da razão, e, por isso, diz necessariamente respeito a todos.

Por isso, a nossa ação de 'povo da vida e pela vida' pede para ser interpretada de modo justo e acolhida com simpatia. Quando a Igreja declara que o respeito incondicional do direito à vida de toda pessoa inocente desde a sua concepção até a morte natural é um dos pilares sobre o qual assenta toda a sociedade, ela 'quer simplesmente promover um Estado humano. Um Estado que reconheça como seu dever primário a defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente da mais fraca'.

O Evangelho da vida é para o bem da cidade dos homens. Atuar em favor da vida é contribuir para o renovação da sociedade, através da edificação do bem comum. De fato, não é possível construir o bem comum sem reconhecer e tutelar o direito à vida, sobre o qual se fundamentam e desenvolvem todos os restantes direitos inalienáveis do ser humano. Nem pode ter sólidas bases uma sociedade que se contradiz radicalmente, já que por um lado afirma valores como a dignidade da pessoa, a justiça e a paz, mas por outro aceita ou tolera as mais diversas formas de desprezo e violação da vida humana, sobretudo se fraca e marginalizada. Só o respeito da vida pode fundar e garantir bens tão preciosos e necessários à sociedade como a democracia e a paz. De fato, não pode haver verdadeira democracia, se não é reconhecida a dignidade de cada pessoa e não se respeitam os seus direitos.

Nem pode haver verdadeira paz, se não se defende e promove a vida, como recordava Paulo VI: 'Todo crime contra a vida é um atentado contra a paz, especialmente se ele viola os costumes do povo (...), enquanto nos lugares onde os direitos do homem são realmente professados e publicamente reconhecidos e defendidos, a paz torna-se a atmosfera feliz e geradora de convivência social'.

O 'povo da vida' alegra-se de poder partilhar o seu empenho com muitos outros, de modo que seja cada vez mais numeroso o 'povo pela vida', e a nova cultura do amor e da solidariedade possa crescer para o verdadeiro bem da cidade dos homens.

CONCLUSÃO

102. Chegados ao termo desta Encíclica, espontaneamente o olhar volta a fixar-se no Senhor Jesus, o 'Menino nascido para nós' (cf. Is 9,5), a fim de nele contemplar 'a Vida' que 'se manifestou' (1Jo 1,2). No mistério deste nascimento, realiza-se o encontro de Deus com o homem e tem início o caminho do Filho de Deus sobre a terra, caminho esse que culminará com o dom da vida na Cruz: com a sua morte, ele vencerá a morte e tornar-se-á para a humanidade princípio de vida nova.

Quem esteve a acolher 'a vida' em nome e proveito de todos, foi Maria, a Virgem Mãe, a qual, por isso mesmo, mantém laços pessoais estreitíssimos com o Evangelho da vida. O consentimento de Maria, na Anunciação, e a sua maternidade situam-se na própria fonte do mistério daquela vida, que Cristo veio dar aos homens (cf. Jo 10,10). Através do acolhimento e carinho que ela prestou à vida do Verbo feito carne, a vida do homem foi salva da condenação à morte definitiva e eterna.

Por isso, 'como a Igreja, de que é figura, Maria é a Mãe de todos os que renascem para a vida. Ela é verdadeiramente a Mãe da Vida que faz viver todos os homens; ao gerar a Vida, gerou de certo modo todos aqueles que haviam de viver dessa Vida.

Ao contemplar a maternidade de Maria, a Igreja descobre o sentido da própria maternidade e o modo como é chamada a exprimi-la. Ao mesmo tempo, a experiência materna da Igreja entreabre uma perspectiva mais profunda para compreender a experiência de Maria, qual modelo incomparável de acolhimento e cuidado da vida.

'Apareceu um grande sinal no Céu: uma mulher revestida de Sol' (Ap 12,1): a maternidade de Maria e da Igreja

103. A relação recíproca entre Maria e o mistério da Igreja manifesta-se claramente no 'grande sinal' descrito no Apocalipse: 'Apareceu um grande sinal no céu: uma mulher revestida de Sol, tendo a Lua debaixo dos seus pés e uma coroa de doze estrelas sobre a cabeça' (12,1). Neste sinal, a Igreja reconhece uma imagem do próprio mistério: apesar de imersa na história, ela está consciente de a transcender, porquanto constitui na terra 'o gérmen e o princípio' do Reino de Deus. Tal mistério, a Igreja o vê realizado, de modo pleno e exemplar, em Maria. É ela a mulher gloriosa, na qual o desígnio de Deus se pôde realizar com a máxima perfeição.

Aquela 'mulher revestida de Sol' assinala o Livro do Apocalipse 'estava grávida' (12,2). A Igreja está plenamente consciente de trazer em si o Salvador do mundo, Cristo Senhor, e de ser chamada a dá-lo ao mundo, regenerando os homens para a própria vida de Deus. Mas não pode esquecer que esta sua missão tornou-se possível pela maternidade de Maria, que concebeu e deu à luz aquele que é 'Deus de Deus', 'Deus verdadeiro de Deus verdadeiro'. Maria é verdadeiramente a Mãe de Deus, a 'Theotokos', em cuja maternidade é exaltada, até ao grau supremo, a vocação à maternidade inscrita por Deus em cada mulher. Assim Maria apresenta-se como modelo para a Igreja, chamada a ser a 'nova Eva', mãe dos crentes, mãe dos 'viveres' (cf. Gn 3,20).

A maternidade espiritual da Igreja só se realiza também disto está ciente a Igreja no meio das angústias e 'dores de parto' (Ap 12,2), isto é, em perene tensão com as forças do mal, que continuam a sulcar o mundo e a dominar o coração dos homens, que opõem resistência a Cristo: 'Nele estava a Vida e a Vida era a luz dos homens; a luz resplandece nas trevas, mas as trevas não a acolheram' (Jo 1,4-5).

À semelhança da Igreja, também Maria teve de viver a sua maternidade sob o signo do sofrimento: 'Este Menino está aqui (...) para ser sinal de contradição; uma espada trespassará a tua alma, a fim de se revelarem os pensamentos de muitos corações' (Lc 2,34-35). Nas palavras que Simeão dirige a Maria, já no alvorecer da existência do Salvador, está sinteticamente representada aquela rejeição de Jesus e com ele a rejeição de Maria, que culmina no Calvário. 'Junto da cruz de Jesus' (Jo 19,25), Maria participa no dom que o Filho faz de si mesmo: oferece Jesus, dá-o, gera-o definitivamente para nós. O 'sim' do dia da Anunciação amadurece plenamente no dia da Cruz, quando chega para Maria o tempo de acolher e gerar como filho cada homem feito discípulo, derramando sobre ele o amor redentor do Filho: 'Então Jesus, ao ver sua mãe e junto dela, o discípulo que ele amava, Jesus disse a sua mãe: Mulher, eis aí o teu filho' (Jo 19,26).

'O dragão deteve-se diante da mulher () para lhe devorar o filho que estava para nascer' (Ap 12,4): a vida ameaçada pelas forças do mal.

104. No Livro do Apocalipse, o 'grande sinal' da 'mulher' (12,1) é acompanhado por 'outro sinal no céu': 'um grande dragão vermelho' (12,3), que representa Satanás, potência pessoal maléfica, e conjuntamente todas as forças do mal que agem na história e contrariam a missão da Igreja.

Também nisto, Maria ilumina a Comunidade dos Crentes: de fato, a hostilidade das forças do mal é uma obstinada oposição que, antes de tocar os discípulos de Jesus, se dirige contra a sua Mãe. Para salvar a vida do Filho daqueles que o temem como se fosse uma perigosa ameaça, Maria tem de fugir com José e o Menino para o Egito (cf. Mt 2,13-15).

Assim, Maria ajuda a Igreja a tomar consciência de que a vida está sempre no centro de uma grande luta entre o bem e o mal, entre a luz e as trevas. O dragão queria devorar 'o filho que estava para nascer' (Ap 12,4), figura de Cristo, que Maria gera na 'plenitude dos tempos' (Gl 4,4) e que a Igreja deve continuamente oferecer aos homens nas sucessivas épocas da história. Mas é também, de algum modo, figura de cada homem, de cada criança, sobretudo de cada criatura fraca e ameaçada, porque como recorda o Concílio 'pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem'.¹⁴⁰ Precisamente na 'carne' de cada homem, Cristo continua a revelar-se e a entrar em comunhão conosco, pelo que a rejeição da vida do homem, nas suas diversas formas, é realmente rejeição de Cristo. Esta é a verdade fascinante mas exigente, que Cristo nos manifesta e que a sua Igreja incansavelmente propõe: 'Quem receber um menino como este, em meu nome, é a mim que recebe' (Mt 18,5); 'Em verdade vos digo: sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizestes' (Mt 25,40).

'Não mais haverá morte' (Ap 21,4): o esplendor da ressurreição

105. A anunciação do anjo a Maria está inserida no meio destas expressões tranquilizadoras: 'Não tenhas receio, Maria' e 'Nada é impossível a Deus' (Lc 1, 30.37). Na verdade, toda a existência da Virgem Mãe está envolvida pela certeza de que Deus está com ela e a acompanha com a sua benevolência providente. O mesmo se passa também com a existência da Igreja que encontra 'um refúgio' (cf. Ap 12,6) no deserto, lugar da provação mas também da manifestação do amor de Deus pelo seu povo (cf. Os 2,16). Maria é uma mensagem de viva consolação para a Igreja na sua luta contra a morte. Ao mostrar-nos o seu Filho, assegura-nos que nele as forças da morte já foram vencidas: 'Morte e vida combateram, mas o Príncipe da vida reina vivo após a morte'.

O Cordeiro imolado vive com os sinais da paixão, no esplendor da ressurreição. Só ele domina todos os acontecimentos da história: abre os seus 'selos' (cf. Ap 5,1-10) e consolida, no tempo e para além dele, o poder da vida sobre a morte. Na 'nova Jerusalém', ou seja, no mundo novo para o qual tende a história dos homens, 'não mais haverá morte, nem pranto, nem gritos, nem dor, porque as primeiras coisas passaram' (Ap 21,4).

Como povo peregrino, povo da vida e pela vida, enquanto caminhamos confiantes para 'um novo céu e uma nova terra' (Ap 21,1), voltamos o olhar para aquela que é para nós 'sinal de esperança segura e consolação'.

Ó Maria, aurora do mundo novo, Mãe dos viventes, a vós confiamos a causa da vida: olhai, Mãe, para o número sem fim de crianças impedidas de nascer, de pobres para quem se torna difícil viver, de homens e mulheres vítimas de inumana violência, de idosos e doentes assassinados pela indiferença ou por uma presumida compaixão. Fazei com que todos aqueles que crêem no vosso Filho

saibam anunciar com coragem e amor aos homens do nosso tempo o Evangelho da vida.

Alcançai-lhes a graça de o acolher como um dom sempre novo, a alegria de o celebrar com gratidão em toda a sua existência, e a coragem para o testemunhar

com laboriosa tenacidade, para construírem, juntamente com todos os homens

de boa vontade, a civilização da verdade e do amor, para louvor e glória de Deus Criador e amante da vida.

Dado em Roma, junto de São Pedro, no dia 25 de março, solenidade da Anunciação do Senhor, do ano 1995, décimo sétimo de Pontificado".

Nota:166

LG 16: "16. Os que ainda não receberam o Evangelho mantêm, com o povo de Deus, um relacionamento diversificado. Primeiro o povo a que foram dados os testamentos e as promessas, a cuja raça pertenceu Cristo, por nascimento (cf. Rm 9, 4-5). Povo escolhido com amor, definitivamente, pois os dons e vocação divinos nunca voltam atrás (cf. Rm 11, 28-29). A salvação alcança também aqueles que reconhecem o criador, antes de tudo os muçulmanos, que se filiam à fé de Abraão e conosco adoram a Deus, único e misericordioso, juiz de todos os homens no último dia. Mas Deus também não está longe daqueles que o buscam como a um desconhecido, através de suas sombras e imagens, pois a todos dá vida, inspiração e tudo o mais (cf. At 17, 25-28) e, como salvador, os quer salvar a todos (cf. 1Tm 2, 4). Todos os que buscam a Deus sinceramente, procuram cumprir a sua vontade, conhecida através da consciência, e agem sob o influxo íntimo da graça, podem obter a salvação. A providência divina não priva dos auxílios necessários à salvação aqueles que, sem culpa expressa, ainda não alcançaram o conhecimento de Deus e procuram seguir o caminho do bem, não sem assistência da graça divina. A Igreja interpreta como preparação evangélica tudo que neles há de bom e de verdadeiro, dom daquele que ilumina todos as pessoas a fim de que tenham vida. Os seres humanos são muitas vezes enganados pelo Maligno. Com raciocínios vazios trocam a verdade de Deus pela mentira e servem à criatura em lugar do criador (cf. Rm 1, 21.25). Vivendo e morrendo sem Deus, expõem-se ao eterno desespero. Por isso a Igreja, para a glória de Deus e salvação desses homens e mulheres, empenha-se nas missões, de acordo com o preceito do Senhor: 'Pregai o Evangelho a todas as criaturas (Mc 16, 15)'.¹⁴⁰

Nota:167

NA 2: "2. Da mais remota antiguidade, até os dias de hoje, todos os povos têm certa percepção da energia latente na vida e nos acontecimentos humanos. Reconhecem assim, de algum modo, a divindade, o Pai. Esta percepção e este reconhecimento correspondem, em profundidade, a seu senso religioso.

A religião, desenvolvendo-se em conexão com a cultura, procura exprimir a resposta a estas questões fundamentais por intermédio de noções mais apuradas e numa linguagem melhor elaborada.

No hinduísmo, por exemplo, medita-se sobre o mistério divino, que se exprime numa fecundidade inexaurível de mitos, envidando incansáveis esforços filosóficos para conseguir a libertação dos vínculos de nossa condição. Com o mesmo objetivo, buscando refúgio em Deus, com amor e confiança, praticam-se diversas formas de vida ascética e de meditação transcendental.

Nas variadas formas de budismo, reconhece-se a radical insuficiência deste mundo mutável e se ensina o caminho a ser seguido pelo homem devoto e confiante, seja para chegar ao estado de perfeita libertação, seja para alcançar a suprema iluminação, com suas próprias forças e contando com o auxílio do alto.

De maneira semelhante, as demais religiões, espalhadas pelo mundo inteiro, procuram vir, de muitos modos, ao encontro da inquietação do coração humano, propondo caminhos, isto é, doutrinas, preceitos e ritos sagrados.

A Igreja Católica não rejeita o que é verdadeiro e santo em todas as religiões. Considera suas práticas, maneiras de viver, preceitos e doutrinas como reflexo, não raramente autêntico, da verdade que ilumina todos os seres humanos, ainda que se distanciem do que ela crê e ensina. Anuncia, porém, a Cristo, e se sente incessantemente obrigada a fazê-lo, como 'caminho, verdade e vida' (Jo 14, 16), em que todos somos chamados a encontrar a plenitude da religião e em quem Deus reconciliou consigo todas as coisas.

Por isso a Igreja Católica exorta seus filhos ao diálogo e à colaboração com os seguidores das outras religiões, para que dêem o testemunho da fé e da vida cristã, reconhecendo, servindo e promovendo os bens espirituais e morais assim como os valores sócio-culturais presentes nelas".

Nota:168

RMI 28: "28. O Espírito manifesta-se particularmente na Igreja e em seus membros, mas sua presença e ação são universais, sem limites de espaço nem de tempo. O Concílio Vaticano II lembra a obra do Espírito no coração de cada homem, cuidando e fazendo germinar as 'sementes do Verbo', presentes nas iniciativas religiosas e nos esforços humanos à procura da verdade, do bem, e de Deus.

O Espírito oferece ao homem 'luz e forças que lhe permitem corresponder à sua altíssima vocação'; graças a ele, 'o homem chega, por meio da fé, a contemplar e saborear o mistério dos planos divinos'; mais ainda, 'devemos acreditar que o Espírito Santo oferece a todos, de um modo que só Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao Mistério pascal'. Seja como for, a Igreja sabe que o homem, solicitado incessantemente pelo Espírito de Deus, nunca poderá ser totalmente indiferente ao problema da religião, mantendo sempre o desejo de saber, mesmo se confusamente, qual o significado de sua vida, de sua atividade, e de sua morte. O Espírito está, portanto, na própria origem da questão existencial e religiosa do homem, que surge não só de situações contingentes, mas sobretudo da estrutura própria de seu ser.

A presença e ação do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a história, os povos, as culturas e as religiões. Com efeito, ele está na base dos ideais nobres e das iniciativas benfeitoras da humanidade peregrina: 'com admirável providência, o Espírito dirige o curso dos tempos e renova a face da Terra'.

Cristo ressuscitado, 'pela virtude de seu Espírito, atua já nos corações dos homens, não só despertando o desejo da vida futura, mas também alentando, purificando e robustecendo a família humana para tornar mais humana a sua própria vida e submeter a Terra inteira a este fim'. É ainda o Espírito que infunde as 'sementes do Verbo', presentes nos ritos e nas culturas, e as faz maturar em Cristo".

DA 17: "17. Estas poucas referências bastam para demonstrar que o Concílio reconheceu abertamente a presença de valores positivos não só na vida religiosa de cada crente das outras tradições religiosas, mas também nas mesmas tradições religiosas a que eles pertencem. Atribui estes valores à presença ativa de Deus mesmo através do seu Verbo, e também à ação universal do Espírito: 'Sem dúvida alguma afirma *Ad Gentes* O Espírito Santo estava já operando no mundo, antes da glorificação do filho' (AG 4)

Partindo, pois, de tudo isto, pode-se ver que estes elementos, como preparação para o Evangelho (LG 16), desempenharam e ainda desempenham um papel providencial na economia divina da salvação. E a Igreja reconhecendo-o é levada a entrar em 'diálogo e colaboração' (NA 2; cf. GS 92-93): 'E exorta os seus filhos a que (...), dando testemunho da fé e da vida cristã, reconheçam, conservem e promovam os bens espirituais e morais, assim como os valores sócio-culturais nelas existentes'(NA 2)".

Nota:169

RMI 29: "29. Assim, o Espírito que 'sopra onde quer' (Jo 3,8) e que já operava no mundo, antes da glorificação do Filho, que enche o universo, abrangendo tudo e de tudo tem conhecimento' (Sb 1,7), induz-nos a estender o olhar, para podermos melhor considerar sua ação, presente em todo o tempo e lugar. É uma referência que eu próprio sigo, muitas vezes, e que me guiou nos encontros com os mais diversos povos. As relações da Igreja com as restantes religiões baseiam-se num duplo aspecto: 'respeito pelo homem na sua busca de resposta às questões mais profundas da vida, e respeito pela ação do Espírito nesse mesmo homem'. O encontro inter-religioso de Assis, excluída toda e qualquer interpretação equívoca, reforçou minha convicção de que 'toda a oração autêntica é suscitada pelo Espírito Santo, que está misteriosamente presente no coração dos homens'. Este Espírito é o mesmo que agiu na encarnação, vida, morte e ressurreição de Jesus, e atua na Igreja. Não é, de modo nenhum, uma alternativa para Cristo, nem vem preencher uma espécie de vazio, como algumas vezes se sugere existir, entre Cristo e o Logos. Tudo quanto o Espírito opera no coração dos homens e na história dos povos, nas culturas e religiões, assume um papel de preparação evangélica, e não pode deixar de se referir a Cristo, Verbo feito carne pela ação do Espírito, 'a fim de, como homem perfeito, salvar todos os homens e recapitular em si todas as coisas'.

A ação universal do Espírito, portanto, não pode ser separada da obra peculiar que ele desenvolve no Corpo de Cristo, que é a Igreja. Sempre é o Espírito que atua, quer quando dá vida à Igreja, impelindo-a a anunciar Cristo, quer quando semeia e desenvolve seus dons em todos os homens e povos, conduzindo a Igreja à descoberta, promoção e acolhimento desses dons, por meio do diálogo. Qualquer presença do Espírito deve ser acolhida com estima e gratidão, mas compete à Igreja discerni-la. A ela, Cristo deu o seu Espírito para a guiar até à verdade total (cf. Jo 16,13)".

Nota:170

DSD 228: "228. A vinda do Espírito Santo em Pentecostes (cf. At 2,1-11) põe de manifesto a universalidade do mandato evangelizador: pretende chegar a toda cultura. Manifesta também a diversidade cultural dos fiéis, quando ouviam cada um dos apóstolos falar na sua própria língua.

Nasce a cultura com o mandato inicial de Deus aos seres humanos: crescer e multiplicar-se, encher a terra e submetê-la (Gn 1,28-30). Dessa maneira, a cultura é cultivo e expressão de todo o humano em relação amorosa com a natureza e na dimensão comunitária dos povos.

Quando Jesus Cristo, na encarnação, assume e exprime todo o humano, exceto o pecado, então o Verbo de Deus entra na cultura. Assim, Jesus Cristo é a medida de todo o humano e portanto também da cultura. Ele, que se encarnou na cultura de seu povo, traz para cada cultura histórica o dom da purificação e da plenitude. Todos os valores e expressões culturais que possam dirigir-se a Cristo promovem o autêntico humano. O que não passa pelo Cristo não poderá ficar redimido”.

Nota:171

DA 25: “25. Com efeito, estes padres dos primeiros séculos apresentam aquilo que se poderia chamar de teologia da história. A história converte-se em história da salvação, à medida que Deus, através dela, se manifesta progressivamente e se comunica à humanidade. Este processo de manifestação e de comunicação divina atinge o seu ápice na encarnação do Filho de Deus em Jesus Cristo. É o significado da distinção de Ireneu entre as quatro alianças feitas por Deus com o gênero humano: com Adão, Noé, Moisés e Jesus Cristo. Esta mesma corrente patrística, cuja importância não se pode subestimar - atingiu, pode-se dizer, o seu ponto culminante com Agostinho, que nas suas últimas obras salienta a presença e a influência universal do mistério de Cristo, ainda antes da Encarnação. Em cumprimento do seu plano de Salvação, Deus, no seu Filho, alcançou a humanidade inteira. Assim, em certo sentido, o cristianismo já existia no início da humanidade”.

Nota:172

GS 22: “22. O mistério do ser humano só se ilumina de fato à luz do mistério do Verbo encarnado. O primeiro homem, Adão, era imagem do futuro, o Cristo Senhor.

Ao revelar o mistério do Pai e de seu amor, Jesus Cristo, o último Adão, manifesta plenamente aos seres humanos o que é o ser humano e a sublimidade da vocação humana. Não admira, pois, que todas as verdades a que anteriormente aludíamos tenham sua fonte em Cristo e, nele, alcancem sua máxima expressão.

Ele é *imagem do Deus invisível (Cl 1, 15)*, homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a integridade violada pelo pecado. Nele, a natureza humana foi assumida sem ser afetada e, por isso mesmo, tornou-se ainda mais digna e preciosa. Pela sua encarnação, o Filho de Deus, de certo modo, uniu-se a todos os seres humanos. Trabalhou com mãos humanas, pensou e agiu como qualquer ser humano, amando com um coração humano. Nascido da virgem Maria, foi realmente um dos nossos em tudo, exceto no pecado.

Cordeiro inocente, tendo derramado livremente o seu sangue, nos mereceu a vida. Nele, Deus se reconciliou conosco e nos livrou da escravidão do demônio e do pecado, para que cada um de nós pudesse dizer com o apóstolo: o Filho de Deus *me amou e se entregou por mim (Gl 2, 20)*. Sofrendo por nós, não apenas deu exemplo, para que lhe sigamos os passos, mas estabeleceu o caminho através do qual a vida e a morte ganham um sentido novo e se tornam vias de santificação.

O cristão, conforme a imagem do Filho, primogênito entre muitos irmãos, recebeu as *primícias do Espírito (Rm 8, 23)*, tornando-se capaz de cumprir a nova lei do amor. Pelo Espírito, que é *penhor da herança (Ef 1, 14)*, o homem interior se renova completamente, até a *redenção do corpo (Rm 8, 23)*: *Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dos mortos habita em vocês, aquele que ressuscitou Cristo dos mortos dará a vida também para os corpos mortais de vocês, por meio do seu Espírito que habita em vocês (Rm 8, 11)*.

O cristão precisa sem dúvida e tem o dever de lutar contra o mal através de todas as dificuldades, aceitando, inclusive, a morte. Associado porém ao mistério pascal e configurando-se ao Cristo na morte, caminha animado pela esperança da ressurreição.

Isto não vale somente para os fiéis, mas para todos os homens de boa vontade, em cujo coração atua a graça, de maneira invisível. Como Cristo morreu por todos, todos são chamados a participar da mesma vida divina. Deve-se, pois, admitir que o Espírito Santo oferece absolutamente a todos os seres humanos a possibilidade de se associar ao mistério pascal, de maneira conhecida somente por Deus.

Eis o grande e admirável mistério do ser humano. Os fiéis o reconhecem através da revelação cristã. Por Cristo e em Cristo brilha uma luz no fim do túnel de dor e de morte, que nos sufocaria, não fosse o Evangelho. Cristo ressuscitou. Destruíu a morte com sua morte e a todos deu a vida, para que, como filhos no Filho, clamemos no Espírito: *Abba! Pai!*”

Nota:173

DA 45: “45. Outro contexto em que o diálogo inter-religioso parece urgente é o da cultura. O conceito de cultura é mais amplo que o de religião. Há uma concepção segundo a qual a religião representa a dimensão transcendente da cultura e, em certo sentido, a sua alma. As religiões contribuíram sem dúvida para o progresso da cultura e para a edificação de uma sociedade mais humana. Mas, algumas vezes, as práticas religiosas tiveram um influxo alienante sobre as culturas. Uma cultura autônoma secularizada pode hoje exercer um papel crítico a respeito de certos elementos negativos em certas religiões. A questão, portanto, é complexa dado que diversas religiões podem coexistir numa única moldura cultural, enquanto uma mesma religião deve exprimir-se em contextos culturais diferentes. Acontece também que as diferenças religiosas podem conduzir para culturas diversas numa mesma região”.

Nota:174

DA 38: “38. Neste contexto, é mais fácil ver por que e em que sentido o diálogo inter-religioso é um elemento integrante da missão evangelizadora da Igreja. A razão fundamental do empenho da Igreja no diálogo não é meramente de natureza antropológica, mas principalmente teológica. Deus, num diálogo que dura ao longo dos tempos, ofereceu e continua a oferecer a salvação à humanidade. Para ser fiel à iniciativa divina, a Igreja deve, pois, entrar num diálogo de salvação com todos”.

DV 2: “2. Quis Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e manifestar o mistério de sua vontade (cf. Ef 1, 9): os homens têm acesso ao Pai e se tornam participantes da natureza divina por Cristo, Verbo encarnado, no Espírito Santo (cf. Ef 2, 18; 2 Pd 1, 4).

Deus, invisível (Cl 1, 15; 1Tm 1, 17), revela-se por causa do seu muito amor, falando aos homens como a amigos (cf. Ex 33, 11; Jo 15, 14s) e conversando com eles (cf. Br 3, 38), para convidá-los a estarem com ele no seu convívio.

A economia da revelação implica gestos e palavras intimamente ligados entre si. Os acontecimentos realizados por Deus na história da salvação manifestam e confirmam os ensinamentos e as realidades significadas pelas palavras. As palavras, por sua vez, proclamam os acontecimentos e iluminam o mistério neles contido.

A verdade profunda a respeito de Deus e da salvação humana brilha em Cristo, que é, ao mesmo tempo, mediador e plenitude da revelação”.

Nota:175

DA 40: “40. Neste diálogo de salvação, os cristãos e os outros são chamados a colaborar com o Espírito do Senhor Ressuscitado, Espírito que está presente e opera universalmente. O diálogo inter-religioso não tende simplesmente para uma compreensão mútua e para relações amistosas. Atinge um nível muito mais profundo, que é o do espírito, onde o intercâmbio e a partilha consistem num testemunho mútuo do próprio credo e numa descoberta comum das respectivas convicções religiosas. Mediante o diálogo, os cristãos e os outros são convidados a aprofundar seu empenho religioso e a responder, com crescente sinceridade, ao apelo pessoal de Deus e ao dom gratuito que ele faz de si mesmo, dom que sempre passa, como proclama a nossa fé, através da mediação de Jesus Cristo e da obra do seu Espírito”.

Nota:176

DA 41: “41. Com este objetivo, ou seja, uma conversão mais profunda de todos para Deus, o diálogo inter-religioso já possui o seu próprio valor. Neste processo de conversão, ‘pode nascer a decisão de deixar uma situação espiritual ou religiosa anterior, a fim de se dirigir para outra’ (DM 37). O diálogo sincero supõe, por um lado, aceitar reciprocamente a existência das diferenças, ou também das contradições, e pelo outro respeitar a livre decisão que as pessoas tomam em conformidade com a própria consciência (cf. DH 2). O ensinamento do Concílio deve ser tido sempre em mente: ‘E todos os homens estão obrigados a procurar a verdade, sobretudo no que se refere a Deus e à sua Igreja, e a abraçá-la e a pô-la em prática, uma vez conhecida’ (DH 1)”.

Nota:177

DA 77: “77. O diálogo inter-religioso e o anúncio, embora não no mesmo nível, são autênticos elementos da missão evangelizadora da Igreja. São legítimos e necessários. Estão intimamente ligados, mas não são intercambiáveis: o verdadeiro diálogo inter-religioso supõe, da parte do cristão, o desejo de fazer conhecer melhor, reconhecer e amar Jesus Cristo, e o anúncio de Jesus Cristo deve fazer-se no espírito evangélico do diálogo. As duas atividades permanecem distintas mas, como a experiência demonstra, a mesma Igreja local e a mesma pessoa podem estar diversamente empenhadas em ambas”.

Nota:178

DA 66-67: “66. Como disse o Papa Paulo VI na sua Exortação *Evangelii nuntiandi*: ‘A apresentação da mensagem evangélica não é para a Igreja uma contribuição facultativa: é um dever que lhe incumbe, por mandato do Senhor Jesus, a fim de que os homens e as mulheres possam acreditar e serem salvos. Sim, esta mensagem é necessária; ela é única e não poderá ser substituída. Ela não admite indiferença, nem sincretismo, nem acomodação. É a salvação dos homens e das mulheres que está em causa’ (EN 5). A urgência foi salientada por Paulo: ‘Mas como hão de invocar aquele em quem não acreditaram? E como hão de acreditar naquele que não ouviram? E como ouvirão se ninguém lhes prega? E como pregarão se não forem enviados? Logo, a fé vem da pregação, e a pregação pela palavra de Cristo’ (Rm 10,14s).

‘Esta lei, estabelecida outrora pelo apóstolo Paulo, conserva ainda hoje todo o seu vigor’ (EN 42). É oportuno recordar também estas outras palavras de Paulo: ‘Porque, se anuncio o Evangelho, não tenho de que me gloriar, pois que me é imposta essa obrigação: Ai de mim se não evangelizar!’ (1Cor 9,16).

67. O anúncio é uma resposta à aspiração humana à salvação.

Onde quer que Deus abre a porta da palavra, para anunciar o mistério de Cristo a todos os homens, com confiança e constância, seja anunciado o Deus vivo e aquele que enviou para salvação de todos, Jesus Cristo, para que os não-cristãos, por moção interior do espírito Santo, creiam e se convertam livremente ao Senhor, e sinceramente adiram àquele que, sendo caminho verdade e vida (João 14, 6), satisfaz todas as suas exigências espirituais, superando-as (AG 13)”.

Nota:179

DA 42: “42. Existem formas diferentes de diálogo inter-religioso. Pode ser útil recordar aqui as mencionadas pelo documento de 1984 do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso (cf. DM 28-35). As formas citadas são quatro, sem que se tenha procurado estabelecer uma ordem de prioridade:

- a) O diálogo da vida, onde as pessoas se esforçam por viver num espírito de abertura e de boa vizinhança, compartilhando as suas alegrias e tristezas, os seus problemas e as suas preocupações.
- b) O diálogo das obras, onde os cristãos e os outros colaboram em vista do desenvolvimento integral e da libertação da gente.
- c) O diálogo dos intercâmbios teológicos, onde os peritos procuram aprofundar a compreensão das suas respectivas heranças religiosas, e apreciar os valores espirituais uns dos outros.
- d) O diálogo da experiência religiosa, onde pessoas radicadas nas próprias tradições religiosas compartilham as suas riquezas espirituais, por exemplo, no que se refere à oração e à contemplação, à fé e aos caminhos da busca de Deus e do Absoluto”.

Nota:180

DA 47-50: “47. O diálogo requer uma atitude equilibrada tanto da parte dos cristãos como da parte dos seguidores das outras tradições. Não deveriam ser nem demasiado ingênuos nem hiper-críticos, mas abertos e acolhedores. Já se fez referência ao desinteresse e à imparcialidade, assim como à aceitação das diferenças, e também às possíveis contradições. As outras disposições requeridas são a vontade de se empenhar em conjunto, ao serviço da verdade, e a prontidão em se deixar transformar pelo encontro”.

48. Isto não significa que, ao entrar em diálogo, devam ser postas de lado as próprias convicções religiosas. Pelo contrário, a sinceridade do diálogo inter-religioso exige que se entre nele com a integralidade da própria fé. Ao mesmo tempo, permanecendo firmes na sua fé que em Jesus Cristo, o único mediador entre Deus e o ser humano (cf. 1Tm 2,4-6), foi-lhes dada a plenitude da revelação, os cristãos não se devem esquecer que Deus também se manifestou de certo modo aos seguidores das outras tradições religiosas. Por conseguinte, são chamados a considerar as convicções e os valores dos outros abertamente.

49. Além disso, a plenitude da verdade recebida em Jesus Cristo não dá aos cristãos, individualmente, a garantia de terem assimilado de modo pleno essa verdade. Em última análise, a verdade não é algo que possuímos, mas uma pessoa por quem nos devemos deixar possuir. Trata-se, portanto, de um processo sem fim. Embora mantendo intacta a sua identidade, os cristãos devem estar dispostos a aprender e a receber dos outros e por intermédio deles os valores positivos das suas tradições. Assim, mediante o diálogo, podem ser induzidos a vencer os preconceitos inveterados, a rever as idéias preconcebidas e a aceitar, por vezes, que a compreensão da sua fé seja purificada.

50. Se os cristãos cultivarem esta abertura e aceitarem ser postos à prova, vão acolher os frutos do diálogo. Assim descobrirão tudo aquilo que a ação de Deus, através de Jesus Cristo e do seu Espírito, realizou e continua realizando no mundo e na humanidade inteira. Longe de lhes enfraquecer a fé, o verdadeiro diálogo torná-la-á mais profunda. Terão, cada vez mais, consciência da sua identidade cristã e compreenderão mais claramente os elementos distintivos da mensagem cristã. A sua fé abrir-se-á a novas dimensões, ao mesmo tempo que descobrem a presença operante do mistério de Jesus Cristo para além dos confins visíveis da Igreja e do rebanho cristão.”

Nota: 181

DH 1-15: “1. Há, hoje em dia, uma consciência aguda da dignidade das pessoas. Cresce o número dos que pretendem que os seres humanos, no seu agir, sigam a sua própria maneira de ver, gozem de liberdade responsável e atuem conduzidos pela consciência do dever, muito mais do que impelidos por qualquer tipo de coerção.

Nesse sentido, reclamam a delimitação jurídica dos poderes públicos, para que deixem espaço ao exercício da liberdade honesta, tanto por parte das pessoas como das associações.

Tal exigência de liberdade nas sociedades humanas visa, em primeiro lugar, ao que diz respeito aos bens propriamente humanos, a começar pelo livre exercício da religião na sociedade.

Vindo ao encontro de tais aspirações e desejando deixar claro que correspondem perfeitamente às exigências da verdade e da justiça, o Concílio recorre à Tradição e à doutrina da Igreja, de que se tiram sempre coisas novas e velhas.

O concílio começa por proclamar que o próprio Deus comunicou ao ser humano o caminho a trilhar: servindo-o, podem se salvar e alcançar a plena realização de si mesmos em Cristo. É esta a verdadeira religião, de que a Igreja Católica e apostólica é expressão, encarregada que foi de difundir-la em toda a humanidade pelo próprio Senhor Jesus, que enviou os apóstolos com estas palavras: ‘Vão e puguem a todos os povos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo o que lhes ordenei’ (Mt 28, 19).

É obrigação de todo ser humano buscar, abraçar e seguir a verdade, especialmente no que diz respeito a Deus e à sua Igreja.

O Concílio proclama igualmente que se trata de um dever de consciência. A força da verdade, que se faz forte e suavemente sentir ao espírito, obriga em consciência todo ser humano. A liberdade religiosa de prestar culto a Deus, exigência, hoje, de um número crescente de pessoas, significa a rejeição de toda coerção religiosa por parte da sociedade civil. Não contraria em nada a doutrina católica tradicional sobre os deveres morais das coletividades e dos indivíduos humanos para com a verdadeira religião e a única Igreja de Cristo.

Finalmente, tratando da liberdade religiosa, o Concílio retoma pura e simplesmente a doutrina dos últimos papas sobre os direitos invioláveis da pessoa e sobre o ordenamento jurídico da sociedade.

2. O Concílio declara que a pessoa tem direito à liberdade religiosa. Tal liberdade consiste em que nenhum ser humano deve estar sujeito à coerção de outros indivíduos, nem da sociedade e ou de qualquer poder humano. Em matéria religiosa ninguém seja levado a agir contra a consciência, nem, desde que se mantenha dentro dos devidos limites, impedido de agir segundo sua consciência, em público ou de forma privada.

Declara igualmente que o direito à liberdade religiosa se baseia na dignidade da pessoa, reconhecida pela razão e manifestada pela palavra de Deus revelada.

O direito da pessoa à liberdade religiosa deve ainda ser reconhecido pelo ordenamento jurídico da sociedade, para que se torne um direito civil.

Todos os seres humanos são dotados de razão e de vontade livre. Têm acesso à responsabilidade. Ser pessoa faz parte da dignidade da natureza humana, que, por conseguinte, está moralmente obrigada a buscar a verdade, começando pela verdade religiosa. É igualmente obrigada a aderir à verdade e submeter toda a vida às suas exigências. Os seres humanos devem cumprir este seu dever humanamente, para o que se requer a plena liberdade psicológica e a ausência de toda coerção externa.

O direito à liberdade religiosa tem por fundamento, pois, a própria natureza do ser humano, independentemente das condições subjetivas de cada um. Por conseguinte, o direito permanece intacto, mesmo naqueles que não cumprem a obrigação de buscar a verdade ou de lhe aderir na medida em que vai sendo encontrada. O exercício desse direito só pode ser impedido por uma justa exigência da ordem pública.

3. Para melhor compreendê-lo, considere-se que a norma suprema da vida humana é a lei divina, eterna, objetiva e universal pela qual Deus ordena, dirige e governa o mundo inteiro, segundo o conselho de sua sabedoria e de seu amor. Deus faz com que o ser humano participe dessa sua lei, a fim de que, por suave disposição da divina providência, possa ir reconhecendo aos poucos sua verdade imutável.

Todos têm o dever, e, por conseguinte o direito, de buscar a verdade na área da religião, empregando os meios mais apropriados para formar prudentemente a consciência, na retidão e na verdade.

Deve-se buscar a verdade por meios compatíveis com a dignidade humana da pessoa e com seu modo de ser social: liberdade de pesquisa, liberdade de ensino, extensiva às suas respectivas instituições, liberdade de intercomunicação e de diálogo, em que uns transmitem aos outros a verdade que encontraram ou julgam ter encontrado, a fim de se ajudarem mutuamente na busca da verdade, e, finalmente, disposição de aderir firme e pessoalmente à verdade conhecida.

É por sua consciência que o ser humano percebe e reconhece as determinações da lei divina. Deve, portanto segui-la em tudo que faz, para alcançar Deus, que é o seu fim. Não se pode obrigar ninguém a agir contra sua própria consciência. Também não se pode impedir que aja de acordo com sua consciência, especialmente em matéria religiosa. O exercício da religião, por sua própria índole, consiste principalmente em atos interiores, voluntários e livres, por intermédio dos quais o ser humano se refere diretamente a Deus. Tais atos escapam ao poder puramente humano, não podem ser nem comandados, nem proibidos.

A natureza social do ser humano exige, contudo, que os atos internos adquiram expressão externa, para que possa se comunicar religiosamente com os outros. Significa que deve professar a religião de modo comunitário. Injúria-se pois a pessoa e a própria ordem estabelecida por Deus para os seres humanos quando, mantida a ordem pública, nega-se a liberdade de professar a religião em sociedade.

Além disso, os atos religiosos por intermédio dos quais os seres humanos se orientam para Deus por disposição interior do coração transcendem, até certo ponto, nossa condição terrestre e corporal. Como o poder civil tem

por finalidade específica cuidar do bem comum temporal, deve favorecer a vida religiosa dos cidadãos, mas excederia os limites de sua competência se pretendesse se impor aos religiosos.

4. A liberdade ou imunidade de coação em matéria religiosa atribuída às pessoas, vale também para as comunidades. As comunidades religiosas têm sua origem na natureza religiosa e social do ser humano.

Desde que não contrariem as exigências da ordem pública, as comunidades religiosas têm direito à imunidade, isto é, a se governarem segundo suas próprias normas. Prestam culto público a Deus, ajudam a seus membros a viverem religiosamente, sustentam-nos com a doutrina e os assistem por intermédio de suas instituições, cooperando para que sua vida seja regida pelos princípios da religião.

As comunidades religiosas têm igualmente o direito de não estarem sujeitas a qualquer meio legal ou expediente administrativo do poder civil que venha a interferir na escolha dos ministros sagrados, sua educação, nomeação, transferência ou comunicação com as autoridades ou outras comunidades religiosas espalhadas pelo mundo, na ereção de edifícios sagrados, enfim, na aquisição e uso de bens materiais.

As comunidades religiosas têm ainda o direito de não serem impedidas de ensinar ou de dar testemunho de sua fé em público, oralmente ou por escrito. Na propagação da fé, porém, e na proposta de novos costumes ou modos de agir, deve-se sempre abster de toda ação que possa parecer coercitiva, irregularmente persuasiva ou não suficientemente correta, especialmente para com os mais pobres e os menos dotados. Essas maneiras de agir caracterizam abuso do direito próprio e violação dos direitos alheios.

A liberdade religiosa implica ainda a não-proibição de as comunidades religiosas demonstrarem livremente em público, o valor de sua doutrina para o ordenamento da sociedade e como inspiração para toda vida humana. O direito que os seres humanos têm de, movidos por seu senso religioso, reunirem-se livremente ou constituir associações educativas, culturais, sociais e de caridade, funda-se na própria natureza social do ser humano e na sua índole religiosa.

5. A família, como sociedade primordial de direito próprio, deve poder orientar livremente sua vida doméstica, sob a conduta dos pais.

Compete-lhes o direito de determinar como se há de fazer a educação dos filhos, de acordo com sua convicção religiosa.

O poder civil deve reconhecer de fato, aos pais, o direito de escolher livremente, a escola e os demais meios de educação para os filhos, sem que por isso lhes advenham gastos especiais, direta ou indiretamente.

Violaria o direito dos pais a imposição aos alunos de seguir aulas contrárias às convicções religiosas familiares ou a adoção de um regime de educação único, de que fosse completamente excluída a formação religiosa.

6. O bem comum é a principal exigência da vida social, pois somente nessa perspectiva os seres humanos podem alcançar mais rápida e seguramente a perfeição a que são chamados. Compete especialmente ao bem comum a preservação dos direitos e deveres da pessoa. O cultivo da liberdade religiosa, tanto dos cidadãos como das comunidades, resulta da ação respectiva e diversificada do poder civil e das próprias comunidades religiosas, fundada no seu respectivo dever de promover o bem comum.

O poder civil tem por função proteger e promover todos os direitos humanos invioláveis. Por intermédio de leis justas e de outros meios eficazes, deve, portanto, assumir a tutela da liberdade religiosa de todos os cidadãos e criar condições propícias ao desenvolvimento da vida religiosa. Assim, os cidadãos terão real facilidade em exercer os direitos e praticar os deveres religiosos. Além disso, a sociedade, como tal, usufruirá dos bens da justiça e da paz, que provêm da fidelidade dos seres humanos a Deus e do cumprimento de sua santa vontade. Se, em virtude das circunstâncias se venha a reconhecer um estatuto civil e jurídico especial, beneficiando determinada comunidade religiosa, é indispensável que se reconheça e se observe também, ao mesmo tempo, o direito à liberdade em matéria religiosa, para com todos os cidadãos e comunidades religiosas.

Finalmente, o poder civil deve estar atento para que não haja nenhuma discriminação religiosa entre os cidadãos e que sua igualdade jurídica não sofra nenhuma diminuição, clara ou oculta, por razões de ordem religiosa.

É inadmissível que o poder público por coação, medo ou qualquer outro meio imponha aos cidadãos a profissão ou a rejeição de tal ou qual religião, ou impeça alguém de entrar ou de abandonar determinada comunidade religiosa. Contrariaria a vontade de Deus e os direitos sagrados dos povos e da família na medida em que usasse qualquer tipo de violência para proibir ou acabar com a religião, seja numa determinada região do globo, seja no mundo inteiro.

7. Como é um direito social que se exerce em sociedade, o direito à liberdade religiosa está, evidentemente, sujeito a certas normas.

Na prática da liberdade é preciso observar sempre o princípio moral da responsabilidade pessoal e social. No exercício de seus direitos, individuais e grupais, os seres humanos devem sempre levar em conta as obrigações da lei moral, os direitos alheios e seus próprios deveres para com os outros e para com o bem comum. É indispensável que a justiça e a humanidade sejam observadas em tudo que fazemos.

A sociedade civil tem o direito de se proteger contra os abusos que possam ser praticados sob pretexto da liberdade religiosa. Compete especialmente ao poder civil velar sob esse aspecto, não de modo arbitrário ou parcial. Devem-se estabelecer normas jurídicas consentâneas com a ordem moral objetiva, reclamadas pela efetiva proteção dos direitos de todos os cidadãos, por seu convívio pacífico e pelas exigências efetivas da tranqüilidade social, que requer a prática da justiça e da moralidade pública. Tudo isso faz parte do bem comum fundamental e decorre da própria noção de ordem pública.

Observem-se, finalmente, os costumes sociais no que diz respeito à prática integral da liberdade, pois ao ser humano deve-se reconhecer basicamente a liberdade, sempre que não houver razão nem necessidade de restringi-la.

8. Nos dias de hoje os seres humanos sofrem diferentes espécies de pressões e correm o risco de perder a liberdade. Por outro lado, nota-se em muitos a tendência de rejeitar a submissão ao que quer que seja e a desprezar toda obediência, em nome de uma certa idéia de liberdade.

Nessas circunstâncias, o Concílio acha que deve exortar especialmente os que se ocupam de educação, que procurem formar pessoas reconhecedoras da ordem moral, obedientes às autoridades e ciosas da verdadeira liberdade. Pessoas capazes de discernir o que é certo, de agir responsabilmente, de se esforçar por conseguir tudo que é verdadeiro e justo e capazes também de agir sempre em comunhão com os outros.

A liberdade religiosa deve fazer com que os seres humanos, no cumprimento de seus deveres sociais, atuem sempre com a maior responsabilidade.

9. As declarações do concílio a respeito do direito à liberdade religiosa baseiam-se na dignidade da pessoa, cujas implicações a razão humana foi percebendo melhor com a experiência de séculos. Todavia, a doutrina sobre a liberdade tem suas raízes na revelação divina, o que a torna ainda mais cara aos cristãos.

Embora a revelação não afirme expressamente esse direito de ficar imune de qualquer coação externa, em matéria religiosa, defende, no entanto, a dignidade da pessoa sob todos os aspectos e mostra como Cristo respeitou a liberdade humana de crer na palavra divina. Ensina-nos assim o espírito em que devem agir os discípulos de tal mestre, seguindo-lhes o caminho.

Tudo isso ilustra os princípios gerais em que se funda a Declaração sobre a liberdade religiosa. Observe-se, em particular, que a liberdade religiosa corresponde, na plano social, à liberdade exigida pelo ato cristão de crer, no plano pessoal.

10. Um dos principais pontos da fé católica, consignado na palavra de Deus e constantemente lembrado pelos padres da Igreja é que o ser humano tem o dever de responder a Deus na liberdade, acreditando. Ninguém deve ser levado a crer contra a vontade. Crer, por sua própria natureza, é um ato voluntário do ser humano remido pelo Cristo Salvador e chamado por ele à adoção filial. Ninguém pode aderir a Deus senão quando, atraído por ele, crê, isto é, acolhe-o num ato livre e razoável. Por si mesma a fé exclui, em matéria religiosa, todo gênero de coação por parte dos seres humanos. Por isso a liberdade religiosa cria um ambiente extremamente favorável que os seres humanos sejam convidados a abraçar livremente a fé cristã e a confessá-la em toda sua vida.

11. Deus nos chama a seu serviço, em espírito e verdade, por intermédio da consciência, sem qualquer tipo de coação. A dignidade da pessoa por ele criada exige que se oriente por si mesma e aja com liberdade. É o que se vê admiravelmente vivido pelo Cristo Jesus, manifestação plena dos caminhos de Deus. Senhor e mestre, Cristo, doce e humilde de coração, reúne com paciência os que convida para seus discípulos. Sua pregação foi baseada e corroborada por meio de milagres, para despertar e comprovar a fé dos ouvintes, sem exercer sobre eles nenhuma pressão. Repreendeu a incredulidade dos ouvintes, mas deixou a correção por conta de Deus, para o dia do juízo. Ao enviar os apóstolos, recomendou: 'Quem crer e for batizado será salvo; quem não crer será condenado' (Mc 16, 16). No entanto, vendo a cizânia semeada no campo de trigo, mandou que a deixassem crescer até a colheita, no fim dos tempos. Não querendo ser um messias político, que dominasse pela força, preferiu denominar-se Filho do Homem, que 'veio servir e dar sua alma para a redenção de muitos' (Mc 10, 45). Mostrou-se ser o perfeito servo de Deus, que não 'quebra o galho caído e não apaga a brasa fumegante' (Mt 22, 21). Finalmente, ao realizar na cruz a obra da redenção, alcançou para os seres humanos a salvação e a verdadeira libertação, completando assim a revelação. Deu testemunho da verdade sem, porém, impô-la pela força aos que lhe resistiam. Não defende seu reino atacando, mas o estabelece na base do testemunho, pelo acolhimento da verdade e fá-lo crescer no amor, em virtude do qual, exaltado na cruz, Cristo atrai para si todos os seres humanos.

Guiados pela palavra e pelo exemplo de Cristo, os apóstolos seguiram o mesmo caminho. Desde os inícios da Igreja os discípulos de Cristo procuravam converter os humanos ao reconhecimento do Cristo Senhor recorrendo não à coação nem a outros meios indignos do Evangelho, mas antes de tudo à palavra de Deus. Corajosamente anunciavam o propósito de Deus Salvador, que 'quer que todos os seres humanos sejam salvos e alcancem o conhecimento da verdade' (1Tm 2, 4), mas, ao mesmo tempo, respeitavam os mais fracos, ainda que estivessem em erro, mostrando como 'cada um prestará contas a Deus a seu modo' (Rm 14, 12), sendo obrigado a seguir a sua própria consciência. Como Cristo, a preocupação dos apóstolos foi sempre de dar testemunho da verdade de Deus, anunciando 'a palavra de Deus com confiança' (At 4, 31) e grande ousadia diante do povo e de seus chefes. Tinham fé absoluta de que o Evangelho é, de fato, virtude de Deus e salvação para todos os fiéis. Desprezavam os 'recursos carnis' para seguir o exemplo da mansidão e da modéstia de Cristo. Pregavam confiando unicamente na força da palavra de Deus para destruir todos os poderes adversos e levar os seres humanos na fé e à submissão a Cristo. Como o mestre, também os apóstolos reconheceram as autoridades civis legítimas. 'Todo poder vem de Deus', afirma o apóstolo, que manda 'obedecer aos superiores (...) pois quem lhes resiste à ordem divina' (Rm 13, 1-2). Mas ao mesmo tempo não temeram contrariar os poderes públicos que se opunham à vontade de Deus, afirmando que 'convém obedecer antes a Deus do que aos homens' (At 5, 29). Foi este o caminho seguido durante séculos e em toda parte, por inúmeros mártires e fiéis.

12. Portanto a Igreja está sendo fiel à verdade evangélica e seguindo o caminho de Cristo e dos apóstolos quando reconhece que a noção de liberdade religiosa não só concorda com a dignidade humana e com a revelação divina, como lhes é favorável. A doutrina recebida do mestre e dos apóstolos se conservou e foi transmitida através dos tempos. Embora a vida do povo de Deus em peregrinação no tempo, sujeita às vicissitudes históricas, tenha passado por momentos de menor fidelidade ou mesmo contrários às exigências espirituais do Evangelho, a Igreja manteve sempre o princípio de que ninguém pode ser coagido a crer.

O fermento evangélico, operando lentamente no espírito das pessoas, contribuiu decisivamente para que se reconhecesse, com o passar dos tempos, a dignidade da pessoa e amadurecesse a convicção de que, na sociedade, é preciso mantê-la a salvo de qualquer coação humana.

13. O bem da Igreja, melhor ainda, de toda a sociedade aqui na terra, tem como exigência precípua o reconhecimento da liberdade de agir da Igreja, segundo as necessidades da salvação de todos os seres humanos, sempre e em todos os países. Liberdade sagrada, de que o Filho de Deus unigênito quis dotar a Igreja, conquistada com o seu sangue. Os que a violam lutam contra a vontade expressa de Deus. A liberdade da Igreja é princípio fundamental em suas relações com os poderes públicos e para toda a ordem civil.

Na sociedade humana e diante de todos os poderes públicos, a Igreja reivindica a liberdade, como autoridade espiritual constituída por Cristo Nosso Senhor, de que recebeu o mandato divino de ir a todo o mundo e pregar o Evangelho a toda a criatura. Reivindica também a liberdade como sociedade de pessoas que têm o direito de viver na sociedade civil de acordo com as prescrições da fé cristã.

Quando reina um clima de liberdade religiosa, não apenas declarada ou reconhecida legalmente, mas efetivamente vivida na prática social, a Igreja alcança de direito e de fato as condições de independência necessárias ao cumprimento de sua missão divina, que as autoridades eclesiásticas sempre reivindicaram, com a

maior intensidade. Como todos os outros homens e mulheres, também os cristãos têm o direito civil de viver de acordo com a sua consciência. Há, pois, uma equivalência entre a liberdade da Igreja e a liberdade religiosa que deve ser reconhecida a todos os seres humanos, sustentada e protegida pela lei.

14. Para cumprir o mandamento divino de 'ensinar a todos os povos' (Mt 28, 19), a Igreja católica se empenha em trabalhar 'para que a palavra de Deus se difunda e se torne cada dia mais luminosa' (2Ts 3, 1).

A Igreja pede a todos os seus filhos que 'antes de tudo façam pedidos, orações, súplicas e ações de graça em favor de todos os seres humanos... Isso é bom e agradável diante de nosso Deus e salvador, que quer que todos os seres humanos sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade' (1Tm 2, 1-4).

Na formação de sua consciência, os fiéis devem levar em conta a verdadeira e sagrada doutrina da Igreja. Por vontade de Cristo a Igreja Católica é mestra da verdade, sua função é manifestar e ensinar autenticamente Cristo, a verdade, declará-la e confirmá-la, em consonância com os princípios da ordem moral, decorrentes da natureza humana. Guiados pela Sabedoria, os cristãos procurem, com confiança e coragem apostólica até o martírio, 'no Espírito Santo, com amor autêntico e palavras verdadeiras' (2Cor 6, 6-7), difundir junto aos que estão fora da Igreja a luz da vida.

Para com o Cristo mestre o discípulo tem o sério compromisso de conhecer cada vez melhor a verdade dele recebida, anunciá-la com fidelidade e defendê-la por todos os meios que não contrariem o espírito do Evangelho. O amor de Cristo, por sua vez, nos impele a tratar as pessoas com amor, prudência e paciência, especialmente quando ignoram ou erram no que diz respeito à fé. Tenha-se, pois, igualmente presentes os deveres para com Cristo, palavra de vida, que precisa ser pregada, e os direitos da pessoa, a medida da graça que lhes é concedida da parte de Deus por Cristo, ao convidá-los a acolher livremente e a progredir na fé.

15. Tudo indica que os seres humanos optam hoje pela liberdade na prática da religião, tanto privada como publicamente. A liberdade religiosa integra um grande número de constituições, faz parte do direito civil e é solenemente reconhecida por diversos documentos internacionais.

Em muitos regimes, porém, apesar de as suas constituições reconhecerem a liberdade de culto, os poderes públicos procuram afastar os cidadãos da prática religiosa e tornam extremamente difícil e incerta a vida das comunidades religiosas.

O Concílio se alegra com os sinais de liberdade, mas é com tristeza que deplora e denuncia tais fatos. Pede a todos que reconheçam a necessidade da liberdade religiosa para toda a família humana, especialmente nas atuais condições em que a humanidade vive.

O gênero humano está hoje cada vez mais unificado. Os vínculos entre pessoas e povos de culturas e religiões diversas se tornam mais estreitos. Aumenta a consciência da responsabilidade de cada um. Para que as relações de paz e de concórdia entre os povos se estabeleçam e se fortaleçam, é indispensável que a liberdade religiosa seja juridicamente protegida de maneira eficaz, que se respeitem os supremos deveres dos seres humanos e seu direito de praticarem livremente a religião em sociedade.

Permita Deus, Pai de todos, que pela graça de Cristo e pela força do Espírito Santo, a família humana, observando com diligência as exigências da liberdade religiosa em sociedade, caminhe seguramente para a perene "liberdade da glória dos filhos de Deus" (Rm 8, 21).

Tudo o que se estabeleceu nesta declaração foi aprovado pelos padres conciliares. Nós, em virtude do poder apostólico que nos foi confiado por Cristo e em conjunto com todos os veneráveis padres conciliares, no Espírito Santo, aprovamos, decidimos e estatuímos, ordenando que sejam promulgadas essas normas conciliares para a glória de Deus".

Nota: 182

CfL 39: "39. O respeito da dignidade pessoal, que comporta a defesa e a promoção dos direitos humanos, exige que se reconheça a dimensão religiosa do homem. Não se trata de uma exigência meramente 'confessional', mas sim de uma exigência que mergulha a sua raiz inextirpável na própria realidade do homem. A relação com Deus é, na verdade, elemento constitutivo do próprio 'ser e existir' do homem: é em Deus que nós 'vivemos, nos movemos e existimos' (At 17,28). Se nem todos acreditam nesta verdade, todos os que dela estão convencidos têm o direito de serem respeitados na sua fé e nas opções de vida, individual e comunitária, que dela derivam. Este é o direito à liberdade de consciência e à liberdade religiosa, cujo efetivo reconhecimento está entre os bens mais elevados e entre os deveres mais graves de todo o povo que queira verdadeiramente assegurar o bem da pessoa e da sociedade: 'A liberdade religiosa, exigência insuprimível da dignidade de todos e de cada um dos homens, constitui uma pedra angular do edifício dos direitos humanos; e, portanto, é um fator insubstituível do bem das pessoas e de toda a sociedade, assim como da realização pessoal de cada um. Disto resulta, conseqüentemente, que a liberdade das pessoas consideradas individualmente e das comunidades professarem e praticarem a própria religião é um elemento essencial da convivência pacífica dos homens... O direito civil e social à liberdade religiosa, ao atingir a esfera mais íntima do espírito, torna-se ponto de referência e, de certo modo, a medida dos outros direitos fundamentais'.

O Sinodo não se esqueceu dos muitos irmãos e irmãs que ainda não gozam desse direito e que têm de enfrentar dificuldades, marginalizações, sofrimentos, perseguições e, por vezes, a morte por causa da confissão da fé. São, na sua maioria, irmãos e irmãs do laicato cristão. O anúncio do Evangelho e o testemunho cristão da vida no sofrimento e no martírio são o ápice do apostolado dos discípulos de Cristo, assim como o amor ao Senhor Jesus até ao dom da própria vida constitui uma fonte de fecundidade extraordinária para a edificação da Igreja. A mística videira mostra, assim, a sua vitalidade, como sublinhava Santo Agostinho: 'Mas essa videira, como fora prenunciado pelos profetas e pelo próprio Senhor, que espalhava pelo mundo inteiro as suas vides carregadas de fruto, tanto mais vicejava quanto mais a regava o abundante sangue dos mártires'.

A Igreja inteira sente-se profundamente grata com esse exemplo e com esse dom: desses seus filhos ela tira razões para renovar o seu impulso de vida santa e apostólica.

Nesse sentido, os padres sinodais consideraram seu especial dever 'agradecer àqueles leigos que vivem quais incansáveis testemunhas da fé, em união fiel com a Sé Apostólica, apesar das restrições à liberdade e da falta de ministros sagrados. Eles jogam tudo, até a própria vida. Dessa maneira, os leigos dão testemunho de uma propriedade essencial da Igreja: a Igreja de Deus nasce da graça de Deus e a forma mais sublime de o manifestar é o martírio'.

Quanto até aqui dissemos sobre o respeito pela dignidade pessoal e sobre o reconhecimento dos direitos humanos, prende-se, sem dúvida, com a responsabilidade de cada cristão, de cada homem. Mas, devemos

imediatamente sublinhar como isso se revista hoje de uma dimensão mundial: trata-se, de fato, de uma questão que já atinge grupos humanos inteiros, até povos inteiros, que são violentamente espezinhados nos seus direitos fundamentais. Daí, aquelas formas de desigualdade de progresso entre os diversos mundos que na recente Encíclica 'Sollicitudo rei socialis' foram abertamente denunciadas.

O respeito pela pessoa humana ultrapassa a exigência de uma moral individual e coloca-se como critério de base, quase como pilar fundamental, na estruturação da própria sociedade, sendo a sociedade inteiramente finalizada para a pessoa.

Assim, intimamente ligada à responsabilidade de servir a pessoa põe-se a responsabilidade de servir a sociedade, qual tarefa geral daquela animação cristã da ordem temporal a que os fiéis leigos são chamados segundo as modalidades próprias e específicas”.

Nota:183

UR 3: “3. Nesta Igreja de Deus, una e única, surgiram, desde o início, algumas fissuras, que o apóstolo condena com vigor. Com o passar dos séculos, apareceram maiores dissensões, sendo que muitas comunidades se afastaram da plena comunhão com a Igreja Católica, quase sempre com culpa de pessoas de ambos os lados.

Os que hoje nascem nessas comunidades e por seu intermédio recebem a fé não podem ser acusados do pecado de separação. A Igreja Católica os abraça com respeito e amor fraternos.

Os que creem em Cristo e foram devidamente batizados mantêm comunhão, embora imperfeita, com a Igreja Católica. As discrepâncias doutrinárias, disciplinares ou relativas à estrutura da Igreja, que existem em relação aos católicos, criam sérios impedimentos à plena comunhão eclesial, que o movimento ecumênico procura justamente superar.

No entanto, os que são justificados pela fé e se tornam, no batismo, membros de Cristo merecem o nome de cristãos e são reconhecidos como irmãos no Senhor, pelos filhos da Igreja Católica.

Além disso, dentre os elementos ou bens que, tomados em seu conjunto, constituem e vivificam a Igreja, muitos dentre os mais importantes podem existir fora das fronteiras visíveis da Igreja Católica, tais como: a palavra de Deus escrita, a vida da graça, a fé, a esperança e o amor, os dons interiores e os sinais visíveis do Espírito Santo. Tudo isso provém de Cristo e a Cristo conduz, pertencendo, pois, de direito, à Igreja de Cristo.

Os irmãos separados realizam também inúmeras ações sagradas da religião cristã, as quais, de diversos modos e dependendo da condição específica de cada Igreja ou comunidade, geram e alimentam realmente a vida da graça e podem ser consideradas aptas a abrir as portas da salvação.

Por conseguinte as Igrejas e as comunidades separadas, apesar de seus limites, não podem ser inteiramente despidas de significação e peso no mistério da salvação. O Espírito de Cristo não reluta em passar por elas como meios de salvação, cuja virtude deriva da plenitude de graça e verdade, confiada à Igreja católica.

No entanto os irmãos separados de nós, quer individualmente, quer em suas comunidades ou Igrejas, não gozam da unidade com que Jesus Cristo quis cumular todos os que reuniu num só corpo, regenerou e vivificou para a nova vida, tal como o professam as Escrituras Sagradas e a Tradição.

A plenitude dos meios de salvação reside somente na Igreja Católica de Cristo, que constitui o auxílio, na sua generalidade. Acreditamos, de fato, que o Senhor somente confiou a totalidade dos bens da Nova Aliança ao colégio apostólico, presidido por Pedro, para de fato constituir, na terra, um só corpo de Cristo, a que todo o povo de Deus é chamado a se incorporar e ao qual, de certo modo, já pertence.

Esse povo, durante sua peregrinação terrestre, embora, em seus membros, esteja sujeito ao pecado, vai crescendo em Cristo, para Deus, de acordo com seus misteriosos desígnios, e é suavemente conduzido para a plenitude final da glória eterna, na Jerusalém celestial, a que chegará um dia, na alegria”.

Nota:184

DSD 245: “245. Os povos indígenas de hoje cultivam valores humanos de grande significação. Eles têm, nas palavras de João Paulo II, ‘a certeza de que o mal se identifica com a morte e o bem com a vida’ (João Paulo II, Mensagem aos indígenas, 2). Estes valores e convicções são fruto das ‘sementes do Verbo’ que estavam já presentes e atuantes nos seus antepassados, para que fossem descobrindo a presença do Criador em todas as suas criaturas: o sol, a lua, a mãe terra etc. (cf. *ibid.*).

A Igreja, ao se encontrar com estes povos nativos, desde o princípio, tratou de acompanhá-los na luta pela própria sobrevivência, ensinando-lhes o caminho de Cristo Salvador, a partir da injusta situação de povos vencidos, invadidos e tratados como escravos. Na primeira evangelização, junto a enormes sofrimentos, houve grandes acertos e intuições pastorais valiosas, cujos frutos perduram até os nossos dias”.

DSD 248: “248. Depois de ter pedido perdão com o Papa aos nossos irmãos indígenas e afro-americanos ‘perante a infinita santidade de Deus, pelos fatos marcados pelo pecado, pela injustiça e pela violência’ (Audiência geral, quarta-feira 21 de outubro de 1991), queremos desenvolver uma evangelização inculturada:

1. Para com nossos irmãos indígenas:

- Oferecer o evangelho de Jesus com o testemunho de uma atitude humilde, compreensiva e profética, valorizando sua palavra através de um diálogo respeitoso, franco e fraterno e esforçar-nos por conhecer suas próprias línguas.
- Crescer no conhecimento crítico de suas culturas para apreciá-las à luz do Evangelho.
- Promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas compatíveis com o claro sentido da fé, mantendo o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja.
- Acompanhar sua reflexão teológica, respeitando suas formulações culturais, que os auxiliam a dar a razão de sua fé e de sua esperança.
- Crescer no conhecimento de sua cosmovisão, que faz da globalidade de Deus, homem e mundo, uma unidade que impregna todas as relações humanas, espirituais e transcendentais.
- Promover nos povos indígenas seus valores culturais autóctones mediante uma inculturação da Igreja, para atingir uma maior realização do Reino”.

Nota:185

DSD 246: “246. As culturas afro-americanas, presentes na América Latina e no Caribe, estão marcadas por uma constante resistência à escravidão. Estes povos, que somam milhões de pessoas, têm também nas suas culturas valores humanos que expressam a presença do Deus criador.

Durante os quatro séculos passados, é indubitável que vários milhões de africanos negros foram transportados como escravos, violentamente arrancados de suas terras, separados de suas famílias e vendidos como mercadoria. A escravidão dos negros e a matança dos índios foram o maior pecado da expansão colonial do Ocidente. Infelizmente, no que se refere à escravidão, ao racismo e à discriminação, houve batizados que não se mantiveram alheios a essa situação."

DSD 249: "249. 2. Para com nossos irmãos afro-americanos:

Conscientes do problema da marginalização e do racismo que pesa sobre a população negra, a Igreja, na sua missão evangelizadora, quer participar dos seus sofrimentos e acompanhá-los em suas legítimas aspirações em busca de uma vida mais justa e digna para todos (cf. *ibid.*).

- Pela mesma razão, a Igreja na América Latina e no Caribe quer apoiar os povos afro-americanos na defesa de sua identidade e no reconhecimento de seus próprios valores; como também ajudá-los a manter vivos seus usos e costumes compatíveis com a doutrina cristã (discurso do Papa João Paulo II aos Afro-americanos em São Domingos).

- Da mesma forma, comprometemo-nos a dedicar especial atenção à causa das comunidades afro-americanas no campo pastoral, favorecendo a manifestação das expressões religiosas próprias de suas culturas (*ibid.*)"

Nota:186

DSD 249: "Para com nossos irmãos afro-americanos: Conscientes do problema da marginalização e do racismo que pesa sobre a população negra, a Igreja, na sua missão evangelizadora, quer participar dos seus sofrimentos e acompanhá-los em suas legítimas aspirações em busca de uma vida mais justa e digna para todos (cf. *ibid.*).

Pela mesma razão, a Igreja na América Latina e no Caribe quer apoiar os povos afro-americanos na defesa de sua identidade e no reconhecimento de seus próprios valores; como também ajudá-los a manter vivos seus usos e costumes compatíveis com a doutrina cristã (discurso do Papa João Paulo II aos Afro-americanos em São Domingos).

Da mesma forma, comprometemo-nos a dedicar especial atenção à causa das comunidades afro-americanas no campo pastoral, favorecendo a manifestação das expressões religiosas próprias de suas culturas (*ib.*)"

cf. DGAP 1991-1994, nn. 221-222: "221. A história da América Latina impôs uma política de assimilação ou integração cultural, submetendo e sacrificando muitas vezes as culturas indígenas e africanas. Impõe-se hoje, urgentemente, à consciência cristã, não apenas reconhecer claramente suas responsabilidades históricas e seus pecados nesta matéria, mas afirmar, com absoluta firmeza, o princípio do respeito a todas as culturas e particularmente a defesa das culturas oprimidas e injustiçadas.

222. É necessário que se aprofunde a *questão da inculturação*, tanto na evangelização de grupos caracterizados por uma cultura própria (por exemplo: negros, índios, nômades etc.), como na maioria do povo que vive um processo de fragmentação cultural".

Nota:187

cf. acima, item 2 deste capítulo.

Nota:188

EV 2: "2. O homem é chamado a uma plenitude de vida que se estende muito para além das dimensões da sua existência terrena, porque consiste na participação da própria vida de Deus.

A sublimidade desta vocação sobrenatural revela a grandeza e o valor precioso da vida humana, inclusive já na sua fase temporal. Com efeito, a vida temporal é condição basilar, momento inicial e parte integrante do processo global e unitário da existência humana: um processo que, para além de toda expectativa e merecimento, fica iluminado pela promessa e renovado pelo dom da vida divina, que alcançará a sua plena realização na eternidade (cf. 1Jo 3,1-2). Ao mesmo tempo, porém, o próprio chamamento sobrenatural sublinha a relatividade da vida terrena do homem e da mulher. Na verdade, esta vida não é realidade 'última', mas 'penúltima'; trata-se, em todo o caso, de uma realidade sagrada que nos é confiada para a guardarmos com sentido de responsabilidade e levarmos à perfeição no amor pelo dom de nós mesmos a Deus e aos irmãos.

A Igreja sabe que este Evangelho da vida, recebido do seu Senhor, encontra um eco profundo e persuasivo no coração de cada pessoa, crente e até não-crente, porque se ele supera infinitamente as suas aspirações, também lhes corresponde de maneira admirável. Mesmo por entre dificuldades e incertezas, todo homem sinceramente aberto à verdade e ao bem pode, pela luz da razão e com o secreto influxo da graça, chegar a reconhecer, na lei natural inscrita no coração (cf. Rm 2,14-15), o valor sagrado da vida humana desde o seu início até ao seu termo, e afirmar o direito que todo ser humano tem de ver plenamente respeitado este seu bem primário. Sobre o reconhecimento de tal direito é que se funda a convivência humana e a própria comunidade política.

De modo particular, devem defender e promover este direito os crentes em Cristo, conscientes daquela verdade maravilhosa, recordada pelo Concílio Vaticano II: 'Pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem'. De fato, neste acontecimento da salvação, revela-se à humanidade não só o amor infinito de Deus que 'amou de tal modo o mundo que lhe deu o seu Filho único' (Jo 3,16), mas também o valor incomparável de cada pessoa humana.

A Igreja, perscrutando assiduamente o mistério da Redenção, descobre com assombro incessante este valor, e sente-se chamada a anunciar aos homens de todos os tempos este 'evangelho', fonte de esperança invencível e de alegria verdadeira para cada época da história. O Evangelho do amor de Deus pelo homem, o Evangelho da dignidade da pessoa e o Evangelho da vida são um único e indivisível Evangelho.

É por este motivo que o homem, o homem vivo, constitui o primeiro e fundamental caminho da Igreja".

Nota:189

Jo 17,21: "para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste."

Nota:190

TMA 53: "No que se refere, pelo contrário, ao horizonte da consciência religiosa, a vigília do ano 2000 será uma grande ocasião – como se vê pelos acontecimentos destes últimos decênios – para o diálogo inter-religioso, segundo as indicações claras emanadas pelo Concílio Vaticano II na Declaração *Nostra aetate* sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs.

Neste diálogo, deverão ter lugar proeminentemente os hebreus e os muçulmanos. Queira Deus que, como sigilo de tais intenções, se possam realizar também encontros comuns em lugares significativos para as grandes religiões monoteístas”.

Nota:191

UR 11: “11. A maneira de exprimir ou de sistematizar a fé não deve, de modo algum, constituir obstáculo ao diálogo com os irmãos separados. É indispensável exprimir integral e claramente a doutrina. Nada há de tão distante do ecumenismo quanto o falso irenismo, que prejudica à pureza da fé católica e torna confuso ou obscuro seu sentido autêntico.

Que a fé católica, exposta com maior profundidade e maior exatidão, encontre uma expressão mais facilmente aceita pelos irmãos separados.

Além disso, no diálogo ecumênico, os teólogos católicos, aderindo ao ensinamento da Igreja, progridam, junto com os irmãos separados, na investigação dos mistérios divinos, somente guiados pelo amor da verdade, pela caridade e pela humildade.

No confronto das diversas doutrinas, lembrem-se da ordem interna ou ‘hierarquia’ que há entre as verdades da doutrina católica articuladas com os fundamentos da fé. Dessa forma abre-se caminho para uma verdadeira emulação entre irmãos, que buscam todos um conhecimento mais profundo e uma visão mais clara das investigáveis riquezas de Cristo”.

Nota:192

UR 8-9: “8. A conversão do coração e a santidade da vida, juntamente com a oração pública pela unidade dos cristãos, devem ser consideradas a alma de todo o movimento ecumênico e podem ser denominadas ecumenismo espiritual.

Os católicos costumam se unir para orar pela unidade da Igreja, repetindo a oração com que o próprio Salvador suplicou ao Pai, na véspera de sua morte: ‘Para que todos sejam um’ (Jo 17, 21).

Em determinadas circunstâncias, como por ocasião da oração pela unidade e nas reuniões ecumênicas, não só é lícito, como recomendável, que os católicos orem em conjunto com os irmãos separados.

Tais preces são especialmente eficazes na obtenção da graça da unidade e para exprimir a verdadeira significação dos laços que ainda unem os católicos aos irmãos separados: ‘Onde dois ou três se reúnem em meu nome, estarei no meio deles’ (Mt 18, 20).

No entanto a intercomunhão (*communicatio in sacris*) não deve ser considerada um meio a ser empregado abusivamente para a restauração da unidade entre os cristãos. Ela decorre de dois princípios: significa a unidade da Igreja e a participação nos mesmos meios de salvação. Inexistindo a unidade, a significação da intercomunhão fica prejudicada, embora a busca comum da graça a possa, eventualmente, recomendar.

Concretamente, levando-se em conta todas as circunstâncias de tempo, lugar e pessoas, a autoridade episcopal deve decidir prudencialmente, a não ser que haja uma norma contrária da conferência episcopal, dos próprios estatutos diocesanos ou da Santa Sé.

9. É indispensável conhecer o que pensam os irmãos separados. Isto requer estudo, feito com o propósito de encontrar a verdade. É preciso que os católicos devidamente preparados adquiram conhecimento da doutrina, da história, da vida espiritual e cultural, da psicologia religiosa e da cultura dos irmãos separados.

Para tanto são de grande utilidade as reuniões com participação dos dois lados especialmente para discutir questões teológicas, em que ambos se tratem como iguais desde que os participantes sejam realmente peritos e estejam sob vigilância do bispo. Nestes diálogos, aparece qual é realmente a situação da Igreja Católica, conhece-se melhor o que pensam os irmãos separados e se tem ocasião de esclarecer a nossa fé”.

Nota:193

cf. **UR 8-9:** “8. A conversão do coração e a santidade da vida, juntamente com a oração pública pela unidade dos cristãos, devem ser consideradas a alma de todo o movimento ecumênico e podem ser denominadas ecumenismo espiritual.

Os católicos costumam se unir para orar pela unidade da Igreja, repetindo a oração com que o próprio Salvador suplicou ao Pai, na véspera de sua morte: ‘Para que todos sejam um’ (Jo 17, 21).

Em determinadas circunstâncias, como por ocasião da oração pela unidade e nas reuniões ecumênicas, não só é lícito, como recomendável, que os católicos orem em conjunto com os irmãos separados.

Tais preces são especialmente eficazes na obtenção da graça da unidade e para exprimir a verdadeira significação dos laços que ainda unem os católicos aos irmãos separados: ‘Onde dois ou três se reúnem em meu nome, estarei no meio deles’ (Mt 18, 20).

No entanto a intercomunhão (*communicatio in sacris*) não deve ser considerada um meio a ser empregado abusivamente para a restauração da unidade entre os cristãos. Ela decorre de dois princípios: significa a unidade da Igreja e a participação nos mesmos meios de salvação. Inexistindo a unidade, a significação da intercomunhão fica prejudicada, embora a busca comum da graça a possa, eventualmente, recomendar.

Concretamente, levando-se em conta todas as circunstâncias de tempo, lugar e pessoas, a autoridade episcopal deve decidir prudencialmente, a não ser que haja uma norma contrária da conferência episcopal, dos próprios estatutos diocesanos ou da Santa Sé.

9. É indispensável conhecer o que pensam os irmãos separados. Isto requer estudo, feito com o propósito de encontrar a verdade. É preciso que os católicos devidamente preparados adquiram conhecimento da doutrina, da história, da vida espiritual e cultural, da psicologia religiosa e da cultura dos irmãos separados.

Para tanto são de grande utilidade as reuniões com participação dos dois lados especialmente para discutir questões teológicas, em que ambos se tratem como iguais desde que os participantes sejam realmente peritos e estejam sob vigilância do bispo. Nestes diálogos, aparece qual é realmente a situação da Igreja Católica, conhece-se melhor o que pensam os irmãos separados e se tem ocasião de esclarecer a nossa fé”.

Diretório para o Ecumenismo, 1994, 108-115: “108. Quando for aconselhável, os católicos devem ser encorajados a se reunirem segundo as normas dadas pela Igreja com cristãos de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais para rezarem em conjunto. Estas orações em comum são certamente um meio eficaz de pedir a graça da unidade e constituem uma expressão autêntica dos laços que unem os católicos aos outros cristãos. A oração comum, em si, é um caminho que conduz à reconciliação espiritual.

109. A oração em comum é recomendada aos católicos e aos outros cristãos para apresentarem a Deus, em conjunto, as necessidades e as preocupações que todos partilham por exemplo a paz, as questões sociais, a

caridade mútua entre os homens, a dignidade da família, os efeitos da pobreza, a fome, a violência etc.; podem ser aqui também incluídos ainda os casos em que, segundo as circunstâncias, uma nação, uma região ou uma comunidade quer dar graças a Deus comunitariamente ou pedir a sua ajuda; o mesmo se diga igualmente num dia de festa nacional, em tempo de calamidade ou luto públicos, no dia fixado para celebrar a memória dos mortos pela pátria etc. Esta oração comum é também recomendada nas reuniões onde se juntam os cristãos para estudo ou atividades.

110. Entretanto, a oração comum deveria, primeiramente, ter por objetivo o restabelecimento da unidade entre os cristãos. Pode ela centrar-se, por exemplo, no mistério da Igreja e da sua unidade, no batismo como vínculo sacramental de unidade, ou ainda na renovação da vida pessoal e comunitária como caminho necessário para chegar à unidade. Esta oração comum é particularmente recomendada durante a Semana de oração pela unidade dos cristãos ou durante o período que decorre entre a Ascensão e o Pentecostes.

111. Essa oração deve ser preparada, de comum acordo, com a colaboração dos representantes das Igrejas, Comunidades Eclesiais e outros grupos. Convém determinar em conjunto o papel de uns e de outros e escolher os temas, as leituras da Sagrada Escritura, os hinos e as orações desta celebração.

a) Esta celebração pode incluir toda a leitura, oração ou hino que exprimam o que é comum a todos os cristãos em relação à fé e à vida espiritual. Pode integrar uma exortação, uma alocução ou uma meditação que, partindo da fonte da herança cristã comum, faça progredir na aceitação mútua e na unidade.

b) Deve haver a preocupação de que as versões da Sagrada Escritura utilizadas sejam aceitas por todos e sejam traduções fiéis do texto original.

c) Aconselha-se que a estrutura destas celebrações tenha em consideração diferentes modelos de oração comunitária segundo a renovação litúrgica de muitas Igrejas e Comunidades Eclesiais, dando especial atenção à herança comum de hinos, de textos extraídos de lecionários e orações litúrgicas.

d) Na preparação das celebrações entre católicos e membros de uma Igreja Oriental deve-se ter atentamente em consideração a disciplina litúrgica própria de cada uma das Igrejas, conforme o que se refere no n. 115.

112. Ainda que a Igreja seja o lugar em que uma comunidade normalmente costuma celebrar a sua própria liturgia, as celebrações comuns de que se falou podem realizar-se na Igreja de uma ou de outra das comunidades referidas, com o consentimento de todos os participantes. Seja qual for o lugar utilizado, é importante que agrade a todos, que possa ser preparado convenientemente e seja propício ao recolhimento.

113. Aqueles que desempenham uma função em determinada cerimônia, é permitido usar, com o consentimento comum dos participantes, veste própria da sua posição eclesiástica e da natureza da celebração.

114. Em certos casos, pode ser proveitoso recorrer à partilha espiritual, sob a orientação de pessoas com uma formação e uma experiência especiais, em forma de encontros de reflexão, exercícios espirituais, grupos de estudo e partilha das tradições de espiritualidade e de associações mais estáveis para o aprofundamento de uma vida espiritual comum. Deve-se prestar sempre uma atenção especial tanto ao que foi dito sobre o reconhecimento das diferenças reais de doutrina que existem quanto ao ensino e à disciplina da Igreja Católica sobre a partilha sacramental.

115. Dado que a celebração da Eucaristia, no dia do Senhor, é o fundamento e o centro de todo o ano litúrgico, devem os católicos participar na missa aos domingos e dias de preceito, salvaguardando o direito das Igrejas Orientais. Por este motivo, não é aconselhável organizar serviços ecumênicos ao domingo e, mesmo quando os católicos participam em serviços ecumênicos e em serviços de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais, continuam com a obrigação de participar da Missa nesses dias”.

Nota: 194

DH 7: “7. Como é um direito social que se exerce em sociedade, o direito à liberdade religiosa está, evidentemente, sujeito a certas normas.

Na prática da liberdade é preciso observar sempre o princípio moral da responsabilidade pessoal e social. No exercício de seus direitos, individuais e grupais, os seres humanos devem sempre levar em conta as obrigações da lei moral, os direitos alheios e seus próprios deveres para com os outros e para com o bem comum. É indispensável que a justiça e a humanidade sejam observadas em tudo que fazemos.

A sociedade civil tem o direito de se proteger contra os abusos que possam ser praticados sob pretexto da liberdade religiosa. Compete especialmente ao poder civil velar sob esse aspecto, não de modo arbitrário ou parcial. Devem-se estabelecer normas jurídicas consentâneas com a ordem moral objetiva, reclamadas pela efetiva proteção dos direitos de todos os cidadãos, por seu convívio pacífico e pelas exigências efetivas da tranquilidade social, que requer a prática da justiça e da moralidade pública. Tudo isso faz parte do bem comum fundamental e decorre da própria noção de ordem pública.

Observem-se, finalmente, os costumes sociais no que diz respeito à prática integral da liberdade, pois ao ser humano deve-se reconhecer basicamente a liberdade, sempre que não houver razão nem necessidade de restringi-la”.

Nota: 195

CA 46: “46. A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes, que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos.

Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da ‘subjetividade’ da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e co-responsabilidade. Hoje tende-se a afirmar que o agnosticismo e o relativismo céptico constituem a filosofia e o comportamento fundamental mais idôneos às formas políticas democráticas, e que todos quantos estão convencidos de conhecer a verdade e firmemente aderem a ela não são dignos de confiança do ponto de vista democrático, porque não aceitam que a verdade seja determinada pela maioria ou seja variável segundo os diversos equilíbrios políticos. A este propósito, é necessário notar que, se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a ação política, então as idéias e as convicções podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra.

A Igreja também não fecha os olhos diante do perigo do fanatismo, ou fundamentalismo, daqueles que, em nome de uma ideologia que se pretende científica ou religiosa, defendem poder impor aos outros homens a sua concepção da verdade e do bem. Não é deste tipo a verdade cristã. Não sendo ideológica, a fé cristã não presume encarcerar num esquema rígido a variável realidade sócio-política e reconhece que a vida do homem se realiza na história, em condições diversas e não perfeitas. A Igreja, portanto, reafirmando constantemente a dignidade transcendente da pessoa, tem, por método, o respeito da liberdade.

Mas a liberdade só é plenamente valorizada pela aceitação da verdade: num mundo sem verdade, a liberdade perde a sua consistência, e o homem acaba exposto à violência das paixões e a condicionalismos visíveis ou ocultos. O cristão vive a liberdade (cf. Jo 8,31-32), e serve-a propondo continuamente, segundo a natureza missionária da sua vocação, a verdade que conheceu. No diálogo com os outros homens, ele, atento a toda a parcela de verdade que encontre na experiência de vida e na cultura dos indivíduos e das Nações, não renunciará a afirmar tudo o que a sua fé e o reto uso da razão lhe deram a conhecer”.

Nota:196

CA 46: “46. A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes, que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos.

Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da ‘subjetividade’ da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e co-responsabilidade. Hoje tende-se a afirmar que o agnosticismo e o relativismo céptico constituem a filosofia e o comportamento fundamental mais idôneos às formas políticas democráticas, e que todos quantos estão convencidos de conhecer a verdade e firmemente aderem a ela não são dignos de confiança do ponto de vista democrático, porque não aceitam que a verdade seja determinada pela maioria ou seja variável segundo os diversos equilíbrios políticos. A este propósito, é necessário notar que, se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a ação política, então as idéias e as convicções podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra.

A Igreja também não fecha os olhos diante do perigo do fanatismo, ou fundamentalismo, daqueles que, em nome de uma ideologia que se pretende científica ou religiosa, defendem poder impor aos outros homens a sua concepção da verdade e do bem. Não é deste tipo a verdade cristã. Não sendo ideológica, a fé cristã não presume encarcerar num esquema rígido a variável realidade sócio-política e reconhece que a vida do homem se realiza na história, em condições diversas e não perfeitas. A Igreja, portanto, reafirmando constantemente a dignidade transcendente da pessoa, tem, por método, o respeito da liberdade.

Mas a liberdade só é plenamente valorizada pela aceitação da verdade: num mundo sem verdade, a liberdade perde a sua consistência, e o homem acaba exposto à violência das paixões e a condicionalismos visíveis ou ocultos. O cristão vive a liberdade (cf. Jo 8,31-32), e serve-a propondo continuamente, segundo a natureza missionária da sua vocação, a verdade que conheceu. No diálogo com os outros homens, ele, atento a toda a parcela de verdade que encontre na experiência de vida e na cultura dos indivíduos e das Nações, não renunciará a afirmar tudo o que a sua fé e o reto uso da razão lhe deram a conhecer”.

Nota:197

Diretório para o Ecumenismo 23: “23. Os católicos são convidados a corresponder, seguindo as orientações dos seus pastores, com solidariedade e gratidão, aos esforços empreendidos por muitas Igrejas e Comunidades Eclesiais e organizações em que cooperam para restabelecer a unidade dos cristãos. Onde não houver qualquer trabalho ecumênico, que os católicos se esforcem em promover. Onde este trabalho encontrar oposições ou impedimentos por atitudes sectárias ou atividades que levam a divisões ainda maiores entre os que confessam o nome de Cristo, que os católicos sejam pacientes e perseverantes. Os Ordinários do lugar, os Sínodos das Igrejas Orientais Católicas e as Conferências Episcopais terão, por vezes, de tomar medidas especiais para ultrapassar o perigo de ‘indiferentismo ou proselitismo’. Será às jovens Igrejas, especialmente, que estas advertências se dirigem. Os católicos devem atuar com honestidade, prudência e conhecimento dos fatos em todos os contatos com membros de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais. Esta forma de proceder, gradual e cautelosa, sem iludir as dificuldades, é também uma garantia para não sucumbir à tentação do indiferentismo e proselitismo, o que seria a ruína do verdadeiro espírito ecumênico”.

Nota:198

Diretório para o Ecumenismo 55-91: “55. O encargo de restabelecer a união compromete toda a Igreja, fiéis e pastores, cada um segundo as próprias forças, tanto na vida cristã de cada dia, como nos estudos teológicos e históricos. Considerada a natureza da Igreja Católica, é na fidelidade às indicações do Concílio Vaticano II que os católicos encontrarão os meios que contribuem para a formação ecumênica de cada um dos membros e também de toda a comunidade a que pertencem. A unidade de todos em Cristo é, assim, o resultado de um crescimento comum e de uma comum maturação, pois o chamado de Deus à conversão interior e à renovação na Igreja, tão importante na busca da unidade, não exclui ninguém.

Por esta razão, todos os fiéis são chamados a comprometer-se na promoção de uma comunhão crescente com os outros cristãos. Mas os membros do povo de Deus empenhados na formação superiores e professores de institutos superiores e de institutos especializados podem prestar uma especial contribuição. Todos aqueles que têm um trabalho pastoral, de modo particular os párocos e os outros ministros ordenados, têm um papel a desempenhar nesta matéria. É da responsabilidade de cada bispo, dos Sínodos das Igrejas Orientais Católicas e das Conferências Episcopais dar orientações gerais em relação à formação ecumênica.

56. O ecumenismo requer uma renovação de atitudes e flexibilidade nos métodos da busca da unidade. Convém também considerar a diversidade das pessoas, das funções e das situações e até a especificidade das Igrejas particulares e das Comunidades empenhadas na busca da unidade. Conseqüentemente, a formação ecumênica requer uma pedagogia adaptada às situações concretas da vida das pessoas e dos grupos, respeitando a exigência da progressividade num esforço de contínua renovação e mudança de atitudes.

57. Todos aqueles que se ocupam na pastoral, e não apenas os professores, são assim formados progressivamente, segundo as grandes orientações que se seguem:
- O conhecimento da Escritura e a formação doutrinal são necessários desde o início, ligados ao conhecimento da história e da situação ecumênica do país em que se vive.
 - O conhecimento da história das divisões e dos esforços de reconciliação e também das posições doutrinárias das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais permite analisar os problemas no seu contexto sócio-cultural e discernir, nas expressões da fé, o que é diversidade legítima e o que é divergência incompatível com a fé católica.
 - Esta maneira de ver terá em consideração os resultados e as clarificações procedentes dos diálogos teológicos e dos estudos científicos. É até de toda a conveniência que os cristãos escrevam em conjunto a história das suas divisões e dos seus esforços na busca da unidade.
 - Assim, pode-se evitar o perigo de interpretações subjetivas, tanto na apresentação da sua fé católica, como na forma como a Igreja Católica compreende a fé e a vida das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais.
 - À medida que vai progredindo, a formação ecumênica evidencia como inseparáveis a preocupação da unidade da Igreja Católica e a da comunhão com as outras Igrejas e Comunidades Eclesiais.
 - A preocupação desta unidade e desta comunhão implica que os católicos se empenhem em aprofundar, ao mesmo tempo, a relação com os cristãos orientais e com os cristãos provenientes da Reforma.
 - O método de ensino que tem presente a necessidade da progressividade permite distinguir e distribuir gradualmente a matéria e os conteúdos respectivos, segundo as diversas fases da formação doutrinal e da experiência ecumênica.
- Assim, todos aqueles que se ocupam de pastoral devem ser fiéis à santa e viva Tradição que, na Igreja, é fonte de iniciativa. Devem saber avaliar e acolher a verdade, onde quer que ela se encontre: 'Toda a verdade, venha de onde vier, é do Espírito Santo'.
58. A preocupação pela unidade está no coração da concepção da Igreja. A formação ecumênica pretende que todos os cristãos sejam animados pelo espírito ecumênico, seja qual for a sua missão e a sua função particular, no mundo e na sociedade. Na vida do cristão, cheio do Espírito de Cristo, é primordial o dom pedido por Cristo antes da Paixão, isto é, 'a graça da unidade'. Esta unidade é, em primeiro lugar, a unidade com Cristo num único movimento de caridade em direção ao Pai e ao próximo. Em segundo lugar, ela é a comunhão profunda e ativa do cristão com a Igreja universal, na Igreja particular a que pertence. Em terceiro lugar, é a plenitude da unidade visível procurada com todos os cristãos das outras Igrejas e Comunidades eclesiais.
59. Escuta e estudo da Palavra de Deus. A Igreja Católica sempre considerou a Sagrada Escritura, juntamente com a Tradição, 'como regra suprema da sua própria fé'; elas são, para os seus filhos, 'o alimento da alma, a fonte pura e permanente da sua vida espiritual'. Os nossos irmãos e irmãs de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais têm uma veneração e um amor profundo pela Sagrada Escritura que os incitam ao estudo constante e diligente dos livros sagrados. Portanto, sendo a Palavra de Deus única e a mesma para todos os cristãos, ela há de fortalecer progressivamente o caminho da unidade, na medida em que ela for abordada com respeito religioso e estudo amoroso.
60. A pregação. Deve atribuir-se um cuidado especial à pregação, durante e para além do culto propriamente litúrgico. Como afirma Paulo VI, 'na qualidade de evangelizadores, devemos oferecer aos fiéis de Cristo a imagem, não de homens divididos e separados por conflitos que em nada edificam, mas de pessoas maduras na fé, capazes de se encontrarem em conjunto para além das tensões concretas, graças à busca comum, sincera e desinteressada da verdade'. As diferentes partes do ano litúrgico proporcionam ocasiões favoráveis para o desenvolvimento dos temas da unidade cristã, e para o interesse pelo estudo, reflexão e oração.
- A pregação deve preocupar-se com revelar o mistério da unidade da Igreja e, na medida do possível, em promover, de forma visível, a unidade dos cristãos. Deve-se evitar na pregação o uso inexacto da Sagrada Escritura.
61. A catequese. A catequese não consiste apenas no ensino da doutrina, mas na iniciação a toda a vida cristã, com plena participação nos sacramentos da Igreja. Mas este ensino pode também ajudar a formar um autêntico comportamento ecumênico, como vem indicado na Exortação Apostólica de João Paulo II 'Catechesi Tradendae' (nn. 32-33), de acordo com as seguintes linhas diretrizes:
- Em primeiro lugar, a catequese deve expor com clareza, com caridade e com a firmeza necessária toda a doutrina da Igreja Católica, respeitando especialmente a ordem e a hierarquia das verdades e evitando as expressões ou formas de expor a doutrina que criem obstáculos para o diálogo.
 - Ao falar das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais, é importante que se apresente, de forma correta e leal, o seu ensinamento. Entre os elementos que constituem a própria Igreja e a vivificam, há muitos, e de grande valor, que podem existir para além dos limites visíveis da Igreja Católica. O Espírito de Cristo não recusa, pois, servir-se destas comunidades como meios de salvação. Esta atitude põe em evidência as verdades de fé comuns às diferentes confissões cristãs. E isso ajuda os católicos, por um lado, a aprofundar a sua fé e, por outro, a conhecer melhor e estimar os outros cristãos, facilitando assim a busca, em comum, do caminho da unidade plena na verdade total.
 - A catequese terá uma dimensão ecumênica se suscitar e alimentar um verdadeiro desejo de unidade e, mais ainda, se provocar esforços sinceros, incluindo esforços de humildade na linha de purificação, com o fim de remover obstáculos ao longo do caminho, não por fáceis omissões e concessões no plano doutrinal, mas tendendo à unidade perfeita, tal como o Senhor a quer e pelos meios que ele quer.
 - Além disso, a catequese terá esta mesma dimensão ecumênica se se esforçar por preparar as crianças e os jovens e também os adultos para viverem em contato com outros cristãos, formando-se como católicos e respeitando a fé dos outros.
 - Pode-se conseguir esta formação discernindo as possibilidades oferecidas pela distinção entre as verdades de fé e as formas de se exprimirem; pelo esforço mútuo de conhecimento e de estima dos valores presentes nas respectivas tradições teológicas; pelo fato de mostrar claramente que o diálogo criou novas relações que, bem compreendidas, podem levar à colaboração e à paz.
 - A Exortação Apostólica 'Catechesi Tradendae' deve ser o ponto de referência na elaboração dos novos catecismos que são preparados nas Igrejas locais, sob a autoridade dos bispos.

62. A liturgia. Sendo a liturgia 'a primeira e indispensável fonte onde os fiéis devem poder ir beber o espírito genuinamente cristão' dela resulta uma importante contribuição para a unidade de todos os que creem em Cristo; ela é uma celebração e um fator de unidade; onde ela for plenamente compreendida e onde cada um nela participar plenamente, 'a liturgia contribuirá no mais alto grau para que os fiéis, pela sua vida, expressem e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a autêntica natureza da verdadeira Igreja'.

a) Dado que a Santa Eucaristia é o admirável sacramento 'pelo qual a unidade da Igreja se exprime e realiza' é muito importante velar para que ela seja bem celebrada, para que os fiéis que nela participam, 'oferecendo a vítima sem mancha, não apenas pelas mãos do sacerdote, mas também em conjunto com ele, aprendendo a oferecer-se a si mesmos dia após dia sejam consumados pela mediação de Cristo, na unidade com Deus e entre eles, para que finalmente Deus seja tudo em todos'.

b) Aconselha-se a fidelidade à oração pela unidade dos cristãos segundo as indicações apresentadas pelo presente Diretório, quer nos momentos em que a liturgia o propõe como por exemplo em celebrações da Palavra ou nas celebrações orientais chamadas 'Liturgia' e 'Molebem' quer especialmente durante a Missa na oração universal ou durante as ladainhas chamadas 'Ectenie', quer ainda pela celebração da Missa Votiva pela unidade da Igreja, com a ajuda de textos apropriados.

Além disso, é muito positivo alargar as orações pela unidade a certas ocasiões, tais como a Semana de Oração pela Unidade (18-25 de janeiro) ou a semana que vai da Ascensão ao Pentecostes, para que o Espírito Santo queira confirmar a Igreja na sua unidade e na apostolicidade da sua missão universal de salvação.

63. A vida espiritual. No movimento ecumênico deve dar-se prioridade à conversão do coração, à vida espiritual e à sua renovação. 'Esta conversão do coração e esta santidade de vida, juntamente com as orações particulares e públicas pela unidade dos cristãos, devem considerar-se como a alma de todo o movimento ecumênico e podem com razão chamar-se ecumenismo espiritual'. Assim, na medida em que cada cristão vive uma vida espiritual autêntica, tendo por centro o próprio Cristo Salvador e por fim a glória de Deus Pai, pode, sempre e em toda parte, participar em profundidade no movimento ecumênico dando testemunho do Evangelho de Cristo na sua vida.

a) Os católicos devem também valorizar certos elementos e bens, fontes de vida espiritual que se encontram nas outras Igrejas e Comunidades Eclesiais e que pertencem à única Igreja de Cristo: Sagrada Escritura, Sacramentos e outras ações sagradas, a fé, a esperança, a caridade e outros dons do Espírito. Estes bens frutificaram, por exemplo, na tradição mística do Oriente cristão e nos tesouros espirituais da vida monástica, no culto e na piedade dos anglicanos, na oração evangélica e nas diversas formas de espiritualidade dos protestantes.

b) Este apreço não deve contentar-se em ser puramente teórico; quando as condições particulares o permitirem, ele deve ser aperfeiçoado com o conhecimento prático das outras tradições de espiritualidade. Por isso a partilha da oração e uma certa forma de participação no culto público ou em formas de devoção dos outros cristãos, de acordo com as normas existentes, podem ter um valor formativo.

64. Outras iniciativas. A colaboração em iniciativas caritativas e sociais tais como em escolas, hospitais, prisões etc. tem um valor formativo incontestável; também o trabalho pela paz no mundo ou em regiões determinadas da terra onde essa paz se encontra ameaçada; e ainda pelos direitos do homem e pela liberdade religiosa.

Estas ações, bem orientadas, podem mostrar a eficácia da aplicação social do Evangelho e a força prática da sensibilidade ecumênica em diversos ambientes. Será igualmente educativa e construtiva uma reflexão periódica sobre os fundamentos cristãos de tais ações, com o fim de comprovar a sua qualidade e fecundidade e corrigir os seus defeitos.

65. Ambiente propício é aquele em que se desenvolvem, passo a passo, a maturidade humana e cristã, o sentido da sociabilidade e da comunhão. Por isso, a família, a paróquia, a escola, os grupos, as associações e os movimentos eclesiais têm aí uma especial importância.

66. A família, chamada 'Igreja doméstica' pelo Concílio Vaticano II, é o primeiro lugar onde a unidade é construída ou enfraquecida, diariamente, no encontro de pessoas, diferentes em muitos aspectos, mas que se aceitam numa comunhão de amor. Também aí não pode haver preconceitos, mas, ao contrário, deve procurar-se sempre a verdade.

a) A consciência da sua identidade e missão cristãs converte a família numa comunidade para os outros, aberta não só à Igreja, mas também à sociedade humana, preparada para o diálogo e empenho social. Tal como a Igreja, a família deve ser um meio onde o Evangelho é transmitido e de onde ele se irradia; de fato, a constituição conciliar 'Lumen Gentium' afirma que, na Igreja doméstica, 'os pais sejam para os filhos, através da palavra e do exemplo, os primeiros mestres da fé' (n. 11).

b) As famílias constituídas por casamentos mistos devem esforçar-se por confessar a Cristo, de acordo com as exigências do batismo que têm em comum; além disso, têm o delicado dever de ser artífices da unidade. 'O batismo comum e o dinamismo da graça concedem aos esposos, nestes casamentos, o fundamento e a motivação que os levam a exprimir a sua unidade, na esfera dos valores morais e espirituais'.

67. A paróquia, enquanto unidade eclesial reunida à volta da Eucaristia, deve ser e considerar-se o lugar do autêntico testemunho ecumênico. Um dos grandes deveres da paróquia é, por isso, educar os seus membros no espírito ecumênico. Este espírito requer uma cuidadosa atenção aos conteúdos e às formas da pregação, sobretudo da homilia e da catequese. Além disso, é necessário um programa pastoral, o que pressupõe que haja alguém encarregado da animação e da coordenação ecumênica trabalhando em estreita colaboração com o pároco; possivelmente ele próprio se encarregará das diferentes formas de colaboração com as paróquias correspondentes dos outros cristãos. Por fim, tudo isto exige que a paróquia não se encontre abalada com polémicas internas, polarizações ideológicas ou acusações recíprocas entre cristãos, mas que cada um, seguindo o seu espírito e a sua própria vocação, se converta em servidor da verdade, no amor.

68. A escola, de qualquer classe e nível, deve dar uma dimensão ecumênica ao ensino religioso e, segundo a sua própria organização, contribuir para a formação do coração e da inteligência, nos valores humanos e religiosos, educando para o diálogo, para a paz e para as relações interpessoais.

a) O espírito de caridade, respeito e diálogo requerem a eliminação dos preconceitos e palavras que deformam a imagem dos outros irmãos cristãos. Este aspecto é importante sobretudo nas escolas católicas, onde os

jovens devem crescer na fé, na oração e na vontade de pôr em prática o Evangelho cristão da unidade. Deve-se ensinar-lhes o ecumenismo autêntico, de acordo com a doutrina da Igreja Católica.

b) Sempre que possível e em colaboração com os outros professores, haverá a preocupação de abordar as diversas disciplinas, tais como a história e a arte, de forma a acentuar os problemas ecumênicos num espírito de diálogo e de unidade. Com essa finalidade, é também aconselhável que os professores se informem corretamente e adequadamente sobre as origens, a história e a doutrina das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais, sobretudo das que estão implantadas no mesmo território.

69. Os grupos, as associações e os movimentos eclesiais. A vida cristã e, de forma especial, a vida das Igrejas particulares enriqueceram-se no decurso da história com uma variedade de expressões, de projetos, de espiritualidades, adequados aos carismas dados pelo Espírito para a edificação da Igreja, exprimindo-se numa clara distinção de tarefas ao serviço da comunidade. Todos os cristãos que fazem parte destes grupos, movimentos ou associações devem estar impregnados de um sólido espírito ecumênico. Para viver o seu compromisso batismal no mundo, procurando quer a unidade católica pelo diálogo e pela comunhão entre os diversos movimentos e associações, quer uma comunhão mais vasta com outras Igrejas e Comunidades Eclesiais ou com os movimentos e os grupos nelas inspirados, é necessário que estes esforços sejam feitos na base de uma sólida formação e à luz da sabedoria e prudência cristãs.

70. Entre os principais deveres de qualquer futuro ministro ordenado, sobressai o de formar a sua personalidade de modo que, na medida do possível, possa servir à sua missão de ajudar os outros a encontrar Cristo. Nesta perspectiva, o candidato ao ministério deve cultivar plenamente as qualidades humanas que o tornam uma pessoa credível e com aceitação junto dos outros, preocupando-se com a própria linguagem e a capacidade de diálogo, para adquirir assim uma atitude autenticamente ecumênica. Isso é essencial para quem tiver a função de mestre e pastor numa Igreja particular, como é o caso do bispo, ou tiver o cuidado pastoral na sua condição de padre, e não é menos importante para o diácono e, de forma especial, para os diáconos permanentes, chamados a servir a comunidade dos fiéis.

71. O ministro, ao tomar iniciativas e organizar encontros, deve atuar com lucidez e na fidelidade à Igreja, respeitando as diferentes competências e seguindo as disposições que os pastores da Igreja, por mandato próprio, estabelecerem para o movimento ecumênico da Igreja universal e para cada Igreja particular, com o fim de colaborar na construção da unidade dos cristãos, sem preconceitos ou iniciativas inoportunas.

a) A formação doutrinal

72. As Conferências Episcopais devem garantir que os planos de estudos dêem uma dimensão ecumênica a cada disciplina e prevejam um estudo específico do ecumenismo. Devem ainda verificar se estes planos de estudo estão em conformidade com as orientações deste diretório.

a-1) A dimensão ecumênica das diversas disciplinas

73. A ação ecumênica 'tem de ser plena e sinceramente católica, quer dizer, fiel à verdade que recebemos dos Apóstolos e dos Padres e de acordo com a fé que a Igreja Católica sempre tem professado'.

74. Os alunos devem aprender a distinguir entre as verdades reveladas, que requerem todas o mesmo consentimento de fé, a forma de as enunciar e as doutrinas teológicas. No que se refere à formulação das verdades reveladas, deve ter-se em consideração, entre outros documentos, a declaração da Congregação para a Doutrina da Fé 'Mysterium Ecclesiae', 5: 'As verdades que a Igreja entende realmente ensinar nas suas fórmulas dogmáticas são, sem dúvida, distintas das concepções variáveis próprias de uma determinada época; mas não é de excluir que sejam eventualmente formuladas, mesmo pelo Magistério, em termos que denunciam vestígios de tais concepções. Tendo presente estas considerações, deve-se acrescentar que, desde o princípio, as fórmulas dogmáticas do Magistério tiveram a capacidade de comunicar a verdade revelada e que, permanecendo imutáveis, elas a comunicarão sempre a quem bem as interpretar'. Que os estudantes aprendam, pois, a fazer a distinção entre 'o próprio depósito da fé em si mesmo, ou as verdades contidas na nossa venerável doutrina' e o modo como elas são formuladas; entre as verdades a enunciar e as diversas formas de as perceber e de as manifestar; entre a tradição apostólica e as tradições estritamente eclesiais; e que aprendam ao mesmo tempo a reconhecer e a respeitar o valor permanente das fórmulas dogmáticas. A partir da sua formação filosófica, os estudantes devem estar preparados para reconhecer a legítima diversidade em teologia, resultante dos diferentes métodos e das diversas linguagens que os teólogos utilizam ao penetrarem nos mistérios divinos. Com efeito, poderá acontecer que as diferentes formulações teológicas, mais do que contraditórias, sejam antes complementares.

75. Além disso, deve-se respeitar sempre a 'hierarquia das verdades' da doutrina católica, verdades essas que, embora exigindo todas o consentimento de fé que lhes é devido, não ocupam, no entanto, o mesmo lugar central no mistério revelado em Jesus Cristo, porque estão diferentemente ligadas àquilo que é o fundamento da fé cristã.

a-2) Dimensão ecumênica das disciplinas teológicas em geral

76. A abertura ecumênica é uma dimensão indispensável na formação dos futuros padres e diáconos. 'O ensino da sagrada teologia e das outras disciplinas, especialmente históricas, deve ministrar-se também numa dimensão ecumênica para que correspondam o melhor possível à realidade'. A dimensão ecumênica da formação teológica não deve limitar-se às diferentes categorias de ensino. O ensino interdisciplinar de que falamos e não apenas pluridisciplinar tem de implicar a cooperação entre os respectivos professores e uma coordenação recíproca. Para todas as disciplinas, mesmo fundamentais, devem-se destacar os seguintes aspectos:

- a) os elementos do património cristão no plano da verdade e da santidade, comuns a todas as Igrejas e Comunidades eclesiais, mesmo se, por vezes, são enunciados numa formulação teológica diferente;
- b) as riquezas da liturgia, da espiritualidade e da doutrina, próprias de cada comunidade, podem ajudar os cristãos a obter um conhecimento mais profundo da natureza da Igreja;
- c) os pontos que, em matéria de fé e de moral, são motivos de desacordo podem levar a investigações mais profundas da palavra de Deus e à distinção entre as contradições reais e as contradições aparentes.

a-3) Dimensão ecumênica das disciplinas teológicas em particular

77. Em cada disciplina teológica, a abordagem ecumênica deve levar-nos a considerar o laço existente entre a matéria particular e o mistério da unidade da Igreja. Além disso, o professor deve inculcar nos alunos a fidelidade a toda a tradição autenticamente cristã em matéria de teologia, espiritualidade e disciplina

eclesiástica. Ao compararem o seu próprio patrimônio com as riquezas das tradições cristãs do Oriente e do Ocidente, segundo a sua expressão antiga ou moderna, os alunos podem adquirir uma consciência mais viva desta plenitude.

78. Este estudo comparativo é importante em todas as matérias: para o estudo da Escritura, fonte comum da fé de todos os cristãos; para o estudo da tradição apostólica que encontramos nos Padres da Igreja e nos outros escritores eclesiásticos do Oriente e do Ocidente; para a liturgia, onde as diversas formas do culto divino e a sua importância doutrinal e espiritual são cientificamente comparadas; para a teologia dogmática e moral, especialmente no que se refere aos problemas resultantes do diálogo ecumênico; para a história da Igreja, que deve ser objeto de uma cuidadosa investigação sobre a unidade da Igreja e as causas de separação; para o direito Canônico em que se deve distinguir bem os elementos de direito divino dos elementos de direito eclesiástico e que podem estar sujeitos a alterações conforme o tempo, as formas de cultura ou as tradições locais; e, finalmente, para a formação pastoral e missionária e para os estudos sociológicos em que é importante estar atento à situação comum a todos os cristãos, confrontados com o mundo moderno. Deste modo, a plenitude da revelação divina será expressa de uma maneira mais completa e nós cumprimos melhor a missão que Cristo confiou à sua Igreja no mundo.

a-4) Curso especial de ecumenismo

79. Para além da dimensão ecumênica presente em toda a formação teológica, reveste-se de grande importância ministrar um curso de ecumenismo no momento mais adequado no quadro do primeiro ciclo. Este curso deve mesmo tornar-se obrigatório. Em termos gerais e com a possível adaptação, pode ter o conteúdo seguinte:

- a) as noções de catolicidade, de unidade orgânica e visível da Igreja, de 'oikoumené', de ecumenismo, segundo a origem histórica e o significado atual, do ponto de vista católico;
- b) os fundamentos doutrinários da atividade ecumênica, com especial atenção aos laços de comunhão atualmente existentes entre as Igrejas e as Comunidades Eclesiais.
- c) a história do ecumenismo que abrange a história das divisões e das numerosas tentativas, empreendidas durante séculos, para restabelecer a unidade, os seus êxitos e os seus fracassos; e, igualmente, o estado atual da busca da unidade;
- d) o objetivo e o método do ecumenismo, diversas formas de união e colaboração, a esperança de restabelecer a unidade, as condições da unidade, o conceito de plena e perfeita unidade;
- e) o aspecto 'institucional' e a vida atual das diferentes comunidades cristãs; tendências doutrinárias, verdadeiras causas das separações, esforços missionários, espiritualidade, formas de culto divino, necessidade de um melhor conhecimento da teologia e da espiritualidade orientais.
- f) alguns problemas mais específicos, tais como: a participação comum no culto, o proselitismo e o irenismo, a liberdade religiosa, os casamentos mistos, o lugar dos leigos e sobretudo das mulheres na Igreja;
- g) o ecumenismo espiritual, em particular o significado da oração pela unidade e outras formas de aproximação da unidade pela qual Cristo orou.

80. Para a organização do plano de estudos sugere-se o seguinte:

- a) Aconselha-se que seja ministrada, bastante cedo, uma introdução geral ao ecumenismo de forma que os alunos possam ficar sensibilizados, logo desde o início dos estudos teológicos, para a dimensão ecumênica dos seus estudos. Tal introdução deve tratar dos elementos básicos do ecumenismo.
- b) A parte especialmente dedicada ao ensino do ecumenismo surge no fim do primeiro ciclo de estudos teológicos ou então na parte final dos estudos nos seminários, de modo que os alunos, adquirindo um largo conhecimento sobre o ecumenismo, possam fazer com ele uma síntese na sua formação teológica.
- c) Deve-se proceder com cuidado à escolha dos textos de estudo e dos manuais que devem expor com fidelidade o ensino dos outros cristãos em história, teologia e espiritualidade, permitindo assim uma confrontação honesta e objetiva e estimulando um posterior aprofundamento da doutrina católica.

81. Pode ser vantajoso convidar conferencistas e especialistas das outras tradições, no contexto das regras da colaboração entre as instituições católicas e os centros que dependem dos outros cristãos. Se surgirem problemas especiais num seminário ou num instituto privado, compete ao Bispo da diocese decidir, de acordo com as diretivas estabelecidas pela Conferência Episcopal, sobre as iniciativas a tomar, sob a responsabilidade das autoridades académicas e depois de se ter certificado das qualidades morais e profissionais requeridas para os conferencistas das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais. Deve-se assegurar sempre, nestes intercâmbios culturais, a identidade do caráter católico deste instituto, assim como o direito e o dever de formar os seus próprios candidatos e de ensinar a doutrina católica, segundo as normas da Igreja.

b) Experiência ecumênica

82. Durante o período de formação, para que a abordagem do ecumenismo não seja desligada da vida, mas antes enraizada na experiência viva das comunidades, é aconselhável organizar encontros e diálogos com outros cristãos, observando as normas da Igreja Católica, tanto a nível universal como particular, e convidando representantes das outras comunidades que possuam a preparação profissional e religiosa e o espírito ecumênico necessários a um diálogo sincero e construtivo. Será mesmo de considerar a possibilidade de encontros com alunos de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais. Mas os institutos de formação diferem de tal modo que não é possível fixar regras uniformes. De fato, a realidade comporta diferentes graduações conforme a diversidade dos países ou das regiões e a diversidade das relações entre a Igreja Católica e as outras Igrejas e Comunidades Eclesiais, nos planos da eclesiologia, da cooperação e do diálogo. Também aqui é muito importante e indispensável a exigência da gradualidade e da adaptação. Os superiores devem recorrer aos princípios gerais e adaptá-los às circunstâncias e às ocasiões especiais.

2. MINISTROS E COLABORADORES NÃO ORDENADOS

a) Formação doutrinal - Experiência ecumênica

85. Para passar da teoria à prática, é útil desenvolver contatos e intercâmbios entre os mosteiros e as comunidades religiosas católicas e com os das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais, sob a forma de permutas de informação, de ajuda espiritual e por vezes material ou sob a forma de intercâmbios culturais.

86. Dada a importância do papel dos leigos na Igreja e na sociedade, os leigos responsáveis pela ação ecumênica devem ser encorajados a desenvolver contatos e permutas com as outras Igrejas e Comunidades Eclesiais, seguindo as normas deste Diretório.

C. FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

87. Importância da formação para o diálogo. Considerando a influência dos centros superiores de cultura, parece evidente que as faculdades eclesiais e os outros institutos superiores devem ter um papel particularmente importante a desempenhar na preparação do diálogo ecumênico, no seu desenvolvimento e no progresso da unidade dos cristãos que este mesmo diálogo permite atingir. A preparação pedagógica para este diálogo deve corresponder às seguintes exigências:

- a) um empenho pessoal e sincero, vivido na fé, sem o qual não há diálogo entre irmãos e irmãs, mas um puro exercício acadêmico;
- b) a busca de caminhos e de novos meios para estabelecer relações mútuas e restabelecer a unidade, fundamentada numa maior fidelidade ao Evangelho e numa autêntica profissão da fé cristã, na verdade e na caridade;
- c) a consciência de que o diálogo ecumênico não tem um caráter puramente privado entre pessoas ou grupos particulares, mas se insere no empenho de toda a Igreja e por isso deve ser conduzido de forma coerente com o ensino e as orientações dos seus pastores;
- d) uma atitude de abertura para reconhecer que os membros das diferentes Igrejas e Comunidades Eclesiais podem ajudar-nos a compreender melhor e a expor exatamente a doutrina e a vida das suas próprias comunidades;
- e) o respeito pela consciência e convicção pessoais de quem expõe um aspecto ou uma doutrina da própria Igreja ou então o seu modo particular de compreender a revelação divina;
- f) o reconhecimento do fato de que nem todos se beneficiam de uma mesma preparação para tomar parte num diálogo, dado que os níveis de instrução, de maturidade de espírito e de progresso espiritual são diferentes.

Papel das faculdades eclesiais

88. A constituição apostólica 'Sapientia Christiana' especifica que, a partir do primeiro ciclo da faculdade de teologia, o estudo da teologia fundamental deve incluir também as questões relacionadas com o ecumenismo.

Do mesmo modo, no segundo ciclo, 'as questões ecumênicas devem ser cuidadosamente estudadas, segundo as normas dadas pela autoridade eclesial competente'. Por outras palavras, será oportuno ministrar cursos de especialização sobre o ecumenismo, os quais, para além dos elementos já indicados anteriormente no n. 79, poderão abordar os temas seguintes:

- a) O estado atual das relações entre a Igreja Católica e as outras Igrejas e Comunidades Eclesiais, baseado no estudo dos resultados publicados sobre o diálogo;
- b) o estudo do património e das tradições dos outros cristãos do Oriente e do Ocidente;
- c) a importância do Conselho Ecumênico das Igrejas para o movimento ecumênico e a atual situação das relações entre a Igreja Católica e este Conselho;
- d) o papel dos Conselhos de Igrejas nacionais e supranacionais, as suas realizações e dificuldades.

É preciso, além disso, lembrar que a dimensão ecumênica deve estar presente no ensino e na investigação teológicas.

Papel das Universidades Católicas

89. Também as Universidades Católicas são chamadas a ministrar uma formação ecumênica sólida. Entre as medidas apropriadas que podem tomar, a título de exemplo, citam-se as seguintes:

- a) estimular, quando a matéria se prestar para isso, uma dimensão ecumênica nos métodos de ensino e de investigação;
- b) prever palestras e jornadas de estudo consagrados às questões ecumênicas;
- c) organizar conferências e reuniões para realizar, em comum, um estudo, um trabalho ou uma atividade social, deixando tempo para pesquisar os princípios cristãos de ação social e os meios de os aplicar. Estas ocasiões, agrupando somente católicos ou então católicos e outros cristãos, devem, na medida do possível, encorajar a colaboração com outros institutos superiores que existam no território;
- d) nos jornais e revistas universitárias, reservar lugar para a notícia dos acontecimentos relativos ao ecumenismo e também para estudos mais aprofundados, de preferência comentando os documentos comuns do diálogo entre as Igrejas;
- e) nos colégios ligados às universidades, devem recomendar-se vivamente as boas relações entre os católicos e os outros estudantes cristãos que, bem orientados, podem, graças a estas relações, aprender a viver juntos num espírito ecumênico aprofundado e ser fiéis testemunhas da sua fé cristã.
- f) Convém atribuir uma especial atenção à oração pela unidade, não só durante a semana prevista para esse fim, mas também em outras ocasiões durante o ano. De acordo com as circunstâncias dos lugares e das pessoas e as normas estabelecidas para as celebrações comuns, podem-se projetar retiros em comum, sob a direção de um guia espiritual experiente.
- g) Para o testemunho comum há um campo muito vasto, em particular no setor das obras de caráter social ou de beneficência. Os estudantes devem ser preparados e encorajados nesta matéria não apenas os estudantes de teologia, mas também os das outras faculdades, como o direito, a sociologia, a economia política, que, pela sua contribuição, podem ajudar a facilitar e a realizar essas iniciativas.
- h) Os assistentes, os orientadores dos estudantes e os professores devem ter uma preocupação especial no desempenho da sua missão com espírito ecumênico, organizando algumas das iniciativas indicadas anteriormente. Para esta tarefa, requer-se um conhecimento aprofundado da doutrina da Igreja, uma competência adequada nas disciplinas académicas, uma prudência firme e o sentido da justa medida: todas estas qualidades devem proporcionar um apoio aos estudantes, levando-os a harmonizar a sua própria vida de fé com a abertura aos outros.

Papel dos institutos ecumênicos especializados

90. Para realizar a sua missão ecumênica a Igreja necessita de um grande número de peritos nesta matéria: clero, religiosos, leigos, homens e mulheres. Estes peritos são necessários, mesmo nas regiões de maioria católica.

- a) Esta tarefa requer institutos especializados equipados com uma documentação adequada sobre o ecumenismo, nomeadamente sobre o diálogo em curso e os programas futuros; com um corpo docente capaz e bem preparado em doutrina católica e ecumenismo;

b) os institutos devem empenhar-se sobretudo na investigação ecumênica, em colaboração, na medida do possível, com peritos de outras tradições teológicas e com os seus fieis; devem organizar encontros ecumênicos, tais como conferências e congressos; devem também manter-se em contacto com as comissões ecumênicas nacionais e com o Conselho Pontifício para a promoção da unidade dos cristãos para uma permanente informação sobre o estado dos diálogos interconfessionais e dos progressos verificados.

c) Os peritos assim formados podem oferecer quadros para o movimento ecumênico na Igreja Católica, como membros ou como dirigentes dos organismos responsáveis diocesanos, nacionais ou internacionais, como professores de cursos de ecumenismo em institutos ou em centros eclesiásticos bem como animadores de um autêntico espírito e ação ecumênicos, no seu próprio meio.

D. FORMAÇÃO PERMANENTE

91. A formação doutrinal e prática não se limita ao período de formação, mas exigem, dos ministros ordenados e daqueles que trabalham no ministério pastoral, uma contínua atualização, dada a evolução do movimento ecumênico.

Ao executarem o programa previsto para a atualização pastoral do clero em reuniões e congressos, retiros, jornadas de encontros de reflexão ou estudo dos problemas pastorais os bispos e os superiores religiosos devem prestar uma especial atenção ao ecumenismo, com base nas seguintes indicações:

a) Instrução sistemática dos padres, diáconos, religiosos, religiosas e leigos, sobre o estado atual do movimento ecumênico, de modo a poderem inserir a dimensão ecumênica na pregação, na catequese, na oração e na vida cristã em geral. No caso de ser possível e oportuno, será bom que, por vezes, se convide um ministro de uma outra Igreja, para que fale da sua própria tradição ou então de problemas pastorais, que muitas vezes são comuns a todos.

b) Se se proporcionar ocasião para isso e com o consentimento do bispo da diocese, o clero católico e aqueles que se ocupam de pastoral na diocese podem participar em reuniões interconfessionais, visando melhorar as relações recíprocas e resolver problemas pastorais, com a contribuição de todos. A realização destas iniciativas é muitas vezes facilitada pela criação de conselhos ou associações locais e regionais para o clero etc., ou então pela adesão a associações congêneres já existentes.

c) As faculdades de teologia, os institutos de estudo superiores, os seminários e outros institutos de formação podem contribuir grandemente para a formação permanente, quer organizando cursos de estudo para todos aqueles que se dedicam ao ministério pastoral, quer contribuindo, com recursos humanos e materiais, para disciplinas e cursos organizados por outros.

d) Além disso, são de grande utilidade os seguintes meios: a informação exata nos média da Igreja local e, se for possível, nos do Estado; uma troca de informações com os serviços dos média das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais; relações sistemáticas e permanentes com as comissões ecumênicas diocesanas ou nacionais, de maneira a proporcionar a todos os católicos empenhados na pastoral, uma documentação precisa sobre o desenvolvimento do movimento ecumênico.

e) Além disso, convém aproveitar as diversas formas de encontros espirituais para aprofundar os elementos de espiritualidade comuns e próprios. Estes encontros proporcionam ocasião de refletir sobre a unidade e de orar pela reconciliação de todos os cristãos. A participação de membros de diferentes Igrejas e Comunidades Eclesiais em encontros semelhantes pode favorecer a compreensão recíproca e o crescimento da comunhão espiritual.

f) Por fim, aconselha-se que se faça periodicamente uma avaliação da atividade ecumênica”.

Nota:199

Sobre o pluralismo religioso no Brasil cf. especialmente Estudos da CNBB, nn.62, 69 e 71.

Nota:200

EN 27: “27. A evangelização há de conter também sempre - ao mesmo tempo como base, centro e ápice do seu dinamismo - uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus. E não já uma salvação imanente ao mundo, limitada às necessidades materiais ou mesmo espirituais, e que se exaurisse no âmbito da existência temporal e se identificasse, em última análise, com as aspirações, com as esperanças, com as diligências e com os combates temporais; mas sim uma salvação que ultrapassa todos estes limites, para vir a ter a sua plena realização numa comunhão com o único Absoluto, que é o de Deus: salvação transcendente e escatológica, que já tem certamente o seu começo nesta vida, mas que terá realização completa na eternidade”.

Nota:201

Rm 10,14-15: “Ora, como poderão invocar aquele no qual não acreditaram? Como poderão acreditar, se não ouvirem falar dele? E como poderão ouvir, se não houver quem o anuncie? Como poderão anunciar se ninguém for enviado? Como diz a Escritura: Como são belos os pés daqueles que anunciam boas notícias!”

Nota:202

EN 27: “27. A evangelização há de conter também sempre - ao mesmo tempo como base, centro e ápice do seu dinamismo - uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus. E não já uma salvação imanente ao mundo, limitada às necessidades materiais ou mesmo espirituais, e que se exaurisse no âmbito da existência temporal e se identificasse, em última análise, com as aspirações, com as esperanças, com as diligências e com os combates temporais; mas sim uma salvação que ultrapassa todos estes limites, para vir a ter a sua plena realização numa comunhão com o único Absoluto, que é o de Deus: salvação transcendente e escatológica, que já tem certamente o seu começo nesta vida, mas que terá realização completa na eternidade”.

cf. RMI 44-45: “44. O anúncio tem a prioridade permanente na missão: a Igreja não pode esquivar-se ao mandato explícito de Cristo, não pode privar os homens da Boa-Nova de que Deus os ama e salva. ‘A evangelização conterà sempre como base, centro e, ao mesmo tempo, vértice do seu dinamismo uma proclamação clara de que, em Jesus Cristo’ (...) a salvação é oferecida a cada homem, como dom de graça e de misericórdia do próprio Deus. Todas as formas de atividade missionária tendem para esta proclamação que revela e introduz no mistério, desde sempre escondido e agora revelado em Cristo (cf. Ef 3,3-9; Cl 1,25-29), o qual se encontra no âmago da missão e da vida da Igreja, como ponto fulcral de toda a evangelização.

Na realidade complexa da missão, o primeiro anúncio tem um papel central e insubstituível, porque introduz 'no mistério do amor de Deus, que, em Cristo, nos chama a uma estreita relação pessoal com ele' e predispõe a vida para a conversão. A fé nasce do anúncio, e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio. Como a economia salvífica está centrada em Cristo, assim a atividade missionária tende para a proclamação de seu mistério.

O anúncio tem por objeto Cristo crucificado, morto e ressuscitado: por meio dele realiza-se a plena e autêntica libertação do mal, do pecado e da morte; nele Deus dá a 'vida nova', divina e eterna. É esta a 'Boa-Nova', que muda o homem e a história da humanidade, e que todos os povos têm o direito de conhecer. Um tal anúncio tem de se inserir no contexto vital do homem e dos povos que o recebem. Além disso, ele deve ser feito numa atitude de amor e de estima a quem o escuta, com uma linguagem concreta e adaptada às circunstâncias. Para isso concorre o Espírito, que instaura uma união entre o missionário e os ouvintes, tornada possível enquanto um e os outros, por Cristo, entram em comunhão com o Pai.

45. Sendo feito em união com toda a comunidade eclesial, o anúncio nunca é um fato pessoal. O missionário está presente e atuante em virtude de um mandato recebido, pelo que, mesmo se estiver sozinho, sempre viverá unido, por meio de laços invisíveis mas profundos, à atividade evangelizadora de toda a Igreja. Os ouvintes, mais cedo ou mais tarde, entrevêm, por detrás dele, a comunidade que o enviou e o apóia.

O anúncio é animado pela fé, que gera entusiasmo e ardor no missionário. Como ficou dito, os Atos dos Apóstolos definem uma tal atitude com a palavra 'parresía', que significa falar com coragem e desembaraço; o mesmo termo aparece em São Paulo: 'Em nosso Deus, encontramos coragem para vos anunciar o Evangelho, no meio de muitos obstáculos' (1Ts 2,2). 'Rezai também por mim, para que, quando abrir a boca, me seja dado anunciar corajosamente o mistério do Evangelho, do qual, mesmo com as algemas, sou embaixador, e para que tenha a audácia de falar dele como convém' (Ef 6,19-20).

Ao anunciar Cristo aos não-cristãos, o missionário está convencido de que existe já, nas pessoas e nos povos, pela ação do Espírito, uma ânsia mesmo se inconsciente de conhecer a verdade acerca de Deus, do homem, do caminho que conduz à libertação do pecado e da morte. O entusiasmo posto no anúncio de Cristo deriva da convicção de responder a tal ânsia, pelo que, o missionário não perde a coragem nem desiste do seu testemunho, mesmo quando é chamado a manifestar sua fé num ambiente hostil ou indiferente. Ele sabe que o Espírito do Pai fala nele (cf. Mt 10,17-20; Lc 12,11-12), podendo repetir com os apóstolos: 'nós somos testemunhas destas coisas, juntamente com o Espírito Santo' (At 5,32). Está ciente de que não anuncia uma verdade humana, mas 'a Palavra de Deus', dotada de intrínseca e misteriosa força (cf. Rm 1,16).

A prova suprema é o dom da vida, até ao ponto de aceitar a morte para testemunhar a fé em Jesus Cristo. Como sempre, na história cristã, os 'mártires', isto é, as testemunhas, são numerosas e indispensáveis no caminho do Evangelho. Também em nossa época, há tantos: bispos, sacerdotes, religiosos, religiosas, leigos, tantas vezes heróis desconhecidos que deram a vida para testemunhar a fé. São esses os anunciadores e as testemunhas por excelência".

DA 55-76: "55. O Senhor Jesus confiou aos seus discípulos o mandato de anunciar o Evangelho. É o que narram os quatro Evangelhos e os Atos dos Apóstolos. Há, contudo, algumas variantes nas diversas 'versões'.

No Evangelho de Mateus, Jesus diz aos seus discípulos: Foi-me dado todo o poder no céu e na terra: Ide, pois, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a cumprir tudo quanto vos tenho mandado. E eu estarei sempre convosco, até o fim do mundo' (Mt 28,18-20).

O Evangelho de Marcos apresenta esta ordem de modo mais sucinto: 'Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa Nova a toda criatura. Quem acreditar e for batizado será salvo, mas quem não acreditar será condenado' (Mc 16,15-16).

No Evangelho de Lucas, a expressão é menos direta: 'Assim está escrito que o Messias haveria de sofrer e ressuscitar dentre os mortos ao terceiro dia, que haveria de ser pregado, em seu nome, o arrependimento e a remissão dos pecados a todas as nações, começando por Jerusalém. Vós sois as testemunhas destas coisas' (Lc 24,46-48).

Nos Atos dos Apóstolos é acentuada a extensão daquele testemunho: 'Mas ides receber uma força, a do Espírito Santo, que descerá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, por toda a Judéia e Samaria, e até os confins do mundo' (At 1,8).

No Evangelho de João, a missão é expressa de modo ainda diferente: 'Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os envio ao mundo' (Jo 17,18); 'Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós' (Jo 20,21). Anunciar a Boa Nova a todos os seres humanos, dar testemunho, batizar, ensinar, todos estes aspectos entram na missão evangelizadora da Igreja, mas devem ser considerados à luz da missão realizada por Jesus mesmo, a missão recebida do Pai.

Anunciado por ele mesmo

56. Jesus proclamava o Evangelho de Deus, dizendo: 'Completo-se o tempo e o reino de Deus está perto: arrependei-vos e acreditai na Boa Nova' (Mc 1,14-15). Esta passagem resume todo o ministério de Jesus. Jesus proclama esta Boa Nova do Reino não só com as palavras, mas também com as suas ações, as suas atitudes, as suas opções, ou seja, com toda a sua vida e por fim com a sua morte e ressurreição. As suas parábolas, os seus milagres, os exorcismos que faz, tudo está ligado ao Reino de Deus por ele anunciado. Este Reino, por outro lado, não é só algo a anunciar, totalmente destacado da sua própria pessoa. Jesus mostra de modo claro que é por ele e nele que o Reino de Deus vem ao mundo (cf. Lc 17,20-22), e que nele o Reino já veio entre nós, embora ainda deva alcançar a sua plenitude.

E de que deu testemunho mediante a sua vida.

57. Seu ensinamento é confirmado por sua vida. 'Se não credes em mim, crede nas minhas obras' (Jo 10,38). Assim como as suas obras são explicadas com as suas palavras, cuja fonte é a consciência de ser um com o Pai: 'Em verdade, em verdade vos digo: não pode o Filho fazer nada por si mesmo se não vir o Pai fazê-lo' (Jo 5,19). No processo diante de Pilatos, Jesus disse que tinha vindo ao mundo 'a fim de dar testemunho da verdade' (Jo 18,37). Também o Pai dá testemunho dele, quer com palavras que vêm do céu quer nas obras poderosas, os 'sinais', que Jesus é capaz de realizar. É o Espírito que dá o seu sinal ao testemunho de Jesus, autenticando a sua veracidade (cf. Jo 3,32-35).

B) O PAPEL DA IGREJA

A atividade da Igreja para o anúncio

58. É neste contexto que se deve compreender o mandato confiado pelo Senhor ressuscitado à Igreja apostólica. A missão da Igreja é proclamar o Reino de Deus estabelecido na terra em Jesus Cristo, mediante a sua vida, a sua morte e ressurreição, como o dom decisivo e universal de salvação que Deus faz ao mundo. 'É por isso que não há verdadeira evangelização se o nome, o ensinamento, a vida, as promessas, o Reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não são proclamados' (EN 22). Há, pois, continuidade entre o Reino anunciado por Jesus e o mistério de Cristo anunciado pela Igreja.

Continua a de Jesus.

59. Continuando a missão de Jesus, a Igreja 'é o germe e o início do Reino' (LG 5). Ela está a serviço deste Reino e dá-lhe 'testemunho'. Isto compreende o testemunho de fé em Jesus Cristo, o Salvador, porque este é o verdadeiro coração da mesma fé e vida da Igreja. Na história da Igreja, todos os apóstolos foram testemunhas da vida, morte e ressurreição de Cristo. O testemunho dá-se com palavras e atos, que nunca devem ser postos uns contra os outros. O ato ratifica a palavra, mas sem a palavra o ato pode ser mal-interpretado. O testemunho dos apóstolos, tanto em palavras como em sinais, está subordinado ao Espírito Santo enviado pelo Pai, para que se cumpra plenamente esta tarefa de testemunho.

C) O CONTEÚDO DO ANÚNCIO

Pedro anuncia Cristo ressuscitado.

60. No dia do Pentecostes, em cumprimento da promessa de Cristo, o Espírito Santo desceu sobre os apóstolos. Naquele tempo, 'residiavam em Jerusalém judeus piedosos provenientes de todas as nações que há debaixo do céu' (At 2,5) a lista das pessoas presentes, dada pelo livro dos Atos, serve para salientar o alcance universal deste primeiro evento eclesial.

Pedro, em nome dos Onze, dirige-se à multidão reunida, anunciando Jesus acreditado por Deus com milagres e prodígios, crucificado pelos homens, mas ressuscitado por Deus. E conclui: 'Saiba toda a casa de Israel, com absoluta certeza, que Deus estabeleceu, como Senhor e Messias, a esse Jesus por vós crucificado' (At 2,36). Pedro convida, todos os presentes a converterem-se, a tornarem-se discípulos de Jesus mediante o batismo no seu nome, para o perdão dos pecados, e assim receberem o dom do Espírito Santo. Mais tarde, diante do Sinédrio, Pedro dá testemunho da sua fé em Cristo ressuscitado, dizendo com clareza: 'não há salvação em nenhum outro, pois não há debaixo do céu qualquer outro nome dado aos homens que nos possa salvar' (At 4,11-12). Fala-se de novo da natureza universal da mensagem cristã de salvação, ao descrever a conversão de Cornélio. Quando Pedro deu testemunho da vida e da obra de Jesus, desde o início do seu ministério na Galiléia até a sua Ressurreição, 'o Espírito Santo desceu sobre quantos ouviam a palavra', por isso aqueles que acompanhavam Pedro ficaram estupefatos ao verem 'que o dom do Espírito Santo fora derramado também sobre os pagãos' (At 10,44-45).

Paulo anuncia o mistério que esteve escondido ao longo dos séculos.

61. Os apóstolos, seguindo o evento do Pentecostes, apresentam-se como testemunhas da ressurreição de Cristo (cf. At 1,22; 4,33; 5,32-33), ou, numa fórmula mais concisa, simplesmente como testemunhas de Cristo (cf. At 3,15; 13,31). Isto emerge ainda mais claramente em Paulo 'apóstolo por vocação, escolhido para anunciar o Evangelho de Deus' (Rm 1,1), que recebeu de Jesus Cristo 'a graça e o apostolado, a fim de implantar, em honra do seu nome, a obediência à fé no meio de todos os gentios' (Rm 1,5). Paulo anuncia 'o Evangelho que Deus de antemão prometera por meio dos seus profetas nas Santas Escrituras' (Rm 1,2), O 'Evangelho de seu Filho' (Rm 1,9). Prega Cristo crucificado: 'escândalo para os judeus e loucura para os gentios' (1Cor 1,23; cf. 2,2); 'porque ninguém pode pôr outro fundamento diferente do que foi posto, isto é, Jesus Cristo' (1Cor 3,11). Toda a mensagem de Paulo está resumida nesta solene declaração aos Efésios: 'A mim, o menor de todos os santos, foi dada esta graça de anunciar aos gentios a insondável riqueza de Cristo, e de elucidar a todos sobre qual seja a economia do Mistério escondido desde tempos antigos em Deus, que tudo criou', para que esta multiforme sabedoria de Deus seja agora revelada mediante a Igreja, 'conforme o desígnio eterno que realizou em Cristo Jesus, Nosso Senhor' (Ef 3,8-11).

Encontramos a mesma mensagem nas Cartas Pastorais. Deus 'deseja que todos os seres humanos se salvem e conheçam a verdade. Porque há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo Homem, que se deu em resgate por todos' (1Tm 2,46). Este 'mistério da nossa religião' que é 'bastante profundo' encontra a sua expressão num fragmento litúrgico:

'Manifestou-se na carne, foi justificado pelo Espírito, visto pelos anjos, pregado aos gentios, acreditado no mundo e exaltado na glória' (1Tm 3,16).

João deu testemunho da palavra de vida.

62. O apóstolo João apresenta-se sobretudo como uma testemunha, alguém que viu Jesus e descobriu o seu mistério (cf. Jo 13,23-25; 21,24). 'O que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos, para que também vós tenhais comunhão conosco' (1Jo 1,3). 'E vimos e testificamos que o Pai enviou seu Filho como Salvador do mundo' (1Jo 4,14). Para João, a Encarnação é o apoio da mensagem: 'E o Verbo fez-se homem e veio habitar entre nós, e nós vimos a sua glória, glória que lhe vem do Pai, como Filho único, cheio de graça e de verdade' (Jo 1,14). Em Jesus pode-se ver o Pai (cf. Jo 14,9); é o caminho para o Pai (cf. Jo 14,6). Levantado na cruz atrai todos a si (cf. Jo 12,32). É, realmente, 'o salvador do mundo' (Jo 4,42).

A palavra, pregada pela Igreja, está cheia de poder.

63. 'Prega a palavra', escreve Paulo a Timóteo (2Tm 4,2). O conteúdo desta palavra exprime-se de diversos modos: é o Reino (cf. At 20,25), o Evangelho do Reino (cf. Mt 24,14), o Evangelho de Deus (cf. Mc 1,14; 1Ts 2,9).

Mas estas formulações diferentes significam verdadeiramente a mesma coisa: pregar Jesus (cf. At 9,20; 19,13), pregar Cristo (cf. At 8,5). Assim como Jesus refere as palavras de Deus (cf. Jo 3,34), também os apóstolos pregam a palavra de Deus, precisamente porque pregam Jesus que é a Palavra.

A mensagem cristã, portanto, é poderosa e deve ser escutada por aquilo que verdadeiramente é, 'não como palavra de homem, mas como palavra de Deus (1Ts 2,13). Acolhida na fé, a palavra será viva e eficaz, 'mais penetrante que uma espada de dois gumes' (Hb 4,12). É uma palavra que purifica (cf. Jo 15,3), é fonte de verdade que torna livres (cf. Jo 8,31-32). A palavra tornar-se-á uma presença interior: 'Se alguém me ama, guardará a minha palavra; meu Pai amá-lo-á e viremos a ele e faremos nele morada' (Jo 14,23). É esta a palavra de Deus que deve ser anunciada pelos cristãos.

D) A PRESENÇA E O PODER DO ESPÍRITO SANTO

A Igreja conta com a presença

64. Ao anunciar esta palavra, a Igreja sabe que pode contar com o Espírito Santo, que inspira o seu anúncio e leva aqueles que a escutam à obediência da fé.

É o Espírito que hoje como nos inícios da Igreja age em cada um dos evangelizadores que se deixa possuir e conduzir por ele, e põe na sua boca as palavras que ele sozinho não poderia encontrar, ao mesmo tempo que predispõe a alma daqueles que escutam, a fim de a tornar aberta a acolhedora para a Boa Nova e para o Reino anunciado (EN 75).

E com o poder do Espírito,

65. A força do Espírito é confirmada pelo fato que o testemunho mais poderoso é com freqüência dado precisamente no momento em que o discípulo é mais indefeso, incapaz de falar ou de agir, mas todavia permanece fiel. Como diz Paulo: 'prefiro vangloriar-me das minhas fraquezas, para que habite em mim a força de Cristo. Alegro-me nas minhas fraquezas, nas afrontas, nas necessidades, nas perseguições, nas angústias por Cristo, pois, quando me sinto fraco, então é que sou forte' (2Cor 12,9-10). O testemunho pelo qual o Espírito leva os homens e as mulheres a conhecerem Jesus como Senhor não é uma realização humana, mas obra de Deus.

E) A URGÊNCIA DO ANÚNCIO

Para cumprir o seu dever

66. Como disse o Papa Paulo VI na sua Exortação Evangelii nuntiandi: 'A apresentação da mensagem evangélica não é para a Igreja uma contribuição facultativa: é um dever que lhe incumbe, por mandato do Senhor Jesus, a fim de que os homens e as mulheres possam acreditar e serem salvos. Sim, esta mensagem é necessária; ela é única e não poderá ser substituída. Ela não admite indiferença, nem sincretismo, nem acomodação. É a salvação dos homens e das mulheres que está em causa' (EN 5). A urgência foi salientada por Paulo:

'Mas como hão de invocar aquele em quem não acreditaram? E como hão de acreditar naquele que não ouviram? E como ouvirão se ninguém lhes prega? E como pregarão se não forem enviados? Logo, a fé vem da pregação, e a pregação pela palavra de Cristo' (Rm 10,14s).

'Esta lei, estabelecida outrora pelo apóstolo Paulo, conserva ainda hoje todo o seu vigor' (EN 42). É oportuno recordar também estas outras palavras de Paulo: porque, se anuncio o Evangelho, não tenho de que me gloriar, pois que me é imposta essa obrigação: Ai de mim se não evangelizar!' (1Cor 9,16).

De anunciar a Salvação em Jesus Cristo.

67. O anúncio é uma resposta à aspiração humana à salvação.

Onde quer que Deus abre a porta da palavra, para anunciar o mistério de Cristo a todos os homens, com confiança e constância, seja anunciado o Deus vivo e aquele que enviou para salvação de todos, Jesus Cristo, para que os não-cristãos, por moção interior do Espírito Santo, creiam e se convertam livremente ao Senhor, e sinceramente adiram àquele que, sendo caminho, verdade e vida (Jo 14,6), satisfaz todas as suas exigências espirituais, superando-as (AG 13).

F) AS MODALIDADES DO ANÚNCIO

A Igreja segue a guia do Espírito,

68. Proclamando a mensagem de Deus em Jesus Cristo, a Igreja evangelizadora deve ter sempre presente que este anúncio não se realiza no vácuo. Porque o Espírito Santo, o Espírito de Cristo, está presente e atua entre aqueles que escutam a Boa Nova, ainda antes de a ação missionária da Igreja iniciar (cf. RH 12; DV 53). Em muitos casos, eles podem já ter respondido implicitamente à oferta de Deus de salvação em Jesus Cristo; um sinal disto pode ser a prática sincera das próprias tradições religiosas, à medida que elas contêm autênticos valores religiosos. Podem já ter sido atingidos pelo Espírito e, de certo modo, estar associados, sem o saberem, ao Mistério Pascal de Jesus Cristo (cf. GS 22).

Aprendendo como há de anunciar

69. Consciente daquilo que Deus já realizou naqueles a quem se dirige, a Igreja procura descobrir a maneira adequada de anunciar a Boa Nova. Deixa-se guiar pela pedagogia divina. Isto significa que aprende de Jesus mesmo e observa os tempos e as estações, como o Espírito sugere. Jesus, com efeito, revelou progressivamente àqueles que o escutavam, o significado do Reino, o plano salvífico de Deus realizado no mistério da sua pessoa. Só gradualmente, e com extremo cuidado, lhes revelou os significados profundos da sua mensagem, a sua identidade de Filho de Deus e o escândalo da cruz. Também os seus discípulos mais próximos como atestam os Evangelhos, só chegaram à fé plena no seu Mestre através da própria experiência pascal e do dom do Espírito. Aqueles, pois, que desejam ser discípulos de Jesus, hoje, deverão passar através do mesmo processo, de descoberta e de empenho. Por conseguinte, o anúncio feito pela Igreja deve ser progressivo e paciente; deve manter o ritmo daqueles que escutam a mensagem, respeitando a sua liberdade e também a sua lentidão em crer (cf. EN 79).

Com as qualidades próprias do Evangelho,

70. Também outras qualidades devem caracterizar o anúncio feito pela Igreja. Este deveria ser:

- a) Confiante no poder do Espírito e obediente ao mandato recebido do Senhor.
- b) Fiel na transmissão do ensinamento recebido de Cristo e conservado na Igreja, depositária da Boa Nova a anunciar (cf. EN 15). 'A fidelidade a uma mensagem da qual nós somos servidores... constitui o eixo central da evangelização' (EN 4). 'Evangelizar não é para quem quer que seja um ato individual e isolado, mas profundamente eclesial' (EN 60).
- c) Humilde, porque consciente de que a plenitude da revelação em Jesus Cristo foi recebida como dom gratuito, e que os mensageiros do Evangelho nem sempre estão plenamente à altura das suas exigências.
- d) Respeitoso da presença e da ação do Espírito de Deus nos corações daqueles que escutam a mensagem, reconhecendo que o Espírito é 'o agente principal de evangelização' (EN 75).
- e) Dialogador, dado que no anúncio aquele que escuta a Palavra não é um ouvinte passivo. Existe um progresso dos 'germes do Verbo', já presentes em quem escuta, para o mistério pleno da salvação em Jesus Cristo. A Igreja deve reconhecer um processo de purificação e de iluminação no qual o Espírito de Deus abre a mente e o coração de quem escuta na obediência da fé.

Inculturado, encarnado na cultura e na tradição espiritual daqueles a quem se dirige, de modo que a mensagem não só lhes seja inteligível, mas também compreendida como correspondente às suas mais profundas aspirações, e verdadeiramente como a Boa Nova que eles esperavam (cf. EN 20; 62).

Em estreita união com Cristo.

71. Para manter estas qualidades, a Igreja não deve ter em conta só as circunstâncias da vida e da experiência religiosa daqueles a quem se dirige. Deve também viver em diálogo constante com o seu Senhor e Mestre, mediante a oração, a penitência, a meditação e a vida litúrgica, e sobretudo na celebração da Eucaristia. Só assim a proclamação e a celebração da mensagem evangélica se tornam plenamente vivas.

G) OBSTÁCULOS AO ANÚNCIO

O anúncio encontra dificuldades

72. O anúncio da Boa Nova por parte da Igreja impõe sérias exigências, tanto à Igreja evangelizadora e aos seus membros empenhados na evangelização, quanto àqueles que são chamados por Deus à obediência da fé cristã. Não é uma tarefa fácil. A seguir, são apresentados alguns dos principais obstáculos que podem ser encontrados.

Da parte dos cristãos

73. Dificuldades internas:

- a) Pode acontecer que o testemunho cristão não corresponda àquilo em que se acredita; pode haver uma discrepância entre palavras e ações, entre a mensagem cristã e o modo de viver dos cristãos.
- b) Os cristãos poderiam descuidar do anúncio do Evangelho 'por negligência, por medo ou por vergonha aquilo que São Paulo chamava exatamente 'envergonhar-se do Evangelho' (cf. Rm 1,16) ou por se seguirem idéias falsas' (EN 80) a respeito do plano divino de salvação.
- c) Os cristãos que não têm apreço nem respeito pelos outros crentes e pelas suas tradições religiosas, estão mal preparados para lhes anunciar o Evangelho.
- d) Uma atitude de superioridade de alguns cristãos, que se manifesta em nível cultural, poderia fazer supor que uma determinada cultura está ligada à mensagem cristã, e que deve ser imposta aos convertidos.

E fora da comunidade cristã.

74. Dificuldades externas:

- a) O peso da história torna o anúncio mais difícil, dado que certos métodos de evangelização, no passado, por vezes fizeram surgir temores e suspeitas entre os seguidores de outras religiões.
- b) Os membros das outras religiões poderiam temer que o resultado da missão evangelizadora da Igreja fosse a destruição da sua religião e da sua cultura.
- c) Uma concepção diferente dos direitos humanos ou uma falta de respeito pelas praxes deles pode dar como resultado a falta de liberdade religiosa.
- d) A perseguição pode tornar o anúncio particularmente difícil ou quase impossível. Deve-se contudo recordar que a cruz é fonte de vida: 'o sangue dos mártires é germe de cristãos'.
- e) A identificação de uma religião particular com a cultura nacional, ou com um sistema político, cria um clima de intolerância.
- f) Em alguns lugares, a conversão é proibida por lei, e os convertidos ao cristianismo podem encontrar sérios problemas, como o ostracismo por parte da sua comunidade religiosa de origem, do contexto social ou do ambiente cultural.
- g) Num contexto pluralista, o perigo do indiferentismo, do relativismo ou do sincretismo religioso, cria obstáculos ao anúncio do Evangelho.

H) O ANÚNCIO DA MISSÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA

Na missão evangelizadora da Igreja,

75. A missão evangelizadora da Igreja foi, por vezes, entendida como se consistisse simplesmente em convidar todos os seres humanos a serem discípulos de Jesus na Igreja. Lentamente, foi-se desenvolvendo uma compreensão mais vasta da evangelização em que o anúncio do mistério de Cristo, contudo, constitui o centro. O decreto do Concílio Vaticano II sobre a atividade missionária da Igreja, quando trata da obra missionária, menciona a solidariedade com a humanidade, o diálogo e a colaboração, antes de falar de testemunho e de anúncio do Evangelho (cf. AG 11-13). O Sínodo dos Bispos, em 1974, e a Exortação Apostólica 'Evangelii nuntiandi' usaram, imediatamente depois, o termo evangelização em sentido lato. Na evangelização é a pessoa inteira do evangelizador a ser envolvida, com palavras, ações e testemunho de vida (cf. EN 21-22). Do mesmo modo, o seu objetivo estende-se a tudo aquilo que é humano, porque procura transformar a cultura e as culturas, mediante a força do Evangelho (cf. EN 18-20). Mas o Papa Paulo VI precisou bem que 'A evangelização há de conter sempre ao mesmo tempo como base, centro e ápice do seu dinamismo uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus' (EN 27). É neste sentido que o Documento de 1984, do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso, inclui o anúncio entre os diversos elementos de que é composta a missão evangelizadora da Igreja (cf. DM 13).

O anúncio é um dever sagrado.

76. É útil, contudo, salientar mais uma vez que proclamar o nome de Jesus e convidar as pessoas a serem seus discípulos na Igreja é um importante e sagrado dever a que a Igreja não pode furtar-se. A sua omissão tornaria a evangelização incompleta, porque, sem este elemento central, os outros, embora sendo formas autênticas da missão da Igreja, perderiam a sua coesão e vitalidade. É evidente, portanto que nas situações em que, por razões políticas ou de outra natureza, o anúncio é quase impossível, a Igreja já cumpre a sua missão evangelizadora não só graças à sua presença e ao seu testemunho, mas também mediante atividades como o empenho por um desenvolvimento humano integral e pelo diálogo. Por outro lado, nas situações em que as pessoas estão dispostas a escutar a mensagem do Evangelho e se encontram na possibilidade de responder, a Igreja tem o dever de ir ao encontro das suas expectativas".

Nota:203

Mt 28,18-20: "Então Jesus se aproximou, e falou: 'Toda a autoridade foi dada a mim no céu e sobre a terra. Portanto, vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo o que ordenei a vocês. Eis que eu estarei com vocês todos os dias, até o fim do mundo'".

Mc 16,15-16: “Então Jesus disse-lhes: ‘Vão pelo mundo inteiro e anunciem a Boa Notícia para toda a humanidade. Quem acreditar e for batizado, será salvo. Quem não acreditar, será condenado’”.

Lc 24,46-48: “E continuou: ‘Assim está escrito: O Messias sofrerá e ressuscitará dos mortos no terceiro dia, e no seu nome serão anunciados a conversão e o perdão dos pecados a todas as nações, começando por Jerusalém. E vocês são testemunhas disso’”.

RMI 63: “63. Como o Senhor ressuscitado confiou o mandato da missão universal ao colégio apostólico, com Pedro à frente, assim essa responsabilidade incumbe, antes de mais nada, ao colégio dos bispos, tendo à sua frente o sucessor de Pedro. Consciente desta responsabilidade, no encontro com os bispos, sinto o dever de partilhá-la em ordem, tanto à nova evangelização como à missão universal. Pus-me a caminho pelas estradas do mundo, ‘para anunciar o Evangelho, para confirmar os irmãos na fé, para consolar a Igreja, para ir ao encontro do homem. São viagens de fé... São outras tantas ocasiões de catequese itinerante, de anúncio evangélico alargado a todas as latitudes, e de Magistério apostólico ampliado até os hodiernos espaços planetários’.

Os irmãos bispos são, comigo, diretamente responsáveis pela evangelização do mundo, quer como membros do colégio episcopal, quer como pastores das Igrejas particulares. O Concílio declara, a propósito disto: ‘O cuidado de anunciar o Evangelho, em toda a Terra, pertence ao colégio dos pastores, aos quais, em comum, Cristo deu o mandato’. O Concílio afirma, também, que os bispos ‘foram consagrados não apenas para uma diocese, mas para a salvação de todo o mundo’. Esta responsabilidade colegial tem conseqüências práticas. Do mesmo modo o ‘Sinodo dos Bispos, entre suas obrigações de ordem geral, deve seguir, com particular solicitude, a atividade missionária, que constitui o dever mais alto e sagrado da Igreja’. A mesma responsabilidade se reflete, em graus diferentes, nas Conferências episcopais e nos seus organismos a nível continental, que, por isso mesmo, têm um contributo próprio a oferecer ao compromisso missionário.

Vasto é, também, o trabalho missionário de cada bispo, enquanto pastor de uma Igreja particular. Cabe-lhe, ‘como cabeça e centro unificador do apostolado diocesano, promover, dirigir e coordenar a atividade missionária... Procure, também, que a atividade apostólica não fique limitada apenas aos convertidos, mas uma parte razoável de missionários e de subsídios seja destinada à evangelização dos não-cristãos’.

DA 55: “55. O Senhor Jesus confiou aos seus discípulos o mandato de anunciar o Evangelho. É o que narram os quatro Evangelhos e os Atos dos Apóstolos. Há, contudo, algumas variantes nas diversas versões.

No Evangelho de Mateus, Jesus diz aos seus discípulos: ‘Foi-me dado todo o poder no céu e na terra: Ide, pois, ensinais todas as nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a cumprir tudo quanto vos tenho mandado. E eu estarei sempre convosco, até o fim do mundo’ (Mt 28,18-20).

O Evangelho de Marcos apresenta esta ordem de modo mais sucinto: ‘Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa Nova a toda criatura. Quem acreditar e for batizado será salvo, mas quem não acreditar será condenado’ (Mc 16,15-16).

No Evangelho de Lucas, a expressão é menos direta: ‘Assim está escrito que o Messias haveria de sofrer e ressuscitar dentre os mortos ao terceiro dia, que haveria de ser pregado, em seu nome, o arrependimento e a remissão dos pecados a todas as nações, começando por Jerusalém. Vós sois as testemunhas destas coisas’ (Lc 24,46-48).

Nos Atos dos Apóstolos é acentuada a extensão daquele testemunho: ‘Mas ides receber uma força, a do Espírito Santo, que descerá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, por toda a Judéia e Samaria, e até os confins do mundo’ (At 1,8).

No Evangelho de João, a missão é expressa de modo ainda diferente: ‘Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os envio ao mundo’ (Jo 17,18); ‘Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós’ (Jo 20,21). Anunciar a Boa Nova a todos os seres humanos, dar testemunho, batizar, ensinar, todos estes aspectos entram na missão evangelizadora da Igreja, mas devem ser considerados à luz da missão realizada por Jesus mesmo, a missão recebida do Pai”.

Nota:204

LG 33: “33. Formando o povo de Deus, os leigos constituem um só corpo de Cristo, que é a cabeça. Por vontade do criador e pela graça recebida do redentor, todos, como membros vivos, são chamados a contribuir com o melhor de suas forças para o crescimento e contínua santificação da Igreja.

O apostolado dos leigos é participação na missão salvadora da Igreja. Todos estão qualificados pelo Senhor ao exercício desse apostolado, através do batismo e da confirmação. A alma desse apostolado é a caridade para com Deus e para com os homens, alimentada e comunicada pelos sacramentos, especialmente pela eucaristia. Os leigos são especialmente chamados a tornar a Igreja presente e ativa nos lugares e nas circunstâncias onde somente por eles podem atuar como sal da terra. Através dos dons recebidos, todo leigo é, ao mesmo tempo, testemunha e instrumento da própria missão da Igreja, ‘segundo a medida do dom de Cristo’ (Ef 4, 7).

Além desse apostolado, comum a todos os fiéis, os leigos podem ainda ser chamados de diversos modos, a cooperar de maneira mais imediata com o apostolado da hierarquia, a exemplo dos homens e mulheres que, trabalhando muito no Senhor, ajudaram o apóstolo Paulo na evangelização (cf. Fl 4, 3; Rm 16, 3ss). Podem ser chamados, finalmente, pela hierarquia, a assumir certas funções eclesiais, que visam diretamente a fins espirituais.

Numa palavra, os leigos devem colaborar na grande obra de fazer chegar a todos os homens, de todos os tempos e latitudes, o conhecimento do desígnio salvador de Deus. Deve-se, pois, abrir caminho para que participem com afinco, segundo sua capacidade e de acordo com as exigências das circunstâncias, da tarefa salvadora da Igreja”.

AA 2: “2. A Igreja nasceu para estender o reinado de Cristo a toda parte, em vista da glória de Deus Pai e de virem a se tornar, todos os seres humanos, participantes efetivos da redenção salvadora contribuindo assim para que o mundo inteiro se volte para Cristo. Toda a atividade do corpo místico ordenada para esse fim merece o nome de apostolado. A Igreja o exerce de inúmeras formas, por intermédio de todos os seus membros. A vocação cristã é vocação ao apostolado. Assim como no corpo vivo nenhum membro fica inteiramente passivo, mas participa da vida e da ação de todo o corpo, no corpo de Cristo, a Igreja, o corpo inteiro cresce, ‘através da rede de articulações, que são os membros’ (Ef 4, 16). Neste corpo a junção entre os membros e sua união é de tal natureza, que o membro que não contribui segundo sua capacidade para o crescimento do corpo não vale nada nem para si mesmo nem para a Igreja. Na Igreja, há diversidade de

ministérios, mas unidade de missão. Cristo outorgou aos apóstolos e seus sucessores o poder de ensinar, santificar e governar em seu nome. Os leigos, também participantes das funções sacerdotal, profética e real de Cristo, cumprem seu papel na missão de todo o povo de Deus na Igreja e no mundo. Exercem um verdadeiro apostolado ao atuar em vista da evangelização e da santificação dos seres humanos ou quando se esforçam por imbuir do espírito do Evangelho as coisas temporais, contribuindo para seu pleno desenvolvimento. Sua ação dá assim testemunho inequívoco de Cristo e aproveita à salvação de todos. Sendo próprio dos leigos viver no meio do mundo e dos afazeres humanos, Deus os chama a exercer aí seu apostolado, no fervor do espírito cristão, como fermento do mundo”.

RMI 71-72: “71. Os últimos Pontífices têm insistido bastante na importância do papel dos leigos para a atividade missionária. Na Exortação apostólica ‘Christifideles Laici’, também eu tratei, explicitamente, da ‘missão permanente de levar o Evangelho a todos quantos e são milhões e milhões de homens e de mulheres ainda não conhecem Cristo, redentor do homem’, e do respectivo compromisso dos fiéis leigos. A missão é de todo o povo de Deus: se é verdade que a fundação de uma nova Igreja requer a Eucaristia, e, por conseguinte, o ministério sacerdotal, todavia, a missão, que comporta as mais variadas formas, é tarefa de todos os fiéis.

Aliás, a participação dos leigos na expansão da fé é clara, desde os primeiros tempos do cristianismo, tanto a nível de indivíduos e famílias, como da comunidade inteira. Isto foi já recordado por Pio XII, ao referir, na primeira encíclica missionária, as vicissitudes das missões laicais. Nos tempos modernos, também não faltou a participação ativa dos missionários leigos e das missionárias leigas. Como não recordar o importante papel desempenhado por estas, o seu trabalho nas famílias, nas escolas, na vida política, social e cultural e, em particular, seu ensino da doutrina cristã? Mais: é necessário reconhecer, como um título de honra, que algumas Igrejas tiveram sua origem, graças à atividade dos leigos e das leigas missionárias.

O Vaticano II confirmou esta tradição, ilustrando o caráter missionário de todo o povo de Deus, em particular o apostolado dos leigos, e sublinhando o contributo específico que eles são chamados a dar, na atividade missionária. A necessidade de que todos os fiéis compartilhem tal responsabilidade não é apenas questão de eficácia apostólica, mas é um dever-direito, fundado sobre a dignidade batismal, pelo qual ‘os fiéis leigos participam, por sua vez, no tríplice ministério sacerdotal, profético e real de Jesus Cristo’. Por isso, também, ‘recai sobre eles o mandato do Senhor, tendo o direito de se empenharem individualmente, ou reunidos em associação, para que o anúncio da salvação seja conhecido e acolhido por todo o homem, em qualquer lugar. Tal obrigação vincula-os ainda mais, naquelas situações onde os homens só poderão ouvir o Evangelho e conhecer Cristo por meio deles’. Além disso, pela índole secular que lhes é própria, cabe-lhes a vocação particular de ‘buscar o Reino de Deus, tratando das coisas temporais e orientando-as segundo o plano de Deus’.

72. Os setores da presença e da ação missionária dos leigos são muito amplos. ‘O primeiro campo (...) é o mundo vasto e complicado da política, da realidade social, da economia’, no plano local, nacional e internacional. No âmbito da Igreja, existem vários tipos de serviços, funções, ministérios e formas de animação da vida cristã. Recordo, como novidade surgida recentemente em muitas Igrejas, o grande desenvolvimento dos ‘movimentos eclesiais’, dotados de dinamismo missionário. Quando se inserem humildemente na vida das Igrejas locais e são acolhidos cordialmente por bispos e sacerdotes, nas estruturas diocesanas e paroquiais, estes ‘movimentos’ representam um verdadeiro dom de Deus para a nova evangelização e para a atividade missionária propriamente dita. Recomendando, pois, que se difundam e sirvam para dar novo vigor, sobretudo entre os jovens, à vida cristã e à evangelização, numa visão pluralista dos modos de se associar e exprimir.

Na atividade missionária, devem-se valorizar as várias expressões do laicato, respeitando sua índole e finalidade: associações do laicato missionário, organismos cristãos de voluntariado internacional, movimentos eclesiais, grupos e sodalícios de vários tipos, sejam aproveitados na missão ‘ad gentes’ e na colaboração com as Igrejas locais. Deste modo, favorecer-se-á o crescimento de um laicato maduro e responsável cuja formação, se requer nas jovens Igrejas, como elemento essencial e irrenunciável da ‘plantatio Ecclesiae’”.

Nota:205

DA 77: “77. O diálogo inter-religioso e o anúncio, embora não no mesmo nível, são autênticos elementos da missão evangelizadora da Igreja. São legítimos e necessários. Estão intimamente ligados, mas não são intercambiáveis: o verdadeiro diálogo inter-religioso supõe, da parte do cristão, o desejo de fazer conhecer melhor, reconhecer e amar Jesus Cristo, e o anúncio de Jesus Cristo deve fazer-se no espírito evangélico do diálogo. As duas atividades permanecem distintas mas, como a experiência demonstra, a mesma Igreja local e a mesma pessoa podem estar diversamente empenhadas em ambas.”

Nota:206

DA 78: “78. Na prática, a maneira de cumprir a missão da Igreja depende das circunstâncias particulares de cada Igreja local, de cada cristão. Isto sempre implica certa sensibilidade pelos aspectos sociais, culturais, religiosos e políticos da situação, e também uma atenção aos ‘sinais dos tempos’, através dos quais o Espírito de Deus fala, instrui e guia. Esta sensibilidade e esta atenção desenvolvem-se mediante uma espiritualidade de diálogo. Esta requer um discernimento interior e uma reflexão teológica sobre o significado das diversas tradições religiosas no designio de Deus, e sobre a experiência daqueles que encontram nelas o seu alimento espiritual”.

Nota:207

Onde o anúncio é introduzido pelas profecias e esperanças do A.T.

cf. At 13,16-41.: “Paulo então levantou-se, fez sinal com a mão e disse: ‘Homens de Israel, e vocês que temem a Deus, escutem! O Deus deste povo, o Deus de Israel, escolheu nossos antepassados e multiplicou o povo durante seu exílio na terra do Egito. Depois, ele os tirou daí, com braço poderoso. E, durante mais ou menos quarenta anos, cercou-os de cuidados no deserto. Destruíu sete nações na terra de Canaã e deu a elas a posse do território delas, por quatrocentos e cinquenta anos aproximadamente. Depois disso lhes concedeu juízes, até o profeta Samuel. Em seguida, eles pediram um rei e Deus concedeu-lhes Saul, filho de Cis, da tribo de Benjamim, que reinou durante quarenta anos. Após depor Saul da realeza, Deus suscitou para eles o rei Davi, do qual prestou o seguinte testemunho: ‘Encontrei Davi, filho de Jessé, homem segundo o meu coração; ele cumprirá todas as minhas vontades’. Conforme havia prometido, Deus fez surgir da descendência de Davi um Salvador para Israel, que é Jesus. E João, o precursor, havia preparado a chegada de Jesus, pregando a todo o povo de Israel um batismo de arrependimento. Estando para terminar a sua missão, João declarou: ‘Não

sou aquele que vocês pensam que eu seja! Vejam: depois de mim é que vem aquele do qual não mereço nem sequer desamarrar as sandálias!

Irmãos, descendentes de Abraão e não-judeus que adoram a Deus, esta mensagem de salvação foi enviada para nós. Porque os habitantes de Jerusalém e seus chefes não reconheceram a Jesus e, ao condená-lo, cumpriram as profecias que são lidas aos sábados. Embora não encontrassem nenhum motivo para condenar Jesus à morte, pediram a Pilatos que ele fosse morto. Depois de fazerem tudo o que a Escritura diz a respeito de Jesus, eles o tiraram da cruz e o puseram num túmulo. Mas Deus o ressuscitou dos mortos, e durante muitos dias ele apareceu àqueles que o acompanharam da Galiléia para Jerusalém. Agora, eles são testemunhas de Jesus diante do povo. Nós anunciamos a vocês este Evangelho: a promessa que Deus fez aos antepassados, ele a cumpriu plenamente para nós, seus filhos, quando ressuscitou Jesus, como está escrito no segundo Salmo: 'Você é o meu filho, eu hoje o gerei'. Deus ressuscitou Jesus dos mortos, para que nunca voltasse à corrupção. Isso, ele o disse desta maneira: 'Cumprirei para vocês a promessa fiel que fiz a Davi'. Por isso diz também em outro lugar: 'Não permitirás que teu fiel conheça a corrupção'. Ora, tendo cumprido a missão que Deus lhe dera para sua época, Davi morreu, foi para junto de seus pais e conheceu a corrupção. Mas aquele que Deus ressuscitou não conheceu a corrupção. Portanto, fiquem sabendo bem, irmãos, que por meio dele é anunciado a vocês o perdão dos pecados. E, por meio dele, todo aquele que acredita é justificado de todas as coisas de que vocês não puderam ser justificados pela Lei de Moisés. Portanto, tenham cuidado para que não aconteça a vocês o que os profetas disseram: 'Olhem, desprezadores, se admirem e desapareçam! Porque nos dias de vocês vou realizar uma coisa que vocês não acreditariam se lhes fosse contada!'

Nota:208

Onde o discurso fala de estações, sol e chuva, que manifestam a providência divina **cf. At 14, 15-17**: "Homens, o que vocês estão fazendo? Nós também somos homens mortais como vocês. Estamos anunciando que vocês precisam deixar esses ídolos vazios e se converter ao Deus vivo, que fez o céu, a terra, o mar e tudo o que neles existe. Nas gerações passadas, Deus permitiu que todas as nações seguissem o próprio caminho. No entanto, ele não deixou de dar testemunho de si mesmo através de seus benefícios. Do céu ele manda chuvas e colheitas, dando alimento e alegrando o coração de vocês"

Nota:209

Onde Jesus Cristo é anunciado como o deus desconhecido, que a sabedoria grega procura.

At 17,22-31: "De pé, no meio do Areópago, Paulo disse: 'Senhores de Atenas, em tudo eu vejo que vocês são extremamente religiosos. De fato, passando e observando os monumentos sagrados de vocês, encontrei também um altar com esta inscrição: Ao Deus desconhecido. Pois bem, esse Deus que vocês adoram sem conhecer, é exatamente aquele que eu lhes anuncio. O Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe. Sendo Senhor do céu e da terra, ele não habita em santuários feitos por mãos humanas. Também não é servido por mãos humanas, como se precisasse de alguma coisa; pois é ele que dá a todos vida, respiração e tudo o mais. De um só homem, ele fez toda a raça humana para habitar sobre toda a face da terra, tendo fixado os tempos previamente estabelecidos e os limites de sua habitação. Assim fez, para que buscassem a Deus e para ver se o descobririam, ainda que fosse às apalpadelas. Ele não está longe de cada um de nós, pois nele vivemos, nos movemos e existimos, como alguns dentre os poetas de vocês disseram: Somos da raça do próprio Deus. Sendo, portanto, da raça de Deus, não devemos pensar que a divindade é semelhante ao ouro, à prata ou à pedra, trabalhados pela arte e imaginação do homem. Mas Deus, sem levar em conta os tempos da ignorância, agora anuncia aos homens que todos e em todo lugar se arrependam, pois ele estabeleceu um dia em que irá julgar o mundo com justiça, por meio do homem que designou e creditou diante de todos, ressuscitando-o dos mortos".

Nota:210

CR 112-117: "112. Lembramos, porém, que todos eles deverão obedecer, com ampla possibilidade de diferentes aplicações concretas, ao chamado *princípio da interação* (ou de interpelação).

113. Pois, por tudo o que vimos anteriormente, na Catequese realiza-se uma *inter-ação* (= um relacionamento mútuo e eficaz) entre a experiência de vida e a formulação da fé; entre a vivência atual e o dado da Tradição. De um lado, a experiência da vida levanta perguntas; de outro, a formulação da fé é buscar a explicação das respostas a essas perguntas. De um lado, a fé propõe a mensagem de Deus e convida a uma comunhão com ele, que ultrapassa a busca e as expectativas humanas; de outro, a experiência humana é questionada e estimulada a abrir-se para esse horizonte mais amplo.

114. O Papa Paulo VI faz alusão ao tema da interação entre Evangelho e Vida, quando escreve: 'A Evangelização não seria completa se não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social dos homens'. E o Papa mostra o resultado positivo dessa interpelação recíproca: 'É por isso que a Evangelização comporta uma mensagem explícita adaptada às diversas situações e continuamente atualizada, sobre os direitos e deveres de toda pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível; sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa em nossos dias, ainda sobre a libertação' (EN 29; cf. também Medellín, Cat. 6).

115. Também o método seguido em Puebla, o *Ver-Julgar-Agir*, quer levar a essa interação entre a experiência de vida, ou a visão da situação histórica, de um lado, e a reflexão baseada sobre a doutrina da fé, do outro, a fim de gerar uma praxe cristã. Um correto entendimento do método, ou seu aprofundamento, mostra que a fé já está presente no momento do VER e que categorias humanas entram no momento da reflexão e da avaliação à luz da fé (o JULGAR) (cf. MM 239; AA 29).

116. De fato, não seria correto recair em novos dualismos, que opusessem radicalmente *vida* e *Evangelho*, *experiência* e *doutrina*, *humano* e *divino*. Ao contrário, deve ser ressaltada a 'unidade profunda' do plano de Deus (cf. Medellín, Cat. 4; DCG 8). Em Puebla, os bispos assinalam como aspecto positivo da Catequese atual; 'Um esforço sincero para integrar a vida com a fé, a história humana com a história da salvação, a situação humana com a doutrina revelada, a fim de que o homem consiga sua verdadeira libertação' (Puebla 979). E apresentam um aspecto negativo ainda existente: 'Não raro, cai-se em dualismos e falsas oposições, como entre Catequese sacramental e Catequese vivencial, Catequese de situação e Catequese doutrinal. Por não

situar-se numa posição de justo equilíbrio, alguns têm caído no formalismo e outros no vivencial, sem apresentação de doutrina' (Puebla 988).

117. O Papa João Paulo II também rejeita a oposição entre 'ortopraxis e ortodoxia,' convicções firmes e ação corajosa, experiência vital e estudo sério e sistemático da mensagem de Cristo (CT 22). E conclui: 'A Catequese autêntica é sempre iniciação ordenada e sistemática à revelação que Deus faz de si mesmo ao homem em Jesus Cristo; revelação esta conservada na memória profunda da Igreja e nas Sagradas Escrituras, e constantemente comunicada por uma tradição viva e ativa, de uma geração para a outra. E tal revelação não está isolada da vida, nem justaposta a ela de maneira artificial. Mas diz respeito ao sentido último da existência, que ela esclarece totalmente para a inspirar e para dela ajuizar criticamente, à luz do Evangelho' (CT 22)".

Nota:211

cf. acima, cap. III, 5.

Nota:212

Puebla 368: "368.Finalmente chegou para a América Latina a hora de intensificar os serviços recíprocos entre as Igrejas particulares e de estas se projetarem para além de suas próprias fronteiras, 'ad gentes'. É certo que nós próprios precisamos de missionários, mas devemos dar de nossa pobreza. Por outro lado nossas Igrejas podem oferecer algo de original e importante; o seu sentido de salvação e libertação, a riqueza de sua religiosidade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de seus ministérios, sua esperança e a alegria de sua fé. Já se realizaram esforços missionários que se podem aprofundar e se devem ampliar".

Nota:213

cf. cap. III, 3.

Nota:214

Igreja no Brasil: Desafios e Protagonistas da Missão, 1994, nn. 65-68.

Nota:215

Puebla 152: "152. Dará importância à pastoral urbana com a criação de novas estruturas eclesiais, que, sem desconhecer a validade da paróquia renovada, permitam que se enfrente a problemática apresentada pelas enormes concentrações humanas de hoje. Também multiplicará esforços para atender melhor a pastoral do campo."

cf. **DGAP 1991-1994, n. 200:** "200. Especial importância merece a pastoral urbana, com a criação de novas estruturas eclesiais que, sem desconhecer a validade da paróquia renovada, permitam que se enfrente a problemática apresentada pelas enormes concentrações humanas de hoje".

Nota:216

cf. acima, cap.III, n.3.

Nota:217

Puebla 1166-1205: "1166. Apresentar aos jovens o Cristo vivo, como único Salvador, para que, evangelizados, evangelizem e contribuam, como em resposta de amor a Cristo, para a libertação integral do homem e da sociedade, levando uma vida de comunhão e participação.

2.1. Situação da juventude

1167. Características da juventude: a juventude não é só um grupo de pessoas de idade cronológica. É também uma atitude frente à vida, numa etapa não definitiva, mas transitória. Possui traços muito característicos:

1168. Um inconformismo que a tudo questiona; um espírito de aventura que a leva a compromissos e situações radicais; uma capacidade criadora com respostas novas para o mundo em transformação, que aspira a sempre melhorar em sinal de esperança. Sua aspiração pessoal mais espontânea e forte é a liberdade, emancipada de qualquer tutela exterior. É sinal de alegria e felicidade. Muito sensível aos problemas sociais. Exige autenticidade e simplicidade, rejeitando com rebeldia uma sociedade invadida por hipocrisias e contravalores.

1169. Este dinamismo a torna capaz de renovar 'as culturas' que, doutra forma, envelheceriam.

A juventude no corpo social

1170. O papel normal desempenhado pela juventude na sociedade é dinamizar o corpo social. Quando os adultos não são autênticos nem abertos para o diálogo com os jovens, impedem que o dinamismo criador do jovem faça progredir o corpo social. Ao perceberem que não são tomados a sério, os jovens se lançam por diversos caminhos: ou são perseguidos por diversas ideologias, especialmente as radicalizadas, já que, sendo sensíveis às mesmas por seu idealismo natural, nem sempre têm a suficiente preparação para um claro discernimento, ou mostram-se indiferentes para com o sistema vigente ou se acomodam a ele com dificuldade e perdem a capacidade dinamizadora.

1171. O que mais desorienta o jovem é a ameaça à sua exigência de autenticidade por parte do meio adulto, em grande parte incoerente e manipulador por parte do conflito de gerações, da civilização de consumo, duma certa pedagogia do instinto, da droga, do sexualismo, da tentação de ateísmo.

1172. Hoje em dia, a juventude é manipulada especialmente na área política e no emprego do 'tempo livre'. Uma parte da juventude tem legítimas inquietações políticas e consciência de poder social. Sua falta de formação nesses campos e a ausência de assessoria equilibrada a levam a radicalizações ou frustrações. O jovem ocupa grande parte do seu 'tempo livre' com o esporte e uso dos meios de comunicação social. Estes são, para alguns, instrumentos de educação e recreação sadia; para outros, elementos de alienação.

1173. A família é o corpo social primário no qual se origina e se educa a juventude. Da sua estabilidade, tipo de relacionamento com a juventude, vivência e abertura aos seus valores depende em grande parte o fracasso ou êxito da realização desta juventude na sociedade ou na Igreja.

1174. A juventude feminina está passando por uma crise de identidade, por causa da confusão reinante acerca da missão da mulher hoje. Os elementos negativos referentes à libertação feminina e um certo machismo ainda existente impedem uma sadia promoção feminina, como parte indispensável da construção da sociedade.

A juventude da América Latina

1175. A juventude da América Latina não pode ser considerada em abstrato. Há diversidade de jovens, caracterizados por sua situação social ou pelas experiências sócio-políticas que vivem seus respectivos países.

1176. Se observarmos a situação social, verificamos que, ao lado daqueles que, por sua condição econômica, se desenvolvem normalmente, há muitos jovens indígenas, camponeses, mineiros, pescadores e operários que,

por sua pobreza, se vêem obrigados a trabalhar como adultos. Ao lado de jovens que vivem folgadoamente, há estudantes, sobretudo de subúrbios, que já vivem em insegurança dum futuro emprego ou não encontram seu caminho por falta de orientação vocacional.

1177. Por outro lado, é indubitável haver jovens que se sentiram frustrados pela falta de autenticidade de alguns líderes seus ou se sentiram enfasiados por uma civilização de consumo. Outros, pelo contrário, em resposta às múltiplas formas de egoísmo, desejam construir um mundo de paz, justiça e amor. Finalmente, comprovamos que não poucos descobriram a alegria da entrega a Cristo, não obstante as variadas e rudes exigências de sua cruz.

Os jovens e a Igreja

1178. A Igreja vê na juventude uma enorme força renovadora, símbolo da própria Igreja. E a Igreja faz isto não por tática mas por vocação, já que é 'chamada à constante renovação de si mesma, isto é, a um incessante rejuvenescimento' (João Paulo II, *Alocução Juventude*, 2 - AAS, LXXI, p. 218). O serviço prestado com humildade à juventude deve fazer com que mude na Igreja qualquer atitude de desconfiança ou incoerência para com os jovens.

1179. Atualmente, contudo, os jovens consideram a Igreja de diversas maneiras: uns a amam espontaneamente como ela é, sacramento de Cristo; outros a questionam para que seja autêntica; e não faltam os que procuram um Cristo vivo separado do seu corpo que é a Igreja. Há urna massa indiferente, passivamente acomodada à civilização de consumo ou outros sucedâneos, desinteressada da exigência evangélica.

1180. Existem jovens socialmente muito inquietos, mas reprimidos pelos sistemas de governo; estes buscam a Igreja como espaço de liberdade para poderem expressar-se sem manipulações e protestar social e politicamente. Alguns, pelo contrário, pretendem utilizá-la como instrumento de contestação. Finalmente, uma minoria muito ativa, influenciada por seu ambiente ou por ideologias materialistas e atéias, nega e combate o Evangelho.

1181. Os jovens desejosos de se realizar na Igreja podem ficar frustrados por não encontrarem uma boa planificação e programação pastoral que corresponda à realidade histórica em que vivem. Igualmente sentem a falta de assessores preparados, embora em não poucos grupos e movimentos juvenis existam assessores competentes e abnegados.

2.2. Critérios pastorais

1182. Queremos dar uma resposta à situação da juventude, graças aos três critérios de verdade propostos por S. S. João Paulo II: verdade sobre Jesus Cristo, verdade sobre a missão da Igreja e verdade sobre o homem.

1183. Embora não se dê conta disso, a juventude vai ao encontro de um Messias, Cristo, o qual caminha em direção dos jovens. Somente ele torna o jovem verdadeiramente livre. Este é o Cristo que deve ser apresentado aos jovens como libertador integral que, pelo espírito das bem-aventuranças, oferece a todo jovem a inserção num processo de constante conversão; compreende suas fraquezas e oferece-lhe um encontro muito pessoal com Ele e com a comunidade, nos sacramentos da reconciliação e da Eucaristia. O jovem deve experimentar Cristo como amigo pessoal que nunca falha, caminho de total realização. Com ele e pela lei do amor, o jovem caminha em direção do Pai comum e dos irmãos. Com isto, sente-se verdadeiramente feliz.

O jovem na Igreja

1184. Os jovens devem sentir que são Igreja, experimentando-a como lugar de comunhão e participação. Por isso, a Igreja aceita suas críticas, por reconhecer-se limitada em seus membros, e os quer gradualmente responsáveis na sua construção até que os envie como testemunhas e missionários, especialmente à grande massa juvenil. Nela, os jovens sentem-se povo novo, o povo das bem-aventuranças, sem outra segurança que a de Cristo; um povo dotado de coração de pobre, contemplativo, em atitude de escutar e discernir evangelicamente, construtor de paz, portador de alegria e de um projeto libertador integral em favor, sobretudo, de seus irmãos jovens. A Virgem Mãe bondosa, indefectível na fé, educa o jovem para ser Igreja.

1185. Assumindo as atitudes de Cristo, o jovem promove e defende a dignidade da pessoa humana. Em virtude do batismo, é filho do único Pai, irmão de todos os homens e contribui para a edificação da Igreja. Sente-se cada vez mais 'cidadão universal', instrumento na construção da comunidade latino-americana e universal.

2.3. Opções pastorais opção preferencial

1186. A Igreja confia nos jovens. Eles são a sua esperança. A Igreja vê na juventude da América Latina um verdadeiro potencial para o presente e o futuro de sua evangelização. Por ser verdadeira dinamizadora do corpo social e especialmente do corpo eclesial, a Igreja faz uma opção preferencial pelos jovens, com vistas à sua missão evangelizadora no Continente.

1187. Por isso, queremos oferecer uma linha pastoral global: desenvolver, de acordo com a pastoral diferencial e orgânica, uma pastoral de juventude que leve em conta a realidade social dos jovens de nosso continente; atenda ao aprofundamento e crescimento da fé para a comunhão com Deus e os homens; oriente a opção vocacional dos jovens; lhes ofereça elementos para se converterem em fatores de transformação e lhes proporcione canais eficazes para a participação ativa na Igreja e na transformação da sociedade.

Aplicações concretas

Comunhão e compromisso

1188. A Igreja evangelizadora faz um veemente apelo para que os jovens nela busquem o lugar de sua comunhão com Deus e os homens a fim de construir 'a civilização do amor' e edificar a paz na justiça. Convida-os a que se comprometam eficazmente numa ação evangelizadora que não exclua ninguém, de acordo com a situação em que vivem, e tendo predileção pelos mais pobres.

1189. A integração na Igreja será canalizada através de movimentos juvenis ou comunidades que devem estar integradas na pastoral de conjunto diocesana ou nacional, com projeções para uma integração latino-americana. Esta integração far-se-á especial mente por meio da

* pastoral familiar;

* pastoral da Igreja diocesana e paroquial em seus diversos aspectos de catequese, educação, vocações etc.;

* inter-relacionamento dos diversos movimentos de juventude ou comunidades, considerando-lhes a situação concreta: estudantes secundários, universitários, operários, camponeses, que tem condicionamentos próprios e exigências diferentes em face do processo evangelizador e que, por isso, pedem uma pastoral específica.

1190. Esta pastoral de movimentos e comunidades deve levar em conta os jovens numa inter-relação fecunda, já que os grupos devem ser fermento no conjunto e propiciar uma evangelização total.

1191. Providencie-se um acolhimento e atenção aos jovens que, por diversos motivos, devem emigrar, temporária ou definitivamente, e que são vítimas da solidão, da falta de ambientação, da marginalização etc.

Formação e participação

1192. A inserção na Igreja e a tarefa de compromisso efetivo na edificação de nova civilização do amor e da paz é muito exigente e requer profunda formação e participação responsável. Por este motivo:

1193. A pastoral de juventude na linha da evangelização deve ser um verdadeiro processo de educação na fé, que leva à própria conversão e a um compromisso evangelizador.

1194. O fundamento desta educação deve ser a apresentação ao jovem de Cristo vivo, Deus e homem, modelo de autenticidade, simplicidade e fraternidade; único que salva, libertando de todo pecado e de suas conseqüências e que compromete para a libertação ativa dos irmãos por meios não violentos.

1195. A pastoral da juventude empenhar-se-á em que o jovem cresça numa espiritualidade autêntica e apostólica, fundada no espírito de oração e no conhecimento da Palavra de Deus e no amor filial a Maria Santíssima que, unindo-o a Cristo, o torne solidário com seus irmãos.

1196. A pastoral da juventude deve ajudar também a formar os jovens de maneira gradual para a ação sócio-política e para as mudanças de estruturas, de menos humanas em mais humanas, segundo a Doutrina Social da Igreja.

1197. Formar-se-á no jovem um sentido crítico frente aos meios de comunicação social e aos contravalores culturais que as diversas ideologias tentam transmitir-lhe, especialmente a liberal capitalista e a marxista, para que não seja por elas manipulado.

1198. Usar-se-á uma linguagem simples e adaptada a uma pedagogia que tenha presente as diferenças psicológicas do homem e da mulher e se caracterize pela mútua confiança e respeito recíproco; numa conversão ao meio em que vive e atua, para centrar assim sua missão dinâmica evangelizadora.

1199. Estimule-se a capacidade criadora dos jovens, para que eles mesmos imaginem e descubram os meios mais diversos e aptos para tornar presente, de forma construtiva, a missão que exercem na sociedade e na Igreja. Para isso, lhes sejam facilitados os meios e áreas onde ponham em prática o seu compromisso. Recomenda-se a presença missionária dos jovens em lugares especialmente necessitados.

1200. Procure-se dar aos jovens uma boa orientação espiritual a fim de que possam amadurecer a sua opção vocacional, quer leiga, quer religiosa ou sacerdotal.

1201. Recomenda-se dar a maior importância a todos os meios que favoreçam a evangelização e o crescimento na fé: retiros, jornadas, encontros, cursilhos, convivências etc.

1202. Como tempo forte para o amadurecimento na fé que leva necessariamente a um compromisso apostólico deve-se destacar a celebração consciente e ativa do sacramento da confirmação, precedida duma esmerada catequese e sempre de acordo com as diretrizes da Santa Sé e das Conferências Episcopais.

1203. Deve-se procurar formar com prioridade animadores juvenis qualificados (sacerdotes, religiosos ou leigos) que sejam guias e amigos da juventude, conservando sua própria identidade e prestando este serviço com madureza humana e cristã.

1204. A juventude não se pode considerar em abstrato, nem é um grupo isolado no corpo social. Por isso, ela requer uma pastoral articulada que permita uma comunicação efetiva entre os diversos períodos da juventude e uma continuidade de formação e compromisso depois, na idade adulta.

1205. Seja a pastoral juvenil uma pastoral da alegria e da esperança, que transmita a mensagem alegre da salvação a um mundo muitas vezes triste, oprimido e desesperançado, em busca da sua libertação”.

Nota:218

DSD 114: “114. Reafirmar a opção preferencial pelos jovens proclamada em Puebla, não só de modo afetivo, mas também efetivamente; isto deve significar uma opção concreta por uma pastoral juvenil orgânica, onde haja um acompanhamento e apoio real com diálogo mútuo entre jovens, pastores e comunidades. A efetiva opção pelos jovens exige maiores recursos pessoais e materiais por parte das paróquias e das dioceses. Esta pastoral juvenil deve ter sempre uma dimensão vocacional”.

Nota:219

João Paulo II, Cfl 46: “46. O Sínodo quis prestar uma atenção especial aos jovens. E justamente. Em tantos países do mundo, eles representam a metade de toda a população e, muitas vezes, a metade numérica do próprio povo de Deus que vive nesses países. Já sob esse ponto de vista, os jovens constituem uma força excepcional e são um grande desafio para o futuro da Igreja. Nos jovens, efetivamente, a Igreja lê o seu caminho para o futuro que a espera e encontra a imagem e o convite daquela alegre juventude com que o Espírito de Cristo constantemente a enriquece. Nesse sentido, o Concílio definiu os jovens como ‘esperança da Igreja’.

Na carta que escrevi aos jovens e às jovens do mundo, em 31 de março de 1985, lê-se: ‘A Igreja olha para os jovens; antes, a Igreja, de um modo especial, vê-se a si mesma nos jovens, em todos vós e, ao mesmo tempo, em cada uma e em cada um de vós. Foi assim desde o princípio, desde os tempos apostólicos. As palavras de São João na sua Primeira Carta podem dar disso um especial testemunho: Escrevo a vós, jovens, porque vencestes o Maligno. Escrevi-vos a vós, filhinhos, porque conhecestes o Pai... Escrevi-vos a vós, jovens, porque sois fortes, e a palavra de Deus habita em vós (1Jo 2,13ss)... Na nossa geração, ao fim do segundo milênio depois de Cristo, também a Igreja vê-se a si mesma nos jovens’.

Os jovens não devem ser considerados simplesmente como o objeto da solicitude pastoral da Igreja: são de fato e devem ser encorajados a ser sujeitos ativos, protagonistas da evangelização e artífices da renovação social. A juventude é o tempo de uma descoberta particularmente intensa do próprio ‘eu’ e do próprio ‘projeto de vida’, é o tempo de um crescimento que deve realizar-se ‘em sabedoria, idade e graça diante de Deus e dos homens’ (Lc 2,52).

Como disseram os padres sinodais, ‘a sensibilidade dos jovens intui profundamente os valores da justiça, da não-violência e da paz. O seu coração está aberto à fraternidade, à amizade e à solidariedade. Deixam-se mobilizar ao máximo em favor das causas que concernem à qualidade da vida e à conservação da natureza. Mas, estão eles também cheios de inquietações, de desilusões, angústias e receios do mundo, para além das tentações do seu estado’.

A Igreja deve reviver o amor de predileção que Jesus mostrou ao jovem do Evangelho: 'Jesus, olhando para ele, amou-o' (Mc 10,21). Por isso, a Igreja não se cansa de anunciar Jesus Cristo, proclamar o seu Evangelho como a única e superabundante resposta às mais radicais aspirações dos jovens, como a proposta forte e entusiasta de um seguimento pessoal ('Vem e segue-me' [Mc 10,21]), que comporta a vivência do amor filial de Jesus pelo Pai e a participação na salvação da humanidade.

A Igreja tem tantas coisas para dizer aos jovens, e os jovens têm tantas coisas a dizer à Igreja. Este diálogo recíproco, que deverá fazer-se com grande cordialidade, clareza e coragem, favorecerá o encontro e o intercâmbio das gerações, e será fonte de riqueza e de juventude para a Igreja e para a sociedade civil. Na sua mensagem aos jovens o Concílio diz: 'A Igreja olha para vós com confiança e amor... Ela é a verdadeira juventude do mundo... Olhai para ela e nela encontrareis o rosto de Cristo'".

Nota:220

Sínodo de 1987, prop. 52.

CfL 46: "O Sínodo quis prestar uma atenção especial aos jovens. E justamente. Em tantos países do mundo, eles representam a metade de toda a população e, muitas vezes, a metade numérica do próprio povo de Deus que vive nesses países. Já sob esse ponto de vista, os jovens constituem uma força excepcional e são um grande desafio para o futuro da Igreja. Nos jovens, efetivamente, a Igreja lê o seu caminho para o futuro que a espera e encontra a imagem e o convite daquela alegre juventude com que o Espírito de Cristo constantemente a enriquece. Nesse sentido, o Concílio definiu os jovens como 'esperança da Igreja'.

Na carta que escrevi aos jovens e às jovens do mundo, em 31 de março de 1985, lê-se: 'A Igreja olha para os jovens; antes, a Igreja, de um modo especial, vê-se a si mesma nos jovens, em todos vós e, ao mesmo tempo, em cada uma e em cada um de vós. Foi assim desde o princípio, desde os tempos apostólicos. As palavras de São João na sua Primeira Carta podem dar disso um especial testemunho: Escrevo a vós, jovens, porque vencestes o Maligno. Escrevi-vos a vós, filhinhos, porque conhecestes o Pai... Escrevi-vos a vós, jovens, porque sois fortes, e a palavra de Deus habita em vós (1Jo 2,13ss)... Na nossa geração, ao fim do segundo milênio depois de Cristo, também a Igreja vê-se a si mesma nos jovens'.

Os jovens não devem ser considerados simplesmente como o objeto da solicitude pastoral da Igreja: são de fato e devem ser encorajados a ser sujeitos ativos, protagonistas da evangelização e artífices da renovação social. A juventude é o tempo de uma descoberta particularmente intensa do próprio 'eu' e do próprio 'projeto de vida', é o tempo de um crescimento que deve realizar-se 'em sabedoria, idade e graça diante de Deus e dos homens' (Lc 2,52).

Como disseram os padres sinodais, a 'sensibilidade dos jovens intui profundamente os valores da justiça, da não-violência e da paz. O seu coração está aberto à fraternidade, à amizade e à solidariedade. Deixam-se mobilizar ao máximo em favor das causas que concernem à qualidade da vida e à conservação da natureza. Mas, estão eles também cheios de inquietações, de desilusões, angústias e receios do mundo, para além das tentações do seu estado'.

A Igreja deve reviver o amor de predileção que Jesus mostrou ao jovem do Evangelho: 'Jesus, olhando para ele, amou-o' (Mc 10,21). Por isso, a Igreja não se cansa de anunciar Jesus Cristo, proclamar o seu Evangelho como a única e superabundante resposta às mais radicais aspirações dos jovens, como a proposta forte e entusiasta de um seguimento pessoal ('Vem e segue-me' [Mc 10,21]), que comporta a vivência do amor filial de Jesus pelo Pai e a participação na salvação da humanidade.

A Igreja tem tantas coisas para dizer aos jovens, e os jovens têm tantas coisas a dizer à Igreja. Este diálogo recíproco, que deverá fazer-se com grande cordialidade, clareza e coragem, favorecerá o encontro e o intercâmbio das gerações, e será fonte de riqueza e de juventude para a Igreja e para a sociedade civil. Na sua mensagem aos jovens o Concílio diz: 'A Igreja olha para vós com confiança e amor... Ela é a verdadeira juventude do mundo... Olhai para ela e nela encontrareis o rosto de Cristo'".

Puebla 1187: "Por isso, queremos oferecer uma linha pastoral global: desenvolver, de acordo com a pastoral diferencial e orgânica, uma pastoral de juventude que leve em conta a realidade social dos jovens de nosso continente; atenda ao aprofundamento e crescimento da fé para a comunhão com Deus e os homens; oriente a opção vocacional dos jovens; lhes ofereça elementos para se converterem em fatores de transformação e lhes proporcione canais eficazes para a participação ativa na Igreja e na transformação da sociedade".

Nota:221

DSD 119: "119. Que abra aos adolescentes e jovens espaços da participação na Igreja. Que o processo educativo se realize através de uma pedagogia experiencial, participativa e transformadora. Que promova o protagonismo através da metodologia do ver, julgar, agir, revisar e celebrar. Tal pedagogia tem de integrar o crescimento da fé no processo de crescimento humano, tendo em conta os diversos elementos, como o esporte, a festa, a música, o teatro.

Esta pastoral deve pretender fortalecer todos os processos orgânicos válidos e definidamente analisados pela Igreja, desde Puebla até hoje. Cuidará especialmente de dar relevância à pastoral juvenil de meios específicos, onde vivem e atuam os adolescentes e os jovens: camponeses, indígenas, afro-americanos, trabalhadores, estudantes, habitantes de periferias urbanas, marginalizados, militares e jovens em situações críticas.

A Igreja, com sua palavra, e seu testemunho, deve antes de tudo apresentar Jesus Cristo aos adolescentes e aos jovens de modo atrativo e motivador, de modo que seja para eles o caminho, a verdade e a vida que responda a seus anseios de realização pessoal e a suas necessidades de encontrar o sentido da vida".

Nota:222

1Pd 3,15: "Ao contrário, reconheçam de coração o Cristo como Senhor, estando sempre prontos a dar a razão de sua esperança a todo aquele que a pede a vocês".

Nota:223

CfL 34d: "Ora, os fiéis leigos, por força da sua participação do múnus profético de Cristo, estão plenamente envolvidos nessa tarefa da Igreja. Pertence-lhes, em particular, dar testemunho de como a fé cristã, mais ou menos conscientemente ouvida e invocada por todos, seja a única resposta plenamente válida para os problemas e as esperanças que a vida põe a cada homem e a cada sociedade. Será isso possível se os fiéis leigos souberem ultrapassar em si mesmos a ruptura entre o Evangelho e a vida, refazendo na sua quotidiana atividade em família, no trabalho e na sociedade, a unidade de uma vida que no Evangelho encontra inspiração e força para se realizar em plenitude".

Nota:224

Puebla 368: “Finalmente chegou para a América Latina a hora de intensificar os serviços recíprocos entre as Igrejas particulares e de estas se projetarem para além de suas próprias fronteiras, ‘ad gentes’. É certo que nós próprios precisamos de missionários, mas devemos dar de nossa pobreza. Por outro lado nossas Igrejas podem oferecer algo de original e importante; o seu sentido de salvação e libertação, a riqueza de sua religiosidade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de seus ministérios, sua esperança e a alegria de sua fé. Já se realizaram esforços missionários que se podem aprofundar e se devem ampliar”.

Nota:225

ICM 119: “119. Por isso mesmo, uma Igreja local não pode esperar atingir a plena maturidade eclesial e, só então, começar a preocupar-se com a missão para além de seu território. A maturidade eclesial é consequência e não apenas condição de abertura missionária. Estaria condenando-se à esterilidade a Igreja que deixasse atrofiado seu espírito missionário, sob a alegação de que ainda não foram plenamente atendidas todas as necessidades locais”.

Nota:226

Igreja no Brasil: Desafios e protagonistas da Missão, 1994, nn.36-45.

Nota:227

GI 5,22-23: “Mas o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, paciência, bondade, benevolência, fé, mansidão e domínio de si. Contra essas coisas não existe lei”.

Nota:228

FI 4,5.8: “Que a bondade de vocês seja notada por todos. O Senhor está próximo. (...) Finalmente, irmãos, ocupem-se com tudo o que é verdadeiro, nobre, justo, puro, amável, honroso, virtuoso, ou que de algum modo mereça louvor”.

Nota:229

GI 2,20: “Eu vivo, mas já não sou eu que vivo, pois é Cristo que vive em mim. E esta vida que agora vivo, eu a vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e se entregou por mim”.

Nota:230

Rm 12,1: “Irmãos, pela misericórdia de Deus, peço que vocês ofereçam os próprios corpos como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus. Esse é o culto autêntico de vocês”.

Nota:231

LG 10: “O Cristo Senhor, constituído pontífice dentre os homens (cf. Hb 5, 1-5) fez do novo povo ‘um reino de sacerdotes para Deus, seu Pai’ (Ap 1, 6; cf. 5, 9-10). Os batizados são consagrados pela regeneração e pela unção do Espírito Santo. Todas as ações dos cristãos são como hóstias oferecidas: proclamam a força daquele que nos libertou das trevas para vivermos na sua luz admirável (cf. 1Pd 2, 4-10). Sendo assim, todos os discípulos de Cristo se oferecem como hóstia viva, santa e agradável a Deus (cf. At 2, 42-47), testemunham Cristo em toda parte e a todos que procuram dão a razão de sua esperança na vida eterna (cf. 1Pd 3, 15).

Há uma diferença de essência e não apenas de grau entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico. Contudo, ambos participam a seu modo do mesmo sacerdócio de Cristo e mantêm, por isso, estreita relação entre si. O sacerdócio ministerial, em virtude do poder sagrado que o caracteriza, visa à formação e governo do povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico em nome de Cristo e o oferece, em nome do povo. Os fiéis por sua vez, em virtude de seu sacerdócio régio, tomam parte na oblação eucarística. Exercem contudo seu sacerdócio na recepção dos sacramentos, na oração e na ação de graças, no testemunho da vida santa, na abnegação e na prática da caridade”.

LG 34: “Jesus Cristo, sacerdote supremo e eterno, quer continuar seu testemunho e seu serviço através dos leigos. Por isso os anima constantemente com seu Espírito e os induz a tudo que é bom e perfeito.

Quis então que todos aqueles que tão intimamente associou à sua vida e missão participassem também de sua função sacerdotal, num culto espiritual, para a glória de Deus e a salvação do gênero humano. Por isso, os leigos, como consagrados a Cristo e ungidos pelo Espírito Santo, são chamados e dotados de tudo que é preciso para que o mesmo Espírito produza neles frutos cada vez mais abundantes.

Realizando no Espírito Santo todas as suas obras, orações, iniciativas apostólicas, vida conjugal e familiar, trabalho cotidiano, descanso espiritual e corporal, ou mesmo suportando os aborrecimentos da vida com paciência, tornam-se os leigos hóstias espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1Pd 2, 5), apresentadas piedosamente ao Pai, na eucaristia, com o oferecimento do corpo do Senhor. Agindo em toda parte como adoradores de Deus, os leigos consagram o mundo a Deus”.

LG 35: “35. Cristo, como grande profeta, proclamou o reino do Pai pelo testemunho de sua vida e pela força de sua palavra. Continua a cumprir sua função profética até a plena manifestação da glória, não só pela hierarquia, que ensina em seu nome e poder, mas também pelos leigos, que estabeleceu como testemunhas e instrui com o senso da fé e a graça da palavra (cf. At 2, 17s; Ap 19, 10), para que a força do Evangelho brilhe na vida social e familiar de todo dia. Os leigos comportam-se como filhos da promessa quando, fortes na fé e na esperança, resgatam o momento presente (cf. Ef 5, 16; Cl 4, 5) e aspiram com paciência pela glória futura (cf. Rm 8, 25). Não escondem essa esperança no interior do coração, mas a tornam manifesta até mesmo nas estruturas sociais, pela vida que levam e pela luta “contra os dominadores deste mundo de trevas e contra os espíritos do mal” (Ef 6, 12).

Os sacramentos da nova lei, que alimentam a vida e o apostolado dos fiéis, prefiguram o novo céu e a nova terra (cf. Ap 21,1). Da mesma forma, os leigos anunciam a fé nos bens que se esperam (cf. Hb 11,1), quando unem, de maneira inseparável, a vida e a profissão de fé. Esta evangelização, o anúncio de Cristo pelo testemunho de vida que acompanha a manifestação da palavra, adquire uma eficácia especial e específica, pelo fato de se fazer nas condições comuns da vida no mundo. A vida matrimonial e familiar, santificada pelo sacramento, tem um valor particular: é exercício e principal escola do apostolado leigo, enquanto a religião cristã nela praticada penetra toda a vida e a vai progressivamente transformando. Na família, os cônjuges são especialmente chamados a serem testemunhas da fé e do amor entre si e em relação aos filhos. A família cristã é chamada a proclamar, ao mesmo tempo, a força atual do reino de Deus e a esperança da vida eterna. Por seu testemunho e exemplo, denuncia o pecado do mundo e ilumina os que buscam a verdade.

Por conseguinte, os leigos podem e devem exercer uma ação valiosa para a evangelização do mundo, ocupando-se das coisas temporais. Na falta, porém, de ministros ou em regime de perseguição, podem ser

chamados a suprir certas funções. Somente alguns se dedicam exclusivamente ao apostolado, mas todos devem contribuir para o aumento e o crescimento do reino de Cristo. Que todos, pois, se empenhem em aprofundar o conhecimento da verdade revelada e peçam com insistência a Deus o dom da sabedoria.”

LG 36: “Cristo entrou na glória do reino fazendo-se obediente até a morte e sendo, por isso, exaltado pelo Pai (cf. Fl 2, 8s). Tudo lhe foi submetido, até que ele mesmo submeta ao Pai todas as coisas criadas, para que Deus seja tudo em todos (cf. 1Cor 15, 27s). Comunicou aos discípulos este seu poder para que tenham uma liberdade de reis e vençam em si mesmos o domínio do pecado, pela abnegação de si mesmos e por uma vida de santidade (cf. Rm 6, 12). Mas além disso, para que, servindo a Cristo nos outros, os discípulos encaminhem seus irmãos, pela humildade e pela paciência, ao rei, a quem servir é reinar.

O Senhor deseja que também os leigos contribuam para o aumento de seu ‘reino de verdade e de vida, de santidade e de graça, de justiça, de amor e de paz’, em que a criatura é libertada da escravidão da morte, para a liberdade dos filhos de Deus (cf. Rm 8, 21).

A promessa é grande, como é grande o mandamento dado aos discípulos: ‘Tudo é de vocês, mas vocês são de Cristo e Cristo é de Deus’ (1Cor 3, 22ss).

Os fiéis devem, pois, reconhecer a natureza, o valor e a destinação ao louvor de Deus de todas as criaturas, devem também ajudar-se uns aos outros em vista de uma vida mais santa, inclusive nos trabalhos desse mundo, para imbuí-lo do espírito de Cristo e fazer com que alcance de maneira mais profunda sua finalidade, na justiça, na caridade e na paz. No cumprimento desta tarefa, os leigos desempenham o papel principal. Sua competência nas disciplinas e atividades profanas, interiormente elevada pela graça de Cristo, confere especial validade a seu trabalho. Desenvolvem-se assim os bens criados, de acordo com a disposição do criador e sob a iluminação do Verbo, através do trabalho humano, da técnica e da cultura. Estes mesmos bens criados se tornam úteis a todos, são melhor distribuídos e contribuem para o progresso universal, na liberdade humana e cristã. Cristo iluminará assim cada vez mais a sociedade, com sua luz salutar, por intermédio dos membros da Igreja. § Unidos, os leigos devem procurar corrigir as condições de vida e as instituições do mundo que induzem ao pecado, para que se conformem com as normas da justiça e contribuam para a prática do bem, em lugar de dificultá-la. Agindo assim conferem à cultura e às atividades humanas um valor moral. Preparam o campo do mundo para melhor receber a semente da palavra divina e abrem as portas à Igreja, para que atue como anunciadora da paz. Em benefício da própria salvação, os fiéis devem cuidadosamente aprender a distinguir entre seus direitos e deveres, como membros da Igreja e o que lhes compete como membros da sociedade humana. Procurem harmonizar esses dois aspectos de sua vida, lembrando-se de que em todas as circunstâncias temporais precisam se deixar inspirar pela consciência cristã, pois nada foge ao domínio de Deus. Nos dias de hoje, é muito importante que se evidenciem no modo de agir dos fiéis tanto essa distinção quanto a harmonia, para que a Igreja, no cumprimento de sua missão, corresponda às necessidades do mundo atual. Assim como se reconhece que a sociedade terrena, voltada para o cuidado das coisas temporais, é regida por princípios próprios, deve-se rejeitar a doutrina infausta, que pretende construir a sociedade sem levar em conta a religião e que combate e destrói a liberdade religiosa dos cidadãos.

Nota:232

GI 3,27ss: “pois todos vocês, que foram batizados em Cristo, se revestiram de Cristo. Não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Jesus Cristo. E se vocês pertencem a Cristo, então vocês são de fato a descendência de Abraão e herdeiros conforme a promessa.”

Nota:233

ICM. 100, citando EN 18: “100. Desse apelo se aproxima a exortação da ‘Evangelii Nuntiandi’, quando diz que ‘não haverá humanidade nova, se não houver, em primeiro lugar, homens novos, pela novidade do Batismo e da vida segundo o Evangelho. A finalidade da evangelização (...) é, precisamente, esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos, o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando (...) procura converter, ao mesmo tempo, a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam e a vida e o meio concreto que lhes são próprios’. Na mesma linha, Puebla exige uma ‘conversão do coração’, que não esteja desligada do empenho na transformação das estruturas sociais”.

EN 18: “18. Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: ‘Eis que faço novas todas as coisas’. No entanto não haverá humanidade nova, se não houver em primeiro lugar homens novos, pela novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho. A finalidade da evangelização, portanto, é precisamente esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios”.

Nota:234

At 2,42-47: “Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. Em todos eles havia temor, por causa dos numerosos prodígios e sinais que os apóstolos realizavam. Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos, conforme a necessidade de cada um. Diariamente, todos juntos freqüentavam o Templo e nas casas partiam o pão, tomando alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e eram estimados por todo o povo. E a cada dia o Senhor acrescentava à comunidade outras pessoas que iam aceitando a salvação.”

Nota:235

LG 26a: “26. O bispo possui a plenitude do sacramento da ordem. É chamado administrador da graça do sacerdócio supremo especialmente quando oferece ou cuida que seja oferecida a eucaristia, que alimenta e faz crescer continuamente a Igreja. São Igreja de Cristo todas as comunidades legítimas de fiéis, espalhadas por toda a parte, em torno de seus respectivos pastores. No Novo Testamento, merecem o nome de Igrejas. Lá onde estão, são, em plenitude, o novo povo chamado por Deus, no Espírito Santo (cf. 1Ts 1, 5). Os fiéis se reúnem em Igrejas pela pregação do Evangelho de Cristo e celebram o mistério da ceia do Senhor de maneira que a fraternidade de todos se concretize pela comida e pela bebida do corpo do Senhor. No altar de cada comunidade, reunida pelo santo ministério do bispo, oferece-se o símbolo da caridade e da ‘unidade do corpo

místico, sem as quais não pode haver salvação'. Tendo consigo a Igreja una, santa, católica e apostólica, Cristo está presente em todas essas comunidades, por pequenas e pobres que sejam, mesmo quando vivem no isolamento, pois a 'participação no corpo e no sangue de Cristo nos transforma naquilo que tomamos'".

Nota:236

Mt 18,20: "Pois onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estou aí no meio deles".

Nota:237

LG 1-4: "1.O Concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15).

A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.

Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal.

Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo.

2. Por livre designio de sabedoria e bondade, o Pai eterno criou o mundo e chamou mulheres e homens a participarem da vida divina. Embora tenham pecado em Adão, Deus não os abandonou, proporcionando a todos o apoio indispensável à salvação, em vista do Cristo redentor, 'imagem do Deus invisível e primogênito de toda criatura' (Cl 1, 15). De fato, desde sempre o Pai 'previu e predestinou todos os escolhidos a se tornarem conformes a imagem de seu Filho, primogênito entre muitos irmãos' (Rm 8, 29).

Ao mesmo tempo, estabeleceu que todos os fiéis a Cristo se reunissem na santa Igreja. Diz-se, por isso, que a Igreja foi esboçada desde as origens do mundo, preparada de modo admirável pela aliança antiga, que está na base da história de Israel, constituída nesses últimos tempos, manifestada pelo dom do Espírito Santo, mas que só estará terminada no fim dos séculos.

É o que ensinam os santos padres quando dizem que 'todos os justos, do primeiro ao último, desde Abel' ou mesmo desde Adão, estarão reunidos formando a Igreja, junto ao Pai.

3. Veio o Filho, enviado pelo Pai que, através dele, nos escolheu desde antes da criação e nos predestinou à adoção filial, pois havia decidido nele ordenar tudo a si (cf. Ef 1, 4-5, 10). Cristo cumpriu a vontade do Pai, inaugurou na terra o reino dos céus, revelou-nos o seu mistério pessoal e realizou a redenção pela obediência.

A Igreja, reino de Cristo, desde já misteriosamente presente no mundo, cresce pela força de Deus. Sua origem e desenvolvimento são simbolizados pelo sangue e pela água que jorraram do lado aberto de Jesus crucificado (cf. Jo 19, 34), como foi predito pela palavra do Senhor a respeito de sua morte na cruz: 'Levantado da terra, atrairei a mim todas as coisas' (Jo 12, 32).

Todas as vezes que se celebra no altar o sacrifício da cruz, em que se 'imola Cristo, nossa Páscoa' (1Cor 5, 7), realiza-se a obra da redenção. Representa-se ao mesmo tempo, e se realiza, pelo sacramento do pão eucarístico, a unidade dos fiéis, que constituem um só corpo em Cristo (cf. 1Cor 10, 17).

Todos os homens, aliás, são chamados a esta união com Cristo, que é a luz do mundo, de quem procedemos, por quem vivemos e para quem tendemos.

4. Depois que o Filho terminou a obra que o Pai lhe confiara (cf. Jo 17, 4), o Espírito Santo foi enviado, no dia de Pentecostes, como fonte perene de santificação da Igreja, dando assim, aos que creem em Cristo, acesso ao Pai (cf. Ef 2, 18). É o Espírito da vida, fonte que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4, 14; 7, 38-39), pois por ele o Pai dá vida aos homens mortos pelo pecado e, em Cristo, ressuscitará seus corpos mortais (cf. Rm 8, 10-11).

O Espírito habita na Igreja e no coração dos fiéis como num templo (cf. 1Cor 3, 16; 6, 19), em que ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gl 4, 6; Rm 8, 15-16 e 26). Leva a Igreja à verdade plena (cf. Jo 16, 13) e a unifica na comunhão e no ministério. Com os diversos dons hierárquicos e carismáticos, a instrui, dirige e enriquece com seus frutos (cf. Ef 4, 11-12; 1Cor 12, 4; Gl 5, 22). Rejuvenesce a Igreja com a força do Evangelho, renova-a continuamente e a conduz à união consumada com seu esposo. Por isso o Espírito e a esposa dizem ao Senhor Jesus: 'Vem' (cf. Ap 22, 17).

A Igreja é, pois, o 'povo unido pela unidade mesma do Pai, do Filho e do Espírito Santo'.

Nota:238

LG 1 e 48: "1. O Concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15).

A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.

Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal.

Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo.

48. Em Cristo Jesus somos todos chamados a pertencer à Igreja e, pela graça de Deus, a alcançar a santidade. Mas a Igreja só chegará à perfeição na glória celeste, juntamente com o gênero humano, com o qual está intimamente unida e através do qual alcança o seu fim, quando vier o tempo da restauração de todas as coisas (cf. At 3, 21) e o mundo chegar à plenitude em Cristo. (cf. Ef 1, 10; Cl 1, 20; 2Pd 3, 10-13).

Levantado da terra, Cristo atraiu tudo a si (cf. Jo 12, 32). Ressuscitando dos mortos (cf. Rm 6, 9), derramou nos discípulos seu Espírito vivificador, fazendo de seu corpo, a Igreja, sacramento universal da salvação. Sentado à direita do Pai, opera continuamente no mundo, conduzindo os homens à Igreja para mantê-los unidos mais intimamente a si mesmo, alimentá-los com seu próprio corpo e sangue e torná-los participantes de sua vida gloriosa. A renovação prometida que esperamos já começou em Cristo. Continua na missão do Espírito Santo e, por seu intermédio, na Igreja em que apreendemos, na fé, o sentido de nossa vida temporal, nos fixamos na esperança dos bens futuros, construímos a obra que nos foi confiada pelo Pai neste mundo, alcançando nosso fim e realizando nossa salvação (Fl 2, 12).

O fim dos tempos já chegou (cf. 1Cor 10, 11). A renovação de todas as coisas foi definitivamente realizada e até, de certa maneira, antecipada neste mundo. A Igreja é realmente santa, embora de modo ainda imperfeito. Enquanto não se manifestam os novos céus e a nova terra, em que prevalecerá a justiça (cf. 2Pd 3, 13), a

Igreja peregrina conserva o perfil desse mundo, passageiro, nos seus sacramentos e instituições. Vive em meio às criaturas que por enquanto gemem e sofrem as dores do parto, na expectativa da revelação dos filhos de Deus (cf. Rm 8, 19-22).

Unidos a Cristo, na Igreja, e marcados pelo Espírito Santo, 'que é penhor de nossa herança' (Ef 1, 14), chamados filhos de Deus, como de fato o somos (cf. 1Jo 3, 1), ainda não aparecemos com o Cristo na glória (cf. Cl 3, 4). Só então seremos semelhantes a Deus, pois o veremos como é (cf. 1Jo 3, 2). 'Enquanto habitamos neste corpo, estamos fora de casa, longe do Senhor' (2Cor 5, 6). Gememos intimamente, embora possuindo as primícias do Espírito (cf. Rm 8, 23), no desejo de estar com Cristo (Fl 1, 23). Deixemo-nos pressionar pelo mesmo amor, para vivermos cada vez mais em função daquele que morreu por nós e ressuscitou (cf. 2Cor 5, 15).

Procuremos agradecer o Senhor em tudo (cf. 2Cor 5, 9), vestindo a armadura de Deus, para que possamos superar as insídias do diabo e resistir nos momentos difíceis (cf. Ef 6, 11-13). Como não se sabe o dia nem a hora, é preciso vigiar, de acordo com o conselho do Senhor, para que ao fim de nossa única vida terrestre (cf. Hb 9, 27), mereçamos entrar com ele e com todos os bem-aventurados para as núpcias (cf. Mt 25, 31-46) e não sejamos mandados para o fogo eterno (cf. Mt 25, 31), como servos maus e preguiçosos (cf. Mt 25, 26), nem relegados às trevas exteriores, onde 'haverá choro e ranger de dentes' (cf. Mt 22, 13; 25, 30).

Antes de reinarmos com o Cristo glorioso 'devemos todos comparecer diante do seu tribunal, a fim de que cada um receba a recompensa daquilo que tiver feito durante sua vida no corpo, tanto para o bem, como para o mal' (2Cor 5, 10). No fim do mundo, 'aqueles que fizeram o bem vão ressuscitar para a vida; os que praticaram o mal, vão ressuscitar para a condenação' (Jo 5, 29; cf. Mt 25, 46).

Julgando 'que os sofrimentos do momento presente não se comparam com a glória futura, que será revelada em nós' (Rm 8, 18; cf. 2Tm 2, 11-12), fortificados pela fé, ficamos na expectativa da 'bendita esperança, isto é, da manifestação da glória de Jesus Cristo, nosso grande Deus e salvador' (Tt 2, 13) 'que vai transformar nosso corpo terreno e torná-lo semelhante ao seu corpo glorioso' (Fl 3, 21) e que virá para 'ser glorificado na pessoa de seus santos e para ser admirado em todos aqueles que acreditaram' (2Ts 1, 10)."

Nota:239

Diretório para o Ecumenismo, 16: "16. A comunhão no interior das Igrejas particulares e entre si é um dom de Deus. É com alegria e reconhecimento que deve ser recebida e com solicitude deve ser cultivada. É cultivada de uma forma especial por aqueles que são chamados a exercer na Igreja o ministério pastoral. A unidade da Igreja realiza-se na riqueza da diversidade. A diversidade na Igreja é uma dimensão da sua catolicidade. Contudo, a própria riqueza desta diversidade pode originar tensões na comunhão. Mas, a despeito destas tensões, o Espírito continua a operar na Igreja, chamando os cristãos, na sua diversidade, a uma unidade cada vez mais profunda".

Nota:240

UR 3: "3. Nesta Igreja de Deus, una e única, surgiram, desde o início, algumas fissuras, que o apóstolo condena com vigor. Com o passar dos séculos, apareceram maiores dissensões, sendo que muitas comunidades se afastaram da plena comunhão com a Igreja Católica, quase sempre com culpa de pessoas de ambos os lados.

Os que hoje nascem nessas comunidades e por seu intermédio recebem a fé não podem ser acusados do pecado de separação. A Igreja Católica os abraça com respeito e amor fraternos.

Os que crêem em Cristo e foram devidamente batizados mantêm comunhão, embora imperfeita, com a Igreja Católica. As discrepâncias doutrinárias, disciplinares ou relativas à estrutura da Igreja, que existem em relação aos católicos, criam sérios impedimentos à plena comunhão eclesial, que o movimento ecumênico procura justamente superar.

No entanto, os que são justificados pela fé e se tornam, no batismo, membros de Cristo merecem o nome de cristãos e são reconhecidos como irmãos no Senhor, pelos filhos da Igreja Católica.

Além disso, dentre os elementos ou bens que, tomados em seu conjunto, constituem e vivificam a Igreja, muitos dentre os mais importantes podem existir fora das fronteiras visíveis da Igreja Católica, tais como: a palavra de Deus escrita, a vida da graça, a fé, a esperança e o amor, os dons interiores e os sinais visíveis do Espírito Santo. Tudo isso provém de Cristo e a Cristo conduz, pertencendo, pois, de direito, à Igreja de Cristo.

Os irmãos separados realizam também inúmeras ações sagradas da religião cristã, as quais, de diversos modos e dependendo da condição específica de cada Igreja ou comunidade, geram e alimentam realmente a vida da graça e podem ser consideradas aptas a abrir as portas da salvação.

Por conseguinte as Igrejas e as comunidades separadas, apesar de seus limites, não podem ser inteiramente despidas de significação e peso no mistério da salvação. O Espírito de Cristo não reluta em passar por elas como meios de salvação, cuja virtude deriva da plenitude de graça e verdade, confiada à Igreja Católica.

No entanto os irmãos separados de nós, quer individualmente, quer em suas comunidades ou Igrejas, não gozam da unidade com que Jesus Cristo quis cumular todos os que reuniu num só corpo, regenerou e vivificou para a nova vida, tal como o professam as Escrituras Sagradas e a Tradição.

A plenitude dos meios de salvação reside somente na Igreja Católica de Cristo, que constitui o auxílio, na sua generalidade. Acreditamos, de fato, que o Senhor somente confiou a totalidade dos bens da Nova Aliança ao colégio apostólico, presidido por Pedro, para de fato constituir, na terra, um só corpo de Cristo, a que todo o povo de Deus é chamado a se incorporar e ao qual, de certo modo, já pertence.

Esse povo, durante sua peregrinação terrestre, embora, em seus membros, esteja sujeito ao pecado, vai crescendo em Cristo, para Deus, de acordo com seus misteriosos desígnios, e é suavemente conduzido para a plenitude final da glória eterna, na Jerusalém celestial, a que chegará um dia, na alegria".

Nota:241

Jo 17,21: "para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste".

Nota:242

EN 21: "21. E esta Boa Nova há de ser proclamada, antes de mais, pelo testemunho. Suponhamos um cristão ou grupo de cristãos que, no seio da comunidade humana em que vivem, manifestam a sua capacidade de compreensão e de acolhimento, a sua comunhão de vida e de destino com os demais, a sua solidariedade nos esforços de todos para tudo aquilo que é nobre e bom. Assim, eles irradiam, de modo absolutamente simples e

espontâneo, a sua fé em valores que estão para além dos valores correntes, e a sua esperança em qualquer coisa que se não vê e que não se seria capaz sequer de imaginar. Por força deste testemunho sem palavras, estes cristãos fazem aflorar no coração daqueles que os vêem viver, perguntas indeclináveis: Por que é que eles são assim? Por que é que eles vivem daquela maneira? O que é - ou quem é - que os inspira? Por que é que eles estão conosco?

Pois bem: um semelhante testemunho constitui já proclamação silenciosa, mas muito valorosa e eficaz da Boa Nova. Nisso há já um gesto inicial de evangelização. Daí as perguntas que talvez sejam as primeiras que se põem muitos não-cristãos, quer se trate de pessoas às quais Cristo nunca tinha sido anunciado, ou de batizados não praticantes, ou de pessoas que vivem em cristandades, mas segundo princípios que não são nada cristãos. Quer se trate, enfim, de pessoas em atitudes de procurar, não sem sofrimento, alguma coisa ou Alguém que elas adivinham, sem conseguir dar-lhe o verdadeiro nome. E outras perguntas surgirão, depois, mais profundas e mais de molde a ditar um compromisso, provocadas pelo testemunho aludido, que comporta presença, participação e solidariedade e que é um elemento essencial, geralmente o primeiro de todos, na evangelização.

Todos os cristãos são chamados a dar este testemunho e podem ser, sob este aspecto, verdadeiros evangelizadores. E aqui pensamos de modo especial na responsabilidade que se origina para os migrantes nos países que os recebem”.

Nota:243

1Cor 14,23-25: “Por exemplo: se a igreja se reunir e todos falarem em línguas, será que os simples ouvintes e os incrédulos que entrarem não vão dizer que vocês estão loucos? Ao contrário, se todos profetizarem, o incrédulo ou o simples ouvinte que entrar se sentirá persuadido de seu erro por todos, julgado por todos; e os segredos de seu coração serão desvendados; ele se prostrará com o rosto por terra, adorará a Deus e proclamará que Deus está realmente no meio de vocês”.

Nota:244

DSD 24,44,48,96,116,156,161,229: “24. A ‘Nova Evangelização tem como ponto de partida a certeza de que em Cristo há uma ‘riqueza insondável’ (Ef 3,8) que nenhuma cultura, de qualquer época, extingue, e à qual nós homens sempre poderemos recorrer para enriquecer-nos’ (João Paulo II, Discurso Inaugural, 6). Falar de Nova Evangelização é reconhecer que existiu uma antiga ou primeira. Seria impróprio falar de Nova Evangelização de tribos ou povos que nunca receberam o Evangelho. Na América Latina, pode-se falar assim, porque aqui se realizou uma primeira evangelização nos últimos 500 anos.

Falar de Nova Evangelização não significa que a anterior tenha sido inválida, infrutuosa ou de curta duração. Significa que hoje novos desafios, novas interpelações se fazem aos cristãos e aos quais é urgente responder.

Falar de Nova Evangelização, como advertiu o Papa no Discurso Inaugural desta IV Conferência, não significa propor um novo Evangelho diferente do primeiro: há um só e único Evangelho do qual se podem tirar luzes novas para problemas novos.

Falar de Nova Evangelização não quer dizer re-evangelizar. Na América Latina, não se trata de prescindir da primeira evangelização, mas de partir dos ricos e abundantes valores que ela deixou para aprofundá-los e complementá-los, corrigindo as deficiências anteriores. A Nova Evangelização surge na América Latina como resposta aos problemas apresentados pela realidade de um Continente no qual se dá um divórcio entre fé e vida, ao ponto de produzir clamorosas situações de injustiças, desigualdade social e violência. Implica enfrentar a grandiosa tarefa de infundir energias ao cristianismo da América Latina.

Para João Paulo II, a Nova Evangelização é algo atuante, dinâmico. É, antes de tudo, chamado à conversão (cf. João Paulo II, Discurso Inaugural, 1) e à esperança que se apóia nas promessas de Deus e que tem como certeza inquebrantável a Ressurreição de Cristo, primeiro anúncio e raiz de toda evangelização, fundamento de toda promoção humana, princípio de toda autêntica cultura cristã (cf. *ibid.*, 25). É também um novo âmbito vital, um novo Pentecostes (cf. *ibid.*, 30-31) em que o acolhimento do Espírito Santo fará surgir um povo renovado, constituído de homens livres, conscientes de sua dignidade (cf. *ibid.*, 19) e capazes de forjar uma história verdadeiramente humana. É o conjunto de meios, ações e atitudes aptos para pôr o Evangelho em diálogo ativo com a modernidade e o pós-moderno, seja para interpelá-los, seja para deixar-se interpelar por eles. Também é o esforço por inculturar o Evangelho na situação atual das culturas de nosso Continente.

44. A consequência de tudo isto é uma falta de coerência entre a fé e a vida em muitos católicos, incluídos, às vezes, nós mesmos ou alguns de nossos agentes pastorais. A falta de formação doutrinal e de profundidade na vida da fé faz de muitos católicos presa fácil do secularismo, do hedonismo e do consumismo, que invadem a cultura moderna e, em todo caso, os incapacita de evangelizá-la.

48. Tal evangelização de Cristo e de sua vida divina em nós deve mostrar a exigência iniludível de acomodar a conduta ao modelo que Ele nos oferece. A coerência da vida dos cristãos com sua fé é condição da eficácia da Nova Evangelização. Para isso é necessário conhecer bem as situações concretas vividas pelo homem contemporâneo para oferecer-lhe a fé como elemento iluminador. Isto supõe também uma clara pregação da moral cristã que abarque tanto a conduta pessoal e familiar como a social. A prática de pequenas comunidades pastorais bem assistidas constitui um bom meio para aprender a viver a fé em estreita comunhão com a vida e com projeção missionária. Neste campo, é muito significativa a contribuição dos movimentos apostólicos.

96. Comprova-se, porém, que a maior parte dos batizados ainda não tomou plena consciência de sua pertença à Igreja. Sentem-se católicos, mas não Igreja. Poucos assumem os valores cristãos como elemento de sua identidade cultural, não sentindo a necessidade de um compromisso eclesial e evangelizador. Como consequência, o mundo do trabalho, da política, da economia, da ciência, da arte, da literatura e dos meios de comunicação social não são guiados por critérios evangélicos. Assim se explica a incoerência entre a fé que dizem professar e o compromisso real na vida (cf. Puebla 783).

Também se comprova que os leigos nem sempre são adequadamente acompanhados pelos pastores na descoberta e amadurecimento da própria vocação.

A persistência de certa mentalidade clerical nos numerosos agentes de pastoral, clérigos e inclusive leigos (cf. Puebla 784), a dedicação preferencial de muitos leigos a tarefas intra-eclesiais e uma deficiente formação privam-nos de dar respostas eficazes aos atuais desafios da sociedade”.

116. Que dinamize uma espiritualidade do seguimento de Jesus que propicie o encontro entre a fé e a vida, que seja promotora da justiça, da solidariedade e que anime um projeto promissor e gerador de uma nova cultura de vida”.

156. A Nova Evangelização exige de nós: Que formemos em uma fé que se faça vida, iniciando-a com o anúncio do querigma aos que estão no mundo descristianizado (cf. EN 51 e 52) e promovendo-a com o testemunho alegre de autênticas comunidades de fé, nas quais nossos leigos vivam o significado dos sacramentos.

Que cultivemos uma sólida consciência moral para que, nas complexas circunstâncias da vida moderna, nossos fiéis saibam interpretar acertadamente a voz de Deus em matéria moral e desenvolvam um evangélico sentido do pecado.

Que eduquemos os cristãos para ver a Deus em sua própria pessoa, na natureza, na história global, no trabalho, na cultura, em todo o secular, descobrindo a harmonia que, no plano de Deus, deve haver entre a ordem da criação e a da redenção.

Que desenvolvamos um estilo de celebração da liturgia que integre a vida dos homens numa profunda e respeitosa experiência do insondável mistério divino de riqueza inefável.

Que impulsionemos uma pastoral adequada para evangelizar os ambientes universitários, onde se formam os que irão plasmar decisivamente a cultura”.

161. A falta de coerência entre a fé que se professa e a vida cotidiana é uma das várias causas que geram pobreza em nossos países, porque os cristãos não souberam encontrar na fé a força necessária para penetrar os critérios e as decisões dos setores responsáveis pela liderança ideológica e pela organização da convivência social, econômica e política de nossos povos. ‘Em povos de arraigada fé cristã impuseram-se estruturas geradoras de injustiça’ (Puebla 437)”.

229. Por nossa adesão radical a Cristo no batismo, comprometemo-nos a fazer com que a fé, plenamente anunciada, pensada e vivida, chegue a fazer-se cultura. Assim, podemos falar de uma cultura cristã quando o sentir comum da vida de um povo tiver sido penetrado interiormente, ‘até situar a mensagem evangélica na base de seu pensamento, nos seus princípios fundamentais de vida, nos seus critérios de juízo, nas suas normas de ação’ (João Paulo II, Discurso Inaugural, 24) e dali ‘projeta-se no ethos de um povo... nas suas instituições e em todas as estruturas’ (ibid., 20).

Esta evangelização da cultura, que invade até seu núcleo dinâmico, manifesta-se no processo de inculturação, que João Paulo II chamou de ‘centro, meio e objetivo da Nova Evangelização’ (Discurso ao Conselho Internacional de Catequese, 26 de setembro de 1992). Os autênticos valores culturais, discernidos e assumidos pela fé, são necessários para encarnar nessa mesma cultura a mensagem evangélica e a reflexão e práxis da Igreja.

A Virgem Maria acompanha os apóstolos quando o Espírito de Jesus ressuscitado penetra e transforma os povos das diversas culturas. Maria, que é modelo da Igreja, também é modelo da evangelização da cultura. É a mulher judia que representa o povo da Antiga Aliança com toda sua realidade cultural. Mas abre-se à novidade do Evangelho e está presente nas nossas terras como Mãe comum, tanto dos aborígenes como daqueles que para cá vieram, propiciando desde o princípio a nova síntese cultural que é a América Latina e o Caribe”.

Nota:245

Catecismo da Igreja Católica 1385 e 1457: “1385. Para responder a este convite, devemos preparar-nos para este momento tão grande e tão santo. S. Paulo exorta a um exame de consciência: ‘Todo aquele que comer do pão ou beber do cálice do Senhor indignamente, será réu do Corpo e do Sangue do Senhor. Por conseguinte, que cada um examine a si mesmo antes de comer desse pão e beber desse cálice, pois aquele que come e bebe sem discernir o Corpo, come e bebe a própria condenação’(1Cor 11,27-29). Quem está consciente de um pecado grave deve receber o sacramento da reconciliação antes de receber a comunhão.

1457. Conforme o mandamento da Igreja, ‘todo fiel, depois de ter chegado à idade da discríção não é obrigado a confessar fielmente seus pecados graves, pelo menos uma vez por ano’. Aquele que tem consciência de ter cometido um pecado mortal não deve receber a Sagrada Comunhão, mesmo que esteja profundamente contrito, sem receber previamente a absolvição sacramental, a menos que tenha um motivo grave para comungar e lhe seja impossível chegar a um confessor. As crianças devem confessar-se antes de receber a Primeira Eucaristia”.

Nota:246

Catecismo da Igreja Católica 1484 e 1497: “1484. A confissão individual e integral seguida da absolvição continua sendo o único modo ordinário pelo qual os fiéis se reconciliam com Deus e com a Igreja, salvo se uma impossibilidade física ou moral dispensar desta confissão. Há razões profundas para isso. Cristo age em cada um dos sacramentos. Dirige-se pessoalmente a cada um dos pecadores: ‘Filho, os teus pecados estão perdoados’(Mc 2,5); ele é o médico que se debruça sobre cada um dos doentes que tem necessidade dele para curá-los; ele os soergue e reintegra na comunhão fraterna. A confissão pessoal é pois a forma mais significativa da reconciliação com Deus e com a Igreja.

1497. A confissão individual e integral dos pecados graves, seguida da absolvição, continua sendo o único meio ordinário de reconciliação com Deus e com a Igreja”.

Nota:247

Lc 19,6: “Ele desceu rapidamente, e recebeu Jesus com alegria”.

Lc 18, 15-17: “Alguns levaram criancinhas para que Jesus tocasse nelas. Vendo isso, os discípulos os repreendiam. Jesus, porém, chamou os discípulos, e disse: ‘Deixem as crianças vir a mim. Não lhes proibam, porque o Reino de Deus pertence a elas’. Eu garanto a vocês: quem não receber como criança o Reino de Deus, nunca entrará nele”.

Jo 13,20-22: “Eu garanto a vocês: ‘quem recebe aquele que eu envio, está recebendo a mim e quem me recebe, está recebendo aquele que me enviou’.

Depois de dizer essas coisas, Jesus ficou profundamente comovido e disse com toda a clareza: ‘Eu garanto que um de vocês vai me trair’. Desconcertados, os discípulos olhavam uns para os outros, pois não sabiam de quem Jesus estava falando”.

Nota:248

CR 113: “Pois, por tudo o que vimos anteriormente, na Catequese realiza-se uma *inter-ação* (= um relacionamento mútuo e eficaz) entre a experiência de vida e a formulação da fé; entre a vivência atual e o dado da Tradição. De um lado, a experiência da vida levanta perguntas; de outra, a formulação da fé é busca e explicação das respostas a essas perguntas. De um lado, a fé propõe a mensagem de Deus e convida a uma comunhão com ele, que ultrapassa a busca e as expectativas humanas; de outro, a experiência humana é questionada e estimulada a abrir-se para esse horizonte mais amplo”.

Nota:249

Doc. 43 Animação da vida Litúrgica no Brasil 83: “Nosso corpo, sensível e dócil ao movimento, é uma fonte inesgotável de expressão. Por isso, na liturgia têm importância os gestos, as posturas, as caminhadas e a dança”.

Nota:250

FC 52: “52. A medida que a família cristã acolhe o Evangelho e amadurece na fé, torna-se comunidade evangelizadora. Escutemos de novo Paulo VI: ‘A família, como a Igreja, deve ser um lugar onde se transmite o Evangelho e donde o Evangelho irradia. Portanto, no interior de uma família consciente desta missão, todos os componentes evangelizam e são evangelizados. Os pais não só comunicam aos filhos o Evangelho, mas podem também receber deles o mesmo Evangelho profundamente vivido. Uma tal família torna-se, então, evangelizadora de muitas outras famílias e do ambiente no qual está inserida.

Como repetiu o Sínodo, retomando o meu apelo lançado em Puebla, a futura evangelização depende em grande parte da Igreja doméstica. Esta missão apostólica da família tem as suas raízes no batismo e recebe da graça sacramental do matrimônio uma nova força para transmitir a fé, para santificar e transformar a sociedade atual segundo o desígnio de Deus.

A família cristã, sobretudo hoje, tem uma especial vocação para ser testemunha da aliança pascal de Cristo, mediante a irradiação constante da alegria do amor e da certeza da esperança, da qual deve tornar-se reflexo: ‘A família cristã proclama em alta voz as virtudes presentes do Reino de Deus e a esperança na vida bem-aventurada’.

A absoluta necessidade da catequese familiar surge com singular vigor em determinadas situações que infelizmente a Igreja experimenta em diversos lugares: ‘Onde uma legislação anti-religiosa pretende impedir até a educação na fé, onde uma incredulidade difundida ou um secularismo invasor tornam praticamente impossível um verdadeiro crescimento religioso, aquela que poderia ser chamada ‘Igreja doméstica’ fica como único ambiente, no qual crianças e jovens podem receber uma autêntica catequese”’.

Nota:251

1Cor 12,11: “Mas é o único e mesmo Espírito quem realiza tudo isso, distribuindo os seus dons a cada um, conforme ele quer”.

Nota:252

LG 12: “12. O povo santo de Deus participa da função profética de Cristo. Dá o testemunho vivo de Cristo, especialmente pela vida de fé e de amor, e oferece a Deus a hóstia de louvor como fruto dos lábios que exaltam o seu nome (cf. Hb 13, 15). O conjunto dos fiéis unidos pelo Espírito Santo (cf. 1Jo 2, 20.27) não pode errar na fé. Esta sua propriedade peculiar se manifesta pelo senso sobrenatural da fé, comum a todo o povo, ‘desde os bispos até o último fiel leigo’, demonstrado no acolhimento universal a tudo o que diz respeito à fé e aos costumes. O senso da fé é despertado e sustentado pelo Espírito de verdade. Graças a este senso, o povo de Deus, seguindo fielmente o magistério sagrado, não obedece a uma palavra humana, mas à palavra de Deus (cf. 1Ts 2, 13) ‘transmitida aos fiéis de uma vez por todas’ (Jd 3). A ela adere firmemente, entende-a em profundidade e a aplica melhor à própria vida.

Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. ‘Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer’ (1Cor 12, 11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: ‘Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos’ (1Cor 12, 7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve, porém, cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5, 12.19-21)”.

Nota:253

EN 75 : “75. Nunca será possível haver evangelização sem a ação do Espírito Santo. Sobre Jesus de Nazaré, esse Espírito desceu no momento do batismo, ao mesmo tempo que a voz do Pai – ‘Este é o meu Filho no qual ponho as minhas complacências’ - manifestava de maneira sensível a eleição e a missão do mesmo Jesus.

Depois, foi ‘conduzido pelo Espírito’ que ele viveu no deserto o combate decisivo e superou a última prova antes de começar essa sua missão. Foi ‘com a potência do Espírito’, ainda, que Jesus voltou para a Galiléia e inaugurou a sua pregação, aplicando a si próprio a passagem de Isaías, ‘o Espírito do Senhor está sobre mim’. ‘Cumpriu-se hoje - acrescentou ele - esta passagem da Escritura’. E aos discípulos que estava prestes a enviar, disse soprando ao mesmo tempo sobre eles: ‘Recebei o Espírito Santo’.

Realmente, não foi senão depois da vinda do Espírito Santo, no dia do Pentecostes, que os apóstolos partiram para todas as partes do mundo a fim de começarem a grande obra da evangelização da Igreja; e Pedro explica o acontecimento como sendo a realização da profecia de Joel: ‘Eu efundirei o meu Espírito’. E o mesmo Pedro é cheio do Espírito Santo para falar ao povo acerca de Jesus Filho de Deus. Mais tarde, Paulo, também ele é cheio do Espírito Santo antes de se entregar ao seu ministério apostólico, e do mesmo modo Estevão, quando foi escolhido para a diaconia e algum tempo depois para o testemunho do martírio. O Espírito que impele Pedro, Paulo, ou os doze a falarem inspira-lhes as palavras que eles devem proferir e desce também ‘sobre todos os que ouviam a sua palavra’.

Repleta do ‘conforto do Espírito Santo’, a Igreja ‘ia crescendo’. Ele é a alma desta mesma Igreja. É ele que faz com que os fiéis possam entender os ensinamentos de Jesus e o seu mistério. Ele é aquele que, hoje ainda, como nos inícios da Igreja, age em cada um dos evangelizadores que se deixa possuir e conduzir por ele, e põe

na sua boca as palavras que ele sozinho não poderia encontrar, ao mesmo tempo que predispõe a alma daqueles que escutam a fim de a tornar aberta e acolhedora para a Boa Nova e para o reino anunciado.

As técnicas da evangelização são boas, obviamente; mas, ainda as mais aperfeiçoadas não poderiam substituir a ação discreta do Espírito Santo. A preparação mais apurada do evangelizador nada faz sem ele. De igual modo, a dialética mais convincente, sem ele, permanece impotente em relação ao espírito dos homens. E, ainda, os mais bem elaborados esquemas com base sociológica e psicológica, sem ele, em breve se demonstram desprovidos de valor.

Nós vivemos na Igreja um momento privilegiado do Espírito. Procura-se por toda parte conhecê-lo melhor, tal como a Escritura o revela. De bom grado as pessoas se colocam sob a sua moção. Fazem-se assembléias em torno dele. Aspira-se, enfim, a deixar-se conduzir por ele. É um fato que o Espírito de Deus tem um lugar eminente em toda a vida da Igreja; mas, é na missão evangelizadora da mesma Igreja que ele mais age. Não foi por puro acaso que a grande renovada para a evangelização sucedeu na manhã do Pentecostes, sob a inspiração do Espírito.

Pode-se dizer que o Espírito Santo é o agente principal da evangelização: é ele, efetivamente que impele para anunciar o Evangelho, como é ele que nos mais íntimo das consciências leva a aceitar a Palavra da salvação. Mas pode-se dizer igualmente que ele é o termo da evangelização: de fato, somente ele suscita a nova criação, a humanidade nova que a evangelização há de ter como objetivo, com a unidade na variedade que a mesma evangelização intenta promover na comunidade cristã. Através dele, do Espírito Santo, o Evangelho penetra no coração do mundo, porque é ele que faz discernir os sinais dos tempos - os sinais de Deus - que a evangelização descobre e valoriza no interior da história.

O Sínodo dos Bispos de 1974, que insistiu muito sobre a importância do Espírito Santo na evangelização, exprimiu também o voto de que pastores e teólogos - e nós acrescentaremos ainda os fiéis marcados com o selo do Espírito pelo batismo - estudem melhor a natureza e os modos da ação do Espírito Santo na evangelização, em nossos dias. Fazemos nosso também este voto, ao mesmo tempo que exortamos os evangelizadores, sejam eles quem forem, a pedir sem cessar ao Espírito Santo fé e fervor, bem como a se deixarem prudentemente guiar por ele, qual inspirador decisivo dos seus planos, das suas iniciativas e da sua atividade evangelizadora".

Nota:254

LG 9: "9. Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecê-lo na verdade e servi-lo na santidade.

Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si.

Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. "Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão" (Jr 31,31-34).

Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11,25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus. Os fiéis renascem em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1,23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renascem não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3,5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2,9-10).

Cristo é a cabeça desse povo messiânico. "Foi entregue à morte pelos nossos pecados, mas ressuscitou, para nos tornar justos (cf. Rm 4,25). Seu nome reina agora gloriosamente no céu, acima de todo nome. A condição desse povo messiânico é a da dignidade e da liberdade dos filhos de Deus, em cujo coração habita, como num templo, o Espírito Santo. Sua lei é o mandamento novo: amar assim como Cristo nos amou (cf. Jo 13,34). Seu objetivo, o reino de Deus iniciado na terra pelo próprio Deus e destinado a crescer até o fim dos séculos. Deus então o consumará com a vinda de Cristo, nossa vida (cf. Cl 3,4) e a "libertação da criatura da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus" (Rm 8,21).

É verdade que o povo messiânico não reúne, de fato, todos os homens. Às vezes parece até não ser senão um grupo insignificante. Mesmo assim é princípio eficaz de unidade, esperança e salvação para todo o gênero humano. Cristo o estabeleceu na comunhão da vida, do amor e da verdade. Assumiu-o como instrumento de redenção universal e o estabeleceu como luz do mundo e sal da terra (cf. Mt 5,13-16), enviando-o a todo o universo.

Caminhando no deserto, Israel merece, desde então, o nome de Igreja de Deus (cf. Esd 13,1; Nm 20,4; Dt 23,1). Da mesma forma, o novo Israel, que caminha na história, em direção à cidade futura que não passa (cf. Hb 13,14), pode ser chamado Igreja de Cristo (cf. Mt 16,18), pois foi adquirido com seu sangue (cf. At 20,28) e Cristo o cumulou de seu Espírito, dotando-o de todos os recursos necessários ao convívio social visível. Deus constituiu como Igreja a reunião de todos os que reconhecem Jesus como autor da salvação, princípio de unidade e de paz. A Igreja é assim, para todos e para cada um dos homens em particular, o sacramento visível da unidade da salvação: estende-se a todas as latitudes e penetra toda a história humana, sem deixar de transcender a todos os tempos e limites.

A Igreja se alimenta da força da graça de Deus que lhe foi prometida pelo Senhor e caminha assim através de muitas tentações e sofrimentos. Apesar da fraqueza da carne, não deixará de ser fiel a seu Senhor, como esposa digna. Renova-se constantemente sob a ação do Espírito Santo, até que chegue, através da cruz, ao dia sem ocaso da ressurreição".

Nota:255

Ef 4,11-13: "Foi ele quem estabeleceu alguns como apóstolos, outros como profetas, outros como evangelistas e outros como pastores e mestres. Assim, ele preparou os cristãos para o trabalho do ministério que constrói o Corpo de Cristo. A meta é que todos juntos nos encontremos unidos na mesma fé e no conhecimento do Filho de Deus, para chegarmos a ser o homem perfeito que, na maturidade do seu desenvolvimento, é a plenitude de Cristo".

Nota:256

EN 60: "60. O fato de a Igreja ser enviada e mandada para a evangelização do mundo, é uma observação que deveria despertar em nós uma dupla convicção.

A primeira é a seguinte: evangelizar não é para quem quer que seja um ato individual e isolado, mas profundamente eclesial. Assim, quando o mais obscuro dos pregadores, dos catequistas ou dos pastores, no rincão mais remoto, prega o Evangelho, reúne a sua pequena comunidade, ou administra um sacramento, mesmo sozinho, ele realiza um ato de Igreja e o seu gesto está certamente conexo, por relações institucionais, como também por vínculos invisíveis e por raízes recônditas da ordem da graça, à atividade evangelizadora de toda a Igreja. Isto pressupõe, porém, que ele age, não por uma missão pessoal que se atribuisse a si próprio, ou por uma inspiração pessoal, mas em união com a missão da Igreja e em nome da mesma.

Daí a segunda convicção: se cada um evangeliza em nome da Igreja, o que ela mesma faz em virtude de um mandato do Senhor, nenhum evangelizador é o senhor absoluto da sua ação evangelizadora, dotado de um poder discricionário para realizar segundo critérios e perspectivas individualistas tal obra, mas em comunhão com a Igreja e com os seus pastores.

A Igreja é ela toda inteiramente evangelizadora, como frisamos acima. Ora isso quer dizer que, para o conjunto do mundo e para cada parcela do mundo onde ela se encontra, a Igreja se sente responsável pela missão de difundir o Evangelho".

Nota:257

cf. DGAP 1991-1994, nn. 289-294.: "289. Podemos indicar os seguintes princípios que devem orientar o processo de articulação: 1) o da variedade-complementariedade; 2) o da autonomia, 3) o da subsidiariedade e 4) o da participação responsável.

290. a) A articulação pastoral decorre da própria natureza da Igreja-comunhão. Ensina João Paulo II: 'A Comunhão eclesial configura-se, mais precisamente, como comunhão 'orgânica', análoga à de um corpo vivo e operante: ela, de fato, caracteriza-se pela presença simultânea da *diversidade e da complementariedade* das vocações e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades'.

291. b) Pelo princípio da *autonomia*, todos os membros da Igreja, individualmente ou associados, têm o dever e o direito de cultivar, por si mesmos, os próprios carismas, a própria identidade eclesial e a própria espiritualidade, para o enriquecimento da Igreja. Conseqüentemente, a articulação pastoral, longe de nivelar os carismas eclesiais, deve visar ao seu pleno desenvolvimento na comunhão orgânica da Igreja.

292. c) Pelo princípio da *subsidiariedade*, deve ser dado a cada pessoa, à pequena comunidade, à paróquia, maior autonomia possível, em tudo o que cada uma delas é capaz de fazer. Em virtude deste princípio, a articulação pastoral deverá ajudar a estabelecer uma melhor distribuição de tarefas entre os diversos agentes e organismos, definindo as atribuições de cada um. Conexo com o princípio da subsidiariedade está o princípio da descentralização.

293. d) Pelo princípio da *participação responsável*, a articulação deve envolver o maior número possível de interessados, seja na reflexão, seja na decisão, seja na execução, seja na avaliação. A participação não suprime as responsabilidades específicas e nem as nivela. É fundamental ter claro e definir com nitidez, dentro de um grande processo participativo, as competências, de acordo com a natureza das decisões.

294. Decorrente da comunhão orgânica da Igreja, a articulação não significa imposição rígida de esquemas fixos para todos. É, antes, a efetiva comunicação entre agentes e instâncias da evangelização e da pastoral, através de intercâmbio de experiências, melhor distribuição de tarefas em que haja espaço para o pluralismo, sem que um destrua o trabalho do outro, mas o complemento".

Nota:258

1Cor 12: "Sobre os dons do Espírito, irmãos, não quero que vocês fiquem na ignorância. Vocês sabem que, quando eram pagãos, se sentiam irresistivelmente arrastados para os ídolos mudos. Por isso, eu declaro a vocês que ninguém, falando sob a ação do Espírito de Deus, jamais poderá dizer: 'Maldito Jesus!' E ninguém poderá dizer: 'Jesus é o Senhor!' a não ser sob a ação do Espírito Santo.

Existem dons diferentes, mas o Espírito é o mesmo; diferentes serviços, mas o Senhor é o mesmo; diferentes modos de agir, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos.

Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos. A um, o Espírito dá a palavra de sabedoria; a outro, a palavra de ciência segundo o mesmo Espírito; a outro, o mesmo Espírito dá a fé; a outro ainda, o único e mesmo Espírito concede o dom das curas; a outro, o poder de fazer milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento dos espíritos; a outro, o dom de falar em línguas; a outro ainda, o dom de as interpretar. Mas é o único e mesmo Espírito quem realiza tudo isso, distribuindo os seus dons a cada um, conforme ele quer.

De fato, o corpo é um só, mas tem muitos membros; e no entanto, apesar de serem muitos, todos os membros do corpo formam um só corpo. Assim acontece também com Cristo. Pois todos fomos batizados num só Espírito para sermos um só corpo, quer sejamos judeus ou gregos, quer escravos ou livres. E todos bebemos de um só Espírito.

O corpo não é feito de um só membro, mas de muitos. Se o pé diz: 'Eu não sou mão'; logo, não pertencço ao corpo, nem por isso deixa de fazer parte do corpo. E se o ouvido diz: 'Eu não sou olho'; logo, não pertencço ao corpo, nem por isso deixa de fazer parte do corpo. Se o corpo inteiro fosse olho, onde estaria o ouvido? Se todo ele fosse ouvido, onde estaria o olfato? Deus é quem dispôs cada um dos membros no corpo, segundo a sua vontade. Se o conjunto fosse um só membro, onde estaria o corpo? Há, portanto, muitos membros, mas um só corpo. O olho não pode dizer à mão: 'Não preciso de você'; e a cabeça não pode dizer aos pés: 'Não preciso de vocês'.

Os membros do corpo que parecem mais fracos são os mais necessários; e aqueles membros do corpo que parecem menos dignos de honra são os que cercamos de maior honra; e os nossos membros que são menos decentes, nós os tratamos com maior decência; os que são decentes não precisam desses cuidados. Deus dispôs o corpo de modo a conceder maior honra ao que é menos nobre, a fim de que não haja divisão no corpo, mas os membros tenham igual cuidado uns para com os outros. Se um membro sofre, todos os membros participam do seu sofrimento; se um membro é honrado, todos os membros participam de sua alegria.

Ora, vocês são o corpo de Cristo e são membros dele, cada um no seu lugar. Aqueles que Deus estabeleceu na Igreja são, em primeiro lugar, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, mestres... A seguir

vêm os dons dos milagres, das curas, da assistência, da direção e o dom de falar em línguas. Por acaso, são todos apóstolos? Todos profetas? Todos mestres? Todos realizam milagres? Têm todos o dom de curar? Todos falam línguas? Todos as interpretam? Aspiram aos dons mais altos. Aliás, vou indicar para vocês um caminho que ultrapassa a todos”

cf. CfL 20: “20. A comunhão eclesial configura-se, mais precisamente, como uma comunhão ‘orgânica’, análoga à de um corpo vivo e operante: ela, de fato, caracteriza-se pela presença simultânea da diversidade e da complementaridade das vocações e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades. Graças a essa diversidade e complementaridade, cada fiel leigo encontra-se em relação com todo o corpo e dá-lhe o seu próprio contributo.

Sobre a comunhão orgânica do Corpo místico de Cristo insiste com muita ênfase o apóstolo Paulo, cuja doutrina tão rica podemos reencontrar na síntese que o Concílio esboçou: Jesus Cristo lemos na Constituição ‘Lumen Gentium’, ‘comunicando o seu Espírito, fez dos seus irmãos, chamados de entre todos os povos, como que o seu Corpo místico. Nesse corpo a vida de Cristo difunde-se nos crentes...’ Como todos os membros do corpo humano, apesar de serem muitos, formam no entanto um só corpo, assim também os fiéis em Cristo (cf. 1Cor 12, 12). Também na edificação do Corpo de Cristo existe diversidade de membros e de funções. É um mesmo Espírito que distribui os seus vários dons segundo a sua riqueza da Igreja (cf. 1Cor 12,1-11). Entre estes dons, sobressai a graça dos apóstolos, a cuja autoridade o mesmo Espírito submete também os carismáticos (cf. 1Cor 14). O mesmo Espírito, unificando o corpo por si e pela sua força e pela conexão interna dos membros, produz e promove a caridade entre os fiéis. Daí que, se algum membro padece, todos os membros sofrem juntamente (cf. 1Cor 12,26).

É sempre o único e idêntico Espírito o princípio dinâmico da variedade e da unicidade na e da Igreja. Lemos de novo na Constituição ‘Lumen Gentium’: ‘E para que sem cessar nos renovemos nele’ (Cristo) (cf. Ef 4,23), deus do seu Espírito, o qual, sendo um e o mesmo na cabeça e nos membros, unifica e move o corpo inteiro, a ponto de os Santos Padres compararem a sua ação à que o princípio vital, ou alma, desempenha no corpo humano. E numa outra passagem, particularmente densa e preciosa para podermos compreender a organicidade própria da comunhão eclesial, também no seu aspecto de constante crescimento para a comunhão perfeita, o Concílio escreve: ‘O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (cf. 1Cor 3,16; 6,19) e dentro deles ora e dá testemunho da adoção de filhos (cf. Gl 4,6; Rm 8,15-16.26). A Igreja, que ele conduz à verdade total (cf. Jo 16,13) e unifica na comunhão e no ministério, enriquece-a e guia-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos e adorna-a com os seus frutos’ (cf. Ef 4,11-12; 1Cor 12,4; Gl 5,22). Pela força do Evangelho rejuvenesce a Igreja e renova-a continuamente e leva-a à união perfeita com o seu Esposo. Porque o Espírito e a Esposa dizem ao Senhor Jesus: ‘Vem!’ (cf. Ap 22,17).

A comunhão eclesial é, portanto, um dom, um grande dom do Espírito Santo, que os fiéis leigos são chamados a acolher com gratidão e, ao mesmo tempo, a viver com profundo sentido de responsabilidade. Isso é concretamente realizado através da sua participação na vida e na missão da Igreja, a cujo serviço os fiéis leigos colocam os seus variados e complementares ministérios e carismas.

O fiel leigo ‘não pode nunca fechar-se em si mesmo, isolando-se espiritualmente da comunidade, mas deve viver num contínuo intercâmbio com os outros, com um vivo sentido de fraternidade, na alegria de uma igual dignidade e no empenho em fazer frutificar ao mesmo tempo o imenso tesouro recebido em herança. O Espírito do Senhor dá-lhe, como aos outros, múltiplos carismas, convida-o a diferentes ministérios e funções, recorda-lhe, como também recorda aos outros em relação a ele, que tudo o que o distingue não é um suplemento de dignidade, mas uma especial e complementar habilitação para o serviço... Deste modo os carismas, os ministérios, as funções e os serviços do fiel leigo existem na comunhão e para a comunhão’. São riquezas complementares em favor de todos, sob a sábia orientação dos pastores”.

Nota:259

DSD 98: “Incrementar a vivência da Igreja-comunhão, que nos leve à co-responsabilidade na ação da Igreja. Fomentar a participação dos leigos nos Conselhos Pastorais, nos diversos níveis da estrutura eclesial. Evitar que os leigos reduzam sua ação ao âmbito intra-eclesial, impulsionando-os a penetrar os ambientes socioculturais e a serem eles os protagonistas da transformação da sociedade à luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja.

Promover os conselhos de leigos, em plena comunhão com os pastores e adequada autonomia, como lugares de encontro, diálogo e serviço, que contribuam para o fortalecimento da unidade, da espiritualidade e da organização do laicato. Estes conselhos de leigos também são espaços de formação e podem estabelecer-se em cada diocese na Igreja de cada país e abarcar tanto os movimentos de apostolado como os leigos que, estando comprometidos com a Evangelização, não estão integrados em grupos apostólicos”.

Nota:260

cf. Ano Missionário, 118.

Nota:261

LG 28: “28. O Pai santificou e enviou ao mundo Jesus Cristo (cf. Jo 10, 36), que constituiu os apóstolos e seus sucessores, os bispos, participantes de sua própria consagração e missão. Os bispos, por sua vez, outorgam legitimamente a outras pessoas diversos graus de participação no seu ministério. Por isso, o ministério eclesiástico, divinamente instituído, se exerce, desde a antiguidade, através de diversas ordens denominadas episcopado, presbiterato e diaconato. Os presbíteros, a quem chamamos de sacerdotes ou, simplesmente, padres, não têm a plenitude do pontificado. Dependem dos bispos no exercício de seu ministério. Participam, entretanto, com ele da honra do sacerdócio e foram consagrados pelo sacramento da ordem. São verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento à imagem de Cristo, sacerdote supremo e eterno (cf. Hb 5, 1-10; 7, 24; 9, 11-28), para a pregação do Evangelho, o cuidado do rebanho e a celebração do culto. Pelo seu ministério específico, os sacerdotes participam da função de Cristo, único mediador (cf. 1Tm 2, 5) e devem anunciar a todos a palavra de Deus. Exercem a plenitude de suas funções no culto ou assembléia eucarística, em que agem em nome de Deus, proclamam o seu mistério, unem ao seu sacrifício como cabeça as preces dos fiéis e renovam e aplicam, até a vinda do Senhor (cf. 1Cor 11-16), na missa, o único sacrifício do Novo Testamento, em que Cristo se ofereceu uma vez por todas ao Pai como hóstita imaculada (cf. Hb 9, 11-28). Os sacerdotes são chamados a desempenhar o ministério da reconciliação e do alívio junto aos fiéis penitentes e doentes, apresentando a Deus Pai suas necessidades e suas orações (cf. Hb 5, 1ss). Participantes da função de Cristo,

pastor e cabeça, exercem uma certa autoridade sobre a família de Deus, procurando unir a comunidade na fraternidade e conduzi-la por Cristo, no Espírito, a Deus. No meio do rebanho adoram a Deus, em espírito e verdade (cf. Jo 4, 24). Devem meditar na palavra e na doutrina (cf. 1Tm 5, 17), acreditar no que assimilam da lei do Senhor, ensinar o que acreditam e praticar o que ensinam.

Os sacerdotes devem ser assíduos cooperadores dos bispos, como seus auxiliares e intermediários. São chamados a servir o povo de Deus, formando um só presbitério com seu bispo, nas diversas funções que lhes cabem. Associados fiel e generosamente ao bispo, tornam-no de certa maneira presente em todos os lugares em que se reúnem com os fiéis, participam de suas funções e preocupações no exercício cotidiano da pastoral. Santificando e dirigindo, sob a autoridade do bispo, a parte do rebanho que o Senhor lhes confiou, tornam visível em todos os lugares a Igreja universal e contribuem eficazmente para a edificação de todo o corpo de Cristo (cf. Ef 4, 12). Sempre atentos ao bem dos filhos de Deus, procurem se empenhar no trabalho pastoral de toda a diocese e, até mesmo, de toda a Igreja. Os sacerdotes devem tratar o bispo como sendo realmente pai e a ele obedecer com respeito, em virtude da própria participação no seu sacerdócio e na sua missão. O bispo, por sua vez, deve considerar os sacerdotes colaboradores seus, filhos e amigos, como Cristo, que não chamou os seus discípulos de servos, mas de amigos (cf. Jo 15, 15).

Em virtude da ordem e do ministério, todos os sacerdotes, diocesanos e religiosos, estão associados ao colégio dos bispos, a serviço do bem de toda a Igreja, de acordo com a vocação e a graça de cada um. Em virtude da ordenação e missão comum, os sacerdotes estão também unidos fraternalmente entre si. Devem, pois, manifestá-lo pelo auxílio recíproco, espiritual, material, pastoral e pessoal, nos encontros, na vida comum, nos trabalhos e no exercício da caridade.

Sejam como pais dos fiéis gerados espiritualmente pelo batismo e pela doutrina (cf. 1Cor 4, 15; 1Pd 1, 23) e modelos do rebanho (cf. 1Pd 5, 3). Devem, pois, presidir e servir a comunidade local de tal modo que mereça o nome de Igreja de Deus, aplicado a todo o povo de Deus, na sua unidade (cf. 1Cor 1, 2; 2Cor 1, 1 e muitas outras passagens). Lembrem-se de que sua vida cotidiana e seu empenho pastoral mostram o que é o ministério sacerdotal e pastoral para os fiéis e os não-fiéis, para os católicos e não-católicos. Dêem a todos o testemunho da verdade e da vida e, como bons pastores, procurem (cf. Lc 15, 4-7) aqueles que foram batizados na Igreja Católica, mas abandonaram os sacramentos ou mesmo, perderam a fé.

A humanidade é hoje cada vez mais una, do ponto de vista civil, econômico e social. É preciso, pois, que os sacerdotes atuem em conjunto, sob a direção dos bispos e do papa, evitando toda a dispersão de forças, para conduzir a humanidade à unidade da família de Deus".

CD 28: "28. Todos os sacerdotes, diocesanos e religiosos, juntamente com o bispo, participam do mesmo sacerdócio de Cristo, que exercem, devendo, por isso agir como dedicados cooperadores da ordem episcopal. Na cura das almas, os sacerdotes diocesanos ocupam o primeiro lugar. Encardinados e inseridos na Igreja particular, consagram-se inteiramente ao pastoreio dessa parte do rebanho do Senhor. Formam um presbitério único e uma família de que o bispo é o pai. Para que o bispo possa distribuir os ministérios sagrados entre os sacerdotes, com equidade e da melhor forma possível, deve ser livre de conferir cargos e benefícios, ficando supressos todos os direitos e privilégios que prejudiquem essa liberdade.

As relações entre o bispo e os sacerdotes diocesanos devem se basear principalmente nos vínculos da caridade sobrenatural, de sorte que a união de vontades entre os sacerdotes e o bispo produza os melhores frutos pastorais. Para estimular sempre mais o serviço das almas, o bispo promova reuniões freqüentes com os sacerdotes, em torno de assuntos pastorais, e, quanto possível, em datas fixas.

Que os sacerdotes diocesanos, unidos uns aos outros, sintam-se motivados pelo bem espiritual de toda a diocese. Lembrem-se de que os bens materiais que adquirem em razão de sua função estão ligados ao ministério sagrado e, por isso, de acordo com as disposições episcopais, não hesitem em vir com liberalidade em socorro das necessidades diocesanas".

Nota:262

LG 27: "27. Os bispos dirigem as igrejas particulares a si confiadas como vigários e legados de Cristo. Aconselham, exortam e dão o exemplo, mas têm, igualmente, o poder e a autoridade sagrados. Estes devem ser sempre usados segundo a verdade e a santidade, para edificação do rebanho. Lembrem-se de que, o maior deve se tornar o menor e que quem preside deve servir (cf. Lc 22, 26ss). O poder de que dispõem, em nome de Cristo, é dado à sua pessoa: um poder próprio, ordinário e imediato. Entretanto, o exercício deste poder depende da autoridade suprema da Igreja, que o pode circunscrever dentro de determinados limites, quando julgar útil à própria Igreja ou aos fiéis. Em virtude do seu poder, os bispos têm o dever sagrado, diante do Senhor, de legislar para os seus súditos, julgar e dispor de tudo que se refere ao culto e ao apostolado.

O encargo pastoral na sua plenitude, isto é, o cuidado habitual e cotidiano de suas ovelhas, lhes é pessoalmente confiado. Não são delegados do papa. Merecem o nome de antístetes, pois dirigem o povo em virtude de um poder pessoal. Esse poder não é de maneira nenhuma ameaçado pelo poder supremo, que, ao contrário, lhe serve de fundamento, corrobora-o e o defende na medida em que procura manter a estrutura de governo que o Cristo Senhor, no Espírito Santo, outorgou à sua Igreja.

Como enviado do Pai, para governar sua família, o bispo deve ter sempre diante dos olhos o exemplo do bom pastor, que veio para servir, não para ser servido (cf. Mt 20, 28; Mc 10, 45), e dar sua vida pelas ovelhas (cf. Jo 10, 11). Assediado pela fraqueza, pois é um dentre os humanos, o bispo compreende os ignorantes e os que erram (cf. Hb 5, 1s). Não se recuse, pois, jamais, a ouvir os súditos, que devem ser tratados como filhos e exortados a colaborar com alegria. Cuide deles e de todos os que ainda não pertencem ao rebanho, recomendando-os a Deus na oração, pregando e praticando para com todos a caridade, pois há de prestar contas a Deus pelas suas almas (cf. Hb 13, 17). A exemplo do apóstolo Paulo, considere-se devedor de todos, sempre disposto a evangelizar (cf. Rm 1, 14s) e a exortar os fiéis à prática apostólica e missionária. Os fiéis, por sua vez, devem se unir ao bispo como a Igreja a Jesus Cristo e como Cristo ao Pai, para que todos vivam unidos e cheios da glória de Deus (cf. 2Cor 4, 15)".

Nota:263

RMi 71: "71. Os últimos Pontífices têm insistido bastante na importância do papel dos leigos para a atividade missionária. Na Exortação apostólica 'Christifideles Laici', também eu tratei, explicitamente, da 'missão permanente de levar o Evangelho a todos quantos e são milhões e milhões de homens e de mulheres ainda não conhecem Cristo, redentor do homem', e do respectivo compromisso dos fiéis leigos. A missão é de todo o Povo

de Deus: se é verdade que a fundação de uma nova Igreja requer a Eucaristia, e, por conseguinte, o ministério sacerdotal, todavia, a missão, que comporta as mais variadas formas, é tarefa de todos os fiéis.

Aliás, a participação dos leigos na expansão da fé é clara, desde os primeiros tempos do cristianismo, tanto a nível de indivíduos e famílias, como da comunidade inteira. Isto foi já recordado por Pio XII, ao referir, na primeira encíclica missionária, as vicissitudes das missões laicais. Nos tempos modernos, também não faltou a participação ativa dos missionários leigos e das missionárias leigas. Como não recordar o importante papel desempenhado por estas, o seu trabalho nas famílias, nas escolas, na vida política, social e cultural e, em particular, seu ensino da doutrina cristã? Mais: é necessário reconhecer, como um título de honra, que algumas Igrejas tiveram sua origem, graças à atividade dos leigos e das leigas missionárias.

O Vaticano II confirmou esta tradição, ilustrando o caráter missionário de todo o povo de Deus, em particular o apostolado dos leigos, e sublinhando o contributo específico que eles são chamados a dar, na atividade missionária. A necessidade de que todos os fiéis compartilhem tal responsabilidade não é apenas questão de eficácia apostólica, mas é um dever-direito, fundado sobre a dignidade batismal, pelo qual 'os fiéis leigos participam, por sua vez, no tríplice ministério sacerdotal, profético e real de Jesus Cristo'. Por isso, também, 'recai sobre eles o mandato do Senhor, tendo o direito de se empenharem individualmente, ou reunidos em associação, para que o anúncio da salvação seja conhecido e acolhido por todo o homem, em qualquer lugar. Tal obrigação vincula-os ainda mais, naquelas situações onde os homens só poderão ouvir o Evangelho e conhecer Cristo por meio deles'. Além disso, pela índole secular que lhes é própria, cabe-lhes a vocação particular de 'buscar o Reino de Deus, tratando das coisas temporais e orientando-as segundo o plano de Deus'.

Nota:264

DSD 97: "97. As urgências do momento presente na América Latina e no Caribe reclamam:

Que todos os leigos sejam protagonistas da Nova Evangelização, da Promoção Humana e da Cultura Cristã. É necessário a constante promoção do laicado, livre de todo clericalismo e sem redução ao intra-eclesial.

Que os batizados não evangelizados sejam os principais destinatários da Nova Evangelização. Esta só será efetivamente levada a cabo se os leigos, conscientes de seu batismo, responderem ao chamado de Cristo a que se convertam em protagonistas da Nova Evangelização.

No marco da comunhão eclesial, urge um esforço de favorecer a busca de santidade dos leigos e o exercício de sua missão".

DSD 103: "103. A importância da presença dos leigos na tarefa da Nova Evangelização que conduz à promoção humana e chega a informar todo o âmbito da cultura com a força do Ressuscitado nos permite afirmar que uma linha prioritária de nossa pastoral, fruto desta IV Conferência, há de ser a de uma Igreja na qual os fiéis cristãos leigos sejam protagonistas. Um laicato, bem estruturado com uma formação permanente, maduro e comprometido, é o sinal de Igrejas particulares que levam muito a sério o compromisso da Nova Evangelização".

DSD 293: "293. O compromisso é de todos a partir de comunidades vivas. Um especial protagonismo corresponde aos leigos em continuidade com as orientações da Exortação apostólica 'Christifideles Laici'. Entre eles, seguindo o convite constante do Papa, convocamos mais uma vez os jovens para que sejam força renovadora da Igreja e esperança do mundo.

A fim de suscitar presbíteros, diáconos permanentes, religiosos, religiosas e membros dos institutos seculares para a nova evangelização, impulsionaremos uma vigorosa pastoral das vocações".

DSD 302: "A Igreja na América Latina e Caribe proclama sua fé: Jesus Cristo: ontem, hoje e sempre (cf. Hb 13,8) Nossas Igrejas particulares, unidas na esperança e no amor, sob a proteção de Nossa Senhora de Guadalupe, em comunhão com o Santo Padre e em continuidade com as orientações pastorais das Conferências Gerais de Medellín e Puebla, comprometem-se a trabalhar em: 1. Uma nova evangelização de nossos povos. À qual TODOS estão chamados, com ênfase na PASTORAL VOCACIONAL, com especial protagonismo dos LEIGOS e, entre eles, dos JOVENS, mediante a educação contínua da fé e sua celebração: a CATEQUESE e a LITURGIA. Para além de nossas próprias fronteiras: AMÉRICA LATINA MISSIONÁRIA.

2. Uma promoção integral do povo latino-americano e caribenho. A partir de uma evangélica e renovada opção pelos POBRES. A serviço da VIDA e da FAMÍLIA.

3. Uma evangelização inculturada. Que penetre os ambientes marcados pela CULTURA URBANA. Que se encarne nas CULTURAS INDÍGENAS e AFRO-AMERICANAS. Com uma eficaz AÇÃO EDUCATIVA e uma MODERNA COMUNICAÇÃO".

Nota:265

EN 70: "70. Os leigos, a quem a sua vocação específica coloca no meio do mundo e à frente das mais variadas tarefas na ordem temporal, devem também eles, através disso mesmo, atuar uma singular forma de evangelização.

A sua primeira e imediata tarefa não é a instituição e o desenvolvimento da comunidade eclesial - esse é o papel específico dos pastores - mas sim, pôr em prática todas as possibilidades cristãs e evangélicas escondidas, mas já presentes e operantes, nas coisas do mundo. O campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos meios de comunicação e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como seja, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quanto mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente nas mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã muitas vezes escondida e asfíxiada, tanto mais essas realidades, sem nada perder ou sacrificar do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo."

Nota:266

DSD 114: "114. Reafirmar a opção preferencial pelos jovens proclamada em Puebla, não só de modo afetivo, mas também efetivamente; isto deve significar uma opção concreta por uma pastoral juvenil orgânica, onde haja um acompanhamento e apoio real com diálogo mútuo entre jovens, pastores e comunidades. A efetiva

opção pelos jovens exige maiores recursos pessoais e materiais por parte das paróquias e das dioceses. Esta pastoral juvenil deve ter sempre uma dimensão vocacional”.

Nota:267

DSD 108: “Desenvolver a consciência dos sacerdotes e dirigentes leigos para que aceitem e valorizem a mulher na comunidade eclesial e na sociedade, não só pelo que elas fazem, mas, sobretudo, pelo que elas são. Fomentar uma atitude de análise crítica ante as mensagens dos meios de comunicação sobre os estereótipos que tais meios apresentam sobre a feminilidade. Discernir à luz do Evangelho de Jesus os movimentos que lutam pela mulher, partindo de perspectivas distintas para potenciar seus valores, iluminar o que pode parecer confuso e denunciar o que resulta contrário à dignidade humana. Ao ler as Escrituras, anunciar com força o que o Evangelho significa para a mulher e desenvolver uma leitura da Palavra de Deus que descubra os traços que a vocação feminina confere ao plano da salvação”.

Nota:268

cf. Carta aos Bispos do Brasil, 1986, n. 3.

Nota:269

CfL 51: “51. Quanto, pois, à participação na missão apostólica da Igreja, não há dúvida de que, por força do Batismo e da Crisma, a mulher como o homem torna-se participante no triplice múnus de Jesus Cristo sacerdote, Profeta e Rei e, portanto, é habilitada e vocacionada para o apostolado fundamental da Igreja: a evangelização. Por outra parte, precisamente na realização desse apostolado, a mulher é chamada a pôr em prática os seus ‘dons’ próprios: antes de mais, o dom que é a sua própria dignidade pessoal, através da palavra e do testemunho de vida; os dons, portanto, relacionados com a sua vocação feminina.

Para participar da vida e da missão da Igreja, a mulher não pode receber o sacramento da Ordem e, por isso, não pode desempenhar as funções próprias do sacerdócio ministerial. Esta é uma disposição que a Igreja sempre encontrou na clara vontade, totalmente livre e soberana, de Jesus Cristo que chamou apenas homens para seus apóstolos; uma disposição que pode encontrar luz na relação entre Cristo Esposo e a Igreja Esposa. Estamos na esfera da função e não na da dignidade e da santidade. Deve, na verdade, afirmar-se: ‘Embora a Igreja possua uma estrutura hierárquica, essa estrutura, todavia, está totalmente ordenada para a santidade dos membros em Cristo’.

Mas, como já dizia Paulo VI, se ‘nós não podemos mudar o comportamento de Nosso Senhor nem a chamada que ele dirigiu às mulheres, devemos, porém, reconhecer e promover o papel da mulher na sua missão evangelizadora e na vida da comunidade cristã’.

É absolutamente necessário que se passe do reconhecimento teórico da presença ativa e responsável da mulher na Igreja à realização prática. E é neste claro sentido que deverá ler-se a presente Exortação que se dirige aos fiéis leigos, com a deliberada e repetida especificação ‘homens e mulheres’. Também o novo Código de Direito Canônico contém múltiplas disposições sobre a participação da mulher na vida e na missão da Igreja: são disposições que precisam ser mais comumente conhecidas e postas em prática, embora segundo as diversas sensibilidades culturais e oportunidades pastorais, com maior celeridade e resolução.

Veja-se, por exemplo, a participação das mulheres nos conselhos pastorais diocesanos e paroquiais, assim como nos Sínodos diocesanos e nos concílios particulares. Nesse sentido, os padres sinodais escreveram: ‘As mulheres participem da vida da Igreja sem discriminação alguma, também nas consultas e na elaboração de decisões. E ainda’: ‘As mulheres, que já têm tanta importância na transmissão da fé e na prestação de serviços de toda a espécie na vida da Igreja, devem ser associadas à preparação dos documentos pastorais e das iniciativas missionárias e devem ser reconhecidas como cooperadoras da missão da Igreja na família, na profissão e na comunidade civil’.

No âmbito mais específico da evangelização e da catequese, deverá promover-se com maior força a função particular que a mulher tem na transmissão da fé, não só na família, mas também nos mais variados lugares educativos e, em termos mais vastos, em tudo o que concerne ao acolhimento da Palavra de Deus, à sua compreensão e à sua comunicação, também através do estudo, da investigação e da docência da teologia.

Ao desempenhar a sua tarefa de evangelização, a mulher sentirá mais viva a necessidade de ser evangelizada. Assim, com ‘os olhos iluminados pela fé’ (cf. Ef 1,18), a mulher poderá distinguir entre o que verdadeiramente responde à sua dignidade pessoal e à sua vocação e tudo o que, talvez sob o pretexto dessa ‘dignidade’ e em nome da ‘liberdade’ e do ‘progresso’, faz com que a mulher não contribua para o fortalecimento dos verdadeiros valores, mas, pelo contrário, se torne responsável da degradação moral das pessoas, dos ambientes e da sociedade. Realizar um tal ‘discernimento’ é uma urgência histórica inadiável e, ao mesmo tempo, uma possibilidade e uma exigência que derivam da participação do múnus profético de Cristo e da sua Igreja por parte da mulher cristã. O discernimento, de que fala muitas vezes o apóstolo Paulo, não consiste apenas numa avaliação das realidades e dos acontecimentos à luz da fé; é também uma decisão concreta e um empenho operativo, não só no âmbito da Igreja, mas também no da sociedade humana.

Pode-se afirmar que todos os problemas do mundo contemporâneo, de que já falava a segunda parte da Constituição conciliar ‘Gaudium et Spes’ e que com o tempo não foram por nada resolvidos nem atenuados, devem contar com a presença e o empenho das mulheres e, precisamente, com o seu contributo típico e insubstituível.

Em particular, duas grandes tarefas confiadas à mulher merecem ser novamente postas à atenção de todos.

A tarefa, antes de mais, de dar plena dignidade à vida matrimonial e à maternidade. Novas possibilidades se abrem hoje à mulher para uma compreensão mais profunda e para uma realização mais rica dos valores humanos e cristãos implicados na vida conjugal e na experiência da maternidade: o próprio homem o marido e o pai pode superar formas episódicas e unilaterais de absentismo ou de presença; mais, pode envolver-se em novas e significativas relações de comunhão interpessoal precisamente graças à intervenção inteligente, amorosa e decisiva da mulher.

E, depois, a tarefa de assegurar a dimensão moral da cultura, isto é, a dimensão de uma cultura digna do homem, da sua vida pessoal e social. O Concílio Vaticano II parece relacionar a dimensão moral da cultura com a participação dos leigos do múnus real de Cristo: ‘Os leigos, também pela união das próprias forças, devem sanear as estruturas e as condições do mundo, se elas porventura propendem a levar ao pecado, de tal modo que todas se conformem às normas da justiça e, antes, ajudem ao exercício das virtudes, em vez de o estorvarem. Agindo assim, informarão de valor moral a cultura e as obras do homem’.

À medida que a mulher participar ativa e responsabilmente da função das instituições, de que depende a salvaguarda do primado devido aos valores humanos na vida das comunidades políticas, as palavras do Concílio acima citadas abrirão um importante campo de apostolado da mulher: em todas as dimensões da vida dessas comunidades, desde a dimensão sócio-econômica à sócio-política, devem respeitar-se e promover-se a dignidade pessoal da mulher e a sua vocação específica: no âmbito não só individual, mas também comunitário; não apenas em formas deixadas à liberdade responsável das pessoas, mas igualmente em formas garantidas por leis civis justas.

'Não é bom que o homem esteja só: vou dar-lhe um auxiliar semelhante a ele' (Gn 2,18). À mulher Deus Criador confiou o homem. Sem dúvida, o homem foi confiado a cada homem, mas de modo particular à mulher, porque precisamente a mulher parece possuir, graças à experiência especial da sua maternidade, uma sensibilidade específica para com o homem e para com tudo o que constitui o seu verdadeiro bem, a começar pelo valor fundamental da vida. São tão grandes as possibilidades e as responsabilidades da mulher neste campo, numa época em que o progresso da ciência e da técnica nem sempre é inspirado e pautado pela verdadeira sabedoria, com o risco inevitável de 'desumanizar' a vida humana, sobretudo quando ela exige um amor mais intenso e uma aceitação mais generosa!

A participação da mulher na vida da Igreja e da sociedade, através dos seus dons, constitui, ao mesmo tempo, a estrada necessária para a sua realização pessoal na qual justamente tanto se insiste e o contributo original da mulher para o enriquecimento da comunhão eclesial e para o dinamismo apostólico do povo de Deus.

Nessa perspectiva deve-se considerar a presença também do homem ao lado da mulher".

Nota:270

AA 19: "19. Há uma grande variedade de associações apostólicas: umas têm por objetivo o apostolado geral da Igreja, outras, finalidades específicas, como a evangelização ou a santificação, outras, a animação cristã da ordem temporal, outras, enfim, dão testemunho de Cristo por meio das obras de misericórdia e de caridade.

O que há de mais importante nessas associações é que favorecem e estimulam, em seus membros, a unidade entre fé e vida. As associações não existem em função de si mesmas. Devem visar ao cumprimento da missão da Igreja no mundo. Seu valor apostólico depende de sua subordinação aos fins da Igreja e do testemunho cristão evangélico de seus membros e da própria associação como um todo.

Dado o progresso das instituições humanas e o desenvolvimento da sociedade como um todo, a missão universal da Igreja requer hoje que as iniciativas apostólicas dos católicos se orientem sempre numa perspectiva internacional. Por sua vez, as organizações internacionais católicas alcançarão melhor seus objetivos na medida em que for mais estreita a união entre seus membros.

Respeitadas as relações com a autoridade eclesial, os leigos têm o direito de fundar, dar o nome e governar suas próprias associações. Evite-se, porém, a dispersão de forças, inevitável quando se fundam associações sem necessidade ou se mantêm artificialmente vivas associações obsoletas. Também nem sempre convém transplantar para outras nações formas associativas de um determinado país".

Nota:271

CfL 60: "60. Dentro desta síntese de vida situam-se os múltiplos e coordenados aspectos da formação integral dos fiéis leigos.

Não há dúvida de que a formação espiritual deve ocupar um lugar privilegiado na vida de cada um, chamado a crescer incessantemente na intimidade com Jesus Cristo, na conformidade com a vontade do Pai, na dedicação aos irmãos, na caridade e na justiça. Escreve o Concílio: 'Esta vida de íntima união com Cristo alimenta-se na Igreja com as ajudas espirituais que são comuns a todos os fiéis, sobretudo a participação ativa na sagrada liturgia, e os leigos devem socorrer-se dessas ajudas, de modo que, ao cumprir com retidão os próprios deveres do mundo, nas condições normais da vida, não separem da própria vida a união com Cristo, mas, desempenhando a própria atividade segundo a vontade de Deus, cresçam nela'.

A formação doutrinal dos fiéis leigos mostra-se hoje cada vez mais urgente, não só pelo natural dinamismo de aprofundar a sua fé, mas também pela exigência de 'racionalizar a esperança' que está dentro deles, perante o mundo e os seus problemas graves e complexos. Tornam-se, desse modo, absolutamente necessárias uma sistemática ação de catequese, a dar-se gradualmente, conforme a idade e as várias situações da vida, e uma mais decidida promoção cristã da cultura, como resposta às eternas interrogações que atormentam o homem e a sociedade de hoje.

Em particular, sobretudo para os fiéis leigos, de várias formas empenhados no campo social e político, é absolutamente indispensável uma consciência mais exata da doutrina social da Igreja, como repetidamente os padres sinodais recomendaram nas suas intervenções. Falando da participação política dos fiéis leigos, assim se exprimiram: 'Para que os leigos possam realizar ativamente este nobre propósito na política (isto é, o propósito de fazer reconhecer e estimar os valores humanos e cristãos), não são suficientes as exortações, é preciso dar-lhes a devida formação da consciência social, sobretudo acerca da doutrina social da Igreja, a qual contém os princípios de reflexão, os critérios de julgar e as diretivas práticas (cf. Congregação para a Doutrina da Fé, Instrução sobre liberdade cristã e libertação, 72). Tal doutrina já deve figurar na instrução catequética geral, nos encontros especializados e nas escolas e universidades. A doutrina social da Igreja é, todavia, dinâmica, isto é, adaptada às circunstâncias dos tempos e lugares. É direito e dever dos pastores propor os princípios morais, também sobre a ordem social, e é dever de todos os cristãos dedicarem-se à defesa dos direitos humanos; a participação ativa nos partidos políticos é, todavia, reservada aos leigos'.

E, finalmente, no contexto da formação integral e unitária dos fiéis leigos, é particularmente significativo, para a sua ação missionária e apostólica, o crescimento pessoal no campo dos valores humanos. Precisamente neste sentido, o Concílio escreveu: '(os leigos) tenham também em grande conta a competência profissional, o sentido da família, o sentido cívico e as virtudes próprias da convivência social, como a honradez, o espírito de justiça, a sinceridade, a amabilidade, a fortaleza de ânimo, sem as quais nem sequer se pode dar uma vida cristã autêntica'.

Ao amadurecer a síntese orgânica da sua vida, que, simultaneamente, é expressão da unidade do seu ser e condição para o cumprimento eficaz da sua missão, os fiéis leigos serão interiormente conduzidos e animados pelo Espírito Santo, que é Espírito de unidade e de plenitude de vida".

Nota:272

cf. João Paulo II, em Campo Grande, 1991.

Nota:273

DGAP 1991-1994 284: “284. Além das tarefas tradicionais nas áreas da educação, da saúde e das obras de assistência e caridade e da participação nas atividades pastorais na comunidade eclesial, a Vida Religiosa, sobretudo feminina, redescobriu recentemente novos campos. Exerce seu ministério profético, através de comunidades inseridas no mundo rural e nas periferias das cidades. Igualmente o faz através da participação na pastoral, pela animação de comunidades eclesiais de base e de pastorais específicas de natureza social, tais como a CPT, CPO, CIMI, Pastoral do Menor, Pastoral da Criança etc. Nesse processo, a Vida Religiosa tem-se renovado também por dentro dela mesma, aprofundando sua consagração a Deus na vivência dos Conselhos Evangélicos. Esse é, sem dúvida, o melhor serviço que o povo de Deus espera dela. Com efeito, sua força pastoral lhe vem sobretudo do fato de ser expressão do seguimento de Cristo no meio do povo de Deus e sinal de esperança para ele”

Nota:274

João Paulo II, Aos Superiores Gerais, 24.11.1978.

Nota:275

DGAP 1991-1994 286: “286. Para a renovação da Vida Religiosa, além das iniciativas no interior dos respectivos Institutos, há o vasto serviço da Conferência dos Religiosos do Brasil, com as seções regionais e diocesanas, com inúmeras iniciativas intercongregacionais de formação inicial e de formação permanente. Todo esse esforço de renovação, realizado em comunhão com a Igreja, deve ser estimulado. Assim, a Vida Religiosa, por força de seu carisma específico, tornar-se-á cada vez mais evangelizadora, como testemunho do absoluto de Deus e da dimensão transcendente da vida num mundo em mudança”.

Nota:276

Pastores Dabo Vobis nn. 19 e ss: “19. O Espírito do Senhor está sobre mim (Lc 4,18). O Espírito não está simplesmente ‘sobre’ o Messias, mas ‘enche-o’, penetra-o, atinge-o no seu ser e operar. De fato, o Espírito é o princípio da consagração e da missão do Messias: ‘por isso me consagrou, e me enviou a anunciar a Boa-Nova aos pobres’ (Lc 4,18). Em virtude do Espírito, Jesus pertence total e exclusivamente a Deus, participa da infinita santidade de Deus que o chama, elege e envia. Assim, o Espírito do Senhor se revela fonte de santidade e apelo à santificação.

Este mesmo ‘Espírito do Senhor’ está ‘sobre’ a totalidade do povo de Deus, que é constituído como povo ‘consagrado’ a Deus e por Deus ‘enviado’ para o anúncio do Evangelho que salva. Os membros do povo de Deus estão ‘inebriados’ e ‘assinados’ pelo Espírito (cf. 1Cor 12,13; 2Cor 1,21-22; Ef 1,13; 4,3), e chamados à santidade.

Em particular, o Espírito revela-nos e nos comunica a vocação fundamental que o Pai desde a eternidade dirige a todos: a vocação a ser ‘santos e imaculados na sua presença na caridade’, em virtude da predestinação para ‘sermos seus filhos adotivos por obra de Jesus Cristo’ (Ef 1,4-5). Mais. Revelando e comunicando-nos esta vocação, o Espírito se torna em nós princípio e garantia da sua própria realização; ele, o Espírito do Filho (cf. Gl 4,6), conforma-nos a Jesus Cristo e nos torna participantes de sua vida filial, ou seja, de seu amor ao Pai e aos irmãos. ‘Se vivemos do Espírito, caminhemos segundo o Espírito’ (Gl 5,25). Com estas palavras, o apóstolo Paulo recorda-nos que a existência cristã é ‘vida espiritual’, quer dizer, vida animada e guiada pelo Espírito em ordem à santidade e à perfeição da caridade.

A afirmação do Concílio: ‘Todos os fiéis, de qualquer estado ou condição, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade’ encontra particular aplicação no caso dos presbíteros: estes são chamados não só enquanto batizados, mas também e especificamente enquanto presbíteros, ou seja, por um título novo e de um modo original, derivado do sacramento da Ordem.

20. Acerca da ‘vida espiritual’ dos presbíteros e do dom e responsabilidade de serem santos, oferece-nos o Decreto conciliar sobre o Ministério e a Vida Sacerdotal uma síntese rica e estimulante: ‘Pelo sacramento da Ordem, os presbíteros são configurados a Cristo Sacerdote como ministros da Cabeça, para a construção e edificação do seu Corpo, que é a Igreja, na qualidade de colaboradores da Ordem episcopal’. Já desde a consagração do Batismo, receberam, tal como todos os fiéis, o sinal e o dom de tão insigne vocação e graça, para que, mesmo na fraqueza da condição humana, possam e devam alcançar a perfeição, segundo quanto foi dito pelo Senhor: ‘Sede perfeitos como é perfeito o vosso Pai celeste’ (Mt 5,48). Mas os sacerdotes são especialmente obrigados a buscar esta perfeição, visto que, consagrados de modo particular a Deus pela recepção da Ordem, se tornaram instrumentos vivos do sacerdócio eterno de Cristo, a fim de prosseguirem no tempo a sua obra admirável que restaurou com divina eficácia a humanidade inteira. Dado, portanto, que cada sacerdote, no modo que lhe é próprio, age em nome e na pessoa do próprio Cristo, ele usufrui também de uma graça especial, em virtude da qual, enquanto se encontra ao serviço das pessoas que lhe foram confiadas e de todo o povo de Deus, possa alcançar de maneira mais conveniente a perfeição daquele de quem é representante, e cure a debilidade humana da carne a santidade daquele que por nós se fez pontífice ‘santo, inocente, separado dos pecadores’ (Hb 7,26).

O Concílio afirma, antes de mais, a vocação ‘comum’ à santidade. Esta vocação radica-se no Batismo, que caracteriza o presbítero como um ‘fiel’ (christifidelis), como ‘irmão entre irmãos’ inserido e unido com o povo de Deus, na alegria de partilhar os dons da salvação (cf. Ef 4,4-6) e no compromisso comum de caminhar ‘segundo o Espírito’, seguindo o único Mestre e Senhor. Recordemos o célebre dito de Santo Agostinho: ‘Para vós sou bispo, convosco sou cristão. Aquele é o nome de um cargo assumido, este de graça; aquele é um nome de perigo, este um nome de salvação’.

Com a mesma clareza, o texto conciliar fala também de uma vocação ‘específica’ à santidade, mais precisamente de uma vocação que se fundamenta no sacramento da Ordem, na qualidade de sacramento próprio e específico do sacerdote, portanto por força de uma nova consagração a Deus mediante a ordenação. A esta vocação específica alude ainda o mesmo Santo Agostinho, quando à afirmação ‘para vós sou bispo, convosco sou cristão’ acrescenta as seguintes palavras: ‘Se, portanto, é para mim causa de maior alegria o ter sido resgatado convosco do que o ter sido posto à vossa frente, seguindo o mandato do Senhor, dedicar-me-ei com o máximo empenho a servir-vos, para não me tornar ingrato com quem me resgatou por aquele preço que me fez servidor vosso e convosco’.

O texto do Concílio vai mais além, pondo em destaque alguns elementos necessários para definir o conteúdo da ‘especificidade’ da vida espiritual dos presbíteros. Trata-se de elementos que se relacionam com a ‘consagração’

própria dos presbíteros, a qual os configura a Jesus Cristo Cabeça e Pastor da Igreja; com a 'missão' ou ministério típico dos próprios presbíteros, que os habilita e compromete a serem 'instrumentos vivos de Cristo eterno Sacerdote' e a agir 'em nome e na pessoa do próprio Cristo'; com a sua 'vida' inteira, vocacionada para manifestar e testemunhar, de modo original, a 'radicalidade evangélica'".

Nota:277

Diretório para o Ministério e a Vida do Presbítero, 34-68: "34. Não se pode tomar como definitivo e completo o quadro que emerge do conjunto de dados colhidos. (Ver: A situação do clero no Brasil, CNC, 1980.) Contudo, dentro dos limites do instrumento usado - um questionário - e de algumas deficiências surgidas na sua elaboração e aplicação, não se pode negar o valor dessas respostas de 1/3 do clero nacional, abrangendo padres de todas as idades e regiões e atingindo tanto os sacerdotes diocesanos quanto os religiosos, quer nascidos no Brasil, quer no Exterior.

35. Nesta parte, dedicada à visão da realidade, utilizam-se indicações nascidas dessa consulta. Para não perder, contudo, o sabor e a validade da experiência e da reflexão mais imediatas, o texto se apóia também em observações colhidas em três Encontros Nacionais de grupos ligados à Pastoral Vocacional, aos Seminários e aos Presbíteros, reunidos em Brasília em setembro e outubro de 1980, a convite da CNBB, com o objetivo de fornecer subsídios para a presente Assembléia.

1. Situação do presbítero

36. O quadro geral vivido hoje pelos presbíteros revela uma caminhada ainda em curso. Parecem estar em fase de superação alguns problemas agudamente sentidos até alguns anos atrás. Ao menos pode-se dizer que no clero de hoje há uma clara consciência de que foram dados alguns passos e abertas novas perspectivas em sua vida e ministério. Outros pontos parecem permanecer no horizonte de preocupações dos presbíteros como incógnitas ou como desafios.

1.1. Passos dados

Alguns pontos merecem especial consideração quando se tenta um balanço na caminhada feita:

37. Os dados parecem apontar, inicialmente, para um clero consagrado prioritariamente à atividade pastoral, especialmente em paróquias. É provável que tais atividades se tenham transformado bastante, e que em várias regiões ou setores de evangelização tenham adquirido feições bem diversas das que caracterizavam antigamente a rotina de vida do presbítero.

38. Como grupo, o clero que respondeu à pesquisa se mostra bem inserido em suas atividades de Igreja, revelando elevado nível de satisfação pessoal pela opção de vida realizada e pelo trabalho pastoral concretamente exercido.

39. De outro lado, não se pode, porém, negligenciar a problemática dos que continuam questionando-se e sentindo-se ainda irrealizados em seu ministério. Cabe a pergunta: estará o problema neles próprios ou, muito mais, a responsabilidade toca nosso modo de relacionamento e nossas estruturas?

40. É preocupante verificar que parcela considerável do clero não parece atingida pelos grandes questionamentos de nosso tempo. Na verdade, aceitando-se as dificuldades dos mais idosos, não poucos continuam instalados em certa indiferença e apatia, ou acomodados num regime de vida e ministério aparentemente não sacudido pelo sopro do Espírito.

41. Outra faceta da vida presbiteral indicativa de mudança é a que diz respeito ao diálogo e à participação no interior do presbitério, bem como ao planejamento e orientação da atividade pastoral. Até alguns anos atrás, era este um dos problemas mais agudamente percebidos. Hoje já se faz sentir o efeito benéfico de estruturas de diálogo e de convivência fraterna que foram paulatinamente sendo criadas. Deve existir uma certa diversidade de situações, mas de maneira geral bispos e presbíteros parecem ter descoberto um estilo de vida e relacionamento mais próximo e direto. O convívio com os leigos, embora ainda insuficiente, é sentido como elemento positivo.

42. Também no tocante a esse aspecto, não podemos deixar de encarar com seriedade o número significativo de presbíteros que, em relação ao bispo, aos colegas de presbitério e, em menor escala, aos leigos, se ressentem de um penoso distanciamento.

43. Merece especial atenção o problema dos sacerdotes pertencentes a congregações religiosas. Após alguns anos de trabalho pastoral, organicamente planejado pelas Igrejas locais, eles tendem entrosar-se sempre mais na linha da pastoral diocesana. Existem, todavia, grupos que se alheiam à perspectiva de ação pastoral das Igrejas locais. No caso dos religiosos tomados individualmente, como o mostra a pesquisa, é ponderável o número dos sacerdotes religiosos que se sentem pouco entrosados com o bispo e seus colegas de presbitério.

44. Também o chamado 'problema econômico' do clero parece ter evoluído. Trata-se de um problema complexo. Apesar das desigualdades regionais e das variações, por vezes muito grandes, no interior da mesma diocese ou província de religiosos, é inegável que a maioria dos padres leva uma vida evangélicamente pobre, sofrendo parte deles restrições financeiras. A fonte básica de seu sustento é o próprio trabalho pastoral. Bom número, em especial do clero diocesano, se vê coagido a apelar para a ajuda de terceiros ou a buscar, em algum tipo de trabalho remunerado, uma fonte alternativa para o próprio sustento.

45. Verifica-se em diversos lugares a existência de sacerdotes à busca de maneiras novas de partilhar os bens materiais como uma forma de viver a pobreza. De outro lado, não se pode silenciar a existência de casos opostos de contratemunho individual e coletivo. Quanto à situação do momento, os presbíteros mostram-se relativamente tranquilos. A insegurança que se faz sentir é em relação à velhice e eventuais enfermidades.

46. Por razões evidentes, o temor ante as incertezas do futuro é mais acentuado no clero secular, cuja subsistência depende mais diretamente da capacidade de trabalho de cada sacerdote tomado individualmente. Embora a nova legislação, estendendo aos padres os benefícios da previdência social pública, tenha trazido mais tranquilidade à maioria, os presbíteros diocesanos não contam com o sistema de apoio que as congregações religiosas oferecem a seus membros.

47. O problema não é apenas de natureza econômica. Há outras variáveis em jogo. O padre secular se preocupa com questões que atingem muito menos

o religioso, como: Onde morar? Com quem conviver? Onde encontrar assistência? Como dignificar e valorizar a velhice sacerdotal? São, portanto, muitas as facetas do problema. Em algumas dioceses e regionais, surgiram iniciativas isoladas, bem sucedidas. No conjunto, porém, é bem pouco o que se faz.

48. Acha-se em andamento uma transformação significativa no sistema de sustentação das Igrejas locais. As antigas taxas doadas pelos fiéis, por ocasião da administração dos sacramentos, estão cedendo lugar ao dízimo como forma de responsabilizar a todos pelo sustento financeiro das obras paroquiais e dos ministros. Onde o sistema do dízimo já se firmou, evidenciou-se a necessidade de o presbítero assumir uma comunhão mais plena com sua comunidade, partilhando das condições de vida e limitações dos membros do povo de Deus.

49. Não possuímos dados suficientes a respeito do problema da profissionalização dos presbíteros, entendida como exercício remunerado de ocupações não diretamente ligadas às tarefas presbiterais ou às obras da Igreja. É inegável que até pouco tempo atrás este tema era objeto de atenção por parte de considerável número de sacerdotes. Também os seminaristas maiores demonstravam preocupações em relação ao trabalho profissional, menos como fonte de recursos para seu sustento, do que como experiência julgada necessária para a formação do presbítero hoje.

50. Parece que a pergunta de fundo que os presbíteros e seminaristas se põem hoje é de outra natureza. A questão já não é tanto esta: 'Quem sou ou devo ser nesta sociedade?'. É muito mais estoura: 'Como me situo pessoalmente nesta Igreja que está redefinindo seu papel na sociedade brasileira?'. Vista sob este ângulo, a profissionalização muda de figura. Não se questiona tanto ou somente o aspecto pessoal da realização humana e social, e sim a dimensão eclesial desta realização.

1.2. Caminhada a continuar

Ao refletir sobre o caminho já percorrido, levantam-se à nossa frente algumas pistas e desafios:

51. - a necessidade de um aprimoramento espiritual dos presbíteros, constitui o desafio prioritariamente sentido. O presbítero percebe hoje a necessidade de cultivar de modo mais específico sua espiritualidade pessoal e eclesial, a fim de que sua vida e ministério adquiram significado pleno;

52. - a comunhão no trabalho e na oração com os irmãos presbíteros e com as comunidades de fé, torna-se fonte de sustentação e amadurecimento da vocação. De outro lado, a densidade da vida espiritual do padre passa a cultivar-se como condição de eficácia do seu próprio ministério;

53. - o apoio e intercâmbio afetivo, o cultivo da amizade e da vida em comum, os momentos fortes de reflexão, de estudo, de trabalho e de lazer, o aprimoramento das estruturas e estilos da Igreja no sentido da partilha e da co-responsabilidade, são pontos básicos na caminhada que se abre para os presbíteros do Brasil.

54. Percebe-se melhor a necessidade de superar certos hábitos que favorecem o isolacionismo e o individualismo, ou impedem o diálogo fraterno e honesto. As práticas da vida e do ministério presbiterial devem evoluir em direção à comunhão e participação, conforme a grande diretriz de Puebla.

55. Ao longo desses anos, o clero tem sentido a necessidade de a Igreja, como um todo, converter-se sempre de novo às exigências do Evangelho. A autenticidade de seu testemunho depende essencialmente desta mudança profunda. Decorre daí para o próprio clero a premência de reconversão constante à Palavra de Deus.

56. Um dos pontos de referência e um dos critérios sentidos hoje, como decisivos para o discernimento no caminho dos presbíteros do Brasil, é o pobre em cujo rosto se espelha a face de Jesus Cristo. A realidade de injustiça e de opressão, à qual a Igreja quer fazer frente com a opção preferencial pelos pobres, abre para o padre uma série de questionamentos novos. Não se trata de perguntas abstratas a respeito da sociedade, da história e da organização política e econômica.

57. Os documentos programáticos e as prioridades, reiteradamente assumidas pela Igreja em seus planos pastorais, colocam o presbítero diante de um repto, para o qual nem sempre se sente suficientemente preparado. Falta-lhe uma visão teológica e pastoral que o capacite a atuar, com fundamentação adequada, no anúncio do evangelho, do qual a dimensão social e política é elemento integrante.

58. O padre de hoje se defronta, de forma irrecusável, com o problema das ideologias. 'Elas constituem... fenômenos vitais de dinamismo envolvente, contagioso... Desse modo, muitos vivem e militam praticamente dentro dos limites de determinadas ideologias, sem haverem tomado consciência disso... Tudo isso se aplica tanto às ideologias que legitimam a situação atual, como aquelas que pretendem mudá-las' (Puebla 537). Este é um aspecto que exige do sacerdote constante revisão e vigilância.

59. A atualização teológico-pastoral e o melhor conhecimento das ciências sociais e humanas são vistos hoje como imprescindíveis. As lacunas de formação eclesial, mesmo no caso do sacerdote recentemente ordenado, se fazem notar tão logo a ação pastoral tenta concretizar as respostas da comunidade cristã para a realidade que a interpela. Tanto os presbíteros que trabalham nos grandes centros urbanos ou em ambiente de pastoral especializada, quanto os padres do interior, percebem agudamente que, sem atualização constante de seus conhecimentos com base na prática ministerial, torna-se difícil realizar as grandes metas que se propõe a Igreja na evangelização do nosso povo.

60. Há sacerdotes que, sem colocar em questionamento o valor do celibato em quanto tal, almejavam uma mudança na atual disciplina da Igreja. Além da realização humana e afetiva do sacerdote, freqüentemente sujeito a duras condições de trabalho e ao isolamento, são aduzidos para tanto argumentos históricos e teológicos e, principalmente, a necessidade pastoral de inúmeras comunidades privadas da presença do padre.

61. A este respeito e em referência à formação dos futuros presbíteros, o Santo Padre escreve aos bispos do Brasil, em carta de 10/12/80: 'Não vos paralisem neste esforço nem uma concepção imperfeita e enganosa da promoção dos leigos, nem a tentação das fórmulas simplistas ou das soluções de emergência, alheias às conclusões da 3ª Assembléia do Sínodo dos Bispos em 1971 e às claras diretrizes emanadas da Sé Apostólica para a Igreja Latina. A resposta a dar à urgente necessidade de sacerdotes, resposta realmente coerente com o bem da Igreja, não se encontra na abolição do celibato sacerdotal, na ordenação de homens casados ou no retorno ao ministério de sacerdotes que o abandonaram para contrair matrimônio'.

62. O próprio Papa indica o caminho a seguir: 'Dois aspectos me parecem relevantes neste campo: *promover* as vocações sacerdotais e religiosas e *formar bem* os candidatos. Não insisto sobre o primeiro, pois bem sabeis que a crescente promoção dos leigos não dispensa, antes exige maior presença de sacerdotes. O segundo aspecto não é menos importante e até diria que, se não houvesse a consciência, a vontade e o cuidado de dar aos futuros sacerdotes e religiosos uma séria e acurada formação intelectual, moral, espiritual e apostólica, a promoção vocacional se tornaria um esforço ineficaz e até arriscado para a Igreja. Compreendeis certamente esse pensamento'.

63. A Igreja do Brasil, acata, em profundo espírito de fé e obediência, essa palavra do Papa.

64. A convivência mais próxima ao povo que clama pela presença do sacerdote, o conhecimento de leigos pastoralmente admiráveis e o conhecimento das lutas de seus padres, fazem com que o acolhimento dessas diretrizes traduzida, para alguns bispos, uma renúncia consciente e responsável.

65. Para os sacerdotes e para os que almejam o serviço presbiteral, a tarefa que se abre como projeto existencial e de vida é a de cultivar a riqueza espiritual e humana de que o celibato é fonte, conforme a fecunda tradição da Igreja.

2. Completando o quadro

2.1. Observação crítica

66. O quadro descrito apresentou um clero em fase de superação efetiva da crise de identidade que o afligiu até data recente, clero que se mostra fiel às suas tarefas pastorais; marcado pelo desprendimento material; empenhado, pelo próprio testemunho, em tornar a Igreja mais evangélica; solidário com os bispos e colegas presbíteros; unido aos leigos e mais identificado com a causa dos pobres. Talvez esta apresentação se afigure a alguns como demasiado rósea ou mesmo irrealista. Do quadro emana, de fato, uma aura de otimismo. Esta imagem não foi artificialmente inventada. Os dados colhidos pela pesquisa do CERIS, são a base da descrição acima.

67. Mesmo que nem todos os presbíteros vivenciem esse clima de maior confiança e otimismo, mesmo que existam divergências, insatisfações e distanciamentos, e que em alguns lugares a realidade possa ser o oposto da que aflorou aqui, não se pode negar que a Igreja está caminhando. Bispos, presbíteros e demais ministros crescem na unidade e na certeza de sua vocação própria junto ao povo de Deus. Trata-se de um dom do Espírito. É preciso rezar para que ele se estenda a todos os presbíteros do Brasil, para a edificação da Igreja.

68. Ao mesmo tempo, talvez certos aspectos da vida e do ministério presbiteral hoje não tenham sido suficientemente explicitados. Tampouco aparecem aqui com a carga de sentimento e de vida com que são vivenciados pelos padres. Alguns deles, porém, são fundamentais e merecem ser ressaltados".

Nota:278

PDV 45: "45. A própria formação humana, se desenvolvida no contexto de uma antropologia que respeite a totalidade da verdade sobre o homem, abre-se e completa-se na formação espiritual. Cada homem, criado por Deus e redimido pelo sangue de Cristo, é chamado a ser regenerado 'pela água e pelo Espírito' (cf. Jo 3,5) e a tornar-se 'filho no Filho'. Está neste designio eficaz de Deus, o fundamento da dimensão constitutivamente religiosa do ser humano, aliás intuída e reconhecida pela simples razão: o homem está aberto ao transcendente, ao absoluto; possui um coração que vive inquieto enquanto não repousa no Senhor.

É desta fundamental e indispensável exigência religiosa que parte e se desenrola o processo educativo de uma vida espiritual, entendida como relação e comunicação com Deus. Segundo a revelação e a experiência cristã, a formação espiritual possui a inconfundível originalidade que provém da 'novidade' evangélica. Efetivamente 'essa formação é obra do Espírito e compromete a pessoa em sua totalidade; introduz na comunhão profunda com Jesus Cristo, Bom Pastor; conduz a uma submissão de toda a vida ao Espírito numa atitude filial para com o Pai, e numa ligação fiel à Igreja. A formação espiritual radica na experiência da cruz para poder introduzir, em profunda comunhão, na totalidade do mistério pascal'.

Como se pode ver, trata-se de uma formação espiritual que é comum a todos os fiéis, mas que exige ser estruturada segundo aqueles significados e conotações que derivam da identidade do presbítero e do seu ministério. E como para cada fiel, a formação espiritual se deve considerar central e unificante relativamente ao ser e ao viver do cristão, ou seja, da nova criatura em Cristo que caminha segundo o Espírito, assim, para cada sacerdote, a formação espiritual constitui o coração que unifica e vivifica o seu 'ser padre' e o seu 'agir de padre'. Neste contexto, os Padres do Sínodo afirmam que 'sem a formação espiritual, a formação pastoral desenrolar-se-ia privada de qualquer fundamento' e que a formação espiritual constitui 'como que o elemento de maior importância na formação sacerdotal'.

O conteúdo essencial da formação espiritual num preciso itinerário para o sacerdócio, é claramente expresso pelo decreto conciliar 'Optatam Totius': "A formação espiritual (...) seja ministrada de tal modo que os alunos aprendam a viver em íntima comunhão e familiaridade com o Pai por meio de seu Filho Jesus Cristo, no Espírito Santo. Destinados a configurar-se a Cristo Sacerdote por meio da Ordenação, habituem-se também a viver intimamente unidos a ele, como amigos, em toda a sua vida. Vivam o mistério pascal de Cristo, de modo a saberem, um dia, iniciar nele o povo que lhes será confiado. Sejam ensinados a procurar Cristo por meio da fiel meditação da Palavra de Deus; pela participação ativa nos mistérios sacrossantos da Igreja, sobretudo na Eucaristia e na Liturgia das Horas; por meio do bispo que os envia e dos homens a quem são enviados, especialmente os pobres, simples, doentes, pecadores e descrentes. Com confiança filial, amem e venerem a Santíssima Virgem Maria, que foi entregue por Jesus moribundo na cruz, como Mãe, ao seu discípulo".

Nota:279

PO 6: "6. Como participantes da função de Cristo, cabeça e pastor, os padres, em nome do bispo, reúnem a família de Deus numa única fraternidade em torno de Deus Pai, no Espírito. Para o cumprimento desta missão e exercício de todas as outras funções, o padre recebe um poder espiritual de edificação da Igreja, que o dispõe a tratar a todos com a maior humanidade, a exemplo do Senhor. Não no sentido de querer sempre agradar a todos, mas levando a admoestá-los como a filhos caríssimos de acordo com as exigências da doutrina e da vida cristãs, segundo o que diz o apóstolo: 'Insiste, oportuna e inoportuna, argumenta e corrige, com toda paciência e doutrina'.

Como educadores na fé, os sacerdotes, pessoalmente ou por meio de outros, cuidem de cada fiel em particular, para que sigam sua vocação própria, segundo o Evangelho. Ensine-os a agir segundo o Espírito Santo, na caridade e na liberdade pela qual Cristo nos libertou.

Pouco adiantam as belas cerimônias ou as associações cheias de vida, se não contribuem para o amadurecimento cristão das pessoas. Em vista desse objetivo, será de grande valia para os sacerdotes analisarem os acontecimentos, grandes e pequenos, em que se manifesta a vontade de Deus.

Ensinem os fiéis a não viverem exclusivamente em função de si mesmos. Com as graças que recebeu, cada um deve-se colocar a serviço dos outros e cumprir cristãmente seus deveres na sociedade, de acordo com as exigências da caridade.

Embora estejam a serviço de todos, os sacerdotes devem se dedicar de modo especial aos pobres e aos mais fracos, com que o Senhor se mostra mais intimamente unido e cuja evangelização é sinal da obra messiânica.

Cuidem igualmente dos jovens. Também dos casais e dos pais, promovendo grupos de amizade e de ajuda mútua na vida cristã, que muito contribuem para enfrentar com maior facilidade os duros problemas do dia a dia.

Saibam os padres que os religiosos, homens e mulheres, são o que há de mais nobre na casa do Senhor, com direito a toda atenção, em vista de seu proveito espiritual, para o bem de toda a Igreja. Acima de tudo, assistam os doentes e agonizantes, visitando-os e confortando-os.

A função pastoral não se limita aos fiéis na sua individualidade, mas visa à formação da comunidade propriamente dita. O espírito comunitário deve ser alimentado tanto na Igreja local como em relação à Igreja universal. A comunidade local não guarde para si os seus fiéis, mas estimule seu espírito missionário, para que se empenhem em abrir para todos os homens o caminho de Cristo.

Recomenda-se especial cuidado com os catecúmenos e neófitos que devem ser progressivamente levados a conhecer melhor e a praticar a vida cristã.

A comunidade cristã se edifica a partir da eucaristia, em que fixa suas raízes e apóia sua estrutura. É a base de todo trabalho pedagógico. A celebração eucarística quando autêntica e plena, leva à prática de todas as obras de caridade, à ação missionária, ao auxílio às missões e a todas as múltiplas formas de testemunho cristão.

Sejam verdadeiras mães da comunidade eclesial pela caridade, oração, exemplo e obras de penitência, levando as almas a Cristo. É a forma mais eficaz de preparar o caminho de Cristo e da Igreja, mostrando-o aos que ainda não creem, de estimular os fiéis e de prepará-los para os combates espirituais.

Na edificação da comunidade cristã, os sacerdotes não estejam a serviço de nenhuma ideologia ou partido humanos. Como arautos do Evangelho e pastores da Igreja, trabalhem sempre para o crescimento espiritual do corpo de Cristo".

Nota:280

PDV 17: "17. O ministério ordenado, em virtude da sua própria natureza, pode ser exercido somente na medida em que o presbítero estiver unido a Cristo mediante a inserção sacramental na ordem presbiteral e, por conseguinte, enquanto se encontrar em comunhão hierárquica com o próprio bispo. O ministério ordenado tem uma radical 'forma comunitária' e pode apenas ser assumido como 'obra coletiva'. Sobre esta natureza de comunhão do sacerdócio se deteve longamente o Concílio, examinando distintamente o relacionamento do presbítero com o seu bispo, com os demais presbíteros e com os próprios leigos.

O ministério do presbítero é, antes de mais, comunhão e colaboração responsável e necessária no ministério do bispo, na solicitude pela Igreja universal e por cada Igreja particular para cujo serviço eles constituem, juntamente com o bispo, um único presbitério.

Cada sacerdote, seja diocesano ou religioso, está unido aos outros membros deste presbitério, na base do sacramento da Ordem, por particulares vínculos de caridade apostólica, de ministério e de fraternidade. De fato, todos os presbíteros, quer diocesanos quer religiosos, participam do único sacerdócio de Cristo Cabeça e Pastor, trabalham para a mesma causa, isto é, 'a edificação do Corpo de Cristo, que, especialmente em nossos dias, requer múltiplas atividades e novas adaptações', e se enriquece, no decurso dos séculos, de carismas sempre novos.

Finalmente os presbíteros, dado que a sua figura e o seu papel na Igreja não substitui, antes promove o sacerdócio batismal de todo o povo de Deus, conduzindo-o à sua plena atuação eclesial, encontram-se num relacionamento positivo e promotor com os leigos. Eles estão ao serviço da fé, esperança e caridade destes. Reconhecem e sustentam sua dignidade de filhos de Deus como amigos e irmãos, ajudando-os a exercitar, em plenitude, o seu papel específico no âmbito da missão da Igreja.

O sacerdócio ministerial conferido pelo sacramento da Ordem e o comum ou 'real' dos fiéis, que diferem entre si essencialmente e não apenas em grau, estão coordenados entre si, ambos derivando em forma diversa do único sacerdócio de Cristo. O sacerdócio ministerial, de fato, não significa, de per si, um maior grau de santidade relativamente ao sacerdócio comum dos fiéis; mas, através dele, é outorgado aos presbíteros, por Cristo no Espírito, um dom particular para que possam ajudar o povo de Deus a exercitar com fidelidade e plenitude o sacerdócio comum que lhes é conferido".

Nota:281

LG 10: "10. O Cristo Senhor, constituído pontífice dentre os homens (cf. Hb 5, 1-5) fez do novo povo um 'reino de sacerdotes para Deus, seu Pai' (Ap 1, 6; cf. 5, 9-10). Os batizados são consagrados pela regeneração e pela unção do Espírito Santo. Todas as ações dos cristãos são como hóstias oferecidas: proclamam a força daquele que nos libertou das trevas para vivermos na sua luz admirável (cf. 1Pd 2, 4-10). Sendo assim, todos os discípulos de Cristo se oferecem como hóstia viva, santa e agradável a Deus (cf. At 2, 42-47), testemunham Cristo em toda parte e a todos que procuram dão a razão de sua esperança na vida eterna (cf. 1Pd 3, 15).

Há uma diferença de essência e não apenas de grau entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico. Contudo, ambos participam a seu modo do mesmo sacerdócio de Cristo e mantêm, por isso, estreita relação entre si. O sacerdócio ministerial, em virtude do poder sagrado que o caracteriza, visa à formação e governo do povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico em nome de Cristo e o oferece, em nome do povo. Os fiéis por sua vez, em virtude de seu sacerdócio régio, tomam parte na oblação eucarística. Exercem contudo seu sacerdócio na recepção dos sacramentos, na oração e na ação de graças, no testemunho da vida santa, na abnegação e na prática da caridade".

Nota:282

PDV 70ss. e as iniciativas nacionais e regionais da CNBB e da CNC.

PDV 70ss: "70. Exorto-te a que reanimes o dom de Deus que está em ti' (2Tm 1,6). As palavras do Apóstolo ao bispo Timóteo podem legitimamente aplicar-se àquela formação permanente à qual são chamados todos os sacerdotes, por força do 'dom de Deus' que receberam na sagrada Ordenação. Elas introduzem-nos na compreensão da verdade plena e da originalidade inconfundível da formação permanente dos presbíteros. Nisto somos ajudados também por um outro texto de Paulo, que escreve ao mesmo Timóteo: 'Não descuides o dom espiritual que recebeste e que te foi concedido por uma intervenção profética, com a imposição das mãos dos presbíteros. Atende a estas coisas e ocupa-te nelas com todo o empenho, a fim de que o teu aproveitamento seja manifesto a todos. Cuida de ti mesmo e do teu ensino; insiste nestas coisas, porque, fazendo isto, salvar-te-ás a ti mesmo e aos outros que te escutam' (1Tm 4,14-16).

O Apóstolo pede a Timóteo para 'reanimar', ou seja, para reacender o dom divino, como se faz com o fogo sob as cinzas, no sentido de acolhê-lo sem nunca perder ou esquecer aquela 'novidade permanente' que é própria de todo o dom de Deus, daquele que faz novas todas as coisas (cf. Ap 21,5) e, portanto, de vivê-lo na sua inesgotável pujança e beleza original.

Mas aquele 'reanimar' não é só o sucesso de uma tarefa confiada à responsabilidade de Timóteo, nem apenas o resultado de um empenho da sua memória e vontade. É o efeito de um dinamismo da graça intrínseco ao dom de Deus: é o próprio Deus, portanto, a reanimar o seu próprio dom, ou melhor, a libertar toda a extraordinária riqueza de graça e responsabilidade que nele está encerrada.

Com a efusão sacramental do Espírito Santo que consagra e envia, o presbítero é configurado a Jesus Cristo, Cabeça e Pastor da Igreja e é mandado a exercer o ministério pastoral. Assim, o sacerdote é assinalado para sempre e de modo indelével, no seu ser, como ministro de Jesus e da Igreja, é inserido numa condição permanente e irreversível de vida, e é encarregado dum ministério pastoral que, radicado no ser, compromete toda a sua existência e é também ele permanente. O sacramento da Ordem confere ao sacerdote a graça sacramental que o torna participante não só do 'poder' e do 'ministério' salvífico de Jesus, mas também do seu 'amor' pastoral; ao mesmo tempo assegura ao sacerdote todas aquelas graças atuais que lhe serão dadas sempre que forem necessárias e úteis para o digno e perfeito cumprimento do ministério recebido.

A formação permanente encontra, assim, o seu fundamento próprio e a sua motivação original no dinamismo do sacramento da Ordem.

É certo que não faltam razões, mesmo puramente humanas, que solicitem o sacerdote a realizar a formação permanente. Esta é uma exigência da sua realização progressiva: cada vida é um caminho incessante em direção à maturidade, e esta passa através da formação contínua. Além disso, é uma exigência do ministério sacerdotal, visto simplesmente na sua natureza genérica e comum a qualquer profissão, ou seja, como um serviço prestado aos outros: hoje não existe profissão, compromisso ou trabalho que não exija uma contínua atualização, se quiser ser credível e eficaz. A exigência de 'acertar o passo' com o caminho da história é outra razão humana que justifica a formação permanente.

Mas estas e outras razões são assumidas e especificadas pelas razões teológicas já recordadas e que se podem aprofundar ulteriormente.

O sacramento da Ordem, por sua natureza de 'sinal' que é própria de todos os sacramentos, pode considerar-se, como realmente é, Palavra de Deus: é Palavra de Deus que chama e envia, é a expressão mais forte da vocação e da missão do sacerdote. Mediante o sacramento da Ordem, Deus chama 'coram Ecclesia' o candidato 'ao' sacerdócio. O 'vem e segue-me' de Jesus encontra a sua proclamação plena e definitiva na celebração do sacramento de sua Igreja: manifesta-se e comunica-se através da voz dela, a qual ressoa nos lábios do bispo que reza e impõe as mãos. E o sacerdote responde, na fé, ao chamado de Jesus: 'Venho e sigo-te'. A partir desse momento, tem início aquela resposta que, como escolha fundamental, deve exprimir-se e reafirmar-se, ao longo dos anos do sacerdócio, em inúmeras outras respostas, todas elas radicadas e vivificadas pelo 'sim' da Ordem sagrada.

Neste sentido, pode-se falar duma vocação 'no' sacerdócio. Na realidade, Deus continua a chamar e a enviar, revelando o seu desígnio salvífico, no desenrolar histórico da vida do sacerdote e das vicissitudes da Igreja e da sociedade. É precisamente desta perspectiva que emerge o significado da formação permanente: ela é necessária para discernir e seguir esse contínuo chamado ou vontade de Deus. Assim, o apóstolo Pedro é chamado a seguir Jesus já depois de o Senhor ressuscitado lhe ter confiado a sua grei: 'Respondeu-lhe Jesus: Apascenta as minhas ovelhas. Em verdade, em verdade te digo: quando eras mais novo, tu mesmo te cingias e andavas por onde querias; mas, quando fores velho, estenderás as tuas mãos e outro te cingirá e te levará para onde tu não queres. E disse isto para indicar o género de morte com que ele havia de glorificar a Deus. E, dito isto, acrescentou: Segue-me' (Jo 21,17-19). É, portanto, um 'segue-me' que acompanha a vida e a missão do apóstolo. É um 'segue-me' que acompanha o apelo e a exigência de fidelidade até à morte (cf. Jo 21,22), um 'segue-me' que pode significar uma 'sequela Christi' até ao dom total de si no martírio.

Os Padres sinodais expressaram a razão que justifica a necessidade da formação permanente e, ao mesmo tempo, revela a sua natureza profunda, designando-a como 'fidelidade' ao ministério sacerdotal e como 'processo de contínua conversão'. É o Espírito Santo, infundido pelo Sacramento, que sustém o presbítero nesta fidelidade e que o acompanha e estimula neste caminho de incessante conversão. O dom do Espírito não dispensa, antes solicita a liberdade do sacerdote, para que coopere responsabilmente e assuma a formação permanente como um dever que lhe é confiado. Assim esta é expressão e exigência da fidelidade dele ao seu ministério, ou melhor, ao seu próprio ser. É, portanto, amor a Jesus Cristo e coerência consigo mesmo. Mas constitui também um ato de amor ao povo de Deus, ao serviço do qual o sacerdote está posto. É ainda um ato de verdadeira e própria justiça: ele é devedor ao povo de Deus, chamado porque a reconhecer e a promover aquele seu 'direito' fundamental de ser destinatário da Palavra de Deus, dos Sacramentos e do serviço da caridade, que são o conteúdo original e irrenunciável do ministério pastoral do padre. A formação permanente é necessária para que ele esteja em condições de responder condignamente a tal direito do povo de Deus.

Alma e forma da formação permanente do sacerdote é a caridade pastoral: o Espírito Santo, que infunde a caridade pastoral, introduz e acompanha-o no conhecimento sempre mais profundo do mistério de Cristo, que é insondável na sua riqueza (cf. Ef 3,14-19), e, por conseguinte, no conhecimento do mistério do sacerdócio cristão. A mesma caridade pastoral impele o presbítero a conhecer cada vez mais as esperanças, as necessidades, os problemas, as sensibilidades dos destinatários do seu ministério: destinatários envolvidos em suas concretas situações pessoais, familiares e sociais.

A tudo isto tende a formação permanente, vista como consciente e livre proposta em ordem ao dinamismo da caridade pastoral e do Espírito Santo, que é a sua primeira fonte e alimento contínuo. Neste sentido, a formação permanente é uma exigência intrínseca ao dom e ao ministério sacramental recebido e se revela necessária em todos os tempos. Hoje, porém, ela é particularmente urgente, não só pela rápida mudança das condições sociais e culturais dos homens e dos povos, no meio dos quais se exerce o ministério pastoral, mas também por aquela 'nova evangelização' que constitui a tarefa essencial e inadiável da Igreja, no final do segundo milênio.

AS DIVERSAS DIMENSÕES DA FORMAÇÃO PERMANENTE

71. A formação permanente dos sacerdotes, sejam diocesanos ou religiosos, é a continuação natural e absolutamente necessária daquele processo de estruturação da personalidade presbiteral, que se iniciou e desenvolveu no Seminário ou na Casa religiosa com o itinerário formativo em vista da Ordenação.

É de particular importância observar e respeitar a intrínseca ligação que existe entre a formação que precede o sacerdócio e a que se lhe segue. Se, de fato, existisse uma descontinuidade ou até discrepâncias entre estas duas fases formativas, surgiriam imediatamente graves conseqüências sobre a atividade pastoral e sobre a comunhão fraterna entre os presbíteros, em particular entre os de idades diferentes. A formação permanente não é uma repetição da que foi adquirida no Seminário, simplesmente revista ou ampliada com novas sugestões aplicativas. Ela desenvolve-se com conteúdos e sobretudo através de métodos relativamente novos, como um fato vital unitário que, no seu progresso mergulhando as raízes na formação do Seminário, requer adaptações, atualizações e modificações, sem, contudo, sofrer rupturas ou soluções de continuidade.

E vice-versa, já desde o Seminário maior é preciso preparar a futura formação permanente, e abrir para ela o espírito e o desejo dos futuros presbíteros, demonstrando sua necessidade, suas vantagens e seu objetivo, e assegurando as condições para a sua realização.

Precisamente porque a formação permanente é uma continuação da do Seminário, o seu fim não pode ser uma pura atitude, por assim dizer, profissional, obtida com a aprendizagem de algumas técnicas pastorais novas. Deve ser, antes, o manter vivo um geral e integral processo de contínuo amadurecimento, mediante o aprofundamento, quer de alguma das dimensões da formação humana, espiritual, intelectual e pastoral quer da sua íntima e viva conexão específica, a partir da caridade pastoral e em referência a ela.

72. Um primeiro aprofundamento diz respeito à dimensão humana da formação sacerdotal. No contato cotidiano com os homens, partilhando a sua vida de cada dia, o sacerdote deve aumentar e aprofundar aquela sensibilidade humana que lhe permite compreender as necessidades e acolher os pedidos, intuir as questões não expressas, partilhar as esperanças, as alegrias e as fadigas do viver comum, ser capaz de encontrar a todos e de dialogar com todos. Sobretudo conhecendo e partilhando, isto é, fazendo sua a experiência humana da dor na multiplicidade das suas manifestações, desde a indignância à doença, da marginalização à ignorância, à solidão, à pobreza material e moral, o padre enriquece a própria humanidade e torna-a mais autêntica e transparente, num crescente e apaixonado amor pelo homem.

No amadurecimento da sua formação humana, o presbítero recebe uma particular ajuda da graça de Jesus Cristo: a caridade do Bom Pastor, de fato, exprimiu-se não só com o dom da salvação aos homens, mas também com a partilha de sua vida, da qual o Verbo, que se fez 'carne' (cf. Jo 1,14), quis conhecer a alegria e o sofrimento, experimentar a fadiga, partilhar as emoções, consolar a dor. Vivendo como homem entre e com os homens, Jesus Cristo oferece a mais absoluta, genuína e perfeita expressão de humanidade: vemo-lo a participar de uma festa nas bodas de Caná, a frequentar uma família de amigos, a comover-se com a multidão faminta que o segue, a restituir aos pais seus filhos doentes ou mortos, a chorar a morte de Lázaro ...

Do sacerdote, cada vez mais amadurecido na sua sensibilidade humana, o Povo de Deus deve poder dizer algo de análogo ao que o autor da Carta aos Hebreus escreve de Jesus: 'Não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas. Pelo contrário, ele mesmo foi provado em tudo, à nossa semelhança, exceto no pecado' (Hb 4,15).

A formação, na sua dimensão espiritual, é uma exigência da vida nova e evangélica, à qual o presbítero é chamado, de um modo específico, pelo Espírito Santo infundido no sacramento da Ordem. O Espírito, consagrando-o e configurando-o a Jesus Cristo, Cabeça e Pastor, cria uma ligação que, situada no próprio ser do sacerdote, precisa de ser assimilada e vivida de maneira pessoal, isto é, consciente e livre, mediante uma comunhão de vida e de amor cada vez mais rica e uma partilha sempre mais ampla e radical dos sentimentos e das atitudes de Jesus Cristo. Neste liame entre o Senhor Jesus e o padre, liame ontológico e psicológico, sacramental e moral, está o fundamento e, ao mesmo tempo, a força para aquela 'vida segundo o Espírito' e aquela 'radicalidade evangélica' a qual é chamado todo o sacerdote, e que é favorecida pela formação permanente, em seu aspecto espiritual. Esta formação mostra-se também necessária à autenticidade e fecundidade do ministério sacerdotal. 'Exercitas a cura de almas?', perguntava S. Carlos Borromeu no seu discurso dirigido aos sacerdotes. E respondia deste modo: 'Não descuides por causa disso o cuidado de ti mesmo, e não te dês aos outros até ao ponto de não restar nada de ti, para ti próprio. Certamente, debes ter presente as almas de quem és pastor, mas não te esqueças de ti mesmo. Compreendei, irmãos, que nada é tão necessário a todas as pessoas eclesíásticas como a meditação que precede, acompanha e segue todas as nossas ações: cantarei, diz o profeta, e meditarei (cf. Sl 100,1). Se administras os Sacramentos, ó irmão, medita no que fazes. Se celebras a Missa, medita no que ofereces. Se recitas os salmos em coro, medita a quem e de que coisa falas. Se guias as almas, medita com que sangue foram lavadas; e tudo se faça entre vós na caridade (1Cor 16,14). Assim poderemos superar as dificuldades que encontramos, e são inumeráveis, cada dia. De resto, isto nos é pedido pela tarefa que nos foi confiada. Se assim fizermos, teremos a força para gerar Cristo em nós e nos outros'.

Em particular, a vida de oração deve ser continuamente 'renovada' no sacerdote. A experiência, de fato, ensina que na oração não se vive dos rendimentos: em cada dia é preciso não só reconquistar a fidelidade exterior aos momentos de oração, sobretudo aos que se destinam à celebração da Liturgia das Horas e àqueles deixados à escolha pessoal, livres de prazos e horários de serviço litúrgico, mas também e especialmente reeducar à contínua procura de um verdadeiro encontro pessoal com Jesus, de um confiante colóquio com o Pai, de uma profunda experiência do Espírito.

Quando o apóstolo Paulo diz de todos os crentes que devem chegar 'a formar o homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo' (Ef 4,13), isto aplica-se, de modo específico, aos sacerdotes chamados à perfeição da caridade e, portanto, à santidade, até porque o seu próprio ministério pastoral pede que eles sejam modelos vivos para todos os fiéis.

Também a dimensão intelectual da formação precisa de ser continuada e aprofundada durante toda a vida do presbítero, em particular mediante um estudo e atualização cultural séria e empenhada. Participante da missão profética de Jesus e inserido no mistério da Igreja, Mestra da verdade, ele é chamado a revelar aos homens, em Jesus Cristo, o rosto de Deus e, com isso, o verdadeiro rosto do homem. Mas isto exige que o próprio sacerdote procure esse rosto e o contemple com veneração e amor (cf. Sl 26,8; 41,2): só assim pode dá-lo a conhecer aos outros. Em particular, a continuação do estudo teológico mostra-se necessária para que ele possa

desempenhar com fidelidade o ministério da Palavra, anunciando-a sem confusões nem ambiguidades, distinguindo-a das simples opiniões humanas, mesmo se famosas e muito difusas. Assim poderá verdadeiramente colocar-se ao serviço do povo de Deus, ajudando-o a dar as razões da esperança cristã a quem as pedir (cf. 1Pd 3,15). Além disso, 'o sacerdote, aplicando-se com consciência e constância ao estudo teológico, está em condições de assimilar de forma segura e pessoal, a genuína riqueza eclesial. Pode, portanto, cumprir a missão que o empenha na resposta às dificuldades acerca da autêntica doutrina católica, e superar a inclinação própria e a dos outros para a divergência e a atitude negativa a respeito do Magistério e da Tradição'.

O aspecto pastoral da formação permanente está bem expresso nas palavras do apóstolo Pedro: 'Como bons dispenseiros das graças de Deus, cada um de vós ponha à disposição dos outros os dons que recebeu' (1Pd 4,10). Para viver, cada dia, segundo os dons recebidos, é preciso que o sacerdote esteja cada vez mais aberto para acolher a caridade pastoral de Jesus Cristo, que lhe foi dada pelo seu Espírito no sacramento recebido. Assim como toda a atividade do Senhor foi o fruto e o sinal da caridade pastoral, assim deve ser também a atividade ministerial do padre. A caridade pastoral é um dom e, ao mesmo tempo, uma tarefa, uma graça e uma responsabilidade à qual é preciso ser fiel, ou seja, é preciso acolhê-la e viver seu dinamismo até às exigências mais radicais. Esta mesma caridade pastoral, como se disse, impede e estimula o presbítero a conhecer cada vez melhor a condição real dos homens aos quais é enviado, a discernir os apelos do Espírito nas circunstâncias históricas em que está inserido, a procurar os métodos mais adaptados e as formas mais úteis para exercer, hoje, o seu ministério. Assim, a caridade pastoral anima e sustenta os esforços humanos do sacerdote, em vista de uma ação pastoral que seja atual, credível e eficaz. Mas isto exige uma permanente formação pastoral.

O caminho para a maturidade não requer só que o sacerdote continue a aprofundar as diversas dimensões da sua formação, mas também e sobretudo que saiba integrar cada vez mais harmoniosamente entre si estas mesmas dimensões, chegando progressivamente à unidade interior: isso tornar-se-á possível pela caridade pastoral. Esta, de fato, não só coordena e unifica os diferentes aspectos, mas especifica-os, conotando-os como aspectos da formação do sacerdote enquanto tal, ou seja, enquanto transparência, imagem viva, ministro de Jesus, Bom Pastor.

A formação permanente ajuda-o a vencer a tentação de reduzir o seu ministério a um ativismo que se torna fim em si mesmo, a uma impessoal prestação de coisas mesmo espirituais ou sagradas, a um mero emprego ao serviço da organização eclesial. Só a formação permanente ajuda o padre a guardar com amor vigilante o 'mistério' que traz em si para o bem da Igreja e da humanidade.

O SIGNIFICADO PROFUNDO DA FORMAÇÃO PERMANENTE

73. As diferentes e complementares dimensões da formação permanente ajudam-nos a compreender o seu significado profundo: ela tende a ajudar o padre a ser e a fazer o padre no espírito e segundo o estilo de Jesus, Bom Pastor.

A verdade é algo a construir! Assim nos adverte S. Tiago: 'Sede cumpridores da palavra e não meros ouvintes, enganando-vos a vós próprios' (Tg 1,22). Os sacerdotes são chamados a 'fazer a verdade' do seu ser, ou seja, a viver 'na caridade' (cf. Ef 4,15) a sua identidade e o seu ministério na Igreja e para a Igreja. São chamados a tomar consciência cada vez mais viva do dom de Deus e a fazer dele contínua memória. É este o convite de Paulo a Timóteo: 'Guarda o bom depósito pela virtude do Espírito Santo que habita em nós' (2Tm 1,14).

No contexto eclesiológico várias vezes recordado, pode-se considerar o significado profundo da formação permanente do sacerdote em ordem à sua presença e ação na Igreja 'mysterium, communio et missio'.

Dentro da Igreja 'mistério', ele é chamado, mediante a formação permanente, a conservar e desenvolver na fé a consciência da verdade inteira e surpreendente do seu ser: ele é ministro de Cristo e administrador dos mistérios de Deus (cf. 1Cor 4,1). Paulo pede expressamente aos cristãos que o considerem segundo esta identidade; mas ele mesmo, em primeiro lugar, vive na consciência do dom sublime recebido do Senhor. Assim deve acontecer com todo sacerdote, se quiser permanecer na verdade do seu ser. Mas isto apenas é possível na fé, só olhando com os olhos de Cristo.

Neste sentido, pode-se dizer que a formação permanente tende a fazer com que o padre seja um crente e se torne sempre mais crente: que veja sempre verdade própria, com os olhos de Cristo. Ele deve guardar esta verdade com amor grato e alegre. Deve renovar sua fé, quando exerce o ministério sacerdotal: sentir-se ministro de Jesus Cristo, sacramento do amor de Deus pelo homem, todas as vezes que é meio e instrumento vivo de concessão da graça de Deus aos homens. Deve reconhecer esta mesma verdade nos irmãos do presbitério: é o princípio da estima e do amor aos outros sacerdotes.

74. A formação permanente ajuda o sacerdote, dentro da Igreja 'comunhão', a amadurecer a consciência de que o seu ministério é, em última instância, ordenado a reunir a família de Deus como fraternidade animada pela caridade e a conduzi-la ao Pai por meio de Cristo, no Espírito Santo.

O presbítero deve crescer no conhecimento da profunda comunhão que o liga ao povo de Deus: ele não está apenas 'à frente' da Igreja, mas e primariamente 'na' Igreja. É irmão entre irmãos. Agraciado pelo Batismo, com a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus no Filho unigênito, o sacerdote é membro do mesmo e único Corpo de Cristo (cf. Ef 4,16). A consciência desta comunhão desemboca na necessidade de suscitar e desenvolver a co-responsabilidade na comum e única missão de salvação, com a pronta e cordial valorização de todos os carismas e tarefas que o Espírito oferece aos crentes para a edificação da Igreja. É sobretudo na realização do ministério pastoral, por sua natureza ordenada ao bem do povo de Deus, que o padre deve viver e testemunhar sua profunda comunhão com todos, como escrevia Paulo VI: 'É preciso fazer-se irmão dos homens no mesmo ato em que queremos ser seus pastores, pais e mestres. O clima do diálogo é a amizade; ou melhor, o serviço'.

De modo mais específico, o sacerdote é chamado a amadurecer a consciência de ser membro da Igreja particular, na qual está incardinado, ou seja, inserido por uma ligação ao mesmo tempo jurídica, espiritual e pastoral. Essa consciência supõe e faz crescer um amor particular à própria Igreja. Esta, na realidade, é o termo vivo e permanente da caridade pastoral que deve acompanhar a vida do padre e que o leva a partilhar a história ou a experiência de vida desta Igreja particular nas suas riquezas e fragilidades, nas suas dificuldades e esperanças, a trabalhar nela para o seu crescimento. Cada qual, unido aos outros presbíteros, deve, portanto, sentir-se enriquecido pela Igreja particular e empenhado ativamente na sua edificação, prolongando aquela

ação pastoral que distinguiu os irmãos que o precederam. Uma exigência insuprimível da caridade pastoral à própria Igreja particular e do seu amanhã ministerial é a solicitude que o sacerdote deve ter para encontrar, por assim dizer, alguém que o substitua no sacerdócio.

O padre deve amadurecer na consciência da comunhão que subsiste entre as várias Igrejas particulares, uma comunhão radicada no seu próprio ser de Igrejas que vivem 'in loco' a Igreja única e universal de Cristo. Uma tal consciência de comunhão intereclesial favorecerá o 'intercâmbio de dons', a começar pelos dons vivos e pessoais que são os próprios sacerdotes. Daqui a disponibilidade, ou melhor, o empenho generoso na realização de uma equitativa distribuição do clero. Entre estas Igrejas particulares devem ser recordadas as que, 'privadas da liberdade, não podem ter vocações próprias', como também as 'Igrejas recentemente saídas da perseguição e as Igrejas pobres às quais já foram ajudadas, durante muito tempo e por parte de muitos, e continuam ainda a ser ajudadas com ânimo grande e fraterno'.

Dentro da comunhão eclesial, o sacerdote é particularmente chamado a crescer, na sua formação permanente, no e com o próprio presbitério unido ao bispo. Em sua verdade plena, o presbitério é um 'mysterium': de fato, é uma realidade sobrenatural porque se radica no sacramento da Ordem. Este é a sua fonte, a sua origem. É o 'lugar' do seu nascimento e crescimento. Com efeito, 'os presbíteros, mediante o sacramento da Ordem, estão ligados a Cristo, único Sacerdote, por um vínculo pessoal e indissolúvel. A Ordem lhes é conferida como pessoas singulares, mas são inseridos na comunhão de todo o presbitério com o bispo (LG, 28; PO, 7 e 8).

Esta origem sacramental reflete-se e prolonga-se no âmbito do exercício do ministério presbiteral: do 'mysterium ao ministerium'. 'A unidade dos presbíteros com o bispo e entre si não se acrescenta, de fora, à natureza própria do seu serviço, mas exprime a sua essência enquanto é o cuidado de Cristo Sacerdote pelo povo reunido na unidade da Santíssima Trindade'. Esta unidade presbiteral, vivida no espírito da caridade pastoral, torna os sacerdotes testemunhas de Jesus Cristo, que pediu ao Pai 'para que todos sejam um só' (Jo 17,21).

A fisionomia do presbitério é, portanto, a de uma verdadeira família, de uma fraternidade, cujos laços não são os da carne nem do sangue, mas os da graça sacramental da Ordem: uma graça que assume e eleva as relações humanas, psicológicas, afetivas e espirituais entre os sacerdotes; uma graça que se expande, penetra, se revela e concretiza nas mais variadas formas de ajuda recíproca, não só espirituais mas também materiais. A fraternidade presbiteral não exclui ninguém, mas pode e deve ter as suas preferências: são as preferências evangélicas, reservadas a quem tem maior necessidade de ajuda ou encorajamento. Assim, essa fraternidade 'tem um cuidado especial pelos jovens presbíteros, tem um cordial e fraterno diálogo com os de meia idade e os de idade avançada, e com os que, por razões diversas, experimentam dificuldades; e também aos sacerdotes que abandonaram esta forma de vida ou que não a seguem, não os abandona, pelo contrário, acompanha-os ainda mais, com fraterna solicitude'.

Do único presbitério fazem também parte, a título diferente, os presbíteros religiosos que residem e trabalham na Igreja particular. Sua presença constitui um enriquecimento para todos; e os vários carismas particulares, por eles vividos, enquanto são um apelo a que os presbíteros cresçam na compreensão do próprio sacerdócio, contribuem para estimular e acompanhar a formação permanente dos sacerdotes. O dom da vida religiosa, na estrutura diocesana, quando é acompanhado de sincera estima e justo respeito pela particularidade de cada instituto e de cada tradição espiritual, alarga o horizonte do testemunho cristão e contribui, de vários modos, para enriquecer a espiritualidade sacerdotal, sobretudo no que se refere à correta relação e ao recíproco influxo entre os valores da Igreja particular e os da universalidade do povo de Deus. Por seu lado, os religiosos estarão atentos para garantir um espírito de verdadeira comunhão eclesial, uma participação cordial no caminho da diocese e nas opções pastorais do bispo, pondo voluntariamente à disposição o próprio carisma para a edificação de todos na caridade.

Enfim, no contexto da Igreja 'comunhão' e do presbitério, pode-se enfrentar melhor o problema da solidão do sacerdote, sobre o qual refletiram os Padres sinodais. Há uma solidão que faz parte da experiência de todos e que é algo absolutamente normal. Mas há também aquela solidão que nasce de dificuldades várias e que, por sua vez, provoca ulteriores contrariedades. Neste sentido, 'a ativa participação no presbitério diocesano, os contatos regulares com o bispo e com os outros sacerdotes, a mútua colaboração, a vida comum ou fraterna entre colegas, como também a amizade e a cordialidade com os fiéis leigos atuantes nas paróquias são meios muito úteis para ultrapassar os efeitos da solidão que algumas vezes o sacerdote pode experimentar'.

A solidão, porém, não cria só dificuldades, oferece também oportunidades positivas para a vida sacerdotal: 'aceita com espírito de oferta, e procurada na intimidade com Jesus Cristo Senhor, a solidão pode ser uma oportunidade para a oração e o estudo, como também uma ajuda para a santificação e o crescimento humano'. Uma certa forma de solidão é elemento necessário para a formação permanente. Jesus sabia retirar-se, por vezes, para orar sozinho (cf. Mt 14,23). A capacidade de agüentar uma boa solidão é condição indispensável para o cuidado da vida interior. Trata-se de uma solidão habitada pela presença do Senhor, que, na luz do Espírito Santo, nos põe em contato com o Pai. Neste sentido, a procura do silêncio e de espaços e tempos de 'deserto' é necessária à formação permanente, quer no campo intelectual, quer no campo espiritual e pastoral. Neste sentido ainda, pode-se afirmar que não é capaz de verdadeira e fraterna comunhão, quem não sabe viver bem a própria solidão.

75. A formação permanente destina-se a fazer crescer no sacerdote a consciência da sua participação na missão salvífica da Igreja. Na Igreja 'missão', a formação permanente dele entra não só como sua condição necessária, mas também como meio indispensável para manter constantemente vivo o sentido da missão e para garantir-lhe uma realização fiel e generosa. Com tal formação, o presbítero é ajudado a tomar plena consciência, por um lado, da gravidade, mas também da graça esplêndida de uma obrigação que não pode deixá-lo tranqüilo. Como Paulo, deve poder afirmar: 'Para mim, evangelizar não é um título de glória, mas um dever. Ai de mim se não prego o Evangelho!' (1Cor 9,16). E, por outro lado, é ajudado a tomar consciência de um pedido insistente, explícito ou implícito, dos homens, que Deus incansavelmente chama à salvação.

Só uma adequada formação permanente consegue manter o sacerdote naquilo que é essencial e decisivo para o seu ministério, ou seja, na fidelidade, como escreve o apóstolo Paulo: 'Ora, o que se requer dos administradores (dos mistérios de Deus) é que sejam fiéis' (1Cor 4,2). O padre deve ser fiel, não obstante as mais diversas dificuldades encontradas, nas condições mais incômodas ou de compreensível cansaço, com todas as energias de que dispõe, e até o fim da vida. O testemunho de Paulo deve servir de exemplo e de

estímulo para cada sacerdote. 'Da nossa parte escreve aos cristãos de Corinto não damos em nada qualquer motivo de escândalo para que o nosso ministério não seja censurado. Em todas as coisas, procuramos acreditar-nos como ministros de Deus, com muita paciência nas tribulações, nas necessidades, nas angústias, nos açoites, nos cárceres, nas sedições, nos trabalhos, nas vigílias, nos jejuns; pela castidade, pela ciência, pela paciência, pela bondade, pelo Espírito Santo, por uma caridade não fingida, pela palavra da verdade, pelo poder de Deus; com as armas da justiça, as da mão direita e as da esquerda; na honra e na desonra, na boa e na má fama; considerados como impostores, ainda que sinceros; como desconhecidos, ainda que bem conhecidos; como agonizantes, embora estejamos com vida; como condenados, ainda que livres da morte; considerados tristes, mas sempre alegres; pobres, ainda que tenhamos enriquecido a muitos; como nada tendo, mas possuindo tudo' (2Cor 6,3-10).

EM TODAS AS IDADES E CONDIÇÕES DE VIDA

76. A formação permanente, precisamente porque é 'permanente', deve acompanhar os sacerdotes sempre, ou seja, em todos os períodos e condições de sua vida, assim como nos diversos níveis de responsabilidade eclesial: evidentemente, com as possibilidades e características ligadas às várias idades, condições de vida e tarefas confiadas.

A formação permanente é um dever, antes de mais, para os jovens sacerdotes: deve ter uma tal freqüência e sistematização de encontros que, enquanto prolonga a seriedade e a solidez da formação recebida no Seminário, introduza progressivamente os jovens na compreensão e na vivência das singulares riquezas do 'dom' de Deus o sacerdócio e na expressão das suas potencialidades e atitudes ministeriais, graças também a uma inserção cada vez mais convicta e responsável no presbitério, e, portanto, na comunhão e na co-responsabilidade com todos os irmãos no sacerdócio.

Se se pode compreender um certo sentido de 'sociedade' que se apodera dos jovens padres mal saídos do Seminário, frente a novas ocasiões de estudo e de encontro, deve-se, todavia, rejeitar como absolutamente falsa e perigosa a idéia de que a formação presbiteral se conclui com o término de permanência no Seminário.

Participando dos encontros de formação permanente, os jovens sacerdotes poderão oferecer uma recíproca ajuda com a troca de experiências e de reflexões sobre a tradução concreta daquele ideal presbiteral e ministerial que assimilaram nos anos de Seminário. Ao mesmo tempo, sua participação ativa nos encontros formativos do presbitério poderá servir de exemplo e de estímulo aos outros sacerdotes mais avançados em idade, testemunhando, assim, o próprio amor a todo o presbitério e a própria paixão pela Igreja particular necessitada de padres bem formados.

Para acompanhar os jovens sacerdotes nesta primeira e delicada fase da sua vida e do seu ministério, é hoje muito oportuno, senão mesmo necessário, criar propositadamente uma estrutura de apoio, com guias e mestres apropriados, na qual possam encontrar, de modo orgânico e continuado, as ajudas necessárias para bem iniciar o seu serviço sacerdotal. Por ocasião dos encontros periódicos, suficientemente longos e freqüentes, possivelmente orientados em ambiente comunitário e regime interno, ser-lhes-ão garantidos momentos preciosos de repouso, de oração, de reflexão e de intercâmbio fraterno. Assim, logo desde o início, será mais fácil para eles dar uma orientação evangelicamente equilibrada à sua vida presbiteral. E se cada uma das Igrejas particulares, por si, não puder oferecer este serviço aos seus jovens sacerdotes, será oportuno que se unam entre si as Igrejas vizinhas e, em conjunto, invistam recursos e elaborem programas adaptados.

77. A formação permanente constitui também um dever para os presbíteros de meia idade. Na verdade, são múltiplos os riscos que podem correr, precisamente em razão da idade, como, por exemplo, um ativismo exagerado e uma certa rotina no exercício do ministério. Assim, o sacerdote é tentado a presumir de si, como se a sua já comprovada experiência pessoal não precisasse mais de confrontar-se com nada nem com ninguém. Freqüentemente o sacerdote 'adulto' sofre de uma espécie de cansaço interior perigoso, sinal de uma desilusão resignada diante das dificuldades e dos insucessos. A resposta a esta situação é dada pela formação permanente, por uma contínua e equilibrada revisão de si mesmo e do próprio agir, pela procura constante de motivações e de instrumentos para a sua missão: deste modo, o sacerdote manterá o espírito vigilante e pronto para os perenes mas sempre novos apelos de salvação que cada um põe ao padre, 'homem de Deus'.

A formação permanente deve interessar, também, aqueles presbíteros que, pela idade avançada, são designados como idosos, e que em algumas Igrejas constituem a parte mais numerosa do presbitério. Este deve demonstrar-lhes gratidão pelos fiéis serviços que prestaram a Cristo e à Igreja, e solidariedade concreta pela sua condição. Para eles, a formação permanente não comportará tanto obrigações de estudo, de atualização e de debate cultural, mas sobretudo a confirmação serena e animadora do papel que ainda são chamados a desempenhar no presbitério: não só para o prosseguimento, embora de formas diversas, do ministério pastoral, mas também pela possibilidade que têm, graças à sua experiência de vida e de apostolado, de se tornarem eles mesmos válidos mestres e formadores de outros sacerdotes.

Também os padres que, pelas fadigas ou doença, se encontram numa condição de debilidade física ou de cansaço moral, podem ser ajudados por uma formação permanente que os estimule a prosseguir, de modo sereno e forte, o seu serviço à Igreja, a não isolar-se da comunidade nem do presbitério, a reduzir a atividade externa para dedicar-se aos atos de relação pastoral e de espiritualidade pessoal capazes de sustentar as motivações e a alegria do seu sacerdócio. A formação permanente ajuda-los-á, em particular, a manter viva aquela convicção que eles próprios inculcaram nos fiéis, isto é, a de continuarem a ser membros ativos na edificação da Igreja, especialmente em razão da sua união a Jesus Cristo sofredor e a tantos outros irmãos e irmãs que na Igreja tomam parte na paixão do Senhor, revivendo a experiência espiritual de Paulo, que dizia: 'Alegro-me nos sofrimentos suportados por vossa causa e completo na minha carne o que falta aos sofrimentos de Cristo, em favor do seu Corpo, que é a Igreja' (Cl 1,24).

OS RESPONSÁVEIS DA FORMAÇÃO PERMANENTE

78. As condições, em que muitas vezes e em tantos lugares se processa atualmente o ministério dos presbíteros, não facilitam um empenho sério na formação: a multiplicação de tarefas e serviços, a complexidade da vida humana em geral, e a das comunidades cristãs em particular, o ativismo e a ânsia típica de tantas áreas da nossa sociedade privam, freqüentemente, os sacerdotes do tempo e das energias indispensáveis para 'cuidar de si mesmos' (cf. 1Tm 4,16).

Isto deve fazer crescer em todos a responsabilidade, para que as dificuldades sejam superadas, ou melhor, se tornem um desafio para elaborar e realizar uma formação permanente que responda, de modo adequado, à grandeza do dom de Deus e à gravidade dos pedidos e exigências do nosso tempo.

Os responsáveis dessa formação permanente devem ser procurados na Igreja 'comunhão'. Neste sentido, é toda a Igreja particular que, sob a orientação do bispo, é investida da responsabilidade de estimular e cuidar, de vários modos, a formação permanente dos sacerdotes. Estes não existem para si mesmos, mas para o povo de Deus: por isso, a formação permanente, enquanto assegura a maturidade humana, espiritual, intelectual e pastoral dos padres, resulta num bem cujo destinatário é o povo de Deus. De resto, o próprio exercício do ministério pastoral leva a um contínuo e fecundo intercâmbio recíproco entre a vida de fé dos presbíteros e a dos fiéis. Precisamente a partilha de vida entre o presbítero e a comunidade, se sapientemente conduzida e utilizada, constitui um contributo fundamental para a formação permanente, não redutível, porém, a qualquer episódio ou iniciativa isolada, mas alargada a todo o ministério e vida do sacerdote.

De fato, a experiência cristã das pessoas simples e humildes, os ímpetos espirituais das pessoas enamoradas de Deus, as aplicações corajosas da fé à vida, por parte dos cristãos empenhados nas várias responsabilidades sociais e civis são acolhidas pelo presbítero que, enquanto as ilumina com o seu serviço sacerdotal, tira delas um precioso alimento espiritual. Até as dúvidas, as crises e os atrasos frente às mais variadas condições pessoais e sociais, as tentações de recusa ou de desespero no momento da dor, da doença, da morte: enfim, todas as circunstâncias difíceis que os homens encontram no seu caminho da fé são fraternalmente vividas e sinceramente sofridas pelo coração do presbítero que, ao procurar as respostas para os outros, é continuamente estimulado a encontrá-las, antes de mais, para si mesmo.

Assim, todo o povo de Deus, na diversidade dos seus membros, pode e deve oferecer uma preciosa ajuda à formação permanente dos seus sacerdotes. Neste sentido, deve deixar-lhes espaços de tempo para o estudo e para a oração, pedir-lhes aquilo para que foram enviados por Cristo, e nada mais, oferecer colaboração nos vários âmbitos da missão pastoral, especialmente no que diz respeito à promoção humana e ao serviço da caridade, assegurar relacionamentos cordiais e fraternos com eles, facilitar-lhes a consciência de que não são 'donos da fé' mas 'colaboradores da alegria' de todos os fiéis (cf. 2Cor 1,24).

A responsabilidade formadora da Igreja particular pelos sacerdotes concretiza-se e especifica-se em relação aos diferentes membros que a compõem, a começar pelo próprio presbítero.

79. Num certo sentido, é precisamente cada sacerdote individualmente, o primeiro responsável, na Igreja, pela formação permanente: na realidade, sobre cada padre recai o dever, radicado no sacramento da Ordem, de ser fiel ao dom de Deus e ao dinamismo de conversão cotidiana que vem desse mesmo, dom. Os regulamentos ou as normas da autoridade eclesiástica, ou mesmo o exemplo dos outros sacerdotes, não bastam para tornar apetecível a formação permanente, se cada um não estiver pessoalmente convencido da sua necessidade e determinado a valorizar-lhe as ocasiões, os tempos, as formas. A formação permanente mantém a 'juventude' do espírito, que ninguém pode impor de fora, mas que cada um deve encontrar continuamente dentro de si mesmo. Só quem conserva sempre vivo o desejo de aprender e de crescer possui essa 'juventude'.

Fundamental é a responsabilidade do bispo e, com ele, do presbitério. A daquele funda-se sobre o fato de os presbíteros receberem, através dele, o sacerdócio e partilharem com ele a solicitude pastoral pelo povo de Deus. Ele é responsável por aquela formação permanente destinada a fazer com que todos os seus sacerdotes sejam generosamente fiéis ao dom e ao ministério recebido, tal como o povo de Deus o quer e tem o 'direito' de ter. Esta responsabilidade leva o bispo, em comunhão com o presbitério, a delinear um projeto e a estabelecer uma programação capaz de configurar a formação permanente não como algo de episódico mas como uma proposta sistemática de conteúdos, que se desenrola por etapas e se reveste de modalidades precisas. Ele assumirá a sua responsabilidade não só assegurando ao seu presbitério lugares e momentos de formação permanente, mas também estando presente em pessoa e participando de modo convicto e cordial. Por vezes será oportuno, ou até necessário, que os bispos de várias dioceses vizinhas ou de uma região eclesiástica se ponham de acordo e unam as suas forças para poder oferecer iniciativas mais qualificadas e verdadeiramente estimulantes para a formação permanente, tais como cursos de atualização bíblica, teológica e pastoral, semanas de estudos, ciclos de conferências, momentos de reflexão e de análise sobre o itinerário pastoral do presbitério e da comunidade eclesial.

Para dar cumprimento a esta sua responsabilidade, o bispo solicite também o contributo das Faculdades e dos Institutos teológicos e pastorais, dos Seminários, dos organismos ou federações que reúnem pessoas sacerdotes, religiosos e fiéis leigos empenhadas na formação presbiteral.

No âmbito da Igreja particular, um lugar significativo é reservado às famílias: a elas, de fato, em sua dimensão de 'Igrejas domésticas', faz referência concreta à vida das comunidades eclesiais animadas e guiadas pelos sacerdotes. É de se realçar particularmente o papel da família de origem. Esta, em união e comunhão de desígnios, pode oferecer à missão do filho um contributo específico importante. Cumprindo o plano providencial que a quis berço do gérmen vocacional e indispensável ajuda para o seu desenvolvimento, a família do sacerdote, no mais absoluto respeito por este filho que escolheu doar-se a Deus e ao próximo, deve permanecer sempre como uma fiel e encorajante testemunha da sua missão, acompanhando-a e partilhando-a com dedicação e respeito.

MOMENTOS, FORMAS E MEIOS DA FORMAÇÃO PERMANENTE

80. Se cada momento pode ser um 'tempo favorável' (cf. 2Cor 6,2), no qual o Espírito Santo diretamente conduz o sacerdote a um crescimento na oração, no estudo e na consciência das próprias responsabilidades pastorais, há, todavia, momentos 'privilegiados', mesmo se mais comunitários e pré-estabelecidos.

Deve-se recordar aqui, antes de mais, os encontros do bispo com o seu presbitério, sejam eles litúrgicos (em particular a concelebração da Missa crismal de Quinta-feira Santa), pastorais ou culturais, em ordem a um confronto sobre a atividade pastoral ou ao estudo de determinados problemas teológicos.

Estão, depois, os encontros de espiritualidade sacerdotal, tais como os retiros, os dias de recolhimento e de espiritualidade etc. Constituem ocasião para um crescimento espiritual e pastoral, para uma oração mais prolongada e calma, para uma volta às raízes do seu ser padre, para reencontrar vigor de motivações para a fidelidade e o impulso pastoral.

Importantes são, também, os encontros de estudo e de reflexão comum: impedem o empobrecimento cultural e a fixação em posições cómodas mesmo no campo pastoral, fruto de preguiça mental; asseguram uma síntese

mais madura entre os diversos elementos da vida espiritual, cultural e apostólica; abrem a mente e o coração aos novos desafios da história e aos novos apelos que o Espírito Santo dirige à Igreja.

81. Múltiplas são as ajudas e os meios de que a formação permanente se pode servir para se tornar cada vez mais uma preciosa experiência vital para o clero. De entre eles, recordamos as diferentes formas de vida comum entre os sacerdotes, sempre presentes, ainda que em modalidades e intensidades diferentes, na história da Igreja: 'Hoje não se pode deixar de recomendá-las, sobretudo entre aqueles que vivem ou estão empenhados pastoralmente no mesmo lugar. Além de favorecer a vida e a ação pastoral, esta vida comum do clero oferece a todos, presbíteros e leigos, um exemplo luminoso de caridade e de unidade'.

Outra ajuda pode ser dada pelas associações sacerdotais, em particular pelos institutos seculares sacerdotais, que apresentam como nota específica a diocesaneidade, por força da qual os sacerdotes se unem mais estreitamente ao bispo, e constituem 'um estado de consagração no qual os sacerdotes, mediante votos ou outros laços sagrados, são chamados a encarnar na vida os conselhos evangélicos'. Todas as formas de 'fraternidade sacerdotal' aprovadas pela Igreja são úteis tanto para a vida espiritual como para a vida apostólica e pastoral.

Também a prática da direção espiritual contribui muito para favorecer a formação permanente dos sacerdotes. É um meio clássico, que nada perdeu do seu precioso valor, não só para assegurar a formação espiritual mas ainda para promover e sustentar uma contínua fidelidade e generosidade no exercício do ministério sacerdotal. Como então escrevia o futuro Papa Paulo VI, 'a direção espiritual tem uma função belíssima e pode-se dizer indispensável para a educação moral e espiritual da juventude que queira interpretar e seguir com absoluta lealdade a vocação da própria vida, seja ela qual for, e conserva sempre uma importância benéfica para todas as idades da vida, quando à luz e à caridade de um conselho piedoso e prudente se pede a comprovação da própria retidão e o conforto para o cumprimento generoso dos próprios deveres. É meio pedagógico muito delicado, mas de grandíssimo valor; é arte pedagógica e psicológica de grande responsabilidade para quem a exercita; é exercício espiritual de humildade e de confiança para quem a recebe'.

CONCLUSÃO

82. 'Dar-vos-ei pastores segundo o meu coração' (Jr 3,15).

Ainda hoje esta promessa de Deus está viva e operante na Igreja: esta sente-se, em todos os tempos, feliz destinatária destas palavras proféticas; vê a sua realização cotidiana em tantos lugares da Terra, melhor, em tantos corações humanos, sobretudo de jovens. E deseja que, frente às graves e urgentes necessidades próprias e do mundo, às portas do terceiro milênio, esta divina promessa se cumpra de um modo novo, mais amplo, intenso, eficaz: como uma extraordinária efusão do Espírito do Pentecostes.

A promessa do Senhor suscita, no coração da Igreja, a oração, a súplica ardente e confiante no amor do Pai de que, tal como mandou Jesus, o Bom Pastor, os Apóstolos, seus sucessores e uma multidão inumerável de presbíteros, assim continue a manifestar aos homens de hoje a sua fidelidade e a sua bondade.

E a Igreja está pronta a responder a esta graça. Sente que o dom de Deus exige uma resposta coral e generosa: todo o povo de Deus deve incansavelmente rezar e trabalhar pelas vocações sacerdotais; os candidatos ao sacerdócio devem preparar-se com grande seriedade para acolher e viver o dom divino, conscientes de que a Igreja e o mundo têm absoluta necessidade deles; devem enamorar-se de Cristo, Bom Pastor, modelar seu coração sobre o dele, estar prontos a ir pelas estradas do mundo como sua imagem, para proclamar a todos Cristo, Caminho, Verdade e Vida.

Um apelo particular dirijo às famílias: que os pais, e especialmente as mães, sejam generosos em dar ao Senhor os seus filhos chamados ao sacerdócio, e colaborem com alegria no seu itinerário vocacional, conscientes de que, deste modo, tornam maior e mais profunda a sua fecundidade cristã e eclesial e podem experimentar, em certa medida, a bem-aventurança de Maria, a Virgem Mãe: 'Bendita és tu entre as mulheres, e bendito é o fruto do teu ventre' (Lc 1,42).

E aos jovens de hoje digo: sede mais dóceis à voz do Espírito, deixai ressoar, no profundo do coração, as grandes esperanças da Igreja e da humanidade; não tenhais medo de abrir o vosso espírito ao chamado de Cristo, senti sobre vós o olhar amoroso de Jesus e respondei com entusiasmo à proposta de um seguimento radical.

A Igreja corresponde à graça mediante o compromisso que os sacerdotes assumem de realizar aquela formação requerida pela dignidade e pela responsabilidade que lhes foram conferidas através do sacramento da Ordem. Todos eles são chamados a se conscientizar da singular urgência da sua formação na hora presente: a nova evangelização tem necessidade de evangelizadores novos, e estes são os presbíteros que se esforçam por viver o seu sacerdócio como caminho específico para a santidade.

A promessa de Deus é a de assegurar à Igreja não quaisquer pastores, mas pastores 'segundo o seu coração'. O 'coração' de Deus revelou-se-nos plenamente no Coração de Cristo, Bom Pastor. E o Coração de Jesus continua, hoje, a ter compaixão das multidões e a dar-lhes o pão da verdade e o pão do amor e da vida (cf. Mc 6,30-44), e quer palpar noutros corações o dos sacerdotes: 'Dai-lhes vós mesmos de comer' (Mc 6,37). As pessoas têm necessidade de sair do anonimato e do medo, precisa ser conhecida e chamada pelo nome, caminhar segura nas estradas da vida, ser encontrada quando se perder, ser amada, receber a salvação como supremo dom do amor de Deus: é isto, precisamente, o que faz Jesus, o Bom Pastor; ele e os presbíteros com ele.

E agora, no final desta Exortação, dirijo o olhar à multidão de aspirantes ao sacerdócio, de seminaristas e de sacerdotes que, em todas as partes do mundo, mesmo nas condições mais difíceis e por vezes dramáticas, e sempre no alegre esforço de fidelidade ao Senhor e de incansável serviço ao seu rebanho, oferecem cotidianamente a própria vida pelo crescimento da fé, da esperança e da caridade, nos corações e na história dos homens e das mulheres do nosso tempo.

Vós, caríssimos sacerdotes, fazeis isto porque o próprio Senhor, com a força do seu Espírito, vos chamou para levar, nos vasos de barro de vossa vida simples, o tesouro inestimável do seu amor de Bom Pastor.

Em comunhão com os Padres sinodais e em nome de todos os bispos do mundo e da inteira comunidade eclesial nos vos exprimimos todo o reconhecimento que a vossa fidelidade e o vosso serviço merecem.

E enquanto desejo a todos vós a graça de renovardes, cada dia, o dom de Deus recebido pela imposição das mãos (cf. 2Tm 1,6), de sentirdes o conforto da profunda amizade que vos liga a Jesus e vos une uns aos outros, de experimentardes a alegria do crescimento do rebanho de Deus num amor sempre maior a ele e a

cada homem, de cultivardes a persuasão tranqüilizadora de que aquele que iniciou em vós esta boa obra, a completará até ao dia de Cristo Jesus (cf. Fl 1,6). Com todos e cada um de vós me dirijo em oração a Maria, mãe e educadora do nosso sacerdócio.

Cada aspecto da formação sacerdotal pode ser referido a Maria como à pessoa humana que correspondeu, mais do que qualquer outra, à vocação de Deus, que se fez serva e discípula da Palavra até conceber no seu coração e na sua carne o Verbo feito homem para dá-lo à humanidade, que foi chamada à educação do único e eterno Sacerdote o qual se fez dócil e submisso à sua autoridade materna. Com o seu exemplo e a sua intercessão, a Virgem Santíssima continua a estar atenta ao desenvolvimento das vocações e da vida sacerdotal na Igreja.

Por isso, nós, sacerdotes, somos chamados a crescer numa sólida e terna devoção à Virgem Maria, testemunhando-a pela imitação das suas virtudes e a oração freqüente.

Maria, Mãe de Jesus Cristo e Mãe dos sacerdotes, recebei este preito que nós vos tributamos para celebrar a vossa maternidade e contemplar junto de vós o Sacerdócio do vosso Filho e dos vossos filhos, ó Santa Mãe de Deus. Mãe de Cristo, ao Messias Sacerdote destes o corpo de carne para a unção do Espírito Santo, a salvação dos pobres e contritos de coração, guardai nos vosso coração e na Igreja os sacerdotes, ó Mãe do Salvador. Mãe da fé, acompanhastes ao templo o Filho do Homem, cumprimento das promessas feitas aos nossos Pais, entregai ao Pai, para sua glória, os sacerdotes do vosso Filho, ó Arca da Aliança.

Mãe da Igreja, entre os discípulos no Cenáculo, suplicastes o Espírito para o povo novo e os seus pastores, alcançai, para a ordem dos presbíteros, a plenitude dos dons, ó Rainha dos Apóstolos. Mãe de Jesus Cristo, estivestes com ele nos inícios de sua vida e de sua missão; Mestre o procurastes entre a multidão; vós o assististes levantado da terra, consumado para o sacrifício único eterno, e tivestes perto João, vosso filho, acolhei desde o princípio os chamados, protegei o seu crescimento, acompanhai, na vida e no ministério, os vossos filhos, ó Mãe dos sacerdotes. Amem!

Dado em Roma, junto de S. Pedro, a 25 de Março, Solenidade da Anunciação do Senhor, do ano 1992, décimo quarto do meu Pontificado".

Nota:283

DSD 76: "76. O ministério dos diáconos é de importância para o serviço de comunhão na América Latina. Eles são, de forma muito privilegiada, sinais do Senhor Jesus que 'não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos' (Mt 20,28). Seu serviço será o testemunho evangélico em face de uma história em que a iniquidade se faz cada vez mais presente e se esfria a caridade (cf. Mt 24,12).

Para uma Nova Evangelização que, pelo serviço da Palavra e a Doutrina Social da Igreja, responda às necessidades de promoção humana e vá gerando uma cultura de solidariedade, o diácono permanente, por sua condição de ministro ordenado e inserido nas complexas situações humanas, tem um amplo campo de serviço em nosso continente".

Nota:284

DSD 77: "77. Queremos reconhecer nossos diáconos mais pelo que são do que pelo que fazem.

- Queremos acompanhar a nossos diáconos no discernimento para que tenham uma formação inicial e permanente, adequada a sua condição.

- Continuaremos nossa reflexão sobre a espiritualidade própria dos diáconos, fundamentada em Cristo servo, para que vivam com profundo sentido de fé sua entrega à Igreja e sua integração com o presbitério diocesano.

- Queremos ajudar aos diáconos casados para que sejam fiéis a sua dupla sacramentalidade: a do matrimônio e a da ordem e para que suas esposas e filhos vivam e participem com eles na diaconia. A experiência de trabalho e seu papel de pais e esposos constituem-nos colaboradores muito qualificados para abordar diversas realidades urgentes em nossas Igrejas particulares.

Propomo-nos criar os espaços necessários para que os diáconos colaborem na animação dos serviços na Igreja, detectando e promovendo líderes, estimulando a co-responsabilidade de todos para uma cultura da reconciliação e solidariedade. Há situações e lugares, principalmente nas zonas rurais distantes, e nas grandes áreas urbanas densamente povoadas, onde só através do diácono um ministro ordenado se faz presente."

Nota:285

1Pd 3,15: "Ao contrário, reconheçam de coração o Cristo como Senhor, estando sempre prontos a dar razão de sua esperança a todo aquele que a pede a vocês."

Nota:286

RMI 88: "88. Nota essencial da espiritualidade missionária é a comunhão íntima com Cristo: não é possível compreender e viver a missão, senão referindo-vos a Cristo, como aquele que foi enviado para evangelizar. Paulo descreve, assim, o seu viver: 'tende em vós os mesmos sentimentos que havia em Cristo Jesus. Ele, que era de condição divina, não reivindicou o direito de ser equiparado a Deus, mas despojou-se a si mesmo, tomando a condição de servo, tornando-se semelhante aos homens. Tido pelo aspecto como homem, humilhou-se a si mesmo, feito obediente até a morte de cruz' (Fl 2,5-8).

Aqui aparece descrito o mistério da encarnação e da redenção, como despojamento total de si mesmo, que leva Cristo a viver plenamente a condição humana e a aderir, até o fim, ao desígnio do Pai. Trata-se de um aniquilamento que, porém, está permeado de amor e exprime o amor. Muitas vezes a missão percorre esta mesma estrada, com seu ponto de chegada ao pé da Cruz.

Ao missionário pede-se que 'renuncie a si mesmo e a tudo aquilo que antes possuía como seu, e se faça tudo para todos' na pobreza que o torna livre para o Evangelho, no distanciar-se de pessoas e bens de seu ambiente originário para se fazer irmão daqueles a quem é enviado, levando-lhes Cristo salvador. A espiritualidade do missionário conduz a isto: 'com os fracos, fiz-me fraco (...). Fiz-me tudo para todos, para salvar alguns, a todo o custo. Tudo faço pelo Evangelho...' (1Cor 9,22-23).

Precisamente porque 'enviado', o missionário experimenta a presença reconfortante de Cristo que o acompanha em todos os momentos de sua vida: 'não tenhas medo (...), porque eu estou contigo' (At 18,9-10), e o espera no coração de cada homem".

Nota:287

DSD 15: "15. Confirmando a fé de nosso povo, queremos proclamar que a Virgem Maria, Mãe de Cristo e da Igreja, é a primeira redimida e a primeira crente. Maria, mulher de fé, foi plenamente evangelizada, é a mais perfeita discípula e evangelizadora (cf. Jo 2,1-12). É o modelo de todos os discípulos e evangelizadores por seu

testemunho de oração, de escuta da Palavra de Deus e de pronta e fiel disponibilidade ao serviço do Reino até a cruz. Sua figura materna foi decisiva para que os homens e mulheres da América Latina se reconhecessem em sua dignidade de filhos de Deus. Maria é o selo distintivo da cultura do nosso continente. Mãe e educadora do nascente povo latino-americano, em Santa Maria de Guadalupe, através do Beato Juan Diego, é oferecido 'um grande exemplo de evangelização perfeitamente inculturada' (João Paulo II, Discurso Inaugural, 24). Ela nos precedeu na peregrinação da fé e no caminho da glória, e acompanha os nossos povos que a invocam com amor até que nos encontremos definitivamente com seu Filho. Com alegria e gratidão, acolhemos o dom imenso de sua maternidade, ternura e proteção, e aspiramos a amá-la do mesmo modo como Jesus a amou. Por isso a invocamos como estrela da Primeira e da Nova evangelização".

Nota:288

Mt 20,28: "Pois, o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir, e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos".

Nota:289

Jo 3,1-3: "Entre os fariseus havia um homem chamado Nicodemos. Era um judeu importante. Ele foi encontrar-se de noite com Jesus, e disse: 'Rabi, sabemos que tu és um Mestre vindo da parte de Deus. Realmente, ninguém pode realizar os sinais que tu fazes, se Deus não está com ele'. Jesus respondeu: 'Eu garanto a você: se alguém não nasce do alto, não poderá ver o Reino de Deus'".

Jo 4,8-10: "(Os discípulos tinham ido à cidade para comprar mantimentos). A samaritana perguntou: 'Como é que tu, sendo judeu, pedes de beber a mim, que sou samaritana?' (De fato, os judeus não se dão bem com os samaritanos). Jesus respondeu: 'Se você conhecesse o dom de Deus, e quem Lhe está pedindo de beber, você é que Lhe pediria. E ele daria a você água viva'".

Nota:290

Mc 1,15: "O tempo já se cumpriu, e o Reino de Deus está próximo. Convertam-se e acreditem na Boa Notícia".

Lc 4,18-21: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor. Em seguida Jesus fechou o livro, o entregou na mão do ajudante, e sentou-se. Todos os que estavam na sinagoga tinham os olhos fixos nele. Então Jesus começou a dizer-lhes: 'Hoje se cumpriu essa passagem da Escritura, que vocês acabam de ouvir'".

Nota:291

Jo 14,8-31: "Filipe disse a Jesus: 'Senhor, mostra-nos o Pai e isso basta para nós'. Jesus respondeu: 'Faz tanto tempo que estou no meio de vocês, e você ainda não me conhece, Filipe? Quem me viu, viu o Pai. Como é que você diz: Mostra-nos o Pai? Você não acredita que eu estou no Pai, e que o Pai está em mim? As palavras que digo a vocês, não as digo por mim mesmo, mas o Pai que permanece em mim, ele é que realiza suas obras. Acreditem em mim: eu estou no Pai e o Pai está em mim. Acreditem nisso, ao menos por causa destas obras. Eu garanto a vocês: quem acredita em mim, fará as obras que eu faço, e fará maiores do que estas, porque eu vou para o Pai. O que vocês pedirem em meu nome, eu o farei, para que o Pai seja glorificado no Filho. Se vocês pedirem qualquer coisa em meu nome, eu o farei.

Se vocês me amam, obedecerão aos meus mandamentos. Então, eu pedirei ao Pai, e ele dará a vocês outro Advogado, para que permaneça com vocês para sempre. Ele é o Espírito da Verdade, que o mundo não pode acolher, porque não o vê, nem o conhece. Vocês o conhecem, porque ele mora com vocês, e estará com vocês. Eu não deixarei vocês órfãos, mas voltarei para vocês. Mais um pouco, e o mundo não me verá, mas vocês me verão, porque eu vivo, e também vocês viverão. Nesse dia, vocês conhecerão que eu estou em meu Pai, vocês em mim, e eu em vocês. Quem aceita os meus mandamentos e a eles obedece, esse é que me ama. E quem me ama, será amado por meu Pai. Eu também o amarei e me manifestarei a ele'.

Judas, não o Iscariotes, perguntou: 'Senhor, por que vais manifestar-te a nós e não ao mundo?' Jesus respondeu: 'Se alguém me ama, guarda a minha palavra, e meu Pai o amará. Eu e meu Pai viremos e faremos nele a nossa morada. Quem não me ama, não guarda as minhas palavras. E a palavra que vocês ouvem não é minha, mas é a palavra do Pai que me enviou. Essas são as coisas que eu tinha para dizer estando com vocês. Mas o Advogado, o Espírito Santo, que o Pai vai enviar em meu nome, ele ensinará a vocês todas as coisas e fará vocês lembrarem tudo o que eu lhes disse.

Eu deixo para vocês a paz, eu lhes dou a minha paz. A paz que eu dou para vocês não é a paz que o mundo dá. Não fiquem perturbados, nem tenham medo. Vocês ouviram o que eu disse: Eu vou, mas voltarei para vocês. Se vocês me amassem, ficariam alegres porque eu vou para o Pai, pois o Pai é maior do que eu. Eu lhes digo isso agora, antes que aconteça, para que, quando acontecer, vocês acreditem. Já não tenho muito tempo para falar com vocês, pois o príncipe deste mundo está chegando. Ele não tem poder sobre mim, mas vem para que o mundo reconheça que eu amo o Pai, e é por isso que faço tudo o que o Pai me mandou. Levantem-se. Vamos sair daqui'".

Nota:292

Lc 22,14-20: "Quando chegou a hora, Jesus se pôs à mesa com os apóstolos. E disse: 'Desejei muito comer com vocês esta ceia pascal, antes de sofrer. Pois eu lhes digo: nunca mais a comerei, até que ela se realize no Reino de Deus'. Então Jesus pegou o cálice, agradeceu a Deus, e disse: 'Tomem isto, e repartam entre vocês; pois eu lhes digo que nunca mais beberei do fruto da videira, até que venha o Reino de Deus'.

A seguir, Jesus tomou um pão, agradeceu a Deus, o partiu e distribuiu a eles, dizendo: 'Isto é o meu corpo, que é dado por vocês. Façam isto em memória de mim'. Depois da ceia, Jesus fez o mesmo com o cálice, dizendo: 'Este cálice é a nova aliança do meu sangue, que é derramado por vocês'".

Nota:293

RMi 89: "89. A espiritualidade missionária caracteriza-se, além disso, pela caridade apostólica a de Cristo que veio 'para trazer à unidade aos filhos de Deus que andavam dispersos' (Jo 11,52), o Bom Pastor, que conhece as suas ovelhas, procura-as e oferece sua vida por elas (cf. Jo 10). Quem tem espírito missionário, sente o ardor de Cristo pelas almas e ama a Igreja como Cristo a amou.

O missionário é impelido pelo 'zelo das almas', que se inspira na própria caridade de Cristo, feita de atenção, ternura, compaixão, acolhimento, disponibilidade e empenho pelos problemas da gente. O amor de Jesus envolvia o mais fundo da pessoa. Ele, que 'sabia o que há em cada homem' (Jo 2,25), amava a todos para lhes oferecer a redenção, e sofria quando esta era rejeitada.

O missionário é o homem da caridade: para poder anunciar a todo o irmão que Deus o ama e que ele próprio pode amar, ele terá de usar de caridade para com todos, gastando sua vida ao serviço do próximo. Ele é o 'irmão universal', que leva consigo o espírito da Igreja, sua abertura e amizade por todos os povos e por todos os homens, particularmente pelos mais pobres e pequenos. Como tal, supera as fronteiras e as divisões de raça, casta, ou ideologia: é sinal do amor de Deus no mundo, que é um amor sem qualquer exclusão nem preferência.

Por fim, como Cristo, o missionário deve amar a Igreja: 'Cristo amou a Igreja e se entregou por ela' (Ef 5,25). Este amor, levado até o extremo de dar a vida, constitui um ponto de referência para ele (...) Só um amor profundo pela Igreja poderá sustentar o zelo do missionário: sua obsessão de cada dia a exemplo de São Paulo é 'o cuidado de todas as Igrejas' (2Cor 11,28)! Para qualquer missionário e comunidade, 'a fidelidade a Cristo não pode ser separada da fidelidade à sua Igreja'".

Nota:294

cf. Cfl 30: "É sempre na perspectiva da comunhão e da missão da Igreja e não, portanto, em contraste com a liberdade associativa, que se compreende a necessidade de *claros e precisos critérios de discernimento e de reconhecimento* das agregações laicais, também chamados 'critérios de eclesialidade'.

Como critérios fundamentais para o discernimento de toda e qualquer agregação dos fiéis leigos na Igreja, podem considerar-se de forma unitária, os seguintes:

- *O primado dado à vocação de cada cristão à santidade*, manifestado 'nos frutos da graça que o Espírito produz nos fiéis' como crescimento para a plenitude da vida cristã e para a perfeição da caridade.

Nesse sentido, toda e qualquer agregação de fiéis leigos é chamada a ser sempre e cada vez mais instrumento de santidade na Igreja, favorecendo e encorajando 'uma unidade mais íntima entre a vida prática dos membros e a própria fé'.

- *A responsabilidade em professar a fé católica*, acolhendo e proclamando a verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre o homem, em obediência ao Magistério da Igreja, que autenticamente a interpreta. Por isso, toda a agregação de fiéis leigos deve ser lugar de anúncio e de proposta da fé e de educação na mesma, no respeito pelo seu conteúdo integral.

- *O testemunho de uma comunhão sólida e convicta*, em relação filial com o Papa, centro perpétuo e visível da unidade da Igreja universal, e com o Bispo 'princípio visível e fundamento da unidade' da Igreja particular, e na 'estima recíproca entre todas as formas de apostolado na Igreja'.

A comunhão com o Papa e com o Bispo é chamada a exprimir-se na disponibilidade leal em aceitar os seus ensinamentos doutrinários e orientações pastorais. A comunhão eclesial exige, além disso, que se reconheça a legítima pluralidade das formas agregativas dos fiéis leigos na Igreja e, simultaneamente, a disponibilidade para a sua recíproca colaboração.

- *A conformidade e a participação na finalidade apostólica da Igreja*, que é a evangelização e a santificação dos homens e a formação cristã das suas consciências, de modo a conseguir permear de espírito evangélico as várias comunidades e os vários ambientes.

Nesta linha, exige-se de todas as formas agregativas de fiéis leigos, e de cada uma deles, um entusiasmo missionário que as torne, sempre e cada vez mais, sujeitos de uma nova evangelização.

- *O empenho de uma presença na sociedade humana* que, à luz da doutrina social da Igreja, se coloque ao serviço da dignidade integral do homem.

Assim, as agregações dos fiéis leigos devem converter-se em correntes vivas de participação e de solidariedade para construir condições mais justas e fraternas no seio da sociedade.

Os critérios fundamentais acima expostos encontram a sua verificação nos *frutos concretos* que acompanham a vida e as obras das diversas formas associativas, tais como: o gosto renovado pela oração, a contemplação, a vida litúrgica e sacramental; a animação pelo florescimento de vocações ao matrimónio cristão, ao sacerdócio ministerial, à vida consagrada; a disponibilidade em participar nos programas e nas atividades da Igreja, tanto a nível local como nacional ou internacional; o empenhamento catequético e a capacidade pedagógica de formar os cristãos; o impulso em ordem a uma presença cristã nos vários ambientes da vida social e a criação e animação de obras caritativas, culturais e espirituais; o espírito de desapego e de pobreza evangélica em ordem a uma caridade mais generosa para com todos; as conversões à vida cristã ou o regresso à comunhão por parte de batizados 'afastados'".

Nota:295

RMi 90: "190. O chamado à missão deriva, por sua natureza, da vocação à santidade. Todo missionário só o é, autenticamente, se se empenhar no caminho da santidade: 'a santidade deve ser considerada um pressuposto fundamental e uma condição totalmente insubstituível para se realizar a missão de salvação da Igreja'.

A universal vocação à santidade está estritamente ligada à universal vocação à missão: todo fiel é chamado à santidade e à missão. Este foi o voto ardente do Concílio ao desejar, 'com a luz de Cristo refletida no rosto da Igreja, iluminar todos os homens, anunciando o Evangelho a toda a criatura'. A espiritualidade missionária da Igreja é um caminho orientado para a santidade.

O renovado impulso para a missão 'ad gentes' exige missionários santos. Não basta explorar, com maior perspicácia, as bases teológicas e bíblicas da fé, nem renovar os métodos pastorais, nem ainda organizar e coordenar melhor as forças eclesiais: é preciso suscitar um novo 'ardor de santidade' entre os missionários e em toda a comunidade cristã, especialmente entre aqueles que são os colaboradores mais íntimos dos missionários.

Pensemos, caros irmãos e irmãs, no impulso missionário das primitivas comunidades cristãs. Não obstante a escassez de meios de transporte e de comunicação de então, o anúncio do Evangelho atingiu, em pouco tempo, os confins do mundo. E tratava-se da religião de um homem morto na cruz, 'escândalo para os judeus e loucura para os pagãos' (1Cor 1,23)! Na base deste dinamismo missionário estava a santidade dos primeiros cristãos e das primeiras comunidades".

Nota:296

EN 76: "76. Consideramos agora, brevemente, a própria pessoa dos evangelizadores. Ouve-se repetir, hoje, com frequência, que este nosso século tem sede de autenticidade. A propósito dos jovens, sobretudo, afirma-se que eles têm horror ao fictício, àquilo que é falso e que procuram, acima de tudo, a verdade e a transparência.

Estes 'sinais dos tempos' deveriam encontrar-nos vigilantes. Tacitamente ou com grandes brados, sempre porém com grande vigor, eles fazem-nos a pergunta: Acreditais verdadeiramente naquilo que anunciais? Viveis aquilo em que acreditais? Pregais realmente aquilo que viveis?

Mais do que nunca, portanto, o testemunho da vida tornou-se uma condição essencial para a eficácia profunda da pregação. Sob este ângulo, somos, até certo ponto, responsáveis pelo avanço do Evangelho que nós proclamamos.

O que é feito da Igreja passados dez anos após o final do Concílio? - perguntávamos nós, no princípio desta consideração. Acha-se ela radicada no meio do mundo e, não obstante livre e independente para interpelar o mesmo mundo? Testemunha ela solidariedade para com os homens e, ao mesmo tempo, o Absoluto de Deus? É ela hoje mais ardorosa quanto à contemplação e à adoração, e mais zelosa quanto à ação missionária, caritativa e libertadora? Acha-se ela cada vez mais aplicada nos esforços por procurar a recomposição da unidade plena entre os cristãos, que torna mais eficaz o testemunho comum, a fim de que o mundo creia? Todos somos responsáveis pelas respostas que se possam dar a estas interrogações.

Exortamos, pois, os nossos Irmãos no episcopado, constituídos pelo Espírito Santo para governar a Igreja; exortamos os sacerdotes e diáconos, colaboradores dos bispos no congregar o povo de Deus e na animação espiritual das comunidades locais; exortamos os religiosos, testemunhas de uma Igreja chamada à santidade e, por isso mesmo, convidados eles próprios para uma vida que testemunhe as bem-aventuranças evangélicas; exortamos os leigos, e com estes, as famílias cristãs, os jovens e os adultos, todos os que exercem uma profissão, os dirigentes, sem esquecer os pobres, quantas vezes ricos de fé e de esperança, enfim, todos os leigos conscientes do seu papel evangelizador a serviço da sua Igreja ou no meio da sociedade e do mundo; e a todos nós diremos: É preciso que o nosso zelo evangelizador brote de uma verdadeira santidade de vida, alimentada pela oração e sobretudo pelo amor à eucaristia, e que, conforme o Concílio nos sugere, a pregação, por sua vez, leve o pregador a crescer em santidade.

O mundo que, apesar dos inumeráveis sinais de rejeição de Deus, paradoxalmente, o procura entretanto por caminhos insuspeitados e que dele sente bem dolorosamente a necessidade, o mundo reclama evangelizadores que lhe falem de um Deus que eles conheçam e lhes seja familiar como se eles vissem o invisível. O mundo reclama e espera de nós simplicidade de vida, espírito de oração, caridade para com todos, especialmente para com os pequeninos e os pobres, obediência e humildade, desapego de nós mesmos e renúncia. Sem esta marca de santidade, dificilmente a nossa palavra fará a sua caminhada até atingir o coração do homem dos nossos tempos; ela corre o risco de permanecer vã e infecunda".

Nota:297

TMA 36: "Numerosos cardeais e bispos desejaram se fizesse um sério exame de consciência, principalmente sobre a Igreja de hoje. No limiar do novo milênio, os cristãos devem pôr-se humildemente diante do Senhor, interrogando-se sobre as responsabilidades que lhes cabem também nos males do nosso tempo. Na verdade, a época atual, a par de muitas luzes, apresenta também tantas sombras.

Como calar, por exemplo, a indiferença religiosa, que leva tantos homens de hoje a viverem como se Deus não existisse ou a contentarem-se com uma religiosidade vaga, incapaz de se confrontar com o problema da verdade e com o dever da coerência? A isto, é preciso ligar também a difusa perda do sentido transcendente da existência humana e o extravio no campo ético, até mesmo em valores fundamentais como os da vida e da família. Impõe-se, pois, uma verificação aos filhos da Igreja: em que medida estão eles também tocados pela atmosfera de secularismo e relativismo ético? E que parte de responsabilidade devem eles reconhecer, quanto ao progressivo alastramento da irreligiosidade, por não terem manifestado o genuíno rosto de Deus, 'pelas deficiências da sua vida religiosa, moral e social'?

Realmente não se pode negar que, em muitos cristãos, a vida espiritual atravessa um momento de incerteza que se repercute não só na vida moral, mas também na oração e na própria retidão teológica da fé. Esta, já posta à prova pelo confronto com o nosso tempo, vê-se às vezes ainda desorientada por posições teológicas errôneas, que se difundem também por causa da crise de obediência ao Magistério da Igreja.

E quanto ao testemunho da Igreja no nosso tempo, como não sentir pesar pela falta de discernimento, quando não se torna mesmo condescendência, de não poucos cristãos perante a violação de direitos humanos fundamentais por regimes totalitários? E não será porventura de lamentar, entre as sombras do presente, a co-responsabilidade de tantos cristãos em formas graves de injustiça e marginalização social? Seria de perguntar quantos deles conhecem a fundo e praticam coerentemente as diretrizes da Doutrina Social da Igreja.

O exame de consciência não pode deixar de incluir também a recepção do Concílio, este grande dom do Espírito feito à Igreja quase ao findar do segundo milênio. Em que medida a Palavra de Deus se tornou mais plenamente alma da teologia e inspiradora de toda a existência cristã, como pedia a 'Dei Verbum'? É vivida a liturgia como 'fonte e cume' da vida eclesial, segundo o ensinamento da 'Sacrosanctum Concilium'? Vai-se consolidando na Igreja universal e nas Igrejas particulares, a eclesiologia de comunhão da 'Lumen gentium', dando espaço aos carismas, aos ministérios, às várias formas de participação do povo de Deus, embora sem descair para um democraticismo e sociologismo que não reflete a visão católica da Igreja e o autêntico espírito do Vaticano II? Uma pergunta vital deve contemplar também o estilo das relações da Igreja com o mundo. As diretrizes conciliares oferecidas na 'Gaudium et spes' e em outros documentos de um diálogo aberto, respeitoso e cordial, acompanhado todavia por um atento discernimento e corajoso testemunho da verdade, permanecem válidas e chamam-nos a um maior empenho".

Nota:298

RMI 33: "33. As diferenças de atividade, no âmbito da única missão da Igreja, nascem não de motivações intrínsecas à própria missão, mas das diversas circunstâncias onde ela se exerce. Olhando o mundo de hoje, do ponto de vista da evangelização, podemos distinguir três situações distintas.

Antes de mais nada, temos aquela à qual se dirige a atividade missionária da Igreja: povos, grupos humanos, contextos socioculturais onde Cristo e o seu Evangelho não é conhecido, onde faltam comunidades cristãs suficientemente amadurecidas para poderem encarnar a fé no próprio ambiente e anunciá-la a outros grupos. Esta é propriamente a missão 'ad gentes'.

Aparecem, depois, as comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são fermento de fé e de vida, irradiando o testemunho do Evangelho no seu ambiente, e sentindo o compromisso da missão universal. Nelas se desenvolve a atividade ou cuidado pastoral da Igreja.

Finalmente, existe a situação intermédia, especialmente nos países de antiga tradição cristã, mas, por vezes, também nas Igrejas mais jovens, onde grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé, não se reconhecendo já como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e de seu Evangelho. Neste caso, torna-se necessária uma 'nova evangelização', ou 're-evangelização'

Nota:299

DSD 28; Cf. João Paulo II, Discurso de Abertura da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, n. 6-12: "A nova evangelização é a idéia central de toda a temática desta Conferência.

Desde o meu encontro, no Haiti, com os Bispos do CELAM em 1983, venho pondo uma particular ênfase nesta expressão, para despertar assim um novo ardor e novos esforços evangelizadores na América e no mundo inteiro: ou seja, para dar à ação pastoral "um novo impulso, capaz de suscitar, numa Igreja ainda mais arraigada na força e na potência imorredouras do Pentecostes, tempos novos de evangelização" (Evangelii Nuntiandi, 2).

A nova evangelização não consiste num "novo evangelho", que surgiria sempre de nós mesmos, da nossa cultura ou da nossa análise sobre as necessidades do homem. Por isso, não seria "evangelho", mas pura invenção humana, e a salvação não se encontraria nele. Nem mesmo consiste em retirar do Evangelho tudo aquilo que parece dificilmente assimilável. Não é a cultura a medida do Evangelho, mas Jesus Cristo é a medida de toda a cultura e de toda obra humana. Não, a nova evangelização não nasce do desejo de "agradar aos homens" ou de "procurar o seu favor" (cf. Gl 1,10), mas da responsabilidade pelo dom que Deus nos fez em Cristo, pelo qual temos acesso à verdade sobre Deus e sobre o homem, e à possibilidade da vida verdadeira.

A nova evangelização tem, como ponto de partida, a certeza de que em Cristo há uma "riqueza insondável" (Ef 3,8), que não extingue nenhuma cultura de qualquer época, e à qual nós homens sempre podemos recorrer para enriquecer-nos (cf. Assembléia especial do Sínodo dos Bispos da Europa, Declaração final, 3). Essa riqueza é, antes de tudo, o próprio Cristo, sua pessoa, porque ele mesmo é a nossa salvação. Nós homens de qualquer época e de qualquer cultura, aproximando-nos dele mediante a fé e a incorporação ao seu Corpo, que é a Igreja, podemos encontrar a resposta àquelas perguntas, sempre antigas e sempre novas, que se nos apresentam no mistério da nossa existência, e que de modo indelével levamos gravadas em nosso coração desde a criação e desde a ferida do pecado.

7. A novidade não afeta o conteúdo da mensagem evangélica que não muda, pois Cristo é "sempre o mesmo: ontem, hoje e sempre". Por isso, o Evangelho há de ser proclamado em total fidelidade e pureza, assim como foi conservado e transmitido pela Tradição da Igreja. Evangelizar é anunciar uma pessoa, que é Cristo. De fato, "não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o Reino, o mistério de Jesus de Nazaré Filho de Deus, não forem anunciados" (Evangelii Nuntiandi, 22). Por isso, as cristologias reductivas, cujos desvios assinalai em diversas ocasiões (cf. Discurso inaugural da Conferência de Puebla, 28 de janeiro de 1979, I, 4), não podem aceitar-se como instrumento da nova evangelização. Ao evangelizar, a unidade da fé da Igreja tem que resplandecer não somente no magistério autêntico dos Bispos, mas também no serviço à verdade por parte dos pastores de almas, dos teólogos, dos catequistas, e de todos os que estão comprometidos na proclamação e pregação da fé.

A este respeito, a Igreja estimula, admira e respeita a vocação do teólogo, cuja "função é adquirir uma compreensão sempre mais profunda da Palavra de Deus, contida na Escritura inspirada e transmitida pela Tradição viva da Igreja" (Instrução sobre a vocação eclesial do teólogo, n. 6). Esta vocação, nobre e necessária, surge no interior da Igreja e pressupõe a condição de crente no próprio teólogo, com uma atitude de fé que ele mesmo deve testemunhar na comunidade. "A reta consciência do teólogo católico supõe, portanto, a fé na Palavra de Deus (...) o amor à Igreja, da qual ele recebe a sua missão, e o respeito pelo Magistério divinamente assistido" (Ibid., 38). A teologia está chamada a prestar um grande serviço à nova evangelização.

8. Certamente é a verdade que nos torna livres (cf. Jo 8,32). Existem, porém, posições inaceitáveis sobre o que é a verdade, a liberdade, a consciência. Chega-se, inclusive, a justificar a dissensão recorrendo "ao pluralismo teológico, levado às vezes até a um relativismo, que põe em perigo a integridade da fé". Não faltam os que pensam que "os documentos do Magistério não seriam nada mais que o reflexo de uma teologia opinável" (Ibid., 34); e "surge assim uma espécie de 'magistério paralelo' dos teólogos, em oposição e em concorrência com o Magistério autêntico" (Ibid.). Por outro lado, não podemos minimizar o fato de que "os comportamentos de oposição sistemática à Igreja, que chegam até mesmo a constituir-se em grupos organizados", a contestação e a discórdia, da mesma forma que "causam graves inconvenientes para a comunhão da Igreja", são também um obstáculo para a evangelização (cf. Ibid., 32).

A confissão da fé - "Jesus Cristo é sempre o mesmo: ontem, hoje e sempre" (Hb 13,8) - que é como o pano de fundo do tema desta IV Conferência, nos leva a recordar o seguinte versículo: "Não vos deixeis seduzir pela diversidade de doutrinas estranhas" (Hb 13,9). Vós, amados Pastores, deveis zelar sobretudo pela fé da gente simples que, em caso contrário, se veria desorientada e confundida.

9. Todos os evangelizadores deverão dar também uma especial atenção à catequese. No início do meu Pontificado quis dar um novo impulso a esta tarefa pastoral, mediante a Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae*, e recentemente aprovei o Catecismo da Igreja Católica, que recomendo como o melhor dom que a Igreja pode fazer aos seus Bispos e ao Povo de Deus. Trata-se de um valioso instrumento para a nova evangelização, onde se compendia toda a doutrina que a Igreja deve ensinar.

Confio igualmente, que o Movimento Bíblico continue desenvolvendo sua benéfica tarefa na América Latina, e que as Sagradas Escrituras nutram cada vez mais a vida dos fiéis, para o qual faz-se imprescindível que os agentes da pastoral aprofundem incansavelmente na Palavra de Deus, vivendo-a e transmitindo-a aos demais com fidelidade, ou seja, "tendo em conta a Tradição viva de toda a Igreja e a analogia da fé" (Dei Verbum, 12). Da mesma forma, o Movimento litúrgico deverá dar um renovado impulso à vivência íntima dos mistérios da nossa fé, levando ao encontro de Cristo ressuscitado na liturgia da Igreja. É na celebração da Palavra e dos Sacramentos, mas sobretudo na celebração da Eucaristia, fonte e coroa da vida da Igreja e de toda a Evangelização, que se realiza nosso encontro salvífico com Cristo, a quem nos unimos misticamente formando a sua Igreja (cf. *Lumen Gentium*, 7). Por isso, exorto-vos a dar um novo impulso à celebração digna, viva e participada das assembléias litúrgicas, com esse profundo sentido da fé e da contemplação dos mistérios da salvação, tão enraizado em vossos povos.

10. A “novidade” da ação evangelizadora a que temos convocado, afeta a atitude, o estilo, o esforço e a programação ou, como o propus em Haiti, o ardor, os métodos e a expressão (cf. Discurso aos Bispos do CELAM, 9 de março de 1983). Uma evangelização nova no seu ardor, supõe uma fé sólida, uma caridade pastoral intensa e uma fidelidade a toda a prova que, sob o influxo do Espírito, gerem uma mística, um incontido entusiasmo na tarefa de anunciar o Evangelho. Na linguagem neotestamentária é a “parresia” que inflama o coração do apóstolo (cf. At 5,28-29; cf. Redemptoris Missio, 45). Esta “parresia” há de ser também o selo do vosso apostolado na América. Nada vos pode fazer calar. Sois arautos da verdade. A verdade de Cristo há de iluminar as mentes e os corações com a ativa, incansável e pública proclamação dos valores cristãos.

Por outra parte, os novos tempos exigem que a mensagem cristã chegue ao homem de hoje, mediante novos métodos de apostolado, e que seja expressado numa linguagem e forma acessível ao homem latino-americano, necessitado de Cristo e sedento do Evangelho: como tornar acessível, penetrante, válida e profunda a resposta ao homem de hoje, sem alterar ou modificar em nada o conteúdo da mensagem evangélica? Como chegar ao coração da cultura que queremos evangelizar? Como falar de Deus num mundo em que está presente um processo crescente de secularização?

11. Como o manifestastes nos encontros e nos colóquios que mantivemos ao longo destes anos, tanto em Roma como nas minhas visitas às vossas Igrejas particulares, hoje a fé simples da vossa gente sofre a investida da secularização, com o conseqüente enfraquecimento dos valores religiosos e morais. Nos ambientes urbanos, cresce uma modalidade cultural que, confiando somente na ciência e nos adiantamentos da técnica, se apresenta como hostil à fé. Transmitem-se uns “modelos” de vida, em contraste com os valores do Evangelho. Sob a pressão do secularismo, chega-se a apresentar a fé como se fosse uma ameaça à liberdade e à autonomia do homem.

No entanto, não podemos esquecer que a história recente mostrou que quando, ao amparo de certas ideologias, se negam a verdade sobre Deus e a verdade sobre o homem, é impossível construir uma sociedade de rosto humano. Com a queda dos regimes do chamado “socialismo real” na Europa oriental, é de se esperar que também neste continente se tirem as conclusões pertinentes em relação ao valor efêmero de tais ideologias. A crise do coletivismo marxista não teve somente raízes econômicas, como salientei na Encíclica Centesimus Annus (n. 41), visto que a verdade sobre o homem está íntima e necessariamente ligada à verdade sobre Deus.

A nova evangelização há de dar assim uma resposta integral, pronta, ágil, que fortaleça a fé católica, nas suas verdades fundamentais, nas suas dimensões individuais, familiares e sociais.

12. A exemplo do Bom Pastor, deveis apascentar o rebanho que vos foi confiado e defendê-lo dos lobos vorazes. As seitas e os movimentos “pseudo-espirituais” de que fala o Documento de Puebla (n. 628), são causa de divisão e de discórdia nas vossas comunidades eclesiais, e cuja expansão e agressividade urge enfrentar.

Como muitos de vós tiveram ocasião de assinalar, o avanço das seitas põe em evidência um vazio pastoral, que tem freqüentemente sua causa na falta de formação, que dissolve a identidade cristã, fazendo que grandes massas de católicos sem uma adequada atenção religiosa entre outras razões por falta de sacerdotes -, fiquem à mercê de campanhas de proselitismo sectário muito ativas. Mas, pode também acontecer que os fiéis não encontrem entre os agentes da pastoral aquele forte sentido de Deus, que eles deveriam transmitir em suas vidas. “Tais situações podem ser ocasião para que muitas pessoas, pobres e simples - como infelizmente está ocorrendo - se convertam em fácil presa das seitas, nas quais buscam um sentido religioso da vida que, talvez, não encontrem naqueles que lho deveriam oferecer a mãos cheias” (Os Caminhos do Evangelho, 20).

Por outra parte, não se pode menosprezar uma certa estratégia, cujo objetivo é enfraquecer os fatores que unem os Países da América Latina, dissolvendo assim as forças que nascem da unidade. Com este objetivo, se destinam importantes recursos econômicos para subvencionar campanhas proselitistas, que buscam desestruturar esta unidade católica.

Ao preocupante fenómeno das seitas, deve-se responder com uma ação pastoral que ponha no centro de toda a pessoa, a sua dimensão comunitária e o seu anseio de uma relação pessoal com Deus. É um fato que ali onde a presença da Igreja é dinâmica, como no caso das paróquias em que se promove uma assídua formação na Palavra de Deus, onde existe uma liturgia ativa e participada, uma sólida piedade mariana, uma efetiva solidariedade no campo social, uma marcada solicitude pastoral pela família, pelos jovens e pelos doentes, as seitas ou os movimentos para-religiosos não conseguem se instalar ou progredir.

A forte religiosidade popular de vossos fiéis, com seus extraordinários valores de fé e de piedade, de sacrifício e de solidariedade, convenientemente evangelizada e alegremente celebrada, orientada em torno dos mistérios de Cristo e da Virgem Maria, pode ser, pelas suas raízes eminentemente católicas, um antídoto contra as seitas e uma garantia de fidelidade à mensagem da salvação”.